HISTÓRIA
MODERNA E CONTEMPORÂNEA

José Jobson de A. Arruda

JOSÉ JOBSON DE A. ARRUDA
Assistente Doutor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univ. de S. Paulo. Professor e coordenador do Departamento de História do Curso, Colégio e Faculdades Objetivo

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

10.ª edição

editora ática

A meus pais

capa: ary almeida normanha
desenho cartográfico: francisco j. urea e joão f. lopes
consultoria cartográfica: marcelo martinelli
diagramação: irami b. silva

editora ática s.a.
rua barão de iguape, 110
tel.: pbx 278-9322 (50 ramais)
caixa postal 8656
são paulo end. teleg. "bomlivro"

Apresentação

Esta obra é uma perspectiva sócio-econômica da História Moderna e Contemporânea. Nela o econômico e o social foram destacados dos aspectos político e cultural. O político e o cultural, quando abordados, foram sempre analisados num contexto sócio-econômico. Entendemos que os fatos político-culturais não podem ser vistos isoladamente, desvinculados da realidade sócio-econômica. E que somente uma análise global é capaz de dar plena compreensão à realidade histórica.

Assuntos menos significativos foram deixados de lado. Preferimos aprofundar o estudo de temas fundamentais, indispensáveis para o entendimento do mundo de hoje e, de certa forma, capazes de nos orientar sobre as principais tendências do futuro. Isso explica a extensão de capítulos como os da Revolução Francesa e da Segunda Guerra Mundial.

Na exposição, tomamos cuidados especiais com a precisão e a objetividade. A relação de datas e fatos principais, ao final de cada capítulo, ajuda a reter as informações essenciais. A mesma função têm os resumos, com a estrutura do assunto estudado e seus pontos mais importantes. Os documentos transcritos procuram conduzir o aluno à época dos acontecimentos, permitindo-lhe vivência histórica com o tema. As ilustrações têm como finalidade exclusiva auxiliar na percepção dos assuntos. Por isso, demos preferência aos mapas, gráficos e esquemas, ao invés de reproduções dos personagens históricos.

Outra inovação desta obra é a inclusão, sempre que possível, de História do Brasil. Segundo princípios tradicionais, um livro de História Moderna e Contemporânea deveria conter apenas matéria relativa à História Geral. Preferimos, porém, introduzir nosso país no contexto da História Geral, relacionando diretamente os fatos da História do Ocidente e suas implicações com a História do Brasil.

A obra destina-se aos alunos do ensino de 2.° grau, aos candidatos a vestibular, especialmente àqueles que pretendem fazer cursos de Ciências Humanas. Também será útil, como ponto de referência, aos alunos de primeiro ano das Faculdades de História, Estudos Sociais, Comunicação, Turismo e Educação.

O Autor

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

A817h 10.ed.

Arruda, José Jobson de Andrade, 1942-
História moderna e contemporânea / José Jobson de A. Arruda. — 10. ed. — São Paulo : Ática, 1979.

Suplementado por caderno de atividades e manual do professor.
Bibliografia.

1. História moderna 2. História moderna — Século 20 I. Título.

78-1194 CDD—909.08
—909.82

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Século 20 909.82
2. História moderna 1450/1500- 909.08
3. Século 20 : História 909.82

Obra aprovada pela Equipe Técnica do Livro e Material Didático, Proc. n.º 1488/75, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 21-01-76.

Índice

FEUDALISMO

CAPITALISMO

CLERO: oração

NOBREZA: governação

TRABALHADORES: produção

SOCIEDADE ESTAMENTAL: as camadas sociais definem seu lugar na hierarquia pelo nascimento

Início dos Tempos Modernos/Transição do Feudalismo ao Capitalismo

Do feudalismo ao capitalismo

Por volta do século XII, com a desintegração do feudalismo, começa a surgir um novo sistema econômico, social e político: o **capitalismo**. A característica essencial do novo sistema é o fato de, nele, o trabalho ser assalariado e não servil, como no feudalismo. Outros elementos típicos do capitalismo: economia de mercado, trocas monetárias, grandes empresas e preocupação com o lucro.

O capitalismo surge com o desenvolvimento do comércio, depois das primeiras Cruzadas. Foi se formando aos poucos durante o período final da Idade Média e só atingiu toda a Europa depois do século XVI. A partir daí evoluiu até nossos dias, passando por etapas bem características. É o que veremos a seguir.

Etapas do desenvolvimento do capitalismo

Da Idade Média até hoje, o capitalismo passou por quatro fases diferentes, cada uma com características próprias. A primeira, chamada **pré-capitalismo**, corresponde ao período de formação desse sistema. Nessa época —

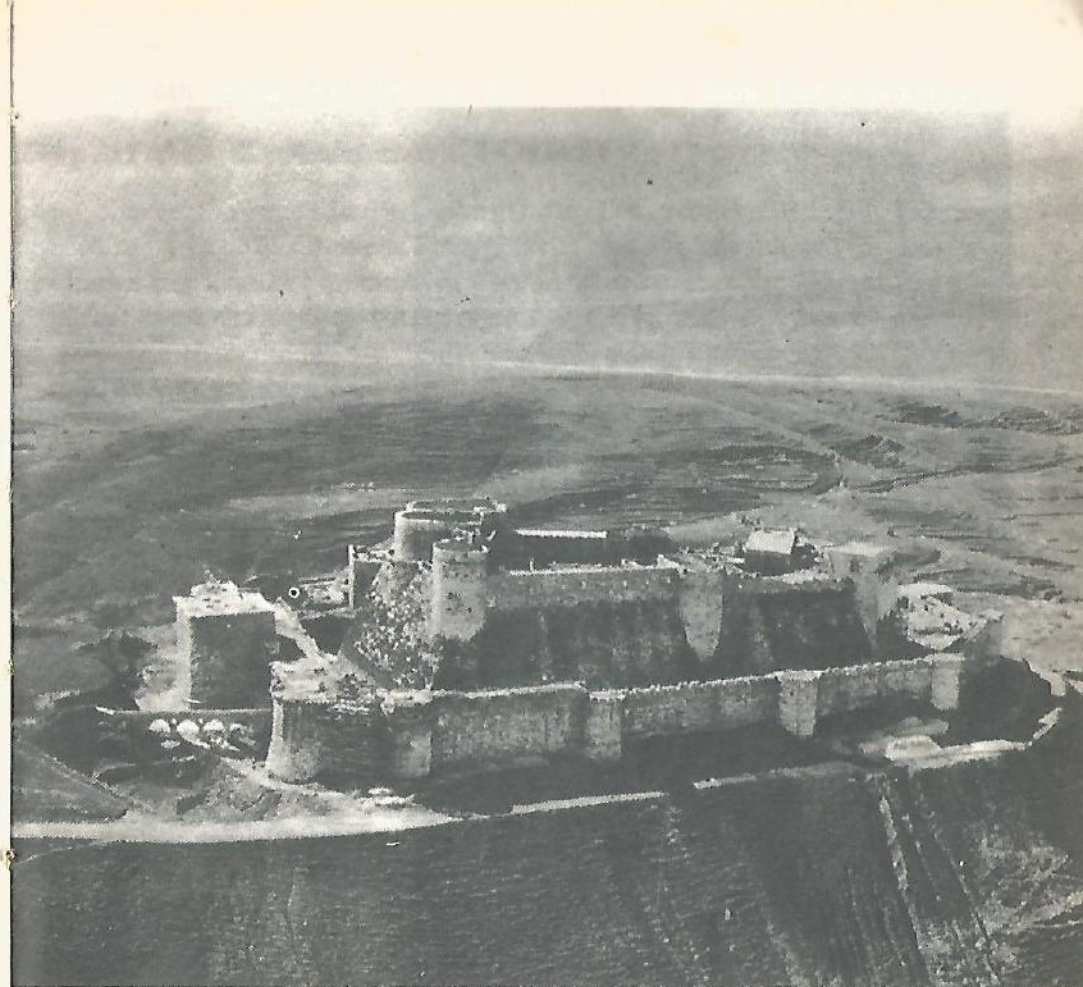
séculos XII a XV, aproximadamente — já existiam as características gerais do capitalismo, mas o trabalho assalariado ainda não estava generalizado: predominava o trabalho artesanal, constituindo-se os artesãos em pequenos trabalhadores independentes que vendiam o produto de seu trabalho. Não existiam ainda grandes fábricas onde os trabalhadores recebessem salários — os próprios artesãos eram os donos de suas oficinas, ferramentas e matéria-prima. A partir do momento em que as pequenas oficinas foram substituídas pelas manufaturas e os artesãos passaram a trabalhar a troco de um salário, iniciou-se o capitalismo propriamente dito.

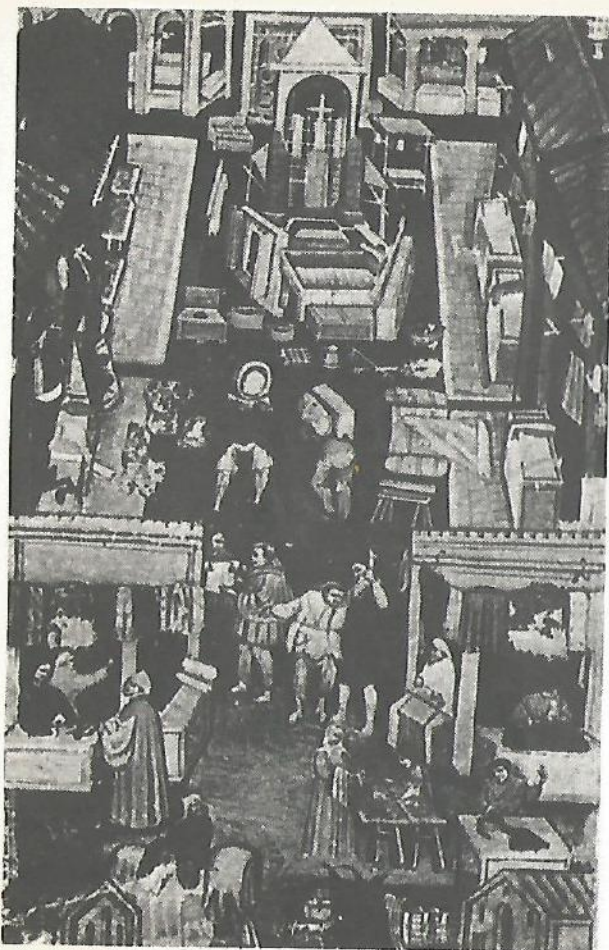
No início o capitalismo foi **comercial**. Entre os séculos XV e XVIII, aproximadamente, o trabalho assalariado já estava generalizado e a atividade comercial suplantara a agrícola e a industrial.

A Revolução Industrial provoca a terceira etapa do desenvolvimento do sistema capitalista, agora com a supremacia da atividade industrial. Essa nova fase, chamada **capitalismo industrial**, surgiu na Inglaterra, no século XVIII, e foi, aos poucos, se estendendo ao resto do mundo: no Brasil, por exemplo, a industrialização data de meados do século XX. Ainda hoje há nações que não passaram pela revolução industrial, vivendo, em geral, da agricultura.

A etapa atual do capitalismo, nos países em que ele mais se desenvolveu, é chamada **capitalismo financeiro.** Nele, indústria, comércio, agricultura e pecuária dependem dos empréstimos bancários. Os bancos chegam a possuir indústrias, casas comerciais, empreendimentos agrícolas e pastoris. É a hegemonia da atividade bancária.

O pré-capitalismo

Vários foram os fatores que contribuíram para o surgimento do capitalismo. As Cruzadas propiciaram o renascimento do comércio na Europa, que deu trabalho a numerosos desempregados. Produtos orientais — especiarias, principalmente — começaram a ser importados e distribuídos a partir dos portos da Itália. Os saques efetuados nas cidades muçulmanas colocaram numerosas moedas em circulação. Para explorar esse comércio foram organizadas grandes companhias que possuíam numerosos donos ("acionistas") e barcos. Várias rotas comerciais foram desenvolvidas: a do Mediterrâneo ligava as cidades italianas a Constantinopla e a outros portos do litoral oriental desse mar; a da Champagne ligava a Itália à Flandres, de onde partia a rota do Mar do Norte, rumo a Constantinopla. Formou-se, assim, um anel de comércio, que se desenvolveu rapidamente. Rotas secundárias se ligavam às principais, formando verdadeiros nós de trânsito onde paravam os comerciantes para trocar e vender seus produtos. Assim surgiram as feiras medievais, que eram de caráter temporário; pouco a pouco elas foram se prolongando e estabilizando, acabando por se tornar centros permanentes de trocas, cidades.

Fortaleza cristã no Reino de Jerusalém, denominada o Krak *dos Cavaleiros.*

Nessas cidades, chamadas **burgos,** habitavam os comerciantes que, por isso, foram chamados burgueses. Os burgueses entravam em acordo com o senhor feudal a quem pertenciam as terras da cidade, pagando-lhe anualmente uma soma em dinheiro; para defender seus interesses contra comerciantes estrangeiros, organizavam-se em associações. Muitos artesãos se estabeleceram nos centros urbanos e organizaram-se, por sua vez, em corporações de acordo com a mesma profissão. As corporações evitavam a concorrência externa e a rivalidade entre os artesãos de uma mesma cidade, regulando a quantidade, qualidade e preço da produção de cada um; adequando a produção ao consumo (dos habitantes do burgo e da zona rural próxima a ele), não havia risco de superprodução.

As trocas no mercado *urbano.*

Cada artesão tinha sua própria oficina, na qual se trabalhava com as portas abertas, para que os compradores pudessem, a qualquer momento, inspecionar a qualidade do serviço. A matéria-prima e as ferramentas pertenciam ao artesão, que era um mestre na sua especialidade. Seus filhos, ou algum parente, podiam auxiliá-lo em troca do aprendizado da profissão; durante esse tempo, os aprendizes eram sustentados pelo mestre. Excepcionalmente, nas cidades muito grandes, onde a indústria de tecelagem da lã era desenvolvida, os mestres contratavam diaristas, — são estes os antecessores dos assalariados — que só se tornariam mais numerosos a partir do século XVI.

Documento básico

"Em Paris, só pode ser ourives quem fizer o juramento e trabalhar segundo os usos e costumes dessa profissão:

Nenhum ourives pode trabalhar o ouro se não for com a melhor técnica, e o produto deve exceder em qualidade a todos os ouros trabalhados em outras terras.

Nenhum ourives pode cunhar moeda que não seja tão boa quanto a libra esterlina ou melhor.

Nenhum ourives pode ter mais que um aprendiz estrangeiro, que deverá ser parente seu ou de sua mulher, próximo ou distante, desde que isso lhe apraza.

Nenhum ourives pode ter aprendiz privado de menos de dez anos. Só poderá ter aprendizes sob a condição de que ganhem cem soldos ao ano, mais suas despesas de beber e comer.

Nenhum ourives pode trabalhar à noite se não for para o rei, a rainha ou seus filhos e irmãos, e para o bispo de Paris.

Nenhum ourives deve pedágios e outros tributos.

Nenhum ourives pode abrir sua forja no dia do Apóstolo (festa dos Santos Pedro e Paulo), salvo se for no sábado ou se tratar de oficina onde trabalhe um por vez, em rodízio, a qual poderá abrir nestas festas e aos domingos.

Tudo o que ganha aquele que abriu a forja nesses dias é colocado na caixa da Companhia dos ourives, onde se colocam as moedas para Deus e com o dinheiro dessa caixa dá-se a cada ano, no dia de Páscoa, um jantar aos pobres do Hôtel-Dieu de Paris.

Os ourives juraram ter e guardar bem e lealmente todas estas instituições."

Livre des Métiers d'E. Boileau, I. I., t. XI. Collection **Histoire** J. Monnier, vol. V, pág. 269.

Datas e fatos essenciais

Século XII:	Início da desintegração do feudalismo.
Século XII:	Começo da formação do capitalismo.
Século XV:	Início da formação do capitalismo comercial.
Século XVIII:	Início do capitalismo industrial.
Século XX:	Início do capitalismo financeiro.

Resumo

1. O capitalismo começa a surgir por volta do século XII, ao mesmo tempo em que se inicia a desintegração do feudalismo.
   Características do capitalismo: trabalho assalariado, economia de mercado, trocas monetárias e espírito de lucro.
2. As principais etapas do capitalismo são: pré-capitalismo, capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro.
3. Durante o pré-capitalismo notamos:
   a) Ressurgimento do comércio depois das Cruzadas.
   b) Intensificação da circulação monetária.
   c) Descobrimento de novas rotas de comércio.
   d) Concentração de mercadores nos chamados nós de trânsito.
   e) Nascimento de cidades ou burgos.
   f) Organização corporativa da produção, com mestres, oficiais, aprendizes e jornaleiros.

Vocabulário

Acionista: indivíduo que possui ação ou ações de uma empresa.

Artesão: trabalhador individual que possuía os meios de produção, antes do aparecimento das empresas.

Capitalismo: sistema de produção que se baseia no trabalho assalariado e na livre empresa.

Diarista: trabalhador que ganha por dia.

Economia de consumo: produção destinada ao abastecimento local, auto-suficiente.

Feudalismo: sistema econômico baseado no trabalho servil, obrigatório.

Matéria-prima: produto natural destinado à industrialização.

Nós de trânsito: cruzamento de rotas onde os mercadores se encontravam.

Sistema: conjunto de partes (estruturas) inter-relacionadas, formando um todo.

Trabalho assalariado: trabalho pago por salários.

Trabalho servil: trabalho prestado, obrigatoriamente, a um senhor.

Início dos Tempos Modernos /A Expansão Comercial e Marítima Européia

Introdução

O século XVI foi marcado pela agitação, pelo movimento. Esse dinamismo já havia começado nos fins da Idade Média, mas foi então que tomou impulso jamais visto. Os europeus se lançaram à descoberta e à conquista de novos continentes e, contornando a África, ao comércio com os países do Oriente distante. Impérios coloniais foram fundados nas terras da América. Colônias e estabelecimentos comerciais sólidos e prósperos foram organizados na Ásia. E de toda essa expansão a Europa recebeu os frutos e a influência que determinaram um novo período histórico: os Tempos Modernos.

Fatores da expansão européia

a) Econômicos

Se procurarmos explicar os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, veremos que o fator que mais os estimulou foi, sem dúvida, o econômico.

A Europa estava passando por uma crise econômica de desenvolvimento, nessa época. No século XIV, passara por uma crise de estagnação, porque o sistema de produção feudal já não se adaptava às necessidades das cidades grandes; não se conseguia, por exemplo, obter produtos agrícolas em quantidade suficiente.

Desde o século XII, a retomada das atividades comerciais vinha provocando o crescimento e o progresso da vida urbana. Com isso, mais gente passou a morar nas cidades. Para alimentar toda essa população era preciso que a produção agrícola aumentasse, pois ela já não se destinava só aos habitantes de cada feudo e também já não havia tantas pessoas para trabalhar. Mas, em vez disso, aconteceu justamente o contrário: houve um século quase inteiro de secas e as guerras (principalmente a dos Cem Anos) mataram grande número de lavradores e destruíram as colheitas. A diminuição da quantidade de produtos agrícolas fez com que o seu preço aumentasse de muito. Mal alimentadas, as pessoas ficaram mais fracas para resistir às doenças, principalmente à peste negra, trazida do Oriente pelos mercadores dos meados do século XIV. Assim, a população foi reduzida a um terço.

A recuperação da Europa, depois desse período difícil, foi extraordinária. A partir do século XV, a população voltou a crescer rapidamente. Por volta dos meados do século, entretanto, surgiram novos problemas econômicos.

O comércio das especiarias, em torno do qual girava toda a atividade mercantil européia, apresentava dois problemas graves: os nobres, que as compravam, estavam empobrecendo cada vez mais; o Mediterrâneo, por onde os comerciantes de especiarias precisavam passar, tornara-se monopólio de italianos e árabes. Por isso, o preço dos produtos aumentou consideravelmente. Se as especiarias continuassem custando tão caro, dentro de algum tempo ninguém mais teria dinheiro para comprá-las; assim, era preciso encontrar uma maneira de baixar o seu preço (eliminando os intermediários, ou encontrando novos mercados abastecedores).

Outros problemas econômicos somaram-se a esse: o da produção agrícola, por exemplo. Já vimos que ela se tornara insuficiente para abastecer a população das cidades. Ora, aumentar a quantidade de terras cultivadas ou de pessoas trabalhando nelas não resolveria a questão. A aquisição de novos mercados fornecedores, porém, solucionaria o problema, como no caso do comércio das especiarias.

Vimos também que a população das cidades crescera muito a partir do século XV. Ora, quem consumia os produtos fabricados nas cidades era a população dos campos vizinhos, além do comércio internacional. No primeiro caso, a produção ficava limitada à capacidade de consumo — bastante pequena — da população local; os trabalhadores ficavam, assim, impedidos de desenvolver toda a sua capacidade (não adiantava produzir se não havia a quem vender). Para que se pudesse empregar toda a capacidade produtiva da população urbana, seria preciso ampliar o mercado

consumidor. Isso só seria possível se novos mercados fossem encontrados, e novos mercados só havia fora da Europa. No caso do comércio internacional, as cidades ligadas a ele sofriam as conseqüências dos altos e baixos da exportação, além dos efeitos de fatores naturais (secas, pragas, enchentes) sobre a produção. Ocorria, pois, uma crise de mercado.

Por fim, a falta de metais preciosos para a emissão de moedas atrapalhava o comércio. A compra de especiarias desviara para o Oriente muito metal (dinheiro) europeu e o próprio fato de as atividades comerciais terem se desenvolvido tornara indispensável o aumento das moedas em circulação. Como as minas européias não produziam metal precioso suficiente, só havia uma solução: obtê-lo fora da Europa, através da própria mineração, ou então por meio de um comércio lucrativo.

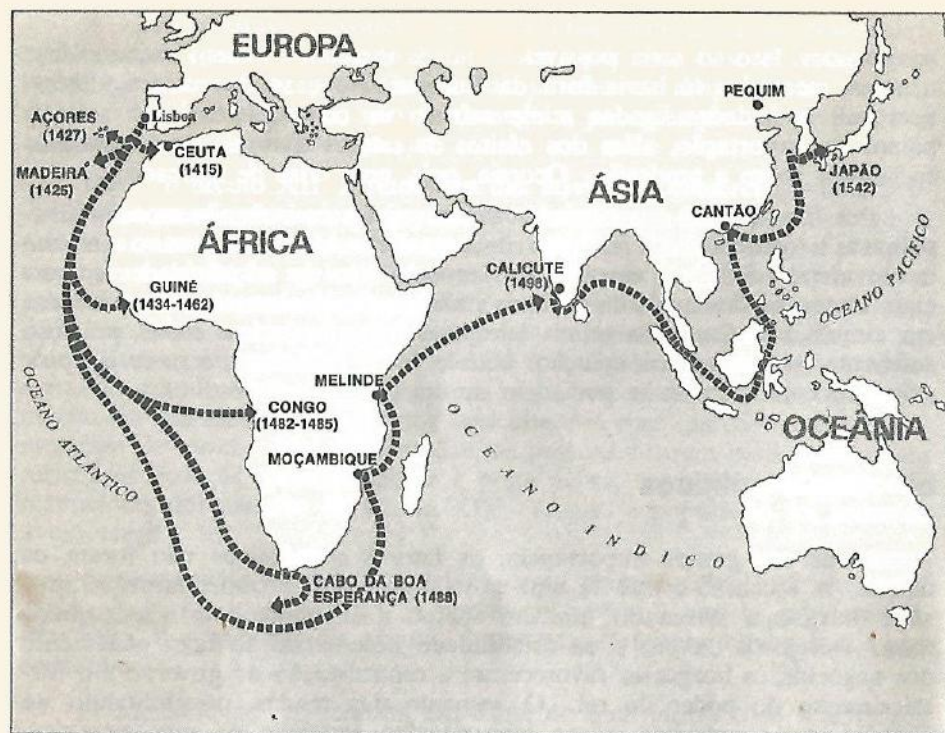
b) Sócio-políticos

Apesar de sua grande importância, os fatores econômicos não foram os únicos. A ascensão social de uma nova classe, a dos comerciantes e artesãos (burguesia mercantil), também ajudou a expansão comercial e marítima. Desejosos da paz e da estabilidade necessárias ao bom andamento dos negócios, os burgueses favoreceram a centralização do governo e o fortalecimento do poder do rei. O aumento das rendas, possibilitando ao Estado armar exércitos e aos comerciantes expandir os seus negócios, contribuiu para as explorações marítimas.

c) Religiosos

O ideal missionário em Portugal e na Espanha, que até há pouco tempo tinham estado em luta contra os muçulmanos, e o espírito de Cruzada serviram de pretexto para justificar a expansão européia (as terras pelas quais começou a expansão eram dominadas, ao menos uma parte, por povos não-cristãos).

d) Culturais

O desenvolvimento da arte da construção naval e da navegação, o uso da bússola e do astrolábio, aliados à invenção da caravela pelos portugueses, tornaram possível a navegação em mar alto. O próprio conceito de que a Terra é redonda (durante a Idade Média acreditava-se que ela tivesse a forma de um disco) levou à conclusão de que seria possível atingir qualquer continente pela navegação marítima em linha reta: partindo de um ponto qualquer e navegando sempre na mesma direção, dever-se-ia voltar finalmente ao ponto da partida.

Etapas da expansão marítima portuguesa.

A expansão portuguesa

Desde o século XIII Portugal já mantinha relações comerciais estreitas com a Inglaterra, Flandres (Bélgica e Holanda atuais) e as cidades italianas; já vinha, também, tomando uma série de medidas para estimular a expansão comercial e marítima: fez acordos internacionais para proteger os navios mercantes dos ataques dos piratas muçulmanos.

Enquanto foi promovida pelos burgueses, a expansão portuguesa teve fins pacíficos e comerciais; nas ocasiões em que os nobres as dirigiam, as expedições tenderam mais ao saque e à conquista das grandes cidades muçulmanas, "infiéis", do norte da África. Foi sob a regência de Dom Pedro que a expansão portuguesa viveu o seu grande momento, quando se tornou um processo praticamente irreversível. Algum tempo depois começou a exploração comercial, organizada sob a forma de concessões e monopólios, que levaria os portugueses às Índias (só em 1460 se falou pela primeira vez na possibilidade de chegar até lá).

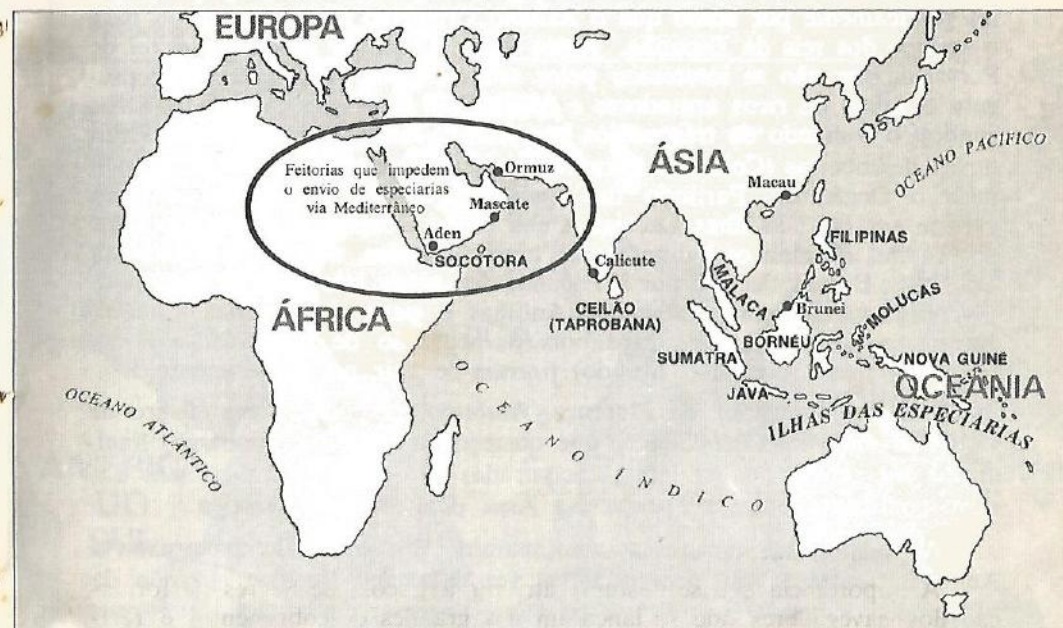
A importância que se costuma atribuir à Escola de Sagres na formação dos navegadores que se lançaram aos grandes descobrimentos é relativa, pois os pilotos interessados no comando das expedições procuravam

Dom Henrique apenas para obter dele o financiamento das suas viagens (o dinheiro não era do próprio Dom Henrique, mas da Ordem de Cristo, fundada para combater os árabes).

Os descobrimentos se sucederam: Ceuta (1415), Madeira, Açores, Cabo Bojador, Cabo Branco, Cabo Verde, Golfo da Guiné, até a passagem do Equador, em 1471. Em 1487, Bartolomeu Dias ultrapassou o Cabo das Tormentas. Ao seguir a mesma rota, em 1497, Vasco da Gama tocou Moçambique e Melinde, na África Oriental, antes de atingir Calicute, na costa oeste da Índia, fazendo assim a primeira ligação direta por mar entre a Europa Ocidental e os países marítimos do Oriente (1498).

Vasco da Gama voltou a Lisboa em 1499, com suas embarcações carregadas de especiarias. Para organizar o comércio com o entreposto encontrado por Vasco da Gama, partiu de Portugal, em 1500, a frota comandada por Cabral, que atingiria, de passagem, o Brasil.

A formação do Império Colonial Português foi iniciada por Afonso de Albuquerque, pelo domínio da passagem do Mar Vermelho em direção à Europa, com o que se conseguiu o monopólio dos produtos orientais. Os portugueses fixaram-se em Goa (capital comercial do Oeste da Índia), Diu e Cochim; a tomada de Malaca, em 1511, abriu-lhes o caminho da Indochina; em 1517, alcançaram a costa da China e em 1520 foram recebidos em Pequim, o que lhes permitiu comerciar com Cantão.

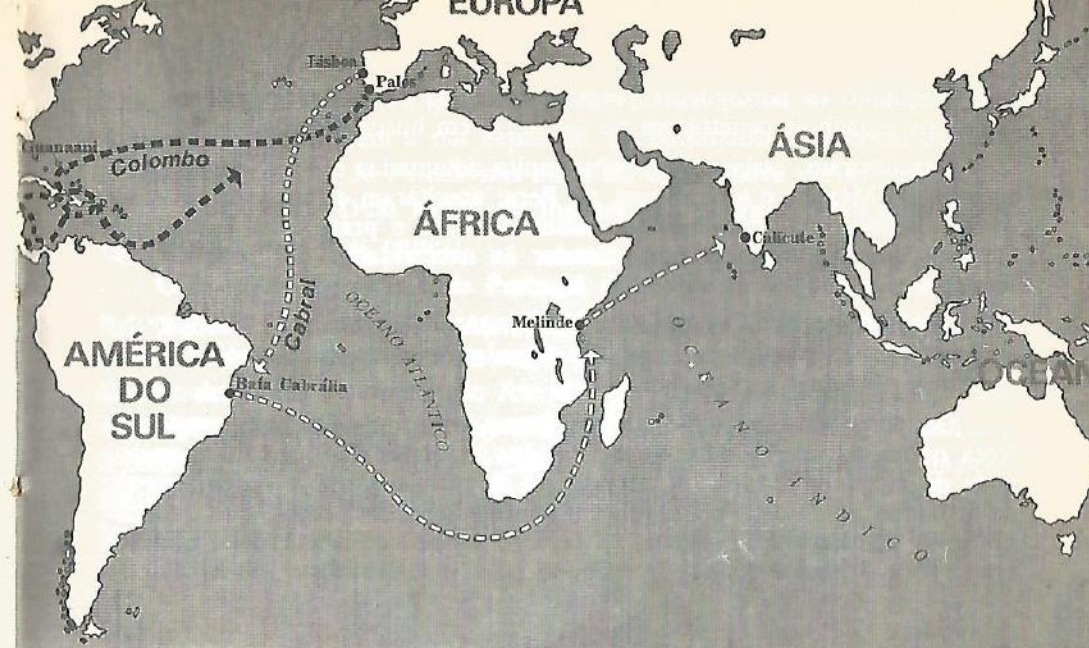
Monopólio das especiarias no Império Colonial Português (1515-1530).

Os portugueses, muito exploradores a princípio, foram aos poucos obrigados pelos orientais a comerciar com mais justiça. Os produtos eram trocados nas feitorias militares que os primeiros fundaram no Oriente. Todos os anos uma frota partia de Lisboa e, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, aproveitava as monções de Sudeste para atingir Goa; dois meses depois voltava carregada de especiarias, objetos raros e pedras preciosas. Outros barcos garantiam a ligação entre a Índia e os portos mais distantes da China.

A proteção desse comércio e a manutenção do monopólio deram por algum tempo aos portugueses a supremacia comercial na Europa, mas depois acabaram acarretando tantas despesas que foram tornando antieconômica a atividade mercantil: além de ser preciso guarnecer a costa e os portos, os barcos eram caros, não resistiam a muitas viagens e eram comuns os naufrágios. Com a diminuição dos lucros, os empresários portugueses reduziram seus investimentos no Oriente e deixaram todos os gastos a cargo do Estado. Assim, depois de 1530, esse comércio entrou em franco declínio. Portugal voltou-se então para a exploração comercial agrícola do Brasil.

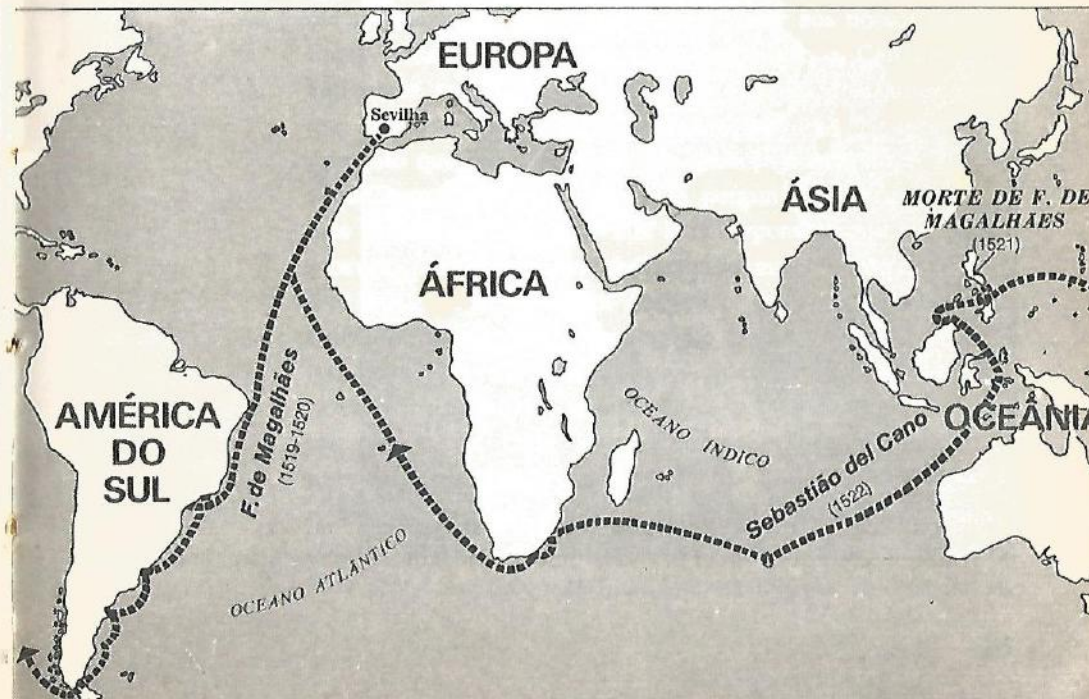
A expansão espanhola

Os espanhóis estavam tão atrasados em relação aos portugueses (nos fins do século XV ainda não tinham conseguido a total unidade do país) que foi praticamente por acaso que o italiano Cristóvão Colombo entrou para o serviço dos reis da Espanha. Antes disso, Colombo procurara o rei de Portugal, que não se interessou pelos seus serviços. Na Espanha, conseguiu o apoio de ricos armadores e da Rainha Isabel de Castela, que lhe confiou o comando de três navios prometendo-lhe o cargo de vice-rei das terras descobertas (Colombo afirmava poder alcançar as Índias, navegando para o Ocidente). Partindo das Canárias, depois de navegar 33 dias chegou em 1492 às ilhas Lucaias, Cuba e São Domingos. Pensando estar nas Índias, chamou os habitantes da terra de **índios**, nome que conservam até hoje. Depois de retornar à Espanha fez ainda três viagens, nas quais descobriu várias outras ilhas das Antilhas e parte da América Central. Intrigas políticas na corte espanhola (a acusação de pretender o poder total nas terras do Novo Mundo) fizeram-no cair no esquecimento.

Foi um navegador de Florença, Américo Vespúcio, companheiro de Colombo em várias expedições, que começou a suspeitar, acabando finalmente por provar que as terras encontradas não eram as Índias, mas um novo continente, entre a Europa e a Ásia. Daí o nome **América**.

As descobertas espanholas continuaram. Em 1513, Balboa cruzou a América Central e viu pela primeira vez o Oceano Pacífico. Fernão de Magalhães começou em 1519 a primeira viagem de navegação em torno

As viagens de Colombo e Cabral.

do mundo; morreu em 1521, nas Filipinas, antes de terminá-la; quem a completou foi Sebastião del Cano, em 1522, comprovando assim a esfericidade da Terra — a expedição partiu de Cádiz e, navegando sempre na mesma direção, voltou ao ponto de partida.

Primeira viagem de circunavegação.

Enquanto os portugueses permaneceram na costa das terras conquistadas, os espanhóis penetraram no território em busca de riquezas.

Descobriram, assim, civilizações muito adiantadas e ricas, como a dos astecas, no México, e a dos incas, no Peru; assaltaram e escravizaram esses povos, pondo-os a trabalhar nas minas de ouro e prata e na exploração agrícola que organizaram para atender às necessidades das próprias colônias.

Com a descoberta dos metais, obtiveram a hegemonia na Europa, daí as diferenças marcantes na forma de organização do comércio colonial dos impérios português e espanhol.

Os lucros da exploração colonial foram enormes. Todos os anos uma frota partia de Sevilha para Vera Cruz (no atual México), e voltava carregada de metais preciosos. A abundância de metais promoveu a hegemonia da Espanha na Europa e inflacionou enormemente os preços, que quadruplicaram no decorrer do século. O centro da economia européia, que até então fora o Mediterrâneo, deslocou-se para o Atlântico.

A expansão inglesa e francesa

As viagens de exploração inglesa e francesa.

Tanto a França como a Inglaterra tiveram vários problemas internos que atrasaram e dificultaram a sua expansão: foi demorado o processo de centralização do poder do Estado nas mãos do rei e houve várias guerras internas (como a das Duas Rosas, na Inglaterra) e externas (como a dos Cem Anos, entre esses dois países).

O êxito da Espanha e de Portugal estimulou os franceses e ingleses a começarem também a sua expansão: Verazzano, florentino, percorreu as costas da América do Norte em nome de Francisco I, da França. Jacques Cartier descobriu o estuário do Rio São Lourenço, no atual Canadá. As expedições de Giovanni Caboto, a serviço de Henrique VIII, permitiram o reconhecimento das costas do Labrador e Terra Nova. Estas primeiras tentativas foram bastante limitadas nos seus efeitos. Os maiores êxitos de franceses e ingleses, no plano da colonização sistemática, viriam somente nos inícios do século XVII.

Documento básico

Chegada de Vasco da Gama a Calicute:

"Neste mesmo dia (domingo, 19 de maio de 1498), à tarde, navegamos ao longo da costa, pouco mais de duas léguas, nas proximidades de Calicute. Ao ancorarmos, quatro embarcações da terra vieram ao nosso encontro; queriam saber quem éramos; aproximaram-se e voltaram à cidade. No dia seguinte os mesmos barcos vieram ter aos nossos navios. Então o capitão-mor enviou um degredado a Calicute. Os habitantes trouxeram até o nosso homem dois intérpretes que falavam castelhano, mouros de Túnis. O primeiro cumprimento que lhe deram foi textualmente o seguinte: Diabo, o que o traz aqui?' Em seguida perguntaram o que vínhamos procurar tão longe. Ele lhes respondeu que vínhamos procurar cristãos e especiarias. Os mouros responderam: 'Por que não os enviaram aqui nem o rei de Castela, nem o rei da França, nem o senhor de Veneza?' O degredado respondeu que o rei de Portugal queria evitar que aqueles soberanos atingissem essas paragens; disseram-lhe os mouros que o rei fazia bem. Deram-lhe hospitalidade e o convidaram a comer mel e pão de trigo; ao terminar a refeição, voltou aos navios. Quando retornou a bordo trouxe consigo um dos mouros que começou a dizer ao chegar: 'Boa sorte!... Boa sorte!... muitos rubis... muitas esme-

raldas... Vocês devem dar graças a Deus por tê-los conduzido a uma terra de tantas riquezas!...' O que ouvíamos nos causou enorme espanto, pois não podíamos acreditar que houvesse tão longe de Portugal um homem capaz de falar a nossa língua."

Jornal da viagem de Vasco da Gama, publicado por E. Charton, **Voyageurs Anciens et Modernes,** tomo III, pág. 243, citado por L. Gothier e A. Troux, **Recueils de Textes d'Histoire,** tomo III, **Les Temps Modernes,** pág. 17.

Datas e fatos essenciais

Século XIV:	Crise de estagnação.
Século XV:	Surto de desenvolvimento.
1415:	Tomada de Ceuta.
1487:	Passagem do Cabo das Tormentas.
1492:	Descobrimento da América.
1498:	Chegada de Vasco da Gama às Índias.
1500:	Descobrimento do Brasil.
1522:	Primeira viagem de circunavegação.

Resumo

1. A expansão européia constituiu um elemento fundamental dos Tempos Modernos. Vários fatores condicionaram essa expansão: econômicos, sócio-políticos, religiosos e culturais.
   a) **Econômicos:** estagnação da economia européia, estimulando assim a busca de novos mercados consumidores e fornecedores.
   b) **Sócio-políticos:** ascensão social da burguesia mercantil e fortalecimento do Estado Nacional.
   c) **Religiosos:** presença dos ideais religiosos ainda resultantes das Cruzadas.
   d) **Culturais:** aperfeiçoamento técnico dos instrumentos de navegação: bússola e astrolábio.

2. A expansão portuguesa foi pioneira por uma série de motivos:
   a) As atividades comerciais dos portugueses eram intensas nos fins da Idade Média.
   b) Em grande parte, sua expansão foi conduzida pela burguesia mercantil, que a orientou para o Sul da África, visando ao comércio.
   c) Quando a nobreza participou da expansão, conduziu-a para o Norte da África, com propósitos apenas belicosos.
   d) A Escola de Sagres não foi tão importante como se pensa. Valeu mais pelo estímulo econômico.
   e) Os portugueses começaram em Ceuta (1415) e terminaram contornando a África em 1487. Em 1498 Vasco da Gama atingiu as Índias e Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil em 1500.
   f) Os portugueses formaram seu Império Colonial nas Índias, transformando Goa na sua capital comercial.
   g) Os custos de manutenção do comércio oriental tornaram-se cada vez mais elevados, reduzindo os lucros. Em 1530, os portugueses estavam abandonando as Índias pelo Brasil.

3. A expansão espanhola diferiu muito da portuguesa: os espanhóis encontraram ouro e prata nas suas colônias.
   a) As terras espanholas foram descobertas mais ou menos ao acaso por Cristóvão Colombo, que fez várias viagens à terra descoberta em 1492.
   b) Em 1522, completou-se a primeira viagem de circunavegação iniciada por Fernão de Magalhães e completada por Sebastião del Cano.
   c) Os conquistadores espanhóis descobriram as civilizações pré-colombianas da América, ricas em metais preciosos.
   d) Um sistema de frotas foi organizado com a finalidade de transportar metais preciosos para Sevilha (Espanha).
   e) Esses metais inflacionaram os preços e, juntamente com as especiarias portuguesas do Oriente, forçaram a passagem do eixo econômico para o Atlântico.

4. No século XVI, as expansões inglesa e francesa foram menos significativas. Sua importância maior estaria no século XVII.
   a) A demora da Inglaterra e da França para entrar na corrida colonial deveu-se a problemas políticos internos e externos: Guerra dos Cem Anos, Guerra das Duas Rosas.
   b) O interesse franco-britânico concentrou-se na América do Norte e Canadá.

Vocabulário

Astrolábio: instrumento para medir a longitude e latitude.
Atividade mercantil: atividade comercial (compra, venda, troca etc.).
Concessão (comercial): direito de explorar comercialmente determinado ramo ou região.
Crise de desenvolvimento: crise que se dá em momento de expansão por causa do aparecimento de elementos que impedem a continuidade dessa expansão.
Crise de estagnação: diminuição da procura (de bens e serviços).
Crise de mercado: desequilíbrio entre a oferta e a procura.
Economia: conjunto das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio); preocupação em poupar e, assim, capitalizar.
Entreposto: estabelecimento, feitoria.
Estado: território administrado por um governo soberano e dotado de leis próprias.
Feitoria: estabelecimento comercial, em geral situado no litoral.
Hegemonia: supremacia, poder de maior influência.
Inflacionar: emitir moedas em quantidade exagerada, provocando a sua desvalorização.
Intermediário: comerciante.
Investir: empregar dinheiro.
Mercado: conjunto dos compradores e produtores.
Mercado abastecedor: produtores.
Mercado consumidor: compradores.
Monções: época ou ventos favoráveis à navegação.
Monopólio: direito exclusivo sobre a produção ou comércio.

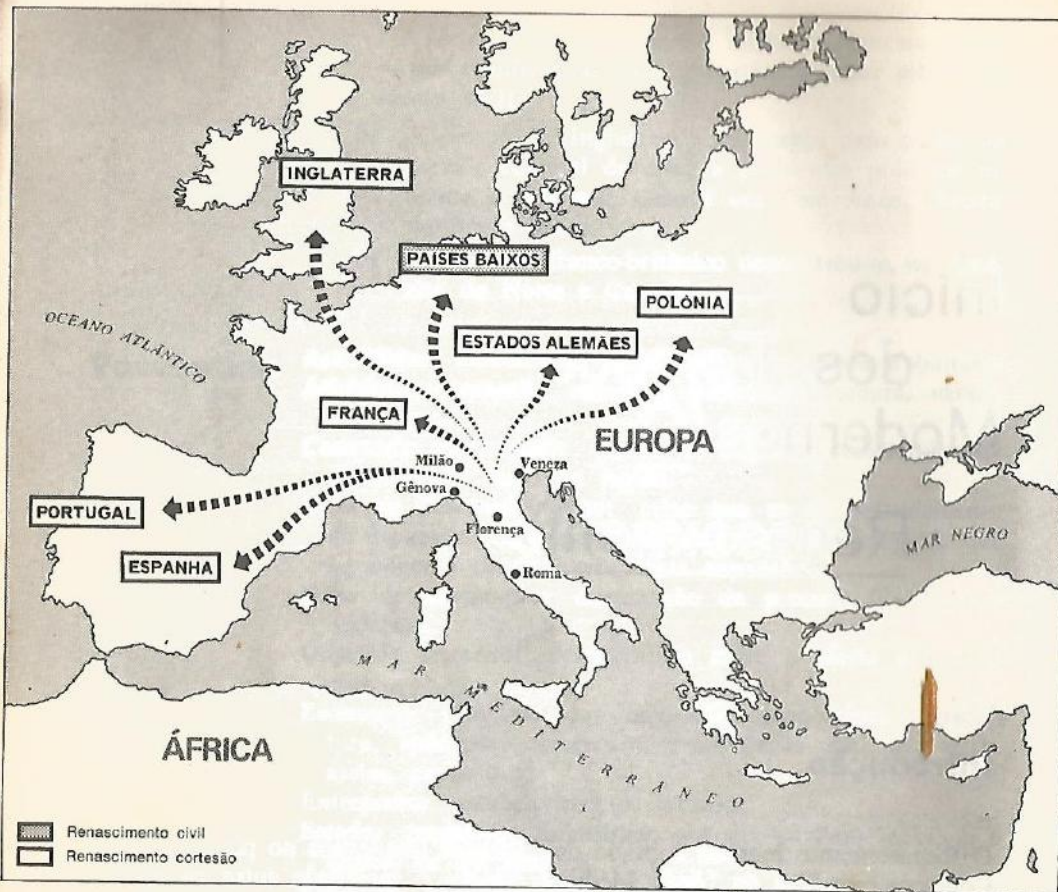
Início dos Tempos Modernos/O Renascimento

Introdução

O Renascimento marcou o início dos Tempos Modernos no plano cultural. Começou nos fins da Idade Média e atingiu a plenitude entre os séculos XV e XVI. A denominação **Renascimento** foi resultado da preocupação dos homens que viveram esta evolução cultural, em aproximar a sua época da Antigüidade. Consideravam, portanto, que a sua época via renascer a cultura antiga, a partir da qual se orientavam, em oposição à cultura medieval, que desprezavam.

Origens do Renascimento

O Renascimento começou na Itália e seu desenvolvimento e difusão foram possíveis graças a uma série de circunstâncias da história italiana.

Com o progresso das cidades e do comércio, muita gente enriqueceu a ponto de ficar em condições de proteger os artistas e gastar bastante com a Arte; os protetores dos artistas eram chamados **mecenas**. Estes acabavam conhecidos e respeitados por todos. A Arte os ajudava a conseguir créditos e a divulgar as atividades das suas empresas, contribuindo para o seu progresso.

Principais centros do Renascimento italiano e sua difusão.

Os príncipes, cada vez mais poderosos, desejando legalizar sua autoridade, recorriam aos **humanistas** que justificavam e divulgavam seus atos e idéias.

Como o fato de ser mecenas era sinal de prestígio, o interesse social uniu-se ao econômico e ao político em benefício do Renascimento.

A produção artística foi favorecida pelo equilíbrio existente entre as forças universais representadas pelo Papado e pelo Império, que se empenhavam numa luta para o controle político da Itália.

Além disso tudo, a Itália tinha sempre diante dos olhos os monumentos, construções e obras de arte da Antigüidade greco-romana.

Foi só bem mais tarde, por ocasião das guerras da Itália com outros países, que o Renascimento atingiu o resto da Europa. Em nenhum desses outros países, no entanto, foi tão "completo" quanto na Itália — se adquiriu características próprias em cada um deles, só um aspecto do movimento (o intelectual ou o artístico) mereceu destaque.

Desde o século XIV, a Itália conheceu obras literárias de características já renascentistas, mas ainda mescladas de elementos medievais (**A Divina Comédia**, de Dante; **Decamerão**, de Boccaccio; **África**, de Petrarca); seu período de maior produção artística foi entre 1450 e 1550. No restante da Europa foi principalmente durante o século XVI que o Renascimento produziu suas melhores obras.

Características do Renascimento

Os homens que viveram durante o Renascimento tiveram consciência de que sua época era bem diferente da Idade Média. Consideravam a cultura medieval muito inferior à da Antigüidade e opunham uma à outra, como se não houvesse continuidade entre elas. Julgavam viver um período de luzes depois das "trevas" medievais.

Houve, por isso, um retorno à cultura greco-romana, tanto no plano artístico como na maneira de pensar.

Isso trouxe a redescoberta do valor e das possibilidades do homem, que passou a ser considerado o centro de tudo. Na Idade Média, o centro era Deus.

Foi também acentuada a importância do estudo da natureza (em vez dos ensinamentos dos mestres e da tradição, como na Idade Média).

A característica mais marcante do Renascimento foi o seu profundo **racionalismo**, isto é, a convicção de que tudo pode ser explicado pela razão do homem e pela ciência, a recusa de acreditar em qualquer coisa que não tenha sido provada. Os métodos experimentais, a observação científica, o desenvolvimento da contabilidade, a organização política racional, que começaram no Renascimento, são exemplos desse racionalismo.

O Renascimento teve dois aspectos: o **civil**, ligado às cidades dirigidas pela alta burguesia e pela nobreza ligada ao comércio, e o **cortesão**, relativo aos príncipes e nobres da corte. Foi o Renascimento cortesão que se difundiu pela maioria dos países europeus, pois os temas do Renascimento civil só poderiam penetrar em regiões onde as condições sociais e econômicas fossem semelhantes às da Itália, como foi o caso dos Países Baixos (Bélgica e Holanda).

O Renascimento intelectual ou Humanismo

A revolução científica e literária que se deu durante o Renascimento foi chamada **Humanismo.** Os humanistas eram geralmente homens da Igreja ou professores protegidos por mecenas. Eram individualistas, isto é, davam maior importância ao valor e aos direitos de cada indivíduo do que

à sociedade. Muito cultos e grandes admiradores da cultura antiga, viajavam à procura de manuscritos que copiavam, corrigiam e comentavam. Para entendê-los, aprenderam grego, hebraico e outras línguas antigas; expressavam-se no mais puro latim. Seus trabalhos trouxeram um desenvolvimento extraordinário à literatura de muitos países da Europa.

Os humanistas acreditavam no progresso e na capacidade humanas; tinham uma sede imensa de aprender tudo o que fosse possível. Suas idéias tornaram-se conhecidas e aceitas graças à invenção da imprensa, que tornou mais fácil a reprodução das obras literárias (os livros podiam assim ser obtidos em quantidade muito maior do que até então, a preços mais acessíveis e com grande rapidez).

O principal centro humanista foi a Itália, nos fins do século XV. Os estudos começados por Dante, Petrarca e Boccaccio foram estimulados pela chegada de homens cultos vindos de Constantinopla — um dos principais centros culturais do Oriente — tomada pelos turcos em 1453. Na cidade italiana de Florença, Lourenço de Médicis fundou uma academia onde pensadores ilustres tentaram estabelecer um acordo entre o pensamento antigo (pagão) e o ideal cristão; foi também ali que Maquiavel renovou os estudos de história e de política, estabelecendo em **O Príncipe** as bases para a organização política do Estado moderno. Os humanistas cristãos procuraram conciliar a filosofia platônica e o Cristianismo, principalmente Marcílio Ficino e Pico della Mirandola. Os humanistas pagãos desenvolveram estudos históricos da Antigüidade com a finalidade de criticar os livros sagrados, como é o caso de Lourenço Valla.

Fora da Itália, o maior humanista foi o holandês Erasmo de Roterdam, que criticou a sociedade do seu tempo em **Elogio da Loucura**. Na França o Humanismo triunfou graças à proteção de Francisco I, fundador do Colégio de França, onde se ensinava grego, hebraico, filosofia, matemática, geografia e medicina.

François Rabelais satirizou a Filosofia Escolástica e a Igreja nas obras **Gargântua** e **Pantagruel**. O cinismo de Michel Montaigne, em **Ensaios**, abalou os dogmas da fé. Na Inglaterra **Sir** Thomas Morus escreveu a **Utopia**, onde preconizou uma sociedade igualitária, criticando o capitalismo nascente. **Sir** Francis Bacon desenvolveu seu método da experimentação — **Novum Organum** — de grande importância para o conhecimento científico.

A produção humanista na literatura e no teatro foi fecunda. Na Espanha, Miguel de Cervantes em **Dom Quixote** satirizou o feudalismo e os costumes da cavalaria medieval. A mesma crítica e mais o fervor religioso aparecem em Lope de Vega, Tirso de Molina e Calderón de la Barca que produziram numerosas peças de teatro. Em Portugal sobressaíram-se Gil Vicente no teatro e Luís Vaz de Camões na epopéia. Mas William Shakespeare, na Inglaterra, foi o representante máximo da criação artística no teatro; escreveu mais de 40 peças e algumas de suas obras são representadas até hoje, como **Romeu e Julieta, Hamlet, Macbeth, Rei Lear, Júlio César** e outras.

A Ciência no Renascimento

O racionalismo característico do Renascimento fez com que essa época conhecesse um notável progresso científico. O grande artista italiano Leonardo da Vinci descobriu como deveriam funcionar o avião, o submarino, o moinho de vento, a roda de água etc. O polonês Copérnico descobriu que não é o Sol que gira em torno da Terra, como se pensava, mas a Terra que gira em torno do Sol. Galileu Galilei foi o mais importante cientista do Renascimento, sendo considerado o fundador da Física moderna. O alemão Johannes Kepler demonstrou a órbita elíptica dos astros. No campo da Medicina, o médico alemão Paracelso estudou as drogas medicinais, e na Espanha Miguel Servet descobriu a pequena circulação do sangue.

O médico francês Ambroise Paré inventou uma nova maneira de estancar o sangue. Houve ainda muitos cientistas ilustres no Renascimento. Sua mentalidade ainda não era perfeitamente "científica", de acordo com as idéias de hoje, pois eles confundiam superstição e ciência (acreditavam em bruxas e fantasmas, por exemplo).

O Renascimento artístico

Também na Arte o Renascimento rompeu com as idéias e costumes da Idade Média e procurou imitar a Antigüidade. Na Pintura, maior atenção passou a ser dada à natureza, ao homem, ao movimento, à perspectiva. A Arquitetura progrediu muito com os esforços para adaptar as técnicas antigas às necessidades da época; foram construídos palácios, casas, monumentos e a Basílica de São Pedro, em Roma. O Renascimento renovou também a Música: Palestrina (italiano) adaptou a música religiosa aos sentimentos e às formas de expressão da época. Durante o século XIV, somente Giotto destacou-se na Pintura. É famosa sua tela **São Francisco pregando aos pássaros**. No século XV, em Florença, sob a proteção dos Médicis e, em Roma, sob o mecenato papal, as Artes sofreram notável desenvolvimento. O corpo humano ganhou realismo, mesmo nas pinturas religiosas, graças aos estudos da forma e melhor aplicação da cor. Nesta fase predomina a escola florentina e são seus expoentes: Masaccio com **Expulsão de Adão e Eva do Paraíso**, Fra Filippo Lippi com **Adoração**, Sandro Botticelli com **Alegoria da Primavera**. O maior de todos foi Leonardo da Vinci, que fez estudos científicos da natureza e do corpo humano; notabilizou-se pelo jogo de cores, luz e sombra. Suas obras principais: **Virgem das Rochas, Última Ceia** e o retrato de **Gioconda (Mona Lisa)**.

No campo da Escultura sobressaiu-se Donatello que procurou glorificar o nu: **Davi** e a estátua do **Condottiere Gattamelata**, esculpidas em bronze, são suas obras máximas. Na Arquitetura, Brunelleschi utilizou as linhas horizontais e elementos decorativos de influência romana.

No século XVI, o Renascimento atingiu seu apogeu que vai até meados desse século, quando então inicia a fase de sua decadência. O centro artístico passa de Florença para Roma, e a escola veneziana começa a produzir para a burguesia consumidora.

A poesia épica desenvolveu-se com Ludovico Ariosto em **Orlando Furioso** e com Torquato Tasso em **Jerusalém Libertada**. Os pintores da Escola de Veneza retrataram a vida mundana e aperfeiçoaram a utilização das cores vivas e do movimento. A técnica do retrato foi desenvolvida. São exemplos dessa fase: Ticiano com **Descida da Cruz**, Tintoretto com **A Crucificação**, e Rafael com **Madona Sistina, Retrato de Leão X** e **Os Cardeais**.

Sob a proteção do papa destacou-se nessa época Miguel Ângelo, pintor e escultor, um dos maiores nomes do Renascimento italiano. Pintou uma parede e o teto da Capela Sistina (**Deus Criando o Mundo**, **Criação de Adão**, **O Dilúvio** e **Juízo Final**). Nas suas esculturas usou da deformação para obter efeito trágico como em **Escravo Acorrentado**, **Moisés** e **Pietà**.

Moisés, *de Miguel Ângelo (detalhe).*

Fora da Itália, foi nos Países Baixos que a Pintura adquiriu maior importância. Na escola flamenga a Arte refletia o luxo dos comerciantes e as telas eram feitas a óleo com cores vivas. Peter Breughel fez pintura de caráter social, retratando homens comuns, como no **Danças Camponesas**; Van Eyck, em **Adoração do Cordeiro**, explora tema religioso; Rembrandt, na **Lição de Anatomia do Dr. Tulp**, mostra a vida européia da época. Na Alemanha, Albrecht Dürer com **Adoração dos Magos**, **Cristo Crucificado**, **Os Quatro Apóstolos**, salienta-se pelas tendências místicas. Hans Holbein fez retratos de **Erasmo** e **Henrique VIII**. Na Espanha, Murillo desenvolveu o tema da religiosidade em **Imaculada Conceição.** El Greco destacou-se por sua pintura emocional, impregnada de realismo místico e aspectos sobrenaturais; suas obras mais famosas: **Pentecostes** e **O Enterro do Conde de Orgaz.**

Documento básico

Gargântua escreve a seu filho Pantagruel sobre o ideal educacional do Renascimento:

"O mundo todo está cheio de pessoas sábias, de preceptores eruditos, de grandes bibliotecas; parece-me que nem no tempo de Platão ou de Cícero havia condições de estudo como agora...

Os bandidos, os carrascos, os aventureiros e os cocheiros de agora são mais educados que os eruditos, os doutores e os teólogos do meu tempo... Por isso, meu filho, deves empregar a tua juventude na dedicação ao estudo e às virtudes.

Estás em Paris e tens como preceptores Epistemon, de grande instrução, e outro mestre: a própria cidade de Paris, que te dará muitos exemplos. Vejo que aprendes as línguas perfeitamente. Grego, latim, hebraico, para as santas leituras, caldeu e árabe paralelamente; e que formas teu estilo na imitação de Platão e de Cícero (...); que tens toda a história na memória (...). As artes liberais, geometria, aritmética e música, eu te fiz apreciar quando tinhas ainda cinco anos; sabes astronomia e direito canônico. Quanto ao direito civil, conheces de cor belos textos e os criticas com filosofia. Em relação ao conhecimento dos fatos da natureza, por fim, vejo que te entregas a ele com curiosidade: não há mar, rio ou fonte dos quais não conheças os peixes; de todos os pássaros, de todas as árvores, arbustos e frutas das florestas, de todas as ervas da terra e de todos os metais escondidos no ventre dos abismos, mesmo as pedrarias do Oriente e do Sul, nada te é desconhecido."

Rabelais, **Pantagruel**, in L. Gothier e A. Troux. **Recueils de Textes d'Histoire**, tomo III, págs. 47 e 49.

Datas e fatos essenciais

1350-1450: Pré-Renascimento.

1450-1550: Período máximo do Renascimento.

Resumo

1. O mecenato constituiu um fator importante do Renascimento, ocorrido entre os séculos XV e XVI:
   a) Os humanistas foram protegidos pelos príncipes interessados na centralização do poder.
   b) A preocupação maior dos mecenas era o prestígio social que a proteção das Artes lhes conferia.
   c) A estabilidade política da Itália criou condições para o progresso artístico.
   d) Dante, Boccaccio e Petrarca foram os representantes do pré-Renascimento.
2. As características básicas do Renascimento foram: retorno à cultura greco-romana; antropocentrismo; descoberta do mundo; racionalismo; caráter civil e cortesão da produção artística.
3. Os humanistas eram eruditos preocupados com a condição humana:
   a) Foram protegidos por Lourenço de Médicis, em Florença.
   b) Dos humanistas destacaram-se Maquiavel com a obra **O Príncipe** e Erasmo de Roterdam com **O Elogio da Loucura.**
4. O Renascimento científico legou-nos descobertas importantíssimas de Leonardo da Vinci, Copérnico, Galileu Galilei e Johannes Kepler.
5. O Renascimento artístico produziu obras excepcionais:
   a) **Pintura:** Leonardo da Vinci, **a Gioconda.**
   b) **Escultura:** Miguel Ângelo, **Moisés.**
   c) **Música:** Palestrina.

Vocabulário

Mecenas: protetor dos artistas.
Sacro Império: Império fundado por Oto I, em 962.

Início dos Tempos Modernos / A Reforma Religiosa

Introdução

Nos fins da Idade Média, a palavra **reforma** era usada com o significado de purificação interior do crente e de busca da regeneração da Igreja Católica. Os reformadores religiosos que com ela romperam, passaram a empregar **Reforma** para designar o movimento geral de transformação religiosa. Não só na Igreja Católica como também — e até principalmente — fora dela. O termo hoje em dia abrange tanto a Reforma Protestante como a Católica, se bem que a Católica tenha sido, de certo modo, uma **Contra-Reforma**, uma reação contra a Reforma Protestante. Os católicos procuram evitar o uso da expressão **Contra-Reforma** . Argumentam que o movimento reformista já existia na sua Igreja bem antes da Reforma Protestante.

Relações entre Reforma e Tempos Modernos

Assim como os descobrimentos marítimos representaram uma revolução econômica e o Renascimento, uma revolução intelectual e artística, a Reforma correspondeu a uma revolução no terreno religioso. Da Idade Média até o Renascimento, a importância da Igreja Católica na vida econô-

Reforma Protestante e reação católica nos fins do século XVI.

mica, social e política foi extraordinária — constituía-se na base sobre a qual se apoiava o Estado, chegando até a superá-lo em certos momentos. Foi a Reforma que pela primeira vez questionou a autoridade do papa (e, por conseguinte, toda a hierarquia eclesiástica), pôs em dúvida os dogmas e rompeu a unidade religiosa da Europa Ocidental.

Fatores da Reforma

O desenvolvimento cultural e econômico dos séculos XV e XVI facilitou a divulgação dos conhecimentos religiosos e dos anseios dos homens da época. Esses anseios é que tornaram possível a Reforma. Conscientes, depois de um longo processo de cristianização que durou boa parte da Idade Média, da doutrina e da moral de sua religião, os cristãos passaram a observar o comportamento do clero e verificaram que ele não estava de acordo com os ensinamentos de Cristo. Acharam, então, que não adiantava se reformarem interiormente, se o clero — que servia de intermediário entre eles e Deus — não mudasse também. O que desejavam era mudar a **estrutura** da Igreja, não a sua doutrina. Não havia propriamente uma crise de fé: a construção de igrejas, as numerosas peregrinações, a fundação de irmandades leigas e o aparecimento das heresias o provam.

Já havia uma crise na organização eclesiástica, independentemente dos abusos. O problema vinha das origens da Igreja e principalmente da Idade Média, quando os chefes da Igreja eram também homens do mundo, isto é, grandes senhores sem preocupações religiosas. Eis por que os papas do início do século XVI protegiam os artistas, formavam alianças políticas com príncipes e imperadores, guerreavam, viviam em cortes luxuosas (cujas despesas eram cobertas pelas contribuições dos fiéis) e procuravam aumentar suas rendas pela acumulação de cargos religiosos. As eleições do papa chegaram a provocar verdadeiros conflitos políticos entre as grandes famílias italianas. Com tudo isso, a autoridade papal ficou desmoralizada. Para superar tal situação, o Concílio tomou a si a supremacia nas decisões dentro da Igreja.

Vários humanistas cristãos (Erasmo, por exemplo, autor de uma nova edição dos Evangelhos) tiveram consciência da necessidade de reformar o clero. Procuravam o verdadeiro cristianismo na leitura e comentário da Bíblia e no estudo dos grandes escritores cristãos antigos. Na França, um grupo importante de humanistas, radicado na cidade de Meaux, publicou uma coleção de Salmos e as Cartas de São Paulo, e traduziu para o francês o Novo Testamento (1521). Nem mesmo os humanistas mais ligados ao papa conseguiram fazer alguma coisa, porque, depois de ter ficado resolvido que qualquer transformação maior na Igreja só poderia ser decidida por um concílio, os papas, receosos de que isso diminuísse o seu poder, nunca mais quiseram convocá-lo. Só quando Lutero rompeu com a

Igreja, um concílio tornou-se indispensável. Realizou-se então o Concílio de Trento (cidade da Itália de hoje), para que os bispos se pronunciassem a respeito da crise e tomassem as medidas necessárias.

Tradicionalmente se diz que foram os abusos do clero uma das causas da separação entre os cristãos. Essa afirmação não é muito correta, pois só depois da Reforma é que se passou a falar desses abusos para justificá-la. Na Alemanha, por exemplo, as indulgências eram vendidas e cobradas, em nome do papado, pelo bispo de Brandemburgo e os lucros eram repartidos com os banqueiros Függers, que financiavam o papa na construção da Basílica de São Pedro, em Roma.

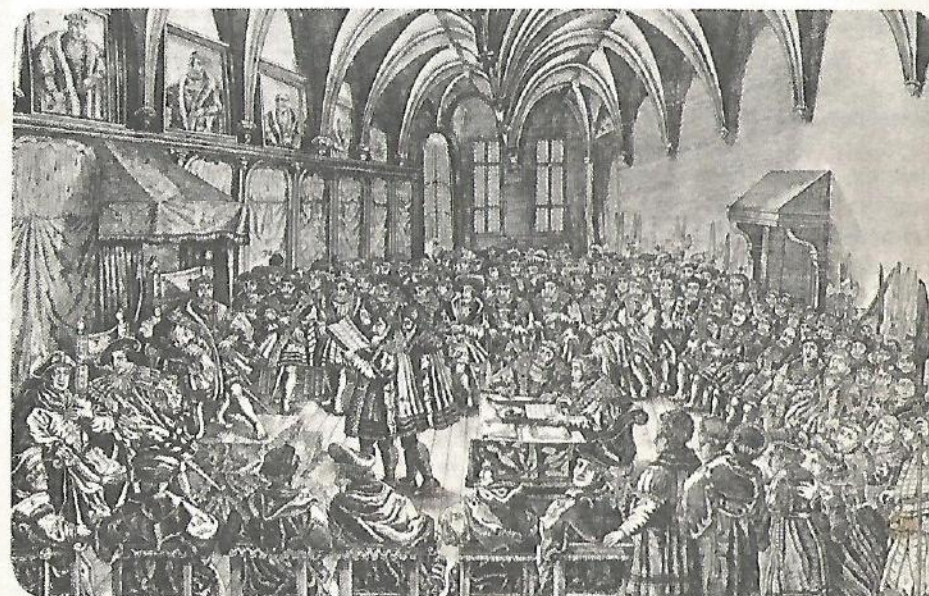
A Reforma de Lutero

Monge alemão, professor de Teologia, Lutero aproveitou os abusos praticados nas vendas de indulgências para denunciar publicamente as irregularidades que o clero vinha cometendo. Lutero afixou 95 teses que condenavam os abusos do clero na porta da Catedral de Wittenberg (cidade onde morava), mas só mais tarde é que percebeu o alcance de suas acusações: elas atingiam dogmas da Igreja, pois declaravam que a salvação depende só da fé e não das obras — as boas ou más ações dos fiéis. O papa a princípio não deu muita importância ao caso, mas três anos depois (1520), como Lutero se negasse a retratar o que tinha afirmado, excomungou-o. Condenado também pelos partidários do Imperador Carlos V, na Dieta de Worms, Lutero refugiou-se no castelo de Wartburg, onde escreveu panfletos e traduziu a Bíblia para o alemão. Muitos príncipes alemães o apoiaram porque desejavam libertar-se em seus domínios da influência do papa e do imperador, que era católico. Tal apoio foi decisivo na vitória do luteranismo.

Esses príncipes tomaram as terras pertencentes à Igreja Católica, que passaram a ser consideradas propriedades do Estado. A pequena nobreza alemã aproveitou a oportunidade para tentar a unificação da Alemanha, sob a liderança de Von Hutten e Von Sickingen. Os camponeses também aproveitaram a ocasião, mas para se revoltarem, em 1524. O líder deles, Thomas Müntzer, foi capturado no ano seguinte, porém a revolta continuou, com algumas interrupções, até 1536. Lutero, que era sustentado pelos príncipes, condenou os revoltosos.

Em 1529 reuniu-se a segunda Dieta de Spira (a primeira realizara-se em 1526), na qual tentou-se impor o catolicismo aos príncipes luteranos. Como estes se rebelassem, passaram a ser chamados "protestantes". Em seguida, organizaram a liga militar de Smalkalde contra o imperador e seus partidários católicos. Em 1555, a questão foi finalmente resolvida pela Dieta de Augsburgo: cada príncipe decidiria que religião adotar em suas terras.

Crítica à venda de indulgências.

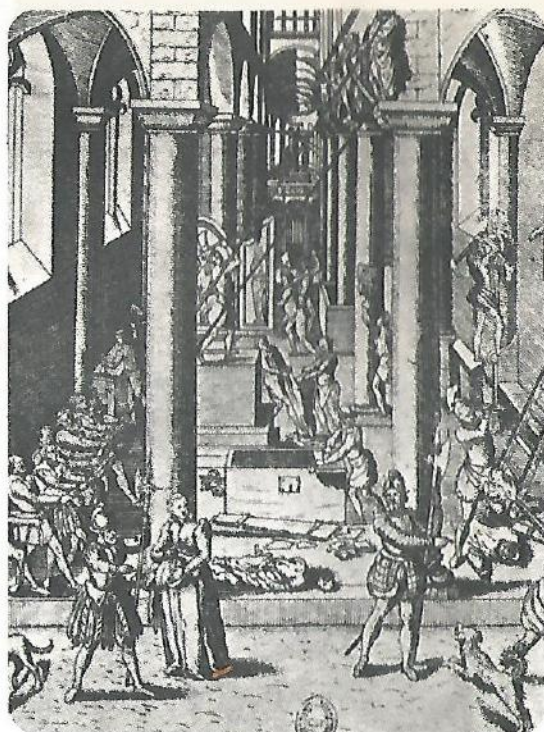
Na Dieta de Augsburgo, *Melanchton expõe os princípios da doutrina luterana.*

Na **Confissão de Augsburgo**, exposta por Melanchton — que fora monge junto com Lutero — em 1530, encontram-se os fundamentos do luteranismo: a salvação não se alcança pelas obras mas sim pela fé, pela confiança na bondade de Deus, pelo sofrimento interior. O culto religioso, muito simples — somente salmos e leitura da Bíblia —, é considerado contato direto entre Deus e o fiel, sendo dispensável o clero como "intermediário". Lutero conservou apenas dois dos sete sacramentos da religião católica: batismo e eucaristia ou comunhão. Mesmo assim, na eucaristia acreditava apenas na **presença** de Jesus no pão e no vinho, e não na **transformação** do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo, como os católicos acreditam.

A Reforma de Calvino

Destruição das imagens *em Genebra.*

Quando, por volta de 1534, Calvino começou a se preocupar com os problemas religiosos na França, já havia no país numerosos adeptos de uma reforma dentro da própria Igreja, tanto da parte dos luteranos como dos humanistas, que eram muito importantes na França.

Obrigado a refugiar-se por causa do que pregava, Calvino foi convidado a morar na cidade de Genebra, na Suíça. Lá implantou as **Ordenações Eclesiásticas**, leis rígidas e intolerantes baseadas na sua crença. Organizou a Igreja Calvinista em termos de fiéis, pastores (dirigentes do culto) e um conselho de anciãos (grupo de fiéis idosos que orientava a prática da religião). Suas idéias difundiram-se com rapidez: Teodoro de Beza, que dirigia em Genebra a Academia Teológica, levou-as para Gênova (na Itália). Logo alcançaram também a França, a Holanda, a Inglaterra (país em que o calvinismo se chamou puritanismo) e a Escócia (onde foi introduzido por João Knox, por motivos políticos).

Calvino assimilou a princípio os ensinamentos luteranos, mas depois, na **Instituição da Religião Cristã**, propôs reformas mais radicais que as de Lutero. Também acreditava que a salvação é conseguida pela fé, mas, dizia ele, ter fé não depende dos homens e sim de Deus, que a dá aos seus eleitos. Para Calvino, somente as Sagradas Escrituras são bases da crença (ao contrário dos católicos, que acreditam também na tradição deixada pelos seus mestres). O calvinismo simplificou ainda mais o culto: apenas comentários da Bíblia, feitos por sacerdotes sem paramentos, em igrejas sem imagens. Só os sacramentos do batismo e da comunhão foram conservados, sendo que para os calvinistas Cristo se encontra presente apenas espiritualmente na eucaristia. Como os luteranos, Calvino considerava a Igreja útil à salvação.

A Reforma Anglicana

Henrique VIII, rei da Inglaterra, no começo foi contra a Reforma, mas quando o papa se recusou a anular seu casamento, rompeu com a Igreja e declarou-se chefe da nova Igreja. Desde essa data — 1534 — o rei da Inglaterra passou a ser também o chefe da Igreja Anglicana.

A anulação do casamento do rei foi só um pretexto para separar a Inglaterra da Igreja Católica, pois os verdadeiros motivos dessa atitude de Henrique VIII não foram religiosos, mas sim políticos (escapar à influência do papa) e econômicos (tomar as terras e os bens da Igreja Católica).

Nada foi mudado na doutrina nem no culto e o rei perseguiu tanto os outros protestantes quanto os católicos. Os sucessores de Henrique VIII tentaram primeiro transformar a Inglaterra num país calvinista, depois fazê-la voltar ao catolicismo. Só mais tarde, sob o reinado da Rainha Elizabeth I (1558-1603), estabeleceu-se definitivamente a Reforma Anglicana na Inglaterra. Completou-se o livro de orações comum a todos os fiéis e houve uma aproximação às idéias calvinistas (salvação pela fé, apoio nas Sagradas Escrituras, presença espiritual de Cristo na eucaristia, permissão para o casamento dos padres).

Reação da Igreja Católica

Várias foram as iniciativas tomadas pelos católicos para fazer frente à Reforma. Novas ordens religiosas surgiram e a espiritualidade foi renovada pelos místicos Santa Teresa d'Ávila e São João da Cruz. Os principais instrumentos da reforma da Igreja Católica, no entanto, foram o Concílio de Trento e os padres jesuítas, cuja ordem foi fundada nessa época. Graças à sua ação a autoridade do papa foi reforçada, a doutrina tradicional mantida e os protestantes perseguidos.

O Concílio tomou, também, medidas reformistas: organizou a Congregação do Index, para censurar os livros contrários à doutrina católica; restaurou a Inquisição, cujos tribunais, com representantes em todos os países, julgavam os cristãos acusados de não seguirem a doutrina católica; restabeleceu a disciplina na Igreja, fixando condições e idade mínima para exercer funções nela, proibindo a acumulação de paróquias e bispados pelo mesmo eclesiástico, tornando obrigatória a formação dos padres em seminários.

Os católicos procuravam, ainda, reconquistar as regiões dominadas pelo protestantismo, através da educação, e difundir a sua fé no resto do mundo, enviando missionários a todos os países não-católicos. Com a Inquisição, impediu-se que a Reforma Protestante se difundisse pelos países não atingidos pela Reforma, Espanha e Portugal, por exemplo. Graças a essas providências, a Igreja Católica logo recuperou a sua influência.

Quadro comparativo: **Características do catolicismo e do protestantismo no século XVI**

	A salvação	As fontes da fé	A concepção da Igreja	Os sacramentos	A eucaristia	O culto
Católicos	Salvação pela fé e pelas boas ações.	Escritura Sagrada e tradição da Igreja.	Igreja necessária à salvação. Primazia de Roma e hierarquia episcopal.	7 sacramentos: batismo, crisma, eucaristia, matrimônio, penitência, ordem, extrema-unção.	Presença real de Cristo com transubstanciação.	Missa, centro do culto.
Luteranos	Salvação pela fé.	Escritura Sagrada.	Igreja útil à salvação. Supressão da hierarquia eclesiástica.	2 sacramentos: batismo e comunhão.	Presença real de Cristo sem transubstanciação.	Culto simplificado (instrução e comunhão). Substituição do latim pelo alemão.
Calvinistas	Salvação pela fé (predestinação).	Escritura Sagrada.	Igreja útil à salvação. Supressão da hierarquia episcopal. Igreja de pastores.	2 sacramentos: batismo e comunhão.	Presença espiritual de Cristo.	Culto muito simplificado (instrução e eucaristia).
Anglicanos	Salvação pela fé (predestinação).	Escritura Sagrada.	Igreja útil à salvação. Manutenção da hierarquia eclesiástica.	2 sacramentos: batismo e comunhão.	Presença espiritual de Cristo.	Supressão do sacrifício da missa, conservação da liturgia. Substituição do latim pelo inglês.

Documento básico

A reforma dos costumes eclesiásticos pelo Concílio de Trento:

"O sagrado Concílio de Trento, juridicamente reunido pelo Espírito Santo (...) exorta os bispos e todas as pessoas da Igreja aqui reunidas a celebrar o concílio universal, que pretende louvar sempre a Deus, oferecer-lhe sacrifícios, glórias e preces, e a realizar o sacrifício da missa pelo menos aos domingos: naquele dia Deus havia criado o mundo, ressuscitado os mortos e manifestado o Espírito Santo em seus discípulos (...)

Nós os exortamos ainda a jejuar pelo menos cada sexta-feira, em memória da paixão de Nosso Senhor, e a dar esmolas aos pobres; e que na catedral todos os domingos celebre-se a missa do Espírito Santo com ladainhas e outras orações compostas para esse uso (...)

E que enquanto o serviço da missa se faça, não se converse, não se fale nada: mas que se assista com espírito de oração.

Os bispos devem ser irrepreensíveis, sábios, castos e bons dirigentes de seus bispados; o concílio pede que cada um seja sóbrio em sua mesa e coma pouca carne. É também preciso que se acostumem a não falar de assuntos ociosos durante as refeições: o concílio ordena leituras santas e que cada um instrua seus empregados a não semearem a discórdia, não beberem e não serem imorais, cobiçosos, arrogantes ou blasfemadores. Que logo abandonem os vícios e sigam as virtudes; que nas roupas e no vestuário e em todos os atos eles sejam honestos, como convém a um ministro de Deus."

Decreto publicado pela segunda sessão do Concílio, no sétimo dia de janeiro de 1546. Citado por J. Monnier, **Histoire**, vol. IV, pág. 176.

Datas e fatos essenciais

1517: Começa a Reforma Luterana.

1521: Condenação de Lutero na Dieta de Worms.

1522: Início da revolta dos Cavaleiros.

1524: Eclode a revolta camponesa.

1526: Primeira Dieta de Spira.

1529:	Segunda Dieta de Spira.
1530:	Primeira Dieta de Augsburgo — Confissão de Augsburgo.
1531:	Liga de Smalkalde.
1534:	Henrique VIII implanta o anglicanismo na Inglaterra.
1536:	João Calvino começa a Reforma em Genebra.
1545:	O Concílio de Trento dá início à Reforma Católica.
1555:	Segunda Dieta de Augsburgo — Paz de Augsburgo.

Resumo

1. A Reforma foi o movimento de transformação da Igreja verificado nos fins do século XV e inícios do século XVI. Representou uma verdadeira revolução religiosa.

   a) Basicamente. a Reforma resultou da inadequação da estrutura eclesiástica às necessidades espirituais dos fiéis.

   b) A vida mundana do clero contrastava com a espiritualidade profunda dos fiéis.

   c) Dentro da própria Igreja, surgiu um movimento reformista que não foi levado avante devido ao choque entre o papa e o concílio.

   d) Os abusos do clero são mais uma justificativa do que propriamente uma causa da Reforma.

2. A Reforma Luterana surgiu em virtude de problemas específicos da Igreja alemã.

   a) A venda de indulgências pelos dominicanos, ligados aos banqueiros Függers, foi o motivo inicial da ruptura entre Lutero e a Igreja.

   b) As 95 teses de Lutero atacavam não só os abusos como também os dogmas da Igreja.

   c) O apoio dos príncipes alemães foi decisivo para a vitória de Lutero.

   d) A quebra da estabilidade provocou a revolta da pequena nobreza e dos camponeses.

   e) Lutero foi condenado pela Dieta de Worms e o luteranismo pela Segunda Dieta de Spira.

   f) A **Confissão de Augsburgo** estabeleceu as bases do credo protestante.

   g) A **Dieta de Augsburgo** (1555) pôs fim à questão, ao determinar que cada príncipe decidiria que religião adotar em seus domínios.

   h) A doutrina luterana propunha: salvação pela fé, batismo e comunhão (presença de Cristo sem transubstanciação no pão e no vinho).

3. Em 1536, João Calvino começou a Reforma Calvinista em Genebra.

   a) Governou a cidade de Genebra de acordo com as **Ordenações Eclesiásticas.**

   b) A sua Igreja era constituída de fiéis, pastores e conselho dos anciãos.

   c) A ortodoxia calvinista era mais radical do que a luterana: salvação dos eleitos predestinados por Deus; culto muito simples, batismo e comunhão (presença espiritual de Cristo na eucaristia).

4. Na Inglaterra, o Rei Henrique VIII implantou o anglicanismo, misto de calvinismo e catolicismo.

   a) Em 1534, Henrique VIII rompeu com a Igreja Católica.

   b) A Rainha Elizabeth I (1558-1603) conseguiu afirmar o anglicanismo definitivamente.

   c) A doutrina anglicana ensinava: salvação pela fé, presença espiritual de Cristo na eucaristia, liturgia (mas sem o sacrifício da missa) e conservação da hierarquia eclesiástica.

   d) O rei era considerado o chefe espiritual da Igreja.

5. A reação católica contra a Reforma Protestante não tardou a aparecer.

   a) O misticismo foi uma forma inicial de combate.

   b) Os tribunais da Inquisição impediram a difusão do protestantismo pelas regiões não atingidas pela Reforma.

   c) O Concílio de Trento e a Companhia de Jesus procuraram reorganizar o clero e recuperar as regiões perdidas para o protestantismo.

Vocabulário

Clero: conjunto dos padres de uma religião.

Concílio: reunião de bispos.

Dieta: assembléia política em alguns Estados.

Dogma: verdade religiosa importante e indiscutível para os fiéis.

Doutrina: conjunto dos dogmas e ensinamentos de uma religião.

Eclesiástico: pertencente ou relativo à Igreja.

Excomungar: expulsar da Igreja Católica.

Heresia: doutrina contrária aos dogmas.

Hierarquia eclesiástica: graduação dos títulos (e correspondente autoridade) na Igreja (papa, cardeal, bispo etc.)

Igreja x igreja: Igreja — conjunto de pessoas ligadas pela mesma fé e sujeitas à mesma autoridade espiritual; igreja — edifício onde essas pessoas se reúnem para celebrar seu culto.

Indulgência: garantia dada pela Igreja a um fiel de que ele entraria no Paraíso sem pagar a pena temporária (no Purgatório) devido aos seus pecados já perdoados.

Liturgia: conjunto das cerimônias e orações eclesiásticas.

Ordem religiosa: sociedade religiosa cujos membros prometem viver de acordo com certas regras (exemplo: jesuítas, dominicanos, beneditinos, franciscanos etc.)

Salmo: cântico religioso dos hebreus e cristãos; os salmos fazem parte da Bíblia.

Tese: proposição fundamentada.

Tradição da Igreja: verdades de fé e moral transmitidas à Igreja desde as origens do Cristianismo. Tais verdades constituem para os católicos uma das fontes da doutrina revelada, apesar de não constarem nos livros canônicos.

Transubstanciação: mudança do pão e do vinho em carne e sangue de Cristo.

Início dos Tempos Modernos / As Monarquias Nacionais

Introdução

Em Portugal, Espanha, França e Inglaterra, a tendência à centralização coincidiu com a própria formação da nação; na Itália e na Alemanha a centralização foi feita em âmbito local, não nacional — os povos de mesma língua e costumes não formaram um único país, mas vários, com governos diferentes.

Como na França esse processo foi típico — o país passou do poder político mais disperso à sua forma mais centralizada, o absolutismo — nós o tomaremos como exemplo.

Condições da centralização política

Houve muita relação entre o desenvolvimento comercial e econômico europeu e a centralização do poder real. A economia mercantil, além de criar novas classes sociais em condições de disputar com os nobres o poder político, obrigou o feudalismo a mudar de organização, pois a terra não era mais suficiente para garantir a riqueza. Essa diminuição do poder dos nobres foi vantajosa para o rei. O interesse dos comerciantes em adotar em

toda a região as mesmas moedas, pesos e medidas também ajudou a fortalecer o poder real. Os comerciantes, porém, nem sempre se uniram em torno do rei: às vezes, sob a proteção de um senhor feudal, agrupavam-se ou então formavam cidades-repúblicas independentes.

No plano político, os poderes do Sacro Império e do papa (que tinham de certa forma dominado, até então) começaram a diminuir. Diante disso, os reis foram tomando o lugar deles na cobrança de impostos, na administração da justiça e até na direção das Igrejas das suas nações. O controle da Igreja por parte do rei foi um fator decisivo na centralização. O desenvolvimento dos estudos de Direito levou os legistas a propor o rei como fonte viva da lei, e o poder real como sendo derivado de Deus.

Sob o ponto de vista cultural, o Renascimento, profundamente individualista, estimulou o ideal nacional e apresentou o rei como representante e protetor da sua nação. A própria tradição de poder real hereditário já existia desde a Idade Média — o Renascimento não a inventou, apenas a pôs em prática.

Características do processo de centralização

Se examinarmos o comportamento dos reis durante este período, verificaremos uma seqüência lógica de atitudes para conseguir a centralização.

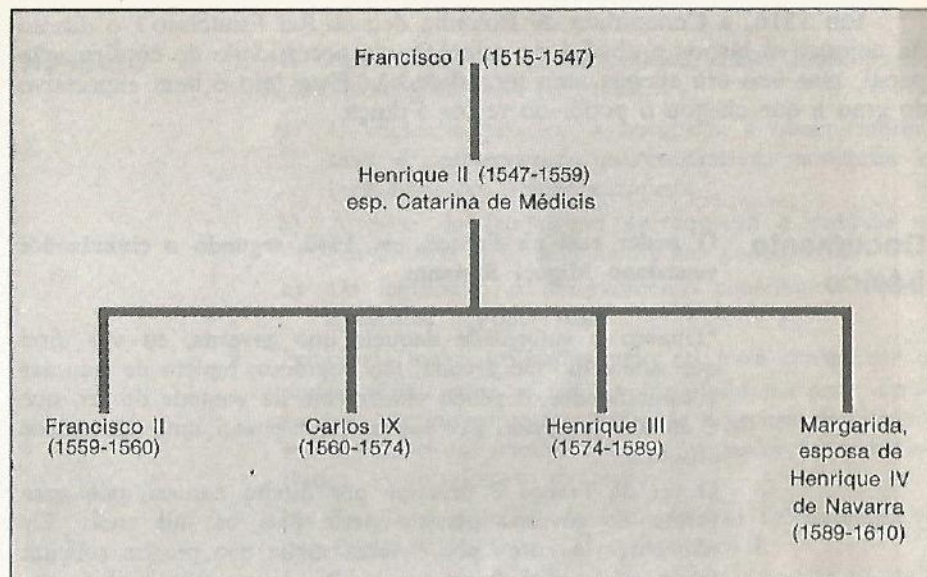
O problema inicial era obter o apoio da burguesia mercantil ligada ao comércio internacional e dos habitantes do domínio real (área sobre a qual o rei mandava diretamente).

Isso feito, o rei começou a arrecadar impostos, obtendo assim uma importante fonte de renda. Emitiu também moedas, que acabaram substituindo as dos senhores feudais. Possuindo agora recursos próprios, o rei podia contratar soldados para o seu exército.

O exército real foi o instrumento por excelência da centralização. Dominou pouco a pouco os senhores feudais e expandiu o domínio real.

O rei usou também da diplomacia em seu favor, criando intrigas entre os nobres e depois intervindo para se apoderar das propriedades das duas partes. Nessas áreas tomadas aos nobres, representantes do rei foram incumbidos de receber os impostos e distribuir justiça: quem pagasse determinada quantia era considerado inocente, de modo que o rei ganhou assim mais uma fonte de renda.

Ao lado disso tudo, o rei estimulou o estudo das leis e fez, dos legistas, funcionários seus, prontos a legitimar o poder real absoluto.

A monarquia nacional da França

Os últimos Valois e o advento dos Bourbons.

Carlos VIII, Luís XII e Francisco I completaram a obra de três séculos de centralização do poder na França. Além de organizar a corte, preocuparam-se em expandir as fronteiras do reino.

Por volta do início do século XVI, a administração foi sistematizada, ganhando maior eficiência. Na corte se aglomeravam príncipes, senhores feudais, bispos e militares, que deixaram suas propriedades para viver em torno do rei. Os principais assessores reais eram o chanceler (encarregado da justiça), o condestável (do exército) e os secretários de Estado, principal inovação do século XVI. O Conselho do rei, também chamado Conselho Privado ou Conselho de Estado, era muito importante: não tinha atribuições fixas nem composição permanente — ocupava-se dos principais problemas relativos à política interna e externa.

A administração das províncias foi mais difícil: acostumados a privilégios adquiridos de longa data, os senhores feudais e os habitantes das cidades ofereceram sérios obstáculos à ação do rei. Além disso, a distância que separava as províncias e a dificuldade de comunicações entre elas colaboravam para o seu isolamento. Mesmo assim, a organização progrediu: instituições judiciárias (parlamentos) e fiscais (para arrecadar impostos) foram criadas em diversos locais.

O problema fundamental da administração foi o fato de nesta época os cargos serem vitalícios, hereditários e poderem ser transferidos, por quem os ocupava, a quem quisesse — era como se os administradores fossem "donos" de seus cargos.

Em 1516, a Concordata de Bolonha deu ao Rei Francisco I o direito de nomear os bispos e abades do reino (havia necessidade de confirmação papal, mas isso era apenas uma formalidade). Esse fato é bem expressivo do grau a que chegou o poder do rei na França.

Documento básico

O poder real na França, em 1546, segundo o embaixador veneziano Miguel Suriano:

"Quanto à autoridade daquele que governa, eu vos direi que este reino tão grande, tão populoso, repleto de riquezas e comodidades, depende unicamente da vontade do rei, que é amado e servido por seu povo e possui uma autoridade absoluta.

O rei da França é príncipe por direito natural, pois essa forma de governo persiste neste país há mil anos. Ele não obtém a coroa por eleição; assim não precisa solicitar favor nenhum de ninguém (. . .). A sucessão real é concedida por leis da natureza, do pai aos filhos primogênitos ou ao parente mais próximo, excluindo-se os filhos naturais, assim como as mulheres. O reino não pode ser dividido e pertence a um só (. . .).

O fundamento do amor e obediência dos franceses ao seu rei consiste nisto: acostumados há muito tempo a serem governados por ele, não desejam outro governo; sabem que a sua condição é obedecer e servir ao rei, e servem voluntariamente àqueles que nasceram para governá-los, aqueles que para subirem ao trono não precisaram empregar nem a astúcia nem a violência. Disto deriva, mesmo, a familiaridade que reina entre o monarca e seus assessores — tratam-se todos como companheiros (. . .).

Seguro de sua posição, o rei tem inteira e suprema autoridade sobre todo o reino: tudo depende somente dele — a paz e a guerra, os impostos e os tributos, os favores e os benefícios, os cargos, o governo e a administração de todo o reino. Em suma, o rei é o senhor absoluto: nenhum Conselho, nenhum magistrado pode limitar o seu poder."

J. Monnier, **Histoire,** vol. IV, pág. 187.

Datas e fatos essenciais

Séculos XV e XVI: Período de formação das monarquias nacionais.

1516: Concordata de Bolonha.

Resumo

1. A centralização do poder político deu-se basicamente pela associação rei – burguesia.
   a) O comércio projetou a burguesia a quem interessava a uniformização administrativa, monetária e legislativa dos reinos europeus.
   b) A crise do feudalismo enfraqueceu a nobreza e possibilitou o fortalecimento do poder real.
   c) Os legistas e o Renascimento contribuíram para aumentar o poder real.
2. Principais meios utilizados pelo rei para centralizar o poder: união entre o rei e a burguesia nacional; arrecadação de impostos; formação de exércitos permanentes; expansão dos domínios do rei; organização administrativa e centralização da justiça.
3. Na França, o processo de centralização foi implantado por Carlos VIII, Luís XII e Francisco I.
   a) Instrumentos de organização do poder: chanceler, condestável, secretários de Estado e parlamentos nas províncias.
   b) Um dos grandes problemas era a vitaliciedade dos cargos, que enfraquecia o poder central.

Vocabulário

Concordata: acordo entre o governo de um país e a Igreja a respeito de questões religiosas daquele país.

Economia mercantil: economia que tem por base o comércio.

Justiça: ação ou poder de determinar os direitos dos indivíduos, de punir ou recompensar; conjunto dos tribunais e juízes.

Legista: pessoa que conhece bem as leis.

Monarquia: Estado em que o soberano é vitalício e a sucessão se faz geralmente por via hereditária.

Nação: agrupamento natural de homens, geralmente (mas nem sempre) fixos em um território, ligados por origem, tradições, língua, interesses e aspirações comuns.

Pequena burguesia: pequenos produtores, artesãos, agricultores e comerciantes.

Henrique VIII, *introdutor do anglicanismo na Inglaterra.*

Início dos Tempos Modernos / As Relações Internacionais

Introdução

A formação das monarquias nacionais, no início dos Tempos Modernos, deu origem a várias questões políticas. Era comum os interesses de uma nação se chocarem com os de outra, levando a Europa a guerras internacionais. Depois dos descobrimentos, as disputas pelas áreas coloniais aumentaram ainda mais os conflitos. As questões internacionais foram se tornando tão freqüentes que acabaram por condicionar uma nova maneira de solucioná-las — a **diplomacia**.

Noções sobre relações internacionais

A diplomacia, cujo objetivo fundamental é a solução dos atritos internacionais por meios pacíficos, começou em Veneza e Florença (cidades da Itália) e desenvolveu-se lentamente. Como era através da diplomacia que os diferentes Estados se uniam em função de interesses comuns, estabelecendo acordos e normas de conduta, pode-se dizer que o desenvolvimento da diplomacia deu origem ao Direito Internacional.

Foi o Direito Internacional que instituiu os princípios sobre os direitos das nações: autonomia (isto é, liberdade de se governar por suas pró-

prias leis), soberania (isto é, completa independência em relação às outras nações) e equilíbrio de poder entre os Estados. Esse equilíbrio pode-se apresentar de várias maneiras. Suas três formas básicas são o sistema imperial, o bipolar e o múltiplo. No **sistema imperial** — que é de grande estabilidade — há uma nação predominante em torno da qual giram as outras, suas subordinadas. No **sistema bipolar** são dois os Estados predominantes; as outras nações se dispõem em torno deles, agrupadas em diferentes graus de proximidade. Enquanto os dois membros principais estão em equilíbrio, há estabilidade: qualquer alteração na força de um deles coloca em crise todo o conjunto. O **sistema múltiplo** — extremamente instável — é formado por pequenas unidades políticas, de força idêntica, que se opõem numa constante alternância de combinações.

As tendências imperialistas e a política de equilíbrio internacional

a) As guerras da Itália

A primeira grande crise internacional da Época Moderna foi a das guerras da Itália. De 1494 a 1516 ela limitou-se ao território italiano, depois envolveu os dois grandes Estados europeus da época: a França e os Estados governados pelos Habsburgos (principalmente a Alemanha e a Espanha atuais).

A ambição de Carlos VIII, rei da França, deu início às hostilidades em 1494. Legalmente, por direito de herança, os franceses tinham direito ao Reino de Nápoles (na Itália), mas Luís XI, pai de Carlos VIII, não se tinha preocupado em tomar posse efetiva dele. Carlos VIII queria conquistar Nápoles para transformá-la no ponto de partida das suas expedições para o Oriente. Chegou a tomar a cidade, mas a **Liga de Veneza**, formada pelo Santo Império, Espanha, Veneza, o Estado papal (área sob a autoridade política do papa) e outros Estados italianos, derrotou-o, e ele foi obrigado a retornar à França sem nada levar de sua conquista.

Luís XII, sucessor de Carlos VIII, recomeçou a guerra na Itália: abdicou de Nápoles em favor da Espanha, mas pretendia conquistar o ducado de Milão (na Itália). Chegou a tomar posse do território, mas foi derrotado por uma nova coalizão, organizada pelo papa. Quando o rei morreu, em 1515, a França estava ameaçada de invasão.

A guerra foi novamente retomada por seu sucessor, Francisco I, que invadiu a Itália e derrotou os milaneses e seus aliados suíços na Batalha de Marignan, em 1515. Em 1516, Francisco I assinou com o papa a **Concordata de Bolonha** e, com os suíços, a **Paz de Friburgo** (que dava ao rei da França o direito de recrutar soldados mercenários suíços). Com esses dois acordos acabaram as guerras da Itália.

Suas repercussões mais importantes foram as intelectuais, pois foi graças a essas guerras que a cultura italiana tornou-se conhecida no resto da Europa. No plano militar, percebeu-se a importância das armas de fogo — a artilharia tornou-se mais numerosa e maleável.

b) Lutas entre a França e a Casa d'Áustria (os Habsburgos, dirigentes do Sacro Império)

De 1506 a 1510, Carlos Habsburgo recebeu em herança muitos domínios: os Países Baixos, o Franco-Condado, a Espanha e suas colônias, a Áustria e os territórios alemães dos Habsburgos. Esse poderio permitiu-lhe desenvolver uma política imperialista na Europa. Concorrendo com Francisco I, da França, foi eleito imperador do Sacro Império, em 1519, recebendo o título de Carlos V. O imperador considerava-se chefe da cristandade, com direito à obediência de todos os soberanos europeus.

Na França a paz durou até 1521, apesar de o país estar envolvido e ameaçado pelos domínios do imperador. Quando Carlos V pretendeu retomar a Picardia e a Borgonha, duas regiões que os franceses tinham conquistado, a luta começou. A guerra foi longa, pois outras nações entraram no conflito: Carlos V obteve o apoio de Henrique VIII da Inglaterra e do Duque de Bourbon (região central da França); Francisco I, por sua vez, aliou-se aos príncipes alemães protestantes (inimigos do imperador) e aos turcos (que ameaçavam as fronteiras orientais do Império). A luta foi interrompida em 1529 pelo Tratado de Cambrai, e recomeçada em 1552 por Henrique II, o novo rei da França. Mas a essa altura os dois lados já tinham outros problemas que enfrentar (dificuldades financeiras e conflitos internos provocados pela Reforma), por isso inclinavam-se para a paz.

Carlos V abdicou em 1556 e morreu dois anos depois. Seus domínios foram repartidos entre seu irmão Fernando (que ficou com os territórios austríacos e alemães) e seu filho Filipe (que ficou com a Espanha e suas colônias, a Itália e os Países Baixos e o Franco-Condado). O Império foi assim dividido em duas partes: a dos Habsburgos austríacos e a dos Habsburgos espanhóis.

A paz foi negociada entre Henrique II (da França) e Filipe II (da Espanha) em **Cateau-Cambrésis**: a França abandonou suas aspirações italianas, mas conservou os bispados de Metz, Toul e Verdun, tomados por Henrique II, e Calais, que tomara aos ingleses. Esse tratado marca a substituição do imperialismo alemão pelo espanhol — que se manteve aliado dos alemães e, portanto, continuando a ser um perigo iminente para a França.

c) Filipe II da Espanha

Na França, as lutas entre católicos e protestantes começaram a diminuir o poder real, de modo que a política externa foi abandonada em favor da política interna. A Inglaterra, por sua vez, permanecia isolada das questões que agitavam a Europa. Isso criou condições favoráveis à política expansionista de Filipe II da Espanha.

A pedido do papa, Filipe II organizou uma cruzada contra os piratas, turcos muçulmanos, que estavam ameaçando vários portos da Europa; a vitória de Lepanto (região da Grécia), em 1571, trouxe-lhe muito prestígio, mas nenhum ganho material.

Em 1580, o trono de Portugal ficou vago, pois não havia herdeiros diretos. Como Filipe II era filho de uma princesa portuguesa, reivindicou o trono para si. Reuniu Portugal e Espanha num só reino e ganhou ainda mais prestígio.

O absolutismo político e a intolerância religiosa de Filipe II para com os protestantes provocaram a revolta dos Países Baixos. As províncias do Sul (atual Bélgica) reconciliaram-se com a Espanha, em 1579; as do Norte (atual Holanda), porém, graças ao apoio da Inglaterra e à liderança de Guilherme de Orange, proclamaram em 1581 a sua independência, tomando o nome de Províncias Unidas. A guerra de independência continuou ainda por muitos anos, durante os quais as Províncias Unidas atacaram colônias espanholas e portuguesas (que nesse tempo pertenciam à Espanha).

Filipe II tinha-se casado, em 1554, com Maria Tudor (rainha da Inglaterra, filha de Henrique VIII), que pretendia restabelecer o catolicismo no seu país. Após a morte de Maria Tudor, sua irmã Elizabeth subiu ao trono inglês, protegeu os anglicanos e apoiou, contra Filipe II, os Países Baixos e os piratas ingleses que atacavam os navios espanhóis carregados de ouro das colônias. A rivalidade religiosa, política e econômica entre esses dois países, culminou com a organização de uma expedição militar espanhola contra a Inglaterra, a "Invencível Armada". A derrota dessa frota — que foi destruída pelos ingleses e por uma tempestade — marca o fim do domínio espanhol e o início do poderio inglês no Atlântico e no Mar do Norte (entre a Inglaterra, os Países Baixos, a Alemanha e a Noruega).

Documento básico

Francisco I e Carlos V vistos por um embaixador veneziano:

"O que eu vi do rei da França na minha curta estada, e o que ouvi do imperador, comprovou-me que entre estes dois príncipes não há pontos em comum.

A rainha de Navarra, irmã do rei, mulher de talento e sabedoria, disse-me um dia que para poder conciliar estes dois homens, seria preciso que Deus refizesse um à imagem do outro. Pois o rei muito cristão não ama os afazeres nem os cuidados do Estado, mas sim a caça e os prazeres; enquanto o imperador sonha com esses afazeres e com os meios de aumentar o seu poder.

Este rei muito cristão e simples, liberal e dócil, ouve as opiniões de seus cavaleiros; o outro é muito reservado, muito parcimonioso, fecha-se em suas vontades e se conduz mais por sua opinião própria que pelas das pessoas que o cercam (...).

Essas características não conduzirão a um acordo; seria preciso que eles fossem convencidos da utilidade que resultaria dessa união. Mas essa união, ainda que seja, na minha opinião, bem justa, é ofuscada por ofensas recíprocas, por ódios cruéis e por paixões que os impedem de (...) perceber a utilidade da paz e de compreender o benefício que trariam aos povos cristãos ao eliminar os males que as longas discórdias engendram."

Citado por L. Gothier e A. Troux, **Les Temps Modernes**, vol. III, págs. 33 e 35.

Datas e fatos essenciais

1494: Início das guerras da Itália.

1529: Tratado de Cambrai.

1559: Paz de Cateau-Cambrésis.

1571: Batalha de Lepanto.

1581: Independência dos Países Baixos.

1588: Destruição da "Invencível Armada".

Resumo

1. A diplomacia originou-se da intensificação das relações internacionais, dos conflitos de interesses e da expansão mercantilista dos séculos XV e XVI.
   a) O **sistema imperial** caracteriza-se pela predominância de uma nação sobre as outras.
   b) O **sistema bipolar** apresenta duas grandes potências em torno das quais giram as potências satélites.
   c) O **sistema múltiplo** apresenta ao mesmo tempo várias potências com forças iguais.
   d) O **sistema múltiplo** é típico do século XVI, destacando-se pela sua grande instabilidade.

2. O início do século XVI é marcado pela luta entre a França e a Alemanha.

a) As guerras da Itália demonstram o imperialismo da monarquia nacional francesa: Carlos VIII, Luís XII e Francisco I são reis típicos desse período.

b) Carlos V formou um Império vastíssimo que dominava a Alemanha, Países Baixos e Espanha.

c) Francisco I da França e Carlos V disputaram o trono imperial da Alemanha, continuando posteriormente a rivalidade entre eles.

d) Francisco I aliou-se aos protestantes da Alemanha e ao Império Otomano contra Carlos V.

e) Em 1556, Carlos V dividiu o Império em duas partes: Fernando ficou com a Alemanha e Filipe com o resto do Império.

f) Em 1559, pela Paz de Cateau-Cambrésis, Henrique II e Filipe II firmavam a paz entre a França e a Espanha.

3. Filipe II, ao vencer os turcos em Lepanto (1571), assumiu a hegemonia sobre a Europa.

a) A união ibérica, anexação de Portugal pela Espanha, tornou ainda mais considerável o Império Espanhol.

b) Em 1581, os Países Baixos proclamaram sua independência da Espanha, ocasionando uma longa guerra.

c) O prestígio espanhol foi abalado no fim do século, com a destruição da "Invencível Armada", que tentava invadir a Inglaterra.

Vocabulário

Abdicar: renunciar voluntariamente a um cargo ou dignidade.

Coalizão: aliança de nações.

Cristandade: conjunto dos povos cristãos.

Mercenários: soldados que são pagos para lutar e trabalham para qualquer país.

O Estado Absolutista / O Absolutismo Monárquico

Introdução

Absolutismo é o sistema político no qual toda a autoridade está concentrada na pessoa do soberano.

O absolutismo nasceu com as monarquias nacionais, no início dos Tempos Modernos (século XVI) e atingiu o auge no século XVII, com Luís XIV, da França.

Durante o século XVIII, na Europa, continuou a mesma forma de governo, mas em vez de absolutismo, falava-se então em "despotismo esclarecido". As revoluções dos fins do século XVIII e decurso do século XIX puseram fim ao Antigo Regime (forma de governo anterior à Revolução Francesa de 1789) e, com ele, ao absolutismo na França.

Na Inglaterra, o absolutismo foi iniciado por Henrique VIII e consolidado por Elizabeth I, no século XVI. Vigorou até o século XVII, quando foi limitado pelas Revoluções Inglesas.

A ascensão do poder real

O poder real cresceu ao mesmo tempo em que progrediu o Estado nacional. O rei representava o ideal nacional, o interesse da nação. Exercia de fato o poder: baixava leis, organizava a justiça, arrendava a cobrança de impostos, mantinha o exército, nomeava funcionários, tudo em nome do

Estado que representava. As guerras acentuaram o sentimento de amor à pátria, cujo defensor era o rei. A concorrência comercial com outros países e a disputa dos mercados coloniais aguçou ainda mais as rivalidades e contribuiu para o fortalecimento do poder real.

Este poder crescente não resultou somente da vontade dos reis. Correspondeu a uma necessidade social: o poder forte era indispensável para que as decisões impostas pelas lutas políticas e econômicas entre as nações fossem tomadas rapidamente.

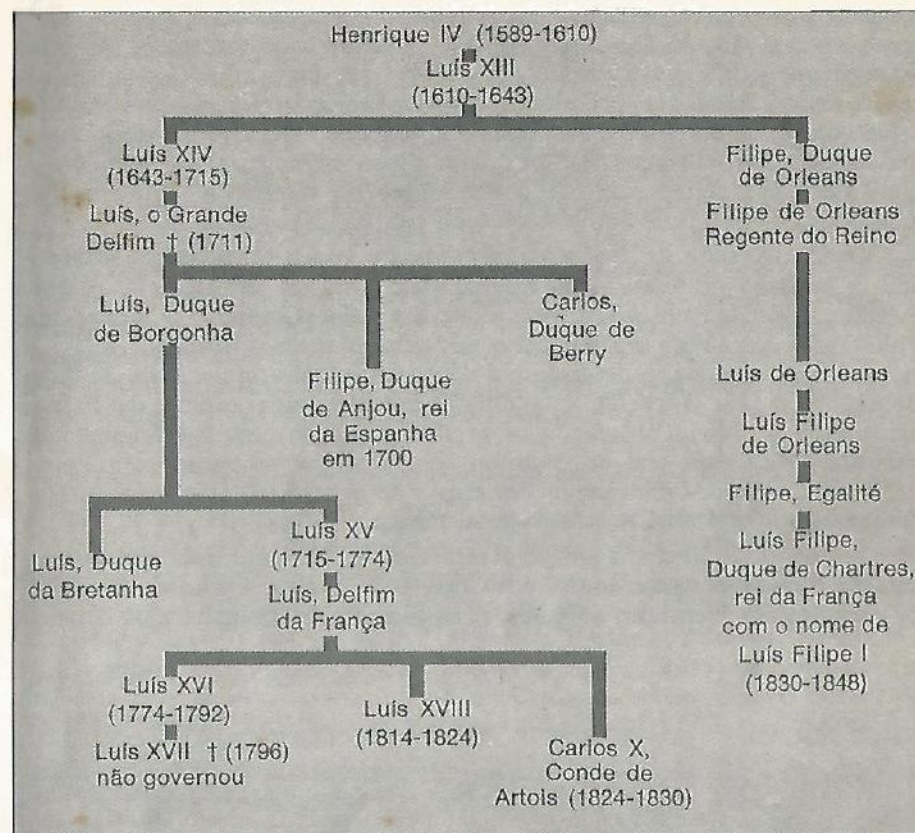
O rei atacou os particularismos das diferentes regiões do país e opôs-se aos privilégios das várias classes sociais; entrou em acordo com cada uma delas, preservando suas leis próprias e servindo de juiz nos seus conflitos, conquistando assim o direito de intervenção.

A luta entre as classes sociais foi o traço essencial do fortalecimento do poder real. O próprio rei instigou essa luta para sobrepor-se a ela. Protegeu o burguês, deu-lhe monopólios comerciais e industriais, arrendou-lhe os impostos, favoreceu-o na concorrência comercial contra os nobres e contra a Igreja. Também protegeu as corporações dos artesãos contra os empresários capitalistas, assegurando seus direitos, e defendeu os artesãos e comerciantes contra o proletariado. A burguesia foi nobilitada, integrando-se, pelo casamento, com a velha nobreza. Os nobres tinham nível de vida elevado: faziam muitas despesas com o vestuário, habitação, bailes, nisso consumindo suas rendas, já diminuídas pela inflação. Para se manterem, foram obrigados a aproximar-se do rei, de quem receberam o governo das províncias, postos de comando no exército (a guerra foi um meio de dar-lhes condições de subsistência) e pensões para os filhos. O nobre que vivia na corte dependia economicamente do rei — só recorrendo a ele poderia opor-se aos burgueses.

Em suma, o rei se equilibrou sobre as duas classes sociais mais importantes, mostrando um ligeiro favoritismo para com a burguesia.

A teoria do poder absoluto apresentava o rei como representante de Deus na Terra, defensor da Igreja e da Pátria, protetor das Artes, legislador e representante do Estado (cujos interesses estavam acima dos interesses particulares ou individuais).

Nicolau Maquiavel deve ser visto como um dos primeiros teóricos do poder real. Na obra **O Príncipe**, considerava que o rei tinha de ser racional na busca do interesse do Estado, o que justificava a utilização da violência. Para Maquiavel, o Estado pairava acima dos indivíduos. Jean Bodin, em **A República**, afirmava que o poder do rei é ilimitado, assemelhando-se à autoridade do próprio pai. Thomas Hobbes, em **Leviatã,** considerava que o Estado assume as proporções de um monstro; propõe que, inicialmente, a sociedade vivia em estado natural, de completa anarquia, e que os indivíduos formaram o estado civil para se protegerem contra a violência; só assim o poder do soberano era ilimitado, porque fora fruto do consentimento espontâneo. O mais importante entre todos os teóricos do poder absoluto foi Jacques Bossuet, bispo francês que escreveu **Política**, cujas idéias foram tiradas das próprias palavras da Sagrada Escritura. Para ele a autoridade do rei é sagrada e absoluta porque emana de Deus.

O poder absoluto na França

Dos Bourbons a Luís Filipe I.

Na França, o poder real progrediu lenta mas progressivamente durante todo o século XVI. As guerras de religião, que abalaram o país nos fins do século XVI e princípio do século XVII, retardaram o avanço do absolutismo. Mas, na segunda metade do século XVII, com Luís XIV, o absolutismo já se encontrava perfeitamente configurado.

Por volta de 1520 começaram a aparecer em Paris os primeiros protestantes, que aos poucos vão conseguindo novos adeptos. Uns atraídos pelo reformismo, outros irritados com a perseguição, e todos, principalmente os nobres, preocupados com o aumento das prerrogativas do rei, elementos da burguesia e da nobreza vão se convertendo ao novo culto. Essa oposição à centralização e ao avanço crescente do poder real deu à luta religiosa na França indisfarçável caráter político.

Com Francisco II (1559-1560), o poder era praticamente exercido pela família católica dos Duques de Guise em virtude da fraqueza do rei. Os protestantes tentaram atrair o rei para o seu partido — dos huguenotes — numa conspiração chamada de Amboise. A reação dos católicos, liderados por Antônio de Guise, foi violenta, massacrando um grupo de protestantes que celebrava seu culto, em Vassy. A partir desse momento a guerra entre católicos e protestantes tornou-se incontrolável, caracterizando-se como um conflito generalizado, ainda que irregular e intermitente. Ambos os lados não hesitaram em pedir ajuda estrangeira: os huguenotes, donos de Ruão, entregaram o Havre a Elizabeth, rainha da Inglaterra, enquanto os Guise receberam subsídios de Filipe da Espanha.

Carlos IX sobe ao trono ainda criança e com isso complica-se ainda mais a situação na França. A rainha mãe, Catarina de Médicis, regente do filho, concedeu em 1570, pelo Edito de **Saint-Germain**, o direito aos protestantes de celebrarem seu culto nos subúrbios de pelo menos duas cidades por governança, e de disporem de quatro praças-fortes, entre as quais **Montauban** e **La Rochelle**, esta última considerada a capital da França huguenote. A trégua beneficiou os protestantes, que com o casamento de um príncipe da casa real de Bourbon com a rainha protestante do Reino de Navarra, conquistaram condições para que o herdeiro Henrique de Navarra, educado protestante, chegasse ao trono.

Temendo a influência do almirante Gaspar Coligny, líder dos protestantes, e uma hipotética conspiração dos protestantes, Catarina de Médicis ajustou com Henrique de Guise o assassinato de Coligny, mas o plano falhou. O Rei Carlos IX exigiu que se apurassem as responsabilidades e Catarina convenceu-o da existência de uma conspiração huguenote e da necessidade de reprimir os protestantes em Paris. Foi a "Noite de São Bartolomeu", a 24 de agosto de 1572, na qual foram assassinados cerca de 3 000 protestantes, entre os quais Coligny. Ressurgiu então a guerra, violentamente, estimulada pelo papa e seus representantes na França, envolvendo voluntários de toda a Europa.

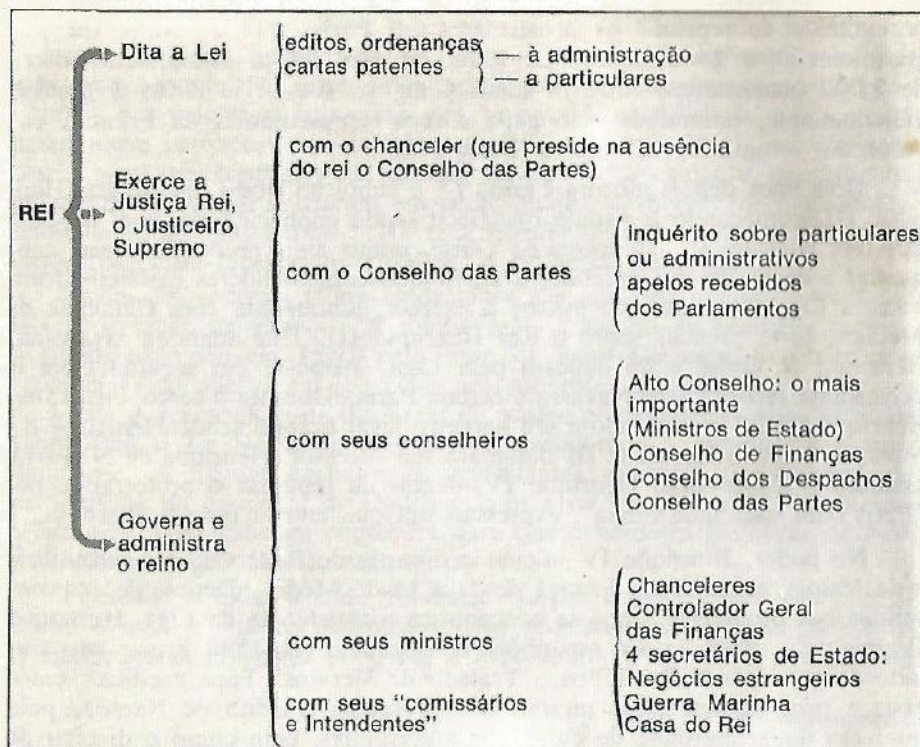
A Noite de São Bartolomeu.

Dois anos depois morreu Carlos IX e subiu ao trono seu irmão, Henrique III, começando a disputa que ficou sendo conhecida como a "guerra dos três Henriques". Henrique de Guise, muito mais preocupado em conquistar a coroa do que defender a fé, fundou com os líderes católicos franceses a Liga Católica, que passou a exercer, juntamente com Catarina de Médicis, forte pressão sobre o Rei Henrique III. Este mandou assassinar Henrique de Guise e foi deposto pela Liga. Aliou-se em seguida com o protestante Henrique de Navarra e cercou Paris. Durante o cerco, em 1589, Henrique III foi assassinado e seu herdeiro legal acabou sendo Henrique de Navarra, a quem Henrique III designara seu sucessor. Henrique de Navarra assumiu o trono como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo: "Paris bem vale uma missa", expressão sua que entrou para a História.

No poder, Henrique IV iniciou a dinastia de Bourbon, que substituía a de Valois, reinante na França desde a Idade Média. Depois de se consolidar nas províncias, onde se concentrara a resistência da Liga, Henrique IV iniciou a expulsão dos espanhóis, conseguindo em 1598 firmar um tratado de paz com o Rei Filipe, o Tratado de Vervins. Para pacificar católicos e protestantes, nesse mesmo ano promulga o Edito de Nantes, pelo qual era dada liberdade de culto aos protestantes, bem como o direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa.

Henrique IV morreu assassinado por um fanático em 1610. Subiu ao trono Luís XIII, que também teve sua mãe como regente, Maria de Médicis, no início de seu reinado. A regente delega as tarefas reais ao cardeal Richelieu, que para fortalecer o poder real decide combater, mais uma vez, os protestantes. A perseguição termina com a tomada da fortaleza de **La Rochelle**, onde os protestantes tinham se refugiado, e, derrotados, perderam seus direitos políticos e militares. Conservaram apenas sua liberdade de culto. Ainda no plano interno, Richelieu opôs-se à nobreza e criou os intendentes, funcionários que fiscalizavam as províncias. Externamente procurou aumentar o poderio francês, chegando a intervir na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e com isso garantir os interesses da França na Europa.

Richelieu morreu em 1642 e Luís XIII, no ano seguinte. Subiu ao trono Luís XIV, sob a regência da rainha-mãe Ana d'Áustria e do Cardeal Mazzarino. Este governou até 1661. Os aumentos dos impostos decretados pela regência revoltaram a burguesia e a nobreza, que se uniram nas chamadas **frondas**. Essas revoltas diminuíram o poder real e desorganizaram a França.

O Rei-Sol

A organização do absolutismo monárquico sob Luís XIV.

A morte de Mazzarino precipitou o governo pessoal de Luís XIV (1661-1715), que iria se caracterizar como o melhor exemplo do absolutismo.

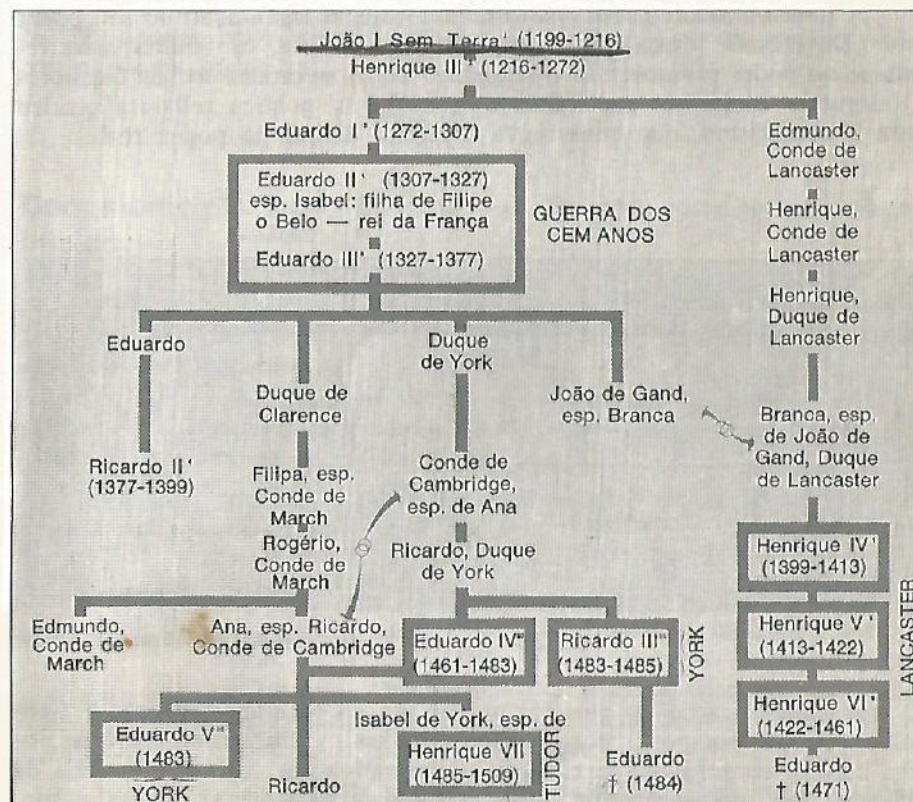
Preparado desde a infância por Mazzarino para o exercício do poder real, Luís XIV sintetizou suas idéias absolutistas na frase **L'État c'est moi.** Logo que assumiu o governo, acumulou as funções de rei e de ministro, afastou os ministros permanentes, esvaziou o Conselho — base do governo no período anterior; o poder central ficou com a seguinte composição: o Conselho (composto de seis conselheiros), o chanceler, o diretor das finanças, secretários de Estado (da Guerra, da Marinha, da Casa Real e dos Assuntos Estrangeiros). Nas províncias foram confirmadas as intendências, ligadas diretamente ao poder central, e exercendo toda autoridade em matéria de justiça, finanças e polícia, além de fiscalizar os oficiais detentores dos cargos públicos locais e supervisionar a arrecadação tributária.

No plano social, Luís XIV promoveu a ascensão da burguesia, dela recrutando alguns ministros, como Colbert, promotor da política de industrialização. Para controlar a nobreza atraiu-a para a corte, oferecendo luxo, festas e pensões. O Palácio de Versalhes passou a acolher cerca de 6 000 pessoas. Ao mesmo tempo em que a corte servia de compensação aos nobres pela perda do poder político, satisfazia a vaidade de Luís XIV, o "Rei-Sol", que adorava ver-se cercado por centenas de cortesãos a adularem-no.

Em 1685, redefinindo a política religiosa na França, Luís XIV aboliu totalmente o Edito de Nantes, o que determinou grande evasão de capitais, levados pelos protestantes que deixaram o país.

A política externa de Luís XIV envolveu a França em numerosas aventuras militares — como a guerra contra os Países Baixos e a da sucessão da Espanha — com objetivos expansionistas. Sempre visando à grandeza da França e sua hegemonia na Europa.

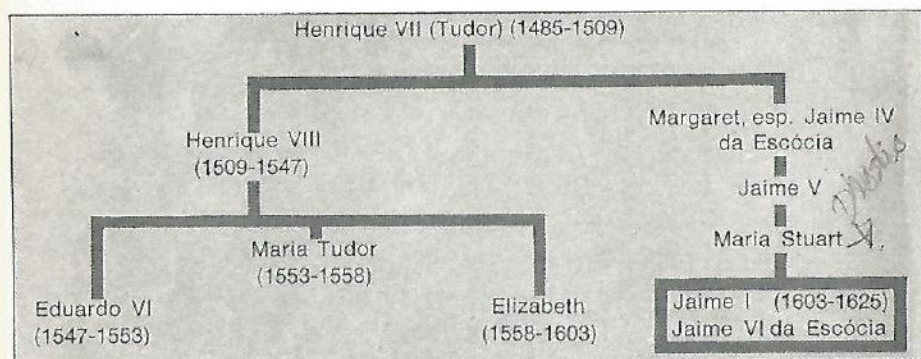
Com sua morte, em 1715, chega ao fim seu longo reinado e, ao mesmo tempo, o fim da supremacia francesa na Europa. Iniciava-se a fase da hegemonia da Inglaterra.

O absolutismo na Inglaterra

Fim da dinastia Plantagenetas e advento da dinastia Tudor.

O poder real na Inglaterra começou a se firmar nos inícios do século XVI, com a dinastia Tudor. Henrique VIII, segundo rei dessa dinastia, conseguiu impor sua autoridade aos nobres, graças ao apoio da burguesia interessada na expansão comercial. A luta com a Igreja permitiu-lhe assumir o controle das propriedades eclesiásticas na Inglaterra. O rei aumentou o seu poder político, assumindo o poder religioso, isto é, tornando-se chefe da Igreja Anglicana.

A última filha de Henrique VIII, Elizabeth I, conseguiu aumentar ainda mais o poder real. Desencadeou violenta perseguição religiosa, tanto a católicos quanto a protestantes, impondo definitivamente o anglicanismo como religião oficial do Estado. Concedeu monopólios comerciais e industriais aos comerciantes e empresários, aumentando as rendas da nação.

Durante o longo reinado de Elizabeth (1558-1603), o poder político absoluto foi implantado de fato. Restava torná-lo de direito, ou seja, legalizar o poder real e apresentá-lo como sendo de origem divina. É que até o momento, embora o Parlamento raramente fosse convocado e na realidade não tivesse praticamente poder nenhum, era ele que representava a nação e possuía o poder sob o ponto de vista legal.

A dinastia Stuart (1603-1688) tentou obter a legalização do seu poder real. Da mesma forma que na monarquia francesa, os Stuarts mantiveram-se no poder promovendo o equilíbrio entre as ordens sociais (senhores e burguesia capitalista em franca ascensão). A política religiosa pendeu para o catolicismo, que confirmava o direito divino do poder real.

Fim da dinastia Tudor, início da dinastia Stuart.

A administração do país foi organizada da seguinte maneira: o **Conselho Privado**, composto por elementos indicados diretamente pelo rei, tinha caráter consultivo e executava as determinações reais em matéria de finanças, leis, nomeação dos juízes provinciais, relações exteriores e convocação do Parlamento; várias **comissões** preparavam os assuntos a serem

discutidos pelo Conselho; o **gabinete particular** do rei, composto por três secretários secretos, informava-o sobre problemas de várias naturezas; a Justiça era exercida por **tribunais** especiais.

As rendas reais advinham das propriedades particulares do rei, dos cargos administrativos que ele vendia e dos monopólios que concedia. O aumento de impostos dependia da aprovação do Parlamento.

A afirmação absoluta do poder real provocou um choque com o Parlamento. A política de uniformização religiosa, por sua vez, deu origem a revoltas, que aumentaram com a tentativa de voltar a cobrar antigos impostos caídos em desuso. Os escoceses (que naquela época faziam parte da Inglaterra) recusaram-se a pagar esses impostos e a aceitar as imposições religiosas. Sua revolta tornou necessária a convocação do Parlamento, que se negou a apoiar o rei, exigiu a morte de dois dos seus ministros, suprimiu os impostos antigos e decidiu que deveria ser convocado regularmente (cada três anos).

O Rei Carlos I, compreendendo que os parlamentares queriam privá-lo do poder absoluto, tentou um golpe político mandando prender os principais deputados oposicionistas. Consumou-se a ruptura entre o rei e o Parlamento, dando início à guerra civil que limitou o poder absoluto, contribuindo a longo prazo para o estabelecimento do regime de governo parlamentarista na Inglaterra.

Documento básico

A Rainha Elizabeth I da Inglaterra vista por um contemporâneo:

"O governo depende inteiramente da rainha, que estabeleceu no país a total submissão, acompanhada de grande respeito e amor por parte do povo.

O Parlamento tinha antigamente muita autoridade no reino. Hoje, entretanto, segue os passos da rainha, porque dela depende.

Os barões são pouco numerosos e não se atrevem a desagradá-la. O povo sente tanta segurança por parte de sua rainha que lhe concede tudo que ela deseja.

Ela é princesa e tem muito espírito; é corajosa e possuidora de grandes qualidades. Fala espanhol, italiano, francês e latim, entendendo grego e sabe tudo sobre as Ciências e a História. Domina todos os afazeres do reino, não ignora os Estados vizinhos e julga-os com imparcialidade. É violenta para com os seus súditos.

Fez projetos grandes e generosos, mas teve medo das despesas, pois é muito pouco liberal. Em lugar de dar, prefere

receber. E todos os presentes que lhe dão valem mais de 60 000 escudos. Se vai visitar algum representante de um país, não é para fazer amizade, mas sim para receber um presente, ao partir. Há muito tempo manteve grande número de senhores prisioneiros a fim de gozar de seus bens e dos de suas esposas. Embora seja idosa e tenha 63 anos, veste-se como uma adolescente."

Guilherme de Vair, **Avis sur la Constitution de L'État d'Angleterre,** citado por J. Monnier em **Histoire,** vol. IV, pág. 215.

Datas e fatos essenciais

1520: Surgem os primeiros protestantes em Paris.

1558-1603: Reinado de Elizabeth I, que impôs o absolutismo na Inglaterra.

1572: "Noite de São Bartolomeu", quando se deu o massacre dos protestantes franceses em Paris.

1589: Subiu ao trono da França Henrique IV, iniciando a dinastia dos Bourbons.

1598: Edito de Nantes, que estabeleceu a liberdade religiosa na França.

1643-1715: Reinado de Luís XIV, o "Rei-Sol", símbolo do absolutismo real europeu.

Resumo

1. O poder real e o Estado nacional cresceram paralelamente.
   a) O aumento do poder do rei foi conseqüência de uma necessidade social.
   b) Foi também conseqüência da luta de classes entre a nobreza e a burguesia, a qual era instigada pelo rei que com ela jogava politicamente.
2. Na França, o absolutismo foi retardado pelas lutas religiosas. Só na segunda metade do século XVII, com Luís XIV, é que o absolutismo foi implantado; em compensação surgiu na sua forma mais radical.
   a) O primeiro massacre de protestantes na França, o de Vassy, deu-se no reinado de Francisco II e desencadeou a guerra entre católicos e protestantes.
   b) Em 1572, Catarina de Médicis e Henrique de Guise convencem o Rei Carlos IX. a reprimir os protestantes, precavendo-se contra uma hipotética conspiração. O rei deixa-se convencer e autoriza a "Noite de São Bartolomeu".
   c) Na disputa conhecida como a "guerra dos três Henriques" — Henrique III, Henrique de Guise e Henrique de Navarra —, restou Henrique de Navarra, que assumiu o trono como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo. Ele foi o iniciador da dinastia dos Bourbons.
   d) Em 1598, visando pacificar católicos e protestantes, Henrique IV promulga o Edito de Nantes, estabelecendo a liberdade religiosa na França.
   e) No reinado de Luís XIII, a figura mais importante foi Richelieu, que tudo fez para aumentar o poder real, bastante abalado pelas disputas religiosas.
3. Com a morte do Cardeal Mazzarino, Luís XIV assume pessoalmente o governo, que iria caracterizar-se como o melhor exemplo do absolutismo real na Europa.
   a) Luís XIV conseguiu implantar o absolutismo jogando com a burguesia e a nobreza. Concedeu favores e monopólios à primeira e atraiu os nobres para a corte, a fim de melhor controlá-los.
   b) **L'État c'est moi** define a visão absolutista de Luís XIV, conhecido também como o "Rei-Sol". Seu poder absoluto era considerado de origem divina e ele o defensor e juiz supremo da Pátria.
4. Na Inglaterra, o poder tornou-se absoluto com a rainha Elizabeth I, na segunda metade do século XVI.
   a) Henrique VIII, segundo rei da dinastia Tudor, iniciou o processo de afirmação do poder real, graças ao apoio que obteve da burguesia, interessada na expansão comercial da Inglaterra.
   b) A dinastia Stuart procurou a legalização do seu poder real, mas o Parlamento se opôs.
   c) O Rei Carlos I tentou um golpe político mandando prender os principais parlamentares que queriam privá-lo do poder absoluto, mas com isso consumou a ruptura entre o rei e o Parlamento, dando início à guerra civil que pôs fim ao absolutismo na Inglaterra.

Vocabulário

Arrendar impostos: vender a alguém o direito de cobrar impostos em nome do Estado.
Artesão: pessoa que trabalha por sua própria conta (trabalho manual), sozinha ou com o auxílio dos membros de sua família e de alguns companheiros.
Capitalista: pessoa que possui capitais (riqueza) para investimentos.
Consultivo: que é apenas consultado, sem que possa mandar realmente.
Corporação: associação de comerciantes ou artesãos que se juntam para defender seus interesses.
Corte: residência do rei; lugar onde ele se reúne com seus conselheiros; conjunto dos principais personagens que o rodeiam.
Direitos costumeiros dos povos: "leis não-escritas", costumes respeitados por todos.
Finanças: o tesouro do país.
Fronda: aliança da nobreza, burguesia e povo de Paris contra o aumento dos impostos decretados por Mazzarino, regente de Luís XIV. Foi a última ameaça à implantação do absolutismo na França.
Gabinete: ministério, principais auxiliares do chefe de governo.
Huguenote: designação depreciativa que os católicos franceses deram aos protestantes e que estes adotaram.
Intendência: região governada por um funcionário real muito poderoso, no Antigo Regime.
Intervenção: ato de poder central destinado a impor medidas necessárias para integrar política ou administrativamente na União um Estado-membro cuja ação esteja perturbando a União ou o próprio Estado-membro.
Parlamento: conjunto das Assembléias (geralmente duas) que exercem o poder legislativo (de fazer as leis); assim, o poder é exercido mais pela Câmara que pelo rei ou presidente.
Proletariado: operariado.
Província: divisão territorial colocada sob a autoridade de um delegado do poder central.
Soberano: que exerce o poder supremo; rei, senhor.

O Estado Absolutista / O Mercantilismo

Introdução

Até os fins da Idade Média, a economia tinha por base a posse e a exploração da terra. A partir daí, a produção começou a ser obtida através do trabalho assalariado e a acumulação de capital, através do desenvolvimento do comércio. A agricultura e a indústria passaram a ser atividades acessórias, dependentes do comércio.

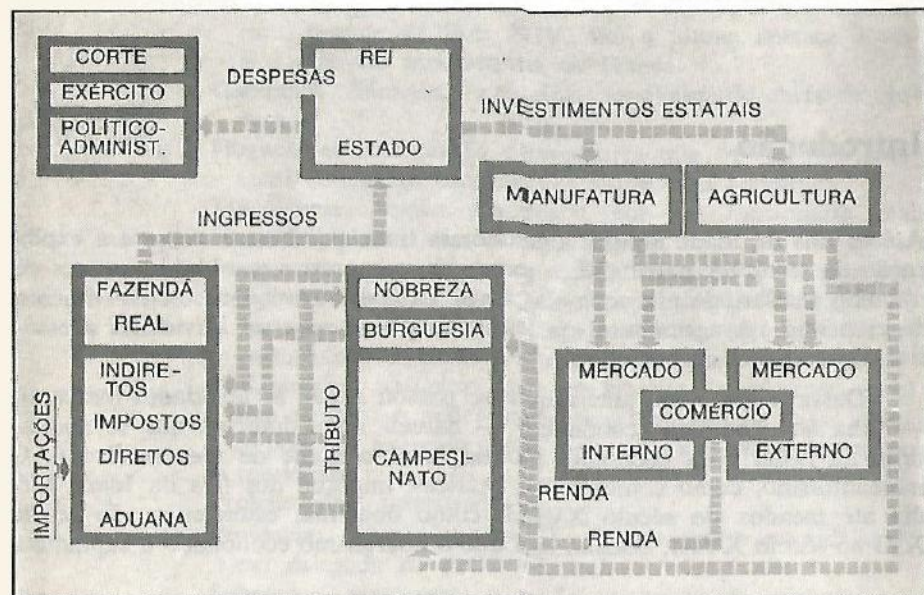
Dessa maior importância que se passou a dar às atividades mercantis — uma nova política econômica — nasceu nova doutrina que se enquadrou na história da economia política com o nome de **mercantilismo**. O mercantilismo, como conjunto de práticas, imperou dos fins da Idade Média até meados do século XVIII; como doutrina, estendeu-se do século XVI ao século XVIII, ocasião em que o liberalismo econômico o suplantou.

Objetivos do mercantilismo

O mercantilismo esteve sempre estreitamente ligado ao processo de formação das monarquias nacionais européias.

Tão grande foi essa relação, que o mercantilismo foi considerado como uma política econômica a serviço do Estado, um verdadeiro nacionalismo

econômico. No início, quando o progresso do Estado era um instrumento para a ascensão da burguesia, tal idéia era correta. O rei se fortalecia e com ele a burguesia mercantil. Se a política mercantilista resultou dos interesses dos comerciantes burgueses — ela deveria, conseqüentemente, corresponder a tais interesses. Num primeiro momento esse entendimento foi indireto, porque dependente do fortalecimento do Estado e, por conseguinte, do rei. Numa segunda fase, foi direto, pois o Estado já estava fortalecido, podendo, então, passar a primeiro plano o interesse da burguesia. Na verdade, o mercantilismo deve ser considerado antes como o resultado das transformações econômicas do início dos Tempos Modernos, com a passagem do feudalismo para o capitalismo comercial. Assim, o mercantilismo corresponde, sobretudo, à política econômica do capitalismo comercial.

A política econômica mercantilista

Esquema de rendimentos das camadas sociais e mecanismos do Estado.

A acumulação de moedas no país — o metalismo — acabou por tornar-se sinônimo de riqueza do Estado, pois criou condições para o investimento na produção agrícola, industrial e comercial. Esse investimento, além de aumentar a capacidade tributária da população e estimular a exportação, elevou ainda mais a renda do Estado, que cobrava impostos e tarifas alfandegárias dos comerciantes. Veio daí a preocupação em evitar a saída de moedas do país, o que se conseguiu mediante uma severa legislação.

A política econômica do mercantilismo se caracterizou por três elementos essenciais: **balança de comércio favorável, protecionismo** e **monopólio.**

A manutenção de uma **balança de comércio favorável** (maior a exportação do que importação) foi o recurso encontrado para evitar a saída de moedas do país, o que provocaria uma crise na produção. Pensava-se, nessa época, que se um país aumentasse suas exportações, os demais veriam diminuídas suas possibilidades de exportar. Assim, o enriquecimento de um país traria obrigatoriamente o empobrecimento dos outros. (Essa é a idéia conhecida como "mercado inelástico".)

A fim de proteger a economia nacional, cada governo intervinha no mercado, estimulando a exportação e restringindo a importação. Essa maneira de proceder chama-se política protecionista ou **protecionismo** da economia nacional.

O **monopólio**, elemento principal do protecionismo, era concedido pelo rei, nos limites do país ou das colônias, mediante um pagamento.

A legislação protecionista se multiplicou nos quatro setores fundamentais: agrícola, industrial, comercial e colonial. Proibiu-se a importação de mercadorias que concorressem com produtos nacionais, permitindo-se apenas a de artigos indispensáveis à indústria do país; impediu-se a exportação de qualquer matéria-prima que pudesse ajudar a indústria estrangeira. O preço de tudo era fixado de acordo com o comércio exterior: o custo dos produtos agrícolas dependia das necessidades da indústria, que exigia alimentos e matéria-prima a baixo custo, sem o que não poderia concorrer com os preços da produção dos outros países; os salários, assim, como os lucros dos proprietários rurais, eram mantidos baixos para baratear o custo da produção destinada à exportação. Estimulou-se ainda a natalidade, que, além de baratear a mão-de-obra, contribuía para a força militar do país. Para povoar as colônias e desenvolver nelas a produção e o consumo, foi favorecida a emigração. Recorreu-se também à imigração de artesãos para aperfeiçoar o nível da produção. Para estimular os investimentos industriais e agrícolas, o crédito foi facilitado.

No plano mais geral, as medidas principais referiam-se à busca de uniformização interna do Estado: redução de barreiras e pedágios, abertura de estradas, construção de portos, uniformização de pesos, medidas e moedas, preparação de um código (leis) adequado ao desenvolvimento econômico, manutenção da segurança interna contra as agitações sociais e educação da classe dominante para as atividades do comércio. Até a religião contribuiu para o desenvolvimento econômico: o calvinismo estimulou o enriquecimento; e o catolicismo, fundamentando a teoria do direito divino dos reis, fortaleceu o absolutismo.

Documento básico

Privilégios concedidos por Luís XIV a Van Robais:

"Desejando tratar favoravelmente o referido senhor Van Robais e servir-me dele como exemplo para atrair os estrangeiros que primam em qualquer espécie de manufatura, a fim de que venham estabelecer-se em nosso reino, pedimos ao prefeito e magistrados que lhe forneçam alojamentos cômodos para a instalação da sua fábrica (...).

Ele será ainda isento de todas as demais subvenções e imposições, da obrigação de alojar soldados, dos encargos civis, da corvéia e de todos os outros encargos públicos durante a vigência da presente concessão (...).

Permitimos a esse empresário e a seus associados e operários que continuem a professar a religião que se pretende reformada (...).

E para facilitar a subsistência do referido empresário e de seus operários, lhes damos permissão para fabricar cerveja em qualquer das cervejarias que mais lhes agradar (...) sem que por isso tenham de pagar taxa alguma. Além disso, concedemo-lhes ainda 400 quilos de sal por ano, que poderão ser retirados no depósito de sal de Abbeville, pelo preço de atacado (...).

Proibimos (...) que se estabeleçam na referida cidade e a dez léguas de seus arredores máquinas de tecer desse gênero."

J. Isaac, **Histoire,** vol. IV, pág. 296.

Datas e fatos essenciais

Séculos XIV-XVIII: Práticas mercantilistas.

Séculos XVI-XVIII: Doutrina mercantilista.

Século XVIII: Início do liberalismo econômico.

Resumo

1. O mercantilismo é a política econômica do capitalismo comercial.
   Tinha por objetivos o fortalecimento do Estado e o enriquecimento da burguesia.
2. a) Buscava a acumulação monetária, o desenvolvimento econômico do Estado nacional.
   b) Tinha por base essencial: balança comercial favorável, monopólio e protecionismo.
   c) **Balança comercial favorável:** a entrada de moedas no país deveria ser superior à saída.
   d) **Monopólio:** o comércio e a produção eram exclusivos ao Estado ou à burguesia mercantil de cada país.
   e) **Protecionismo:** o Estado garante o monopólio através de leis.
   f) A prática mercantilista compreendia: estímulo à exportação de produtos nacionais, restrições à importação, condicionamento da agricultura e da indústria aos interesses do comércio externo, incentivo à natalidade e uniformização legislativa e alfandegária do Estado.

Vocabulário

Barreira: posto de fiscalização onde são arrecadados os impostos.

Capacidade tributária: capacidade de pagar impostos.

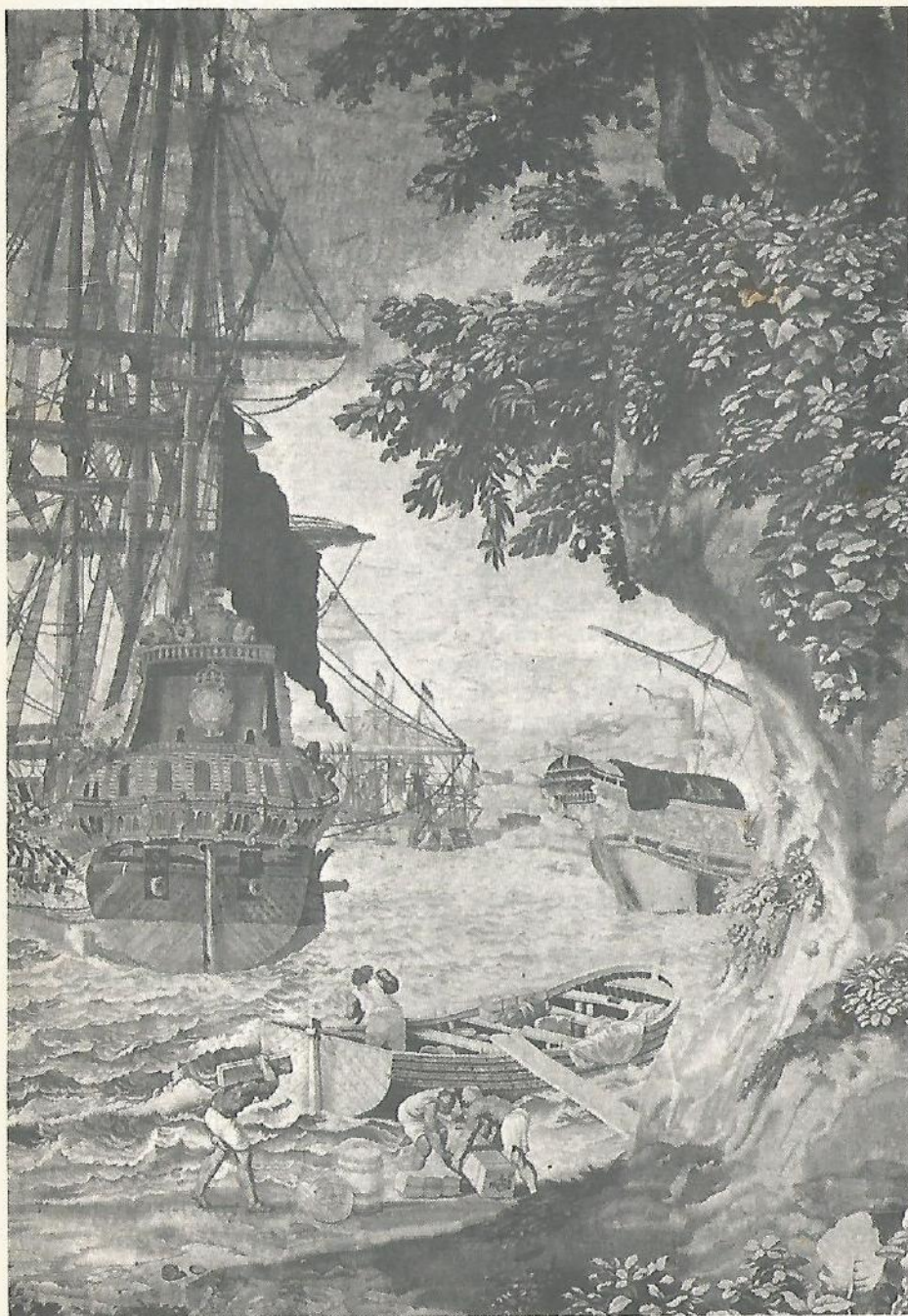
Doutrina: conjunto de princípios básicos em que se fundamenta uma religião, filosofia, teoria política ou econômica.

Legislação: conjunto das leis de um país.

Liberalismo econômico: teoria segundo a qual o Estado não deve intervir nas relações econômicas entre indivíduos, classes ou nações.

Nacionalismo econômico: defesa dos interesses econômicos de um Estado.

Política econômica: aplicação (parte prática) da economia política (estudo dos mecanismos que regulam a produção e o consumo das riquezas).

Tarifa alfandegária: impostos sobre as mercadorias exportadas ou importadas; é paga nos portos e aeroportos internacionais.

Primeiras atividades comerciais *no Novo Mundo.*

O Estado Absolutista / Tipos de Mercantilismo e o Sistema Colonial

Introdução

O mercantilismo assumiu formas diferentes, conforme tinha por base o comércio, a agricultura ou a indústria. Cada país europeu teve uma forma diferente de mercantilismo.

No plano colonial, entretanto, o seu comportamento econômico não variava. Só se procurava desenvolver a indústria, a agricultura e o comércio colonial se isso trouxesse vantagens para as metrópoles na Europa; do contrário, procurava-se impedir esse desenvolvimento.

Essas medidas aplicadas pelas metrópoles nas colônias não variaram muito. Este conjunto de medidas foi denominado **sistema colonial**.

Tipos de mercantilismo

Os princípios gerais e as práticas mercantilistas variaram de acordo com as condições próprias de cada Estado. Essas variações dependeram de fatores como:

1. o domínio de colônias agrícolas ou produtoras de metais;
2. a existência de uma indústria nacional desenvolvida;
3. o desenvolvimento das atividades de comércio e agricultura no país;

4. a posse de matérias-primas, produtos alimentícios e marinha (mercante, de guerra e até corsária).

Houve quatro tipos básicos de mercantilismo. A forma mais antiga e tradicional — o **bulionismo** (metalismo) — foi praticada pelos espanhóis. Senhores que eram de colônias produtoras de metais, na América, os espanhóis podiam importar manufaturados e produtos alimentícios do estrangeiro. Os efeitos dessa prática foram consideráveis: fizeram desaparecer na Espanha as atividades agrícolas e manufatureiras e aumentaram de tal forma o dinheiro em circulação na Europa que causaram uma violenta elevação dos preços (a "revolução dos preços"), que foram quadruplicados em cem anos. A essa situação se adaptaram os demais países europeus, de modo a dela tirar vantagem.

Luís XIV e seu Ministro Colbert prestigiam a indústria de luxo.

O mercantilismo praticado pela Inglaterra foi primeiro **comercial** e, mais tarde, **industrial**. Possuidores de marinha mercante poderosa (além de contratarem serviços de barcos corsários), os ingleses aumentaram sua riqueza com o comércio internacional. Este comércio estimulou a indústria, principalmente a de tecidos, que aos poucos o igualou em importância, chegando, mesmo a suplantá-lo.

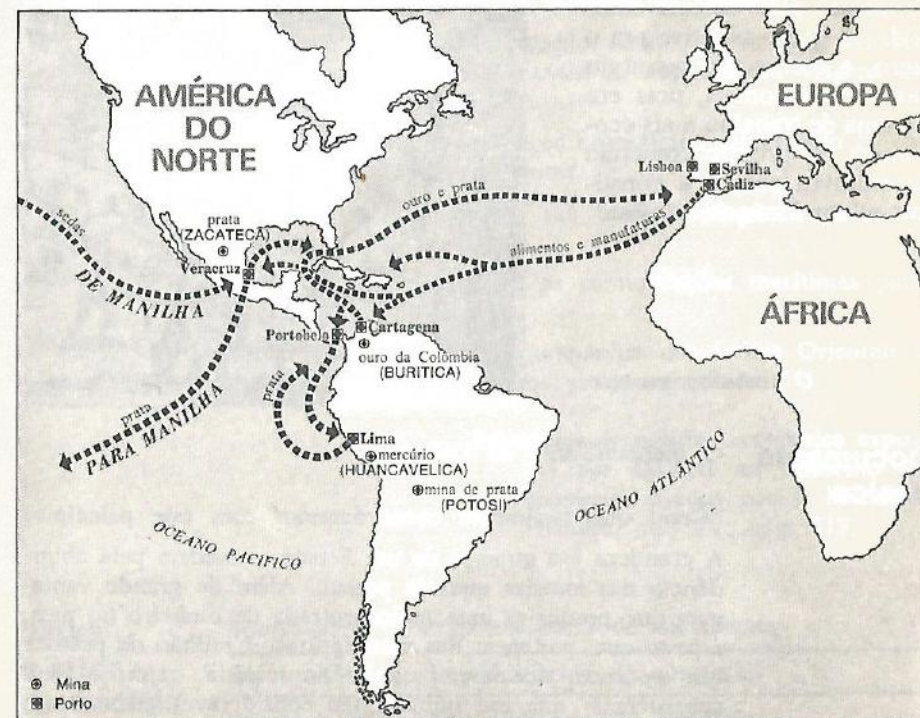
Os franceses basearam sua atividade comercial na produção agrícola e de artigos de luxo destinados à exportação. O mercantilismo francês foi essencialmente industrial; chamou-se **colbertismo**, por causa do ministro Colbert, que o impulsionou.

Um tipo misto de mercantilismo — **industrial e comercial** — floresceu nos Países Baixos, onde a indústria da pesca e as refinarias de açúcar garantiam a quase totalidade da exportação. Além disso, dispunham de uma das mais antigas indústrias de tecidos da Europa e de um comércio muito desenvolvido. As companhias de navegação, apoiadas pelo Estado, com o qual praticamente se confundiam, e pelo Banco de Amsterdam (capital dos Países Baixos), criado para financiá-las, garantiam o contato com os mercados de especiarias, no Oriente. A Companhia das Índias Orientais, criada em 1602, teve tal êxito que logo se multiplicaram em toda a Europa as Companhias de Comércio, principalmente na Inglaterra.

Na Europa Oriental, particularmente na Alemanha, o mercantilismo era chamado **cameralismo**.

O sistema colonial

Como as colônias dependiam da metrópole, tinham de se subordinar aos princípios gerais do mercantilismo. Este, como vimos, se apoiava essencialmente no monopólio e visava atender aos interesses da burguesia comercial européia.

Minas, portos e rotas do comércio colonial espanhol.

A exploração colonial constituiu um dado importante na economia da Europa. Foi uma das bases do Antigo Regime, ao lado do absolutismo, da sociedade estamental, do capitalismo comercial e do mercantilismo.

Alguns dos aspectos mais importantes do sistema colonial foram:

a. intervenção dos mercadores europeus no comércio e na produção de artigos destinados à exportação;

b. exportação comercial, que transformou as colônias em instrumento de poder das metrópoles;

c. disputas marítimas entre Portugal, Espanha, Países Baixos, França e Inglaterra.

Reflexo do Estado moderno, o sistema colonial passou a ser um elemento fundamental na manutenção da riqueza desse Estado.

O monopólio era o centro da política colonial — permitia a redução dos preços dos produtos coloniais ao máximo, para que os empresários da metrópole obtivessem maior lucro na sua revenda, e reservava a esses comerciantes a venda dos produtos manufaturados nas colônias, o que lhes trazia novos lucros. Assim, o monopólio enriqueceu a burguesia e acentuou o desenvolvimento do capitalismo, pela acumulação de capital.

Até o modo pelo qual se organizava a produção era determinado pelo sistema colonial. Já que o objetivo era o lucro, a escravidão ressurgiu nas áreas coloniais, pois era a forma de trabalho mais econômica. O próprio comércio de escravos passou a constituir-se em fonte de riqueza.

O trabalho escravo.

Documento básico

O mercantilismo de Colbert:

"Creio que facilmente concordaremos com este princípio:

A grandeza e a pujança de um Estado se medem pela abundância das moedas que ele possui. Além da grande vantagem que produzirá uma maior entrada de dinheiro no país, é certo que, por meio das manufaturas, 1 milhão de pessoas que padecem no desemprego e na miséria, ganharão sua subsistência; que um número tão considerável quanto esse ganhará a vida na navegação e nos portos; que a multiplicação quase infinita dos barcos multiplicará na mesma intensidade a grandeza e o poder do Estado.

Para alcançar isso, os meios propostos são:

receber todos os mercadores que vierem à corte com demonstrações especiais de proteção e boa vontade;

assisti-los em todas as coisas que concernirem ao comércio e atendê-los às vezes no Conselho de Sua Majestade, quando vierem para assuntos importantes;

convidá-los todos a enviar um representante seu para estar sempre junto ao rei (...);

na falta de deputados, estabelecer alguém que se corresponda com eles, receba todos os seus despachos, atenda-os, faça todas as reclamações em seu nome e comunique-lhes tudo que seja resolvido para o seu bem e vantagem;

renovar todos os regulamentos em todo o reino para o restabelecimento das manufaturas;

empregar todos os anos uma soma considerável para a recuperação das manufaturas e para o bem do comércio, segundo resoluções a serem tomadas no Conselho;

idem com respeito à navegação, dando gratificações a todos que construírem navios novos ou que fizerem viagens de longo curso;

reparar os caminhos públicos e continuar eliminando os entraves das margens dos rios;

trabalhar incessantemente até tornar navegáveis todos os rios dentro do reino;

examinar minuciosamente as comunicações marítimas para a Guiena e a Borgonha;

apoiar decididamente a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais; estimular todos a entrarem nelas."

Princípios de política econômica expostos por Colbert ao Conselho de comércio, citados por J. Monnier, **Histoire,** vol. IV, pág. 319.

Datas e fatos essenciais

Século XVI:	Preponderância do metalismo.
Século XVII:	Preponderância do comércio.
Século XVIII:	Preponderância da indústria.

Resumo

1. O mercantilismo variou de acordo com as condições históricas de cada Estado que o pôs em prática.
   Houve quatro tipos fundamentais de mercantilismo: o metalista, o comercial, o industrial e o comercial-industrial.
   a) **Metalista:** voltado para a acumulação de metais. Foi praticado principalmente pela Espanha.
   b) **Comercial:** dedicado às atividades comerciais, posto em prática pela Inglaterra.
   c) **Industrial:** preocupado com o desenvolvimento da indústria, aplicado pelos franceses.
   d) **Comercial-industrial:** visava tanto ao desenvolvimento do comércio quanto da indústria, executado pelos Países Baixos.
2. O sistema colonial constituiu uma decorrência normal da política mercantilista.
   a) A colônia era explorada em benefício da metrópole e da burguesia mercantil.
   b) A colônia submetia-se ao monopólio comercial-industrial, que a tornava uma exclusividade da economia metropolitana.

Vocabulário

Estamental: relativo a estamento (estrato social): sociedade estamental é aquela em que o indivíduo está preso à situação social na qual nasceu.

Manufatura: trabalho feito à mão; estabelecimento pré-industrial.

Metrópole: nação considerada em relação às suas colônias.

Princípios: bases de uma teoria.

O Estado Absolutista / A Colonização Européia

Introdução

O processo de colonização durante os séculos XVI e XVII está intimamente ligado à expansão comercial e marítima européia, ao fortalecimento das monarquias nacionais absolutistas e à política mercantilista, que reflete na prática a teoria do capitalismo comercial.

No início do século XVI, a corrida colonial voltou-se para as Índias Orientais, em virtude da atração representada pelas especiarias que alcançavam altos preços no mercado europeu. Aos poucos, entretanto, o Novo Mundo descoberto por Colombo e Cabral começou a atrair a atenção das potências européias, iniciando-se então uma verdadeira corrida colonial para o continente descoberto.

O mecanismo da exploração das novas terras descobertas foi orientado pela política mercantilista dentro dos quadros do monopólio e do protecionismo. As variações nos tipos de colonização decorriam basicamente da riqueza oferecida pela colônia à sua metrópole. Por isso, apesar de os mecanismos gerais da colonização serem semelhantes, historicamente podemos distinguir diferenças nas colonizações espanhola, inglesa, holandesa e francesa. A colonização portuguesa será tratada em capítulo especial, a seguir.

Conquista das principais civilizações americanas pelos espanhóis.

A colonização espanhola

Os descobrimentos marítimos espanhóis começaram tardiamente em relação aos portugueses, como conseqüência dos problemas políticos e militares com os mouros que dominavam a Península Ibérica, dificultando a centralização política. Depois dos primeiros contatos com a terra descoberta por Colombo, os espanhóis começaram a colonização ocupando a Ilha de **Hispaniola** (Haiti). Daí partiram os "conquistadores" Fernando Cortês e Francisco Pizarro para a conquista do México (aos astecas) e do Peru (aos incas). Os metais preciosos, que tanto faltavam na Europa, sobravam nas terras da América do Sul.

Estabeleceu-se então um sistema de organização administrativa que visava ao controle direto da Espanha sobre a colônia espanhola, que foi dividida em quatro vice-reinos: Nova Espanha (México e América Central), Nova Granada (Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá), Peru (Peru, Bolívia e Chile) e Rio da Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai).

O sistema colonial espanhol voltou-se exclusivamente para a obtenção de metais preciosos — a colonização no sentido da exploração agrícola foi deixada de lado. Delimitou-se a área economicamente mais importante, representada pelo Golfo do México, o porto de Vera Cruz, de onde saíam a prata e o ouro explorados em direção a Sevilha, cuja Casa de Contratação controlava todo comércio colonial.

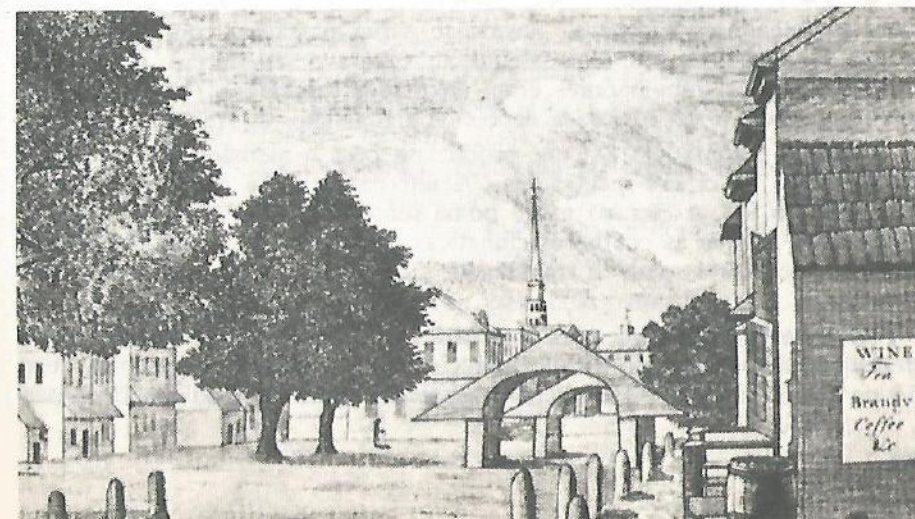
A necessidade de trabalho para exploração das minas levou à escravização dos índios e à importação de negros adquiridos dos portugueses que dominavam as fontes de abastecimento na África. A escravização dos gentios foi disfarçada no sistema de **encomiendas**, pelo qual o proprietário da terra tinha direito de receber dos índios um pagamento em trabalho, devendo em troca cristianizá-los.

Os espanhóis que vinham para a América tinham uma situação privilegiada na sociedade colonial. Já os filhos de espanhóis nascidos na América, os **criollos**, ficavam em situação inferior.

A colonização inglesa

Como os espanhóis concentrassem suas atenções na América do Sul e Central, a América do Norte ficou livre e foi explorada pelos ingleses. Depois das primeiras viagens exploratórias efetuadas por Giovanni Caboto, que atingiu a região do Labrador, no Canadá, tiveram início as tentativas colonizadoras.

Vários fatores contribuíram para que esta colonização tivesse um caráter **ocupacional**, diferente da colonização espanhola. As colônias de povoamento foram o resultado de problemas políticos, religiosos e sociais da Europa. As guerras, os choques religiosos, produziam descontentes que saíam à busca de novas terras onde pudessem fugir da intolerância religiosa e política, e a terra, símbolo de poder e prestígio na Europa, existia em abundância na América. Também homens do governo ou empreiteiros ligados ao Estado buscavam a riqueza, a expansão do Cristianismo e o enalteci-

Cidade típica *erigida pela colonização inglesa na América do Norte*

mento nacional. Havia ainda os infelizes, desde criminosos até vagabundos, que vieram por conta própria ou foram involuntariamente alugados para trabalhar no Novo Mundo.

Quase todos os colonizadores europeus visavam à riqueza sob a forma de metais ou produtos exóticos tropicais. Já os ingleses viam com clareza que as colônias poderiam converter-se, no futuro, em importantes mercados para as manufaturas da metrópole. Os espanhóis eram os melhores importadores dos ingleses, e assim a prata e o ouro dos espanhóis acabaram indo parar na Inglaterra. Mais tarde a Espanha rompeu com a Inglaterra, como vimos anteriormente, e a necessidade de novos mercados tornou-se premente para os ingleses.

Sir Humphrey Gilbert e **Sir** Walter Raleigh foram os dois primeiros ingleses a fazerem tentativas sérias de colonização nas terras da América do Norte, na região da Virgínia. Duas companhias foram fundadas para explorar as colônias inglesas: a Companhia de Londres, que ficou com a porção meridional, e a de Plymouth, com a parte setentrional. Essas companhias significavam de certa forma um esforço oficial no sentido de conseguir a ocupação das terras. No início do século XVIII, já estavam delineadas as treze colônias da América do Norte. As colônias do Norte eram constituídas principalmente de pequenos proprietários, refugiados políticos ou religiosos — eram as colônias da Nova Inglaterra: Nova Hampshire, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut. No centro desenvolviam-se várias atividades — era a região mais urbanizada: Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Delaware. No Sul — Maryland, Virgínia, Carolinas e Geórgia — dominava a grande propriedade escravista voltada para a produção de arroz, anil e tabaco, destinados à exportação para a Europa.

Como as terras sobravam e faltava mão-de-obra, a ocupação econômica representou sempre um problema muito difícil: da Europa, os artesãos especializados não viriam aventurar-se na América. Assim, nas colônias mais pobres, como as da Nova Inglaterra onde a pequena propriedade, a pesca e a produção de petrechos navais constituíam-se nas atividades básicas, a oferta de terra era o único estímulo capaz de atrair europeus para trabalhar nas novas terras. Adotou-se então a política de contratar trabalhadores europeus. Pagava-se a sua passagem com a condição de que ele trabalhasse durante alguns anos para o seu patrão, geralmente sete anos. Esses trabalhadores eram chamados **resgatados** (porque conseguiam recuperar a sua liberdade depois de alguns anos de trabalho forçado).

Para as colônias do Sul que produziam para o mercado europeu, este tipo de trabalhador era insuficiente. A alternativa foi a escravidão negra, africana. No Sul, o escravo negro podia ser ocupado no trabalho durante todo o ano, porque as condições climáticas eram favoráveis. O mesmo não acontecia no Norte, onde o trabalhador ficava inativo durante todo o inverno.

Quanto à política mercantilista inglesa na América, não havia muita preocupação com as colônias: faziam vista grossa ao contrabando, ao comércio intercolonial, ao comércio das colônias com as Antilhas Francesas

ou Espanholas. Somente com os Atos de Navegação de 1651 é que os ingleses passaram a se preocupar seriamente com as suas colônias na América. Mesmo assim, a fiscalização do contrabando só se tornou mais rigorosa com a criação dos tribunais marítimos em 1696, que representavam já a tendência policial do governo da metrópole, que caracterizaria toda primeira metade do século XVIII, e que levaria as colônias à independência política.

A colonização holandesa

A República das Províncias Unidas, ou Países Baixos, representa uma exceção muito importante na história política dos Tempos Modernos. Enquanto as repúblicas urbanas da Itália perdiam força e acabariam num Estado-nação no decorrer do século XIX, as monarquias feudais da Europa se fortaleciam a ponto de se tornarem absolutistas. Os Países Baixos constituíram uma república que foi uma antecipação secular das formas de governo que se tornariam típicas apenas no século XX.

A guerra de independência dos Países Baixos contra a Espanha durou muito tempo, provocando desgaste de ambos os lados. Porém, mais do lado espanhol, que acabou reconhecendo a independência dos Países Baixos em 1648, no Tratado de Westfália.

O governo provincial depois da independência era formado por uma Assembléia composta por burgueses, clérigos e nobres. As províncias nomeavam um Chefe de Estado (**Stathouder**), membro da família de Orange, que detinha o poder executivo. Os **Estados Gerais**, compostos por delegados das províncias, assessoravam o **Conselho de Estado**, constituindo-se nos principais órgãos federais.

O desenvolvimento comercial dos Países Baixos apoiava-se no comércio marítimo. O Banco de Amsterdam que era o principal banco da Europa, financiava as atividades comerciais do Estado e também as de particulares. A República participava diretamente das atividades comerciais: criou a Companhia das Índias Orientais (1602) para explorar o comércio com as Índias do Oriente. O êxito dessa companhia levou o governo à Companhia das Índias Ocidentais, destinada ao comércio com o Brasil. Essa iniciativa está ligada também à luta dos Países Baixos contra a Espanha, que por esta época estava unida a Portugal e dominava, portanto, o Brasil.

Os holandeses abasteciam-se de especiarias em Portugal e redistribuíam o produto pela Europa. O fechamento do comércio espanhol e português aos holandeses deu origem à sua ação violenta, que culminou com a ocupação de grande parte do nordeste do Brasil.

A colonização francesa

Os franceses não reconheciam o direito de espanhóis e portugueses (Tratado de Tordesilhas) sobre as terras do Novo Mundo, nem se conformavam por terem chegado atrasados ao continente americano. Fizeram expedições exploradoras na América do Norte com Verazzano, mais tarde Jacques Cartier descobriu o estuário do Rio São Lourenço, e também foi o primeiro a fazer uma tentativa séria de colonização na terra canadense. Igualmente tentaram, sem êxito, a colonização da Flórida e do Brasil. No Brasil, com Nicolau Durand de Villegaignon, tentaram fundar a França Antártica, no Rio de Janeiro (1555).

A Companhia Francesa das Índias Orientais, fundada por Colbert em 1664, disputou o Oceano Índico com holandeses, portugueses e ingleses.

Na América do Norte, a colonização efetiva foi iniciada por Samuel Champlain, que em 1608 fundou a cidade de Quebec. Na região do Mississípi, estabeleceram a importante colônia da Louisiana. A ocupação de algumas ilhas do Caribe deu ainda aos franceses importantes colônias tropicais.

Documento básico

O sistema mercantilista e as atividades econômicas coloniais na América do Norte:

"Do acima exposto, constata-se que há mais estabelecimentos comerciais em funcionamento, e manufaturas estabelecidas, nas províncias do continente da América, para o norte da Virgínia, prejudiciais ao comércio e manufaturas da Grã-Bretanha, particularmente na Nova Inglaterra, do que em qualquer outra das colônias britânicas, o que não pode constituir maravilha: pois sendo seu solo, clima e produtos quase os mesmos que os nossos, elas não têm gêneros essenciais de sua própria produção para trocar por nossas manufaturas; o que as põe em grande necessidade, bem como sob grande tentação, de suprirem-se elas próprias em sua casa; ao que se pode acrescentar a pouca dependência que elas têm da mãe pátria e, conseqüentemente, as pequenas restrições, sob as quais se encontram em alguns assuntos, são prejudiciais aos interesses da metrópole.
Por conseguinte, humildemente pedimos licença para informar e submeter à sabedoria dessa honrável casa, a substância do que anteriormente propusemos em nosso relatório sobre seda, linho e lã, manufaturas aqui mencionadas; isto é, se não seria aconselhável dar àquelas colônias manufaturas e produtos que pudessem ser de valia para a Grã-Bretanha, e mais particularmente para a produção de todas as espécies de artigos navais."

Relatório dos Lordes Comissários do Comércio e Plantações à Câmara dos Comuns, Paul Dockminique & C. Whitehall, 15 de fevereiro, 1731-32.

Datas e fatos essenciais

1602:	Fundação da Companhia das Índias Orientais dos Países Baixos.
1608:	Início oficial da colonização do Canadá.
1621:	Fundação da Companhia das Índias Ocidentais dos Países Baixos.
1648:	Reconhecimento da Independência dos Países Baixos.
1651:	Primeiros Atos de Navegação.
1664:	Fundação da Companhia das Índias Orientais da França por Colbert.

Resumo

1. A colonização enquadra-se no conjunto da política mercantilista: monopólio e protecionismo.
   a) A atração exercida pelas Índias foi aos poucos substituída pela colonização do Novo Mundo.
   b) Espanhóis e portugueses dividiram entre si as terras da América, mas ingleses, franceses e holandeses disputaram as colônias.
2. Os espanhóis encontraram nas terras da América antigas civilizações. Os astecas e os incas possuíam grandes riquezas.
   a) Os "conquistadores" Pizarro e Cortês saquearam estas civilizações, denominadas pré-colombianas.
   b) A Espanha concentrou sua atenção na exploração de metais, não se preocupando com o povoamento.
   c) A administração colonial ficou a cargo dos vice-reis. Os índios foram explorados como mão-de-obra nas minas. Os filhos de espanhóis nascidos na América **(criollos)**, foram marginalizados politicamente.
3. A colonização inglesa começou tardiamente, por causa dos problemas políticos internos, mas vários fatores impulsionaram a ocupação da América do Norte.

a) Muitos descontentes e perseguidos por disputas políticas e religiosas na Europa emigraram para a América. Marginais e aventureiros em busca de fortuna também vieram para o Novo Continente.
b) A formação de um mercado consumidor para o futuro estimulou a ocupação das novas terras.
c) A colonização teve iniciativas particulares e oficiais, sendo as mais importantes a criação das Companhias de Londres e Plymouth.
d) No Norte desenvolveu-se a pequena propriedade, no Sul a grande propriedade de produtos tropicais: tabaco e arroz.
e) O trabalho era executado por homens brancos, os resgatados, e por negros africanos.
f) As colônias gozavam de uma certa liberdade dentro do monopólio mercantilista. Essa liberdade começou a ser restringida com os Atos de Navegação.

4. Os Países Baixos formaram uma república burguesa depois da separação, em 1581, dos espanhóis.
a) Fundaram a Companhia das Índias Orientais e, mais tarde, a Companhia das Índias Ocidentais, destinadas ambas a disputar o mercado colonial aos ibéricos.
b) Ocuparam posições importantes no Oriente e dominaram durante certo período o nordeste do Brasil.

5. Verazzano e J. Cartier fizeram as primeiras explorações pela França.
a) A Companhia das Índias Orientais (francesa) conseguiu posições estratégicas para o comércio no Oriente.
b) Na América do Norte, Samuel Champlain fundou a cidade de Quebec.
c) Estabeleceram colônias no Caribe e tentaram fundar no Brasil a França Antártica (Villegaignon, Rio de Janeiro, 1555).

Vocabulário

Casa de Contratação: instituição organizada pela Metrópole para controlar a exploração das colônias espanholas.
Encomienda: regime de exploração legal do trabalho indígena.
Resgatados: trabalhadores europeus que vinham para a América em regime servil.
Stathouder: o chefe militar da República dos Países Baixos.

O Estado Absolutista / A Colonização Portuguesa: o Brasil

Introdução

Os descobrimentos de novas terras pelos navegantes portugueses foram-se sucedendo durante o século XV. No fim desse século, Pedro Álvares Cabral chegou às costas das terras que mais tarde seriam chamadas Brasil. Não se tinha idéia da extensão do território. Só depois das primeiras explorações os portugueses viriam a ter uma idéia da imensidão das terras encontradas.

As terras brasileiras pertenciam aos portugueses por direito de descoberta. Durante os anos que se seguiram à descoberta, não houve nenhuma atividade econômica que efetivasse a posse da terra. Era bem mais interessante para Portugal aproveitar as riquezas das terras que seus navegantes já tinham achado no Oriente. Ao Brasil chegaram apenas algumas expedições exploratórias, cuja função era verificar as possibilidades da terra. A única atividade econômica realizada nesses primeiros tempos era a exploração do pau-brasil, utilizado na Europa para dele extrair um corante usado em tinturaria. Os postos de exploração — **as feitorias** — mudavam de lugar ao longo do litoral à medida que a madeira se esgotava nos bosques próximos à costa. Nessa fase não deixaram nenhum núcleo fixo de povoamento.

Quando o comércio de especiarias — produtos que os portugueses traziam do Oriente e revendiam em Lisboa aos comerciantes de toda a

A fundação de São Vicente é o marco inicial da ocupação do território.

Europa — começou a declinar, os portugueses passaram a dar atenção às terras que haviam descoberto na América, onde havia possibilidade de plantar cana-de-açúcar. Isto ocorreu somente na terceira década do século XVI.

Relações entre Brasil e Portugal

As relações entre Brasil e Portugal eram do tipo comum entre as colônias e suas metrópoles. O Brasil era uma colônia de Portugal, de modo que no seu território deviam ser cumpridas todas as ordens vindas da metrópole. O Brasil não podia comerciar com nenhum outro país que não fosse Portugal. Não era permitido o plantio de qualquer produto que fosse cultivado em Portugal. Não se consentia a instalação de qualquer espécie de indústria, mesmo havendo condições para tanto. Não era permitida a pesca em grande escala, para não concorrer com a mesma atividade desenvolvida em Portugal. Tudo o que fosse produzido em Portugal não podia ser produzido no Brasil, pois devia ser comprado lá. Este sistema, o monopólio, já

nos é conhecido. Vimos que fazia parte da política mercantilista. O Brasil-colônia foi, pois, integrado ao sistema mercantilista, com todas as suas características: monopólio, balança de comércio favorável, protecionismo.

Os produtos extraídos no Brasil serviram para enriquecer o poder real em Portugal, que estava em mãos de um monarca absoluto. Também a burguesia mercantil, ligada à corte de Lisboa, enriqueceu graças à exploração econômica do Brasil.

O desenvolvimento do Brasil colonial

Foram muitos os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil durante os tempos coloniais. As condições do solo e o clima favoreciam o plantio da cana-de-açúcar. Em toda a Europa, o açúcar tinha mercado consumidor seguro. Esse mercado foi-se expandindo cada vez mais, graças à ampliação da rede de distribuição do produto organizada pelos holandeses. Estes foram os compradores do açúcar produzido nas colônias portuguesas — ilhas da Madeira e dos Açores — já antes de sua produção no Brasil.

Aqui havia terra em quantidade para o plantio da cana. Não custava nada — era dada de graça para quem quisesse cultivá-la. Só faltava gente disposta a isto. Em Portugal não eram muitos os que queriam vir à América para trabalhar. Além disso, os trabalhadores livres teriam de ser pagos, e esta despesa diminuiria o lucro da exploração. E por que alguém viria trabalhar no Brasil como empregado, se poderia, com um pouco de sorte, tornar-se proprietário de grandes extensões da vasta terra brasileira? A solução encontrada para suprir a mão-de-obra necessária à exploração açucareira no Brasil foi a importação de escravos negros. Isso não foi difícil para os portugueses, pois eles já dominavam a maioria dos centros negreiros da África.

Antes de se recorrer aos escravos negros, tentou-se escravizar os índios. Essa tentativa fracassou porque os índios davam lucros para os colonos e não para a burguesia metropolitana, cujo lucro vinha do tráfico de escravos.

A vida nos engenhos

A produção de açúcar para a exportação foi a principal causa da ocupação territorial da colônia brasileira. Nos tempos em que ainda se tentava utilizar a mão-de-obra indígena nos engenhos, muitos colonos organizaram expedições para capturar índios, que venderiam como escravos para trabalhar na lavoura. Estas expedições, chamadas bandeiras e entradas, levaram à exploração de vastas regiões do território brasileiro.

Os engenhos precisavam de animais para tração (puxar carroças, girar moendas etc.), assim como para alimentar os seus habitantes. Disso resultou a expansão da pecuária.

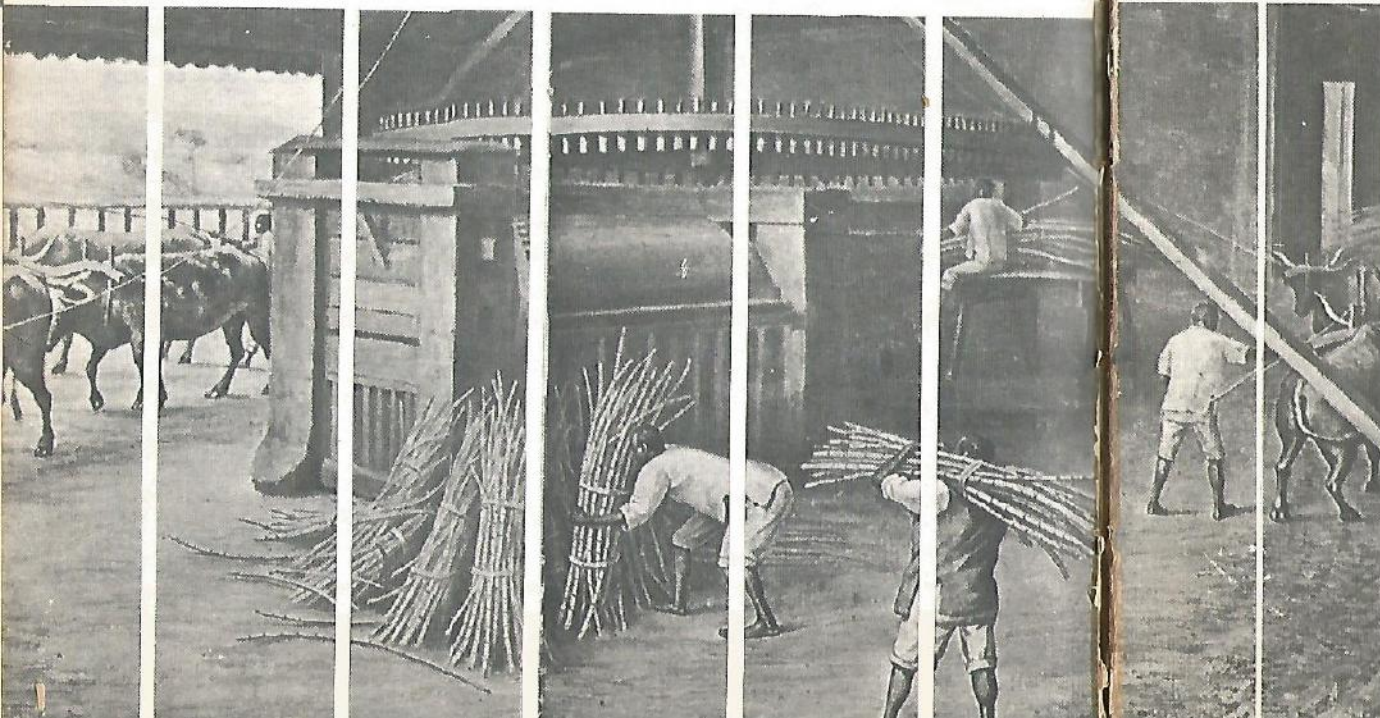
O gado era levado ao longo dos vales dos rios, sempre em direção ao interior, em busca de novos pastos e jazidas de sal. Assim foram abertos novos caminhos e novas regiões foram integradas à vida da colônia brasileira.

À volta dos engenhos surgiram pequenas plantações de produtos alimentícios destinados ao consumo dos próprios engenhos. Também houve notável desenvolvimento das plantações de fumo, que era trocado na África por negros para serem escravos no Brasil.

O engenho era a fábrica onde se obtinha o açúcar, a partir da cana. O nome de engenho estendia-se também à plantação de cana em volta da fábrica propriamente dita, que era a parte mais importante do conjunto todo. A cana era prensada para se obter o caldo, que, por sua vez, era fervido até adquirir uma certa consistência, depois de purificado na casa de purgar. O caldo purificado era deixado a secar, para se fazer os pães de açúcar, que eram acondicionados em caixas de madeira e exportados. Na fábrica, a grande maioria era de escravos (que faziam os trabalhos mais pesados). Alguns homens livres fiscalizavam o trabalho ou dirigiam o processo todo. Eram os técnicos da época.

Nas plantações, o trabalho era também realizado pelos escravos, e a fiscalização por homens livres, que recebiam salários, tal como os homens livres que trabalhavam na fábrica de açúcar.

O trabalho todo estava sob a direção do senhor de engenho, dono das terras e dos escravos. O nível de vida da família do senhor de engenho era bastante elevado. Os produtos que consumia eram quase todos impor-

Casa da moenda *num engenho de açúcar.*

tados. Acostumado a comprar produtos de luxo, escravos e materiais ou ferramentas (necessários para o engenho) de um único comerciante, que era também, geralmente, quem exportava a produção de açúcar — o senhor de engenho estava, freqüentemente, endividado. A produção de um ano estava comprometida antes mesmo da colheita.

Os comerciantes só vendiam fiado, só adiantavam instrumentos, escravos e produtos de consumo, com a garantia de receberem a produção a um preço previamente fixado. Quando a procura de açúcar na Europa declinava, os comerciantes deixavam de financiar os engenhos. A produção ficava paralisada. Os escravos eram, então, postos a trabalhar na produção de objetos ou alimentos para consumo, e só se voltava a produzir açúcar quando a procura na Europa aumentava. A produção dos engenhos aumentava e diminuía, sem que se transformasse o sistema de trabalho.

A partir da segunda metade do século XVI e até o século XVII, o açúcar foi a base da economia colonial. A descoberta de ouro nas Minas Gerais mudou a estrutura da economia colonial, suplantando o açúcar como principal produto.

Quando a extração de ouro declinou, no fim do século XVIII, o açúcar voltou a ser a principal fonte de renda para Portugal, no Brasil. Mas, então, o fim do período colonial brasileiro já estava próximo.

Documento básico

O engenho.

"Toda escravatura (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinqüenta a duzentas peças, contando as dos partidos) requer mantimentos e fardas, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e para isso são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem as fornalhas, que por sete ou oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e para isso é mister dois barcos velejando, para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar; ou grandes matos com muitos carros com dobradas equipações de bois. Querem enxadas e foices. Querem as serrarias, machados e serras. Quer a moenda de toda casta de paus de lei e sobressalente, e muitos quintais de aço e de ferro. Quer a carpintaria madeiras seletas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas; e pelo menos os instrumentos usuais, a saber: serras, trados, verrumas, compassos, réguas, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantins e junteiras, pregos e plainas. Quer a fábrica do açúcar faróis e caldeiras, tachas e bacias, e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre; cujo preço passa de oito mil cruzados, ainda quando se vende não tão caro como nos anos presentes.

São, finalmente, necessárias, além das senzalas dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos, todo o aparelho do altar e uma casa para o senhor de engenho com seu quarto separado para os hóspedes, que no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos; o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e a casa de purgar, caixaria, alambique, e outras coisas, que por miúdas aqui se escusa apontá-las e delas não se falará."

João Antônio Andreoni (André João Antonil). **Cultura e Opulência do Brasil,** texto da edição de 1711, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1967, p. 140

Datas e fatos essenciais

Século XV: Descobrimento do Brasil.

Século XVI: Início da exploração econômica do Brasil.

Século XVI-XVII: Preponderância do açúcar na economia colonial.

Século XVIII: Preponderância do ouro na economia colonial.

Resumo

Introdução. A expansão marítima portuguesa levou à colonização do Brasil.

a) As feitorias tinham caráter itinerante e não significaram ocupação efetiva do solo.
b) O declínio do comércio português na Ásia foi o responsável pela ocupação definitiva do território brasileiro.

1. O Brasil foi enquadrado como colônia, segundo a política mercantilista, obedecendo ao regime de monopólio e protecionismo.

2. O Brasil foi ocupado pela conjugação de vários fatores:
   a) Condições físicas e climáticas favoráveis à produção do açúcar.
   b) Existência de mercado consumidor na Europa e de distribuidores efetivos.
   c) Disponibilidade de mão-de-obra negra africana, pela falta de trabalhadores livres.

   d) A procura de mão-de-obra indígena estimulou as entradas e bandeiras.
   e) A produção de açúcar para exportação foi a principal causa da ocupação territorial do Brasil-colônia.

3. A criação dos núcleos de consumo estimulou a pecuária que se difundiu pelo sertão:
   a) Apareceram pequenas plantações de alimentos destinados ao consumo dos engenhos.
   b) O engenho era a plantação e a fábrica ao mesmo tempo, dividida em várias unidades especializadas: moenda, casa de purgar etc.
   c) O trabalho era escravo com alguns trabalhadores livres em funções especializadas e de chefia.
   d) Para a época, o padrão de vida do senhor de engenho era alto: tudo o que consumia era importado.
   e) Os comerciantes financiavam a produção do engenho e ficavam com a maior parte dos lucros.
   f) A retração do consumo de açúcar na Europa fazia declinar a produção, sem que houvesse alteração na forma da produção.
   g) Depois da crise açucareira, a mineração substituiu o açúcar como produto fundamental da economia brasileira na época colonial.

Vocabulário

Bandeiras e entradas: grupos que se dirigiam ao sertão em busca de índios e metais preciosos.

Casa de purgar: local de purificação do açúcar.

Flutuações: altas e baixas no mercado.

Senhor de engenho: dono e empresário produtor de açúcar.

Oliver Cromwell, *o Lorde Protetor.*

O Estado Absolutista / As Revoluções Inglesas do século XVII

Introdução

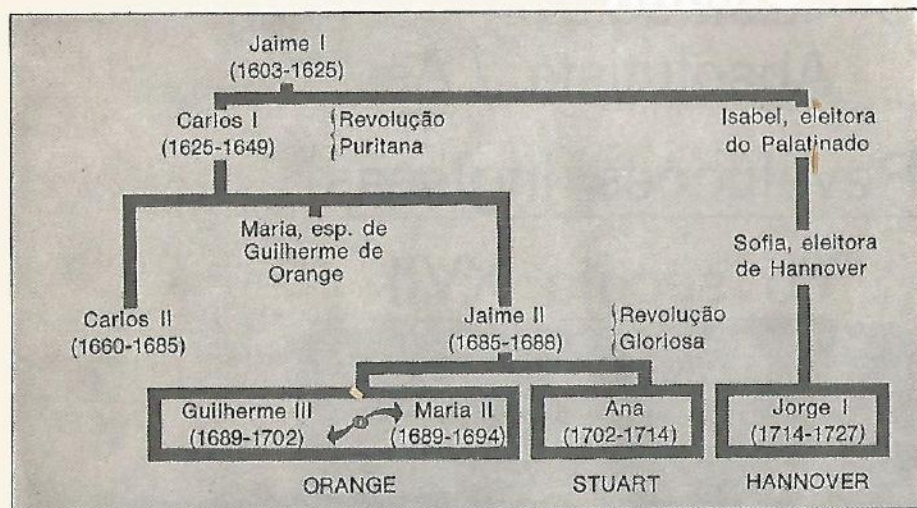
Os vários movimentos revolucionários, surgidos na Inglaterra durante o século XVII (Revolução Puritana, Protetorado de Cromwell, Revolução Gloriosa), expressavam sempre a disputa do poder entre os reis Stuarts e o Parlamento, dominado pela burguesia. À história dessa disputa, iniciada em 1640 e terminada em 1689, é que chamamos **Revolução Inglesa.**

Significado da Revolução Inglesa

Durante o século XVI, o absolutismo implantado na Inglaterra atendia aos interesses da burguesia, que precisava do poder real forte para suplantar os nobres e garantir a expansão comercial pelo mundo. Depois de realizados esses objetivos, o poder absoluto tornou-se não só desnecessário, como indesejável aos burgueses, pois o rei (que acabara se ligando de novo aos nobres) ficara mais poderoso do que eles e atrapalhava seus projetos de controle direto do Estado.

O Parlamento, representante da burguesia, tinha por lei direito ao poder. Os burgueses queriam, então, que o Parlamento exercesse de fato esse direito.

A Revolução Inglesa foi importantíssima: depois dela, nenhuma outra se produziu na Inglaterra até hoje. Além disso, ela influiu na história de toda a Europa, pois precedeu e serviu de exemplo à Revolução Francesa.

Fatores da Revolução Inglesa

Da dinastia Stuart à Hannover.

Na Revolução Inglesa, os problemas econômicos, sociais e políticos misturaram-se aos religiosos.

Com o aumento de importância da agricultura (em 1640 a Inglaterra fornecia quatro quintos do consumo europeu, já que o seu intenso comércio estimulou a produção de alimentos e matéria-prima), os empresários capitalistas passaram a investir na compra e exploração das terras, adotando técnicas e equipamentos que aumentavam a produção. Com os pequenos proprietários, a quem se uniram, estavam interessados em expulsar das terras os seus antigos rendeiros. Mas esses rendeiros eram protegidos pelo rei, pelos nobres e pelos chefes da Igreja Anglicana — que estavam todos ligados à agricultura, também, e em nada queriam alterar a situação vigente. Os **monopólios**, concedidos pelo rei a alguns grandes capitalistas, e os **privilégios** ("herdados" da Idade Média), que tinham as corporações na produção de artigos artesanais nas cidades, constituíam outros motivos de insatisfação para a burguesia.

Empobrecidos pela concorrência burguesa na agricultura, os nobres viram sua riqueza diminuir ainda mais com a inflação (que enriquecia os burgueses); agarraram-se então às rendas do Estado, controlando a administração. Os burgueses, por seu lado, controlavam o poder local e elegiam seus representantes para o Parlamento.

Ao pretender aumentar os impostos sobre a burguesia para manter os nobres (seu instrumento contra a ascensão burguesa, que ameaçava o poder real), o rei entrou em choque com o Parlamento, que se considerava o único com direito a legislar sobre essa matéria.

Rei e burgueses opuseram-se também por questões religiosas. O puritanismo tinha numerosos adeptos na burguesia, pois pregava o trabalho e a poupança tão a gosto dessa classe social. O rei, para quem o controle da Igreja era um instrumento indispensável do poder, protegia a Igreja Anglicana e perseguia os que atacavam a religião oficial. Os conflitos religiosos entre puritanos e anglicanos foram, desse modo, a expressão de uma luta mais importante: o choque entre burguesia e realeza — tanto que o primeiro movimento revolucionário pelo controle do poder na Inglaterra foi chamado **Revolução Puritana.**

A Revolução Puritana

A luta entre o Parlamento e o rei começou em 1628, quando o Parlamento impôs a Carlos I a "Petição dos Direitos", pela qual problemas relativos a impostos, prisões, julgamentos e convocações do exército não poderiam ser executados sem a autorização parlamentar. Carlos I disse que aceitava a imposição mas não a cumpriu. Quando a reunião parlamentar do ano seguinte condenou sua política religiosa e o aumento dos impostos, o rei dissolveu o Parlamento e governou sem ele durante onze anos. As decisões que tomou durante esse tempo provocaram protestos em toda a Inglaterra.

A revolta começou na Escócia, com a tentativa de imposição do anglicanismo aos puritanos e presbiterianos, e logo espraiou-se. Os rebeldes, que se negaram a pagar os novos impostos instituídos por Carlos I, foram condenados pelos tribunais reais, em 1639 e 1640.

Em 1640, os problemas financeiros obrigaram o rei a convocar o Parlamento — este só funcionou um mês, pois foi dissolvido ao negar-se a aumentar os impostos, como queria Carlos I. Ainda nesse mesmo ano foi reunido um novo Parlamento, que durante os dezoito meses nos quais trabalhou, transformou a administração da Inglaterra, perseguiu ministros do rei e passou a controlar a convocação do exército e a política religiosa.

Em 1641, a eclosão de uma revolta separatista na Irlanda forçou a organização de um exército, cujo comando foi negado ao rei. Tornou-se, então, obrigatória a reunião do Parlamento pelo menos a cada três anos, e o rei perdeu o direito de dissolvê-lo.

Ainda em 1641, porém, o Parlamento dividiu-se entre alguns líderes radicais (que queriam desapropriar as terras dos senhores religiosos) e a aristocracia unida aos burgueses capitalistas conservadores (que se senti-

ram ameaçados pelo povo e voltaram-se para o rei, "encarnação" da ordem e da segurança). Aproveitando-se disso, Carlos I tentou recuperar seu poder, indo contra as medidas parlamentares. Começou então a guerra civil, no início de 1642 e terminou em 1645 na batalha de Naseby.

O comando do exército parlamentarista foi dado a Cromwell que revolucionou a organização militar da época, tornando-a muito mais eficiente — a ascensão nos postos começou a ser feita por merecimento e não por nascimento, como antes. O povo pôde participar da revolução, pois foi organizado em grupos para discutir os problemas mais importantes. Embora precisasse dele na sua luta contra o rei, a burguesia começou a temê-lo, vendo que o povo começava a influir no curso dos acontecimentos.

O exército de Cromwell foi influenciado durante algum tempo pelas idéias democráticas de certos grupos artesãos, os "niveladores", que não conseguiram, no entanto, convencê-lo de suas idéias radicais. A sua luta pelo poder favoreceu o aparecimento dos "escavadores", proletários urbanos e rurais que não possuíam terras. Em 1649, quando se apossaram de terras no condado de Surrey e começaram a escavá-las, para demonstrar que elas lhes pertenciam, foram dizimados pelos soldados da República. O mesmo movimento surgiu em outras regiões da Inglaterra, mas em todas elas foi reprimido.

Muito disciplinado, o exército de Cromwell acabou por se tornar uma força política poderosa: ocupou cidades, pôs em fuga líderes do Parlamento e assumiu o controle da situação: destituiu a Câmara dos Lordes, aprisionou e depois mandou decapitar em praça pública o rei. A revolução culminou com a implantação da República, em 1649.

Commonwealth

Com a República, começou a segunda fase da Revolução Puritana, a "Commonwealth". Em poucos anos, Cromwell venceu Carlos II (filho de Carlos I) e dominou todo o Império Britânico. O "Ato de Navegação", que baixou em 1651 (os produtos importados pela Inglaterra só podiam ser transportados por navios britânicos ou pertencentes aos países produtores), provocou a luta com os Países Baixos, cujo comércio se baseava no transporte de mercadorias. Esse ato permitiu que fosse estabelecida a supremacia inglesa nos mares.

Cromwell governou com intolerância e rigidez, impondo a todos as suas idéias puritanas. Quando, em 1653, o Parlamento tentou limitar seu poder, Cromwell dissolveu-o e fez-se proclamar "Protetor" da Inglaterra, Escócia e Irlanda. A partir daí governou com plenos poderes, até a sua morte, em 1658.

Sucedeu-o seu filho Ricardo que, não tendo as qualidades do pai, foi considerado incapaz e destituído do poder, em 1659. Os burgueses desejavam a segurança e os irlandeses e escoceses, a volta à realeza. O Parlamento procurou então Carlos II, que estava refugiado na Holanda. Ao ser restaurado no poder, em 1660, Carlos II prometeu a anistia geral, a tolerância religiosa e o pagamento ao exército. Embora tudo parecesse continuar como antes, o Estado tinha sido reorganizado em outras bases: o rei era agora uma espécie de funcionário da nação, a Igreja Anglicana deixou de ser um instrumento do poder real e a burguesia já estava bem mais poderosa que a nobreza.

A Revolução Gloriosa

Sentindo-se totalmente limitado pelo Parlamento (que legislava sobre as finanças, a religião e as questões militares), Carlos II uniu-se secretamente a Luís XIV da França, rei católico e absolutista, o que o tornou suspeito ao Parlamento. Desse momento em diante, o rei não pôde mais interferir na política européia sem o consentimento parlamentar.

Seu irmão e sucessor, Jaime II, era católico e amigo da França. Como tomasse várias medidas a favor dos católicos, o Parlamento revoltou-se e chamou Maria Stuart e seu marido, Guilherme de Orange, dos Países Baixos, para assumir o governo em lugar do rei, que fugiu para a França.

Guilherme só foi proclamado rei (com o nome de Guilherme III) depois de ter aceito a **Declaração de Direitos**, que limitava muito a sua liberdade e dava ainda mais poder ao Parlamento: o rei não podia cancelar as leis parlamentares e o próprio trono podia ser dado pelo Parlamento a quem lhe aprouvesse, após a morte do rei em função; as reuniões parlamentares e as eleições seriam regulares; o orçamento anual seria votado pelo Parlamento; inspetores controlariam as contas reais; os católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército permanente em tempo de paz foi considerada ilegal. Todas as decisões passaram a ser tomadas pelos ministros, sob a autoridade do lorde tesoureiro. O Tesouro passou a ser dirigido por funcionários que, na época das guerras, orientavam a política interna e externa. Em 1694, foi criado o Banco da Inglaterra, para emprestar dinheiro ao Tesouro e aconselhar seus funcionários.

Ficou assim organizado o tripé do desenvolvimento do capitalismo inglês, montado pela burguesia: o Parlamento, o Tesouro e o Banco da Inglaterra. E terminada, sem derramamento de sangue, a Revolução Gloriosa marcou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado. Nesse sentido, ela pode ser considerada o complemento da Revolução Puritana.

Uma vez estabelecida no poder, a burguesia fez com que fossem retirados os obstáculos à sua expansão: a terra foi liberada para os comerciantes e completou-se a expulsão dos rendeiros. O desenvolvimento da Inglaterra, depois disso, foi enorme.

Documento básico

A Declaração de Direitos de 1689, completada pelos direitos de liberdade do povo inglês, estabeleceu o seguinte:

"Art. 1.º: O pretendido direito de suspender as leis pela autoridade real sem o consentimento do Parlamento é contrário às leis.

Art. 2.º: O pretendido direito de dispensar as leis ou de execução das leis pela autoridade real, como foi usurpado e exercido ultimamente, é contrário às leis.

Art. 3.º: O imposto em dinheiro para uso da Coroa, sob pretexto de prerrogativas reais sem que haja concordância por parte do Parlamento, é contrário às leis.

Art. 5.º: É um direito dos súditos apresentar petições ao rei; todo aprisionamento e toda perseguição por esse motivo são contrários às leis.

Art. 7.º: Os súditos protestantes podem portar armas para se defender, segundo as condições e a maneira que a lei permite.

Art. 8.º: As eleições dos deputados ao Parlamento serão livres.

Art. 9.º: Os discursos feitos ou lidos durante os debates parlamentares não serão procurados ou examinados por nenhuma outra corte, nem em outro lugar a não ser o próprio Parlamento.

Art. 10: Não se deve exigir nos tribunais de justiça caução muito elevada, nem aplicar penas excessivas ou rudes.

Art. 11: Toda concessão ou promessa de bens confiscados de pessoas acusadas antes de sua condenação é contrária às leis.

Art. 12: Para encontrar um remédio para todos estes males, para corrigir e fortificar as leis e para mantê-las, é necessário que o Parlamento se reúna com freqüência."

Datas e fatos essenciais

1628: Petição dos Direitos.

1641: Revolta na Irlanda.

1642: Início da Revolução Puritana.

1645: Derrota de Carlos I na Batalha de Naseby.

1649: Implantação da República.

1651: Atos de Navegação.

1653: Protetorado de Cromwell.

1658: Morte de Cromwell.

1660: Restauração de Carlos II.

1688: Revolução Gloriosa.

1689: Declaração de Direitos.

1694: Banco da Inglaterra.

Resumo

Introdução: As revoluções inglesas durante o século XVII — Revolução Puritana, Protetorado de Cromwell e Revolução Gloriosa — expressaram a disputa pelo poder entre os reis Stuarts e o Parlamento (dominado pela burguesia).

1. No século XVI foi implantado na Inglaterra o absolutismo, que interessava à burguesia para a conquista de seus objetivos: suplantar os nobres e a expansão do comércio exterior.
   a) Atingidos seus objetivos, a burguesia não mais apoiava o absolutismo porque o rei se ligara novamente aos nobres, e porque não permitia o controle direto do Estado pelos burgueses.
   b) O Parlamento era o representante legal da burguesia apenas formalmente. Os burgueses queriam ver esse direito exercido.
   c) A Revolução Inglesa foi muito importante: influiu em toda a Europa, serviu de exemplo à Revolução Francesa, e depois dela nenhuma outra foi feita na Inglaterra.

2. Na Revolução Inglesa, os problemas econômicos, sociais e políticos misturaram-se aos religiosos.
   a) Em virtude da importância da agricultura, a burguesia começou a investir no campo, adotando técnicas e equipamentos que aumentavam a produção.
   b) Unidos aos pequenos proprietários, desejam expulsar das terras os rendeiros, que eram protegidos pelo rei, pela nobreza e pela Igreja Anglicana.
   c) Empobrecidos pela concorrência burguesa na agricultura e pela inflação (que beneficiava a burguesia), os nobres agarraram-se às rendas do Estado, controlando a administração.
   d) Os burgueses controlavam o poder local e elegiam seus representantes no Parlamento.
   e) O puritanismo tinha diversos adeptos na burguesia. O rei protegia a Igreja Anglicana e perseguia aqueles que atacavam a religião oficial.

3. A Revolução Puritana foi o resultado do choque entre a monarquia absoluta e as pretensões da burguesia. Sua primeira manifestação grave deu-se em 1628, quando o Parlamento pretendeu impor ao Rei Carlos I a **Petição de Direitos.**

   a) No ano seguinte Carlos I fechou o Parlamento e governou sem ele durante onze anos.

   b) A guerra civil começou em 1642, sendo que o comando do exército parlamentarista ficou com Cromwell.

   c) O exército de Cromwell tornou-se uma fôrça política poderosa, destituiu a Câmara dos Lordes, assumiu o controle da situação, aprisionou e mandou decapitar o Rei Carlos I em praça pública.

   d) Durante a guerra surgiram as condições para a rebelião dos "escavadores".

   e) A revolução culminou com a implantação da República, em 1649.

4. Com a República, começou a segunda fase da Revolução Puritana, a "Commonwealth".

   a) Cromwell, que governou durante todo esse tempo com intolerância e rigidez, em 1653 dissolveu o Congresso e proclamou-se "Protetor" da Inglaterra, Escócia e Irlanda. É o período do Protetorado de Cromwell.

   b) Governou com plenos poderes até 1658, data em que morreu. Sucedeu-o seu filho Ricardo, que foi considerado incapaz e destituído em 1659.

   c) O Parlamento procurou então Carlos II, que estava refugiado na Holanda, e com ele restaurou a monarquia, em 1660.

5. Limitado pelo Parlamento, Carlos II aliou-se secretamente ao Rei Luís XIV, da França — rei católico e absolutista — e com isso tornou-se suspeito para o Parlamento.

   a) Sucedeu a Carlos II seu irmão Jaime II, católico e também amigo da França.

   b) Depois de ter tomado várias medidas a favor dos católicos, Jaime II foi destronado pelo Parlamento e fugiu para a França.

   c) O Parlamento convocou então Maria Stuart e seu marido Guilherme de Orange, dos Países Baixos, proclamado rei com o nome de Guilherme III depois de ter aceito a **Declaração de Direitos.** Foi a **Revolução Gloriosa.**

   d) A **Revolução Gloriosa** assinalou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado.

Vocabulário

Anistia: perdão, no sentido político.

De direito: o que existe no plano legal, e não necessariamente "de fato" (na realidade).

Funcionário: empregado (geralmente do governo); no texto, quer dizer que o rei deixou de ser chefe absoluto e passou a depender de leis que precisava respeitar.

Guerra civil: guerra entre os habitantes de um mesmo Estado.

Orçamento: cálculo de receita (dinheiro de que se dispõe) e da despesa.

Proletário: operário.

O Estado Absolutista / As Relações Internacionais durante os séculos XVII e XVIII

Gustavo Adolfo, *rei da Suécia.*

Introdução

Durante os séculos XVII e XVIII, a política internacional européia continuou girando em torno das tendências imperialistas das várias potências, que encontravam sempre um pretexto — quer religioso, quer nacionalista — para justificar suas atitudes. Assim, por exemplo, o Império Germânico viu-se abalado pelas lutas constantes entre católicos e protestantes, e a França reivindicou possessões espanholas, alemãs e holandesas em nome dos limites que tivera na Idade Média.

A hegemonia européia no século XVII coube à França. No século XVIII, foi a Inglaterra que se sobrepôs às demais nações. Nesse período os problemas coloniais passaram ao primeiro plano.

Principais conflitos do século XVII

As lutas européias do século XVII podem ser consideradas o prolongamento das guerras religiosas do século XVI e do conflito entre a França e o Império Germânico, iniciado na época de Francisco I.

A paz existente na Europa no princípio do século XVII repousava sobre um equilíbrio de forças precário: Suécia, Dinamarca, Polônia e Rússia desentendiam-se por questões territoriais e os turcos ameaçavam a Ale-

manha e a Itália. A maior oposição, porém, era a existente entre a Espanha e o Império Germânico (aliados tradicionais), de um lado, e a França, do outro.

Aos conflitos políticos se juntavam as lutas religiosas, pois a idéia de tolerância religiosa era estranha aos homens daquela época. No Império Germânico, por exemplo, os príncipes protestantes se organizaram numa **Liga Evangélica** para se oporem à política do imperador. Essa atitude levou os príncipes católicos a se unirem, por sua vez, numa **Liga Sagrada**. Os dois grupos entraram em choque principalmente na Boêmia (atual Tchecoslováquia), domínio dos Habsburgos em que havia muitos protestantes. Em 1618 alguns nobres invadiram o castelo imperial de Praga (capital do país) e jogaram pela janela os oficiais representantes do imperador (episódio conhecido como **A Defenestração de Praga**). No ano seguinte, recusaram-se a aceitar o imperador eleito, Ferdinando II, e escolheram um príncipe protestante, Frederico V, para ser rei da Boêmia. Começou então a **Guerra dos Trinta Anos** (1618-1648).

O Imperador Ferdinando II venceu os príncipes protestantes e tomou medidas severas contra eles: condenou à morte os chefes da revolta e confiscou seus bens, aboliu os privilégios políticos e a liberdade de culto na Boêmia, confiscou os domínios de Frederico V e retirou-lhe o direito de eleger o imperador (ele deixou de ser príncipe eleitor).

A questão da Boêmia tornou-se internacional. A França, que se sentia ameaçada pelo crescimento do Império dos Habsburgos, estimulou a revolta dos príncipes protestantes e dos países nórdicos. Apoiada pelos Países Baixos e pela Inglaterra, a Dinamarca entrou na guerra. Vencido duas vezes, o soberano dinamarquês acabou assinando a **Paz de Lübeck** (Alemanha), em 1629.

Estimulada pela promessa francesa de financiar a intervenção, a Suécia, que dominava a saída dos principais rios alemães em direção ao Mar do Norte e ao Mar Báltico, entrou por sua vez no conflito. Gustavo Adolfo, rei da Suécia e luterano convicto, derrotou por duas vezes os imperiais, em 1632, mas morreu logo depois, em conseqüência dos ferimentos recebidos na batalha.

A vitória dos imperiais sobre os suecos, em 1634, obrigou a França a intervir diretamente no conflito: depois de aliar-se às Províncias Unidas, em 1635 declarou guerra à Espanha (aliada dos germânicos).

Os espanhóis invadiram o Sul da França e os aliados todo o Império, pelos Países Baixos e pela Borgonha (no Leste da França). As revoltas de Portugal, da Catalunha (Sudeste da Espanha) e do Reino de Nápoles (na Itália), em 1640, enfraqueceram a Espanha. Os aliados venceram os espanhóis em Rocroi (na França, perto da Bélgica), em 1643, e cercaram Viena (capital da Áustria), em 1648. Diante disso, o imperador resolveu parlamentar (entrar em negociações para terminar a guerra).

Reflexos desses conflitos sobre a Europa

Os tratados de paz que vieram depois da vitória de aliança dirigida pela França criaram as condições para a expansão francesa. As negociações foram realizadas em Osnabrück (Alemanha), com os representantes do soberano da Suécia e dos príncipes alemães, e em Münster e Westfália (ambas na Alemanha), com os representantes do monarca da França e das demais potências.

Em 1648 foi assinado o Tratado de Westfália, que marcou o fim do poder imperial na Germânia. Tanto o catolicismo como o luteranismo e o calvinismo foram permitidos no Império, ficando os príncipes com o direito de determinar a religião daqueles que governavam. A tomada das terras pertencentes à Igreja Católica, ocorrida em 1624, foi confirmada. O Império continuou eletivo, com exceção dos domínios diretos do imperador; os príncipes eleitores continuaram independentes e seu número foi elevado para oito. A França e a Suécia foram consideradas protetoras da liberdade dos príncipes alemães. A Alemanha foi reduzida a uma confederação de 350 pequenos Estados independentes. A Suécia viu garantida a sua posse da desembocadura dos rios do Norte. A independência dos Países Baixos foi reconhecida. O Tratado de Westfália marcou o início da hegemonia francesa, pois deu à França a Alsácia e os domínios habsburgos dessa região.

Em 1659 terminaram as guerras contra a Espanha. Foi assinada nesse ano a **Paz dos Pireneus**, e a França recebeu dos espanhóis o Luxemburgo (entre a França, a Bélgica e a Alemanha) e o Rossilhão. Além disso, a princesa espanhola Maria Teresa, que tinha um dote de 500 000 escudos de ouro, foi prometida a Luís XIV.

O desenvolvimento industrial da França e a sua política protecionista, promovida por Colbert, levaram a nação a um choque com os Países Baixos — a **Guerra da Devolução**. Luís XIV iniciou a conquista dos Países Baixos do Sul (atual Bélgica) e os invadidos reagiram, apoiados pela Suécia e pela Inglaterra. A luta, que se estendeu de 1667 a 1668, deu aos franceses posições fronteiriças na Bélgica. Em 1679 os franceses tomaram aos espanhóis o Franco-Condado, cuja posse lhes foi reconhecida pela **Paz de Nimègue** (Países Baixos).

Era indiscutível a supremacia francesa na Europa. Mas a sua política de anexação territorial, que visava dar-lhe novamente as fronteiras da Idade Média, provocou a reação dos outros Estados europeus. O Império Germânico, a Espanha, a Inglaterra e os Países Baixos uniram-se contra a França, em 1681, formando a **Liga de Augsburgo** (Baviera). A guerra estendeu-se até 1697, quando os franceses restituíram vários dos territórios que tinham tomado nos conflitos anteriores.

Os conflitos do século XVIII

Quando, em 1700, Carlos II da Espanha morreu, sem deixar herdeiros, o Duque de Anjou, neto de Luís XIV da França, foi indicado para ocupar o trono. Sentindo-se ameaçados por essa expansão do reino francês, a Inglaterra, os Países Baixos, o Império Germânico e a maioria dos príncipes alemães uniram-se contra Luís XIV na **Grande Aliança de Haia** (Países Baixos). Essa **Guerra de Sucessão da Espanha** foi a mais difícil enfrentada pela França, que precisava defender ao mesmo tempo o seu próprio território, a Espanha e as colônias francesas e espanholas no ultramar. Os tratados de paz — **Utrecht** (Países Baixos), 1713, e **Rastadt** (Alemanha), 1714 — confirmaram Filipe V, o Duque de Anjou, como rei da Espanha, mas impediram-no de herdar o trono francês; os Países Baixos espanhóis, o ducado de Milão, o Reino de Nápoles e a Sardenha ficaram para o Império Germânico; a Acádia e a Terra Nova (terras da América do Norte que pertenciam à França), Gibraltar e Minorca (cidade e ilha do Mediterrâneo pertencentes à Espanha) ficaram para a Inglaterra. Os ingleses obtiveram, ainda, o direito de vender escravos negros às colônias espanholas (antes, só os espanhóis podiam fazê-lo). A França perdeu algumas de suas colônias mas conservou as conquistas territoriais feitas antes da guerra.

O saque era uma constante nas guerras do Antigo Regime.

O conflito seguinte deu-se entre 1740 e 1748, a propósito da **Sucessão da Áustria.** A Inglaterra, os Países Baixos, a Áustria e a Saxônia (Estado alemão) venceram a França, a Prússia (outro Estado alemão) e a Espanha em 1743, mas foram vencidos por esses países, dois anos depois. O **Tratado de Aix-la-Chapelle** manteve as mesmas fronteiras de antes da guerra.

Oito anos mais tarde, a Inglaterra e a Prússia voltaram a guerrear a França, que se aliou à Espanha e à Áustria. Depois dessa **Guerra dos Sete Anos**, o tratado assinado em Paris, em 1763, deu à Inglaterra as terras do Canadá e da Flórida (Estados Unidos), além de liberdade de ação nas Índias.

Em 1776, as treze colônias inglesas da América do Norte declararam-se independentes. A França e a Espanha, que queriam ver a Inglaterra enfraquecida, apoiaram os americanos na sua **Guerra da Independência.** Os ingleses foram derrotados em Saratoga (cidade americana), em 1777, e capitularam em Yorktown (outra cidade americana), em 1781. A paz começou a ser discutida em Londres no ano de 1782. O **Tratado de Versalhes,** assinado em 1783, reconheceu a Independência dos Estados Unidos da América, restituiu a Flórida à Espanha e o Senegal (no Oeste da África), à França.

Documento básico

Luís XIV exorta os franceses a continuarem a guerra contra os aliados durante a sucessão espanhola.

"Versalhes, 12 de junho de 1709.

Meu primo:

A expectativa da paz que havia, eu a desejara.

Agora as condições propostas pelos meus adversários para estabelecer a paz atentariam contra a segurança de minhas fronteiras (...).

De sorte que, exigindo cada vez mais, eles me fizeram ver que a sua intenção era somente a de engrandecerem-se às expensas de minha coroa (...), e abrirem caminho para penetrar no interior de meu reino sempre que isso conviesse aos seus interesses. Essa paz não seria conseguida se eu consentisse em aceitar as condições que me apresentaram, pois fixaram em dois meses o tempo para a execução do tratado e, durante esse período, queriam receber as posições que exigiam nos Países Baixos e na Alsácia (...).

Uma tal suspensão, mais perigosa que a própria guerra, antes afasta a paz do que a conclui (...).

Minha intenção é, pois, que todos aqueles que durante tantos anos me deram mostras de seu zelo, contribuindo com seu sofrimento, seus bens e seu sangue para sustentar

uma guerra tão penosa, saibam que a única paga que os inimigos pretendem nos oferecer em troca é uma suspensão das hostilidades, pois o tempo de dois meses dar-lhes-ia vantagens consideráveis (...).

Vejo que meus súditos entendem o meu governo. Saibam vocês que gozariam de paz se dependesse somente da minha vontade buscá-la. Este bem, que desejam com razão, precisa ser procurado com novos esforços, pois as condições propostas são incapazes de restabelecer a tranqüilidade pública."

Circular de Luís XIV aos governadores das províncias, J. Monnier, **Histoire**, vol. IV, pág. 290.

Datas e fatos essenciais

1618-1648: Guerra dos Trinta Anos.

1629: Paz de Lübeck.

1648: Tratado de Westfália.

1659: Paz dos Pireneus.

1679: Paz de Nimègue.

1700-1714: Guerra de Sucessão da Espanha.

1713: Tratado de Utrecht.

1714: Tratado de Rastadt.

1740-1748: Sucessão da Áustria.

1756-1763: Guerra dos Sete Anos.

1763: Tratado de Paris.

Resumo

Introdução: A Europa assistiu durante os séculos XVII e XVIII a uma série de conflitos, conseqüência das tendências imperialistas de diversas potências européias. No século XVII a hegemonia na Europa coube à França; no século seguinte, à Inglaterra.

1. A paz da Europa no princípio do século XVII era baseada num equilíbrio muito precário; questões territoriais e lutas religiosas provocavam divergências insuperáveis. A **Guerra dos Trinta Anos** foi o principal conflito internacional desse século.

   a) Essa guerra começou com as lutas religiosas no Império Germânico, que culminou com o confronto entre a **Liga Evangélica,** dos príncipes protestantes, e a **Liga Sagrada,** dos príncipes católicos.

   b) Em 1619, a **Liga Evangélica** negou-se a aceitar o imperador eleito, Ferdinando II, e escolheu um príncipe protestante, Frederico V, para ser rei da Boêmia. Ferdinando II venceu a rebelião e reprimiu violentamente os príncipes protestantes, inclusive proibindo a liberdade de culto na Boêmia.

   c) A França, que temia o crescimento do Império dos Habsburgos, estimulou os príncipes protestantes e seus aliados, alastrando o conflito.

   d) Vencido duas vezes, **Cristiano IV** assinou a **Paz de Lübeck,** em 1629.

   e) Essa paz não pôs fim à guerra: encorajada pelos franceses, a Suécia interveio. A morte de Gustavo Adolfo, rei sueco, obrigou a França a participar diretamente — juntou-se às Províncias Unidas e declarou guerra à Espanha, aliada dos germânicos.

   f) A **Guerra dos Trinta Anos** terminou em 1648, com o **Tratado de Westfália,** que marcou o fim do poder imperial na Alemanha e o início da hegemonia francesa.

2. O fim da **Guerra dos Trinta Anos** não representou a paz para a Europa.

   a) A Guerra da França contra a Espanha prolongou-se até 1659; a **Paz dos Pireneus,** que pôs fim ao conflito, deu à França o Luxemburgo e o Rossilhão, além da mão da princesa espanhola Maria Teresa, que tinha um dote de 500 000 escudos de ouro, prometida ao Rei Luís XIV.

   b) Em 1667 e 1668 a França lutou contra os Países Baixos — **Guerra da Devolução** — e conquistou posições fronteiriças na Bélgica.

   c) Em 1679 os franceses tomaram dos espanhóis o Franco-Condado, sendo essa posse reconhecida pela **Paz de Nimègue.**

   d) Em 1681, o Império Germânico, a Espanha, a Inglaterra e os Países Baixos constituíram a **Liga de Augsburgo** para lutar contra a França. A guerra durou até 1697, com a França restituindo vários territórios que tinha tomado em conflitos anteriores.

3. No início do século XVIII, a morte de Carlos II e a pretensão do Duque de Anjou de ocupar o trono

provocaram a **Guerra de Sucessão da Espanha**. Foi a guerra mais difícil enfrentada pela França e marcou o declínio da hegemonia francesa na Europa.

a) Essa guerra terminou com os tratados de paz de **Utrecht** (1713) e de **Rastadt** (1714), marcando o início da supremacia inglesa na Europa.

b) A **Guerra de Sucessão da Áustria** (1740-1748), que terminou com o **Tratado de Aix-la-Chapelle,** e a **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763) confirmaram a hegemonia inglesa.

c) O **Tratado de Paris** (1763), que pôs fim à **Guerra dos Sete Anos,** deu à Inglaterra as terras do Canadá e da Flórida (Estados Unidos), além da liberdade de ação nas Índias.

Vocabulário

Confederação: união de Estados soberanos.

Confiscar: tomar alguma coisa a seu dono e torná-la propriedade do Estado.

Imperialista: diz-se de um Estado que tende a pôr os outros sob a sua dependência política ou econômica.

Países Nórdicos: Dinamarca, Suécia e Noruega (que ficam no Norte da Europa).

A Crise do Antigo Regime / Mecanização da Indústria: Antecedentes e Características

Introdução

O progresso da técnica aplicada à indústria provocou na sociedade inglesa do século XVIII transformações tão profundas e radicais que elas foram consideradas revolucionárias. Daí se falar em **Revolução Industrial**, caracterizada pela evolução tecnológica e por uma verdadeira revolução social.

Definição e períodos da Revolução Industrial

Embora tenha provocado transformações técnicas, comerciais e agrícolas, a **Revolução Industrial** pode ser considerada essencialmente a passagem da sociedade rural para a sociedade industrial, a mudança do trabalho artesanal para o trabalho assalariado, a utilização da energia a vapor no sistema fabril em lugar da energia humana.

Costuma-se distinguir três períodos na **Revolução Industrial:**

1. De **1760 a 1850**, durante o qual a **Revolução Industrial** praticamente se restringiu à Inglaterra. Nesse período desenvolveu-se a indústria da tecelagem, com a introdução do vapor.

2. De **1850 a 1900**, a **Revolução Industrial** difundiu-se pela Europa (Bélgica, França, Alemanha, Itália e, no fim do século, Rússia), América (Estados Unidos) e Ásia (Japão, a partir de 1868). Surgiram, nesse perío-

do, novas formas de energia, como a hidrelétrica, e novos combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina, que teria ampla aplicação com a invenção do motor a explosão. Ao mesmo tempo dava-se uma verdadeira revolução nos transportes marítimos e terrestres, com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.

3. De **1900 aos nossos dias**, período de muitas inovações, como por exemplo, a automatização da produção, que permitiu a produção em massa e o advento da sociedade de massas, a expansão e difusão dos meios de comunicação, a utilização pacífica da energia atômica.

Principais fases da evolução da produção industrial

A indústria pode ser considerada a transformação, pela máquina, das matérias-primas a serem consumidas pelo homem.

Antes da transformação das matérias-primas pelas máquinas — o que chamamos maquinofatura — existiam o artesanato e a manufatura.

O **artesanato** era uma forma de produção industrial muito simples. Não havia divisão de trabalho, isto é, todas as fases da produção eram feitas pela mesma pessoa. Por exemplo, na indústria de tecidos, a mesma pessoa fazia os fios e tecia. O artesão trabalhava em casa com a família e possuía os meios de produção: a matéria-prima e as ferramentas.

A **manufatura** representa um estágio mais avançado. Deu-se com a concentração de numerosos trabalhadores num mesmo local, sob a direção de um chefe, tendo por objetivo completar a fase derradeira da preparação de um produto — por exemplo, o tingimento de tecidos. Aqui já existia uma especialização do trabalho, pois cada trabalhador era encarregado de uma tarefa específica, o que aumentava a sua capacidade produtiva.

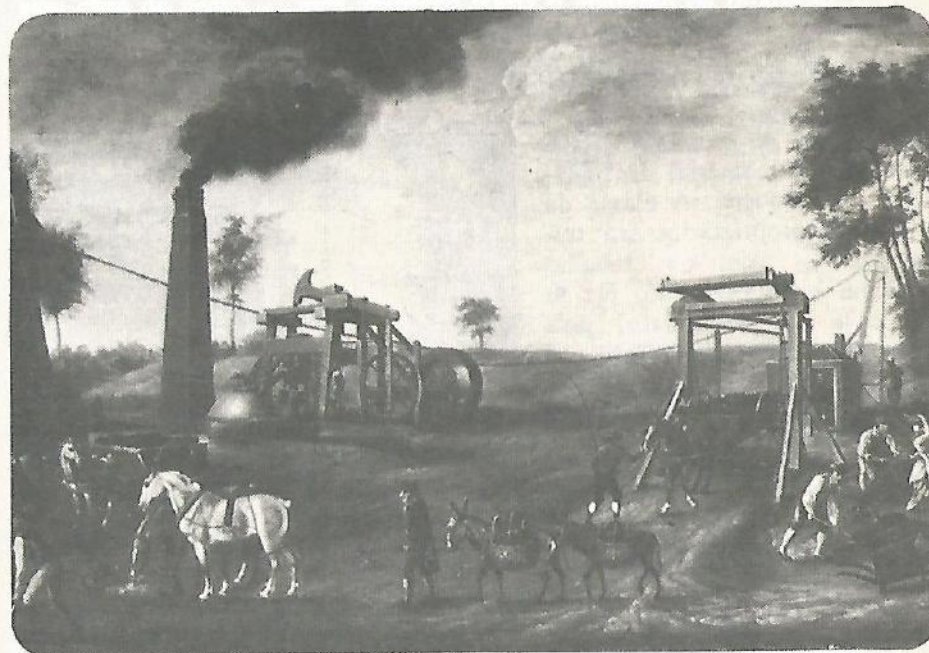
A diferença entre a manufatura e a **maquinofatura**, que caracterizou a Revolução Industrial, decorre do uso das máquinas em substituição às ferramentas utilizadas pelos homens.

Já a passagem da indústria doméstica para a manufatura foi marcada pela transformação do artesão em trabalhador assalariado. Isso ocorreu quando os artesãos deixaram de comprar a matéria-prima e de possuir suas próprias máquinas, e passaram a receber ambas de um grande comerciante. O produto foi produzido a preço fixo, contratado entre o comerciante e o artesão que, nesse caso, recebia apenas um pagamento pelo seu trabalho, o **salário**.

Fatores da Revolução Industrial

Dentre os vários fatores da **Revolução Industrial**, destacaram-se os seguintes:

a) Econômicos

O desenvolvimento comercial da Inglaterra nos anos anteriores à **Revolução Industrial** foi muito grande. Durante o século XVIII, os ingleses expandiram o seu comércio em escala mundial, conseguindo assim acumular capitais, um mercado consumidor para os produtos industriais e um mercado fornecedor de matérias-primas. A esse capital acumulado pelo comércio somaram-se outras formas de acumulação, como a renda dos aluguéis da terra, o lucro sobre os que produziam matéria-prima e o aumento constante dos preços. A abundância de capital e um sistema bancário eficiente facilitavam a obtenção de empréstimos pelos industriais, com uma taxa de juros relativamente baixa. Além disso, havia na Inglaterra carvão e ferro, elementos indispensáveis para o funcionamento e construção de máquinas.

Uma mina de carvão *no final do século XVIII.*

b) Sociais

Com o cercamento dos campos baldios na Inglaterra, melhorou a produtividade agrícola, crescendo a oferta de alimentos e as pessoas passaram a viver mais tempo. Com isso, a população aumentou e a indústria ganhou mais mão-de-obra e consumidores.

c) Políticos

A passagem do poder político para as mãos dos burgueses, ocorrida na Inglaterra, com a Revolução Gloriosa de 1688, trouxe um grande desenvolvimento econômico: o sistema de circulação foi organizado (canais, estradas e portos foram construídos); o comércio exterior foi incrementado; a circulação interna das mercadorias foi facilitada pela eliminação de barreiras alfandegárias e pela uniformização dos impostos.

d) Religiosos

O puritanismo estimulou a acumulação, a poupança e o enriquecimento, considerados por Calvino sinais de salvação.

A Revolução Industrial na Inglaterra

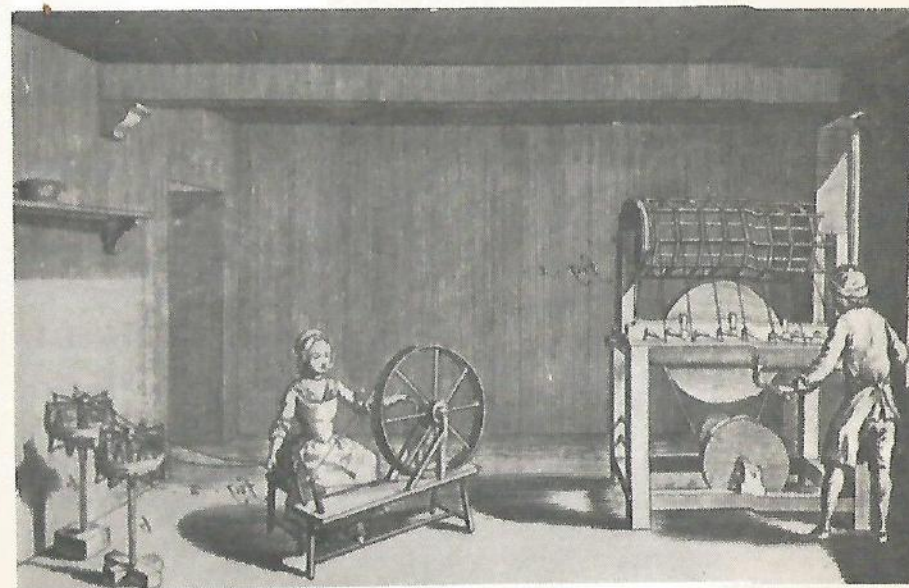
Até os fins do século XVIII a importância industrial da Inglaterra era pequena. A classe de pequenos proprietários era numerosa — além do trabalho agrícola e do pastoreio, ela se dedicava ao artesanato, pois preparava e tecia a lã. Despojada de suas terras pelos burgueses, nos fins do século XVIII, essa classe tendeu a desaparecer. Seus elementos deixaram o campo e concentraram-se na cidade, onde foram aproveitados pelas manufaturas urbanas. Em conseqüência, a indústria doméstica também tendia a desaparecer, mesmo antes do início da maquinofatura.

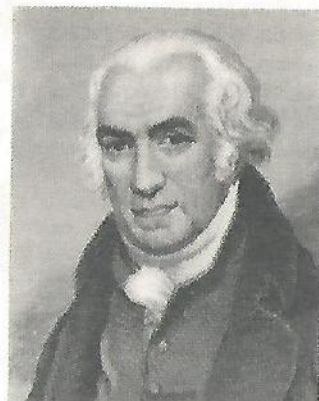
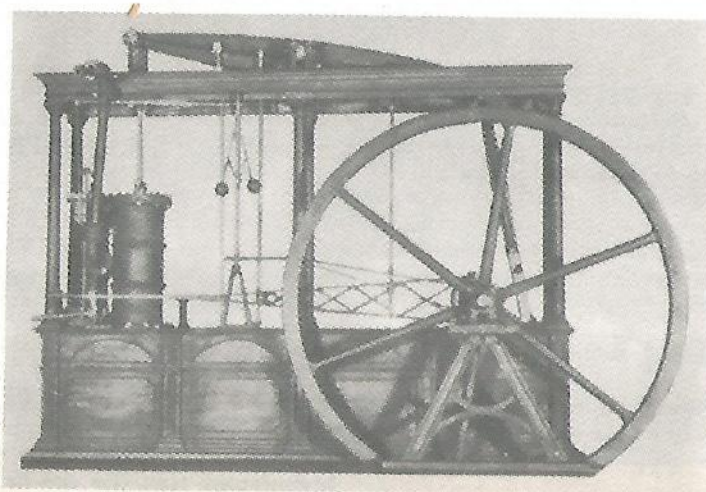
A economia inglesa no final do século XVIII.

Ligada ao desenvolvimento industrial da Inglaterra, a indústria da lã foi regulamentada por uma minuciosa legislação. Logo depois que o comércio inglês no Oriente colocou os comerciantes em contato com o algodão e tecidos de algodão, a indústria de fiação e tecelagem do algodão prosperou rapidamente na Inglaterra, pelas seguintes razões: abundância de matéria-prima, tanto no Oriente quanto nos Estados Unidos, então colônia da Inglaterra; disponibilidade de mão-de-obra barata; mercado consumidor seguro; inexistência de legislação que impedisse a expansão desta indústria, como acontecia com a fabricação de tecidos de lã.

Foi por isso que a maquinofatura começou com o algodão e não com a lã, embora a indústria de lã fosse mais antiga.

Invenções e progresso tecnológico

As invenções que tornaram possível o progresso da maquinofatura não foram obra do acaso — uma invenção trazia o aumento da produção, o que, por sua vez, aumentava o capital da indústria; esse capital podia então ser aplicado em experiências, donde provinham novas invenções que aumentavam de novo a produção, e assim por diante. Cada invenção nova provocava um desequilíbrio nas fases seguintes da produção, e isso exigia ainda mais invenções. O processo de mecanização da indústria têxtil é um bom exemplo desse mecanismo.

Manufatura têxtil *na pré-Revolução Industrial.*

A invenção da **lançadeira volante**, por John Kay, em 1733, aumentou a capacidade de tecelagem. Os fios começaram a escassear. James Hargreaves criou, em 1764, a **spinning jenny**, aumentando a produção de fios. Esta máquina era uma roca de fiar que fazia vários fios ao mesmo tempo, mas eles eram quebradiços, e isso dificultava a tecelagem. A **water frame**, de Richard Arkwright, construída em 1769, produzia fios grossos; o fato de ser movida a água tornava-a muito econômica. A **spinning jenny** e a **water frame** foram combinadas em 1779 por Samuel Crompton em uma única máquina, a **mule**, que fabricava fios finos e resistentes. Novo desequilíbrio foi criado: sobravam fios, que as tecedoras não conseguiam fiar. Houve então tentativas de aumentar a capacidade de tecer. Edmund Cartwright, em 1785, inventou o **tear mecânico.**

James Watt aperfeiçoou a máquina de Newcomen, criando a máquina a vapor.

A necessidade de construção de máquinas de metal, em substituição às de madeira, estimulou a metalurgia do ferro e do aço. Estas, por sua vez, não poderiam se desenvolver sem a melhoria do combustível e da energia. A utilização do carvão coque permitiu a transformação do ferro em aço. Em 1768, James Watt inventou a **máquina a vapor**, resolvendo assim o problema da energia para mover as máquinas de tecer.

O tear mecânico de Cartwright era movido a vapor. A indústria moderna tinha nascido: a máquina substituíra a ferramenta dos artesãos, a energia a vapor substituíra a energia humana ou animal. Os desequilíbrios, entretanto, continuariam. Eles podem mesmo ser considerados como a mola do progresso tecnológico.

A tecelagem acompanhava o ritmo da produção de fios e vice-versa; não obstante, começava a faltar matéria-prima, pois o algodão, depois de colhido, tinha de ser descaroçado a mão, numa operação muito lenta.

Isto levou Eli Whitney, nos Estados Unidos, que era grande produtor de algodão, a inventar o descaroçador mecânico, que acelerou a produção de matéria-prima.

As máquinas de tecer eram caras, pesadas e grandes. Não podiam ser adquiridas por qualquer um, nem instaladas em qualquer lugar. Dessa forma, os trabalhadores tiveram de ser reunidos no local onde estavam as máquinas: a fábrica.

As invenções resultaram, portanto, do investimento de capitais e de experiências científicas, e não do acaso.

Documento básico

A invenção das máquinas provocou reações por parte dos artesãos, que foram prejudicados nas suas atividades. O industrial inglês Wedgwood conta a destruição dos edifícios e máquinas em Lancaster, no ano de 1769.

"Quando chegávamos a Bolton, encontramos no caminho várias centenas de homens. Creio que eram aproximadamente uns quinhentos; e como perguntássemos a um dentre eles por que se encontravam reunidos em tão grande número, responderam-nos que iam destruir as máquinas e que fariam o mesmo em todo o país.

No mesmo dia, após o meio-dia, uma grande fábrica situada perto de Chorley foi atacada por eles. A localização dos edifícios não lhes permitia aproximar-se a não ser por uma passagem estreita, graças à qual o chefe da fábrica pôde, com o auxílio de alguns vizinhos, salvá-la do ataque. Dois dos assaltantes foram mortos no local e vários foram feridos.

A massa não possuía armas de fogo e não esperava uma tal recepção; ficou exasperada e jurou vingança. Os trabalhadores passaram então o dia de domingo e a manhã

de segunda-feira a reunir armas e munições. Os mineiros do Duque de Bridgewater juntaram-se a eles e outros trabalhadores também, a ponto de seu número atingir aproximadamente oito mil. Estes oito mil homens marcharam ao som do tambor em direção à fábrica e destruíram, totalmente, instrumentos avaliados em mais de 10 000 libras. Terça-feira, pela manhã, escutamos seus tambores a uma distância de 2 milhas, um pouco antes de chegar a Bolton. Sua intenção declarada era apossar-se da cidade, em seguida de Manchester e de Stockport, e de marchar em direção a Cromford, para destruir as máquinas não somente nesses diversos lugares mas em toda a Inglaterra."

Paul Mantoux, **La Révolution Industrielle au XVIII^e Siècle**, págs. 418 e 419, Paris, 1905.

Datas e fatos essenciais

1733:	Invenção da **lançadeira volante,** por John Kay.
1760-1850:	1.ª Etapa da Revolução Industrial.
1764:	Invenção da **spinning jenny,** por James Hargreaves.
1768:	James Watt inventa a **máquina a vapor.**
1769:	Invenção da **water frame,** por Richard Arkwright.
1779:	Invenção da **mule,** por Samuel Crompton.
1785:	Edmund Cartwright inventa o **tear mecânico.**
1850-1900:	2.ª Etapa da Revolução Industrial.
1900:	3.ª Etapa da Revolução Industrial.

Resumo

Introdução: As mudanças sociais ocorridas no século XVIII na Inglaterra receberam o nome de **Revolução Industrial,** caracterizada pela evolução tecnológica e por uma verdadeira revolução social.

1. **A Revolução Industrial,** na Inglaterra, determinou a passagem da sociedade rural para a sociedade industrial, a mudança do trabalho artesanal para o trabalho assalariado e a utilização da energia a vapor em lugar da energia humana.

   No processo da **Revolução Industrial** podemos destacar três períodos: o da sua implantação na Inglaterra, sua difusão pela Europa, América e Ásia, e o que vem até nossos dias, com a industrialização dos países em desenvolvimento.

2. A indústria pode ser considerada a fase mais adiantada da produção. Anterior a ela existiam o artesanato e a manufatura, que originaram a maquinofatura, característica da industrialização.

   a) O artesanato é a forma de produção industrial mais simples. Nele não há a divisão de trabalho e a indústria nessa fase é chamada indústria doméstica.

   b) A manufatura já é uma fase mais adiantada da indústria. Nessa fase vários trabalhadores produzem sob a direção de um chefe, cada um executando uma tarefa específica (divisão do trabalho).

   c) Na maquinofatura o trabalho é executado por máquinas.

3. Fatores econômicos, sociais, políticos e religiosos determinaram a **Revolução Industrial** na Inglaterra.

   a) Econômicos: acumulação de capitais, conquista de mercados consumidores e mercados fornecedores de matéria-prima.

   b) Sociais: mão-de-obra disponível e mais consumidores.

   c) Políticos: ascensão da burguesia e administração eficiente.

   d) Religiosos: o puritanismo estimulou o enriquecimento, considerado pelos calvinistas como sinal da salvação.

4. Despojada de suas terras pelos burgueses, no fim do século XVIII, a classe dos pequenos proprietários, antes numerosa, tendia a desaparecer.

   a) Seus elementos concentraram-se na cidade, constituindo-se em mão-de-obra disponível para as manufaturas urbanas.

   b) Também a indústria doméstica, já antes da industrialização inclinava-se ao desaparecimento.

   c) A legislação impediu que a maquinofatura começasse pela lã, apesar de ser a sua produção bem mais antiga que a do algodão.

5. As invenções que tornaram possível a **Revolução Industrial** foram conseqüências do investimento de capitais e de experiências científicas, e cada invenção provocava um desequilíbrio na produção, forçando o surgimento de novas invenções.

a) A **lançadeira volante**, exigindo maior quantidade de fios, forçou a invenção da **spinning jenny**, que aumentava a produção de fios; só que esses fios eram fracos; a **water frame** produzia fios mais grossos, mais resistentes; a **mule** fabricava fios finos e resistentes. Agora sobravam fios — surgiu então o **tear mecânico.**

b) A construção de máquinas de metal estimulou a metalurgia do ferro e do aço.

c) Essas máquinas exigiam melhoria de combustível e mais energia — apareceu a **máquina a vapor.**

d) A necessidade de mais matéria-prima levou à invenção do **descaroçador mecânico,** que acelerou a produção do algodão.

Vocabulário

Acumulação (de capital): processo pelo qual a poupança é reunida, permitindo um investimento líquido.

Divisão do trabalho: organização do trabalho através da especialização das funções.

A Crise do Antigo Regime / Projeções e Difusão da Revolução Industrial

Introdução

A Revolução Industrial provocou a concentração fabril dos trabalhadores. Mas o seu aspecto mais importante, que trouxe uma radical transformação no caráter do trabalho, foi a separação entre o capital e meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima) de um lado, e o trabalho, de outro. Com isso os operários passaram a ser simples assalariados dos capitalistas (donos do capital).

A reação contra as máquinas

Os poucos artesãos que continuavam a fiar e tecer nas zonas rurais rebelaram-se contra as fábricas, que lhes haviam retirado toda a possibilidade de continuarem trabalhando como antes. Revoltados, procuraram destruir as máquinas e as fábricas, como, por exemplo, em 1769 na cidade de Lancaster e em 1779 no condado de Lancashire (Inglaterra).

Os trabalhadores das fábricas estavam sujeitos a vários problemas. O maior deles era o desemprego, provocado pelo excesso de produção (que acarretava paralisações periódicas), pela concorrência de novos trabalhadores (que afluíam do campo para a zona urbana) e pelo trabalho de mulheres e crianças (preferido por ser mais barato, pois os salários pagos às mulheres e crianças eram ainda mais baixos).

Começou o antagonismo entre os trabalhadores e os patrões. Ambos procuram organizar-se para a luta.

Já na primeira metade do século XVIII tinha surgido na Inglaterra o clube dos tecelões e artesãos. Teve um caráter temporário, pois desapareceu após ter conseguido suas reivindicações.

As uniões entre os trabalhadores e artesãos que levaram à destruição das máquinas, por volta de 1760, são igualmente manifestações temporárias, movidas pela fome e pela falta de trabalho.

As sociedades mais importantes de trabalhadores começam a aparecer nos centros de produção mais intensa, como Lancashire, Yorkshire e Manchester. O interesse comum levou-os a se juntarem e em tempo de crise ajudavam-se mutuamente.

Em 1779 foi criada uma lei proibindo as associações, mas a oposição foi tão forte que ela foi abolida. Apesar das leis contrárias, as sociedades operárias se mulplicaram. Em 1824 foram revogadas todas as leis que impediam as associações.

Os patrões temiam essas associações, denominadas **trade-unions**, pois elas progrediram lentamente, dando força aos operários nas suas reivindicações.

Repercussões sociais da Revolução Industrial

As repercussões sociais da Revolução Industrial foram intensas. Ao mesmo tempo em que a Inglaterra se transformava no principal produtor e exportador de produtos manufaturados, a população dos centros urbanos cresceu consideravelmente. A população de Londres ultrapassou 1 milhão de habitantes, o que para aquela época era muito.

Em certas regiões do país houve uma tendência à concentração industrial. A preferência recaiu sobre as regiões que possuíam carvão. Surgiu dessa forma a **Inglaterra Negra**, do Norte e Oeste, dominada pela indústria, em oposição à **Inglaterra Verde**, do Sul e Sudoeste, dominada pela agricultura e pastoreio.

Nas regiões industrializadas, o crescimento das cidades foi mais intenso. A falta de habitações era enorme, os aluguéis elevadíssimos: os trabalhadores se aglomeravam em habitações de um só quarto, com várias famílias morando juntas, em total promiscuidade. A jornada de trabalho chegou a ser de catorze horas diárias, quase ininterruptas. Não havia nenhuma assistência aos desempregados ou enfermos, nem regulamentação para o trabalho de crianças e mulheres.

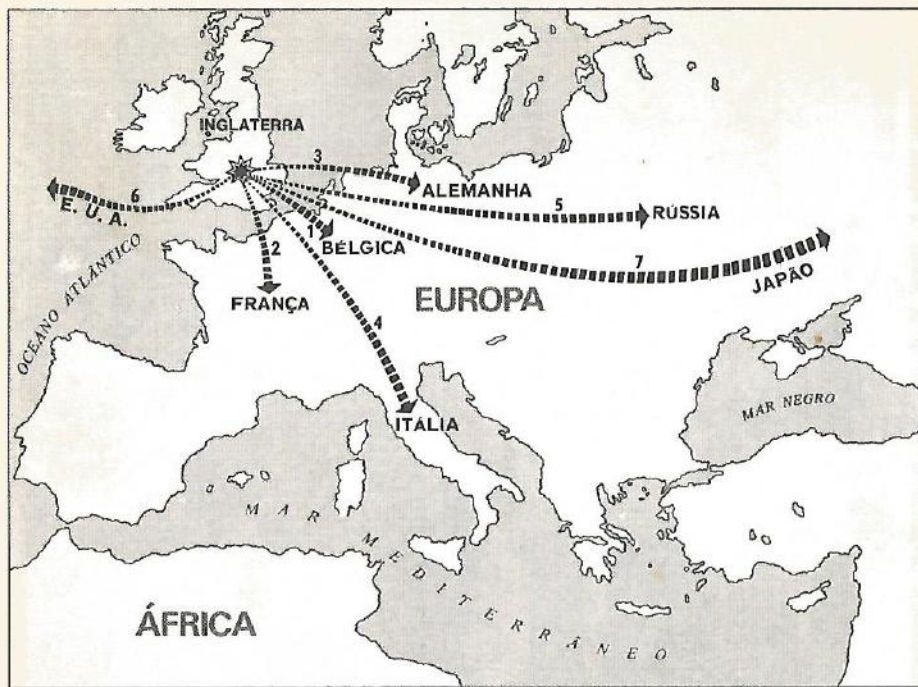
Foi somente a organização dos trabalhadores em associações que permitiu uma lenta modificação dessa situação. Em 1830, o relatório Sadler denunciou as condições do trabalho na Inglaterra e alguns problemas, como a regulamentação de idade pára o trabalho das crianças e das mulheres, foram então resolvidos.

Os empresários das indústrias de fiação preferiam o trabalho das crianças.

Propagação da Revolução Industrial

De 1760 a 1830, a Revolução ficou praticamente limitada à Inglaterra. Era proibido exportar máquinas e técnicas de produção industrial. Mas não foi possível conter por muito tempo os interesses dos fabricantes de equipamentos industriais, que queriam exportá-los.

Em 1807, dois ingleses criaram uma fábrica de tecidos em Liège, na Bélgica. Seu desenvolvimento foi bastante rápido, facilitado pela existência de carvão e de ferro nessa região.

A França, que estivera mergulhada na Revolução Francesa desde 1789, teve, por isso, o seu desenvolvimento retardado. Mais tarde, sua tradição de pequena indústria e de produção de artigos de luxo dificultou a concentração industrial e a acumulação de capitais que permitissem a continuidade do desenvolvimento. Após 1848, a industrialização foi sistematicamente iniciada na França: adotou-se então a política protecionista, ou seja, impediu-se a importação de produtos industriais e estimulou-se a exportação de artigos produzidos no país. A dificuldade básica da França residia no fato de não possuir carvão para transformar todo minério de ferro que extraía.

Difusão da Revolução Industrial.

Na Alemanha foi somente depois da unificação política, conseguida em 1870, que se verificou o progresso industrial, facilitado pela existência de ferro e de carvão no país. Nos fins do século XIX, a Alemanha já superava a Inglaterra na produção de aço e de produtos químicos.

A Itália também conheceu o desenvolvimento industrial após sua unificação política, feita em 1870. A produção de tecidos concentrou-se no norte do país.

Na Rússia, foi somente nos fins do século XIX que começou a industrialização, fruto do investimento de capitais estrangeiros, principalmente franceses.

Na América, o único país que entrou na Revolução Industrial ainda durante o século XIX foram os Estados Unidos. Nos fins do século, os americanos já eram grandes produtores de artigos manufaturados, superando mesmo a Inglaterra e a Alemanha.

Na Ásia, a industrialização mais importante foi a do Japão, que num curto período de tempo conseguiu implantar sua Revolução Industrial, graças à exploração do baixo custo dos salários e das medidas governamentais. Após a Revolução Meiji — era das luzes — (1868), iniciou-se um programa sistemático de industrialização do país, visando tornar o Japão uma grande potência pela assimilação da técnica ocidental.

A dinamização da indústria

A Revolução Industrial condicionou uma revolução nos transportes que, por sua vez, acentuaram ainda mais o industrialismo.

Depois do surgimento da locomotiva a vapor, em 1830, as estradas de ferro se multiplicaram. As primeiras foram construídas nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Bélgica. Na França a primeira estrada de ferro foi construída em 1831, mas somente após 1870 elas se multiplicaram. A distribuição de mercadorias foi muito facilitada, pois os trens transportavam rapidamente cargas pesadas, a longas distâncias, e por fretes reduzidos.

A navegação a vapor veio completar a aceleração dos transportes, por volta de 1850. O surgimento da hélice, em 1870, aproximadamente, melhorou o rendimento dos navios, aumentando a sua velocidade. Foram criadas grandes companhias de navegação, que puseram em contato todo o mundo conhecido. Em 1869, a abertura do Canal de Suez favoreceu ainda mais a navegação marítima a vapor.

Os progressos verificados nos transportes terrestres e marítimos provocaram uma violenta redução no custo dos fretes, baixando os preços dos produtos. Automaticamente o consumo aumentou, estimulando a produção.

O comércio internacional, por sua vez, provocou uma especialização mundial da produção: enquanto os países mais avançados se especializaram na produção industrial, os países mais atrasados da Europa, América e Ásia concentraram seus esforços no setor primário, fornecendo alimentos e matérias-primas para os países industrializados. O capital se acumulou na Europa, exigindo novos setores para investimentos: foram canalizados para diversos países estrangeiros sob a forma de empréstimos, e utilizados na implantação de vias férreas ou outros empreendimentos semelhantes.

O progresso da ciência fez multiplicar os inventores, e muitas invenções surgiram durante o século XIX: o motor a explosão, o telefone, o microfone, o gramofone, a radiotelegrafia, a lâmpada elétrica, os transportes públicos mecanizados, os pneus, a bicicleta, a máquina de escrever, a circulação maciça de notícias impressas a baixo custo, as primeiras fibras sintéticas, a seda artificial, os primeiros plásticos, a baquelita etc.

Documento básico

Relatório sobre o trabalho das crianças (de até cinco anos) feito por um médico de Manchester, em 1796.

"Está claro que as crianças e as outras pessoas empregadas no trabalho em grandes tecelagens de algodão estão sujeitas a febres contagiosas: quando uma fica doente, a doença propaga-se rapidamente, não somente entre aqueles que estão trabalhando no mesmo local, mas também entre as famílias às quais pertencem, e em toda a vizinhança (...).

As grandes fábricas geralmente têm uma influência perniciosa sobre a saúde daqueles que nelas trabalham, mesmo sobre os que não possuem qualquer doença, pela vida reclusa que lhes impõem e pela ação enfraquecedora do ar contaminado e impuro (...).

O trabalho à noite e as jornadas prolongadas, às quais são submetidas as crianças, não somente tendem a diminuir a soma de vida e a atividade dos que estão para nascer, pela alteração da força dessa geração, como favorecem os vícios dos pais que, contrariamente à ordem humana, vivem da exploração dos filhos (...).

As crianças empregadas nas fábricas são geralmente privadas de qualquer oportunidade de se instruírem e de receberem educação moral e religiosa."

Claude Folhen, **Histoire Générale du Travail**, t. III, citada por J. Monnier, **Histoire**, vol. III, pág. 28.

Datas e fatos essenciais

1760-1830: Revolução Industrial na Inglaterra.

1830-1900: Revolução Industrial na Europa, América e Ásia.

Resumo

Introdução: A industrialização aumentou a separação entre os patrões e os empregados.

1. O maior problema que os trabalhadores enfrentavam era o desemprego.
   a) Tal situação acirrou o antagonismo entre patrões e trabalhadores, ambos procurando se organizar para a luta.
   b) A primeira reação dos operários foi tentar destruir as máquinas.
   c) Nos grandes centros de produção surgiram as associações de operários, denominadas **trade-unions**, que sofreram grande pressão dos patrões.
   d) Apesar de leis restritivas, as associações se multiplicaram, e em 1824, todas as leis restritivas foram abolidas.
2. Com a Revolução Industrial a Inglaterra se transformou no maior produtor e exportador de produtos manufaturados, e a população dos centros urbanos cresceu enormemente.

   a) Em algumas regiões houve tendência à concentração industrial.
   b) Com o crescimento da população nos grandes centros urbanos, as condições de moradia se tornaram precaríssimas, a exploração atingiu níveis impressionantes, e não havia nenhuma assistência aos enfermos ou desempregados.
   c) Foram as **trade-unions**, lentamente, que conseguiram modificar essa situação.
3. De 1760 a 1830, a Revolução Industrial restringiu-se à Inglaterra. A partir dos meados do século XIX ela se difundiu por todo o mundo.
   a) Na Europa, pela ordem, atingiu: Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia.
   b) Na América, alcançou os Estados Unidos.
   c) Na Ásia, o Japão.
4. A Revolução Industrial promoveu a revolução nos transportes, a qual, por sua vez, acentuou mais ainda o industrialismo.
   a) O surgimento da locomotiva a vapor provocou a multiplicação das estradas de ferro.
   b) A navegação a vapor e a invenção da hélice fizeram surgir grandes companhias de navegação, que ligaram todo o mundo.
   c) A redução dos fretes fez aumentar o consumo e, por conseqüência, a produção.
   d) O mundo tornou-se uma só unidade econômica, dependente do intercâmbio comercial.
   e) A especialização da produção dividiu o mundo em áreas industrializadas, as desenvolvidas, e áreas agrícolas e fornecedoras de matéria-prima, as subdesenvolvidas.

Vocabulário

Revolução Meiji: revolução política ocorrida em 1868 que redundou na modernização do Japão.

Trade-unions: associação dos trabalhadores contra os patrões.

Os filósofos se reuniam *e discutiam problemas econômicos, sociais e políticos.*

A Crise do Antigo Regime / A Crítica do Antigo Regime: o Iluminismo

Introdução

Os escritores franceses do século XVIII provocaram uma verdadeira revolução intelectual na história do pensamento moderno. Suas idéias caracterizavam-se pela importância que davam à razão: rejeitavam as tradições e procuravam uma explicação racional para todas as coisas.

Os filósofos e economistas procuravam novos meios para dar a felicidade aos homens. Atacavam violentamente a injustiça, a intolerância religiosa, os privilégios. Suas opiniões abriram caminho para a Revolução Francesa, pois puseram à mostra os erros e vícios do Antigo Regime.

As novas idéias conquistaram numerosos adeptos, a quem pareciam trazer a luz, o conhecimento. Por isso, os filósofos que as divulgavam foram chamados **iluministas** e a sua maneira de pensar **Iluminismo.**

Iluminismo

A filosofia iluminista voltou-se para o estudo da natureza e da sociedade. O uso da razão era considerado indispensável à compreensão dos fenômenos naturais e sociais. Segundo os iluministas, até a crença devia ser racionalizada. Por isso, eram deístas, isto é, acreditavam que Deus está presente na natureza e, como o homem faz parte da natureza, Ele também se encontra presente no coração do próprio homem que pode descobri-lo atra-

vés da razão. A Igreja tornava-se, assim, uma instituição dispensável — para encontrar Deus, bastava levar uma vida piedosa e cheia de virtudes.

Diziam os iluministas que assim como há leis que regulam os fenômenos da natureza, também as relações entre os homens são reguladas por leis naturais. Consideravam os homens todos bons e iguais perante a natureza e que a desigualdade existente entre eles era provocada pelos próprios homens, isto é, pela sociedade. Para corrigir essa desigualdade, achavam que era preciso modificar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e de culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras.

Precursores do Iluminismo

O progresso dos estudos científicos e a Revolução Industrial com todas as suas conseqüências despertaram o interesse pelos estudos sociais, políticos e econômicos. Na França, vários princípios, tidos como indiscutíveis até o século XVIII, passaram a ser questionados. O conjunto desses princípios (absolutismo de direito divino, privilégios das ordens sociais, intolerância religiosa, monopólios) constituía o Antigo Regime. Vauban propôs que se adotasse a justiça fiscal e a igualdade tributária, isto é, que os impostos recaíssem sobre todos. Fénelon reclamou leis que regulassem o funcionamento do reino. Pierre Bayle, um protestante francês refugiado na Holanda, pregou a liberdade de pensamento e a tolerância religiosa.

Principais filósofos iluministas

Podemos dividir os pensadores iluministas em dois grupos: o dos **filósofos**, que se ocuparam principalmente com os problemas políticos, sociais e religiosos; e o dos **economistas**, que procuraram uma maneira de aumentar a riqueza das nações. Os principais filósofos franceses foram Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Diderot.

Montesquieu publicou, em 1721, as **Cartas Persas**, nas quais ridicularizou os costumes e as instituições do seu tempo. Em 1748 publicou **O Espírito das Leis**, sua maior obra, dedicada ao estudo de diversas formas de governo: dava grande destaque à monarquia inglesa e recomendava a independência dos três poderes: **executivo, legislativo** e **judiciário** como única maneira de garantir a liberdade.

Voltaire foi o mais destacado dos filósofos iluministas. Durante sua estada na Inglaterra publicou as **Cartas Inglesas**, nas quais, atacando o absolutismo e a intolerância, elogiava a liberdade existente naquele país. Depois de viajar pela Europa, fixou-se em Ferney, na França, de onde exerceu grande influência por mais de vinte anos, até a sua morte. Seus discípulos se espalharam pela Europa, divulgando suas idéias.

Rousseau, ao contrário de Voltaire e Montesquieu — que foram monarquistas liberais —, era um democrata convicto. Suas idéias foram expostas num tratado sobre a educação e no **Contrato Social**, sua obra mais importante. Defendeu a liberdade e a igualdade entre os homens, afirmando que o poder político repousava sobre o povo e que o povo era a autoridade máxima de um país ("soberania popular"). Suas idéias foram seguidas por Robespierre e outros líderes da Revolução Francesa.

Diderot foi o responsável pela organização da grande **Enciclopédia** — obra em 35 volumes, publicada entre 1751 e 1772, que tornou conhecidas as novas idéias. Diderot foi auxiliado pelo matemático d'Alembert e teve como colaboradores a maior parte dos novos pensadores e escritores. O governo condenou a obra, proibindo sua divulgação, que continuou, porém, a circular clandestinamente.

Os economistas fisiocratas

Os economistas dessa época pregaram essencialmente a liberdade econômica, opondo-se a toda e qualquer regulamentação. A economia deveria ser dirigida pela natureza: o Estado não deveria intervir, a não ser para garantir o livre curso da natureza. Essa predominância da natureza valeu-lhes a denominação de **fisiocratas** (governo da natureza). Quesnay e Gournay afirmavam que a atividade verdadeiramente produtiva era a agricultura. Adam Smith (escocês) foi um dos seus mais destacados discípulos. No seu livro, **A Riqueza das Nações** (1765), o trabalho — e não a agricultura como queriam os fisiocratas, nem o comércio, como pensavam os mercantilistas — era considerado a verdadeira fonte de riqueza. O trabalho completamente livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza, criaria toda a riqueza.

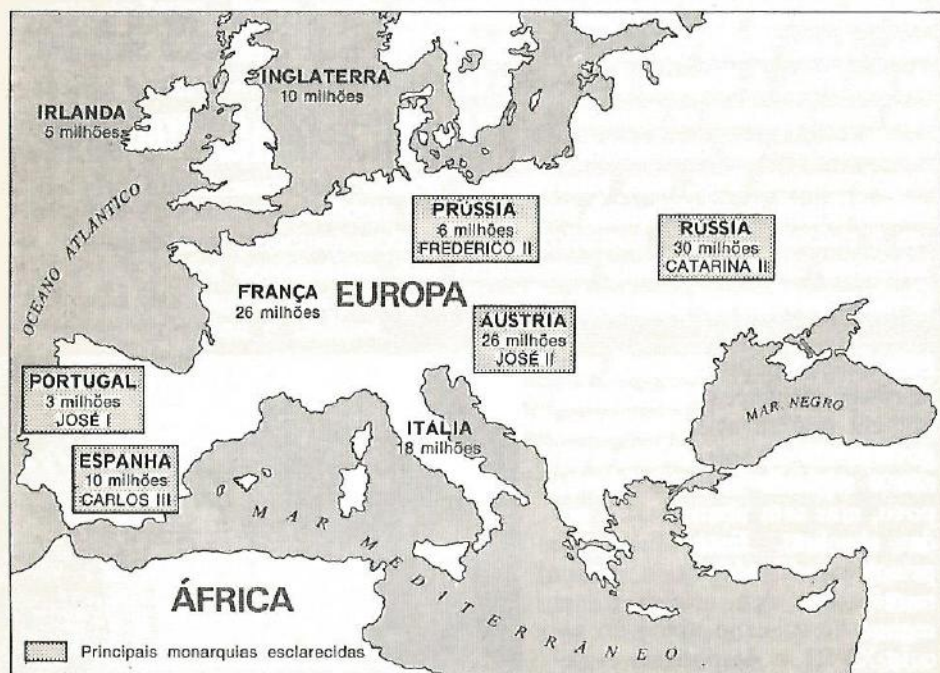
O despotismo esclarecido

Estimulados pelos filósofos, numerosos príncipes procuraram pôr em prática as novas idéias, governando de acordo com a razão e segundo os interesses do povo, mas sem abandonar o poder absoluto. Essa aliança de princípios filosóficos e poder monárquico deu origem a um regime de governo típico do século XVIII, o **despotismo esclarecido**.

A Imperatriz Maria Teresa *da Áustria.*

Seus representantes mais destacados foram Frederico II, rei da Prússia; Catarina II, tzarina da Rússia; José II, imperador da Áustria; Pombal, ministro de Portugal; e Aranda, ministro da Espanha.

Na Prússia, Frederico II (1740-1786), discípulo de Voltaire e indiferente à religião, deu ao povo liberdade de culto. Estimulou o ensino básico, tornando a instrução primária obrigatória para todos. Apesar de nessa época os jesuítas estarem sendo expulsos de quase todos os países da Europa (por causa das suas ligações com o Papado), Frederico II atraiu-os para a Prússia, visando aproveitar suas qualidades de educadores. A tortura foi abolida e um novo código de justiça foi organizado. O rei exigia obediência total às suas ordens, mas dava plena liberdade de expressão. Procurou estimular a economia prussiana, adotando medidas protecionistas, embora isso fosse contrário às idéias iluministas. Preservou a ordem social existente — a Prússia permaneceu um Estado feudal, com servos sujeitos à classe dominante (dos proprietários).

O Estado no qual mais se fez propaganda das idéias novas e onde elas menos foram executadas foi a Rússia. Catarina II (1762-1796) atraiu os filósofos franceses à sua corte e manteve com eles correspondência regular; esses filósofos, porém, lhe serviram apenas de instrumento, pois ela muito prometeu e quase nada realizou de prático. A imperatriz deu ao povo liberdade religiosa e preocupou-se em desenvolver a educação das altas classes sociais, que foram polidas e "afrancesadas" nos seus usos e costumes. A situação dos servos foi agravada: não só a servidão foi mantida, como

Principais países e populações da Europa no fim do século XVIII

os direitos dos proprietários sobre os servos da terra foram aumentados, chegando inclusive ao direito de condenação à morte.

José II (1780-1790) da Áustria foi exemplo típico do déspota esclarecido. Fez numerosas reformas ditadas pela razão: aboliu a servidão, deu igualdade a todos perante a lei e os impostos, uniformizou a administração do Império, deu liberdade de culto e direito de emprego aos não-católicos. Foi o único que aplicou realmente as idéias propostas pelos filósofos iluministas.

Na Espanha, o Ministro Aranda pôs em execução uma série de reformas: o comércio foi liberado internamente, a indústria de luxo e de tecidos de algodão foi estimulada e a administração foi dinamizada com a criação dos intendentes, que fortaleceram o poder do Rei Carlos III.

Em Portugal, o Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, fez importantes reformas. Durante o seu governo, a indústria cresceu, o comércio passou a ser controlado por companhias que detinham o monopólio comercial nas regiões coloniais, a agricultura foi estimulada e a nobreza e o clero foram perseguidos a fim de fortalecer o poder real.

Documento básico

A tolerância religiosa defendida por Voltaire.

"Não é aos homens que eu me dirijo, é a ti, Deus de todos os seres, de todos os homens e de todos os tempos (...). Observa com piedade os erros intrínsecos à nossa natureza, que esses erros não se tornem causa de calamidades. Tu não nos deste um coração para odiar, nem mãos para degolar; faz com que nos ajudemos mutuamente a suportar o fardo de uma vida penosa e passageira; que as pequenas diferenças entre as vestimentas que cobrem nossos débeis corpos, entre os nossos idiomas insuficientes, entre os nossos ridículos usos, entre as nossas imperfeitas leis, e entre as nossas opiniões insensatas (...), que todas essas pequenas nuanças que distinguem os átomos chamados homens, não sejam sinais de perseguição; que aqueles que se contentam com a luz do teu sol; que aqueles que cobrem suas vestes de tecidos brancos para dizer que é preciso amar, não detestem mais aqueles que dizem a mesma coisa, mas sob um manto negro; que seja a mesma coisa adorar num pregão de uma língua antiga ou de uma língua nova; que aqueles cuja vestimenta é vermelha ou roxa e que dominam uma pequena parcela de uma pequena malta de lama deste mundo (...) desfrutem sem orgulho disso que consideram grandeza; e que os outros os olhem sem inveja..."

L. Gothier e A. Troux. **Recueils de Textes d'Histoire,** vol. III, pág. 306.

Datas e fatos essenciais

1734: Publicação de **Cartas Inglesas**, de Voltaire.

1748: Publicação de **O Espírito das Leis**, de Montesquieu.

1751 a 1772: Publicação da **Enciclopédia**, de Diderot.

1762: Publicação de **Contrato Social**, de Rousseau.

1765: Publicação de **A Riqueza das Nações**, de Adam Smith.

Resumo

Introdução: O Iluminismo surgiu na França, no século XVIII, e se caracterizava por procurar uma explicação racional para todas as coisas. Seus adeptos, com suas idéias, abriram caminho para a Revolução Francesa.

1. A filosofia iluminista preocupou-se com o estudo da natureza e da sociedade.
   a) Os iluministas eram deístas, mas acreditavam que a crença devia ser racionalizada.
   b) Achavam que os homens eram iguais perante a natureza, e que as desigualdades eram provocadas pela sociedade.

2. O avanço da ciência e a Revolução Industrial despertaram o interesse pelos estudos sociais, políticos e econômicos.
   a) Vauban propunha a justiça fiscal e a igualdade tributária.
   b) Fénelon reclamava leis que regulassem o funcionamento do reino.
   c) Bayle pregava a liberdade de pensamento e a tolerância religiosa.

3. Os pensadores iluministas podem ser divididos em dois grupos: os filósofos e os economistas. Os filósofos destacavam-se pela crítica social e política. Os economistas procuravam descobrir leis que regulassem a economia.
   a) Montesquieu teorizou a divisão dos poderes do Estado no seu livro **O Espírito das Leis.**
   b) Voltaire criticou a Igreja e a intolerância nas **Cartas Inglesas** ou **Cartas Filosóficas.**
   c) Rousseau, no **Contrato Social,** defendeu a liberdade e a igualdade entre os homens, enfatizando o conceito da soberania popular.
   d) Diderot difundiu as idéias dos filósofos nos verbetes da sua **Enciclopédia.**

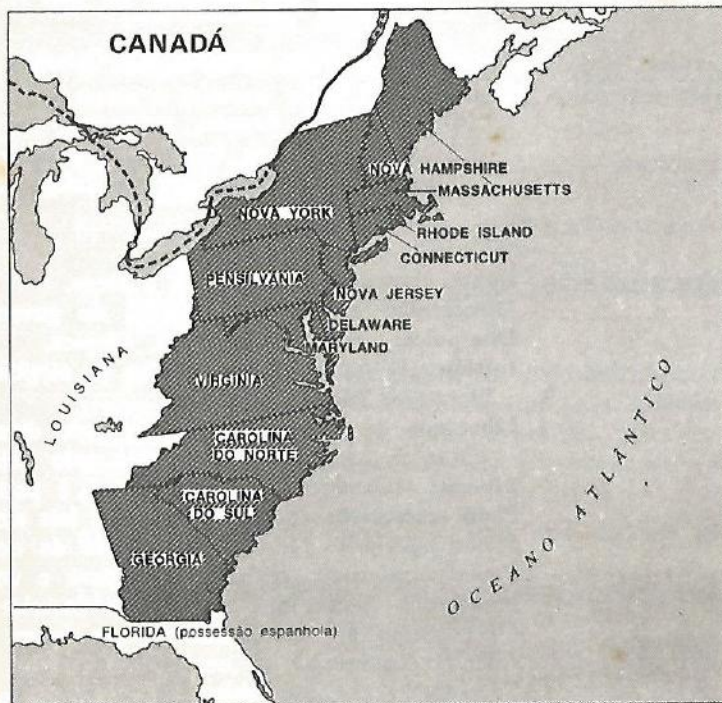
4. Os economistas defendiam a total liberdade econômica, opondo-se a toda e qualquer regulamentação.
   a) Quesnay e Gournay defendiam a agricultura como a verdadeira atividade produtiva.
   b) Adam Smith pregava a divisão do trabalho, afirmando que o trabalho completamente livre, guiado pela natureza, criaria toda a riqueza.

5. Monarcas e ministros europeus, baseados nas idéias iluministas, procuraram modernizar seus Estados, mas sem abandonar o poder absoluto. Foram os déspotas esclarecidos.
   a) Os déspotas esclarecidos mais importantes foram: Frederico II, rei da Prússia; Catarina II, tzarina da Rússia; José II, imperador da Áustria; Pombal, ministro de Portugal; e Aranda, ministro da Espanha.
   b) O melhor exemplo de déspota esclarecido, pelas reformas que executou, foi José II, secundado por Frederico II.
   c) As medidas adotadas por Catarina II restringiram-se à elite.
   d) Pombal e Aranda, em nome dos reis José I e Carlos III, de Portugal e Espanha, exerceram o despotismo esclarecido por delegação dos monarcas.

Vocabulário

Culto: homenagem tributada a Deus.
Democrata: aquele que acredita no governo da maioria.
Discípulos: alunos, seguidores, adeptos.
Intelectual: dedicado ou relativo às atividades da ciência, literatura, filosofia ou arte.
Liberdade de expressão: liberdade de dizer e escrever o que se pensa sem ser punido pelo Estado.
Liberal: favorável à liberdade civil e política.
Poder executivo: poder que põe as leis em execução.
Poder judiciário: poder encarregado de exercer a justiça.
Poder legislativo: poder que prepara e vota as leis.
Precursor: pessoa que em período anterior teve idéias ou fez propostas semelhantes às que foram aceitas no período seguinte.
Tratado: texto que trata de um problema em todos os seus aspectos importantes.

As treze colônias inglesas da América do Norte em 1776.

A Crise do Antigo Regime / A Independência dos Estados Unidos

Introdução

A Independência dos Estados Unidos é considerada a primeira revolução americana. A segunda foi a Guerra de Secessão.

As treze colônias inglesas da América formaram-se lentamente a partir do século XVII. Nos fins do século XVIII ocupavam uma faixa litorânea que ia do Atlântico até os contrafortes dos Aleghanis.

As colônias do Norte — Massachusetts, Nova Hampshire, Rhode Island e Connecticut —, região denominada Nova Inglaterra, reuniam uma população de 680 mil habitantes. No Centro, cerca de 530 mil habitantes moravam nas quatro colônias: Pensilvânia, Nova York, Nova Jersey e Delaware. No Sul mais 980 mil povoavam as outras cinco colônias: Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia. Ao todo, uma população de mais de 2 milhões de colonizadores.

O desenvolvimento das colônias

O desenvolvimento das colônias do Norte e do Centro, em relação às colônias do Sul, foi muito desigual.

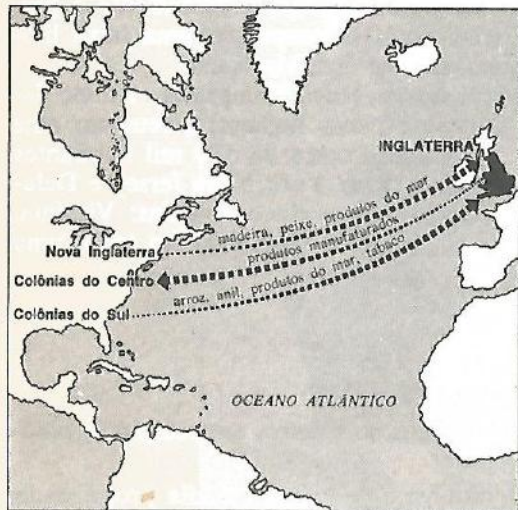
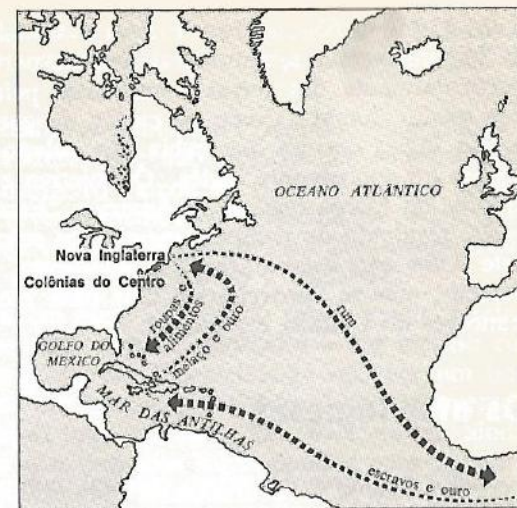
Na Região Centro-Norte predominava a pequena e média propriedade; o trabalho era essencialmente livre, feito por pequenos proprietários que

vieram da Europa em busca de um novo lar, exilados por divergências políticas ou religiosas. Havia também o trabalho de servos temporários (**indentured servants**), que trabalhavam de quatro a sete anos para pagamento das despesas de transporte da Europa para a América, financiadas pelos proprietários carentes de mão-de-obra.

Os produtos agrícolas eram semelhantes aos produzidos na Europa, o que tornava a região pouco atraente para o comércio metropolitano: apenas madeira, produtos de pesca e petrechos navais atraíam o interesse dos importadores ingleses. Isso desestimulou o comércio da Inglaterra com as colônias do Centro-Norte, pois os produtos manufaturados ingleses que viessem para essa região não teriam carga de torna-viagem, o que encareceria o frete. Assim, apesar da proibição de manufaturas nas colônias, os ingleses fizeram vista grossa e permitiram aos colonos uma quase autonomia industrial, forçada pelas circunstâncias.

O desenvolvimento dessas manufaturas e da policultura acelerou o desenvolvimento econômico das colônias do Norte e do Centro, e o excesso da produção logo procurou os mercados do Sul, abastecidos até então pela metrópole.

Enquanto o Norte se desenvolvia com seu fluxo interno de renda, o Sul dependia totalmente do mercado externo, das suas relações com a metrópole, para onde exportava suas mercadorias tropicais como tabaco, anil e algodão, importando todos os manufaturados e demais produtos de que necessitava. Essa economia de exportação afetou a estrutura da propriedade e das relações de trabalho: prevaleciam as grandes propriedades escravistas, com reduzido trabalho livre e monocultura voltada à exportação.

O desenvolvimento econômico da Nova Inglaterra

Movimento comercial das colônias inglesas no final do século XVIII.

Comércio triangular das colônias inglesas na Nova Inglaterra.

As atividades comerciais dos colonos do Norte aos poucos ultrapassaram as fronteiras coloniais. Organizaram **triângulos comerciais**, sendo o mais conhecido o que se iniciava com o comércio de peixe, madeira, gado e produtos alimentícios com as Antilhas, onde adquiriam melaço, rum e açúcar. Nos portos de Nova York e Pensilvânia, o melaço era transformado em rum que, somado ao rum adquirido nas Antilhas, era enviado à África para compra de escravos. Esses escravos eram introduzidos nas Antilhas ou nas colônias do Sul. Outro triângulo comercial começava na Filadélfia, Nova York ou New Port, com carregamento que era trocado na Jamaica por melaço e açúcar; esses produtos iam para a Inglaterra, onde eram trocados por tecidos e ferragens, que eram descarregados nos pôrtos de origem da operação triangular. Também foi muito ativo o triângulo comercial que começava com o transporte de peixe, cereais e madeira serrada para a Espanha e Portugal, onde adquiriam sal, frutas e vinho, levados para a Inglaterra e trocados por manufaturados que seguiam para a América.

As leis inglesas de navegação não impediram o desenvolvimento da colônia porque não eram aplicadas. Mas quando o comércio colonial começou a concorrer com o comércio metropolitano, surgiram atritos insuperáveis, que culminaram com a emancipação das treze colônias.

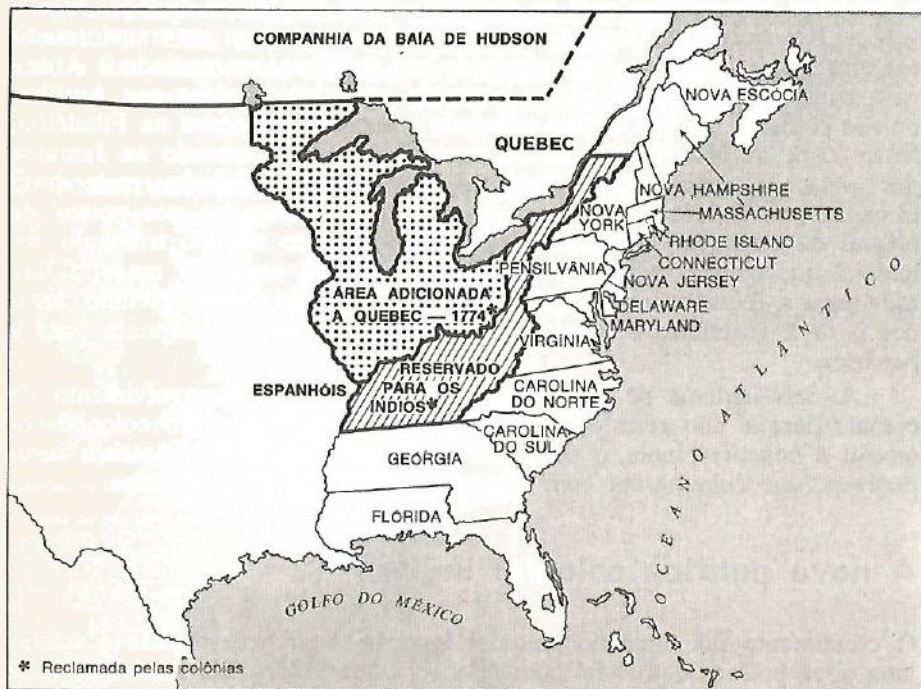
A nova política colonial inglesa

O crescimento do comércio colonial levou a metrópole inglesa a adotar uma nova política comercial com relação à sua colônia da América. Essa política se resumia em aplicar as leis já existentes. Outro dado conjuntural veio colaborar para a mudança da atitude inglesa: a **Guerra dos Sete**

Anos (1756-1763), entre a França e a Inglaterra. Terminou com a vitória da Inglaterra, que se apossou de grande parte do Império Colonial Francês, particularmente das terras controladas pelos franceses na região a oeste das treze colônias. Como os custos da guerra tinham sido altos, o Parlamento inglês decidiu que cabia aos colonos uma parte desse ônus, e não apenas ao contribuinte inglês. O objetivo era o de aumentar as taxas e os direitos da Coroa inglesa na América. Essa pressão da metrópole era, em parte, resultado do comportamento dos colonos, que durante a **Guerra dos Sete Anos** não colaboraram "devidamente" no fornecimento de material e homens, mas se aproveitaram dela para manter lucrativo comércio com os franceses no Canadá e Antilhas.

Os atos ingleses

Somados a fatores de ordem cultural, como a influência da filosofia iluminista, que tinha numerosos adeptos na América, a política de repressão adotada pela Inglaterra teve um papel importante no processo revolucionário dos Estados Unidos.

George Grenville, primeiro-ministro inglês, resolveu colocar nas possessões americanas uma força militar de dez mil homens, o que criava uma despesa forçada de 350 mil libras para os cofres ingleses. O Parlamento inglês aprovou então duas leis para arrecadar um terço dessa quantia: a **Lei do Açúcar** e a **Lei do Selo**.

As colônias inglesas da América às vésperas da Independência.

O **Sugar Act**, de 1764, atendia aos interesses ingleses e prejudicava os americanos, pois taxava os produtos que não viessem das Antilhas Britânicas. A tarifa do melaço estrangeiro baixou de 6 **pence** para 3 **pence** por galão, mas foram adotadas severas medidas de fiscalização. Além disso, a **Lei do Açúcar** acrescentava vários produtos à lista dos **artigos enumerados** que somente poderiam ser exportados para a Inglaterra.

O **Stamp Act**, de 1765, era um mero expediente fiscal: exigia a selagem em documentos legais, contratos, jornais, opúsculos e até mesmo em baralhos e dados. Os colonos protestaram argumentando que era um imposto **interno** e não externo como era costume, e que fora um Parlamento, no qual não tinham representação, que votara a lei. Protestaram ainda contra o pagamento dos direitos que deveriam ser remetidos para a Inglaterra, porque significaria enfraquecimento monetário para a colônia e redução de sua capacidade de importar.

Reuniu-se então, na cidade de Nova York, em 1765, o **Congresso da Lei do Selo**, que declarando-se fiel à Coroa, decidiu boicotar o comércio inglês, em represália ao **Stamp Act**. Os comerciantes ingleses prejudicados pressionaram o Parlamento onde contavam com o apoio influente de William Pitt e Edmund Burke, disto resultando a revogação da **Lei do Selo** e a redução da taxa do melaço para **1 penny**.

Os colonos continuaram contestando o direito legislativo do Parlamento inglês, recusando o cumprimento da **Lei de Aquartelamento**, existente desde 1765, segundo a qual os colonos deveriam alojar, fornecer víveres e prover parte do transporte das tropas enviadas para a colônia.

As coisas pioraram com a substituição de Grenville por Charles Townshend no cargo de primeiro-ministro, que em 1767 baixou os **Atos Townshend.** Esses atos baseavam-se no princípio de que se os colonos não queriam pagar os impostos **internos**, então que pagassem os impostos **externos**, isto é, os impostos sobre mercadorias importadas, tais como chá, vidro, papel, zarcão, corantes. A burla foi tornada impossível com a criação da Junta Alfandegária Americana, com funções fiscais e a de executar os odiados Mandados de Busca. Novamente funcionaram as associações de boicote e o comércio inglês reduziu-se a 1/3 do normal, em 1769. Outra vez agiram os importadores ingleses prejudicados, e em 1770 os **Atos Townshend** foram abolidos, com exceção do imposto sobre o chá, que teria uma nova regulamentação.

Em 1773, a crise estourou novamente com a **Lei do Chá (Tea Act)**. Essa lei dava o monopólio do comércio do chá à Companhia das Índias Orientais, onde vários políticos ingleses tinham interesses econômicos. A Companhia transportaria o chá diretamente das Índias para a América, eliminando-se todos os intermediários. Seus lucros subiriam e o preço para o consumidor baixaria. O prejuízo dos intermediários eliminados desse co-

mércio foi muito grande, e abriu um precedente perigoso: quem garantiria que o mesmo não seria feito com outros produtos? A reação não se fez esperar. Em Boston, comerciantes disfarçados de índios **mohawks** destruíram trezentas caixas de chá tiradas dos porões dos barcos ancorados no porto. Esse episódio entrou para a história norte-americana com o nome de **The Boston Tea Party**.

A crise entre a colônia e a metrópole atingiu o auge: se o Parlamento inglês cedesse, jamais recuperaria o controle da situação. Por isso, agiu energicamente, votando as chamadas **Leis Intoleráveis**, de 1774. Essas leis interditavam o porto de Boston até o ressarcimento dos prejuízos, transferia o foro dos funcionários ingleses que cometessem crimes durante as investigações (eles seriam julgados em outra colônia ou na Inglaterra), o governador de Massachusetts teria poderes excepcionais, e as tropas inglesas ficariam aquarteladas na cidade de Boston.

Até aqui é evidente a oposição dos grupos mercantis da colônia aos ingleses, bem como suas causas. Mas, por que os agricultores se colocaram ao lado dos comerciantes na luta contra a metrópole?

No início da colonização, até 1763, quando desapareceu a ameaça francesa, o governo inglês estimulara a ocupação das terras em direção ao Oeste. Era a melhor forma de combater as pretensões francesas e espanholas com a ocupação efetiva do território. Depois, desaparecidas as ameaças, seria preferível conter a população na faixa litorânea, onde era mais fácil o controle político-fiscal. Além disso, o comércio de peles com os índios era controlado pelos ingleses, e a intromissão dos colonos era indesejável. Finalmente, a Coroa, que até então cedera a terra, poderia passar a vendê-la, depois de valorizada pela ocupação do litoral. Todos esses motivos explicam a **Proclamação Régia de 1763**, que demarcava as terras além dos Aleghanis como reserva indígena. Em 1764, a Coroa completava a sua política de contenção do pioneirismo, baixando o **Ato de Quebec**, pelo qual grande parte das terras disponíveis do Centro-Oeste passariam para o controle do governador de Quebec.

Os pioneiros, quase sempre endividados, vendiam suas propriedades e avançavam, sempre em busca de terras virgens. As novas leis determinavam sua falência. Para o grande proprietário do Sul, também sempre endividado com o comerciante importador e exportador da Inglaterra, a situação era a mesma, pois somente pela ocupação de novas terras virgens poderia salvar-se economicamente.

A **Lei da Moeda (Currency Act)**, de 1764, proibindo a emissão de dinheiro na colônia, limitava a alta de preços dos produtos agrícolas e tornava mais difícil ainda a situação dos plantadores, que não poderiam escapar das suas dívidas.

George Washington no comando das tropas americanas.

O processo da independência (1776-1783)

As **Leis Intoleráveis** determinaram a convocação do **Primeiro Congresso Continental de Filadélfia**, em setembro de 1774. De caráter não-separatista, o Congresso enviou uma petição ao rei e ao Parlamento inglês, pedindo a revogação das **Leis Intoleráveis**, em nome da igualdade dos direitos dos colonos. Em 1775, um conflito em Lexington provocou a morte de alguns colonos, que passaram a se organizar militarmente.

Ainda em 1775 reuniu-se o **Segundo Congresso Continental de Filadélfia**, apresentando dessa vez um novo caráter: era pela separação. George Washington, da Virgínia, foi nomeado comandante das forças americanas e Thomas Jefferson encarregado de redigir a **Declaração de Independência**,

que também continha uma **Declaração dos Direitos do Homem**. Esse documento foi publicado em 4 de julho de 1776. Colaboraram na redação John Dickinson, Roger Sherman, Samuel Adams e outros.

A tomada do forte Ticonderoga, em 1775, pelos colonos marca o início da guerra contra os ingleses. Em outubro de 1777, os americanos obtiveram uma grande vitória em Saratoga, o que permitiu a Benjamin Franklin conquistar o apoio da França e da Espanha. O Marquês de La Fayette (o "Herói de Dois Mundos") e o General Rochambeau partiram para a América, comandando 6 mil homens.

Em Yorktown, a 17 de outubro de 1781, os ingleses foram finalmente derrotados. Com o **Tratado de Versalhes**, de 1783, ficava reconhecida a Independência dos Estados Unidos: a Inglaterra cedia à França o Senegal e algumas ilhas das Antilhas, e a Espanha recebia a Ilha de Minorca e a região da Flórida.

No ano de 1787 foi promulgada a primeira Constituição dos Estados Unidos, que determinava o regime republicano presidencialista para o país, com a divisão e independência dos três poderes, baseando-se na teoria de Montesquieu. Em 1789, Washington foi eleito presidente, mantendo-se no cargo durante dois mandatos.

Documento básico

A Declaração de Independência dos Estados Unidos (4 de julho de 1776).

"Nós temos por testemunho as seguintes verdades: todos os homens são iguais: foram aquinhoados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis e entre esses direitos se encontram o da vida, da liberdade e da busca da felicidade. Os governos são estabelecidos pelos homens para garantir esses direitos, e seu justo poder emana do consentimento dos governados.

Todas as vezes que uma forma de governo tornar-se destrutiva desses objetivos, o povo tem o direito de mudá-lo ou de o abolir, e estabelecer um novo governo, fundando-o sobre os princípios e sobre a forma que lhe pareça a mais própria para garantir-lhe a segurança e a felicidade.

A prudência ensina que os governos estabelecidos depois de longo tempo não devem ser mudados por causa de motivos superficiais e passageiros. (...) Mas, quando uma longa série de abusos e usurpações, tendendo invariavelmente ao mesmo fim, marcam o objetivo de submetê-lo ao despotismo absoluto, é direito do povo, é seu dever, rejeitar um tal governo e por meio de um novo governo salvaguardar sua segurança futura. Tal é a situação da colônia hoje em dia, e daí a necessidade de se usar a força

para mudar seu sistema de governo. A história do atual rei da Grã-Bretanha é a história de uma série de injustiças e usurpações repetidas que têm por objetivo o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre este Estado."

Citado por F. R. Dareste et P. Dareste, **Les Constitutions Modernes. Les États-Unis d'Amérique du Nord**, 4.ª ed., págs. 16-18, Paris, **Recueil Sirey**, 1934.

Datas e fatos essenciais

Século XVII: Início da colonização da América do Norte.

1756-1763: Guerra dos Sete Anos.

1764: Lei do Açúcar, Ato de Quebec, Lei da Moeda.

1765: Lei do Selo.

1765: Lei de Aquartelamento.

1767: Atos Townshend.

1773: Lei do Chá.

1774: Atos Intoleráveis.

1774: Primeiro Congresso Continental de Filadélfia.

1775: Segundo Congresso Continental de Filadélfia.

1775: Início dos choques armados.

1776: Declaração da Independência e dos Direitos do Homem.

1781: Vitória decisiva de Yorktown.

1783: Tratado de Versalhes.

Resumo

Introdução: As treze colônias dos Estados Unidos, formadas a partir do século XVII, reuniam nos fins do século XVIII cerca de 2 milhões de habitantes.

1. O desenvolvimento dessas colônias foi desigual.
   a) No Centro-Norte predominava a pequena e média propriedade, policultura, manufatura, exploração da madeira e da pesca.
   b) No Sul prevalecia a grande propriedade, escravista e monocultora, voltada à exportação.

c) O Centro-Norte desenvolveu-se mais economicamente.
d) O Sul permaneceu dependente da metrópole.

2. O excesso de produção da Nova Inglaterra (Centro-Norte) criou a necessidade de novos mercados.
   a) Logo as atividades comerciais dos colonos do Norte ultrapassaram as fronteiras coloniais.
   b) Para comerciar com outros países iniciaram os triângulos comerciais.
   c) Com o crescimento desse comércio, concorrendo com a metrópole, surgiram atritos insolúveis.

3. A reação da metrópole ao crescimento do comércio colonial foi, no começo, a adoção de uma nova política, que se resumia em aplicar leis já existentes.
   a) A **Guerra dos Sete Anos**, pelos prejuízos causados, ajudou na mudança de atitude da metrópole com relação à sua colônia na América.
   b) Os colonos não tinham ajudado devidamente a Inglaterra, e serviram-se da guerra para aumentar seu comércio com os franceses no Canadá e nas Antilhas.

4. A política de repressão adotada pela Inglaterra e a influência do Iluminismo foram fatores importantes que determinaram a Independência dos Estados Unidos.
   a) **Sugar Act**, limitava o comércio com as Antilhas.
   b) **Stamp Act**, determinava a selagem direta.
   c) **Lei de Aquartelamento**, obrigava os colonos a ajudar na manutenção dos soldados ingleses na colônia.
   d) **Atos Townshend**, regulamentavam os impostos sobre as mercadorias importadas.
   e) **Tea Act**, concedia o monopólio do chá à Companhia das Índias Orientais.
   f) **Leis Intoleráveis**, reprimiam os colonos de Boston.
   g) **Ato de Quebec**, impedia a marcha para o Oeste.
   h) **Lei da Moeda**, proibia a emissão de dinheiro na colônia.
   i) **The Boston Tea Party**, reação dos colonos de Boston destruindo todo o chá que se encontrava nos porões dos navios ancorados no porto de Boston.

5. A Guerra da Independência dos Estados Unidos se iniciou com a tomada do forte Ticonderoga, em 1775.
   a) A luta foi precedida pelo Primeiro Congresso Continental de Filadélfia, em setembro de 1774.
   b) O Segundo Congresso Continental de Filadélfia decretou a separação dos Estados Unidos da Inglaterra, através da Declaração de Independência, redigida por Thomas Jefferson e outros.
   c) George Washington foi nomeado comandante das tropas coloniais.
   d) Benjamin Franklin conseguiu o apoio da França e da Espanha.
   e) A vitória final foi em Yorktown, a 17 de outubro de 1781.
   f) A independência foi reconhecida pela Inglaterra em 1783, pelo **Tratado de Versalhes.**

Vocabulário

Boicotar: criar embaraços aos negócios ou interesses.

Dado conjuntural: fator cuja ação é momentânea, passageira.

Fluxo de renda: circulação da riqueza.

Melaço: borra de cristalização do açúcar.

Penny (plural = **pence**): moeda inglesa equivalente a 1/12 do xelim.

Possessões: colônias.

Ressarcimento: indenização, reparação.

Triângulo comercial: operação comercial que envolve três partes.

O Terceiro Estado *sustenta as ordens privilegiadas: nobres e clérigos.*

O povo liquida a serpente de muitas cabeças, que simboliza a multiplicidade de impostos *que sobre ele pesava.*

A Crise do Antigo Regime / A Revolução Francesa

Introdução

A Revolução Francesa foi o acontecimento mais importante da Era Moderna. Por isso ela marca o início da Época Contemporânea.

Para muitos historiadores a Revolução Francesa faz parte de um movimento revolucionário global — atlântico ou ocidental — que começou nos Estados Unidos em 1776, atingiu a Inglaterra, a Irlanda, a Holanda, a Bélgica, a Itália, a Alemanha, a Suíça e culminou na França, em 1789, onde adquiriu um caráter mais violento. Da França o movimento revolucionário continuou a repercutir em outros países europeus, voltando à própria França, em 1830 e 1848.

Apesar de alguns traços comuns a todos esses movimentos, a Revolução Francesa teve um sentido próprio, uma especificidade, que se manifestou na tomada do poder pela burguesia, na participação ativa dos camponeses e artesãos, na superação das instituições feudais do Antigo Regime e na preparação da França para a caminhada em direção ao capitalismo industrial.

Fatores da revolução

A França nos fins do século XVIII era ainda um país agrário. A introdução de novas técnicas de cultivo e de novos produtos permitiu a melhoria

da alimentação e, com isso, o aumento da população. A industrialização incipiente nos grandes centros urbanos, como Paris, já era suficiente para reduzir o preço de alguns produtos, estimulando o consumo.

O desenvolvimento econômico fortaleceu a burguesia, que passou a aspirar ao poder político e a discutir os privilégios da nobreza. Os camponeses possuidores de terras queriam, por sua vez, libertar-se das obrigações feudais que deviam aos senhores.

A França tinha nessa época aproximadamente 25 milhões de habitantes, sendo que mais de 20 milhões viviam na zona rural. Essa população formava uma sociedade de estamentos — resquício da Idade Média —, mas já se percebia nela uma divisão de classes. O clero era composto por cerca de 120 mil religiosos, divididos em **alto clero**, bispos e abades que estavam ao nível da nobreza, e **baixo clero**, padres e vigários de baixa condição econômica e social; o conjunto do clero constituía o **Primeiro Estado**. A nobreza — o **Segundo Estado** — era formada de 350 mil membros; a nobreza palaciana vivia das pensões reais, usufruindo dos cargos públicos; a nobreza provincial vivia no campo, em situação de penúria econômica. Havia ainda a chamada nobreza de toga, constituída por elementos oriundos da burguesia, que compravam seus cargos políticos e administrativos. O **Terceiro Estado** representava o restante da população, cerca de 98%: a **alta burguesia** composta por banqueiros, financistas e grandes empresários; a **média burguesia** formada pelos profissionais liberais — médicos, dentistas, professores, advogados etc.; a **pequena burguesia**, os artesãos, os lojistas e o **povo**, os **sans-culottes**, camada social heterogênea de artesãos, aprendizes e proletários. As classes populares rurais, que chegavam a 20 milhões, destacando-se os servos ainda em condição feudal (uns 4 milhões) e os camponeses livres e semilivres completavam o **Terceiro Estado**.

Sobre a massa da população, o **Terceiro Estado**, pesava o ônus dos impostos e das contribuições para o rei, para o clero e nobreza. As outras duas ordens, as privilegiadas, tinham isenção tributária: não pagavam impostos e usufruíam das vantagens concedidas pela monarquia sob a forma de pensões e cargos públicos. A principal reivindicação do **Terceiro Estado** era a abolição desses privilégios e a instauração da igualdade civil.

No plano político, a revolução resultou do absolutismo monárquico e das injustiças decorrentes. O rei monopolizava a administração, concedia privilégios, esbanjava com o luxo da corte, controlava os tribunais e condenava à famigerada Bastilha, sem julgamento, através das **Lettres de Cachet.** Era incapaz de bem dirigir a economia do Estado, constituía-se num entrave para o desenvolvimento do capitalismo na França.

A arrecadação de impostos era precária. O Estado não tinha uma máquina administrativa para cobrar os impostos — a cobrança de impostos era feita por arrecadadores particulares, que se aproveitavam ao máximo, espoliando o **Terceiro Estado**. Como os gastos eram excessivos, os **deficits** orçamentários se avolumavam. Na época da revolução, a dívida externa da França chegava a 5 bilhões de libras, enquanto todo seu meio

circulante não passava de 2,5 bilhões. Essa situação foi denunciada pelos filósofos iluministas. Seus livros eram cada vez mais lidos: formavam-se clubes para sua leitura. A burguesia cada vez mais tomava consciência dos seus problemas e dos seus direitos, e procurava conscientizar a massa para obter o seu apoio.

Existiam todas as condições necessárias para precipitar uma revolução. Faltava apenas o momento oportuno, uma conjuntura favorável.

A revolta aristocrática

A indústria na França sofreu séria crise a partir de 1786, quando foi feito um tratado comercial com a Inglaterra, pelo qual os produtos agrícolas franceses tinham plena liberdade na Inglaterra em troca da penetração dos produtos industriais ingleses na França. A incipiente indústria francesa não teve condições de agüentar a concorrência, entrando em crise.

Os privilégios tributários da nobreza eram um ônus para os camponeses.

A grande seca do ano de 1788 diminuiu a produção de alimentos: os preços subiram violentamente e os camponeses começaram a passar fome. Na cidade a miséria não era menor. A situação do tesouro, que já não era favorável, tornou-se ainda pior depois que a França apoiou a Independência dos Estados Unidos, gastando na aventura 2 bilhões de libras.

O descontentamento era geral. Urgia a necessidade de reformas que saneassem o caos econômico. Luís XVI incumbiu o Ministro Turgot de realizar reformas tributárias, mas a oposição dos nobres foi muito grande e ele teve de demitir-se.

O rei então indicou Calonne para o Ministério, que imediatamente convocou uma reunião dos nobres e clérigos: a **Assembléia dos Notáveis** (1787). O ministro propôs que esses dois Estados abdicassem dos seus privilégios tributários, pagando impostos para tirar o Estado da falência financeira. Os nobres recusaram-se a aceitar estas medidas, além de provocarem revoltas de protesto nas províncias em que seu poder era mais forte.

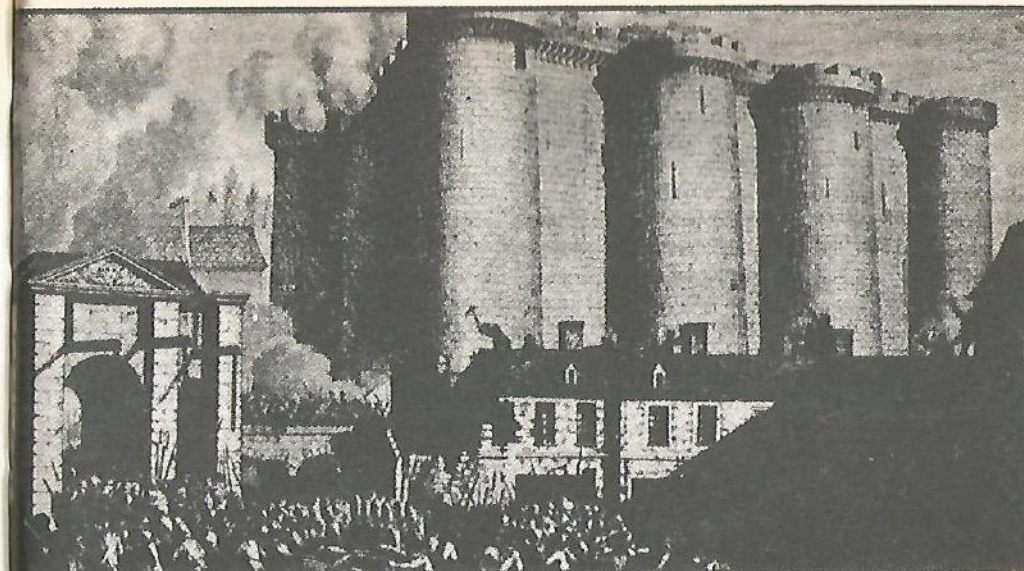
O novo ministro, Necker, com a conivência dos nobres, convenceu o rei a convocar a **Assembléia dos Estados Gerais**, que não se reuniam desde 1614. O que se pretendia é que o **Terceiro Estado** pagasse os impostos que o clero e os nobres não queriam pagar. As eleições foram realizadas em abril de 1789, coincidindo com as revoltas geradas pela péssima colheita desse ano. Em Paris, os panfletos dos candidatos atacavam os erros do Antigo Regime e agitavam a massa urbana, os **sans-culottes**, cerca de 200 mil numa população de 600 mil habitantes.

O primeiro impasse nas eleições surgiu quanto ao número de representantes de cada Estado. Até a última reunião dos Estados Gerais (1614), cada Estado tinha 300 deputados. Assim, clero e nobreza juntos teriam 600.

O **Terceiro Estado** desejava um número igual de deputados, alegando que representava a maioria da população.

Em maio de 1789 os Estados Gerais reuniram-se pela primeira vez no Palácio de Versalhes. Os deputados do **Terceiro Estado** foram informados de que a votação dos projetos seria feita em separado, por Estado. Isto garantia a vitória do clero e nobreza que votariam juntos. **O Terceiro Estado** negou-se a aceitar esta condição: ele tinha 578 deputados, a nobreza 270 e o clero 291. Como 90 deputados da nobreza e 200 do clero apoiassem o **Terceiro Estado**, este teria maioria absoluta desde que a votação fosse individual.

A revolução burguesa

Reunindo-se em separado, a 17 de junho de 1789, o **Terceiro Estado** se considera **Assembléia Nacional.** O Rei Luís XVI, pretextando uma reforma na sala de reuniões, dispersou a Assembléia. Reuniram-se então os deputados do **Terceiro Estado** na sala do Jogo da Péla, recebendo a adesão de

A Tomada da Bastilha pelo povo de Paris.

parte do clero e dos nobres influenciados pelo Iluminismo. O Rei não teve outra alternativa senão aceitar a situação de fato, dando validade à **Assembléia Nacional,** após uma frustrada tentativa de fechamento da Assembléia, a 23 de junho.

No dia 9 de julho de 1789 deu-se a proclamação da **Assembléia Nacional Constituinte,** tendo os deputados da Assembléia jurado que somente se dispersariam após terem dado uma Constituição à França.

Luís XVI procurava ganhar tempo, enquanto reunia tropas para conter o movimento revolucionário. Com a demissão do ministro Necker, a 12 de julho, a tensão aumentou. A 13 de julho formou-se a "milícia de Paris", organização militar-popular. Armas foram armazenadas e barricadas preparadas. A 14 de julho, o povo tomou a Bastilha, fortaleza onde o rei encarcerava seus inimigos políticos. A explosão revolucionária em Paris alastrou-se por todo o país.

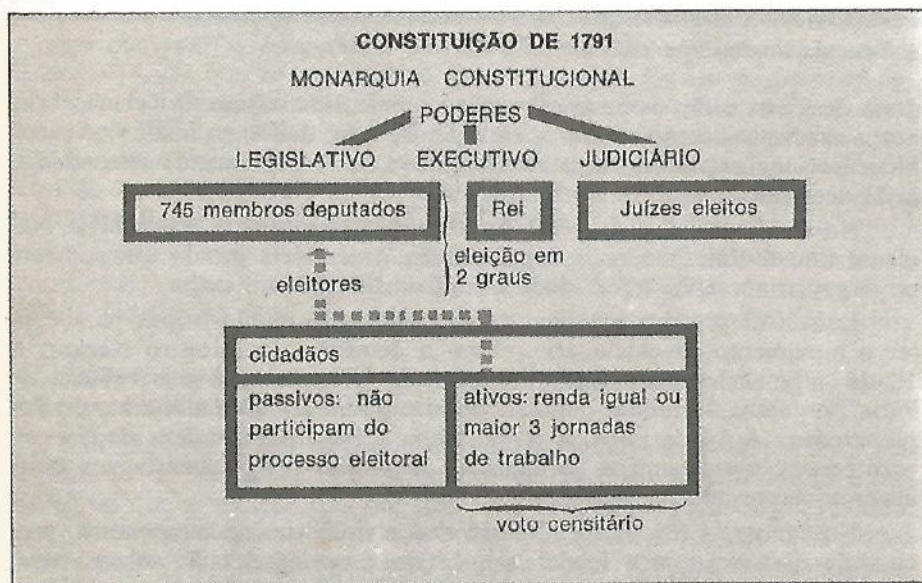
No campo, a revolução adquiriu maior violência: os camponeses, procurando destruir o jugo feudal, saquearam propriedades de nobres, invadiram cartórios e queimaram títulos de propriedade feudal.

Para conter o movimento que se alastrava cada vez mais, os deputados da Assembléia Constituinte, em reunião do dia 4 até o dia 26 de agosto, aprovaram a abolição dos direitos feudais: os direitos devidos pelos camponeses ao rei e à Igreja foram suprimidos; os direitos devidos aos nobres deveriam ser resgatados monetariamente, em prazo e condições que deveriam ser estabelecidos posteriormente.

A 26 de agosto, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. De inspiração iluminista, o documento defendia o direito à liberdade, à igualdade perante a lei, à inviolabilidade da propriedade e o direito de resistir à opressão.

Como o rei se recusou a aprovar essa declaração da Assembléia, a massa parisiense revoltou-se novamente. Foram as **jornadas de outubro**: o Palácio de Versalhes foi invadido e o rei obrigado a morar em Paris, no Palácio das Tulherias.

No ano de 1790 foi aprovada a **Constituição Civil do Clero**, a qual estabelecia que os bens eclesiásticos seriam confiscados para servir de lastro à emissão dos **assignats** (bônus do Estado), os padres passariam a ser funcionários civis do Estado. Muitos padres aceitaram a nova lei e prestaram juramento de fidelidade à revolução, desobedecendo à orientação do papa que já se manifestara contra a revolução. Outros, fiéis ao papa, reagiram e foram denominados **refratários**. Grande número deles emigraram e deram início às agitações contra-revolucionárias nas províncias.

A monarquia constitucional

Constituição de 1791, Monarquia Constitucional.

Em 1791 ficou pronta a **Constituição.** O poder executivo caberia ao rei e o legislativo à Assembléia, que funcionaria regularmente. O trono continuaria hereditário e os deputados teriam mandato por dois anos. Só seriam eleitores os que tivessem um mínimo de riqueza, segundo um critério censitário. O feudalismo foi abolido, suprimindo-se as antigas ordens sociais e os privilégios, com a proclamação da igualdade civil. A escravidão continuou mantida nas colônias, a administração foi reorganizada e descentralizada. Confirmou-se a nacionalização dos bens eclesiásticos e a Constituição Civil do Clero.

O Rei Luís XVI que conspirava contra a revolução, mantendo contatos com outros soberanos absolutos da Europa, principalmente da Áustria, julgou que era o momento oportuno para fugir da França e começar do Exterior, com apoio estrangeiro e dos emigrados, a contra-revolução. O rei fugiu do Palácio das Tulherias, em julho de 1791, mas foi reconhecido e preso em Varennes. A suspeita de traição real foi confirmada pela fuga, e o rei recambiado ao palácio e mantido sob vigilância.

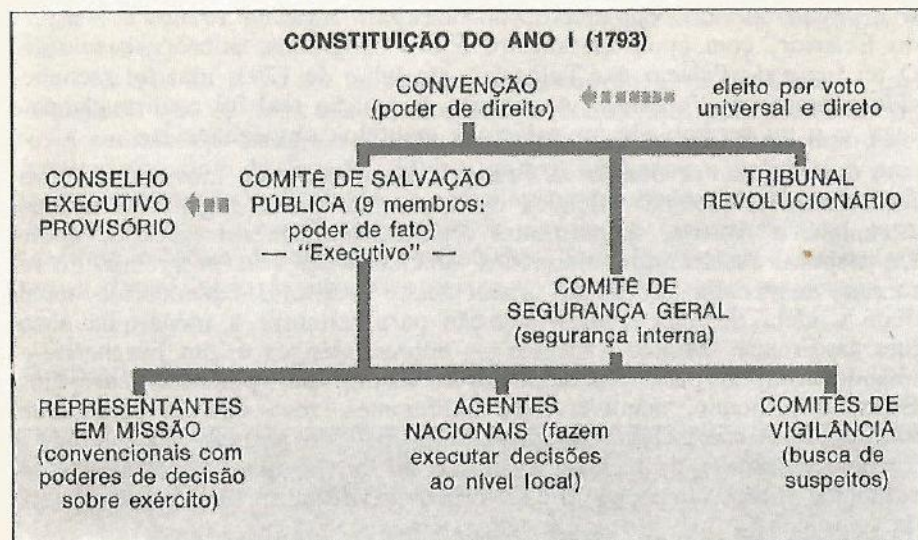
O êxito da revolução na França estimulou outros movimentos revolucionários na Holanda, Bélgica e Suíça. Na Itália, Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Áustria, simpatizantes organizaram demonstrações de apoio. Os déspotas esclarecidos, alarmados, abandonaram seus programas de reformas, reaproximando-se da aristocracia. Escritores reacionários defendiam a idéia de uma contra-revolução para restaurar a monarquia absoluta na França. Muitos franceses — nobres, clérigos e alta burguesia — abandonaram o país, esperando obter auxílio das potências européias. Estas, a princípio, mantiveram-se indiferentes, mas quando perceberam que as idéias revolucionárias ameaçavam abalar o absolutismo em toda a Europa, uniram-se para evitar a difusão do movimento. A ameaça de invasão da França aumentou, o que tornou inevitável a radicalização interna da revolução.

A composição político-partidária na França naquele momento era a seguinte: **cordeliers** era o partido independente; os **feuillants** que eram dirigidos por La Fayette; os **girondinos** — representantes da alta burguesia — procuravam defender as posições conquistadas mas evitavam a ascensão da massa; os **jacobinos**, o partido mais radical, liderado por Robespierre, representavam a média e a pequena burguesia, com tendência para a esquerda e procurando o apoio dos **sans-culottes**.

Os girondinos tinham maioria e o apoio do próprio rei, que neles confiava para conter os avanços da revolução. Graças a esse fato, o rei conseguiu maioria na Assembléia para vetar o projeto que deportava os padres refratários e convocava o exército para fazer frente aos inimigos da revolução, cuja atividade aumentava fora da França.

Finalmente, os inimigos da revolução, representados pelo exército austro-prussiano e o exército dos emigrados, comandados pelo duque prussiano Brunswick e apoiados secretamente pelo Rei Luís XVI, invadiram a França. Quando a invasão estrangeira começou, radicalizou-se a posição contra os nobres, considerados traidores. A massa parisiense que ganhava cada vez maior importância política, apoiando os jacobinos e liderada por Danton e Marat, atacou os aristocratas nas prisões. Foi o **massacre de setembro.** Medidas de caráter excepcional foram tomadas para conter a invasão; o exército nacional foi convocado, com apresentação obrigatória de todos os homens válidos.

A 20 de setembro de 1792, o exército austro-prussiano foi batido em Valmy. Na mesma noite, em Paris, foi proclamada a República. O rei foi considerado prisioneiro e suspeito de traição, devendo ser julgado.

A Convenção

O governo revolucionário jacobino.

Com a proclamação da República uma nova assembléia foi formada. Chamou-se **Convenção** e deveria preparar uma nova Constituição. Os girondinos, que na antiga assembléia eram a força política maior, foram superados pelos jacobinos, que tinham entre eles os montanheses, grupo mais radical. Os jacobinos eram liderados por Robespierre e Saint-Just.

O julgamento do Rei Luís XVI abalou toda a opinião pública européia. Os girondinos procuraram defendê-lo, querendo com isso evitar uma solução extrema, vinda da camada popular da revolução. Saint-Just e Robespierre defenderam a condenação do rei, que acabou sendo guilhotinado a 21 de janeiro de 1793.

O primeiro ano da República, 1793, foi chamado ano I, no novo calendário que foi feito. Uma nova representação tomou posse nesse ano, eleita mediante sufrágio universal masculino, o que acentuou seu caráter popular: foram vitoriosos na eleição os jacobinos e a **Montanha**. Pela nova Constituição, os 750 deputados eleitos escolheriam a mesa dirigente, que teria funções executivas.

Na Europa foi feita a primeira coligação de forças absolutistas contra a França, integrada pela Inglaterra, Holanda, Santo Império. Para enfrentar a situação, a **Convenção** organizou uma série de instituições: o Comitê de Salvação Pública, encarregado do controle do exército; Comitê de Segurança Nacional, que garantiria a segurança interna; Tribunal Revolucionário, encarregado do julgamento dos contra-revolucionários.

Os principais comitês eram controlados pelos jacobinos, que dominavam a **Convenção**, começando então o processo de expurgo dos adversários políticos. Os girondinos foram acusados de partidários do rei e dos nobres e vários de seus membros foram guilhotinados. Marat, líder jacobino, foi assassinado por Charlotte Corday. Começava o período do **Terror**, que se estendeu de junho de 1793 a julho de 1794.

A **Montanha**, o grupo mais radical, liderado por Robespierre, dirigia a política do Terror. As perseguições aos contra-revolucionários se ampliavam cada vez mais, abrangendo todo o país. Os **indulgentes**, chefiados por Danton, temiam que a onda de violência pudesse envolvê-los, e por isso protestavam contra as mortes e pediam o fim das perseguições. No extremo oposto estavam os **hebertistas**, seguidores de Hébert, que pregavam a ampliação das medidas de violência.

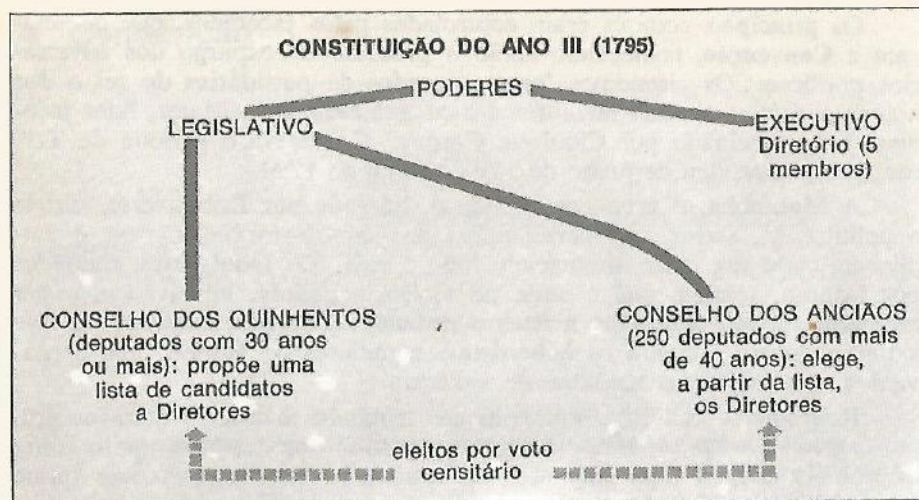
Robespierre conduzia o movimento tentando manter-se entre os grupos extremistas da esquerda, mas como a pressão popular fosse muito grande, foi obrigado a fazer inúmeras concessões às massas: os preços foram tabelados, os exploradores perseguidos, os impostos sobre os ricos foram aumentados, pobres, velhos e desamparados foram protegidos por leis especiais, a instrução tornou-se obrigatória, os bens dos nobres e emigrados foram vendidos para cobrir as despesas do Estado.

Essas leis sociais provocaram ondas contra-revolucionárias em toda a França. Para vencê-las foram tomadas medidas drásticas — qualquer suspeito era condenado; o Tribunal Revolucionário aprisionou mais de 300 mil suspeitos, e destes, 17 mil foram condenados à morte, enquanto muitos outros morreram nas prisões esperando julgamento.

O **Terror** atingiu o auge em 1794, alcançando os próprios membros da **Convenção**. Robespierre, para continuar no poder tinha que eliminar todas as oposições. Por isso condenou à morte Danton, líder dos indulgentes. O radicalismo dos **hebertistas** também criava muitos problemas, e por essa razão foram liquidados na guilhotina.

Nessa altura os êxitos militares do exército da revolução diminuíram a tensão interna e a população passou a desejar o afrouxamento da repressão. Os girondinos, que tinham se isolado durante o **Terror** para salvar suas cabeças, voltaram à carga. Robespierre não tinha mais a massa de Paris para apoiá-lo, pois liquidara seus líderes. Em julho de 1794 (9 Termidor pelo novo calendário), Robespierre foi aprisionado juntamente com Saint-Just e, em seguida, foram guilhotinados. A alta burguesia estava voltando ao poder através dos girondinos.

A reação burguesa

O poder da **Convenção**, depois da morte de Robespierre, caiu nas mãos do **Pântano** — movimento formado por elementos da alta burguesia, de duvidosa moralidade pública e grande oportunismo político. Ligados aos girondinos, instalaram a fase conhecida por **Reação Termidoriana**.

Organização dos poderes sob o Diretório.

A lei dos suspeitos foi abolida, os clubes jacobinos foram fechados e preparou-se uma nova Constituição, a Constituição do ano III (1795).

Essa Constituição estabelecia um executivo composto por cinco diretores eleitos pelo legislativo. O legislativo seria composto por deputados eleitos mediante critério censitário, e formaria duas câmaras: o **Conselho dos 500** e o **Conselho dos Anciãos.**

A configuração política da assembléia foi alterada: no centro estavam os girondinos que tinham deposto Robespierre; à direita os realistas, que pregavam a volta dos Bourbons ao poder; à esquerda estavam os jacobinos e socialistas utópicos, que reclamavam medidas de caráter social.

Os diretores equilibravam-se em meio a golpes que se sucediam, tanto da esquerda como da direita. Em 1795, os realistas tentaram dar um golpe que foi abafado por um jovem oficial, Napoleão Bonaparte, que por acaso estava em Paris. Em recompensa, Napoleão recebeu dos diretores o comando do exército na Itália.

Em 1796 estourou a conspiração jacobina do **Clube de Atenas,** conduzida por Graco Babeuf. No ano seguinte, os realistas voltam à carga, mas foram derrotados pelo General Augereau, enviado de Napoleão, que acabara de assinar uma paz vantajosa com a Áustria (**Campo Formio**). Em 1798, os jacobinos retomaram a ascensão política, vencendo as eleições. A burguesia francesa estava desejosa de paz. Era necessário um regime de governo forte que reconduzisse a França ao caminho da normalidade. Alguns diretores — Sieyès, Roger Ducos e outros — prepararam o golpe que levaria Napoleão Bonaparte ao poder, realizado a 9 de novembro de 1799 (18 Brumário). Napoleão consolidaria o poder da burguesia no contexto da revolução, evitando as tentativas jacobinas de retomar o poder.

Documento básico

A crise econômica: a miséria na França às vésperas da revolução.

"Tudo conspira para que o momento atual se torne crítico na França; a todo o momento chegam das províncias notícias sobre rebeliões, desordens e a necessidade de recorrer às tropas para manter a paz (...). Os preços que menciono são os mesmos que encontrei em Amiens e Abbeville: 5 soldos a libra por um pão branco e 3,5 soldos ou 4 pelo pão inferior, que é comido pelos pobres; estes preços ultrapassam seus recursos, provocando uma grande miséria (...).

No dia do mercado assisti à venda do trigo (...). Um grupo de soldados ficara no meio da praça, para impedir qualquer violência. O povo discutia com os padeiros, argumentando que o preço que pediam pelo pão era muito alto em relação ao preço do trigo; das injúrias passou-se à agressão e, neste tumulto, alguns levaram pão e trigo sem pagar nada; isto se deu quando cheguei a Nangia, e também em muitos outros mercados."

A. Young, **Voyages en France,** citado por L. Gothier e A. Troux, **Les Temps Modernes,** pág. 373.

Datas e fatos essenciais

1787: Revolta dos Notáveis.

1789: Revolta do **Terceiro Estado** — Tomada da Bastilha.

1790: Confisco dos bens do clero.

1791: Constituição que estabeleceu a Monarquia Constitucional.

1791: Tentativa de fuga e prisão do Rei Luís XVI.

1792: Invasão da França pela Áustria e Prússia.

1793: Início da Convenção dominada pelos jacobinos.

1793: Oficialização da República e morte do Rei Luís XVI — 2.ª Constituição.

1793: **Terror** contra os inimigos da revolução.

1794: Deposição de Robespierre.

1795: Regime do **Diretório** — 3.ª Constituição.

1799: Golpe de 18 Brumário de Napoleão.

Resumo

Introdução: A Revolução Francesa foi, historicamente, o acontecimento mais importante da Época Moderna. Ela faz parte de um movimento global que afetou todo o Ocidente nos fins do século XVIII.

1. A sociedade francesa da segunda metade do século XVIII era uma sociedade de estamentos, composta de dois grupos privilegiados (o clero, **Primeiro Estado** e a nobreza, **Segundo Estado**) que oprimiam e exploravam um terceiro grupo, constituído pela grande maioria da população (o **Terceiro Estado,** formado pelos burgueses, pelos camponeses sem terra e pelos **sans-culottes,** uma camada heterogênea composta de artesãos, aprendizes e proletários).
   a) Os impostos e as contribuições para o rei, o clero e a nobreza eram pagos pelo **Terceiro Estado.** O clero e a nobreza não só tinham isenção tributária como ainda usufruíam do tesouro real, através de pensões e cargos públicos.
   b) Por isso, a principal reivindicação do **Terceiro Estado** era a abolição dos privilégios e a igualdade civil.
   c) Todo esse quadro de injustiças sociais foi denunciado pelos filósofos iluministas, o que muito contribuiu para a eclosão da revolução.
2. Em meio ao caos econômico, o descontentamento era geral. Luís XVI tinha que tomar uma iniciativa para superar a crise.
   a) Sucessivamente o rei indicou Turgot e Calonne para o ministério, com a incumbência de promoverem reformas tributárias. Ambos foram derrubados pela nobreza.
   b) O novo ministro indicado por Luís XVI, Necker, de comum acordo com a nobreza, convenceu o rei a convocar a **Assembléia dos Estados Gerais**, que não se reunia desde 1614. O objetivo era que o **Terceiro Estado** pagasse os impostos que o clero e a nobreza se recusavam a pagar.
   c) A **Assembléia dos Estados Gerais** reuniu-se em maio de 1789, no Palácio de Versalhes.
3. O clero e a nobreza tentaram diversas manobras para conter o ímpeto reformista do **Terceiro Estado.** Dada a intransigência dos Estados dominantes, o **Terceiro Estado**, reunindo-se em separado, a 15 de junho de

1789, proclamou-se em **Assembléia Nacional**, que a 9 de julho se transformou em **Assembléia Nacional Constituinte.**
   a) A agitação tomou conta das ruas, e no dia 13 de julho eram formadas as "milícias de Paris", organização militar-popular.
   b) No dia seguinte, 14 de julho, a Bastilha foi tomada pelo povo.
   c) A revolução estendeu-se ao campo, com maior violência, onde os camponeses saqueavam as propriedades feudais e invadiam os cartórios para queimar os títulos da propriedade daquelas terras.
   d) A **Assembléia Constituinte,** no dia 4 de agosto, aprovou a abolição dos direitos feudais, e a 26 a **Declaração dos Direitos do Homem.** A finalidade dessas leis era a de aliviar as pressões da massa.
   e) O Rei Luís XVI recusou-se a promulgar as leis aprovadas pela **Assembléia Constituinte** e a massa parisiense revoltou-se novamente — foram as **jornadas de outubro:** o Palácio de Versalhes foi invadido e o rei obrigado a morar em Paris, no Palácio das Tulherias.
   f) Em 1790 foi aprovada a **Constituição Civil do Clero**, repudiada pelo papa.
4. Em 1791 iniciou-se a fase denominada **Monarquia Constitucional**, com o rei perdendo seus poderes absolutos, o feudalismo abolido, os bens eclesiásticos nacionalizados, a instituição civil do clero e o reconhecimento da igualdade civil.
   a) O Rei Luís XVI, que vinha conspirando contra a revolução, tentou fugir mas foi reconhecido e preso, perdendo a pouca confiança que ainda merecia.
   b) A invasão da França pelo exército austro-prussiano e pelo exército dos emigrados, batidos em setembro de 1792, em Valmy, provou a traição do rei, que deveria ser julgado.
5. A República foi proclamada e a **Convenção** iniciou o governo, com supremacia dos jacobinos, liderados por Robespierre.
   a) Defendido pelos girondinos e acusado por Robespierre e Saint-Just, Luís XVI foi condenado e guilhotinado a 21 de janeiro de 1793.

b) O julgamento e a execução do rei abalou a Europa: Inglaterra, Holanda e o Santo Império formaram a primeira coligação das forças absolutistas da Europa contra a França.
c) A fase da **Convenção** foi a mais radical. Nela iniciou-se o período do **Terror**, que se estendeu de junho de 1793 a julho de 1794.
d) Para conter o extremismo, Robespierre acabou liquidando os líderes da massa, com o **Terror** atingindo os próprios membros da **Convenção**.
e) Sem o apoio da massa de Paris, Robespierre acabou sendo aprisionado, juntamente com Saint-Just, e guilhotinado, quando os girondinos, em julho de 1794, voltaram ao poder.

6. Com a morte de Robespierre iniciou-se a fase denominada **Reação Termidoriana**, que assinala a volta da alta burguesia ao poder.
   a) Esse período foi marcado por uma série de golpes, tanto da direita como da esquerda.
   b) Ele se encerra a 9 de novembro de 1799 — o "18 Brumário de Napoleão" —, com a entrega do poder a Napoleão.

Vocabulário

Censitário: de acordo com o poder econômico.
Constituinte: assembléia que faz uma constituição.
Deficit: despesa maior do que a receita.
Lastro: depósito em ouro que serve de garantia ao papel-moeda.
Reacionário: aquele que quer conservar o **status quo** (situação vigente).

A Crise do Antigo Regime / Napoleão e o Império

Introdução

A Revolução Francesa atingira o seu ponto máximo durante o **Terror**. A reação veio em 1795, com a implantação do **Diretório**, que teve dificuldades imensas para governar: atacado pelos partidários da realeza, que pretendiam a volta do **Antigo Regime**, precisava enfrentar também as camadas populares, que queriam retornar à política do **Terror**. Golpeado de ambos os lados pelos radicais, não conseguia se firmar. Alguns de seus membros resolveram fortalecer o seu poder, conspirando com um líder militar popular.

Napoleão, que se destacara durante as guerras da França contra a Itália (1796-1797) e no Egito (1798-1799), foi escolhido para chefiar o golpe que depôs o **Diretório**, dissolveu a Assembléia e implantou o regime do **Consulado** (1799-1802). O **Consulado** não passou, na realidade, de uma ditadura disfarçada. Em 1804 foi criado o **Império**, espécie de monarquia vitalícia.

Apesar da existência de uma Constituição, Napoleão governou despoticamente. Por algum tempo a prosperidade resultante das reformas internas e o êxito das guerras permitiram a continuidade do regime; quando surgiram os primeiros fracassos militares, os seus fundamentos foram abalados. O **Império** caiu em 1814; no ano seguinte ressurgia por cem dias, depois dos quais foi iniciada a obra de restauração da Monarquia.

Napoleão *ao tornar-se primeiro-cônsul.*

Moedas comemorativas *do seu consulado.*

O Consulado

Em 1799, a França apresentava um aspecto desolador: a indústria e o comércio estavam arruinados, os caminhos e os portos destruídos, o serviço público desorganizado; todos os dias, novos emigrados deixavam o país, fugindo da desordem e da ameaça de ver os seus bens confiscados; os clérigos que se tinham negado a jurar fidelidade à nova Constituição eram perseguidos; a guerra civil ameaçava estourar em numerosas províncias.

Napoleão procurou fazer uma política de reconciliação, tomando várias medidas para estabelecer a paz interior e garantir a segurança dos habitantes do país.

A Constituição de 1799, que foi submetida a um plebiscito e aprovada por mais de 3 milhões de votos, deu a Napoleão poderes ilimitados, sob a aparência de um regime republicano, o **Consulado**. O voto universal, instituído pela Constituição de 1793, foi restabelecido. Fazia-se uma lista dos candidatos mais votados, entre os quais o governo escolhia os encarregados das funções públicas.

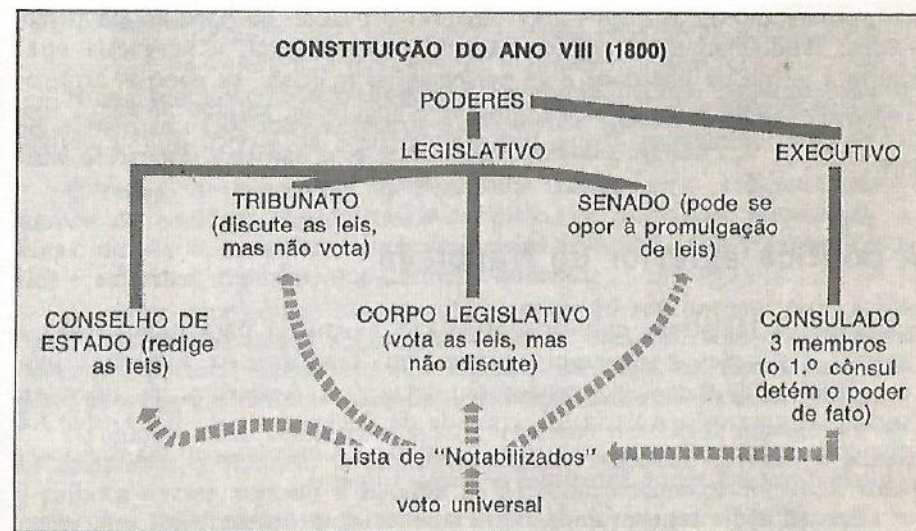
O poder legislativo, tão fraco que sua existência era quase só formal, era composto de quatro assembléias: o **Conselho de Estado**, que preparava as leis; o **Tribunal**, que as discutia; o **Corpo Legislativo**, que as votava; o **Senado**, que velava pela sua execução. O poder executivo, confiado a três cônsules nomeados pelo **Senado** por dez anos, era o mais forte de todos. Quem detinha efetivamente o poder era o primeiro-cônsul, que propunha, mandava publicar as leis e nomeava os ministros, os oficiais, os funcionários e os juízes.

As guerras continuaram até 1802, quando Napoleão assinou a Paz de Amiens, pondo fim ao conflito europeu iniciado em 1792.

A administração do Estado foi reorganizada e centralizada. Importantes medidas financeiras, como a criação de um corpo de funcionários para arrecadar os impostos e a fundação do Banco da França (que recebeu o direito de emitir papel-moeda) foram tomadas, melhorando sensivelmente a situação econômica do país. O ensino secundário foi organizado com o fito de instruir funcionários para o Estado. A maior obra de Napoleão foi a criação do Código Civil, inspirado no Direito Romano, nas Ordenações Reais e no Direito Revolucionário; completado em 1804, continua, na essência, em vigor até hoje na França.

A paz com a Igreja Católica foi restabelecida em 1801 pela Concordata com o papa. O sumo-pontífice aceitou o confisco dos bens eclesiásticos e o Estado ficou proibido de interferir no culto; os bispos, indicados pelo governo e investidos nas funções religiosas pelo papa, prestariam juramento de fidelidade ao governo; as bulas só entrariam em vigor depois de aprovadas por Napoleão.

O êxito da política interna e externa de Napoleão permitiu que fosse estabelecida a hereditariedade do **Consulado**, em 1802: o primeiro-cônsul recebeu do **Senado** o direito de indicar o seu sucessor. Tratava-se, na realidade, da implantação da monarquia hereditária.

O Império

Constituição do Ano X (1802) — Consulado Uno.
Constituição do Ano XII (1804) — Imperador.

Aproveitando-se da situação de perigo nacional trazida pelo reinício das guerras, Napoleão se fez proclamar imperador. Em 1804 uma nova Constituição legalizava a instituição do Império e convocava um plebiscito para confirmá-la.

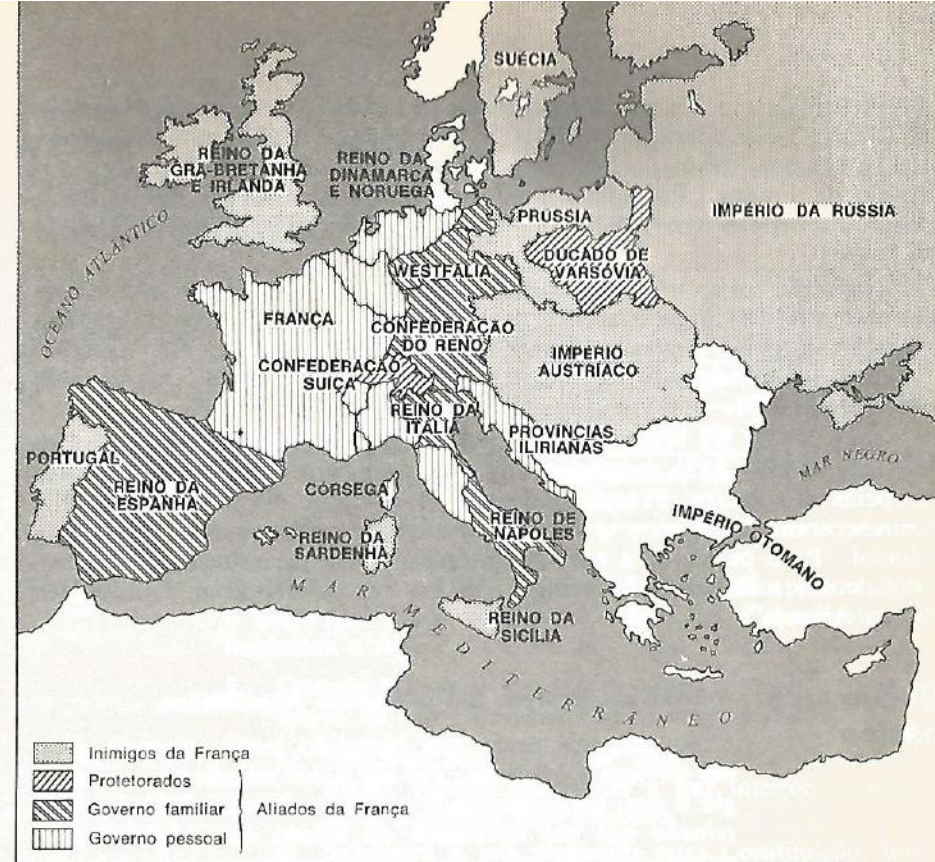
Napoleão foi sagrado pelo papa em Paris. O poder imperial era absoluto. Uma nova corte foi formada e a antiga nobreza foi reconstituída — quanto mais elevados eram os títulos dos nobres, mais importantes foram as funções que lhes confiaram.

Ao Código Civil seguiram-se o Código Comercial e o Código Penal. A economia da França foi impulsionada. Os camponeses proprietários passaram a produzir mais e, por isso, a apoiar o regime. A indústria, por sua vez, foi estimulada. Numerosos trabalhos iniciados sob o Consulado — aberturas de canais, reconstrução dos portos, construção de estradas, embelezamento das cidades — foram completados.

Napoleão tornou-se ainda mais despótico que os antigos reis: as assembléias foram suprimidas; o Tribunal e os Corpos Legislativos perderam suas funções, as liberdades individuais e políticas deixaram de ser respeitadas, a imprensa passou a ser censurada. A intervenção do imperador estendeu-se à educação: a Universidade imperial monopolizou o ensino superior e as disciplinas consideradas perigosas para o regime (História e Filosofia) tiveram seus programas alterados. O governo procurou servir-se até da religião: o catecismo ensinava ao mesmo tempo os deveres para com Deus e para com o imperador; quando o papa se recusou a integrar-se na política internacional de Napoleão, este tomou os seus Estados e confinou-o em Savona (1809); os bispos que tomaram o partido do papa foram perseguidos. Tudo isso aumentou o descontentamento geral: a burguesia opunha-se à perda de liberdade e às perseguições policiais, as guerras arruinavam a economia e os portos, o restabelecimento de antigos impostos irritou os contribuintes, os jovens procuravam fugir ao serviço militar obrigatório.

A política exterior de Napoleão

Em 1803, a Inglaterra uniu-se à Rússia e à Áustria para lutar contra a França. Os ingleses venceram no mar (em Trafalgar, na Espanha), mas os austro-russos foram derrotados em terra (em Austerlitz, na Boêmia). Ao fim da guerra, a Áustria foi separada da Alemanha e da Itália (que foi submetida à França); na Germânia foi criada a Confederação do Reno sob a tutela francesa, para substituir o Sacro Império.

Em 1806 formou-se ainda outra aliança contra Napoleão: a Prússia, vencida em Iena (Confederação do Reno), e a Rússia, em Friedland (Prússia). Pela Paz de Tilsit (Prússia), a Prússia foi desmembrada e a Rússia aliou-se à França.

Império Napoleônico em 1812.

Numa tentativa de enfraquecer a economia inglesa, Napoleão decretou o Bloqueio Continental contra a Inglaterra (todos os países europeus eram obrigados a fechar seus portos ao comércio inglês).

O desejo de conquistas na Península Ibérica abriu à França novos campos de conflito. Aproveitando-se disso, os austríacos retomaram as armas, em 1809, mas foram vencidos pelos franceses, em Wagram (Áustria) e sofreram, também, um desmembramento.

O poder napoleônico encontrava-se então, no seu apogeu: toda a Europa Ocidental lhe estava submetida — o seu exército, bem organizado e numeroso, parecia invencível. As seguidas intervenções francesas, entretanto, provocaram revoltas nacionais, principalmente na Prússia.

A aliança entre franceses e russos terminou em 1812, quando os russos romperam o bloqueio ao comércio inglês. Napoleão invadiu a Rússia e, embora tivesse vencido a Batalha de Moscou, encontrou tamanha resistência que foi obrigado a fazer uma retirada desastrosa. Na Espanha as tropas napoleônicas também encontraram séria resistência por parte dos guerrilheiros espanhóis. A fuga da família real portuguesa para o Brasil representava a segunda brecha no Bloqueio Continental.

A Prússia e a Áustria uniram-se então à Rússia e venceram Napoleão em Leipzig (Confederação do Reno), destruindo o seu poder na Europa (1813). Depois dessa derrota, Napoleão não conseguiu impedir sequer a invasão da França. Paris foi tomada pelos aliados, que restabeleceram a monarquia deposta em 1792 e obrigaram Luís XVIII a aceitar o **Tratado de Paris.**

Napoleão foi aprisionado na Ilha de Elba, de onde fugiu um ano depois (em março de 1815) para retomar o poder. Chocou-se, então, com a última coligação européia contra a França. Vencido pelos ingleses em Waterloo (Bélgica), foi aprisionado na Ilha de Santa Helena (costa da África), onde morreu, em 1821.

Luís XVIII foi restaurado no poder pela segunda vez. O Congresso de Viena (1814-1815) restabeleceu o equilíbrio entre as grandes potências européias (Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria); a Alemanha e a Itália permaneceram divididas e a Inglaterra adquiriu a supremacia marítima e colonial. Para preservar a paz na Europa e evitar perturbações de ordem social, como a Revolução Francesa e as guerras de Napoleão, foi criada a "Santa Aliança".

Documento básico

A indústria francesa sob o Império Napoleônico.

"Não podemos negar que Napoleão tenha prestado grandes serviços à indústria. Foi sob o seu reinado que ela atingiu o grau de prosperidade que tem até hoje. Foi sob o seu reinado que nos libertamos do tributo que pagávamos ao estrangeiro. Foi sob o seu reinado que vimos, pela primeira vez, todos os nossos produtos industriais rivalizarem em todos os mercados da Europa, pelo preço ou pela qualidade, com os das nações mais adiantadas.

Este rápido progresso da indústria é devido principalmente às restrições impostas aos produtos estrangeiros e à severa vigilância sobre a qual ela repousava. Assim, as indústrias podiam se estabelecer sem medo da concorrência; tinham assegurada a venda de seus produtos, independentemente da qualidade inferior inicial. Pouco a pouco, eles foram aperfeiçoados, e, em pouco tempo, eram tão bons quanto os estrangeiros. Se Bonaparte houvesse escutado o choro dos consumidores ou do público prejudicado, nossas fábricas estariam ainda no estado de imperfeição em que se encontravam."

Mes souvenirs sur Napoléon par le Comte Chaptal, citado por L. Gothier e A. Troux, **Recueils de Textes d'Histoire,** L'Époque Contemporaine, págs. 146-148.

Datas e fatos essenciais

1799:	Regime do Consulado.
1801:	Concordata com a Igreja.
1802:	Regime do Consulado Vitalício.
1804:	Proclamação do Império.
1806:	Bloqueio Continental.
1812:	Campanha da Rússia.
1813:	Derrota de Napoleão em Leipzig.
1814:	Abdicação de Napoleão e retiro em Elba.
1815:	Governo dos Cem Dias, derrota em Waterloo e prisão em Santa Helena.

Resumo

Introdução: Em 1799, Napoleão foi escolhido para chefiar o golpe que depôs o **Diretório**, dissolveu a Assembléia e implantou o regime do **Consulado**, uma ditadura disfarçada.

1. Quando Napoleão assumiu o poder na França, o país estava no caos, ameaçado de nova guerra civil.
   a) Napoleão procurou fazer uma política de reconciliação, visando estabelecer a paz interior e garantir a segurança dos franceses.
   b) Submeteu a um plebiscito nova Constituição, que lhe dava poderes ilimitados.
   c) O poder legislativo era quase que só formal. Quem tinha realmente todo o poder era o primeiro-cônsul, Napoleão.
   d) Sua maior obra foi o Código Civil. A Paz de Amiens deu estabilidade para que fizesse importantes reformas administrativas.
   e) Em 1802 foi estabelecida a hereditariedade do **Consulado**, o que representava a implantação de uma nova monarquia hereditária.
2. Em 1803, Napoleão se fez proclamar imperador e no ano seguinte uma nova Constituição, aprovada por plebiscito, legalizava a instituição do Império.
   a) O poder imperial era absoluto e foi formada uma nova corte, composta por elementos da antiga nobreza, da alta burguesia e da elite militar.
   b) Seu despotismo e as guerras em que envolveu a França criaram, em pouco tempo, um descontentamento geral.

3. Desde 1803, a França vivia em estado de guerra. Primeiro os franceses tiveram que lutar contra a coligação formada pela Inglaterra, Rússia e Áustria. Em seguida, a Prússia e a Rússia.
   a) Em 1806, Napoleão decretou o Bloqueio Continental, com o objetivo de enfraquecer a economia da Inglaterra.
   b) Vitorioso em todas as campanhas militares que encetou, o poder napoleônico atingiu por volta de 1810 o seu auge: toda a Europa Ocidental estava submetida à França.
   c) Em 1812, a Rússia rompeu o bloqueio contra a Inglaterra e Napoleão invadiu-a, invasão que terminou com sua desastrosa derrota em Leipzig. Começou aí sua derrocada.
   d) A França foi invadida, Napoleão abdicou em 1814, a monarquia, deposta em 1792, foi restaurada e Luís XVIII foi obrigado a aceitar o **Tratado de Paris**.
   e) Napoleão, exilado na Ilha de Elba, retornou em 1815 para retomar o poder.
   f) Vencido e aprisionado pelos ingleses após Waterloo, pondo fim ao seu governo de **cem dias**, Napoleão foi aprisionado na Ilha de Santa Helena, onde morreu.

Vocabulário

Bula: decreto do papa.
Confinar: encerrar, não deixar sair dos limites de.
Emitir (papel-moeda): imprimir e pôr em circulação dinheiro em nota.
Golpe: ato de força que permite a tomada do poder por um partido ou grupo.
Plebiscito: votação do povo (aprovando ou desaprovando uma resolução do Estado).
Regime político: forma de governo.
Voto universal: voto de todos os cidadãos do sexo masculino.

A Crise do Antigo Regime / A Santa Aliança e a Independência das Colônias Latino-Americanas

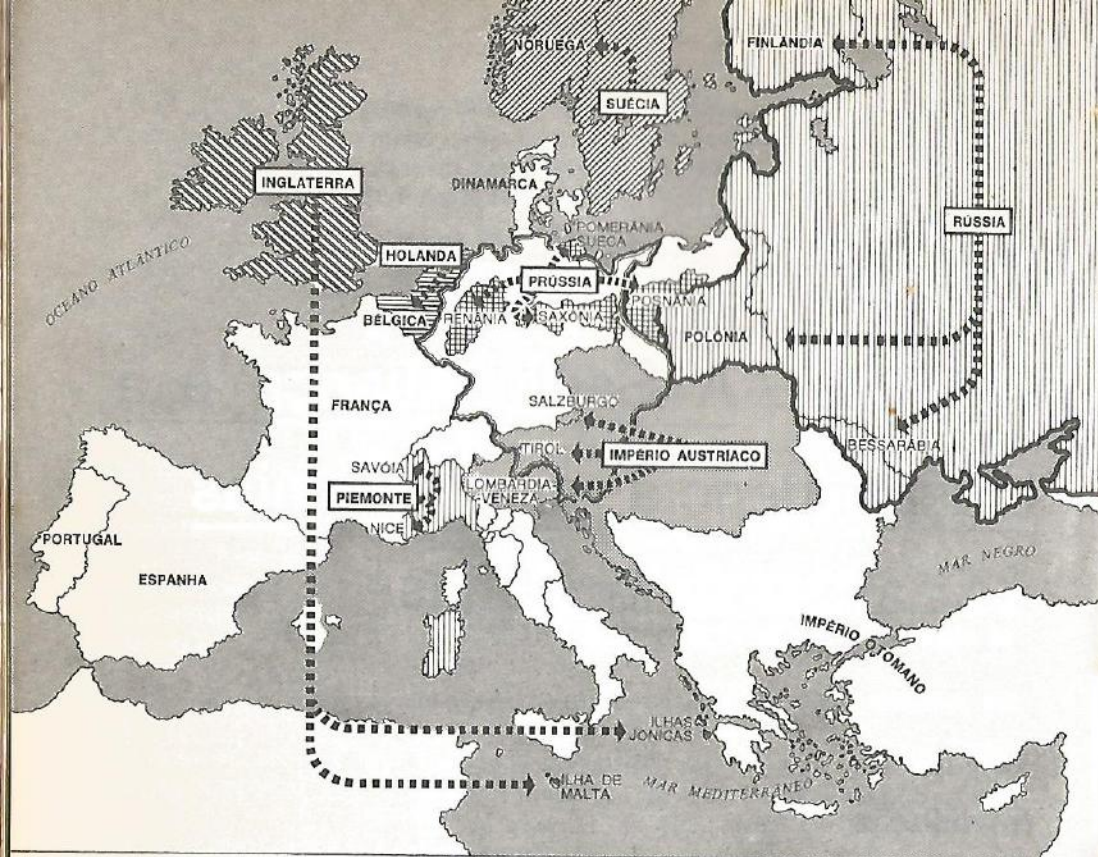
Introdução

Assim que o Império Napoleônico foi abatido, as grandes potências européias reuniram-se no **Congresso de Viena** para reorganizar o mapa político da Europa. Desse Congresso surgiu a **Santa Aliança**, organização política internacional que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal (burguesa), semeada por Napoleão na Europa.

Como a Espanha e Portugal faziam parte do acordo, a Santa Aliança tinha o direito de intervir nas colônias desses países, caso elas tentassem se libertar. Na própria Europa numerosas rebeliões foram contidas pelos exércitos internacionais da Santa Aliança.

Principais decisões do Congresso de Viena

Antes mesmo de o Congresso se reunir, tratados importantes foram assinados pelas potências aliadas vencedoras, como os dois tratados de Paris, impostos a Luís XVIII, e os tratados coloniais entre a Inglaterra e a Holanda.

O Congresso de Viena reuniu-se de setembro de 1814, depois da primeira abdicação de Napoleão, a junho de 1815. Não se dissolveu, por-

A Europa definida pelo Congresso de Viena em 1815.

tanto, durante a restauração de cem dias do Império. Seu ambiente era de satisfação pela vitória sobre as forças revolucionárias. As decisões foram tomadas pelas grandes potências (Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia), representadas diretamente pelos seus chefes ou então por ministros plenipotenciários. A figura mais importante do **Congresso de Viena** foi o representante da Áustria, Metternich. As discórdias decorrentes dos interesses entre as várias nações facilitaram o trabalho do ministro francês, Talleyrand.

Dentre os princípios gerais propostos, impôs-se o de **legitimidade**, sugerido pelo representante francês e defendido pelos ingleses e pelos austríacos: cada potência deveria voltar a possuir os mesmos limites que tivera antes de 1789; na verdade foi a busca do **equilíbrio** entre as principais potências que orientou as decisões do Congresso, e isso favoreceu extraordinariamente a França.

O mapa da Europa e das colônias foi bastante modificado. A Inglaterra assegurou a sua supremacia nos mares, graças à anexação de pontos estratégicos no Mediterrâneo, no caminho das Índias, e nas Antilhas. A Bélgica, que era dominada pela França, foi ligada à Holanda para evitar

uma possível ação francesa sobre a Antuérpia (porto belga, privilegiado sob o ponto de vista econômico). Os outros aliados também foram recompensados: a Rússia recebeu parte da Polônia, a Finlândia e a Bessarábia; a Prússia recebeu grande parte da região renana (próxima ao Rio Reno), na Alemanha; a Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, além da supremacia política sobre a Itália.

O **Tratado de Paris**, confirmado pelo Congresso, impôs à França o pagamento de uma indenização de guerra e a ocupação de seu território por um exército composto pelos aliados, mas pago pelos franceses. As fronteiras da França não foram muito atingidas, pois permaneceram, de modo geral, as mesmas do Antigo Regime.

Origem e finalidade da Santa Aliança

A proposta que deu origem à Santa Aliança partiu do czar (imperador) da Rússia, Alexandre I. Em 26 de setembro de 1815, o czar, o imperador da Áustria e o rei da Prússia assinaram o tratado "em nome da Santíssima Trindade"; e, "segundo as regras da caridade cristã", prometeram-se ajuda mútua. A França aderiu ao tratado. Foi o príncipe austríaco Metternich, entretanto, quem deu à Santa Aliança as suas diretrizes — em última análise, ela ficou sendo o instrumento da reação européia para manter a França sob vigilância, reprimir os possíveis movimentos revolucionários e liberais que viessem a surgir em qualquer ponto da Europa, e abafar qualquer movimento de caráter separatista (de independência) ou nacional.

O Príncipe Metternich.

Assim, quando uma associação de estudantes alemães provocou distúrbios durante as comemorações do 3.º centenário da Reforma, a repressão foi violenta; as universidades passaram a ser vigiadas, as sociedades secretas de caráter nacionalista combatidas, e os jornais censurados.

Antes disso, porém (em 1818), o primeiro Congresso da Santa Aliança, realizado em Aix-la-Chapelle (na atual Alemanha), decidira retirar as tropas de ocupação da França.

Em 1820, as posições liberais adotadas por militares contrários ao regime absolutista na Espanha e no Reino das Duas Sicílias provocaram uma revolta que culminou com a imposição de uma Constituição ao Rei

Fernando VII, da Espanha, e a seu primo, Fernando I, das Duas Sicílias. Esses reis fingiram aceitar a Constituição, mas recorreram à Santa Aliança, que deu à Áustria o comando de uma expedição restauradora na Itália, e à França a missão de restabelecer o absolutismo na Espanha. A expedição militar comandada pelo Duque de Angoulême, em 1823, pôs fim à revolta constitucionalista e restituiu Fernando VII como monarca absoluto.

Foi este o último êxito da Santa Aliança, pois por volta de 1830 o seu poder efetivo já havia desaparecido (não tendo conseguido abafar a rebelião dos gregos contra os turcos — 1821-1827 —, nem a Independência das Colônias da América do Sul — 1810-1824 —, ficou desmoralizada).

A Independência das Colônias Latino-Americanas

A Independência das Colônias Latino-Americanas deve ser vista no quadro das revoluções atlânticas ou ocidentais. O movimento revolucionário iniciado nos Estados Unidos, em 1776, e difundido por vários países europeus até 1789, quando dominou a França, assumindo a sua forma mais violenta, não se extinguiu em 1815 com o fim do Império Napoleônico: permaneceu latente, e em várias oportunidades precisou ser refreado pela Santa Aliança. Quando atingiu as colônias espanholas e portuguesas da América, elas se libertaram das suas metrópoles, tornando-se países soberanos.

O movimento revolucionário adquiriu formas diferentes de acordo com as circunstâncias locais: nas colônias americanas ele foi uma reação contra o sistema colonial que emperrava o desenvolvimento da América Latina.

A política colonial de Portugal e da Espanha, baseada no mercantilismo, procurava obter o desenvolvimento comercial e industrial das metrópoles à custa da matéria-prima fornecida pelas colônias, e só permitia a produção colonial que não concorresse com a européia. Além disso, pelo **Pacto Colonial** o comércio com cada colônia era monopólio da sua metrópole.

Apesar do caráter tirânico da dominação metropolitana — que provocava revoltas — as colônias iam progredindo. O comércio ilegal (contrabando), por sua vez, crescia cada vez mais, pois os barcos ingleses vendiam mercadorias a preços muito mais baixos que os pedidos pelos portugueses ou espanhóis. Ao criar universidades e liberar o comércio nas colônias, Carlos III (rei da Espanha de 1759 a 1788) estimulou o desenvolvimento colonial e antecipou o desejo de libertação. Situação semelhante ocorreria mais tarde no Brasil, com a presença de Dom João VI (rei de Portugal) e sua corte na antiga colônia.

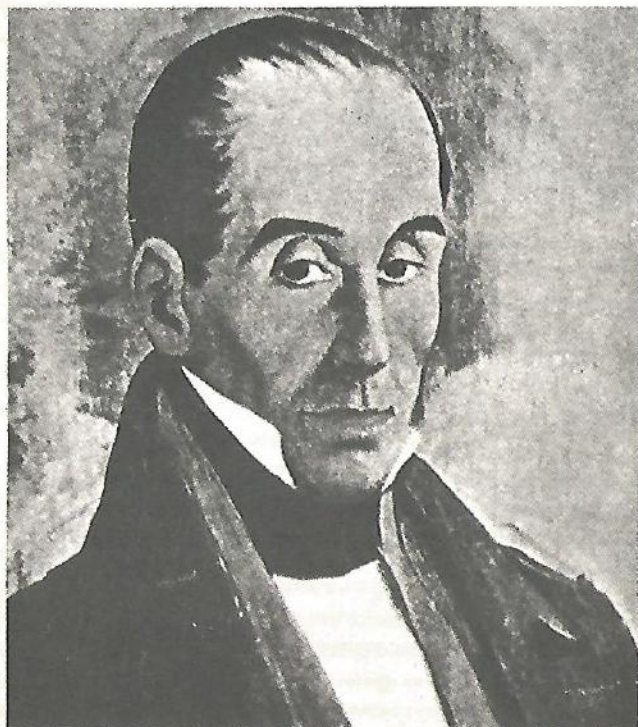
As primeiras manifestações de descontentamento que surgiram na América não tiveram, de modo geral, um caráter separatista; exprimiam apenas a oposição dos colonos aos abusos da metrópole, o seu ataque à política mercantilista e a sua busca de liberdade econômica.

O exemplo da Independência dos Estados Unidos, a influência das idéias iluministas e, principalmente, a brusca mudança na situação política internacional, trazida por Napoleão, é que propiciaram a separação definitiva entre as outras colônias americanas e suas metrópoles. Quando o exército napoleônico rompeu o equilíbrio europeu e invadiu a Península Ibérica, a família real portuguesa mudou-se para o Brasil em 1808, e o rei espanhol Fernando VII foi substituído por um irmão de Napoleão.

As reformas administrativas, políticas e econômicas feitas por Dom João VI no Brasil não só acentuaram o desenvolvimento de nosso país como tornaram possível a sua independência por meios pacíficos, em 1822. Além disso, a presença da monarquia no Brasil manteve a unidade territorial da imensa colônia, evitando que os movimentos emancipacionistas a dividissem em várias nações independentes.

Nas colônias espanholas a situação era diferente: no século XIX começou a rebelião geral feita contra os franceses apenas, pois os revoltosos não acreditavam que sua metrópole estivesse em condições de dominar a sublevação nas colônias. Enganaram-se, pois a metrópole reagiu, dando início às guerras de independência.

No Vice-Reino de Nova Espanha (México), surgiram as primeiras tentativas de independência no início do século XIX. Em 1811, o Padre Hidalgo tentou a proclamação da Independência mexicana, mas falhou; nova tentativa, do mesmo padre, em 1813 resultou na sua execução. Somente em 1820, o General Iturbide consegue a independência, proclamando-se imperador com o nome de Agostinho I; em 1823 abdicou, foi fuzilado e o México tornou-se uma República Federal.

Na América Central, São Salvador, Haiti, São Domingos e Cuba logo seguiram o exemplo mexicano. Do Vice-Reino de Nova Granada surgiram três países: Venezuela, Colômbia e Equador. Francisco Miranda proclamou a Independência da Venezuela, mas foi derrotado em seguida. Simão Bolívar, depois de algumas dificuldades, libertou toda Venezuela, em 1813, e em 1819 venceu os espanhóis na Colômbia, que foi unida à Venezuela (da qual separou-se em 1829). O Equador foi libertado por Bolívar e Sucre, em 1822. Do Vice-Reino do Peru surgiram outros três países: Chile, Peru e Bolívia. No Chile o movimento de independência foi iniciado em 1808, por O'Higgins, que juntamente com San Martín, na Argentina, preparou o Exército dos Andes. Em 1817, o Chile foi libertado e O'Higgins feito presidente. O Peru foi libertado, em 1821, por San Martín que contou com o apoio do mercenário inglês Lord Cochrane, vencedor dos espanhóis no mar. A Bolívia desmembrou-se do Peru, com Sucre, em 1825. A Independência do Vice-Reino da Prata deu origem a mais três países: Argentina, Paraguai e Uruguai. Na Argentina o vice-rei foi deposto em 1810, constituindo-se uma junta provisória. Seguiram-se lutas internas entre os partidários da República e da Monarquia. Em 1816, o Congresso de Tucuman proclamou a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O Paraguai libertou-se sem guerras em 1811; o movimento foi liderado por Yegros e José Francia. Invadido pelo Brasil em 1816, somente em 1828 o Uruguai tornou-se independente.

Simão Bolívar.

Durante essas lutas de independência, o rei da Espanha, Fernando VII, chegou a pedir a intervenção das forças militares da Santa Aliança.

Essa intervenção não chegou a ser realizada, pois os Estados Unidos e a Inglaterra opuseram-se a ela e reconheceram a independência das antigas colônias — os Estados Unidos, por causa da "doutrina Monroe" ("a América para os americanos"), e a Inglaterra, por motivos de ordem econômica (os novos países representavam um mercado seguro para os seus produtos). Sem o auxílio da Santa Aliança, o domínio espanhol na América chegou ao fim.

Documento básico

O Tratado da Santa Aliança (preâmbulo do Artigo I).

"Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade e conforme as palavras das Sagradas Escrituras, segundo as quais todos os homens devem ter-se como irmãos, Suas Majestades o Imperador da Áustria, o Rei da Prússia e o Imperador da Rússia (...), permanecerão unidos por laços de verdadeira e indissolúvel fraternidade, considerando-se compatriotas; em toda ocasião e em todo lugar eles se prestarão assistência, ajuda e socorro; olhando seus súditos e seus exércitos como pais de família, eles se guiarão no mesmo espírito de fraternidade que os anima, para proteger a religião, a paz e a justiça."

Citado por J. Monnier, vol. III, **Histoire**, pág. 303.

Datas e fatos essenciais

1810: Início dos movimentos de independência na América Latina.

1810: Formação da junta de governo na Argentina.

1811: Paraguai torna-se independente.

1813: Bolívar conquista a Venezuela.

1814-1815: Congresso de Viena.

1815: Criação da Santa Aliança.

1816:	Congresso de Tucuman.
1816:	Uruguai invadido pelo Brasil.
1817:	O'Higgins liberta o Chile.
1818:	Congresso de Aix-La-Chapelle.
1819:	Bolívar conquista a Colômbia.
1821:	San Martín liberta o Peru.
1822:	Sucre liberta o Equador.
1823:	Intervenção da Santa Aliança na Espanha.
1828:	Uruguai torna-se independente.

Resumo

Introdução: A queda do Império de Napoleão provocou o **Congresso de Viena** para refazer o mapa da Europa. O principal resultado do Congresso foi a formação da **Santa Aliança**, que tinha por objetivo impedir os movimentos libertários que assolavam o Ocidente.

1. O **Congresso de Viena**, que se reuniu em 1814, foi controlado apenas pelas grandes potências.
   a) Por essa razão, foram atendidos apenas os interesses dessas potências.
   b) A proposta francesa mais importante deste Congresso foi a da **legitimidade**, a qual determinava que cada potência deveria ter os limites que tinha antes de 1789.
   c) O **Tratado de Paris**, confirmado pelo Congresso, obrigou a França a pagar uma indenização de guerra e aceitar a ocupação de seu território por tropas estrangeiras, que deveriam ser pagas pelos próprios franceses.
   d) As fronteiras da França praticamente não foram atingidas pela nova divisão.

2. A **Santa Aliança** surgiu da proposta do czar da Rússia, Alexandre I, mas quem deu as suas diretrizes foi o príncipe austríaco Metternich.
   a) Os congressos da **Santa Aliança** determinaram diversas intervenções na Europa.
   b) Mais tarde a França ingressou na **Santa Aliança.**

3. As idéias libertárias acabaram atingindo as colônias espanholas e portuguesas da América, provocando lutas de independência e a formação de novos Estados.
   a) As primeiras manifestações de descontentamento não se revestiam de caráter separatista, mas sim, de oposição aos abusos das metrópoles.
   b) No Brasil, a estada da família real portuguesa preparou o caminho para uma independência pacífica.
   c) A invasão napoleônica na Espanha determinou o movimento de rebelião de mais colônias americanas contra a intervenção francesa, iniciando-se pela ruptura com o governo francês e culminando com a independência das colônias. Mesmo com a restauração de Fernando VII, depois da queda de Napoleão, os movimentos de independência continuaram na América Espanhola.
   d) As tentativas do rei espanhol de provocar a intervenção da **Santa Aliança** nas suas colônias da América não foram adiante porque os Estados Unidos e a Inglaterra não permitiram.

Vocabulário

Andes: grande cadeia de montanhas que se estende ao longo de toda a costa ocidental (Oeste) da América do Sul.

Constituição: conjunto das leis básicas de um país; revolução constitucionalista: movimento que luta para dar ao país uma constituição.

Expedição restauradora: expedição feita para recolocar um soberano no poder.

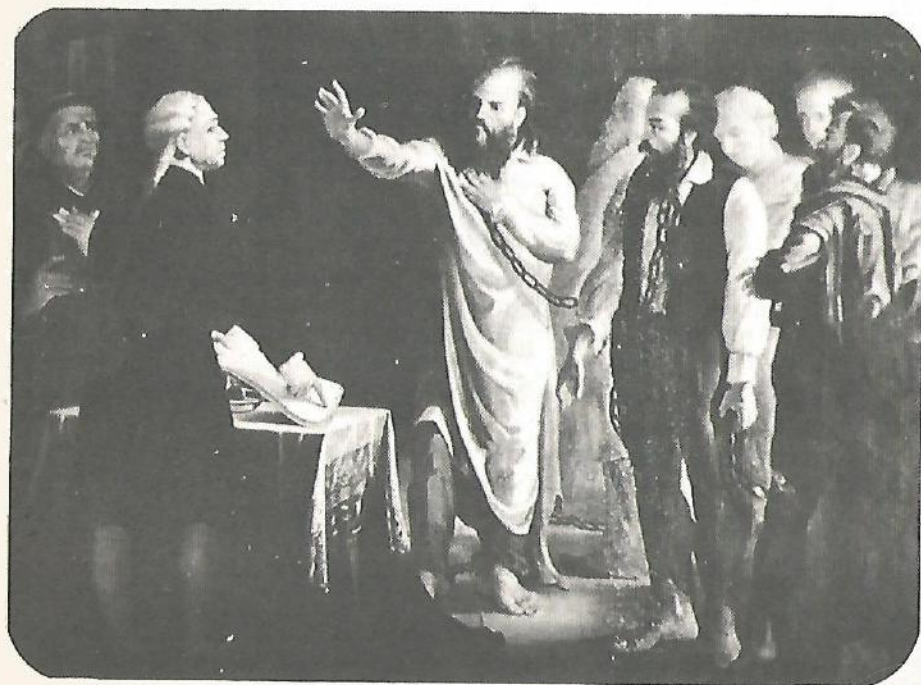
Indenização: pagamento em dinheiro ou territórios feito por um país a outro após uma guerra.

Junta: governo formado por vários membros durante um período de agitação.

Latente: o que, embora oculto, pode se manifestar a qualquer momento.

Plenipotenciário: enviado de um governo com plenos poderes para negociar.

Usurpação: tomada irregular do poder.

A Crise do Antigo Regime / A Independência do Brasil

Tiradentes, *implicado na Inconfidência Mineira, foi condenado à pena capital.*

Introdução

O Brasil, como colônia de Portugal, estava subordinado às condições impostas pela política econômica mercantilista. O monopólio exercido por Portugal abrangia muitas áreas. Era permitido apenas o comércio com Portugal e, mesmo assim, a atividade somente podia ser exercida por pessoas especialmente autorizadas a fazê-lo. Só se autorizava a instalação de indústrias que conviessem aos interesses portugueses. Era permitido plantar em grande escala somente aquilo que pudesse ser exportado, através de Portugal, para toda a Europa; tudo o que fosse plantado em Portugal não podia ser plantado no Brasil, mesmo havendo condições.

A crise do sistema colonial começou quando o equilíbrio político europeu foi abalado e o desenvolvimento das colônias começou a chocar-se com as restrições impostas pelo monopólio. O rompimento do equilíbrio europeu, causado pelas invasões napoleônicas, provocou a desintegração do sistema colonial. Veremos agora como se deu a crise do sistema colonial no Brasil.

O progresso nos tempos coloniais

Do século XVI, quando começou a sua ocupação territorial, até o século XIX, quando se libertou de Portugal, o Brasil passou por uma série de etapas em seu desenvolvimento econômico. Nesse período — do desco-

brimento à independência — a maior parte das riquezas produzidas no Brasil não ficou aqui: foi para Portugal. Mesmo assim, essas atividades econômicas promoveram a ocupação territorial do litoral e de algumas regiões do interior. Surgiram numerosas fazendas, apareceram alguns vilarejos, principalmente no litoral.

A decadência econômica de Portugal foi cada vez maior — era uma colônia americana que sustentava, cada vez mais, a economia da metrópole. Dessa maneira, Portugal dependia do monopólio que exercia sobre o Brasil para manter sua economia equilibrada. O declínio da economia portuguesa vinha-se acentuando desde o século XVII, quando Portugal perdeu grande parte dos seus domínios nas Índias Orientais. À medida que as necessidades portuguesas dependiam mais e mais das riquezas brasileiras, maiores exigências a metrópole fazia da colônia, mais amplo era o monopólio, maiores eram os impostos e a opressão sobre os habitantes da colônia que até meados do século XVII (antes da expulsão dos holandeses), ainda não se consideravam brasileiros, mas portugueses nascidos no ultramar.

No decorrer do século XVIII, a fraqueza econômica de Portugal atingiu seu ponto mais alto. A metrópole não era nem capaz de exercer a função do intermediário entre o Brasil e a Europa. Como sua marinha mercante estava arruinada, Portugal viu-se obrigado a permitir a vinda de navios estrangeiros ao Brasil. A única maneira encontrada pelo governo português para manter o seu domínio sobre a colônia foi a procura do apoio da Inglaterra, que protegia Portugal na Europa e garantia seu domínio sobre as colônias. Em troca desse apoio, os ingleses exigiram certas vantagens. As concessões que Portugal fez à Inglaterra foram, em geral, de ordem econômica. Os navios ingleses podiam vir ao Brasil, com o consentimento de Portugal. Mas também o faziam sem consentimento. Tratava-se, então, de contrabando, ilegalidade para a qual os portugueses fechavam os olhos. As mercadorias inglesas inundavam Portugal. Este, em troca, podia vender seus vinhos na Inglaterra praticamente sem concorrência.

Os próprios colonos que habitavam o Brasil favoreciam as atividades dos comerciantes ingleses, porque sua mercadoria era muito mais barata e de maior variedade do que a portuguesa.

Tudo isso contribuiu para que, apesar de tudo, o Brasil se desenvolvesse economicamente nos tempos de colônia. A agricultura, o comércio e a mineração progrediram e a população aumentou.

As reações contra o monopólio: as rebeliões coloniais

Em várias oportunidades, os habitantes do Brasil colonial se rebelaram contra a opressão exercida por Portugal. As rebeliões surgiram sempre que alguma nova medida contrariasse os interesses econômicos dos colonos: quando algum novo monopólio era criado, ou quando eram aumentados os impostos. Assim ocorreu no Maranhão (Revolta dos Irmãos Beckman), nas Minas Gerais (Revolta de Filipe dos Santos). Logo que a medida provocadora era retirada ou amenizada, a reação desaparecia. Não se pensava ainda, de forma alguma, em libertar-se de Portugal. A idéia da independência apareceu claramente só em fins do século XVIII, com a Conjuração Mineira de 1789. A opressão portuguesa, exigindo o pagamento dos impostos atrasados, gerou uma revolta que se transformou num movimento de independência.

Nos ideais desse movimento já aparece a influência da Independência dos Estados Unidos da América do Norte (1776) e da divulgação das idéias dos filósofos franceses do século XVIII, que pregavam a igualdade e a liberdade para todos os homens. Na Bahia, em 1798, e em Pernambuco, em 1817, surgiram outros movimentos separatistas, que falharam, da mesma forma que a Conjuração Mineira.

A independência

Já vimos como a crise definitiva do sistema colonial nas Américas hispânica e portuguesa resultou da ruptura do equilíbrio europeu, causado pela expansão napoleônica. As colônias espanholas convocaram juntas provisórias de governo que, antes de mais nada, aboliram as medidas monopolistas, levando mais tarde à separação de sua metrópole. No Brasil, a conseqüência da expansão napoleônica foi a vinda da família real portuguesa, patrocinada pela Inglaterra.

Com D. João VI *iniciou-se no Brasil o processo de emancipação pacífica.*

O interesse da Inglaterra em que a família real portuguesa viesse para o Brasil era evidente: dessa maneira, o mercado brasileiro ficaria totalmente aberto aos comerciantes ingleses. E a economia inglesa precisava urgentemente de novos mercados, pois toda a Europa estava fechada ao seu comércio, devido ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão. Para o Brasil, a vinda da família real também era vantajosa: haveria uma suspensão de sua condição de colônia, os portos necessariamente deveriam ser abertos aos ingleses e o monopólio comercial teria fim. A Inglaterra estava em plena Revolução Industrial, produzindo mais e mais, e necessitando também, cada vez mais, de novos mercados para seus produtos. Essa necessidade explica o apoio dado pela Inglaterra aos movimentos de independência em todos os países latino-americanos. No caso do Brasil, devido às antigas relações com Portugal, a Inglaterra adotou uma atitude neutra diante das possibilidades de separação. Mas quando a independência se deu, a Inglaterra a reconheceu logo que o achou oportuno.

As medidas que Dom João VI tomou durante seu governo no Brasil, significaram o fim do sistema colonial em nossa terra, pois nosso país foi elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal. Os portos foram abertos ao comércio, a indústria foi estimulada, a administração foi organizada. Pode-se afirmar que o Brasil estava pacificamente encaminhado para se separar de Portugal, quando, lá, uma revolução ameaçou derrubar a monarquia. Napoleão já tinha sido vencido e Dom João viu-se obrigado a retornar a Portugal, deixando no Brasil seu filho Dom Pedro.

Dom Pedro ficou no Brasil contra a vontade do governo revolucionário português. Os deputados portugueses estavam ocupados em elaborar uma nova Constituição para seu país, e como o Brasil ostentava então o título de Reino Unido, tinha direito de enviar deputados às Cortes (Assembléia Constituinte Portuguesa). Quando se tratou de decidir a futura posição do Brasil, a oposição entre os deputados portugueses e os brasileiros tornou-se manifesta. Os portugueses queriam que o Brasil voltasse a ser colônia, pois isso favorecia seus interesses. Os brasileiros defendendo os seus, opunham-se a voltar à antiga condição. Queriam liberdade para comerciar e para governar. Quando viram que era impossível conciliar as vantagens que o Brasil já tinha obtido com a fidelidade a Portugal, optaram pela separação.

D. Pedro, *primeiro Imperador do Brasil.*

Dom Pedro ligou-se ao partido dos que queriam a separação, proclamou a Independência e assumiu o poder como primeiro monarca do Brasil.

Documento básico

"Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, se obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, a que o comércio dos vassalos britânicos nos seus domínios não será restringido, interrompido, ou de qualquer outro modo afetado pela operação de qualquer monopólio, contrato, ou privilégio exclusivo de venda ou de compra, seja qual for; mas antes, que os vassalos da Grã-Bretanha terão livre e irrestrita permissão de comprar e vender, a quem for, de qualquer modo ou forma que lhes possa convir, seja por grosso ou retalho, sem serem obrigados a dar preferência alguma ou favor em conseqüência dos ditos monopólios (...). E sua Majestade Britânica se obriga da sua parte a observar fielmente este princípio assim reconhecido, e ajustado pelas duas altas partes contratantes (...).

Todos os gêneros, mercadorias, artigos quaisquer que sejam, da produção, manufatura, indústria ou invenção dos domínios e vassalos de sua Majestade Britânica, serão admitidos em todos e em cada um dos portos e domínios de sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, tanto na Europa como na América, África, Ásia, quer sejam consignados a vassalos britânicos, quer portugueses, pagando geral e unicamente direitos de 15%, conforme o valor que lhes foi estabelecido pela pauta, que na língua portuguesa corresponde à tábua das avaliações (...)."

Tratado de Comércio e Navegação entre os muito altos e muito poderosos senhores, o Príncipe Regente de Portugal, e o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, assinado no Rio de Janeiro pelos plenipotenciários de uma e outra corte, a 19 de fevereiro de 1810 e ratificado por ambas as partes.

Datas e fatos essenciais

1808:	Transmigração da família real.
1808:	Abertura dos portos.
1810:	Tratados comerciais.
1815:	Elevação à categoria de Reino Unido ao de Portugal.
1820:	Revolução no Porto.
1821:	Retorno de D. João VI.
1822:	Proclamação da Independência por D. Pedro.

Resumo

Introdução: — O Brasil-colônia era subordinado a Portugal, segundo as condições impostas pelo mercantilismo. Toda a nossa produção estava subordinada aos interesses da metrópole. Quando o equilíbrio político da Europa foi abalado pelas invasões napoleônicas, surgiram os conflitos de interesse entre as colônias americanas e as metrópoles européias.

1. Apesar das restrições impostas ao Brasil por Portugal, desde o século XVI até o XIX, ainda que a maior parte das riquezas aqui produzidas tenham sido transferidas para Portugal, mesmo assim grande parte do litoral foi ocupado, bem como algumas regiões do interior.
   a) Com a decadência da economia de Portugal, este passou a depender cada vez mais do monopólio que exercia sobre o Brasil.
   b) Conforme se acentuava essa decadência, maiores eram as exigências da metrópole: monopólio cada vez mais amplo, impostos mais altos, maior opressão.
   c) Para manter seu domínio sobre o Brasil, Portugal se viu obrigado a procurar o apoio da Inglaterra, o qual foi dado em troca de vantagens econômicas.
2. As primeiras rebeliões contra a metrópole — a dos irmãos Beckman, no Maranhão, a de Filipe dos Santos, em Minas Gerais — não tinham caráter separatista.
   a) Somente nos fins do século XVIII, com a Conjuração Mineira, em 1789, caracterizou-se claramente o ideal de independência.
   b) Nesse movimento constata-se a influência da Independência dos Estados Unidos e as idéias dos filósofos iluministas.

3. A vinda da família real portuguesa para o Brasil, que atendia aos objetivos da Inglaterra, implantou uma estrutura administrativa no Brasil (o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal) que criou as condições básicas para a nossa emancipação.
   a) Dom Pedro ficou no Brasil contra a vontade do governo português; os portugueses queriam que o Brasil voltasse a ser colônia.
   b) Quando, nas Cortes de Portugal — que tinha deputados brasileiros —, discutiu-se o futuro do Brasil, ficaram claras as posições irreconciliáveis de brasileiros e portugueses.
   c) Dom Pedro, no Brasil, ligou-se ao partido dos que queriam a libertação, proclamou a nossa independência e transformou-se no nosso primeiro monarca.

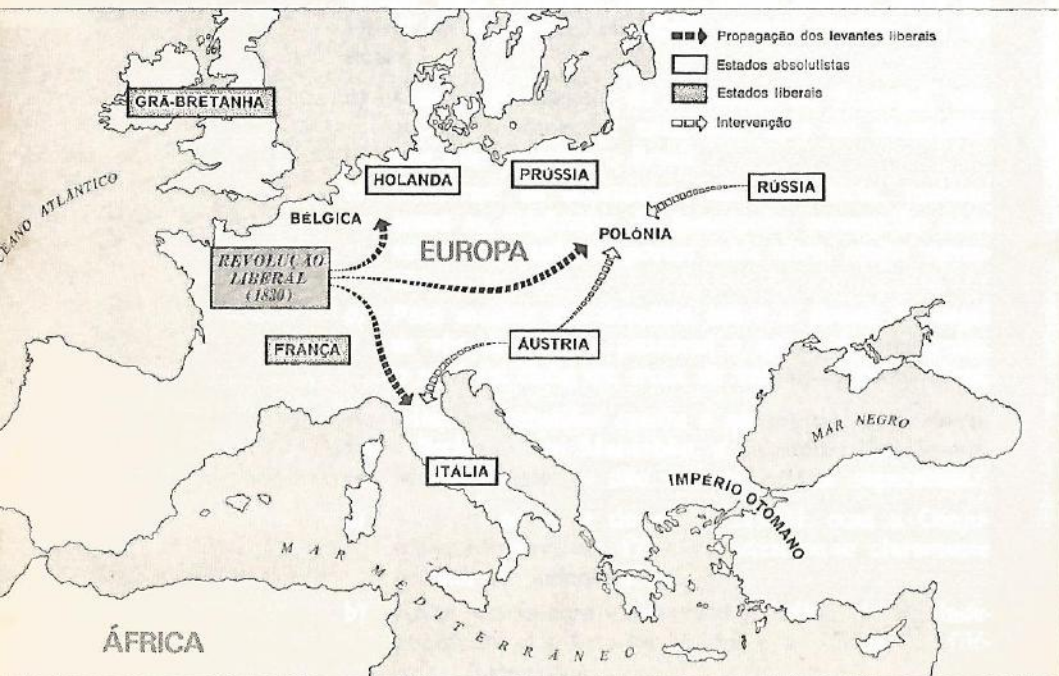
Vocabulário

Separatista: que visa à independência.

Revoluções de 1830: levantes e intervenções.

O Movimento Liberal e as Nacionalidades / As Revoluções de 1830 e 1848 e o Socialismo

Introdução

A reação européia, conduzida pelo **Congresso de Viena** e pela **Santa Aliança,** não conseguiu impedir a difusão do movimento revolucionário iniciado na segunda metade do século XVIII. Com a restauração definitiva dos Bourbons, na França, em 1815, os monarquistas, ultra-realistas, conduziram a política interna do país instaurando o Terror Branco e a perseguição aos partidários da revolução e aos bonapartistas. Com a morte de Luís XVIII, em 1824, subiu ao trono seu irmão Carlos X, que foi completamente dominado pelos realistas. Através de quatro decretos, aumentou o censo eleitoral, suprimiu a liberdade de imprensa, dissolveu a Câmara e convocou novas eleições. Liberais e republicanos se revoltaram e derrubaram Carlos X: foi a **Revolução de 1930** que teve séria repercussão na Europa: a Bélgica, com o auxílio da Inglaterra, libertou-se da tutela holandesa, à qual estava submetida desde o Congresso de Viena; na Polônia, uma revolta nacionalista foi abafada pelos russos; na Itália verificaram-se agitações liberais promovidas pela sociedade secreta Carbonária; idênticas agitações se deram na Espanha e Portugal nessa mesma época; na Itália, associações revolucionárias impuseram uma Constituição ao rei das duas Sicílias; na Alemanha eclodiram movimentos liberais constitucionalistas. Antes já tinham sido vitoriosas as revoluções da América Latina e a Grécia já se libertara da dominação turca.

Estas revoluções, além de terem destruído a reação representada pela **Santa Aliança**, marcaram o aparecimento das idéias republicanas e dos primeiros agrupamentos políticos socialistas.

Em 1848, a revolução voltou a agitar a Europa, atingindo a França, a Alemanha e a Áustria. Essa época foi marcada pela intensificação do socialismo e pela vitória final da reação em toda a Europa, por volta de 1850.

Fatores das revoluções de 1848 na Europa

De um modo geral, foram três os fatores das revoluções de 1848: o **liberalismo**, contrário às limitações impostas pela monarquia absoluta; o **nacionalismo**, que procurou unir politicamente os povos de mesma origem e cultura; e o **socialismo**, força nova, surgida nos movimentos de 1830, que pregou a igualdade social e econômica mediante reformas radicais.

Além desses fatores, outros, mais imediatos, podem ser mencionados: entre 1846 e 1848, as colheitas na Europa foram péssimas — os preços dos produtos agrícolas subiram muito e a situação das classes pobres piorou. Ao mesmo tempo, a indústria (particularmente a de tecidos) entrou em crise: sua produção, que já tinha aumentado rapidamente, chegou à superprodução. A crise agrícola, que trouxe o empobrecimento dos camponeses, diminuiu ainda mais o consumo dos tecidos: as fábricas foram paralisadas e seus trabalhadores dispensados. Além disso, os salários foram reduzidos exatamente quando houve a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Os recursos financeiros dos Estados precisaram ser empregados na compra de trigo — com isso, as atividades das grandes indústrias e a construção das estradas de ferro ficaram paralisadas e houve uma estagnação econômica geral.

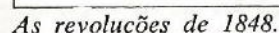
A crise variou de país para país: na Itália e na Irlanda foi principalmente agrária; na Inglaterra, na França e na Alemanha, foi mais industrial.

A miséria gerou o descontentamento — camponeses e proletários passaram a reclamar melhores condições de vida, maior igualdade de recursos. Suas reivindicações, no fundo, eram socialistas, mas não existia um partido organizado para orientá-los, a oposição ao governo coube aos liberais e aos nacionalistas (burgueses esclarecidos); esses homens foram apoiados pela massa, que não tinha orientação própria.

A revolução na França

A Revolução de 1830 havia deposto Carlos X e colocado no trono francês Luís Filipe, que representava os ideais da burguesia (conciliar a revolução com o Antigo Regime). A oposição popular a ele era evidente: em 1834,

As revoluções de 1848.

os operários da cidade de Lyon rebelaram-se e as tendências republicanas ganhavam cada vez mais adeptos. Ao lado disso, havia na França muita gente que desejava a volta de Carlos X, e eram numerosos os antigos partidários de Napoleão, que se aproximavam de Luís Napoleão, seu sobrinho.

O Partido Socialista opunha-se ao governo, propondo reformas. Em 1847, Luís Blanc, Blanqui e Ledru-Rollin iniciaram em todo o país uma campanha pela reforma eleitoral. Suas idéias foram difundidas por meio de banquetes, durante os quais havia debates. A revolta eclodiu em 22 de fevereiro, quando o Ministro Guizot proibiu a realização de um banquete. Elementos da Guarda Nacional (polícia) apoiaram os revoltosos, que fizeram barricadas nas ruas, e foram se tornando cada vez mais fortes. A demissão de Guizot nada resolveu: a Câmara foi invadida e os deputados fugiram — Luís Filipe abdicou.

O Governo Provisório, de que participavam burgueses liberais e socialistas, proclamou a II República da França. No dia 23 de abril realizou-se a primeira eleição na Europa com voto (masculino) universal, direto e secreto.

Durante esse tempo a crise econômica se agravou. Procurando oferecer trabalho aos desempregados, o Governo Provisório criara as "Oficinas

Nacionais", empresas dirigidas e sustentadas pelo Estado. Para pagar os salários dos trabalhadores dessas oficinas os impostos foram elevados, o que provocou uma crise ainda maior na economia francesa. As oficinas foram fechadas.

Vendo-se de novo na rua, o proletariado tentou fazer uma "revolução dentro da revolução". A Assembléia delegou então poderes excepcionais ao General Cavaignac, que abafou violentamente a revolta: 16 mil revoltosos foram mortos e 4 mil expulsos do país. A questão operária foi resolvida de acordo com os interesses da burguesia. Uma nova Constituição foi publicada a 12 de novembro de 1848. Segundo ela, o Presidente da República seria eleito por quatro anos. O primeiro presidente eleito, Luís Napoleão, em 1851 deu um golpe, implantando o II Império na França e tomando o título de Napoleão III em 2 de dezembro de 1852.

A revolução na Itália

Em 1848, a Itália estava dividida em vários Estados, todos de governo absoluto. A crítica a este regime era conduzida pelas sociedades secretas (principalmente a Carbonária), que desejavam obter, ao mesmo tempo, reformas liberais e a unificação dos Estados italianos. Para isso seria preciso expulsar os austríacos que desde o Congresso de Viena controlavam a Itália.

Em janeiro, o Reino das Duas Sicílias revoltou-se e obrigou Fernando II a aceitar uma Constituição. Revoltas semelhantes ocorreram na Toscana e no Estado papal. No Reino da Lombardia foi iniciada uma séria oposição aos austríacos. O rei de Piemonte, Carlos Alberto, uniu-se aos revoltosos e declarou guerra aos ocupantes.

O exército austríaco venceu os italianos e forçou Carlos Alberto a abdicar em favor do seu filho, Vítor Emanuel II. A repressão austríaca foi violenta em toda a península. A tentativa de revolução liberal e nacionalista dos italianos fracassou.

A revolução na Alemanha

As mesmas tendências liberais e nacionalistas que apareceram na Itália, manifestaram-se na Alemanha.

Depois do Congresso de Viena, os Estados alemães passaram a constituir uma confederação, cuja política externa era coordenada por uma assembléia que se reunia em Frankfurt. A Prússia e a Aústria eram os membros mais importantes dessa confederação.

Para obter uma maior integração entre os Estados germânicos foi criado o **Zollverein**, espécie de liga aduaneira que estimulou o desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento acentuou o nacionalismo germânico, que se expressava no desejo de independência e de união política.

Em 18 de março de 1848, houve uma grande manifestação popular diante do palácio de Frederico Guilherme, rei da Prússia. As tropas reagiram, mas o movimento alastrou-se e acabou obrigando o rei a prometer uma Constituição ao povo. Vários Estados alemães juntaram-se aos revoltosos, tentando obter a unificação política da nação. Ainda em março, reuniu-se em Frankfurt um Parlamento para preparar os trabalhos legislativos, que deveriam começar em maio.

Os príncipes alemães aproveitaram-se da divisão existente entre os revolucionários para retomar o poder. Em novembro de 1848, Berlim foi ocupada pelo exército e a Constituinte foi dissolvida. Assim, na Alemanha — como na Itália — o movimento liberal foi abafado.

A Assembléia de Frankfurt decidiu eleger imperador o rei da Prússia. Frederico Guilherme recusou o título por considerar-se rei pela vontade de Deus, mas propôs, assim mesmo, aos príncipes alemães a criação de um Império. Em 1850, a Áustria obrigou a Prússia a desistir tanto desse projeto como de qualquer mudança na ordem existente.

A revolução na Áustria

O Império Austríaco dos Habsburgos era formado por povos muito diferentes: alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, rutenos, romenos, sérvios, croatas, eslovenos e italianos. Só os húngaros tinham uma certa autonomia. Eles e os tchecos eram mais numerosos e mais conscientes da sua individualidade.

Os alemães mostravam-se descontentes com o governo austríaco: burgueses, estudantes e trabalhadores uniram-se para forçar a queda de Metternich e a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Os eslavos seguiram o exemplo alemão: chefiados por Palacky, convocaram uma reunião dos povos eslavos em Praga. Esse congresso foi dissolvido militarmente — Viena foi bombardeada e tomada por um governo absoluto, que implantou um regime de perseguição política no país.

O socialismo

Foram as transformações econômicas e sociais, ocorridas na Europa no decorrer dos séculos XVIII e XIX, que deram origem ao socialismo.

A Revolução Industrial provocara a concentração de trabalhadores paupérrimos nos centros urbanos; sua miséria chamou a atenção, pela primeira vez, para a necessidade das reformas sociais. Procurava-se compreender as causas das injustiças sociais e os meios de solucionar esse problema.

Antes mesmo do século XVIII, vários pensadores já tinham imaginado sociedades em que todos vivessem do seu trabalho, em igualdade de condições, sem que houvesse ricos nem pobres, privilegiados nem injustiçados.

Para Thomas Morus, inglês que escreveu a **Utopia**, em 1516, a causa da injustiça social era a existência da propriedade particular. A partir de então, a palavra "utopia" passou a designar as teorias que pregam a igualdade social sem apresentar meios práticos para consegui-la.

Houve várias tentativas de pôr em prática as idéias socialistas. A ação dos trabalhadores que procuraram obter maior igualdade social durante as revoluções inglesas do século XVII, por exemplo, correspondeu a uma busca concreta da socialização. Por volta dessa época, Robert Owen um rico proprietário inglês, criou uma comunidade socialista na Escócia e outra nos Estados Unidos: nelas não havia dinheiro — as pessoas recebiam apenas vales correspondentes ao número de horas de seu trabalho, com os quais adquiriam os produtos produzidos por eles mesmos.

As revoluções dos séculos XVIII e XIX favoreceram o aparecimento de novos pensadores, os **socialistas utópicos** ou **românticos**: Fourier, Saint-Simon, Luís Blanc e Proudhon, todos franceses. Luís Blanc, autor de **A Organização do Trabalho**, participou da Revolução de 1848, na França. Para ele, a igualdade social só seria possível se o Estado se apropriasse de todo o sistema econômico. Proudhon, mais exagerado, escreveu **O que é Propriedade?** — e no seu livro respondia, secamente: é um roubo.

Durante a Revolução Francesa, Graco Babeuf pregou uma República que desse a todos os mesmos direitos.

O mais célebre teórico do socialismo foi o judeu alemão Karl Marx (1818-1883). Auxiliado por F. Engels — também alemão —, às vésperas da Revolução de 1848 na França, publicou o **Manifesto Comunista**, a partir do qual o socialismo passou de utópico a **científico**.

Os socialistas tomaram parte ativa nos movimentos revolucionários de 1848. A vitória da burguesia provocou uma divisão entre os socialistas — daí por diante dividiram-se em tendências diferentes: os **socialistas reformistas**, por exemplo, acreditavam não ser necessária uma revolução para se obter a igualdade social; já os **anarquistas** pregavam a destruição do Estado.

O primeiro partido político socialista surgiu na Alemanha em 1860. Em 1864 foi fundada em Paris a **Primeira Internacional dos Trabalhadores**, uma associação para organizar a tomada do poder pelo proletariado no mundo inteiro. A partir de então, os proletários dos países mais adiantados da Europa tomaram consciência de suas necessidades e, por meios reformistas, anárquicos ou revolucionários, lutaram pelo poder.

Também a Igreja Católica desenvolveu uma teoria social cristã, baseada na solidariedade, pretendendo a justiça social. O precursor foi o padre francês Robert de Lamennais, e o Papa Leão XIII, com a encíclica **Rerum Novarum**, sua mais alta expressão. Foram seus seguidores Pio XI (**Quadragesimo Anno**), João XXIII (**Mater et Magistra** e **Pacem in Terris**) e Paulo VI (**Populorum Progressio** e **Humanae Vitae**).

Documento básico

O caráter revolucionário da burguesia na França em 1840.

"Se a burguesia teve uma missão no mundo, esta foi a de se tornar o guia, a cabeça do povo; missão sagrada, para a qual ela recebeu a inteligência, a ciência, a experiência dos tempos passados (...). Entretanto, apenas de posse do poder e autoridade, a burguesia enfatuou-se como todos os poderes que a precederam; deixou-se fascinar mais rapidamente que um indivíduo. Ela não vê mais, não mais entende a nação da qual deveria ser a palavra viva. Ela se repete por mil bocas: o Estado sou eu; faz mais que esquecer o povo: ela se separa dele; daí se chega à conclusão de que a democracia fica por um momento mutilada (...). A burguesia sem o povo é a cabeça sem os braços. O povo sem a burguesia é a força sem a luz...

A burguesia critica a antiga realeza por ter oposto uma resistência implacável ao espírito do seu tempo, provocando com isso uma revolução igualmente implacável. Que ela se guarde de cair no mesmo erro."

Quinet. **Avertissement au pays,** 25 de dezembro de 1840, in Dechappe, **L'Histoire par les textes,** vol. III, págs. 233-234.

Datas e fatos essenciais

1815: Restauração definitiva dos Bourbons.

1824: Morte de Luís XVIII e subida de Carlos X.

1830: Rebelião dos republicanos e liberais contra Carlos X.

1834: Revolta dos operários de Lyon.

1846: Crises da produção agrícola européia.

1848: Abdicação de Luís Filipe, publicação do Manifesto Comunista e proclamação da II República Francesa.

1851: Golpe de Luís Napoleão.

1864: Primeira Internacional dos Trabalhadores.

Resumo

Introdução — Os movimentos revolucionários ocorridos na Europa na primeira metade do século XIX não foram contidos pela **Santa Aliança.**

a) As medidas reacionárias de Carlos X, da França, provocaram a revolta dos liberais e dos republicanos, que acabaram derrubando-o, em 1830.

b) A revolta repercutiu em toda a Europa, particularmente na Bélgica, Polônia e Itália.

1. Principalmente três fatores determinaram as revoluções de 1848 que voltaram a convulsionar a Europa: o liberalismo, o nacionalismo e o socialismo.

a) Outros fatores que também influenciaram: as crises agrícolas de 1846 e 1848 e a superprodução industrial.

b) A miséria e o descontentamento levaram camponeses e proletários a reclamar melhores condições de vida.

c) Liberais e nacionalistas, que faziam oposição aos governos, com apoio da massa, aproveitaram a oportunidade para radicalizar suas posições.

2. Com a queda de Carlos X subiu ao trono francês Luís Filipe, representando os ideais da burguesia, mas enfrentando forte oposição popular.

a) Em 1834 rebelaram-se os operários da cidade de Lyon, e as tendências republicanas progrediram no seio da massa.

b) O Partido Socialista, que defendia suas idéias por meio de banquetes que terminavam em debates políticos, fazia oposição ao rei propondo reformas.

c) A 22 de fevereiro de 1848, o Ministro Guizot proibiu a realização de um desses banquetes, provocando a revolução que resultou na abdicação de Luís Filipe e na proclamação da II República Francesa.

d) Incapaz de reorganizar a economia e resolver os problemas sociais do país, a República foi derrubada por um golpe de Luís Napoleão, que implantou o II Império com o título de Napoleão III.

3. Na Itália, as críticas ao governo eram feitas por sociedades secretas, principalmente a **Carbonária**, que desejavam a unificação e reformas liberais.

a) Para atingir esses objetivos, seria necessário libertar-se dos austríacos, que desde o Congresso de Viena dominavam a Itália.

b) A primeira tentativa de implantar a revolução liberal e nacionalista, feita pelo Rei Carlos Alberto, do Reino de Piemonte, falhou e os austríacos promoveram violenta repressão.

4. Também na Alemanha manifestaram-se tendências liberais e nacionalistas. Depois do Congresso de Viena os Estados alemães foram reunidos numa confederação, na qual Prússia e Áustria eram os membros mais importantes.

a) Em março de 1848, diante do palácio do rei da Prússia, Frederico Guilherme, houve uma manifestação popular que se alastrou, obrigando o rei a prometer uma Constituição. Vários Estados reuniram-se aos revoltosos, visando à unificação política da nação.

b) Os príncipes alemães, aproveitando-se das divisões entre os revolucionários, conseguiram abafar o movimento, ocupando Berlim com suas tropas e dissolvendo a Constituinte. Como na Itália, o movimento liberal alemão fracassou.

5. O Império Austríaco dos Habsburgos era formado por povos muito diferentes.

a) Os alemães, descontentes com o governo austríaco, uniram-se e conseguiram forçar a queda de Metternich e a convocação de uma Assembléia Constituinte.

b) Os eslavos procuraram seguir o exemplo dos alemães, mas fracassaram: a reação foi vitoriosa, implantando um governo absoluto.

6. As transformações sociais e econômicas, ocorridas na Europa durante os séculos XVIII e XIX, cuja causa principal foi a Revolução Industrial, foram responsáveis pelo aparecimento do socialismo.

a) O socialismo teve precursores — os chamados utópicos —, que pregavam a igualdade social sem apresentar meios práticos para consegui-la.

b) Somente com Karl Marx e F. Engels, o socialismo passou a ser considerado científico, em oposição aos anteriores, chamados de socialismo utópico.

c) A obra mais importante de Karl Marx é **O Capital**, onde foi feita a crítica ao capitalismo e à sociedade burguesa.

d) Em 1848, Marx, auxiliado por Engels, publicou o **Manifesto Comunista,** conclamando o proletariado à luta pelo socialismo. Em 1864 foi fundada em Paris a Primeira Internacional dos Trabalhadores, com o objetivo de organizar a conquista do poder pelo proletariado em todo o mundo.

e) A Igreja Católica, reagindo à tomada de consciência do proletariado, desenvolveu sua teoria de justiça social, baseada na solidariedade.

Vocabulário

Barricada: trincheira feita com barricas, paralelepípedos, estacas e outros objetos.

Encíclica: carta circular, solene, endereçada pelo papa à totalidade do mundo católico.

Estagnação: interrupção do crescimento da economia, parada.

Gêneros de primeira necessidade: alimentos indispensáveis.

Liga aduaneira: acordo entre vários Estados para facilitar a circulação de mercadorias pelas suas fronteiras.

Socialização: criação de oportunidades iguais para os vários grupos da população.

Superprodução: produção acima da capacidade de consumo.

Teórico (do socialismo): pessoa que pensou sobre os problemas (sociais) e definiu os princípios (do socialismo).

Voto direto: os eleitores votam diretamente no candidato, e não em alguém que elegerá, depois, o candidato.

O Movimento Liberal e as Nacionalidades/Unificação Italiana e Alemã

Introdução

O processo de unificação da Itália foi semelhante ao da Alemanha: as primeiras tentativas de unificação ocorreram nos dois países ao mesmo tempo — por ocasião das revoluções de 1848 — e ambos conseguiram obtê-la em 1870-1871.

A unificação italiana foi chefiada pelo Reino do Piemonte-Sardenha, em torno do qual se agruparam os demais Estados italianos, com o apoio da França, numa luta contra os austríacos.

A unificação alemã foi realizada através da Prússia. As guerras contra a Dinamarca, a Áustria, e principalmente a França, foram os meios encontrados por Bismarck para despertar o ânimo nacional. A vitória sobre a Áustria (1866) deu à Prússia o controle da Alemanha do Norte e a derrota da França (1870-1871), o controle dos Estados germânicos do Sul. Da união do Norte e do Sul da Alemanha, conseguida pela Prússia em 1871, nasceu o Império Alemão.

Principais fatores da unificação italiana

As transformações econômicas e sociais que atingiram a Europa Ocidental durante o século XIX, também atingiram a Itália: o desenvolvimento industrial foi intenso no Norte da península — as cidades cresceram de maneira espantosa e o comércio foi impulsionado pela indústria.

A alta burguesia desejava a unificação, que garantiria a continuidade do desenvolvimento interno e lhe daria possibilidades de concorrência no mercado exterior, liberando a circulação de mercadorias dentro da península, favorecendo as exportações e impedindo as importações concorrentes. Para ela, a unificação da Itália tinha um significado apenas liberal e o nacionalismo não passou de um instrumento seu.

A média burguesia, aliada ao proletariado urbano, desejava um Estado nacional que adotasse medidas econômicas e sociais de tendência democrática. Esse grupo preferia que a unificação fosse feita em termos republicanos, ao passo que a alta burguesia queria realizar a unificação da forma mais fácil e rápida possível — em torno do reino mais forte da Itália: o do Piemonte-Sardenha.

Os realizadores da unificação italiana

A unificação italiana.

Após o Congresso de Viena, a Itália ficou sob a tutela do Império Austríaco. Estava dividida em sete Estados, assim distribuídos: Norte — **Reino do Piemonte-Sardenha**, autônomo e soberano, governado pela tradicional casa de Savóia; **Parma**, sob a tutela dos Bourbons do Reino das Duas Sicílias; **Módena** e **Toscana**, governados por duques dependentes dos austríacos; **Reino Lombardo-Veneziano**, também sob domínio austríaco; Centro — **Estado Pontifício**, sob o domínio do papa; Sul — **Reino das Duas Sicílias**, que compreendia Sicília e Nápoles, governado pelos reis Bourbons de Nápoles.

Em 1848, o Rei Carlos Alberto, do Piemonte-Sardenha, tentou pela primeira vez a unificação, declarando guerra à Áustria. O movimento **Jovem Itália** estimulava o nacionalismo italiano, completado pelo **Risorgimento**, cuja finalidade era reviver o espírito italiano da Renascença e do Império Romano. O rei foi vencido e deixou o trono para seu filho, Vítor Emanuel II. Embora outras rebeliões dos Estados italianos também tivessem sido sufocadas, o ideal de unificação continuou mais forte do que nunca.

Em 1852, o Conde de Cavour, ministro do Piemonte, grande proprietário e economista, tomou a seu cargo a unificação italiana; queria fazê-la por intermédio da casa de Savóia, mas sabia que precisava de um aliado forte para poder expulsar os austríacos da Itália. Por isso, enviou tropas italianas à Guerra da Criméia, travada entre a Rússia, de um lado, e França e Inglaterra de outro (1854-1856). A participação no conflito deu-lhe o direito de tomar parte no Congresso de Paris, onde o problema da unificação italiana foi discutido.

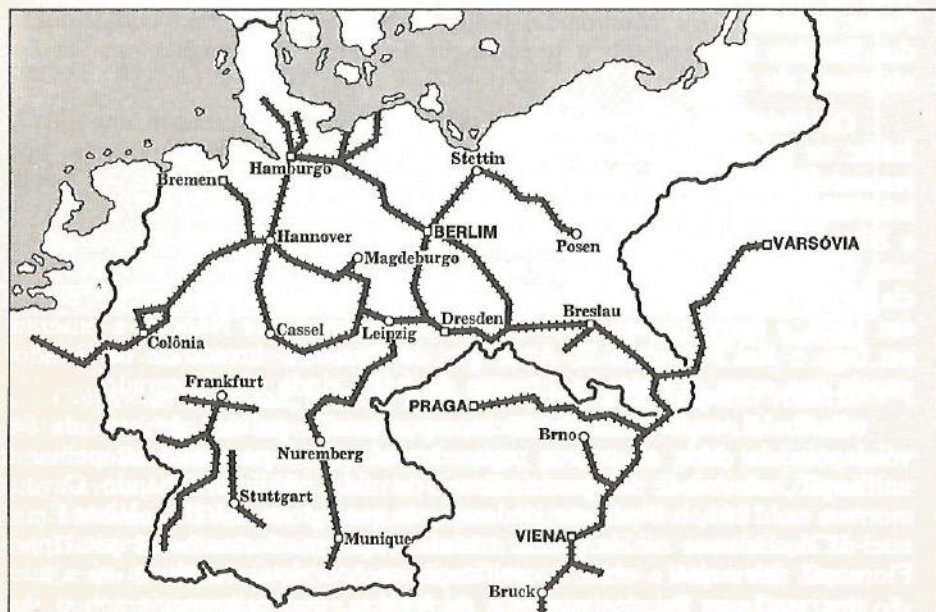
Em 1859, Cavour e Napoleão III encontraram-se secretamente e fizeram um acordo: Napoleão III apoiaria o Piemonte numa luta contra a Áustria, recebendo em paga os condados da Savóia e de Nice, pertencentes ao Piemonte: este receberia a Lombardia-Veneza, pertencente à Áustria. Cavour, baseado nesse acordo, provocou a guerra contra a Áustria, que começou em 1859. Franceses e sardo-piemonteses obtiveram vitórias em Magenta e Solferino (cidades da Lombardia); a mobilização da Prússia amedrontou Napoleão III, que assinou um tratado de paz com a Áustria. O Piemonte recebeu a Lombardia, mas a Áustria conservou Veneza. Nesse tratado ficou combinada, ainda, a formação de uma confederação dos Estados italianos sob a presidência do papa — o que se opunha aos objetivos de Cavour.

Os efeitos das campanhas militares de 1859 repercutiram em toda a Itália: os pequenos Estados de Toscana, Parma, Módena e Romagna, pertencentes ao papa, revoltaram-se, querendo unir-se ao Piemonte — Napoleão III concordou, desde que a França recebesse os condados de Savóia e Nice. Em 1860 foi feito um plebiscito nessas duas regiões, que passaram à França praticamente por unanimidade. Além disso, com a conivência de Cavour, Garibaldi e alguns voluntários desembarcaram na Sicília, em 1860, e apossaram-se dela. Na volta, passaram por Nápoles e puseram em fuga o Rei Francisco II. As tropas do Piemonte invadiram os Estados papais que eram os únicos no centro da Itália ainda não integrados.

Garibaldi, republicano convicto, opunha-se à política da casa de Savóia, pois ela daria ao país o regime monárquico; para não atrapalhar a unificação, afastou-se temporariamente da vida pública. Quando Cavour morreu, em 1861, o Piemonte já dominava quase toda a Itália. Vítor Emanuel II declarou-se rei do país e transferiu provisoriamente a capital para Florença. Para que a obra da unificação se completasse, faltava só a adesão dos restantes Estados papais e de Veneza, que permanecia sob o domínio austríaco.

A conquista de Veneza tornou-se possível graças à guerra entre a Áustria e a Prússia, à qual os italianos se aliaram. Vencida pelos prussianos, a Áustria pediu o arbitramento de Napoleão III. Depois de um plebiscito, Veneza passou à Itália.

O problema em relação aos Estados papais era mais difícil: a capital da Itália, por tradição, sempre fora Roma; o papa, porém, recusava-se não só a entregar a cidade (que considerava a garantia da independência da Igreja Católica) como a reconhecer a autoridade de Vítor Emanuel II sobre os territórios conquistados. Em 1867 Garibaldi tentou tomar Roma, mas foi impedido por Napoleão III, que enviou uma guarnição para proteger o papa. Tomar Roma pela força seria o mesmo que declarar guerra à França. Quando, em 1870, os prussianos invadiram e venceram a França, os italianos aproveitaram-se da oportunidade e tomaram Roma, após ocuparem o restante dos Estados pontifícios. Em 1871, o Rei Vítor Emanuel ofereceu ao papa as leis de garantia, que resguardavam seus direitos espirituais. Pio IX considerou-se como prisioneiro no Vaticano, recusando qualquer conciliação. Somente em 1929 é que a "questão romana" foi resolvida pelo **Tratado de Latrão**, entre Mussolini e o Papa Pio XI, que criou o Estado do Vaticano, dentro de Roma com quase cinco quilômetros quadrados de superfície.

Fatores da unificação alemã

A unificação da Alemanha pelas ferrovias.

O principal fator da unificação alemã foi o desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, especialmente o da Prússia. A Áustria, que impedira a unificação alemã tentada pela Prússia em 1850, não conseguiu impedir o desenvolvimento econômico dos seus Estados, alcançado graças ao **Zollverein** — liga aduaneira dos Estados germânicos — adotada em 1834. De 1860 a 1870, os reflexos dessa política econômica fizeram-se sentir: distritos industriais e numerosos centros urbanos surgiram em várias regiões, as estradas de ferro passaram de 2 000 km para 11 000 km, as minas de carvão e de ferro criaram condições para o crescimento das indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e mecânicas — o complexo industrial alemão começou a formar-se. Percebendo a ameaça que esse desenvolvimento representava ao seu poder, a Áustria tentou em vão fazer parte do **Zollverein**.

Na Prússia, o mais desenvolvido dos Estados, a burguesia tentou controlar as despesas reais, criando um violento conflito político que durou até 1861, quando Bismarck foi convidado pelo Rei Guilherme I para ser seu ministro.

A política de Bismarck

Bismarck, embora antiliberal (partidário do regime monárquico forte e contrário ao poder da burguesia), era devotado à causa da unificação. Para ele a unidade alemã deveria ser obtida pela força militar através de uma luta contra a Áustria. Por isso procurou organizar militarmente o Reino da Prússia. Como os burgueses se tivessem negado a aprovar a extensão do tempo de serviço militar obrigatório e a elevação dos impostos para financiar o aumento dos contingentes militares, Bismarck, com o consentimento apenas da Câmara dos Nobres, começou a governar despoticamente e transformou o exército prussiano no principal instrumento da unificação alemã. Explorando todos os desacertos políticos internacionais em função do seu objetivo básico, venceu, por etapas, a Dinamarca, a Áustria e finalmente a França, até completar a unificação da Alemanha.

Otto von Bismarck.

Principais Estados alemães e as guerras de unificação.

Lutas contra a Dinamarca e a Áustria

Os ducados de Schleswig e Holstein, de população predominantemente germânica, estavam sob o domínio da Dinamarca. Com a morte do rei dinamarquês, Cristiano IX, em 1863, os príncipes germânicos desses ducados quiseram tornar-se independentes. A Prússia, aliada à Áustria, apoiou os príncipes e venceu a Dinamarca, em 1864. Bismarck procrastinou a entrega de um dos ducados à Áustria — com isso pretendia provocá-la (antes já havia garantido a neutralidade da França e o apoio da Itália). Os austríacos foram facilmente vencidos, pois tiveram de sustentar duas frentes de combate, uma na Itália e outra na própria Áustria; sua preocupação com a possibilidade de uma insurreição húngara levou-os a assinar a paz e a aceitar a dissolução da Confederação Germânica, além da passagem dos ducados de Schleswig e Holstein para a Prússia, e de Veneza para a Itália.

O caminho para a centralização da Alemanha do Norte estava aberto. Outros territórios foram anexados pela Prússia e outros Estados germânicos uniram-se a ela, formando a **Confederação Germânica do Norte** (1867). Cada Estado manteve sua organização tradicional, mas todos eles passaram a ser dirigidos pelo rei da Prússia (presidente da Confederação) e um ministro; havia duas câmaras: uma eleita por sufrágio (voto) universal, e outra composta por representantes dos Estados.

Repercussões da unidade alemã sobre a França

No início da Guerra Austro-Prussiana, Napoleão III fora conivente com Bismarck, pensando que a luta se arrastaria por muito tempo, trazendo-lhe vantagens. A vitória prussiana foi inesperada e desagradável para a França: a unificação da Alemanha constituía uma ameaça direta à hegemonia francesa na Europa. O exército francês não podia ser mobilizado, pois tinha sido desorganizado por uma expedição ao México (1862-1867). Tentando resguardar um pouco da autoridade francesa, Napoleão III exigiu da Prússia que os Estados do Sul da Alemanha (onde a influência francesa era grande) não se unissem aos do Norte.

Bismarck usou destas exigências para opor os alemães aos franceses, que considerava como inimigos tradicionais. Mais tarde. Napoleão III irritou ainda mais os alemães, exigindo a posse do Luxemburgo e os territórios bávaros a oeste do Reno, e pedindo o apoio prussiano para dominar a Bélgica, que estava sob a influência inglesa.

Bismarck desejava guerrear a França, pois sabia que isso ajudaria a unificação alemã; os franceses estavam isolados e mal armados; a Inglaterra ficou sabendo do interesse francês na Bélgica; a Áustria, vencida, estava às voltas com problemas internos; a Itália, que tinha sido auxiliada pelos franceses, voltara-se contra eles quando Napoleão III apoiou o papa, impedindo que Roma fosse tomada — faltava apenas um incidente para que a guerra começasse.

Esse pretexto surgiu em 1870: na Espanha, uma revolução deixou vago o trono; a sucessão foi oferecida a Leopoldo Hohenzollern, um príncipe parente do rei da Prússia. Napoleão III exigiu a retirada da candidatura de Hohenzollern e a promessa de Guilherme I de que nenhum outro príncipe germânico ocuparia o trono espanhol. Guilherme I enviou a Bismarck um telegrama a ser encaminhado a Napoleão III; Bismarck modificou-o, fazendo-o parecer insultuoso ao povo francês. Esse texto, publicado pelos jornais alemães, levou a França a declarar guerra à Prússia.

O desenrolar dos combates foi fulminante: o exército francês foi vencido na fronteira com a Alemanha e Napoleão III foi aprisionado (1.º de setembro de 1870); em Paris, os republicanos puseram fim ao império, proclamaram a República e iniciaram a mobilização defensiva, que confiaram a Léon Gambetta. Paris foi cercada e três exércitos foram organizados nas províncias para expulsar os alemães. Em janeiro de 1871, o governo francês pediu o armistício. Pelo **Tratado de Frankfurt**, a Alsácia e a Lorena foram cedidas aos alemães, a quem os franceses se obrigaram ainda a pagar uma indenização de 5 bilhões de francos.

Na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes foi proclamado o Império Alemão. Guilherme I recebeu o título de imperador pelo consentimento dos príncipes, seus aliados. Completara-se a unificação alemã.

Documento básico

Um discurso da campanha pela unificação italiana.

"Somos um povo de 21 a 22 milhões de homens, designado há muito tempo pelo nome **italiano**, encerrado entre os limites naturais mais precisos que Deus já traçou — o mar e as montanhas mais altas da Europa; e um povo que fala a mesma língua (...); que se orgulha do mais glorioso passado político, científico e artístico da história européia (...).

Não temos mais bandeira, nem nome político, nem posição entre as nações européias (...). Estamos desmembrados em oito Estados (...) independentes, sem aliança, sem unidade, sem ligação organizada (...).

Não existe liberdade de imprensa, nem de associação, nem de expressão, nem de petição coletiva, nem de importação de livros estrangeiros, nem de educação — nem de nada. Um desses Estados, cujo território compreende uma quarta parte da península, pertence à Áustria; os outros submetem-se cegamente à sua influência."

Mazzini, **L'Italie, L'Autriche et le Pape**, 1845, pág. 404, citado por J. Monnier.

Datas e fatos essenciais

Unificação italiana

1848: Tentativa frustrada de unificação.

1852: Cavour torna-se ministro de Vítor Emanuel.

1854: Participação do Piemonte na Guerra da Criméia.

1859: Cavour, aliado a Napoleão III, enfrenta a Áustria.

1860: Garibaldi toma a Sicília.

1861: Morte de Cavour.

1867: Napoleão III defende Roma e o papa.

1870: Os piemonteses tomam Roma.

Unificação alemã

1850: Tentativa de unificação por parte da Prússia.

1864: Guerra dos Ducados contra a Dinamarca.

1866: Guerra contra a Áustria.

1867: Confederação Germânica do Norte.

1870: Guerra Franco-Prussiana.

1871: Proclamação do Império Alemão.

Resumo

Introdução — A unificação da Itália foi semelhante à da Alemanha: as primeiras tentativas de ambas, fracassadas, foram em 1848, e as duas só conseguiram a unificação em 1870-1871; a da Itália deu-se em torno de Piemonte-Sardenha, enquanto a da Alemanha foi liderada pela Prússia.

1. A maior interessada na unificação italiana era a alta burguesia, pois a unificação garantiria a continuidade do desenvolvimento interno e lhe permitiria concorrer no mercado exterior.
   a) Para a alta burguesia italiana a unificação tinha um significado apenas liberal: o nacionalismo servia-lhe somente de instrumento.
   b) A média burguesia e o proletariado urbano queriam um Estado nacional democrático: preferiam que a unificação fosse feita em termos republicanos.

2. Depois do Congresso de Viena a Itália ficou sob a tutela do Império Austríaco, dividida em sete Estados, sendo o mais importante o Reino de Piemonte-Sardenha, governado pela casa de Savóia.
   a) Em 1848, deu-se a primeira tentativa de unificação: Carlos Alberto, rei de Piemonte-Sardenha, declarou guerra à Áustria mas foi derrotado. Sucedeu-o seu filho Emanuel II e o ideal da unificação continuou forte.
   b) Em 1849, Cavour e Napoleão III, da França, fizeram um acordo secreto: Napoleão III apoiaria o Piemonte (Cavour era ministro desse reino) numa guerra contra a Áustria, recebendo em troca os condados da Savóia e Nice, pertencentes ao Piemonte, enquanto que o Piemonte receberia a Lombardia-Veneza, em poder da Áustria.
   c) Em 1859, baseado nesse acordo, Cavour declarou guerra à Áustria. Napoleão III recuou e o Piemonte recebeu apenas a Lombardia. No tratado que se

seguiu ficou estabelecida a formação de uma confederação dos Estados italianos, sob a presidência do papa, o que era contra os interesses de Cavour.

d) Em 1860, Garibaldi, com a conivência de Cavour, invadiu a Sicília apoderando-se dela, e na volta passou com sua tropa em Nápoles, pondo em fuga o Rei Francisco II. As tropas piemontesas, ao mesmo tempo, invadiram os Estados papais — os únicos do centro da Itália que ainda não tinham sido integrados. Quando Cavour morreu, em 1861, quase toda a Itália já estava dominada pelo Piemonte.

e) A Itália aliou-se à Prússia na guerra contra a Áustria, e com a vitória da Prússia, conseguiu anexar Veneza.

f) Em 1867, Garibaldi tentou tomar Roma, mas foi impedido pelo imperador da França, Napoleão III.

g) Em 1870, a Prússia invadiu e venceu a França, e disso se aproveitaram os italianos que tomaram Roma, depois de ocuparem os restantes Estados pontifícios. O problema criado com o papa só seria resolvido em 1929, com o **Tratado de Latrão**, firmado entre Mussolini e Pio XI, criando o Estado do Vaticano.

3. O desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos foi o principal fator da unificação alemã.

a) Esse desenvolvimento deu-se graças ao **Zollverein** — liga aduaneira dos Estados germânicos —, e apesar das pressões contrárias da Áustria.

b) Na Prússia, o mais desenvolvido dos Estados germânicos, a burguesia tentou controlar as despesas reais, o que provocou violento conflito político, que só acabou quando o Rei Guilherme I convocou Bismarck para ser seu ministro.

4. Bismarck era antiliberal, mas partidário da unificação, que segundo ele deveria ser realizada militarmente.

a) Como a burguesia se negasse a colaborar com sua política, Bismarck, com o apoio apenas da Câmara dos Nobres, começou a governar despoticamente.

b) Explorando as contradições internacionais, Bismarck conseguiu, por etapas, unificar seu país.

5. Os ducados de Schleswig e Holstein, apesar de terem uma população predominantemente germânica, estavam sob o domínio da Dinamarca.

a) Bismarck, com o apoio da Áustria, uniu-se aos príncipes desses dois ducados e derrotou a Dinamarca.

b) Derrotando em seguida a Áustria, a quem Bismarck negara um dos ducados, foi feita a unificação dos Estados alemães do Norte.

6. Napoleão III, que foi conivente com Bismarck no início da Guerra Austro-Prussiana, pensando tirar vantagens, viu-se em má situação com a rápida vitória de Bismarck, pois a unificação alemã punha em risco a supremacia da França na Europa.

a) Em 1870, Bismarck conseguiu armar uma intriga contra Napoleão III e fazer com que a França declarasse guerra à Alemanha.

b) A vitória alemã foi fulminante: o Império de Napoleão III desapareceu, surgindo em seu lugar a III República Francesa.

c) Ao mesmo tempo despontava o Império Alemão, proclamado na Sala dos Espelhos do palácio de Versalhes, em 1871.

d) Começava a hegemonia da Alemanha na Europa continental; a França foi obrigada a aceitar o humilhante **Tratado de Frankfurt** e perdeu a Alsácia-Lorena.

Vocabulário

Alemanha do Norte: Estados alemães ao Norte do Rio Mein. Alemanha do Sul: Estados alemães ao Sul do Rio Mein.

Alta burguesia: burgueses de renda alta.

Armistício: acordo para suspender a guerra durante algum tempo.

Complexo industrial: conjunto industrial de vários ramos de produção em uma mesma região.

Contingentes militares: quantidade de homens que cada região do país tem de dar para o serviço militar.

Europa Ocidental: França, Portugal, Espanha, Suíça, Bélgica, Holanda, Alemanha, Itália, Inglaterra.

Franco: unidade monetária da França, Bélgica, Suíça e Luxemburgo.

Liberar a circulação das mercadorias: facilitar a compra e venda de produtos pela retirada ou redução dos impostos.
Média burguesia: burgueses de renda média.
Mobilização: convocação do exército para a guerra.
Procrastinar: adiar deliberadamente.

A Industrialização no século XIX e o Novo Colonialismo / A Guerra de Secessão

Introdução

Depois do reconhecimento da Independência dos Estados Unidos, em 1783, e da promulgação da Constituição de 1787, as treze colônias originais passaram a formar um novo Estado, sob o regime de República Federativa, e iniciaram uma política expansionista no continente. A ocupação do território foi acelerada por migrações internas e pelas imigrações européias. A população que em 1790 era de 3 milhões e 900 mil, passou para 7 milhões e 200 mil, em 1810.

Em 1803, por 15 milhões de dólares, os Estados Unidos compraram de Napoleão Bonaparte a Louisiana; por 5 milhões, em 1819, compraram da Espanha, a Flórida; em 1845, depois de ter-se declarado independente do México, o Texas uniu-se aos norte-americanos; em 1848, depois da guerra que travaram com o México por disputa de fronteira, os Estados Unidos anexaram os territórios da Califórnia, Nevada, Utah, Arizona e Novo México; finalmente, em 1846, encerrando seu litígio com a Inglaterra, foi anexado o Oregon.

O país ficou com uma superfície de 7 milhões e 800 mil km²; dos 23 Estados de 1820, passou a ter 33 em 1860; a população, nesse mesmo espaço de tempo, aumentou de 9 milhões e 600 mil para 31 milhões e 300 mil habitantes. Esse aumento da população deveu-se muito à imigração: de 1830 a 1860 entraram nos Estados Unidos 4 milhões e 600 mil

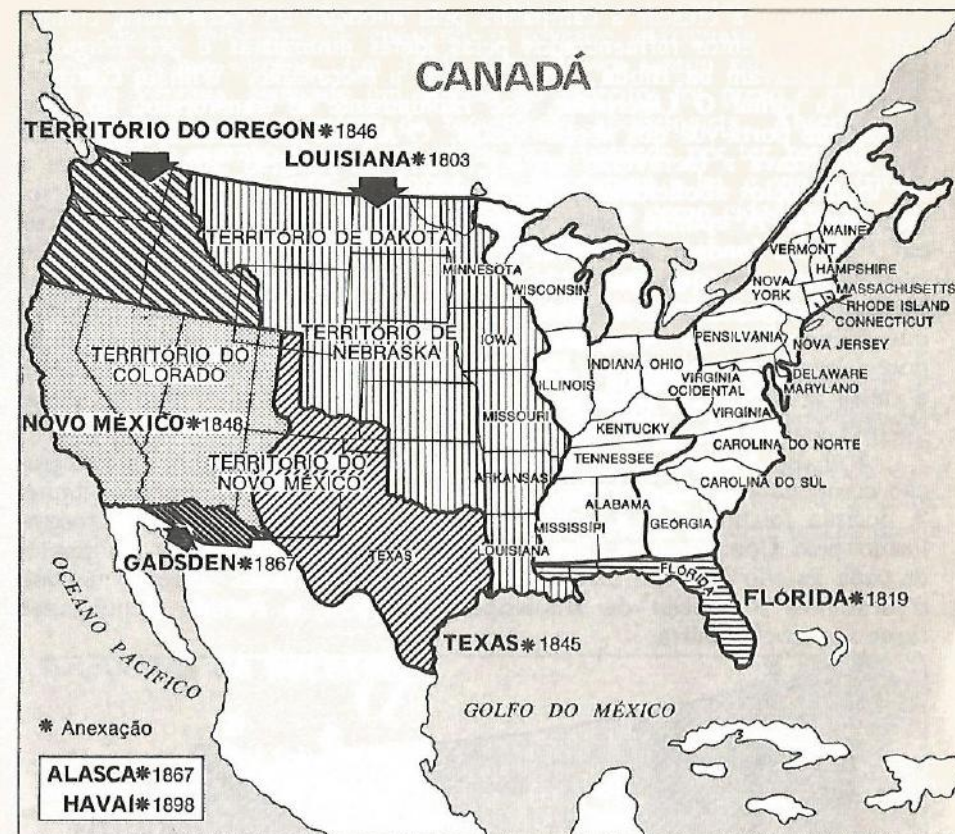
imigrantes, dos quais 16% eram ingleses, 39% irlandeses e 30% alemães. A marcha para o Oeste avançava sempre: entre 1848 e 1849 deu-se a corrida do ouro para a Califórnia; o **Homestead Act**, de 1862, autorizando a distribuição de terras gratuitas aos estrangeiros, acelerou mais ainda a ocupação territorial em direção do Pacífico. As terras que legalmente eram dos índios, foram tomadas, de forma violenta quando necessário, e vendidas a baixo preço.

A falta de mão-de-obra, apesar da escravidão, favoreceu o desenvolvimento da indústria de maquinaria agrícola e exigiu a abertura de mercados. De 1862 a 1869 foram construídas as primeiras ferrovias transcontinentais. A industrialização da Europa abriu o mercado para o algodão produzido em grande escala pelos Estados sulinos.

Já em 1793, os Estados Unidos começaram a traçar sua política externa isolacionista: George Washington adotou a linha de não se imiscuir nos assuntos da Europa: mais tarde, em 1822, a doutrina Monroe — "a América para os americanos" — confirmava essa tendência isolacionista. Dez anos antes (1812-1814), os Estados Unidos se viram novamente em guerra contra a Inglaterra, em virtude das pretensões norte-americanas sobre o Canadá e do bloqueio imposto pelos ingleses ao comércio norte-americano com a França: foi a **Segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos**. A **Paz Eterna de Gand** pôs fim ao conflito.

A colonização do Oeste mudou a feição da política interna dos Estados Unidos. O domínio exercido pelo partido dos **whigs**, formado pelos grandes proprietários rurais e pelos comerciantes ricos do Leste, foi abalado com a participação na vida política do país dos pequenos proprietários, o que deu origem ao Partido Democrata. Andrew Jackson, unindo os pequenos agricultores e os artesãos contra os grandes capitalistas, elegeu-se presidente para os mandatos de 1829-1837, iniciando uma longa fase de supremacia democrata; foi ele que iniciou o **spoil system** — política de expurgar os adversários da administração.

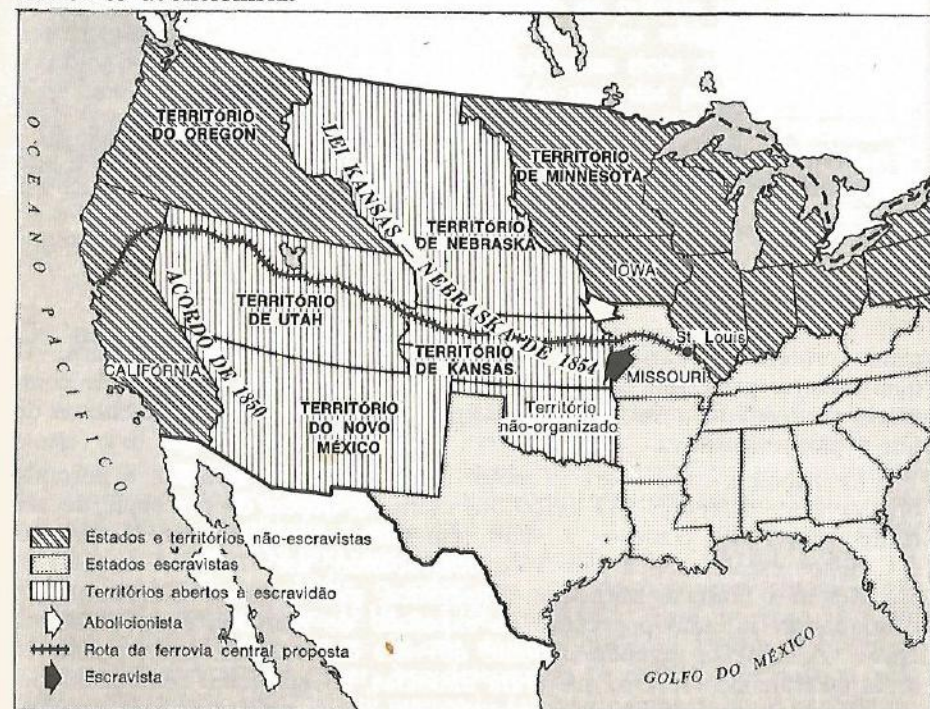
Os problemas econômicos e sociais em 1860

O ano de 1860 marcou o início da arrancada econômica dos Estados do Norte, que ingressaram firmemente numa política de industrialização. O Sul, por sua vez, teve seu processo econômico estimulado pelo aumento da exportação do seu algodão para a Europa: a produção algodoeira norte-americana se duplicava a cada dez anos — 178 000 fardos em 1810; 335 000, em 1820; 732 000, em 1830; 1 348 000, em 1840; 2 136 000, em 1850; 3 841 000, em 1860; o valor das exportações representava 22% da produção nacional em 1810 e 57% em 1860. Essa situação já tinha levado o Sul a convencer-se de que deveria dirigir a União, e que seus interesses deveriam prevalecer; isso determinou os conflitos na política tarifária entre 1828 e 1832: o Sul querendo tarifas de importação e exportação baixas, enquanto o Norte, que já começara a industrializar-se, reivindi-

Territórios adquiridos pelos Estados Unidos.

cando proteção tarifária para proteger-se da concorrência estrangeira. O que o Norte pretendia era a formação de um mercado interno: ele compraria o algodão do Sul, o industrializaria e produziria as manufaturas de que o país necessitava.

O trabalho escravo era o motor dessa produção agrícola, e portanto precisava ser defendido. O preço dos escravos, depois da proibição do seu tráfico, em 1815, começou a subir sem parar, apesar de ter continuado, em menor escala, sob a forma de contrabando, até 1860. A criação de escravos nas fazendas tornou-se sistemática, mas mesmo assim os preços continuaram subindo por causa da expansão do mercado de trabalho escravo. A solução, segundo o ponto de vista dos sulistas, era expandir as áreas de trabalho escravo, que eram limitadas, no que eram combatidos pelos nortistas, que defendiam a ocupação de novos territórios pelo trabalho livre dos pioneiros e imigrantes.

Começou a crescer a campanha pela abolição da escravatura, conduzida por elementos influenciados pelas idéias iluministas e por religiosos que se baseavam na Bíblia para condenar a escravidão. William Garrison fundou o jornal **O Libertador**, que rapidamente se transformou no mais importante porta-voz dos abolicionistas. O **Acordo de Mississípi**, de 1820, que autorizava a escravidão apenas abaixo do paralelo 36°40', passou a ser usado pelos abolicionistas que ajudavam os negros a fugir para as regiões livres. A opinião pública era cada vez mais agitada pelo problema: em 1847 foi fundado na África o Estado da Libéria para receber os escravos libertados que quisessem retornar à sua terra; em 1852, Harriet Beecher Stowe publicou o romance abolicionista **A Cabana do Pai Tomás**, que vendeu 300 mil exemplares só no ano de sua edição; poetas e pensadores da maior projeção — Emerson, Longfellow, Melville — abraçaram a causa abolicionista; antes de 1850 já havia 200 mil abolicionistas organizados e mais de 2 mil associações.

Um dos Estados recém-incorporados, a Califórnia, pediu sua integração como Estado não-escravista, apesar de estar abaixo do paralelo-limite. A decisão foi favorável à Califórnia, abrindo o precedente que foi formalizado pelo **Compromisso Clay**, de 1850, o qual delegava aos habitantes de cada Estado o direito de decidirem sobre a escravidão. Esse documento reformulava o **Acordo de Mississípi**. Em 1854, o Partido Republicano tornou-se abolicionista.

Territórios escravistas e não-escravistas em 1850.

As posições se radicalizaram: abolicionistas e escravistas começaram a se chocar militarmente, enquanto o governo apaziguava a luta fazendo concessões aos sulistas. Em 1859, John Brown tentou sublevar os escravos da Virgínia, tomando um arsenal do exército; foi preso e enforcado, transformando-se em mártir do movimento abolicionista. Anteriormente, em 1857, o escravo Dred Scott pediu sua liberdade por ter residido duas vezes em território livre, conforme lhe assegurava a lei, e viu o tribunal negar-lhe o pedido por não considerar os negros como cidadãos. O acontecimento abalou a corrente abolicionista.

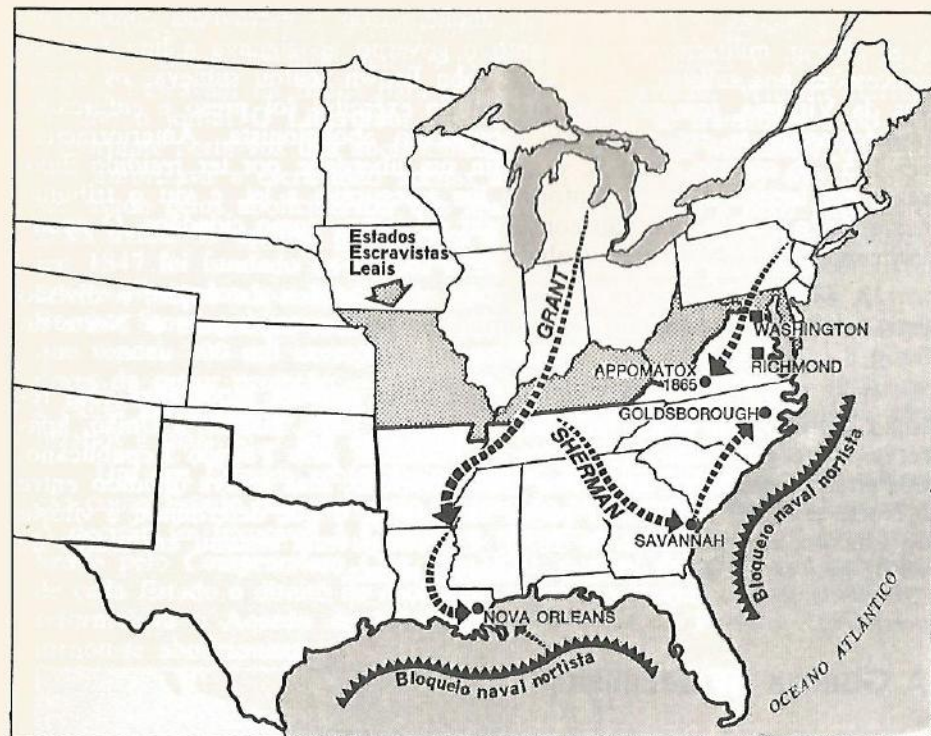
A escravidão mudara as bases da vida política da nação: a divisão entre as opiniões tomaram um sentido geográfico, separando o Norte do Sul.

Em 1860, Abraham Lincoln, que tinha atitudes moderadas com relação à escravidão e que pretendia, acima de tudo, manter a União, apareceu como candidato às eleições presidenciais pelo Partido Republicano. O Partido Democrata era muito mais poderoso, mas estava dividido entre o Norte e o Sul; apresentou vários candidatos, o que determinou a vitória de Lincoln, em novembro de 1860. Lincoln deveria assumir em março de 1861, mas antes disso eclodiu a rebelião sulista.

A Guerra de Secessão

A Carolina do Sul foi o primeiro Estado a desligar-se da União, a 20 de dezembro de 1860. Pouco depois mais seis Estados seguiram seu exemplo. No congresso que realizaram em Montgomery (Alabama), no dia 8 de fevereiro de 1861, esses sete Estados decidiram constituir uma nova União: os **Estados Confederados da América**. Jefferson Davis foi nomeado presidente provisório e Alexander Stephens, vice. A capital ficou sendo Richmond, na Virgínia. Mais tarde outros quatro Estados uniram-se à Confederação.

Esse gesto do Sul deve ser compreendido a partir de seus interesses econômicos e da exaltação dos ânimos gerada pela campanha abolicionista. Eles sabiam que dentro da União da qual se separaram, a sociedade escravista seria incapaz de resistir à concorrência do Norte industrial.

Os sulistas esperavam que o Norte aceitasse o fato consumado da separação, mas estavam dispostos, se necessário, a ir à guerra para defender os **Estados Confederados**. A correlação de forças era totalmente desfavorável ao Sul: dos 31 milhões de habitantes do país, mais de 20 milhões viviam no Norte; apenas 10 milhões e 500 mil habitavam o Sul, dos quais 3 milhões e 500 mil eram escravos. O Sul dispunha apenas de uma fábrica de armamentos pesados, enquanto o Norte já contava com um bem montado parque industrial, rede ferroviária eficiente e uma poderosa esquadra.

Bloqueio dos Estados confederados pelas forças nortistas.

Mesmo assim, os sulistas iniciaram a ofensiva, cercando e tomando o forte Sumter, no dia 12 de abril de 1861. Estava deflagrada a guerra. O avanço técnico utilizado para fins bélicos mudou a feição desta guerra: os fuzis de repetição deram origem à trincheira e praticamente eliminaram o sabre, pois a luta corpo a corpo tornava-se bem mais difícil; o mosquete também foi excluído; a cavalaria passou para plano secundário, e, com isso, tornaram-se quase impossíveis as vitórias rápidas. No mar, os barcos couraçados revolucionaram também as técnicas da guerra naval; graças a eles o Norte conseguiu impor ao Sul um bloqueio naval invulnerável, que impedia o recebimento de material bélico da Europa. As estradas de ferro transportavam as tropas rápida e maciçamente, facilitando os deslocamentos. O telégrafo foi outra vantagem para o Norte — a qualquer momento o estado-maior das forças de Grant, comandante dos nortistas, poderia saber o que se passava em todas as frentes da guerra. No plano estratégico foi uma **guerra total**: contra o exército inimigo e contra a população civil (o General Sherman, do Norte, quando passou pela Geórgia destruiu tudo num raio de 80 km).

O General Ulisses Grant foi o maior tático dessa guerra; foi ele quem determinou a ofensiva através do Mississípi, com o objetivo de dividir o Sul em dois, acontecimento da maior importância para a vitória do Norte. O General Robert Lee, comandante do Sul, deu sua grande cartada atacando o coração industrial do Norte, a Pensilvânia, episódio que ficou conhecido como a **Campanha de Gettysburg** — foi obrigado a recuar, sofrendo pesadas baixas, na batalha mais encarniçada dessa guerra.

A 22 de setembro de 1862, foi abolida a escravidão, apenas nos Estados rebeldes. O objetivo da medida era desorganizar a economia sulista, instigando os escravos à rebelião, e ao mesmo tempo conquistar a simpatia da Europa, que poderia ser sensibilizada pela causa abolicionista (o que se confirmou: depois dessa decisão do Norte cessou a ajuda anglo-francesa aos Confederados). A abolição efetiva só se deu em 31 de janeiro de 1865, mas sem nenhum programa de ajuda ou adaptação, o que perpetuou a desigualdade e as injustiças contra o negro nos Estados Unidos.

A 9 de abril de 1865, o General Lee pediu ao General Grant os termos de rendição. A guerra civil deixava um saldo de 600 mil mortos, o Sul devastado, a economia desorganizada e uma legião de negros marginalizados. Alguns dias depois, no dia 14, Lincoln foi assassinado, e com ele desapareceu a atitude moderada entre vencedores e vencidos: as disputas políticas abriram caminho para aventureiros políticos do Norte que disputavam cargos no Sul com o apoio dos negros, que tinham adquirido direito ao voto; os brancos reacionários fundaram associações radicais, como a racista **Ku-klux-klan**, nascida em Nashville, no ano de 1867. Somente com a retirada das tropas de ocupação do Sul, em 1877, foi que se conseguiu normalizar a vida política da nação.

Documento básico

Discurso de Lincoln às vésperas da Guerra de Secessão.

"Este país, com suas instituições, pertence ao povo que o habita. Como quer que as pessoas se tenham desenvolvido e comportado, alheias ao governo vigente, elas podem exercer seu direito constitucional de censurá-lo ou dispor de seu direito revolucionário para desmembrá-lo ou derrubá-lo.
Eu não posso ignorar que muitos cidadãos dignos e patriotas desejam ver a Constituição sofrer emendas. Embora não faça recomendação alguma quanto a emendas, reconheço a autoridade legítima do povo a respeito do assunto em geral, autoridade essa a ser exercida de um ou outro dos modos prescritos no próprio instrumento de lei (...). Está em vossas mãos, meus concidadãos insatisfeitos, e não nas minhas, a questão momentosa da guerra civil. O governo não quer arremeter contra vós. Não podereis tomar parte em nenhum conflito sem serem vós mesmos os agres-

sores. Vós, cidadãos, não tendes nenhum juramento firmado no céu para destruir o governo, enquanto eu tenho um mais solene que é o de protegê-lo, preservá-lo e defendê-lo."

Discurso de posse de Lincoln, a 4 de março de 1861, proferido em Springfield, concitando os Estados separatistas a manterem-se junto à União. Citado por Richard B. Morris, **Documentos Básicos da História dos Estados Unidos,** Fundo de Cultura, São Paulo, 1964.

Datas e fatos essenciais

1803: Aquisição da Louisiana à França.

1812-1814: Segunda Guerra de Independência.

1815: Suspensão do tráfico escravo.

1820: Acordo de Mississípi.

1829-1861: Preponderância dos democratas.

1845: União do Texas aos Estados Unidos.

1847: Fundação da Libéria, na África.

1848: Anexação da Califórnia, Novo México, Nevada, Utah e Arizona.

1848-1849: Corrida do Ouro para a Califórnia.

1850: **Compromisso Clay.**

1852: Publicação do romance **A Cabana do Pai Tomás.**

1860: Fim do contrabando de escravos.

1860: Vitória de Lincoln pelo Partido Republicano.

1861: Guerra de Secessão: tomada do forte Sumter.

1862: Abolição da escravidão nos Estados rebeldes.

1865: Rendição do General Lee.

1865: Libertação total dos escravos.

1865: Assassinato de Lincoln no teatro Ford.

Resumo

Introdução: Depois da formação dos Estados Unidos da América do Norte, o país iniciou uma política expansionista no continente.

a) Comprando e anexando novos territórios, elevou os 13 Estados da época da Independência para 23 em 1820, e 33 em 1860.

b) A população, que era de 9 milhões e 600 mil em 1820, passou para 31 300 mil em 1860.

c) Para o crescimento da população contribuiu muito a imigração: de 1830 a 1860 entraram nos Estados Unidos 4 milhões e 600 mil imigrantes. Para o aumento do número de Estados, conseqüência da ocupação do território, foi muito importante a "marcha para o Oeste", estimulada pela procura de ouro e de terras virgens.

d) A política interna dos Estados Unidos sofreu grande mudança com a colonização do Oeste: acabou o domínio dos **whigs**, representantes dos grandes proprietários rurais e dos comerciantes ricos do Leste, com a participação, cada vez maior, dos pequenos proprietários e artesãos na vida política. Foi assim que surgiu o atual Partido Democrata.

1. Em 1860, já estava bem definida a divisão do país entre o Norte, industrializado, e o Sul, essencialmente agrícola. Graças à exportação cada vez maior de algodão que produzia para a Europa, o Sul pretendia a supremacia política no país. O Norte pretendia a formação de um mercado interno, no qual ele compraria o algodão do Sul, desenvolveria suas indústrias e supriria o país das manufaturas de que necessitava.

a) A produção agrícola do Sul estava baseada na mão-de-obra escrava, enquanto no Norte o trabalho era livre. O **Acordo de Mississípi,** de 1820, estabelecia o paralelo 36°40' como limite para o regime escravista — acima desse paralelo era proibido.

b) Na década de 50 as idéias abolicionistas já agitavam o país. O pensamento iluminista, os religiosos radicais e os interesses econômicos (principalmente no Sul, onde a escravidão era vital para sua economia) acabaram dividindo o país em torno do problema.

c) Ainda nessa década começaram os primeiros choques militares entre escravagistas e abolicionistas.

d) Em 1850, o **Compromisso Clay** reformulava o **Acordo de Mississípi,** permitindo que os habitantes de cada Estado decidissem sobre a escravidão em seu território.

e) Em 1860, Abraham Lincoln, pelo Partido Republicano, que se tornara abolicionista, venceu as eleições presidenciais.

2. A 8 de fevereiro de 1861, no **Congresso de Montgomery,** sete Estados do Sul proclamaram uma nova União: os **Estados Confederados da América.** O primeiro Estado a desligar-se da União foi Carolina do Sul, em dezembro de 1860; depois do Congresso de Montgomery mais quatro Estados uniram-se à Confederação.

a) Esta atitude dos Estados do Sul deve ser vista principalmente como conseqüência de seus interesses econômicos: dentro da União da qual se separavam, era impossível resistir à concorrência com o Norte industrializado.

b) Apesar de totalmente inferiorizado, tanto em recursos humanos como materiais, o Sul tomou a iniciativa, a 12 de abril de 1861, naquela que foi a mais violenta guerra civil do século XIX.

c) O comandante do Norte foi o General Grant e o do Sul foi o General Lee.

d) Para desorganizar a economia do Sul e atrair a simpatia da Europa, o Norte, em duas etapas, aboliu a escravidão no país.

e) No dia 14 de abril de 1865 foi assassinado Lincoln.

f) A guerra terminou, a 9 de abril de 1865, com a vitória do Norte, com o Sul devastado, a economia nacional desorganizada e uma legião de negros marginalizados.

A Industrialização no século XIX e o Novo Colonialismo / A Economia Brasileira no século XIX

Introdução

Durante o século XIX o Brasil atravessou uma importante etapa de sua história econômica. O sistema colonial tinha deixado de existir com a independência, mas a economia do país, essencialmente agrícola, continuava a depender da exportação de produtos agrícolas para a Europa.

O primeiro e incipiente surto industrial, ocorrido no século XIX, foi fruto de uma política com o objetivo de fabricar produtos em condições de concorrer, nos preços, com o similar importado. Os resultados foram bem modestos.

A supremacia da produção cafeeira foi, nessa fase, a principal responsável pelo atraso da nossa industrialização, que só se daria no século XX.

Da Independência à República

Durante o primeiro século da sua existência como país independente, o Brasil passou por profundas transformações econômicas. Durante três séculos, o país esteve enquadrado no sistema colonial. Do ponto de vista econômico, o Brasil era simples fornecedor de produtos agrícolas ou de metais preciosos para a Europa. Durante esse período, a economia brasileira dependia, pois, dos mercados consumidores externos e das suas próprias reservas naturais.

A falta de progresso nas técnicas de produção impedia o país de concorrer com regiões onde se utilizavam técnicas mais avançadas. Este foi o caso, por exemplo, da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. Além disso, a base da produção destinada ao mercado externo foi a mão-de-obra escrava, e ao longo do século XIX essa situação mudou profundamente: o trabalho escravo foi abolido.

A economia brasileira nesse século continuou dependente dos mercados externos, passando a fornecer outro produto tropical: o café, introduzido no Brasil por Francisco Palheta, no ano de 1732. Este foi o terceiro produto tropical que serviu de sustento à economia brasileira. Os anteriores tinham sido o pau-brasil e o açúcar.

Na segunda metade do século XIX começou, de forma incipiente, a mais profunda das mudanças na história econômica do Brasil: a industrialização.

Permanência da economia colonial

A independência não trouxe, desde logo, uma mudança na estrutura econômica do Brasil: os produtos que tinham tido importância no período colonial continuaram a tê-la durante o Império. Assim aconteceu com as madeiras, o açúcar, o algodão, os metais preciosos. Mas no início do século XIX já começava a surgir um novo produto agrícola, que teria a maior importância para a economia do Brasil: o café. As condições do nosso solo e clima favoreciam a produção do café. Havia em disponibilidade nas regiões mais interiores do país grandes extensões de terras apropriadas. A mão-de-obra era farta, pois o comércio de escravos continuava a fornecê-la a bom preço. A lavoura cafeeira não exigia grandes investimentos de capitais, e o consumo do café estava garantido, pois a demanda do produto nos mercados mundiais cresceu constantemente durante o século XIX, estimulando o desenvolvimento da sua cultura no Brasil.

A planta, inicialmente, foi introduzida no Pará e o seu cultivo foi-se estendendo sempre mais para o Sul, onde as condições do solo e do clima eram ideais.

A cultura do café fixou-se no Espírito Santo, em Minas, no Rio de Janeiro; começou a subir o Vale do Rio Paraíba, em direção a São Paulo. No Estado de São Paulo, as plantações se estenderam para o interior, favorecidas pela existência de terras excelentes e, mais tarde, pela ajuda da mão-de-obra imigrante, que começou a se estabelecer em terras paulistas nos meados do século XIX.

A importância do café no comércio exterior brasileiro foi enorme. A partir de 1850, as exportações de café representavam mais da metade do total das exportações brasileiras. Esta situação continuaria em progresso crescente, apesar de algumas crises. A mais grave delas deu-se em 1930, quando o mercado internacional parou bruscamente de comprar café.

O **trabalho escravo** *continuava a ser a mola mestra da economia* **brasileira.**

Sua produção sempre se fez em grandes propriedades monocultoras. O trabalho era feito, nos primeiros tempos, exclusivamente por escravos. Aos poucos, a entrada de escravos no país foi diminuindo, tornando-se necessário encontrar outra fonte de mão-de-obra.

O trabalho escravo já estava condenado a desaparecer desde o momento em que a Inglaterra decidiu opor-se ao tráfico negreiro. Com o fechamento desse comércio, em 1850, estavam cortadas as fontes de abastecimento de escravos, no momento em que mais crescia a procura dessa mão-de-obra, devido ao aumento da produção.

O maior desenvolvimento da cultura cafeeira foi no Sul, principalmente em São Paulo. Naturalmente houve nessas Províncias contrabando de escravos do exterior. Mas a maior parte era comprada pelos paulistas no Nordeste, onde o declínio da cultura açucareira deixara grande número de escravos sem ocupação. Quando foi proibido o tráfico interno, passou-se a contrabandear os escravos do Norte para o Sul. Com isso, o trabalho escravo foi-se tornando cada vez mais difícil.

Recorreu-se, então, à importação de trabalhadores livres, que, na maioria dos casos, mostraram-se mais produtivos que os escravos. Os próprios fazendeiros tomaram ao seu cargo a vinda dos imigrantes, que eram recrutados por agências especializadas em zonas da Europa densamente povoadas ou conturbadas por lutas ou revoluções, como a Alemanha e a Itália.

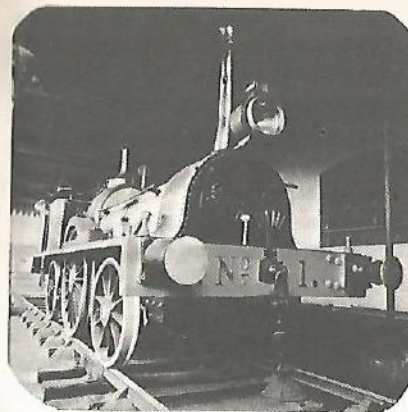
Para a Inglaterra, que ainda dominava o mercado importador brasileiro, a vinda de mão-de-obra livre foi vantagem, pois, por mais modesto que fosse, o trabalhador livre tinha certo poder aquisitivo que o escravo jamais teria. Assim, eles poderiam consumir e aumentar as vendas dos produtos ingleses no Brasil.

A princípio, os imigrantes trabalhavam em regime de parceria, segundo o qual o trabalhador era encarregado de cuidar de certo número de pés de café e, após a colheita, o produto era repartido entre o fazendeiro e o trabalhador. O sistema não deu certo, por uma série de razões: os trabalhadores já entravam na fazenda devendo ao fazendeiro as despesas de transporte da Europa para o Brasil; todas as despesas do trabalhador e de sua família, desde a sua chegada até a venda da primeira colheita, eram feitas no armazém da fazenda, a preços extorsivos, onde ficavam registradas como dívidas, somando-se à sua dívida inicial. Muitos trabalhadores Não conseguiam chegar a saldá-las.

Depois de comprovado o fracasso da parceria, recorreu-se a outro regime de trabalho: o governo passou a incumbir-se de importar a mão-de-obra, fazendo propaganda na Europa; depois, colocava os trabalhadores à disposição dos fazendeiros. Nas fazendas, eles passaram a receber salário fixo e mais uma porcentagem proporcional à produção obtida no ano.

As primeiras indústrias

A industrialização do Brasil começou muito tarde. Durante o período colonial, era proibida a implantação de indústrias no país. Com a vinda da família real, os entraves monopolistas foram levantados, criando-se, inclusive, situações de estímulo para a industrialização. Mesmo assim, a indústria demorou a desenvolver-se. Os interesses das classes economicamente mais poderosas estavam voltados, tradicionalmente, para as atividades agrícolas. Além disso, a Inglaterra tinha-se estabelecido firmemente no mercado brasileiro de produtos manufaturados e seria extremamente difícil vencer a sua concorrência.

A partir de 1840, começou a se esboçar um movimento contra as abusivas vantagens econômicas que a Inglaterra gozava no Brasil. Os tratados comerciais assinados por Dom João VI, em 1810, renovados por ocasião do reconhecimento inglês da independência brasileira, concediam aos produtos ingleses o privilégio de pagar só 15% de direitos alfandegários, enquanto as mercadorias importadas de outros países pagavam muito

A era da ferrovia *começou com Mauá.*
Irineu Evangelista de Souza *foi um dos primeiros empresários brasileiros.*

mais. O fim desse tratado com a Inglaterra trouxe um grande aumento nas tarifas pagas pelos produtos ingleses importados pelo Brasil. Este aumento, cuja principal razão era a de melhorar a arrecadação das alfândegas brasileiras, acabou beneficiando a indústria nacional, porque encarecia os produtos estrangeiros, dando oportunidade à produção interna.

Assim, começaram a surgir as primeiras fábricas nacionais, que aproveitaram outros fatores: mão-de-obra barata, representada pelos trabalhadores livres desocupados; a matéria-prima nacional, como o algodão.

Os novos industriais pediram ao governo medidas para proteger a incipiente produção nacional. Mas, como a principal fonte de riquezas do Brasil continuava a ser o café, pouca coisa foi feita pelas autoridades. A proteção à indústria nacional só apareceu no século XX.

Documento básico

A Lei do Ventre Livre.

"Art. 1.º — Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

Art. 2.º — O governo poderá entregar à associação por ele autorizada os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas...

Art. 3.º — Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação...

Art. 4.º — É permitido ao escravo a formação de um pecúlio que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

Art. 5.º — Serão declarados libertos:

§ 1.º — Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2.º — Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3.º — Os escravos das heranças vagas.

§ 4.º — Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5.º — Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço..."

Lei n.º 2 040, de 28 de setembro de 1871.

Datas e fatos essenciais

1732:	Introdução do café no Brasil por Francisco Palheta.
1810:	Tratado comercial com a Inglaterra, dando-lhe vantagens excepcionais.
1850:	Mais de 50% da nossa exportação é constituída pelo café.
1930:	A maior crise da nossa cultura cafeeira.

Resumo

Introdução: A emancipação política do Brasil não foi acompanhada de uma imediata mudança na sua estrutura econômica.

1. Durante os três séculos que antecederam a nossa independência, do ponto de vista econômico, o Brasil era apenas fornecedor de produtos agrícolas e metais preciosos para a Europa.
   a) A falta de técnicas de produção não permitia ao país concorrer com regiões onde se utilizavam técnicas avançadas; não podíamos por exemplo competir com o açúcar das Antilhas.
   b) A base da nossa produção agrícola era a mão-de-obra escrava; com a sua abolição novas alterações surgiram no quadro da nossa economia.
   c) O café, introduzido no Brasil por Francisco Palheta, em 1732, constituiu-se em nosso terceiro produto tropical que, em diversas fases, sustentou a economia nacional: os dois primeiros foram o pau-brasil e o açúcar.
2. Graças ao solo, ao clima, à enorme extensão de terras disponíveis, à mão-de-obra abundante (no início), ao pequeno capital exigido e à grande demanda na Europa, foi grande e rápido o desenvolvimento da cultura cafeeira no Brasil.
   a) Introduzidas no Pará, as plantações de café foram caminhando em direção ao Sul, onde as condições para o plantio eram melhores: do Pará foi para o Espírito Santo, Minas, Rio de Janeiro, subiu o Vale do Paraíba e em São Paulo atingiu o auge da produção.
   b) Em 1850, as exportações de café correspondiam a mais de 50% do total das exportações brasileiras.
   c) Em 1930 deu-se a grande crise do café, com o mercado internacional deixando de importá-lo.

d) Com a abolição da escravatura, foram introduzidos os imigrantes, cujo trabalho livre assalariado revelou-se mais produtivo do que o trabalho escravo.

3. A industrialização demorou muito para ser implantada no país devido a diversos fatores: primeiro, as restrições da metrópole; mais tarde, a omissão das classes economicamente mais fortes, cujos interesses estavam todos voltados para a agricultura; em seguida, o domínio exercido pela Inglaterra sobre a nossa economia; finalmente, a monocultura cafeeira.

a) O aumento das tarifas de importação, a partir de 1844, com o objetivo de aumentar a receita alfandegária, acabou beneficiando a incipiente indústria nacional, lançando seus fundamentos.

b) Os industriais da época pediram medidas protecionistas, mas como a principal fonte de riqueza nacional continuava sendo o café, as autoridades não atenderam suas reivindicações.

c) As medidas protecionistas só vieram no século XX, quando finalmente deu-se início à industrialização do país.

Vocabulário

Monocultura: cultura de um só produto agrícola.
Similar: da mesma natureza.
Surto: impulso, arrancada.

A Industrialização no século XIX e o Novo Colonialismo / A Era Vitoriana

Introdução

Durante o século XIX, a supremacia inglesa na Europa foi indiscutível. À Revolução Comercial inglesa dos séculos XVI e XVII seguiu-se a Revolução Industrial, que colocou o país quase um século à frente dos demais Estados europeus. Só na segunda metade do século XIX é que a França, a Alemanha e a Itália começaram a progredir — mas não o suficiente para abalar a supremacia inglesa.

O regime político parlamentarista era suficientemente estável e maleável para que as reformas se antecipassem às necessidades sociais. Assim, a Inglaterra pôde evitar as agitações políticas que assolaram toda a Europa dos fins do século XVIII ao século XIX, e caminhar firmemente no sentido da democratização; o seu único problema interno grave durante essa época foi a questão irlandesa. A união do desenvolvimento econômico e social à estabilidade política levou a Inglaterra a formar um vasto Império Colonial na América, na Ásia e na África.

A dinastia de Hannover, surgida nos inícios do século XVIII, teve na Rainha Vitória (1837-1901) uma grande representante do símbolo da virtude burguesa e da perseverança inglesa; foi ela quem governou o país durante a maior parte do século XIX — que passou a ser conhecida, por isso, como a **Era Vitoriana**.

A evolução econômica da Inglaterra durante o século XIX

Como o poder político na Inglaterra estivesse nas mãos dos grandes proprietários rurais, a organização econômica interna favorecia os seus interesses, votando, por exemplo, leis protecionistas destinadas a impedir a importação de cereais e a conservar altos os seus preços dentro do país. O crescimento da indústria durante o século XIX modificou esta situação: os industriais não queriam aumentar os salários dos trabalhadores, pois isso reduziria o lucro; passaram, então, a lutar para que os produtos de sustento do trabalhador — os cereais — fossem baratos.

A campanha pela extinção das leis contrárias à importação de cereais foi iniciada por Cobden, industrial que pregou o livre-cambismo (liberdade de troca) como meio de baratear os alimentos e as matérias-primas industriais e de abrir mercados para os produtos industrializados da Inglaterra. Entre 1849 e 1852 todas as leis proibitivas que pesavam sobre o mercado de cereais foram abolidas — o desenvolvimento industrial e comercial resultante foi extraordinário.

A organização social inglesa

O lazer da alta sociedade inglesa na época vitoriana.

No século XIX havia uma extrema desigualdade social na Inglaterra, cuja população crescia intensamente (5 milhões de habitantes em setenta anos). Em 1870, 70% da população concentrava-se nas cidades; a abundância de mão-de-obra mantinha os salários baixos, obrigando a classe trabalhadora a viver em subúrbios miseráveis. No campo, as terras eram dominadas pelos grandes proprietários, que também conservavam baixos os salários. Para que a ordem e a estabilidade social pudessem ser mantidas, as leis precisavam ser bastante severas.

A reação da classe trabalhadora veio de várias formas. Primeiro foram tentadas as greves gerais — que geralmente falhavam, porque os operários não conseguiam sustentar-se durante a paralisação do trabalho. Em seguida, os sindicatos procuraram constituir-se em organizações defensoras dos interesses da classe. Nos fins do século (1870 a 1880), os sindicatos conseguiram obter para os operários a igualdade perante a lei, o direito de greve, a regulamentação do horário de trabalho e o estabelecimento da responsabilidade dos patrões em caso de acidentes de trabalho.

Até essa época os trabalhadores não tinham um partido político que pudesse concorrer às eleições — a fundação do Partido Trabalhista, em 1906, marcou o início de uma atuação política mais organizada por parte do proletariado.

O regime político inglês

No regime parlamentarista inglês, o rei governava com o auxílio do Parlamento, formado pela Câmara dos Lordes e pela Câmara dos Comuns. Na realidade, o governo era exercido pelo primeiro-ministro, o chefe do partido que tivesse obtido a maioria dos votos.

A princípio só havia dois partidos: o dos **conservadores** e o dos **liberais**; mais tarde é que foi fundado o **Partido Trabalhista**. O Parlamento, que deveria representar toda a nação, representava na prática apenas os grandes proprietários, pois eles controlavam as eleições.

O Partido Conservador dominou durante o início do século; apesar de contrário às reformas, reconheceu aos trabalhadores o direito de greve e permitiu que os católicos participassem da política. Quando os liberais tomaram o poder, foi aprovada a lei eleitoral de 1832, que estendeu o direito político a numerosos cidadãos, graças ao rebaixamento do censo do rendimento que servia de base ao exercício de certos direitos. A burguesia liberal e a massa popular, porém, não se satisfizeram com essa reforma. Começou o movimento cartista (pela carta de reivindicações do povo), que pregava o voto universal e um governo mais democrático.

Depois das crises políticas que resultaram na abolição das leis sobre os cereais e no reconhecimento do direito de greve, o Parlamento passou a preocupar-se só com os problemas relativos à política externa. Os con-

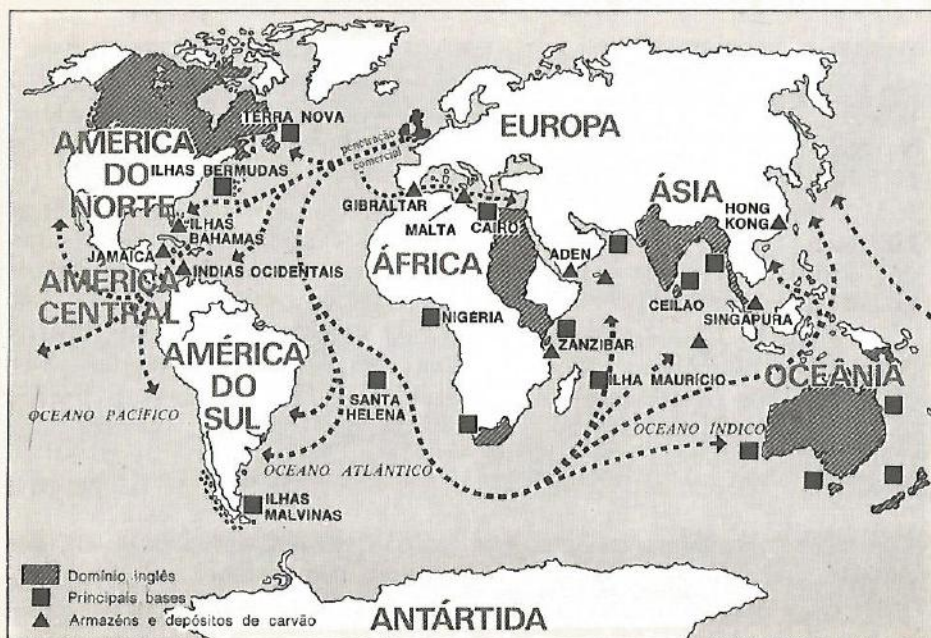
servadores queriam apoiar a monarquia nas forças populares e expandir o Império, enquanto os liberais pretendiam reformas internas para uma maior justiça social e, além disso, desejavam uma política de pacificação no plano exterior.

A questão da Irlanda

Embora dominada pela Inglaterra desde muitos séculos, a Irlanda sempre desejou reconquistar a sua autonomia — nação católica, não se conformava em sujeitar-se a um governo protestante.

No século XIX, o crescimento da população tornou praticamente impossível aos pequenos proprietários sustentar-se com a reduzida produção de suas terras. Em 1829, O'Connell foi eleito para o Parlamento, como representante da Irlanda, e propôs que essa região tivesse um governo próprio. Em 1847, a fome tornou mais grave ainda a situação e o país foi dominado por um grupo de tendências radicais.

A rebelião que esses irlandeses provocaram foi abafada com violência. A Irlanda só conseguiria tornar-se parcialmente independente da Inglaterra mais tarde, no século XX.

O Império Britânico

Império Colonial Britânico nos fins do século XIX.

A expansão inglesa foi conseguida tanto por meios pacíficos como através de guerras.

No início do século XX, o Império Britânico tinha cerca de 400 milhões de habitantes, espalhados por 35 milhões de km² das terras da América, Ásia, África e Oceania. A extensão dos seus domínios tornava muito importante o controle dos mares — além de ser superior a qualquer outra marinha européia, a inglesa dominava posições estratégicas no Mediterrâneo, no Atlântico, no Índico, no Sul da África e nas rotas Índia-China e Mediterrâneo-Índia.

Foi depois de 1815 que os ingleses se apossaram da Índia, do Egito, do Sudão, da Nigéria, de quase todo o Sul da África, conquistaram e colonizaram a Austrália e a Nova Zelândia, impondo, ainda, sua tutela à Birmânia, ao Beluchistão, à Mesopotâmia e à Palestina.

Os domínios ingleses

Embora as formas de ocupação colonial fossem bastante variadas, havia, essencialmente, dois tipos de colônias: as de **comércio**, nas regiões tropicais, e as de **povoamento**, nas regiões temperadas.

Os traços mais gerais do colonialismo inglês foram: o liberalismo econômico (em substituição ao antigo sistema colonial baseado no monopólio); a abolição do tráfico de escravos (em 1807) e, mais tarde, da própria escravidão (1833); e considerável autonomia nas colônias em que predominava a população branca, como, por exemplo, no Canadá.

As unidades autônomas pertencentes ao Império eram chamadas **domínios**. Entre o domínio e a metrópole, as relações acabaram sendo como que de "igual para igual", pois com o tempo o Império foi sendo transformado numa federação de Estados livres, ligados apenas por interesses econômicos — "Commonwealth" ou "Comunidade de Nações".

Nas colônias de exploração comercial, o regime era variado: algumas eram administradas diretamente pelo Estado inglês e outras confiadas a companhias que detinham algum monopólio.

Documento básico

A abolição das leis sobre cereais e a campanha pelo livre-cambismo na Inglaterra.

"Senhor Presidente, os ministros de Sua Majestade propõem esta medida, na convicção de ser ela a que mais certamente alcançará êxito: que ao cabo de três anos os direitos sobre o trigo sejam suprimidos, ou ao menos reduzidos. Pensa-se que isto é provavelmente mais correto do que a supressão imediata, levando-se em conta os interesses agrícolas (...). Tenho a dizer que preferia, incontestavelmente, que se votasse a supressão imediata, mesmo contra meu próprio

projeto, a ver o país mergulhado na desordem, caso não seja aceita esta medida (...).

Escolhei vossa divisa: avançar ou recuar. Muitos países esperam com inquietude pela escolha que ireis fazer. Decidi por avançar, e essa palavra de ordem animará e encorajará, em todos os Estados, os amigos de uma política liberal."

Hansard's Parlamentary Debates, Londres, 1846, citado por L. Gothier e A. Troux, **L'Époque Contemporaine**, pág. 342.

Datas e fatos essenciais

1807: Abolição do tráfico de escravos.

1832: Reforma eleitoral, baixando o censo.

1833: Abolição da escravidão.

1837-1901: Governo da Rainha Vitória.

1846-1853: Leis livre-cambistas na Inglaterra.

1847: Radicalização política na Irlanda.

Resumo

Introdução: A Inglaterra, durante o século XIX, assumiu a liderança econômica e política da Europa, colocando-se muito à frente dos demais Estados europeus. Só na segunda metade desse século é que a França, Alemanha e Itália começaram a progredir, mas sem abalar a supremacia inglesa. Durante a maior parte desse século a Inglaterra foi governada pela Rainha Vitória, razão pela qual esse período ficou conhecido como **Era Vitoriana**.

1. A industrialização da Inglaterra levou os industriais a lutarem contra as leis que proibiam a importação de cereais, vigentes desde a época em que os grandes proprietários rurais dominavam o poder político.
   a) A importação de cereais a baixo preço permitia aos industriais manter uma política de baixos salários; a autorização para essa importação marca o fim da supremacia política dos grandes proprietários rurais.
   b) A abolição dessas leis protecionistas provocaram enorme desenvolvimento comercial e industrial na Inglaterra.

2. Era muito grande a desigualdade social da Inglaterra do século XIX — a industrialização provocou o êxodo rural, e a concentração de grande quantidade de mão-de-obra disponível permitia aos patrões impor a política de baixos salários.
   a) Essa situação levou os trabalhadores a promoverem greves, que geralmente falhavam porque eles não conseguiam se manter durante as paralisações.
   b) Mais tarde surgiram os sindicatos, que conseguiram grandes benefícios para a classe operária: igualdade legal, direito de greve, regulamentação dos horários de trabalho, responsabilidade dos patrões nos casos de acidentes de trabalho.
   c) Com a fundação do Partido Trabalhista, em 1906, começou a atuação política do proletariado na política inglesa.

3. O regime político da Inglaterra nesse período era conservador e censitário, favorecendo a classe dominante.
   a) Inicialmente só havia dois partidos: o dos conservadores e o dos liberais; mais tarde surgiu um terceiro, o Partido Trabalhista.
   b) A reforma eleitoral de 1832 baixou o censo eleitoral, ampliando a faixa dos eleitores. Isso determinou o crescimento político da burguesia, que se concentrava no Partido Liberal, adversário do Partido Conservador, cuja base era a aristocracia.
   c) Os conservadores queriam expandir o Império, enquanto que os liberais pretendiam reformas internas que proporcionassem maior justiça social, e no plano externo a pacificação européia.

4. Dominada pela Inglaterra durante muitos séculos, a Irlanda sempre quis reconquistar sua autonomia: nação católica, não se conformava em sujeitar-se a um governo protestante.
   a) Depois de tentar obter sua independência por meios pacíficos, sem nada conseguir, os irlandeses apelaram para a luta armada, mas foram reprimidos violentamente.
   b) Só no século XX é que a Irlanda conseguiria uma independência parcial.

5. A Inglaterra conquistou seu Império utilizando-se de métodos tanto pacíficos como violentos, segundo as particularidades de cada caso.

a) No início do século XX o Império Britânico se estendia pelas terras da América, Ásia, África e Oceania, congregando cerca de 400 milhões de habitantes.

b) Sua marinha era a mais poderosa do mundo, dominando posições estratégicas em todos os mares.

6. O Império Britânico tinha, basicamente, dois tipos de colônia: as de comércio e as de povoamento.

a) Os traços gerais do colonialismo inglês foram: liberalismo econômico (substituindo o monopólio), abolição da escravidão, autonomia nas colônias onde predominava a população branca.

b) As colônias autônomas eram chamadas de **domínio.**

c) Nas colônias de exploração comercial o regime era variado: algumas eram administradas diretamente pelo Estado e outras por companhias que detinham o monopólio.

Vocabulário **Parlamentarismo:** regime político em que os ministros de Estado são responsáveis perante o Parlamento e o Parlamento dirige o governo, através dos ministros.

A Industrialização no século XIX e o Novo Colonialismo / A Partilha Afro-asiática

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX houve uma corrida colonial na Europa. As colonizações portuguesa e espanhola do século XVI tinham-se limitado, praticamente, à América: as terras descobertas na África e na Ásia, com raras exceções, não foram ocupadas. Os europeus mantiveram com essas regiões apenas relações comerciais, baseadas em produtos tropicais (açúcar, tabaco etc.) ou em metais. Por isso, no século XIX havia grandes extensões de terras desconhecidas, tanto no continente africano como no asiático.

Portugal e Espanha não estavam mais em condições de explorá-las; outras potências, porém, mais fortes e melhor aparelhadas economicamente para empreender a conquista e a divisão desses territórios, tinham surgido na Europa: a Inglaterra, a Bélgica, a França, a Alemanha e a Itália.

O primeiro passo foi dado pela França, que se apoderou da Argélia (no Noroeste da África), em 1830. Em seguida, Leopoldo II, da Bélgica, com o pretexto de civilizar a África, iniciou a conquista do Congo. Os demais países europeus lançaram-se também à conquista de novos territórios, de tal forma que por volta do fim do século a partilha colonial da África e da Ásia já se havia completado.

Diferenças entre o colonialismo do século XVI e o do século XIX

Houve diferenças marcantes entre a expansão colonial européia do século XVI e a do século XIX. No primeiro caso, a preocupação fundamental foi a de encontrar metais preciosos, mercados abastecedores de produtos tipicamente tropicais e mercados consumidores dos produtos manufaturados europeus: o interesse colonialista concentrou-se, nessa época, principalmente nas terras da América.

No século XIX, o colonialismo mudou seu rumo, dirigindo-se para a África e a Ásia, onde havia imensas porções territoriais inteiramente desconhecidas. Os fatores que explicam o renascimento do colonialismo são mais complexos: aos interesses econômicos — que continuaram sendo os principais — juntaram-se outros, sociais, políticos e até religiosos e culturais.

A indústria domina as cidades européias.

Nessa época vários países europeus estavam passando pela Revolução Industrial. Todos eles precisavam encontrar uma fonte de matéria-prima industrial — carvão, ferro, petróleo — e produtos alimentícios que faltavam em suas terras; precisavam também de mercados consumidores para os seus excedentes industriais, além de novas regiões onde pudessem investir com boa renda os seus capitais disponíveis (construindo estradas de ferro ou explorando minas, por exemplo). Acrescente-se a tudo isso o fato de que a população européia crescia num ritmo acelerado e precisava encontrar novas terras onde pudesse se estabelecer.

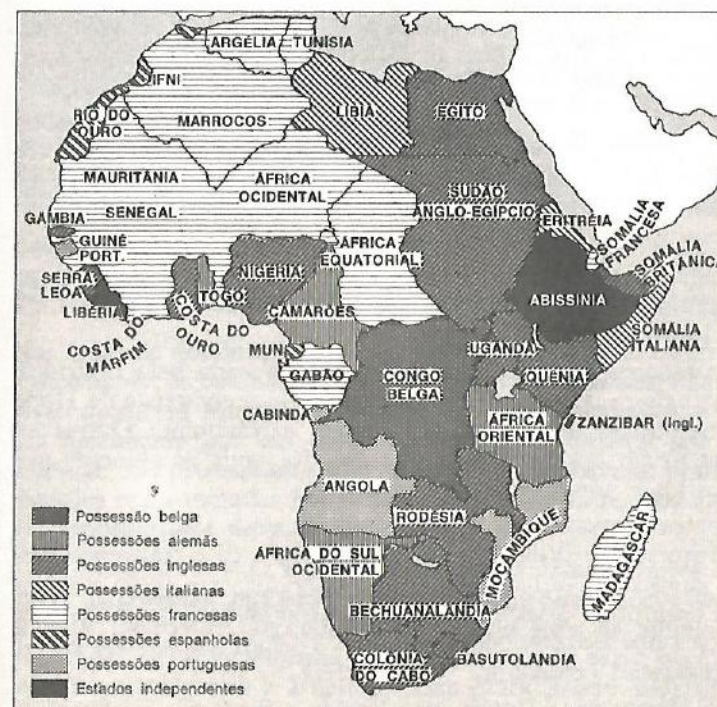
No plano político, os Estados europeus estavam preocupados em aumentar seus contingentes militares, para fortalecer sua posição entre as demais potências. Possuindo colônias, contariam com maior disponibilidade de recursos e de mão-de-obra para os seus exércitos.

Motivos de ordem religiosa e cultural incentivaram, igualmente, o colonialismo no século XIX: os missionários desejavam converter africanos e asiáticos à sua crença e havia gente que considerava ser o dever dos europeus difundir a sua civilização entre esses povos, considerados primitivos e atrasados. Essas preocupações civilizadoras, porém, foram, principalmente, pretexto para justificar a colonização.

A partilha colonial

Em 1830, os exércitos franceses invadiram a África e iniciaram a conquista da Argélia, que seria completada em 1857.

Leopoldo II, da Bélgica, deu novo impulso ao colonialismo em 1867, reunindo em Bruxelas (a capital), um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para — dizia ele — difundir a civilização ocidental (na verdade, seus interesses eram apenas econômicos). Foram fundados a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, para iniciar a exploração e a conquista do Congo; financiadas por capitais particulares, essas entidades tinham no próprio Leopoldo II um dos seus principais contribuintes.

Depois disso, vários países europeus lançaram-se à aventura africana. A França conquistou, rapidamente, depois da Argélia, a Tunísia, a Áfri-

A divisão da África às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

ca Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, a Costa Francesa dos Somalis e Madagáscar. Os ingleses dominaram o Egito, o Sudão Anglo-Egípcio, a África Oriental Inglesa, a Rodésia, a União Sul-Africana, a Nigéria, a Costa do Ouro e a Serra Leoa. A Alemanha, que entrou tardiamente na corrida colonial, tomou Camarões, o Sudoeste Africano e a África Oriental Alemã. A Itália conquistou o litoral da Líbia, a Eritréia e a Somália Italiana. Os antigos países colonizadores da Europa, Portugal e Espanha, ficaram com porções reduzidas: a Espanha com o Marrocos Espanhol, o Rio de Ouro e a Guiné Espanhola; Portugal com Moçambique, Angola e a Guiné Portuguesa.

O ponto de partida para a corrida colonial no século XIX foi dado pela Conferência de Berlim, 1884-85, na qual participaram todos os países colonialistas. Seu objetivo primacial era legalizar a posse do Congo por Leopoldo II.

Formas de penetração ocidental na Ásia

Com exceção de alguns portos comerciais, até o fim do século XVIII a Ásia não tinha sofrido influências ocidentais. No transcorrer do século XIX essa situação modificou-se radicalmente: os países ocidentais passaram do simples comércio feito nos portos à política de zonas de influência, promovendo uma verdadeira partilha do Oriente.

Os investimentos em ferrovias abriram o mercado asiático para os produtos ocidentais. Depois da construção da estrada de ferro Moscou-Vladivostok, a Rússia — que era o país mais interessado na expansão territorial na Ásia, da qual se encontrava próxima — chocou-se com os ingleses na Ásia Central e com o Japão na Mandchúria.

Em 1763, os ingleses haviam tomado a Índia aos franceses e encarregado uma companhia de explorá-la. Em 1858, os **cipaios** (nativos que serviam nos exércitos coloniais) revoltaram-se; em conseqüência, a Índia foi integrada ao Império Britânico.

Na China, a Guerra do Ópio (1840-1842), provocada pela destruição de carregamentos ingleses desse entorpecente, permitiu a conquista de Hong-Kong e de outros portos, principalmente Xangai e Nanquim. Outras expedições militares foram organizadas a pretexto de punir os chineses pela morte de missionários e novos portos foram abertos.

A reação contra a invasão da China partiu de uma associação secreta (Sociedade dos Boxers) que promovia atentados contra os estrangeiros residentes em terras chinesas. As nações européias organizaram então uma expedição conjunta para punir a sociedade e o governo chinês, que a apoiava; nasceu daí a Guerra dos Boxers, depois da qual a China ficou inteiramente dominada pelas potências ocidentais.

Os japoneses ocuparam a Coréia, os alemães a Península de Shantung e os franceses a Indochina.

Domínio europeu na Ásia nos fins do século XIX.

Principais características da administração colonial

Nas áreas de dominação francesa foram dois os tipos básicos de ligação com a metrópole: as colônias e os protetorados. As **colônias** ficavam sob a supervisão direta do Ministério das Colônias (na metrópole), e eram administradas localmente por um governador-geral responsável por toda a atividade colonial. Os **protetorados** tinham bastante autonomia: praticamente todas as decisões eram tomadas por elementos da própria região, supervisionados por um representante da metrópole.

Entre as colônias inglesas, a variedade administrativa era muito grande: havia as **colônias da Coroa**, que dependiam diretamente do Escritório Colonial da metrópole; as **colônias com certo grau de autonomia**, cujo Parlamento era eleito localmente; e os **domínios** que, salvo no que diz respeito às relações estrangeiras e à defesa, eram praticamente independentes.

A forma da organização administrativa das colônias pertencentes aos demais países europeus era semelhante à das inglesas e francesas.

Política econômica das metrópoles em relação às colônias

De todos os países colonialistas da Europa, foram os ingleses os que melhor organizaram o seu sistema de exploração colonial, pois a imensa extensão do seu Império lhes proporcionou uma variedade extraordinária de recursos materiais e humanos. A política econômica liberal adotada na Inglaterra após 1850 estendeu-se às colônias, uniformizando a sua relação econômica tanto com a Inglaterra como com os demais países do mundo.

Já a política tarifária (de aumento dos impostos) da França variava de acordo com a colônia e o tipo de produtos que ela produzia e consumia.

A ocupação das colônias criou sérios problemas administrativos, pois os colonos vindos das metrópoles queriam adquirir terras. Isso só seria possível se elas fossem tomadas aos habitantes do país. Foi o que fizeram os europeus, quer confiscando-as diretamente, quer utilizando as regiões em disponibilidade, quer, ainda, forçando as tribos nômades a se fixarem em determinados territórios, reservados para esse fim. Para encorajar a colonização, a exploração econômica das terras foi concedida a particulares ou a grandes companhias que tivessem condições de empreender vastas explorações de rendimento elevado.

As únicas indústrias que podiam existir nas colônias eram as extrativas (mineral e vegetal), pois era preciso evitar qualquer concorrência com a metrópole; mesmo assim a indústria colonial progrediu, impulsionada pela abundância de matéria-prima e da mão-de-obra barata.

Se algumas estradas de ferro foram construídas nas colônias, foi apenas porque isso era um negócio lucrativo para os europeus, e não porque eles estivessem preocupados em desenvolver os meios de transportes coloniais.

O comércio colonial também era totalmente favorável à metrópole, que obtinha assim mercados privilegiados, pois as colônias consumiam uma parte da sua produção (pela qual pagavam preços mais altos que o comum) e vendiam-lhe matéria-prima (a preços mais baixos que os do mercado).

Documento básico

Um colonialista francês expõe as razões da expansão européia.

"...Afirmo (...) que esta política colonial é um sistema concebido, definido e limitado do seguinte modo: repousa sobre uma tríplice base econômica humanitária e política (...). A questão colonial é, para os países voltados a uma grande exportação, pela própria natureza de sua indústria, como o nosso, uma questão de salvação.

No tempo em que vivemos e na crise que atravessam todas as indústrias européias, a fundação de uma colônia é a criação de uma válvula de escape (...).

É preciso dizer abertamente que as raças superiores têm direitos sobre as raças inferiores (...) porque têm um dever para com elas — o dever de civilizá-las (...).

Afirmo que a política colonial da França, que nos tem levado (...) a Saigon, na Conchinchina, à Tunísia, e a Madagáscar inspira-se numa verdade sobre a qual é preciso atrair um instante vossa atenção (...). Senhores, na Europa tal como ela é feita, nessa concorrência de tantos rivais que vemos crescer em torno de nós, quer pelo aperfeiçoamento militar ou marítimo, quer pelo desenvolvimento prodigioso de uma população que cresce incessantemente; na Europa, ou antes, num universo assim feito, a política de recolhimento ou de abstenção é simplesmente o grande caminho da decadência (...)".

Discurso de Jules Ferry, citado por Henri Brunschwig, **Mythes et réalités de l'Impérialisme colonial français**, A. Colin, Paris, 1960, págs. 73-74.

Datas e fatos essenciais

1830: Invasão da Argélia pela França.

1840-1842: Guerra do Ópio na China.

1857: Completa-se a conquista da Argélia.

1857: Formação da Associação Internacional Africana.

1858: Revolta dos cipaios na Índia.

1884-1885: Conferência de Berlim.

Resumo

Introdução: Durante o século XIX houve nova corrida colonial na Europa, dessa vez em direção da África e da Ásia. Portugal e Espanha, que tinham sido no século XVI as maiores potências colonizadoras, não tiveram condições de competir com a Bélgica, Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos, que até o fim desse século praticamente tinham dividido a África e a Ásia entre si.

1. O colonialismo europeu do século XIX foi bem diferente daquele do século XVI.
   a) No primeiro, o objetivo principal era encontrar metais preciosos, produtos tropicais e mercado para produtos manufaturados.
   b) O novo colonialismo, além dos interesses econômicos — que continuavam sendo os mais importantes: buscavam matérias-primas estratégicas para suas indústrias (carvão, ferro, petróleo), alimentos que faltavam nas metrópoles, mercados consumidores para os excedentes industriais e de capital — ti-

nham também interesses ideológicos. As razões culturais e religiosas alegadas eram pretexto para a conquista colonial.

2. A iniciativa colonialista do século XIX coube à França, conquistando a Argélia.
   a) A ocupação sistemática começou com Leopoldo II, da Bélgica.
   b) As conquistas coloniais romperam o equilíbrio europeu, o que deu origem à Primeira Guerra Mundial, em 1914.
3. Os países ocidentais fizeram a partilha do Oriente através da política de zonas de influência.
   a) Com a **Guerra do Ópio** e a **Guerra dos Boxers**, a China passou a ser totalmente dominada pelos países ocidentais.
   b) Os franceses ocuparam a Indochina, os japoneses a Coréia, e os alemães a Península de Shantung.
4. A forma de organização administrativa das colônias variou muito de país para país.
   a) A França tinha dois tipos básicos: a colônia e o protetorado.
   b) A Inglaterra tinha as colônias da Coroa, as colônias com certo grau de autonomia e os domínios.
   c) A dos demais colonizadores eram variações dos tipos francês e inglês.
5. A política econômica das metrópoles em relação às colônias era de franca espoliação.
   a) As terras dos nativos foram confiscadas.
   b) Só poderiam funcionar nas colônias indústrias extrativas, mineral ou vegetal, pois nenhuma atividade econômica que fizesse concorrência à metrópole era tolerada.
   c) O comércio era totalmente favorável à metrópole, que tinha nas colônias mercados privilegiados.
   d) As estradas de ferro, quando eram construídas, constituíam um negócio altamente lucrativo para os europeus.

Vocabulário

Corrida colonial: disputa pela posse de colônias.
Excedentes industriais: produtos que não se consegue vender, "sobras".
Sociedades geográficas: grupos de estudiosos de Geografia.

A Grande Guerra / As Crises Internacionais e a Paz Armada

Introdução

O período de 1871 a 1890 caracterizou-se pela supremacia alemã nas relações internacionais da Europa. Bismarck, que conduzira com pleno êxito o processo de unificação da Alemanha, limitou-se, depois disso, à preservação da sua obra: opunha-se a qualquer política de expansão alemã, pois percebia que isso serviria apenas para criar novos pontos de atrito com o resto da Europa.

O objetivo da política bismarckiana era isolar a França das outras nações européias; para consegui-lo, procurou fazer uma série de alianças, atraindo para os alemães todos os possíveis aliados dos franceses. O seu sistema de alianças reuniu, através de tratados secretos e parciais, países rivais como a Inglaterra, a Rússia, e a Áustria-Hungria (Áustria e Hungria formavam um só Estado a partir de 1867).

Os sucessores de Bismarck não tiveram a sua habilidade política: entraram na corrida colonial, criando — como era de esperar — novos pontos de tensão; além disso, deixaram de lado a Rússia (que Bismarck sempre conservara como aliada) e permitiram que a França saísse do seu isolamento, aproximando-se dos ingleses e dos russos.

Dois blocos opostos — a **Entente** e a **Aliança** — formaram-se e passaram a entrar em conflito, principalmente nas colônias e na região balcâ-

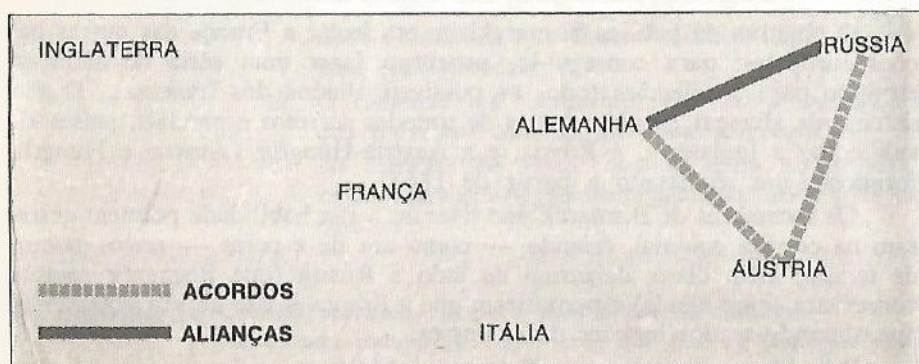
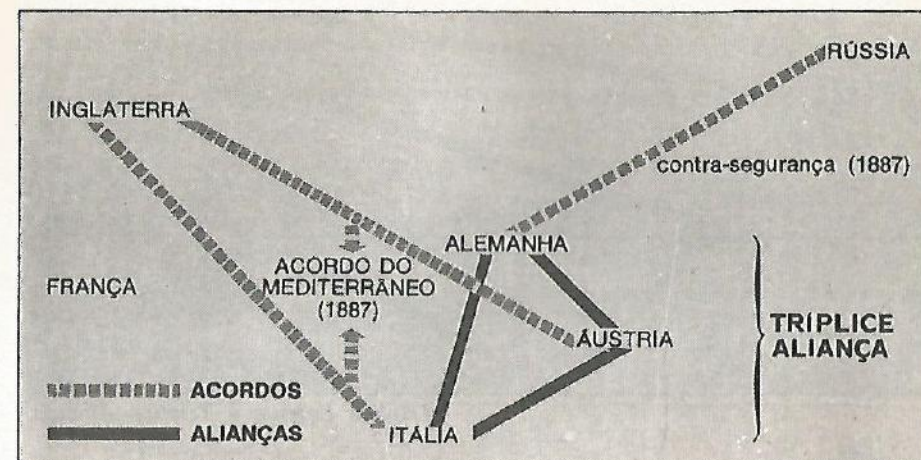
nica. O equilíbrio político europeu já não passava de uma aparência: as crises sucediam-se. Em 1914, uma delas precipitou os acontecimentos, dando início a uma guerra que se poderia ter limitado à Europa Central, mas que, por causa da política de alianças, acabou se transformando em um conflito mundial.

Principais pontos de atrito na política internacional européia

De 1870 a 1914 a Europa viveu num estado de vigilância permanente. Vários eram os problemas que ameaçavam a paz: a França não esquecia a derrota na guerra com a Alemanha, em 1870, que a fizera perder a Alsácia-Lorena; a rivalidade entre a Áustria e a Rússia agravava-se cada vez mais por causa dos constantes atritos entre os países balcânicos, em que os seus interesses se chocavam; a política de conquistas territoriais trazida pelo rápido desenvolvimento industrial aumentava as rivalidades já existentes; crescia a competição econômica anglo-alemã, que se iria estender até o início da guerra de 1914.

Como a hegemonia européia dependesse da força militar de cada país, o resultado de todas essas rivalidades foi uma corrida armamentista: os contingentes militares foram aumentados e os armamentos aperfeiçoados. Com isso, o orçamento das nações tornou-se deficitário, criando crises econômicas que aumentavam ainda mais o risco da guerra.

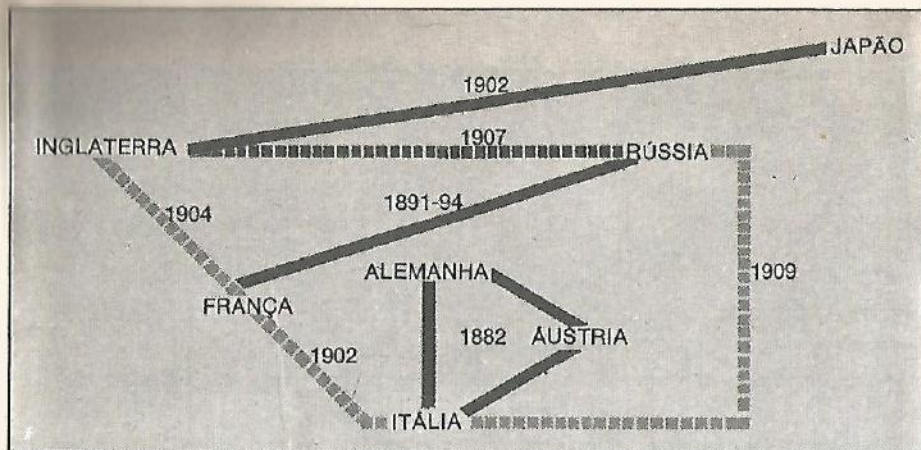
Algumas tentativas de preservar a paz foram feitas: duas conferências realizadas em Haia (Holanda), em 1898 e 1907, tentaram limitar o armamento e acabar com os conflitos armados pelo arbitramento. Seu único resultado positivo foi a criação de uma **Corte Permanente de Arbitramento**, cuja intervenção seria solicitada pelas nações em conflito sempre que elas o desejassem.

O sistema de alianças idealizado por Bismarck

1.º sistema bismarckiano de alianças (1873).

2.º sistema bismarckiano de alianças (1887).

Até 1890, Bismarck conseguiu isolar a França do resto da Europa, agrupando em torno da Alemanha potências de interesses muitas vezes opostos, a pretexto de lutar contra o socialismo, o republicanismo e o anarquismo. De 1871 a 1875 chegou mesmo a intervir diretamente na política francesa, através da diplomacia: apoiou os republicanos contra os monarquistas, que considerava mais capazes de fazer alianças, pois a maioria das outras nações européias, nessa época, era de regime político monárquico.

O encontro dos imperadores da Áustria, da Prússia e da Rússia, em Berlim, em 1872, preparou a Aliança. Em maio de 1873 foi assinada a **Convenção de São Petersburgo**, pela qual alemães e russos se auxiliariam mutuamente em caso de ataque por parte das grandes potências européias. Apesar de terem interesses opostos nos Balcãs, a Áustria e a Rússia assinaram, nesse mesmo ano, a **Convenção de Schoenbrunn**, prometendo consultarem-se uma à outra se alguma potência ameaçasse a paz na Europa. Guilherme I, da Alemanha, apoiou a convenção austro-russa e, assim, formou-se o "entendimento" dos três imperadores. Vítor Emanuel II (rei da Itália) visitou Berlim e Viena; embora não tivesse assinado um tratado definitivo, ficou clara a afinidade da Itália com o grupo Áustria-Rússia-Alemanha.

A luta entre o Estado e o papado, na Itália, colocou a opinião pública francesa (católica) contra a Alemanha, que apoiava o Estado italiano contra a Igreja e ameaçou de guerra a França. Também as questões balcânicas, de que trataremos a seguir, perturbaram o equilíbrio europeu.

A Turquia dominava povos de origem e cultura diferentes das suas, como, por exemplo, os eslavos. Em 1875, os búlgaros aproveitaram-se de uma revolta nas províncias da Herzegovina e da Bósnia, para pedir a sua independência. A violenta repressão turca provocou a intervenção de outros Estados eslavos, como a Sérvia e o Montenegro, que em 1876 declararam guerra à Turquia.

Tríplice Entente e Tríplice Aliança.

Bismarck desejava evitar um choque entre a Rússia e a Áustria, mas não queria intervir diretamente na questão. A França estava ocupada com graves problemas internos. A Inglaterra defendia a todo custo a integridade do Império Turco (onde tinha interesses econômicos), acreditando ser essa a única forma de conter a expansão russa na Ásia Ocidental. As duas potências diretamente interessadas no caso (pois procuravam expandir-se nessas regiões) — Áustria e Rússia — concordaram com a intervenção russa na guerra.

Em 1877, os turcos foram derrotados. O **Tratado de Santo Estéfano** reconheceu a Independência da Sérvia, do Montenegro, da Romênia e a autonomia da Bulgária, restituindo à Rússia as terras perdidas na Guerra da Criméia. A Áustria e a Inglaterra opuseram-se a esse tratado, que confirmava a influência russa nos Balcãs — convocaram o **Congresso de Berlim**, no qual alguns pontos de acordo foram modificados, favorecendo esses dois países, em vez de a Rússia. A Áustria assumiu o controle das províncias da Bósnia e Herzegovina, pretendidas pela Sérvia.

Bismarck tentou reorganizar, de maneira ainda mais complicada, o seu sistema de alianças: contrariando o Imperador Guilherme I, em 1879 fez com a Áustria um tratado secreto de apoio mútuo em caso de uma invasão russa e dispensando a Áustria de uma guerra contra a França, se esta atacasse a Alemanha; tornou a procurar os russos, que estavam sendo pressionados pelos ingleses e eram contrários à política anticlericalista da França. Em 1881 foi renovado o **Tratado dos Três Imperadores** (da Alemanha, da Áustria e da Rússia). Complementando, em 1882 foi assinado o **Tratado da Tríplice Aliança**, válido por cinco anos. A Tríplice Aliança reunia a Alemanha, a Áustria e a Itália. Se algum deles declarasse guerra a um país qualquer, os outros permaneceriam neutros (era esse o objetivo fundamental de Bismarck); se a França atacasse a Itália, esta seria socorrida pela Alemanha e pela Áustria; se atacasse a Alemanha, Bismarck receberia a ajuda da Itália mas não da Áustria; finalmente, se uma das aliadas fosse atacada por duas potências européias, os outros membros da liga viriam em seu auxílio.

A conquista da Tunísia pela França despertou o nacionalismo dos italianos, que procuraram apoio junto às principais potências da Europa. Entre 1886 e 1887, a Bulgária, que era autônoma mas vivia sob a influência russa, reagiu a essa situação e a Sérvia e o Montenegro aproximaram-se da Áustria; a guerra de independência da Bulgária provocou ressentimentos entre a Rússia e a Áustria. Como o nacionalismo francês tivesse progredido muito nessa época, Bismarck foi obrigado a reorganizar ainda uma vez o seu sistema: renovou-o, fazendo dessa vez alianças ofensivas, em lugar de simplesmente defensivas, como antes.

O conflito pela influência no Norte da África levou ingleses e franceses a oporem-se no Mediterrâneo e fez com que a Inglaterra se aproximasse da Alemanha, embora sem assinar tratado algum (seu objetivo era impedir qualquer mudança naquela região).

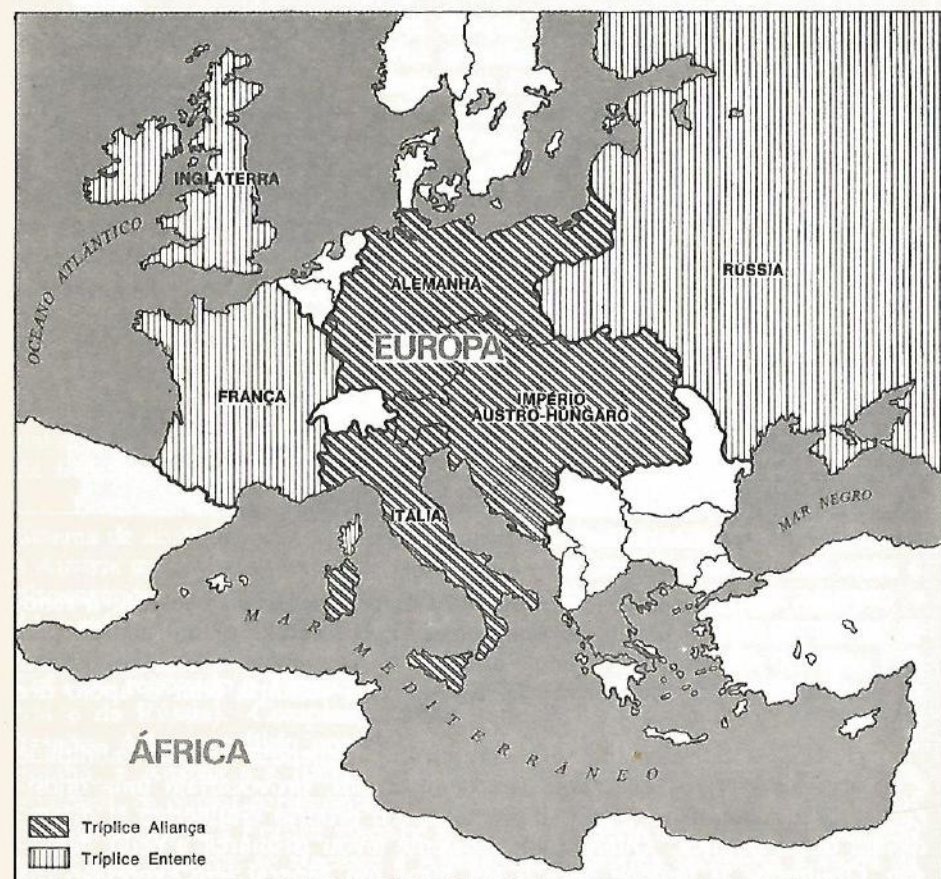
Os Balcãs na segunda metade do século XIX.

Como, depois dos desentendimentos entre a Rússia e Áustria, a renovação da Aliança já não fosse mais possível, Bismarck fez um acordo parcial com os russos: se a França atacasse a Alemanha, a Rússia entraria na guerra; se a Áustria atacasse a Rússia, esta contaria com o apoio dos alemães.

O sistema de Bismarck era complicado: dependia da sua habilidade e de acordos secretos que, uma vez denunciados, provocariam uma oposição geral à Alemanha. Vários diplomatas e o próprio Guilherme II discordavam dessa política. Quando um incidente levou Bismarck a pedir demissão, Guilherme II indicou para o seu lugar um general sem expressão (na realidade, o que o imperador desejava era governar ele próprio).

A formação da Tríplice Entente

Depois de ter-se desligado da influência alemã, a Rússia — que havia resistido durante muito tempo à aproximação francesa — firmou em 1893 a aliança franco-russa.

A oposição ítalo-francesa diminuiu depois de 1896: a derrota dos italianos na Abissínia e as repercussões negativas da política tarifária adotada em relação à França diminuíram a tensão que existia desde 1881 nas relações entre esses dois países. Foram assinados vários acordos: um comercial, outro definindo os interesses italianos e franceses no Mediterrâneo, outro de neutralidade em caso de ataque por parte de terceiros, o que constituía um golpe à Tríplice Aliança.

A política das alianças antes da Primeira Guerra Mundial.

O incidente de Fashoda (cidade do Alto Nilo disputada por ingleses e franceses), em 1898, poderia fazer supor que a França e Inglaterra jamais viessem a aproximar-se. Entretanto, os alemães começaram a fazer concorrência aos produtos ingleses e a entrar em mercados até então dominados por eles; além disso, a marinha alemã foi ficando em condições de competir com a inglesa, que dominara todas as outras, até então. Esse crescimento econômico e militar da Alemanha obrigou os ingleses a saírem do seu isolamento, aproximando-se da França. Em 1904 foram assinados vários acordos resolvendo os problemas entre os dois países e estabelecendo a chamada **Entente Cordial**; os **Tratados de Liquidação** deram liberdade de ação à Inglaterra no Egito e à França no Marrocos.

Os franceses procuraram resolver os problemas entre ingleses e russos na Ásia: o acordo anglo-russo de 1907 definiu a situação dos dois países nos pontos em conflito e dividiu a Pérsia em zonas de influência. A formação da **Tríplice Entente** (França, Inglaterra e Rússia) pôs fim à hegemonia alemã e restabeleceu o equilíbrio de poderes na Europa.

A **Tríplice Entente** não possuía forças compactas na Europa, mas contava com vastos impérios coloniais.

O equilíbrio e a paz da Europa dependiam dos interesses conflitantes das várias potências que transformavam problemas locais em questões internacionais. Em tal situação, qualquer incidente poderia fazer rebentar a guerra. Assim, foram os problemas coloniais no Norte da África e o incidente balcânico que promoveram o primeiro conflito em escala mundial na História: a I Grande Guerra.

Documento básico

O Czar Nicolau II propõe que se faça em Haia uma conferência para fixar a paz mundial — Viena, 1.º de setembro de 1898. Considerações de um diplomata francês.

"A proposição feita pelo imperador da Rússia a todas as potências para reunião de uma conferência, na qual seriam discutidos os meios de assegurar a paz universal e de impedir a corrida armamentista que arruína os povos, foi favoravelmente acolhida pela monarquia dual...

A França opôs um veto formal, recusando aprovar a situação existente, que destruía seus projetos de revanche. Também os numerosos jornais do Império Russo, que têm contra nós posições hostis, celebram o golpe que a Rússia lançou contra seu aliado. Isto significa nada mais que um instrumento de defesa com que a Rússia não deve efetivamente contar para suas reivindicações patrióticas.

O que sucede é um terrível golpe à dupla aliança. E demonstra a sem-cerimônia com que o czar trata a República e os interesses franceses..."

Citado por J. Monnier, **Histoire**, vol. I, págs. 487-488.

Datas e fatos essenciais

1871-1875: Intervenção de Bismarck na política francesa.

1873: Convenção entre a Áustria-Rússia-Alemanha — **Convenção de São Petersburgo.**

1876: Guerra nos Balcãs contra a Turquia.

1877: Independência da Sérvia, Montenegro e Romênia.

1879: Acordo secreto entre Áustria e Alemanha.

1881: **Tratado dos Três Imperadores.**

1882: **Tratado da Tríplice Aliança.**

1893: Aliança franco-russa.

1898: Incidente de Fashoda.

1904: **Entente Cordial** entre a França e a Inglaterra.

1907: Aproximação anglo-russa.

1907: **Tratado da Tríplice Entente.**

Resumo

Introdução: De 1871 a 1890, a Alemanha foi absoluta nas relações internacionais. Bismarck, que conseguira sua unificação, preocupava-se com a consolidação, opondo-se a qualquer política expansionista.

a) O objetivo de sua política era isolar a França das outras nações da Europa. Para atingir esse objetivo, Bismarck atraía para a Alemanha todos os possíveis aliados da França, utilizando-se de alianças e tratados secretos parciais.

b) Os sucessores de Bismarck não continuaram sua política e entraram na corrida colonial. Com isso criaram novos pontos de tensão e permitiram que a França saísse do seu isolamento.

c) O equilíbrio europeu era simples aparência: foram criados dois blocos — a **Entente** e a **Tríplice Aliança,** mas mesmo assim as crises se sucediam.

d) Uma dessas crises, em 1914, degenerou na **Grande Guerra,** que poderia ter-se limitado à Europa Central, mas em virtude da política de alianças, acabou se transformando no primeiro conflito mundial.

1. De 1870 a 1914, os países europeus viveram em constantes sobressaltos: a França não se esquecia da derrota na guerra com a Alemanha de 1870, na qual perdeu a Alsácia-Lorena; a rivalidade entre a Áustria e a Rússia aumentava em conseqüência dos atritos entre os países balcânicos, onde os dois países disputavam seus interesses; crescia a competição econômica anglo-alemã; a política de conquistas territoriais aumentava as rivalidades existentes; a corrida colonial gerava atritos.

   a) A primeira conseqüência dessa situação foi o armamentismo: o aumento dos contingentes militares e a produção crescente e aperfeiçoada de material bélico onerava os orçamentos, criando crises econômicas.

   b) Para tentar preservar a paz foram feitas duas conferências em Haia, na Holanda (1898 e 1907), cujo resultado foi a criação de uma **Corte Permanente de Arbitramento** para intervir quando fosse solicitada.

2. O sistema de alianças adotado por Bismarck para isolar a França foi eficiente até 1890. Para atingir seu objetivo, Bismarck chegou até a intervir, através da diplomacia, diretamente na França (1871 a 1875). A pretexto de combater o socialismo, o anarquismo e o republicanismo, conseguiu reunir em torno da Alemanha potências de interesses muitas vezes opostos.

   a) Em 1873 foi assinada a **Convenção de São Petersburgo,** unindo a Áustria, a Alemanha e a Rússia; mais tarde, em 1881 o acordo seria renovado através do **Tratado dos Três Imperadores.** O pacto foi conseguido, apesar das divergências entre Rússia e Áustria na região dos Balcãs.

   b) Em 1882 foi assinado o **Tratado da Tríplice Aliança,** reunindo Alemanha, Áustria e Itália.

   c) O sistema de alianças de Bismarck era bastante complicado: dependia de enorme habilidade diplomática e de acordos secretos. Esses acordos, se fossem denunciados, atrairiam toda a Europa contra a Alemanha.

   d) Guilherme II, imperador da Alemanha, era contrário a essa política. Logo que um incidente obrigou Bismarck a pedir demissão, o imperador passou a dirigir a política externa alemã.

3. Depois da queda de Bismarck, a França conseguiu sair do seu isolamento. Assinou vários acordos com a Rússia, o que representou um sério golpe à **Tríplice Aliança.**

   a) O crescimento militar e econômico da Alemanha levou a Inglaterra a reunir-se à França: em 1904, os dois países assinaram a **Entente Cordial**, acordo que resolveu os problemas existentes entre os dois países.

   b) Pouco depois, nesse mesmo ano, a Rússia entrou nesse pacto, formando a **Tríplice Entente**, que pôs fim à hegemonia alemã na Europa.

Vocabulário

Anticlerical: contra o clero (os padres).
Convenção: pacto, ajuste.
Entente (palavra francesa que se pronuncia **antant**): acordo, aliança, entendimento.
Paz armada: paz que repousa sobre o equilíbrio de forças.
Zonas de influência: regiões de dependência econômica, política ou militar.

A Grande Guerra / O Conflito Europeu e Mundial

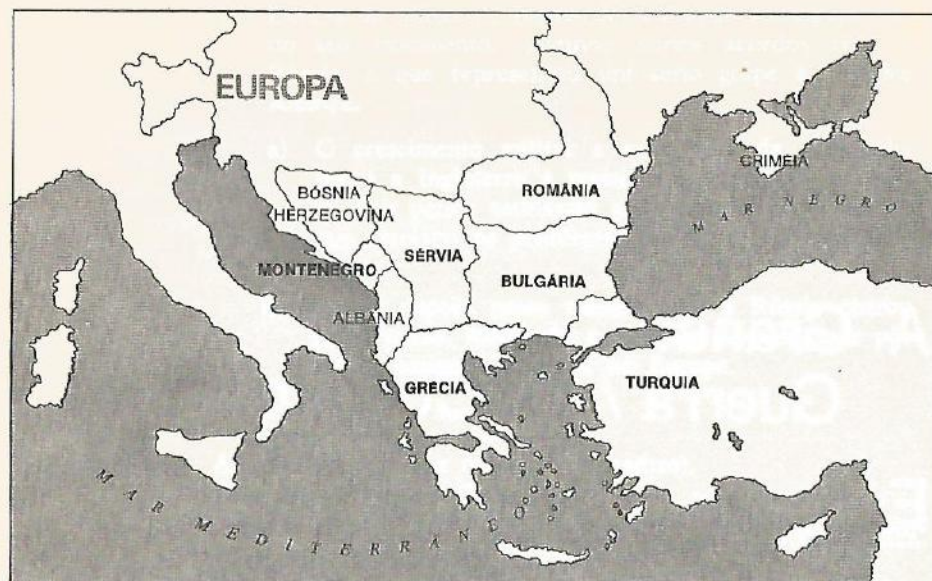
Introdução

A crise balcânica de 1914 precipitou a guerra entre a **Tríplice Entente** e a **Tríplice Aliança**. Todos acreditavam que essa luta seria rápida, mas ela se transformou numa guerra de desgaste, numa guerra de trincheiras. Os inimigos tinham aproximadamente a mesma força e concentraram todo o seu esforço na produção de armas e de equipamento de guerra. Pela primeira vez na Europa, toda a população mobilizou-se para o esforço de guerra — daí o nome do conflito **Grande Guerra**.

Os recursos coloniais da **Entente** eram variados e os Impérios que formavam a **Tríplice Aliança** começaram a dar sinais de fraqueza quando, em 1917, dois fatos mudaram o rumo dos acontecimentos: a Revolução Socialista, que tirou a Rússia da guerra, e a entrada dos Estados Unidos na luta. A vitória da **Entente** veio em 1918.

Por que a guerra de 1914-1918 tornou-se um conflito mundial

Foram vários os motivos que levaram os diferentes países à luta.

O conflito começou quando a Sérvia entrou em guerra com a Áustria-Hungria, em 1914. O crescimento da Sérvia preocupava a Áustria, pois

Os Estados balcânicos em 1914.

acentuava o nacionalismo dos povos balcânicos. Os russos, por sua vez, temiam que a expansão austríaca nos Balcãs chegasse até eles e os dominasse; por isso, logo apoiaram a Sérvia. Não podendo arriscar-se na sua preparação defensiva, nem furtar-se aos acordos feitos, França e Alemanha entraram também na luta — a França do lado da Sérvia e da Rússia, os alemães ao lado da Áustria-Hungria.

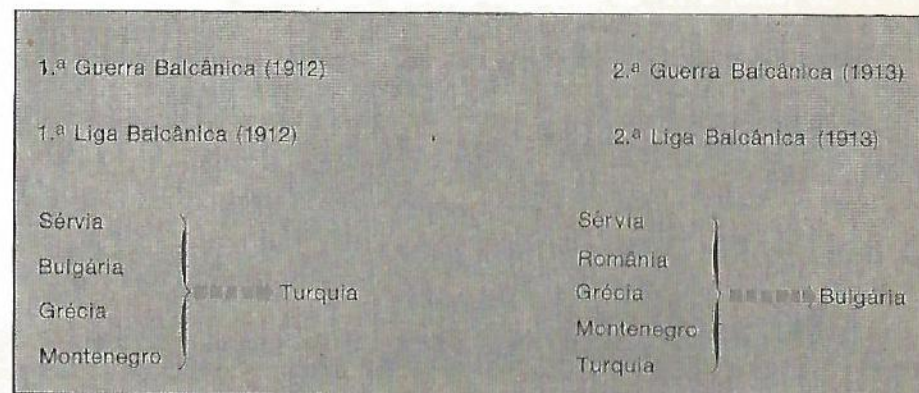
Os alemães, que há longo tempo desejavam invadir a França pelo Norte (para tomar Paris), invadiram a Bélgica que ficava no caminho, embora ela fosse um país neutro; dessa maneira, os belgas foram obrigados a entrar na guerra. A pretexto de protestar contra a quebra da neutralidade belga, por parte dos alemães, a Inglaterra, cuja hegemonia naval vinha sendo ameaçada pelo crescente poderio da marinha de guerra germânica, entrou também no conflito, apoiando a Bélgica. Da mesma justificativa serviu-se o Japão, que cobiçava as possessões alemãs em território chinês.

O Império Turco aliou-se aos alemães, embora estes ameaçassem tomar suas terras, porque desejava lutar contra a Rússia, que representava uma ameaça ainda mais próxima.

Por oposição à Sérvia, com a qual lutava nas suas fronteiras, a Bulgária uniu-se à **Tríplice Aliança**.

Os italianos, que até 1914 tinham sido aliados dos alemães, passaram para a **Entente** (1915) quando esta lhes prometeu terras na Turquia e na Áustria.

Finalmente, os prejuízos econômicos causados pelo cerco que os submarinos alemães impuseram ao transporte de mercadorias americanas para os aliados, na Europa, levaram os Estados Unidos a entrar na guerra, com o pretexto de que submarinos alemães teriam afundado barcos americanos.

Os motivos imediatos do conflito

As crises balcânicas.

Aliando-se com a Inglaterra, em 1904, a França conseguiu sair do isolamento a que tinha sido obrigada pelos alemães. Sentindo-se ameaçada por essa aliança, a Alemanha quis dar uma demonstração de força e opôs-se violentamente à supremacia francesa no Marrocos (Norte da África), que o acordo franco-inglês previa. Enquanto eram discutidos os termos do acordo, o imperador alemão desembarcou em Tânger (Norte da África), ameaçando a França. A pressão germânica forçou a convocação de uma conferência internacional, que se realizou em Algeciras (cidade da Espanha), em 1906, e pôs fim à questão, confirmando a supremacia francesa no Marrocos e concedendo à Alemanha terras no Sudoeste africano.

Novo incidente ocorreu em 1911, quando as tropas francesas entraram em Fez (cidade do Marrocos) para garantir a segurança dos europeus dominados por revoltosos: um navio alemão foi enviado a Agadir (no Norte da África) para defender os interesses germânicos. A luta foi evitada graças à concessão do Congo Francês aos alemães.

Em 1908, a Áustria anunciou a anexação da Bósnia e Herzegovina contrariamente aos interesses da Sérvia e da Rússia, que com isso perdia a hegemonia na região. O nacionalismo sérvio, que a anexação inflamara ao máximo, explodiu em 28 de junho de 1914, quando um estudante assassinou o Arquiduque Ferdinando, herdeiro do Império Austríaco em Sa-

rajevo, capital da Bósnia (uma província da Sérvia). A Áustria exigiu que fosse formada uma comissão austro-húngara de investigação; a Sérvia não concordou, considerando que a exigência atentava contra a sua autonomia. Recebeu então um ultimato, que aceitou na sua quase totalidade. Mesmo assim, a guerra foi declarada pela Áustria, em 28 de julho.

Contando com a neutralidade inglesa, os alemães apoiaram a Áustria. A Rússia começou a mobilizar os seus exércitos, a favor da Sérvia, em 30 de julho; a 1.º de agosto os alemães declararam guerra aos russos e, em 3 de agosto, aos franceses.

Alegando o aspecto defensivo dos seus tratados com a **Tríplice Aliança**, a Itália permaneceu neutra. A Inglaterra também hesitava, mas com a invasão da Bélgica, decidiu-se em 4 de agosto, dia seguinte à invasão, e declarou guerra à Alemanha.

O desenrolar do conflito

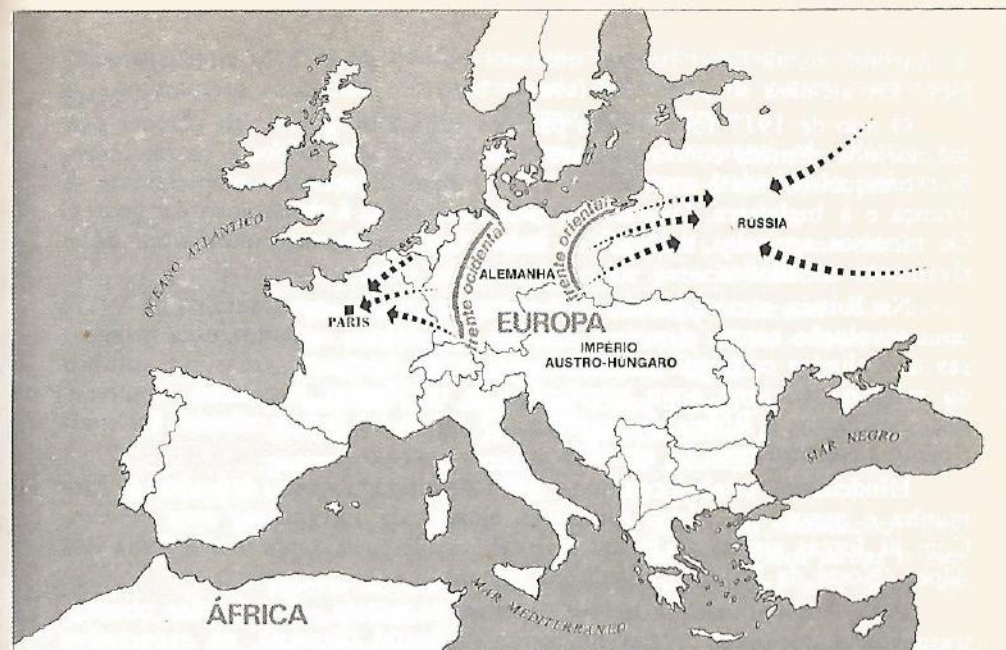
Considerando-se as rapidíssimas campanhas militares germânicas de 1864, 1866 e 1870, a guerra iniciada em 1914 foi bastante longa; no entanto, comparada com as guerras napoleônicas, foi bastante rápida.

Os combatentes no conflito eram os seguintes: de um lado a Alemanha e a Áustria-Hungria; de outro, os aliados: Sérvia, Rússia, França, Bélgica e o Império Britânico. Com o correr do tempo novas nações foram entrando de um e outro lado: a Turquia (1914) e a Bulgária (1915) uniram-se aos alemães e austro-húngaros; os aliados receberam o apoio do Japão (1914), da Itália (1915), de Portugal e da Romênia (1916), dos Estados Unidos, da Grécia e do Brasil (1917).

No início da guerra, as forças em confronto se equilibravam: tinham aproximadamente o mesmo número de habitantes e de soldados mobilizados. As diferenças entre elas estavam nos equipamentos de guerra e nos recursos de que dispunham: se os aliados da **Entente** não possuíam canhões pesados de longo alcance, em compensação dominavam os mares, graças ao poderio naval inglês.

Principais fases e características da guerra

A primeira fase da guerra caracterizou-se pelo movimento. Várias batalhas foram travadas em território francês para conter o avanço alemão, em direção a Paris.

Os alemães iniciaram o ataque na Bélgica, onde foram parcialmente detidos, dando tempo aos franceses de se organizarem e receberem apoio dos ingleses.

Principais frentes da Primeira Guerra Mundial.

Os alemães venceram, dominando a Bélgica e penetrando no Norte da França; sua ofensiva geral, ordenada por Von Moltke, foi detida no Marne (rio que passa perto de Paris) e retirou-se para uma linha de defesa mais recuada.

Os movimentos em massa tentados pelos dois exércitos tiveram poucos resultados positivos. Cada avanço de alguns quilômetros custava uma longa preparação militar e milhares de vidas. Os russos invadiram a Alemanha, onde foram derrotados. Os sérvios resistiram por duas vezes às investidas austríacas. Os aliados, que controlavam o mar, tomaram todas as colônias alemãs (na África e na Ásia).

De 1915 a 1916, a guerra desenrolou-se nas trincheiras, sem resultados decisivos e com grande número de mortos de ambos os lados. Enquanto isso, as indústrias dos países em choque procuravam aperfeiçoar seu armamento.

Em 1915, os aliados da **Entente** foram barrados pelos turcos na tentativa de passar o Dardanelos (estreito que une o Mar Egeu ao Mar de Mármara). A Sérvia, a Polônia e a Lituânia foram conquistadas pelos alemães. O ano de 1916 foi marcado pelos assaltos alemães a Verdun (cidade francesa perto de Luxemburgo), onde os franceses resistiam, sob a chefia de Pétain. Os generais alemães Hindenburg e Ludendorff, vencedores na frente oriental contra os russos, procuravam reter a ofensiva aliada, que penetrava pela França e pela Itália.

No mar, a maior batalha — de resultado indeciso — foi travada na Jutlândia (atual Dinamarca), em maio de 1916, entre ingleses e alemães.

A marinha alemã ficou isolada nos seus portos, permitindo o bloqueio inglês. Os alemães só poderiam furar o bloqueio com seus submarinos.

O ano de 1917 foi decisivo para os rumos da guerra: os ataques dos submarinos alemães contra os barcos mercantes americanos e os interesses dos banqueiros norte-americanos que tinham concedido empréstimos à França e à Inglaterra, levaram os Estados Unidos à declaração de guerra. Os recursos agrícolas, minerais e industriais americanos reforçaram decisivamente os aliados.

Na Rússia, a crise gerada pela guerra provocou, em fevereiro de 1917, uma revolução contra o regime czarista. De início, as numerosas promessas dos aliados conseguiram manter os russos na guerra, mas em outubro do mesmo ano uma nova revolução, de tendências socialistas, resolveu tirar realmente a Rússia do conflito. O alívio na frente oriental foi muitíssimo favorável para os alemães.

Hindenburg estabeleceu uma linha fortificada para defender a Alemanha e venceu as várias tentativas aliadas de ultrapassar suas defesas. Com as forças vindas da frente oriental, os alemães romperam a linha dos Alpes (Norte da Itália) e invadiram Veneza.

Em 1918 foi travada a fase decisiva da guerra. Os alemães concentraram suas melhores tropas na frente ocidental (França), na expectativa de vencer antes da chegada maciça dos americanos.

O bloqueio aliado foi rompido. Paris foi bombardeada por aviões, que começavam a atuar com maior intensidade, e canhões de longa distância.

A tática da infantaria avançada, sob a proteção da artilharia, de canhões motorizados e de aviões permitiu ao novo líder aliado, Foch (francês), vencer os alemães rompendo a sua linha defensiva no Marne. Era o início da vitória.

Vários pontos foram atacados ao mesmo tempo, forçando o deslocamento das tropas alemãs. A pressão sobre essas tropas cresceu em Lorena.

O exército aliado na Macedônia obrigou a Bulgária a depor as armas. Os ingleses fizeram o mesmo com os turcos na Síria. Por fim, os austríacos, vencidos pelos italianos, abandonaram a luta. Restavam somente os alemães.

Os generais alemães comunicaram ao governo que não podiam vencer a guerra. Eram favoráveis a uma mudança de regime, para evitar que a culpa da derrota recaísse sobre o exército, em vez de sobre o Império Germânico (Guilherme II) e os nobres que a haviam provocado.

Uma greve em Berlim e um atentado contra Guilherme II forçaram-no a abdicar e a se refugiar na Holanda. A 9 de novembro, a República foi proclamada em Berlim; a 11, os alemães assinavam o armistício, aceitando todas as condições impostas pelos aliados.

A guerra tinha terminado, mas o exército não se considerava derrotado, pois a paz havia sido firmada com exércitos alemães em território inimigo e nenhum inimigo em território alemão.

Documento básico

A reação de Wilson, presidente dos Estados Unidos, após a decisão dos alemães de estenderem a guerra submarina a todos os países, mesmo aos neutros.

"Cheguei à Casa Branca, onde permaneci só. Pouco depois, o presidente chegou; ficamos trabalhando até às 2 horas.

Li em voz alta a carta de Benshoff; pareceu-me fútil. As considerações desse embaixador pareciam ironia.

O presidente parecia triste, abatido, e durante toda tarde assim permaneceu. A atitude alemã, súbita e injustificável, causou-lhe uma amarga desilusão (...).

A questão que debatemos longo tempo foi a de saber se devíamos ou não remeter imediatamente a Benshoff o seu passaporte, considerando que os alemães haviam cometido um ato de hostilidade.

Com a chegada de Lansing, a discussão recomeçou; unanimemente, considerou-se preferível enviar sem tardar o passaporte ao embaixador alemão, visto que, num golpe de sorte, poderia voltar a haver razão em Berlim (...).

Eu pensava igualmente no efeito que o nosso ato teria sobre os aliados. A discutir, tomamos a posição vantajosa característica das decisões bruscas."

Papiers Intimes du Colonel House, pág. 482, citado por J. Monnier, **Histoire**, Classes Terminales, pág. 42.

Datas e fatos essenciais

1906:	Conferência de Algeciras, na Espanha.
1911:	Incidente de Agadir.
1914:	Assassinato de Francisco Ferdinando, em Sarajevo.
1914:	Declaração de guerra da Áustria - Hungria à Sérvia, dando início à I Guerra Mundial.
1914:	O Japão apoiou a **Entente.**
1914:	A Itália declarou-se neutra.
1915:	Bulgária entrou ao lado da Aliança.
1915:	A Itália aliou-se à **Entente.**
1916:	Portugal e Romênia apoiaram a **Entente.**
1917:	Estados Unidos, Brasil e Grécia apoiaram a **Entente.**
1917:	A Rússia abandonou a **Entente.**
1918:	Abdicação do Kaiser Guilherme II.

Resumo

Introdução: A **Grande Guerra** (1914-1918) foi precipitada pela crise dos Balcãs, que pôs em confronto a **Tríplice Entente e a Tríplice Aliança.**

a) A diplomacia baseada no sistema de alianças foi a principal responsável pela extensão que teve o conflito, transformado em **guerra mundial.**

b) A guerra foi abreviada por dois fatos novos: a Revolução Socialista, que tirou a Rússia da disputa, e a entrada dos Estados Unidos no conflito, ao lado da **Entente.** Ambos os acontecimentos no ano de 1917.

1. Foram vários os países que participaram diretamente na guerra, movidos por objetivos expansionistas, por força de tratados, por temor de perder posições conquistadas, por prejuízos econômicos.
   Os principais participantes foram: de um lado, Sérvia, Rússia, França, Bélgica, Inglaterra, Japão, Itália e Estados Unidos; do outro, Áustria-Hungria, Alemanha, Império Turco e Bulgária.

2. Precedido por vários incidentes que colocaram frente a frente França e Alemanha na disputa pela hegemonia européia, o assassinato do Arquiduque Ferdinando, herdeiro do Império Austríaco, em Sarajevo, foi o estopim da **Primeira Guerra Mundial.**

   a) A Áustria, a 28 de julho de 1914, atacou a Sérvia, com o apoio da Alemanha; os russos foram a favor dos sérvios, e os franceses a favor dos russos. Em agosto todos esses países estavam em guerra.

   b) A Itália, no começo, permaneceu neutra. A Inglaterra, depois que os alemães invadiram a Bélgica, declarou guerra à Alemanha.

3. No **início** da guerra as forças em confronto se equilibravam em número de combatentes.

   a) As diferenças passaram a existir através dos recursos de que dispunham: os aliados da **Entente** não possuíam canhões de longo alcance, mas graças ao poderio inglês dominavam os mares. Por isso a Inglaterra decretou o bloqueio naval contra a Alemanha e seus aliados.

4. A primeira fase da guerra caracterizou-se pelo movimento: os alemães, depois de invadirem a Bélgica penetraram na França pelo Norte, mas foram contidos no rio Marne, antes de chegarem a Paris.

   a) Os russos invadiram a Prússia, mas foram contidos pelos alemães.

   b) De 1915 a 1916, a guerra se desenvolveu em trincheiras, sem grandes resultados práticos e com muitos mortos de ambos os lados.

   c) Em 1917 começou a mudança desse quadro: a guerra submarina alemã contra o bloqueio naval inglês foi dirigida também contra os neutros que abasteciam os aliados da **Entente.**

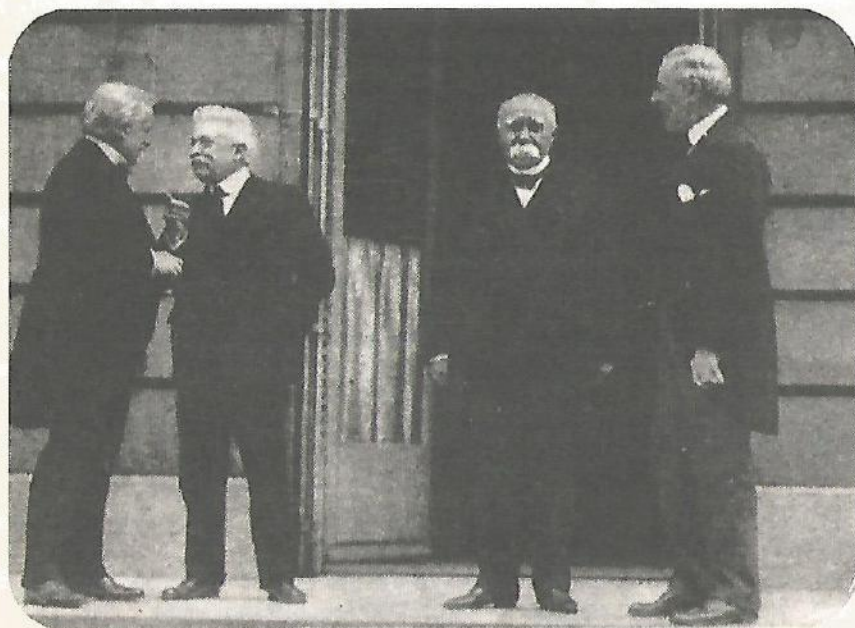
   d) O afundamento de navios mercantes norte-americanos e os interesses dos banqueiros dos Estados Unidos no conflito, levaram o país a declarar guerra contra os países da **Tríplice Aliança.**

   e) Na Rússia, a Revolução Socialista fez com que ela abandonasse a guerra, o que beneficiou os alemães na frente oriental.

   f) A Alemanha não estava ainda vencida — seus exércitos estavam intactos, bem como sua indústria —, mas vendo a impossibilidade de vencer, pediu a paz em 1918.

   g) O Kaiser Guilherme II abdicou, refugiando-se na Holanda, e a 9 de novembro foi proclamada a República, em Berlim.

Vocabulário

Artilharia: uma das armas do exército, conjunto de canhões e armas de longo alcance.
Esforço de guerra: concentração da produção do país para a guerra.
Frente: campo de batalha.
Guerra de desgaste: guerra demorada entre dois adversários com forças iguais.
Guerra de trincheiras: luta em que os adversários se colocam frente a frente, defendidos por trincheiras.
Infantaria: tropa militar que luta a pé.
Kaiser: forma alemã do nome **César**; usada para designar o imperador.
Regime (de governo): forma de governo de um Estado (regime monárquico, republicano etc.).

Lloyd George, Orlando, Clemenceau e Wilson enquanto se preparam para as discussões de Versalhes.

A Grande Guerra / Os Tratados do Após-guerra

Introdução

Antes mesmo que a **Grande Guerra** findasse, foram feitas várias tentativas para apressar o fim do conflito. Uma das propostas de paz, apresentada por Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, baseada em catorze pontos, conseguiu aquele objetivo — os alemães renderam-se.

Findo o conflito, os vencedores reuniram-se em Paris para estabelecer as regras da paz: não era um acordo com a Alemanha, pois esta não estava presente. O tratado imposto aos alemães mutilava completamente os catorze pontos de Wilson, criando pontos de atrito, como, por exemplo, a reparação de guerra.

A regulamentação da paz com os aliados dos alemães foi fixada por tratados à parte. De uma forma geral, os tratados procuravam enfraquecer a Alemanha e seus aliados.

Para garantir uma paz duradoura, foi criada em 1919 a **Liga das Nações**, com sede em Genebra (Suíça).

As tentativas de paz

A estagnação da guerra em 1917, a demonstração de esgotamento geral e os males gerados por ela, encorajaram algumas tentativas de paz.

O Imperador Carlos I, da Áustria, propôs à França uma paz em separado, oferecendo aos franceses a mesma situação anterior à guerra. Sabendo que a Itália se oporia a qualquer tratado que não considerasse seus interesses territoriais, a França deixou morrer a idéia.

O diplomata alemão Barão Lancken tentou uma aproximação com a França, tendo sido repudiado pelos franceses diante da possibilidade de um fim próximo da guerra, com a entrada dos Estados Unidos.

O Papa Bento XV, com auxílio dos prelados católicos nos vários países em luta, fez uma proposta de paz, que foi aceita pela maioria dos membros, menos pelos alemães, que se negaram a abandonar a Bélgica.

O exército alemão não tinha mais esperança de vencer, mas estava longe de ser vencido. Permanecia organizado, bem armado e nutrido.

Quando os chefes alemães, Hindenburg e Ludendorff, perceberam que as reservas do inimigo eram praticamente inesgotáveis, pelos Impérios Coloniais e pelo apoio americano, resolveram aceitar um armistício que preservaria o exército da derrota.

Em agosto de 1918, os chefes militares alemães e o Imperador Guilherme II reuniram-se em Spa, quartel-general alemão, para discutir o problema. Os comandantes não declararam suas convicções sobre a impossibilidade de vencer a guerra nem sobre a possibilidade de perdê-la a longo prazo.

Com a derrota dos búlgaros, em setembro, a situação mudou completamente: o fim estava próximo. Os chefes militares alemães apressaram-se a organizar nova reunião em Spa. Para conquistar os aliados pretendiam mudar o regime de governo na Alemanha, que passaria a ser um império de tipo parlamentar. O chanceler alemão (Max de Bade), ligado à família real, enviou uma nota ao Presidente Wilson, dizendo que tinha a paz nas mãos e que esta poderia ser restabelecida na base dos catorze pontos, que de certo modo atendiam aos interesses alemães. Wilson era bastante idealista, seu programa proclamava o princípio de uma paz sem anexações ou indenizações — exemplo desse princípio era a paz já assinada pela Rússia em 1918. Desconhecedor dos problemas europeus, o presidente norte-americano seria mais um mediador entre as duas partes do que um vencedor — suas exigências seriam mais suaves à Alemanha do que as exigências dos países europeus.

Auxiliado por uma comissão de especialistas e por seu amigo pessoal, o Coronel House, Wilson submeteu seu programa ao Congresso em 9 de janeiro de 1918.

Os primeiros cinco pontos eram bastante genéricos — diplomacia aberta sem tratados secretos; liberdade dos mares; redução das barreiras aduaneiras: desarmamento; esforço para preservar os interesses das populações colonizadas. Da mesma forma, o 14.º ponto preconizava a criação de uma Sociedade das Nações, que manteria em funcionamento o sistema mundial e garantiria a paz. Era o que Wilson chamava de "diplomacia nova", que se opunha à diplomacia tradicional dos acordos secretos, cínica, imperialista, responsável pela guerra.

Os pontos de seis a treze diziam respeito a remanejamentos territoriais; eram norteados pelo princípio da autodeterminação dos povos. Como conseqüência desses pontos, a Rússia teria o direito de escolher livremente o tipo de governo que lhe aprouvesse; a Bélgica recuperaria sua independência; a Alsácia-Lorena seria devolvida à França; as fronteiras italianas seriam fixadas de acordo com a linha da nacionalidade; os povos que faziam parte da Áustria-Hungria receberiam sua liberdade; as fronteiras dos estados balcânicos seriam revisadas; o Império Otomano não mais dominaria os povos não-turcos; a Polônia seria reconstituída, com livre acesso ao mar.

Os tratados de paz

A **Conferência de Paz** reuniu-se em Paris. Cada país participante designou uma comissão de cinco membros. Participavam 25 nações aliadas, beligerantes ou não, quatro domínios britânicos — e os Estados Unidos.

A China e o Sião, tendo declarado guerra no fim do conflito, foram incluídos entre os aliados. Os países vencidos não participaram da conferência, logo não negociaram os tratados. A exceção foi o **Tratado de Lausanne**, que os aliados firmaram com a Turquia em 1923.

A assembléia geral, composta por todos os representantes, era mera formalidade. As decisões foram efetivamente tomadas pelas grandes potências. No início, Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão. O Japão tinha pouco interesse na Europa Ocidental. A Itália retirou-se assim que percebeu que não seria atendida nos seus interesses pela oposição de Wilson às expansões territoriais. Dessa forma, somente três Estados discutiram os tratados: os Estados Unidos, representados pelo seu Presidente Wilson, o propugnador da paz; David Lloyd George, primeiro-ministro da Inglaterra; Georges Clemenceau, da França.

Foram organizadas dezesseis comissões para auxiliar a comissão executiva: eram órgãos de estudo, formados de especialistas, que se reuniram pelo menos cem vezes cada. A conferência, iniciada a 12 de janeiro de 1919, continuou com os suplentes até 1921. O principal objetivo de Wilson era assegurar a aplicação efetiva dos seus princípios e fundar a **Sociedade das Nações**. Para obter a aprovação de todos, foi obrigado a transgredir com respeito às anexações territoriais. Esperava poder resolver a longo prazo estes problemas, pela atuação da própria liga a ser criada. Na prática, as decisões representaram os interesses das três principais potências. Havia um contraste entre o idealismo de Wilson, as exigências nacionalistas e defensivas de Clemenceau e os objetivos pouco claros, e às vezes oportunistas, de Lloyd George.

De 5 de maio até 28 de julho, o tratado foi submetido à apreciação da delegação alemã, que reagiu violentamente. Os ingleses quiseram amenizar as condições impostas no tratado. Clemenceau propunha a imposição

do tratado à força. Wilson ficou como árbitro e apoiou a França, já que considerava os alemães responsáveis pela guerra. Os alemães aceitaram o tratado, com um ditado **imposto à força.**

A nova geografia de após-guerra

Pelo tratado, assinado na Sala dos Espelhos de Versalhes, o que demonstra o espírito de desforra dos franceses, a Alemanha perdia um sétimo de seu território e um décimo da população.

A Alsácia e a Lorena foram restituídas à França. A Bélgica anexou dois cantões (Eupen e Malmedy). A França obteve a concessão para explorar durante quinze anos as minas de carvão do Sarre, para recompensar a exploração da Alsácia-Lorena pelos alemães; findo esse prazo, a comissão da **Sociedade das Nações**, que administraria o território, faria um plebiscito — o Sarre poderia voltar à Alemanha, permanecer com a França, ou ficar sob a administração da Liga.

Por intermédio de um plebiscito, a região do Norte do Schleswig foi anexada à Dinamarca. O Sul permaneceu com a Alemanha.

A Prússia Oriental (o território de Posen) passou para a Polônia que conquistava assim uma saída para o mar (corredor polonês). A cidade de Dantzig, alemã, passaria a ser cidade livre (e território independente), administrada pela Liga.

A Alta Silésia, de população alemã e polonesa, foi submetida a um plebiscito, vencido pelos alemães. Os poloneses argumentaram que os alemães trouxeram vagões repletos de alemães de outras regiões para votar. Eclodiu um conflito. Os franceses intervieram e o território foi repartido.

Memel, situado na Prússia Oriental, foi considerado livre. Em 1923, foi anexado pela Lituânia com o consentimento da Liga.

A Áustria e a Alemanha ficavam proibidas de se integrarem (juntarem-se num só país).

A garantia de segurança era vital para a França. Por isso pretendia que a região do Reno fosse composta por vários Estados autônomos, ocupados indefinidamente por tropas aliadas. Wilson se opôs, segundo o princípio de nacionalidade, apoiado por Lloyd George. Os Estados Unidos e a Inglaterra prometeram auxiliar prontamente a França em caso de invasão pela Alemanha. O Senado americano não quis ratificar o tratado, a Inglaterra considerou-se desobrigada por isso e a França ficou sem garantias.

A Alemanha seria desarmada, o exército reduzido a 100 mil homens, recrutados voluntariamente, não teria marinha de guerra, nem artilharia pesada, tanques ou aviões. Não poderia fabricar material militar. Uma comissão se incumbiria de fiscalização. A frota alemã, que terminou a guerra praticamente intacta, deveria ser entregue aos aliados, mas foi afundada pela tripulação antes disso.

Novos Estados europeus formados após a Primeira Guerra Mundial.

Seria criada uma zona desmilitarizada, às margens do Reno.

O pagamento de reparações foi imposto à Alemanha, que era considerada responsável pela guerra. O montante dos pagamentos era elevado. Iam da destruição material de bens nacionais e privados até o pagamento de pensões a aposentados, mutilados, viúvas e órfãos. O total elevava-se a 132 bilhões de marcos-ouro (moedas que podiam ser trocadas por ouro). O primeiro pagamento seria a 1.º de maio de 1921. Os benefícios dessa reparação seriam assim repartidos: França 52%, Inglaterra 22%, Itália 10%, Bélgica 8%.

Com as potências perdedoras, aliadas da Alemanha, os aliados assinaram tratados suplementares que completavam o Tratado de Versalhes.

Pelo **Tratado de Saint-Germain**, assinado em 1919, a Áustria estabelecia que a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia e a Iugoslávia seriam independentes. As regiões do Trieste, Sul do Tirol, Trentino e a Península da Ístria passariam à Itália.

A Áustria passou a ser um pequeno Estado europeu, com cerca de um terço da população concentrada na capital, Viena.

Com a Bulgária foi estabelecido o **Tratado de Neuilly**, em 1919. Por esse tratado, a Bulgária perdeu grande parte dos territórios anexados durante a I Guerra Balcânica. Dessa forma, a região da Dobrudja foi dada à Romênia, a Macedônia Ocidental à Iugoslávia e a Trácia Ocidental à Grécia.

Para regular a situação com a Hungria, foi assinado o **Tratado de Trianon** (1920), com o qual ela perdia várias regiões: a região da Eslováquia passava para a recém-criada República da Tchecoslováquia; para a Iugoslávia passava a Croácia e para a Romênia a Transilvânia.

O **Tratado de Sèvres** (1920) regulou a situação com a Turquia, estipulando que a Armênia seria independente e que a maior parte da Turquia européia passaria à Grécia; a Síria seria controlada pelos franceses; a Mesopotâmia e a Palestina pelos ingleses.

Uma rebelião na Turquia, liderada por Mustafá Kemal, pôs fim ao Império e proclamou a República, reconquistando a Armênia, a parte do seu território dada à Grécia, o que obrigou à revisão do **Tratado de Sèvres**, em Lausanne (1923). Esse tratado permitiu à Turquia conservar todo o território reconquistado.

Documento básico

O declínio da Europa.

"Até aqui, era um fato elementar da Geografia Econômica que a Europa dominava o mundo com toda a superioridade de sua grande e antiga civilização. Sua influência e seu prestígio irradiavam, desde séculos, até as extremidades da Terra. Ela enumerava, com orgulho, os países que havia descoberto e lançado na civilização. Povos que ela havia alimentado de sua substância e modelado à sua imagem, as sociedades que ela tinha obrigado a imitá-la e a servi-la.

Quando se pensa nas conseqüências da Grande Guerra, que agora finda, pode-se perguntar se a estrela da Europa não perdeu seu brilho, e se o conflito do qual ela tanto padeceu não iniciou para ela uma crise vital que anuncia a decadência...

Desde a época dos grandes descobrimentos, a Europa impôs ao universo sua orientação econômica. Já no fim do século XIX, nos eram revelados a vitalidade e o poderio de certas nações extra-européias, umas como os Estados Unidos, alimentadas do próprio sangue da Europa, outras como o Japão, formadas por seu modelo e conselhos.

Ao precipitar o surgimento desses recém-chegados, ao provocar o empobrecimento das bases produtoras da Europa, ao criar assim um profundo desequilíbrio entre eles e nós, a guerra não abriu para o nosso velho continente uma crise de hegemonia e de expansão?"

Extraído de A. Demangeon, **Le Déclin de l'Europe,** Payot, Paris, 1920, págs. 13-15.

Datas e fatos essenciais

1917:	Primeiras tentativas de paz.
1918:	Os catorze pontos do Presidente Wilson.
1919:	**Conferência de Paris.**
1919:	Imposição do **Tratado de Versalhes** à Alemanha.
1919:	**Tratado de Saint-Germain** com a Áustria.
1919:	**Tratado de Neuilly** com a Bulgária.
1920:	**Tratado de Trianon** com a Hungria.
1920:	**Tratado de Sèvres** com a Turquia.
1923:	**Tratado de Lausanne** com a Turquia.

Resumo

Introdução: Durante a guerra foram feitas diversas tentativas de paz. Os alemães renderam-se em virtude de uma delas, a de Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos.

a) Terminadas as hostilidades, os vencedores reuniram-se em Paris para estabelecer as regras da paz, com a ausência da Alemanha, e desvirtuaram os 14 pontos da proposta de Wilson.

b) Com os aliados da Alemanha foram feitos tratados à parte, com o objetivo de enfraquecer os alemães e os países que ao lado dela combateram.

1. Em 1917, a estagnação da guerra encorajou algumas tentativas de paz.
   a) Carlos I, da Áustria, propôs à França uma paz em separado.
   b) O diplomata alemão Barão Lancken tentou uma aproximação com a França, mas foi repudiado.
   c) O Papa Bento XV, com a ajuda dos prelados de diversos países europeus, também apresentou uma proposta, que não foi aceita pelos alemães.
   d) Os chefes alemães, percebendo que os inimigos eram imbatíveis, resolveram aceitar o armistício para preservar seus exércitos de uma derrota.
   e) O programa de paz do Presidente Wilson previa uma paz sem anexações ou indenizações. Ele não foi cumprido.
2. A assembléia geral da **Conferência de Paz** de Paris era mera formalidade: as decisões eram tomadas pelas grandes potências vencedoras.

a) No início essas potências eram Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão. O Japão tinha pouco interesse na Europa Ocidental. A Itália, vendo que suas intenções expansionistas não seriam atendidas, abandonou a assembléia.
b) O principal objetivo de Wilson, além de assegurar a aplicação dos 14 pontos da sua proposta, era fundar a **Liga das Nações.**
c) Quando o tratado foi apresentado à Alemanha, esta reagiu violentamente. A França queria impô-lo à força. Os alemães aceitaram o tratado como uma imposição da força.

3. Como conseqüência da guerra, o mapa da Europa mudou bastante.
a) A Alemanha perdeu a Alsácia—Lorena, bem como outros territórios, para a Polônia, para a Dinamarca e para a Bélgica.
b) A Áustria teve que aceitar a independência da Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia; as regiões do Trieste, Sul do Tirol, Trentino e a Península de Ístria passaram à Itália; a Áustria ficou reduzida a um pequeno Estado europeu.
c) A Bulgária foi despojada de grande parte de seu território, em favor da Romênia, Iugoslávia e Grécia.
d) Também a Hungria foi desmembrada de territórios anexados à Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia.
e) A Turquia perdeu a Armênia que se tornou independente, a Síria passou a ser controlada pelos franceses, a Mesopotâmia e a Palestina passaram para o domínio inglês, além de parte do seu território cedido à Grécia.
f) Mais tarde o **Tratado de Lausanne,** revisando o **Tratado de Sèvres**, devolveu à Turquia a Armênia e a parte anexada à Grécia.

Vocabulário

Autodeterminação: autonomia, direito de decidir.
Plebiscito: votação popular sobre determinada resolução.
Prelado: membro da alta hierarquia do clero.

O Período Entre-guerras / As Repercussões da Grande Guerra no Brasil

Introdução

Praticamente o mundo todo sofreu, de uma ou de outra forma, as conseqüências da **Grande Guerra**. Essa é uma das razões por que ela é também denominada **Primeira Guerra Mundial**. As potências diretamente envolvidas no conflito mantinham relações mais estreitas ou menos com todos os países do globo, e o resultado da guerra teria de afetar, obrigatoriamente, também esses países.

O Brasil entrou na guerra depois de os submarinos alemães terem afundado vários navios cargueiros e de transporte próximo ao litoral francês (os alemães atacavam todos os barcos que se dirigiam para a Europa com a finalidade de abastecer os aliados, seus adversários). Na realidade, isso foi apenas o pretexto apresentado pelo Brasil, pois a explicação mais coerente da nossa participação nessa luta está na ligação que tínhamos com os países aliados, principalmente a Inglaterra. A participação efetiva do Brasil na guerra deu-se apenas no final do conflito (de 1917 a 1918), quando enviou uma missão médica à Europa, uma divisão naval para operar no Mediterrâneo em serviço de patrulhamento e oficiais do exército para as forças que lutavam na Europa.

Os países europeus que participavam da guerra precisavam ser abastecidos pelos países amigos que dela não participavam. Esse fato abriu caminho para a entrada de alguns países — como a Argentina, a Austrália e o Brasil — no comércio mundial, na qualidade de fornecedores de pro-

dutos alimentícios e matérias-primas. Terminada a guerra, esses países já tinham adquirido uma posição no mercado internacional, melhorando sensivelmente o nível de suas exportações.

Em virtude da guerra, a Europa também deixou de exportar os produtos que costumava enviar a todas as partes do mundo, porque concentrou sua produção industrial em material bélico. Os mercados abandonados pelos europeus foram supridos por outros países que não haviam entrado na luta, como os Estados Unidos e o Japão.

A produção extrativa e agrícola no Brasil

A base da economia brasileira nessa época era a agricultura, e o produto-chave, o café, responsável por mais de 50% do valor das exportações. Além do café, exportávamos também cacau, açúcar, algodão e borracha que era matéria-prima essencial nas operações de guerra. Por essa razão, a borracha tornou-se mais importante que o café, cuja exportação para a Europa caiu bastante. Isso foi prejudicial para o Brasil, que passou a receber menos dinheiro do exterior.

Essa situação abalou as finanças do país, cujas rendas públicas dependiam muito dos impostos cobrados sobre a exportação desse produto. A diminuição da renda nacional foi tamanha, que os empréstimos que tinham sido contraídos no exterior não puderam ser pagos até 1927, quando foram retomados (esse adiamento da dívida externa, assim como o de seus juros, chama-se **moratória**). Com o retorno à normalidade na Europa, o café tornou a assumir sua antiga importância no conjunto da exportação brasileira: na década 1920-1930 representou mais de 60% das exportações, chegando a 69,5% em 1930.

O progresso na indústria automotora fez com que a borracha continuasse sendo um importante produto de exportação. O primeiro embarque, ainda reduzido, de borracha enviada à Europa foi feito em 1827; a partir de então, o crescimento da exportação dessa matéria-prima foi vertiginoso. O grande centro produtor de borracha encontrava-se na Amazônia, que passou a atrair a mão-de-obra ociosa do Nordeste. O período áureo da exportação da borracha foi de 1870 a 1912, quando começou a crise, pois as seringueiras plantadas com recursos e técnicas avançadas no Oriente (no Ceilão e em Singapura) começaram a fazer concorrência à borracha brasileira, praticamente liquidando-a no mercado internacional até a Primeira Grande Guerra, ocasião em que houve um período de recuperação passageira. No Brasil, a seringueira é árvore nativa, típica da Região Norte do país, e sua exploração era extensiva e empírica. O cacau também é um produto nativo, explorado desde o período colonial no Brasil. Apesar da concorrência mundial (o número de produtores é muito grande), a expansão do mercado consumidor atingiu elevados níveis, permitindo ao Brasil aumentar substancialmente suas exportações. A guerra na Europa ampliou ainda mais o consumo do cacau, pois esse alimento é de alto valor nutritivo e fácil de ser transportado.

A riqueza negra do Brasil continua sendo o café.

A produção industrial no Brasil

Durante a segunda metade do século XIX, embora não contasse com o apoio do governo, que se voltava mais para a agricultura, a indústria brasileira começou a desenvolver-se. Para isso contou com alguns fatores favoráveis, como matéria-prima e mão-de-obra baratas (se bem que de baixo nível técnico) e a política fiscal do governo; essa política, embora indiretamente, beneficiou a indústria nacional através da elevação das tarifas alfandegárias — esse aumento tornou muito cara a importação de produtos estrangeiros, contribuindo, assim, para estimular sua fabricação no Brasil.

Em 1913 (ano anterior ao início da Primeira Grande Guerra), o Brasil passou por uma grave crise financeira, resultante da política de contenção das importações que adotaram os países europeus: as rendas do país passaram a ser menores que suas despesas, tornando o **deficit** tão grande, que o Brasil foi obrigado a conseguir uma moratória para sua dívida externa.

A indústria nacional, em compensação, foi favorecida: as fábricas que já existiam se firmaram e outras foram criadas para suprir a falta das mercadorias estrangeiras que não eram mais exportadas pela Europa, preocupada apenas em produzir material bélico. Em São Paulo, principalmente, houve um surto industrial que favoreceu a implantação de várias fábricas de tecidos, calçados e chapéus.

Esse desenvolvimento industrial proporcionou ao governo o aumento da arrecadação de impostos sobre a produção e a circulação de mercadorias; com o tempo, esses impostos passariam a ser gradativamente mais importantes do que os arrecadados sobre a importação.

Até 1930 o Estado defendeu os interesses dos grandes fazendeiros do café. Isso explica a constante desvalorização da moeda brasileira, vantajosa para os fazendeiros, pois recebiam pelo café exportado pagamento em moeda estrangeira — que valia muito mais quando trocada por moeda nacional desvalorizada — e os pagamentos que faziam eram em moeda nacional.

Por outro lado, a desvalorização monetária dificultava a importação de mercadorias protegendo, em parte, a indústria nacional — protegia, em parte, porque a inflação também dificultava a importação de máquinas que eram indispensáveis à implantação de novas indústrias.

Conclui-se, portanto, que o governo favoreceu apenas **indiretamente** os interesses da indústria. Pois uma proteção direta à indústria envolveria o estabelecimento de um câmbio seletivo, isto é, tarifas baixas para importar máquinas e tarifas altas para produtos de consumo que poderiam ser produzidos internamente.

Foi necessário que a crise de 1929 abalasse a hegemonia do café, para que o governo se lançasse decisivamente no caminho de uma política protecionista em relação à indústria.

Documento básico

As repercussões da Grande Guerra na economia brasileira.

"As indústrias já ocupam, hoje, considerável espaço na vida econômica do país.

Durante e após a Grande Guerra, entre nós se implantaram indústrias que, estimulando a produção de matéria-prima nacional, acumularam forte capital e especializaram numeroso corpo de operários. Estão elas em condições de irmanar com as melhores estrangeiras. Têm direito à solícita atenção dos governos, que delas não têm descuidado, o que é provado com a proteção dispensada nas tarifas alfandegárias de que algumas viveram e muitas precisam ainda."

Mensagem de Washington Luís ao Congresso em 1928. Citado por N. V. Luz, **A Luta pela Industrialização no Brasil,** Dif. Européia do Livro, São Paulo, 1961, pág. 193.

Datas e fatos essenciais

1827: Primeira exportação de borracha para a Europa.

1870-1912: Auge da exportação da borracha.

1913: Crise financeira no Brasil (moratória).

1914-1918: Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial).

1920-1930: Recuperação brasileira na exportação do café.

Resumo

Introdução: O Brasil, como todos os países do mundo, sofreu as conseqüências da **Grande Guerra**, apesar de sua participação no conflito ter sido mínima:

a) Com a guerra, a Europa aumentou a importação de certos produtos alimentícios, suspendeu a importação de artigos considerados supérfluos (café), e parou de produzir artigos manufaturados com vista à exportação. A economia de guerra obrigava a que produzissem apenas materiais bélicos.

b) Como resultado dessas alterações, alguns países entraram no comércio internacional como fornecedores de produtos alimentícios e matéria-prima; novos países ocuparam o vácuo deixado na área da exportação pelos países em guerra; outros iniciaram ou aceleraram seu processo de industrialização.

1. Com a guerra, nossas exportações de café caíram bastante, e, apesar do aumento das nossas exportações de borracha (que já sofria a concorrência da borracha do Oriente), o Brasil enfrentou séria crise financeira.

a) O Brasil só se recuperou dessa crise na década de 1920-1930, quando aumentou novamente a exportação cafeeira, que atingiu 69,5% do total de nossas exportações, em 1930.

b) Um produto extrativo que teve grande importância na economia brasileira foi a borracha, cuja fase de ouro foi de 1870 a 1912. O desenvolvimento da indústria automotora foi o grande responsável pela demanda da borracha.

c) A crise da borracha no Brasil foi conseqüência da concorrência da borracha do Oriente (Ceilão e Singapura), produzida e cultivada com técnicas avançadas.

d) Com a guerra houve uma fase de recuperação nas nossas exportações de borracha, que terminou quando a guerra chegou ao fim.

e) A guerra também fez aumentar nossas exportações de cacau, por ser ele um alimento altamente nutritivo e fácil de ser transportado.

2. Já na segunda metade do século XIX o Brasil começou a industrializar-se, embora sem o apoio do governo (interessado na produção agrícola) e de uma forma bastante tímida.

   a) Só durante a **Grande Guerra** é que o país iria realmente acelerar seu processo de industrialização: a falta de produtos importados, que não eram mais produzidos para exportação na Europa, foi a causa dessa industrialização.

   b) A nossa produção industrial foi crescendo, e logo a arrecadação de impostos sobre a produção e a circulação de mercadorias tornou-se tão elevada, que o governo adotou uma política protecionista para a indústria, apesar da oposição dos grandes fazendeiros de café, que preferiam a situação anterior de um país essencialmente agrícola.

   c) Foi no Estado de São Paulo que se concentrou o processo de nossa industrialização.

Vocabulário

Beligerante: que faz ou está em guerra, nações ou governos que guerreiam.
Demanda: procura, necessidade.
Empírico: não-científico, que se baseia apenas na experiência.
Extensivo: quando se diz de exploração agrícola, vegetal ou animal, significa que as plantas ou animais estão numa vasta área, sem nenhum preparo especializado. Da plantação ou da criação em áreas determinadas, obedecendo às técnicas conhecidas, diz-se plantação e criação **intensivas.**
Mão-de-obra ociosa: mão-de-obra disponível, desempregada.

O Período Entre-guerras / A Revolução Russa de 1917

Introdução

A Grande Guerra de 1914-1918 não tinha ainda chegado ao fim, quando o Partido Bolchevista tomou o poder na Rússia, implantando, pela primeira vez na História, um regime socialista. Este foi o acontecimento mais importante trazido pela guerra, pois modificou de maneira profunda o curso dos acontecimentos.

A revolução foi iniciada por partidos liberais burgueses, que pretendiam transformar a Rússia num regime parlamentar, como o da Inglaterra. O Partido Bolchevista, organizado por Lênin, transformou radicalmente a organização política do Estado: o governo passou a ser dirigido pelos sovietes (conselhos de operários, soldados e camponeses) e a nova organização econômica e social baseou-se na propriedade coletiva e na igualdade social.

Para consolidar a revolução, foi necessário derrotar os seus adversários através de uma luta revolucionária, que envolveu vários países ocidentais, inimigos do socialismo. Essa luta ajudou a dar coesão ao novo regime. Em 1921, a revolução havia triunfado, mas o país estava arruinado. Mesmo assim, o novo regime conseguiu fazer a União Soviética superar a crise e transformar-se numa das primeiras potências do mundo.

A crise do Antigo Regime na Rússia

No Antigo Regime da Rússia, o poder político, absoluto, era exercido pelo imperador (czar) e a organização da sociedade era baseada na produção agrária: 85% da população vivia no campo. Os nobres proprietários de terra, a burguesia industrial e mercantil concentrada nas cidades e os soldados da guarda especial (os cossacos) apoiavam esse regime.

Os problemas do Império Russo começaram a ficar evidentes durante a Guerra Russo-Japonesa de 1905, motivada por um choque de interesses na China. A derrota ante os japoneses mostrou a deficiência do Estado e a urgência da necessidade de reformas.

Os partidos políticos mais organizados iniciaram uma série de manifestações, que foram duramente reprimidas pelos cossacos. Enquanto isso, a tripulação do navio de guerra **Potemkim** amotinou-se e as greves começaram a se multiplicar, atingindo inclusive a zona rural.

Este conjunto de pressões levou o imperador a conceder que se fizesse uma eleição para a Duma. No fundo, porém, pretendia apenas pôr fim aos movimentos de rua e ganhar tempo.

Esse disfarce de ordem constitucional não duraria muito tempo: os efeitos da **Grande Guerra** acabaram por desmascará-lo, mostrando a deficiência da estrutura imperial: a inflação violenta desvalorizava os salários; as empresas nacionais iam à falência, aumentando a entrada do capital estrangeiro no país — em 1917, 50% do capital na Rússia era estrangeiro — e fazendo crescer os descontentamentos sociais.

A revolução burguesa (fevereiro de 1917)

No início do ano de 1917, a burguesia liberal, apoiada pela esquerda moderada, pressionava o governo, provocando manifestações dos trabalhadores nas ruas; uma greve geral paralisou os transportes na cidade de Petrogrado. O Imperador Nicolau II não se preocupou muito, pois o movimento limitava-se à capital, cuja proteção militar era poderosa. Os soldados, porém, negaram-se a reprimir o movimento que também eles apoiavam. Enquanto isso, os chefes revolucionários puseram-se imediatamente a organizar a luta.

No dia 12 de março (27 de fevereiro, pelo calendário russo), os soldados recusaram-se a marchar contra o povo amotinado. Sem o exército, o poder político imperial desapareceu. Dois governos foram logo constituídos: um formado por deputados da Duma e outro, chamado **Soviete**, por um conselho de operários, soldados e camponeses.

A revolução, de início limitada à cidade de Petrogrado, difundiu-se rapidamente: o imperador abdicou; a Duma e os **sovietes**, que tinham sido organizados para dirigir as grandes cidades, formaram um Governo Provisório — a monarquia estava vencida.

A Segunda Revolução Russa *levou os bolchevistas ao poder.*

O Governo Provisório, chefiado pelo Príncipe Lvov e representando a burguesia, considerava fundamental manter a Rússia no sistema mundial de alianças — o que significava continuar a guerra contra a Alemanha. Kerensky, o ministro da guerra desse governo, começou a preparar uma grande ofensiva contra a Áustria, aliada da Alemanha.

O país, porém, estava esgotado, sem condições de continuar a guerra. A burguesia, que dominava o Governo Provisório, além de não ter o apoio das massas, não tinha condições para estimular a produção nem para impedir a elevação dos preços e as contínuas deserções dos soldados.

A revolução socialista (outubro)

A instabilidade política refletia a falta de capacidade do Governo Provisório. A cidade de Petrogrado transformou-se em núcleo revolucionário: os bolchevistas (de **bolchenstvo,** maioria) de tendência radical, que pretendiam tomar o poder por um golpe de força, aumentavam o número de sovietes e exigiam a retirada da Rússia da guerra. O Governo Provisório perseguiu os líderes bolchevistas e reprimiu violentamente as manifestações públicas. Em julho, os bolchevistas já contavam com cerca de 200 mil partidários e haviam conseguido apoio dos marinheiros estacionados no porto de Kronstadt. O fracasso da ofensiva contra a Áustria deu oportunidade a que se fizesse uma manifestação (de 17 de julho) em Petrogrado. O chefe do Governo Provisório caiu e foi substituído por Kerensky.

Kerensky conseguiu equilibrar-se no poder com o apoio dos menchevistas (de menchenstvo, minoria), que acreditavam numa revolução gradual, feita por etapas e através de medidas reformistas. Em setembro, tropas ligadas ao Antigo Regime marcharam em direção a Petrogrado. Kerensky foi obrigado a pedir ajuda aos trabalhadores e mesmo aos bolcheviques; com essa ajuda conseguiu vencer, mas mostrou sua dependência em relação àqueles grupos. Lênin, chefe dos bolchevistas, que fora obrigado a refugiar-se na Finlândia durante o primeiro Governo Provisório, pôde retornar à Rússia.

Apoiado pelos sovietes, Lênin preparou o povo para uma revolta armada. Na noite de 6 de novembro (24 de outubro, no calendário russo), os bolcheviques ocuparam os pontos estratégicos de Petrogrado. Abandonado por suas tropas, Kerensky foi obrigado a fugir. No dia 7, os sovietes da Rússia, reunidos em Congresso, confiaram o poder a um **Conselho dos Comissários do Povo** presidido por Lênin.

Em março de 1918, Lênin fez um tratado com os alemães: **Brest-Litowsky**, pelo qual a Rússia saía da guerra, com a finalidade de consolidar a revolução.

A defesa da revolução

Intervenção estrangeira na Rússia em 1919.

Lênin defendia a tese de que o poder deveria ser tomado pelo povo armado. Às vésperas da revolução, escreveu **Imperialismo, Estado Supremo do Capitalismo** (1916) e **O Estado e a Revolução** (1917), procurando mostrar que a posição adotada por Marx, que dizia ser necessária uma revolução burguesa para que em seguida fosse feita a revolução popular, não poderia ser considerada como última palavra, pois resultava da visão de uma Europa em fase inicial de industrialização. Lênin afirmava que a concorrência entre os Estados capitalistas conduzia à expansão externa (política imperialista) que, por sua vez, conduzia à guerra, criando assim condições para a revolução e a implantação do Estado socialista.

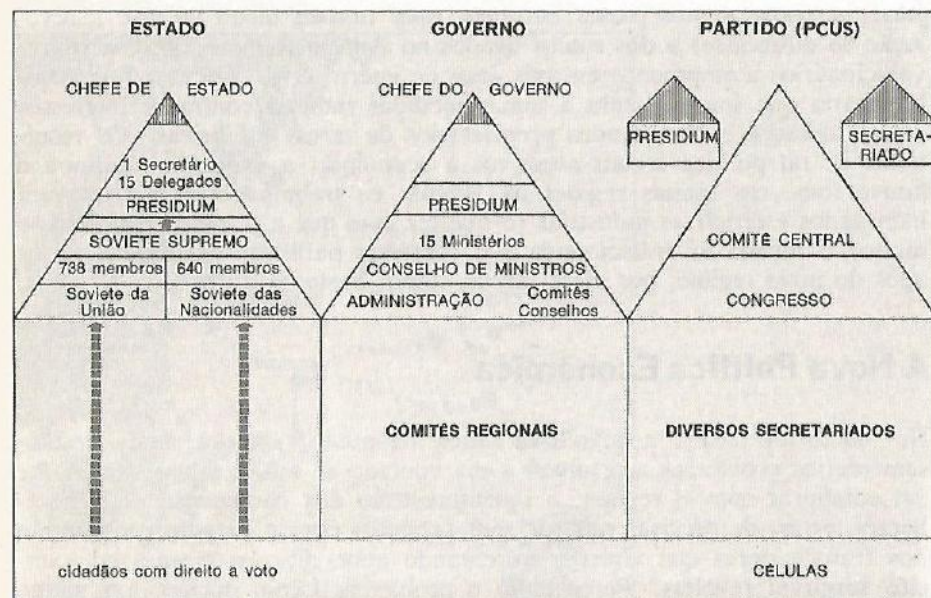
O **Conselho dos Comissários do Povo** tomou numerosas medidas para defender a revolução: suprimiu as grandes propriedades rurais, confiando sua direção aos comitês agrários; nacionalizou as fábricas, que passavam a ser controladas pelos trabalhadores. O governo se apoiava politicamente no Partido Comunista, fundado depois da revolução, e nos sovietes. Foi criado um novo exército para garantir o regime, o **Exército Vermelho**, e uma polícia política para combater os contra-revolucionários. O **Exército Vermelho** foi organizado por Trotsky, líder revolucionário que pretendia difundir o movimento pela Europa, mesmo antes de concretizá-lo na própria Rússia.

A partir de 1918, Lênin e os sovietes iniciaram a reorganização do país. A oposição dos países europeus (que tinham medo de que a revolução se difundisse) e dos russos ligados ao Antigo Regime, obrigou os revolucionários a empreenderem três anos de guerra civil. Foi essa luta revolucionária que forçou Lênin a tomar medidas radicais contra os interesses dos moderados e dos grandes proprietários de terras e fábricas. Os resultados de tal política foram negativos à economia: a produção declinou e houve fome em muitas regiões da Rússia; os trabalhadores não estavam habituados a dirigir as indústrias (o que fez com que a produção diminuísse muito), a moeda foi inflacionada e o comércio paralisou-se. Os primeiros anos do novo regime, por essas razões, foram bastante difíceis.

A Nova Política Econômica

No início de 1921, a revolução tinha triunfado, embora ainda restassem muitos problemas a resolver: a má vontade da antiga classe dominante em colaborar com o regime; a incompreensão dos camponeses, que receberam terras, de precisar repartir seus produtos com o Estado; o desânimo dos trabalhadores que vinham enfrentando anos difíceis; mesmo no exército surgiram revoltas. Percebendo o problema, Lênin iniciou, em março de 1921, a Nova Política Econômica (NEP). Como ela contivesse alguns aspectos do **capitalismo**, os ocidentais pensaram que a Rússia estivesse voltando a esse sistema; na realidade, tratava-se de uma tática de Lênin, que pretendia apenas dar um passo atrás, para depois seguir adiante. Assim, os investimentos foram dirigidos para os setores fundamentais: produ-

ção de energia e de matérias-primas básicas; importação de técnicos e máquinas estrangeiras; organização dos comerciantes e agricultores em cooperativas. Sob o ponto de vista econômico, a NEP foi um sucesso: fez crescer a produção agrícola e industrial e impulsionou o comércio. Entretanto, criou vantagens para certos grupos sociais, o que contrariava o caráter socialista do Estado. Em 1924, já era evidente o sentido passageiro da NEP. A partir de 1928, iniciou-se a aplicação dos planos qüinqüenais de desenvolvimento, introduzindo o planejamento econômico a longo prazo na administração pública, método adotado, posteriormente pelos países capitalistas. Esses planos aceleraram o desenvolvimento soviético. Lênin, depois de sua morte, foi substituído por Stalin, que disputou o poder com Trotsky. Havia uma divergência ideológica entre os dois: Stalin pretendia consolidar a revolução na Rússia para depois tentar expandi-la pela Europa; Trotsky, ao contrário, desejava iniciar imediatamente a difusão do socialismo.

A organização política da Rússia

Esquema do governo soviético.

A Constituição que estabelecia a nova forma de governo foi ratificada em janeiro de 1924. O reconhecimento do novo regime da Rússia pelas potências européias teve início com o acordo comercial celebrado com a Inglaterra em 1921. Impunha-se, então, a regularização das instituições políticas do país.

Várias províncias, que se haviam separado da Rússia durante a revolução, reintegraram-se depois que a situação se definiu. Em 1922, esses Estados, reunidos à Rússia Soviética, formaram a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas** (U.R.S.S.).

Em 1924, o Congresso dos Sovietes adotou uma Constituição que ampliava a de 1918. Previa que os sovietes seriam a base do poder político: cada soviete escolheria determinado número de representantes, que se reuniriam anualmente no Congresso dos Sovietes da União. Teoricamente, esse congresso possuía o poder supremo, mas era composto por representantes numerosos demais para exercer o governo com eficiência; por isso delegava o poder a um Comitê Central Executivo, formado por duas câmaras que possuíam, a princípio, poder exclusivamente legislativo. Na realidade, o poder pertencia ao Conselho dos Comissários do Povo e ao Presidium, órgão permanente do Comitê Central do Partido Comunista.

A integração do povo na política era feita pelos sindicatos e pelo Partido Comunista, que tinham grande importância na educação política dos trabalhadores. O partido era composto por uma minoria ativa (apenas 2% da população, em 1927). Sua organização era semelhante à dos sovietes: um congresso, um comitê central e um diretório político.

Documento básico

A liquidação da classe dos koulaks **na Rússia stalinista.**

"Stalin decidiu, em 1928, a liquidação dos **koulaks** como classe social e a coletivização dos camponeses médios e pobres. Os **koulaks** resistiram e uma luta feroz começou.

Durante o inverno de 1929-1930, a décima sexta parte do mundo conheceu uma verdadeira guerra civil. Duas centenas de milhares de famílias foram espoliadas dos seus bens e mandadas para o Norte.

Nas cidades, aqueles que resistiram, aderiram em massa aos **kolkhozes**, mas antes disso eles abateram seus animais para não cedê-los às fazendas coletivas.

O valor comunista da experiência era quase nulo, pois quem não se inscrevia nos **kolkhozes** era oprimido e forçado sob uma formidável pressão econômica e administrativa.

Onde se manifestasse qualquer hesitação, enviavam-se tropas, acompanhadas de agitadores. Houve centenas de pequenas revoltas, as mais graves no Cáucaso e na Sibéria. Acreditou-se por um momento que tudo iria explodir.

Na sua famosa brochura intitulada **O sucesso nos subiu à cabeça** (março de 1930), Stalin renegou as execuções e

distribuiu em milhões de exemplares um decreto dizendo que a coletivização deveria ser livre e progressiva...
Mais de 60% das famílias camponesas estão hoje agrupadas em **kolkhozes**; nas regiões mais produtivas, como o Kouban, não restam mais exploradores individuais. Esses **kolkhozes** são, na sua esmagadora maioria, as associações onde os meios de produção, terra, instrumentos, animais de trabalho e mão-de-obra são de propriedade comum; cada família conserva apenas sua casa e seu cercado."

G. Luciani, **Six ans à Moscou**, págs. 125-127, Picar, Paris, 1937.

Datas e fatos essenciais

Fev. de 1917: Revolução burguesa depõe o Imperador Nicolau II.

Out. de 1917: Os bolchevistas depõem o governo de Kerensky.

1918-1921: Guerra civil.

1921: Nova Política Econômica (NEP).

1924: Morte de Lênin, substituído por Stalin.

1928: Início do 1.º plano qüinqüenal.

Resumo

Introdução: Antes de terminar a **Grande Guerra**, os bolchevistas tomaram o poder na Rússia, através da **Revolução de Outubro**, implantando o socialismo.

a) O novo regime modificou a feição do Estado: o governo passou a ser dirigido pelos **sovietes** — conselho formado por operários, soldados e camponeses — e a nova organização econômica e social foi feita tendo por base a propriedade coletiva e a igualdade social.

b) Inimigos externos (países capitalistas temerosos de que a revolução socialista se difundisse) e internos (a burguesia, os nobres e os militares reacionários ligados ao Antigo Regime) criaram muitos problemas ao governo, que foi obrigado a recorrer à guerra civil para defender a revolução.

1. Antes da **Revolução de Outubro**, o poder era exercido por Nicolau II, de forma absoluta, com o apoio dos nobres — que monopolizavam a propriedade rural —, da burguesia e das tropas de elite. A organização social baseava-se na produção agrícola: 85% da população vivia no campo.

   a) A derrota russa contra o Japão, na guerra de 1905, provocou muitas críticas: os partidos políticos organizaram manifestações que foram reprimidas violentamente, a tripulação do encouraçado Potemkim amotinou-se, as greves se multiplicaram.

   b) O czar, para ganhar tempo, convocou eleições para a Duma. A **Grande Guerra** desmascarou a farsa constitucional, revelando a fraqueza da estrutura imperial.

2. A burguesia liberal, com o apoio dos socialistas, aumentou a pressão contra o czar. No início de 1917, a capital imperial, Petrogrado, foi paralisada por uma greve geral nos transportes. O czar confiava na repressão do seu exército, mas a 12 de março os soldados recusaram-se a marchar contra o povo amotinado.

   a) O movimento revolucionário, iniciado em Petrogrado, alastrou-se rapidamente: o imperador abdicou e a Duma, juntamente com os sovietes, formaram um Governo Provisório, chefiado pelo príncipe Lvov e tendo Kerensky como ministro da guerra. Esse governo representava os interesses da burguesia.

   b) O Governo Provisório resolveu manter a Rússia no sistema mundial de alianças, o que significava a continuação dos russos na **Grande Guerra**. Kerensky organizou uma ofensiva contra a Áustria, mas não conseguiu o apoio da nação: a produção continuou a cair, os preços a subir e os soldados a desertar das frentes de combate.

3. Petrogrado transformou-se num centro revolucionário: aumentava o número dos bolchevistas e dos sovietes, que exigiam a retirada da Rússia da guerra. O Governo Provisório reprimiu violentamente as manifestações públicas e perseguiu os líderes bolchevistas.

   a) A 17 de julho o Príncipe Lvov caiu e foi substituído por Kerensky, adversário dos bolchevistas. Os bolchevistas defendiam a tese da tomada do poder pela força; os menchevistas, liderados por Kerensky, eram partidários de uma revolução gradual, feita através de uma política reformista.

b) Em setembro, tropas ligadas ao Antigo Regime marcharam em direção de Petrogrado. Kerensky foi obrigado a pedir auxílio para os bolchevistas. Os inimigos da revolução foram repelidos e Kerensky ficou dependendo dos seus adversários políticos, os bolchevistas.

c) Lênin, que foi a figura mais importante da revolução, retornou à Rússia (esteve refugiado na Finlândia desde o primeiro Governo Provisório, quando começaram as perseguições aos líderes bolchevistas).

d) Assim que chegou, Lênin começou a preparar o povo para uma revolta armada. Com o apoio dos sovietes, a 6 de novembro os revolucionários ocuparam os pontos estratégicos de Petrogrado. Kerensky, abandonado por seus soldados, fugiu. No dia seguinte os sovietes reuniram-se num congresso e delegaram o poder ao **Conselho dos Comissários do Povo,** presidido por Lênin.

4. O **Conselho dos Comissários do Povo** suprimiu as grandes propriedades rurais, entregando-as aos comitês agrários, e nacionalizou as fábricas, que passaram a ser controladas pelos operários. O governo apoiava-se no Partido Comunista (fundado depois da revolução) e criou o Exército Vermelho para garantir o regime e a polícia política para combater os contra-revolucionários.

a) Trotsky, outro grande líder da revolução, organizador do Exército Vermelho, defendia a tese de difundir o movimento pela Europa imediatamente.

b) Para consolidar a revolução, ameaçada por inimigos internos e externos, o governo teve de empreender uma verdadeira guerra civil, que durou três anos.

c) Os primeiros anos do novo regime foram bastante difíceis: a produção caiu, a moeda foi inflacionada, o comércio paralisou.

5. Para superar a crise econômica em que o país estava mergulhado, Lênin, em 1921, iniciou a Nova Política Econômica — NEP.

a) Porque a nova política apresentava alguns aspectos do capitalismo os países do Ocidente imaginaram que Lênin estava trazendo a Rússia novamente para o sistema capitalista.

b) Os investimentos foram dirigidos para a produção de energia e de matérias-primas básicas, importação de técnicos e máquinas estrangeiras, organização de cooperativas de comerciantes e agricultores.

c) Essa nova política criou vantagens para certos grupos sociais, o que contrariava o caráter socialista do Estado.

d) A partir de 1928, foram adotados os planos qüinqüenais de desenvolvimento, planejando globalmente toda a economia do país, o que se constituiu numa inovação em administração pública.

6. A Constituição que regulava o novo regime ficou pronta em julho de 1921. As províncias que se uniram à Rússia depois que a revolução se implantou formaram a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — U.R.S.S.**

a) O reconhecimento do novo regime da União Soviética começou em 1921, com a Inglaterra, através de relações comerciais.

b) Em 1924, o **Congresso dos Sovietes** aprovou uma nova Constituição, que ampliava a de 1918.

Vocabulário

Comitê: reunião de membros escolhidos em uma assembléia para examinar determinadas questões.
Conselho: reunião para discutir e resolver assuntos político-administrativos.
Cooperativa: associação de agricultores ou comerciantes para organizar sua atividade.
De esquerda: de tendências comunistas.
Duma: assembléia dos representantes do povo (na Rússia).
Kolkhozes: fazendas coletivas.
Koulaks: classe de proprietários rurais em fase de ascensão que se opôs à revolução.
Nacionalizar: tornar propriedade da coletividade (representada pelo Estado).
Polícia política: polícia encarregada de perseguir os adversários políticos do regime.
Propriedade coletiva: no sistema socialista, a posse dos bens de produção (terra, capitais, máquinas) é coletiva, isto é, pertence a todos os cidadãos, representados pelo Estado; o oposto é a propriedade privada, típica do sistema capitalista.

Jorge I
(1714-1727)

Jorge II
(1727-1760)

Frederico, Príncipe
de Gales † 1751

Jorge III
(1760-1820)

Jorge IV
(1820-1830)

Guilherme IV
(1830-1837)

Eduardo,
Duque de Kent

Vitória
(1837-1901)

Eduardo VII
(1901-1910)

Jorge V
(1910-1936)

Eduardo VIII
(1936)

Jorge VI
(1936-1952)

Elizabeth II
(1952 . . .)

WINDSOR

Da dinastia Hannover aos nossos dias.

O Período Entre-guerras / As Democracias Liberais

Introdução

O período de vinte anos que medeia entre a Grande Guerra e a II Guerra Mundial (1914 e 1939), trouxe mudanças radicais na história da Europa. A Primeira Guerra Mundial marcou o início da crise européia, que se completaria no segundo conflito mundial, e projetou os Estados Unidos como potência mundial, substituindo os países europeus na hegemonia política, econômica e militar de todo o mundo.

Os Estados Unidos que, através de seu Presidente Wilson, foram os principais responsáveis pela criação da Sociedade das Nações para que ela assegurasse a paz internacional, subitamente retiraram-se da política européia, guardando um isolamento total.

Vitoriosas mas enfraquecidas, as grandes democracias liberais da Europa Ocidental estavam mal armadas para se defenderem e repletas de problemas econômicos, sociais e políticos gerados pela guerra.

A situação da Grã-Bretanha

As perdas humanas da Grã-Bretanha durante a Grande Guerra foram de 744 mil homens, cerca de 6% da população masculina; o total em todo o Império Britânico atingiu 950 mil mortos. Aproximadamente 32% da riqueza da nação foi perdida durante a guerra.

A indústria estava em crise, sofrendo a concorrência de outras potências industriais que haviam surgido durante a guerra, e pela retração do comércio europeu. O número de desempregados era muito grande. As greves se sucediam, pressionando o governo no sentido de intervir na economia para resolver a crise.

O Partido Liberal, que vinha liderando a vida política, foi substituído pelo Partido Trabalhista, surgido em 1906. Em janeiro de 1924, formava-se o primeiro gabinete trabalhista, chefiado por Ramsay MacDonald, que dependia dos liberais para vencer os conservadores. Por isso, nenhuma reforma de importância foi conseguida. Apenas reconheceu oficialmente o novo governo da U.R.S.S. e preparou a política de cooperação econômica com a França e Alemanha (**Tratado de Locarno**).

Logo depois os conservadores voltaram ao poder, ainda no período de 1924-29, chefiados por Stanley Baldwin. A prosperidade aparente do período permitia a tomada de medidas superficiais. O padrão-ouro foi restaurado em 1925, isto é, o papel-moeda em circulação voltou a ter garantia em ouro no Banco da Inglaterra.

O número de desempregados permanecia alto — nunca desceu a menos de 1 milhão de pessoas. Como os países europeus que participaram da guerra procurassem defender suas economias pela desvalorização da sua moeda — que tornava seus produtos mais baratos no comércio internacional — a situação da indústria inglesa tendia a agravar-se.

O Império Britânico dissolvia-se. Os antigos Estados-membros tornavam-se independentes. Na Irlanda, organizou-se o Estado Livre da Irlanda do Sul.

Em 1929, os trabalhistas retornaram ao poder com MacDonald, dependendo ainda dos liberais. Este foi o ano da crise econômica mundial, iniciada em Nova York. As exportações britânicas reduziram-se bruscamente e o número de desempregados subiu a 3 milhões de pessoas.

A crise econômica forçou a baixa dos preços dos produtos industriais ingleses. O comércio começou a ser taxado com pesadas tarifas alfandegárias.

Os conservadores retomaram as rédeas do governo, de 1931 a 1945, se bem que aparentemente o governo se constituísse de uma coligação de partidos.

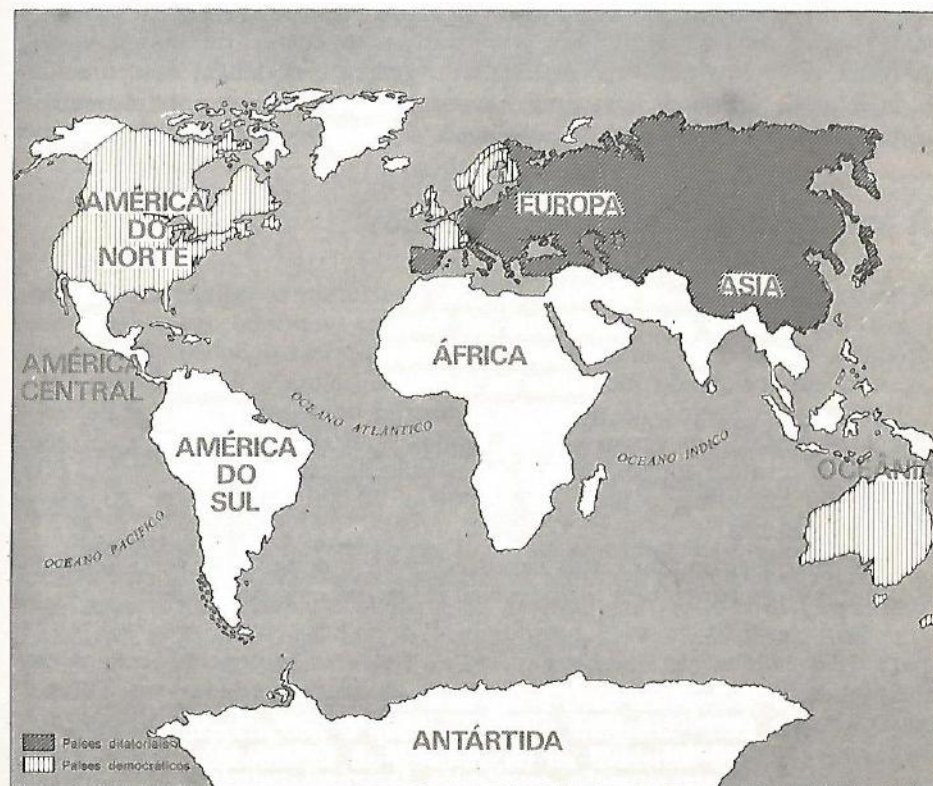
A Conferência de Ottawa reunindo em 1932 os países-membros da Comunidade Britânica (Commonwealth) e a Inglaterra, procurou dinamizar o comércio dentro da Comunidade pela adoção de tarifas protecionistas. Os efeitos foram positivos. A economia recuperou-se, o nível de desemprego baixou, voltando à cifra normal de 1 milhão.

Não se verificaram, portanto, modificações radicais na economia. Os líderes que se seguiram a MacDonald, tanto Baldwin quanto Chamberlain, procuraram governar equilibrando a receita e a despesa.

Sob o ponto de vista social, os problemas econômicos geraram oposições ao sistema político existente. Surgiram partidos com tendências comunistas e partidos com tendências fascistas. O número de adeptos que conseguiram angariar não foi suficiente para que se tornassem realmente um problema para o governo britânico. A democracia liberal inglesa continuava firme na sua trajetória política.

A França no pós-guerra

A participação na guerra foi desastrosa para a França — 10% do seu território foi devastado, 30% da riqueza nacional foi destruída e 14% da população masculina — cerca de 1,4 milhões de homens — morreu.

Confiando que os alemães pagariam as reparações e indenizações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes, o governo francês financiou a reconstrução das regiões devastadas, emitindo apólices. Por volta de 1920 a reconstrução projetada estava pronta, mas a inflação provocada pela emissão, somada ao custo da guerra, elevava o **deficit** orçamentário do Estado a 294 bilhões de francos em 1921 (o **deficit** era de 32 bilhões em 1914).

Democracia e totalitarismo no período entre-guerras.

A grave crise econômica, que se refletia na desvalorização da moeda, fez retornar ao poder Raymond Poincaré, o qual tinha sido repudiado pelo eleitorado após patrocinar uma desastrosa ocupação do Vale do Ruhr, na Alemanha, a fim de forçar o pagamento das reparações (1923).

Seu programa de governo apoiou-se no combate à inflação, aumento de impostos e corte de despesas. O franco recuperou-se sensivelmente.

Nos anos 20, a França já havia se restaurado, o que lhe permitiu enfrentar a crise de 1929. Durante essa crise, o número de fascistas e comunistas aumentou. Em 1934, os fascistas tentaram um golpe, que falhou. Formou-se então uma Frente Popular, composta por partidos de esquerda, que ganhou a eleição levando ao poder o Primeiro-ministro socialista Léon Blum (4 de junho de 1936).

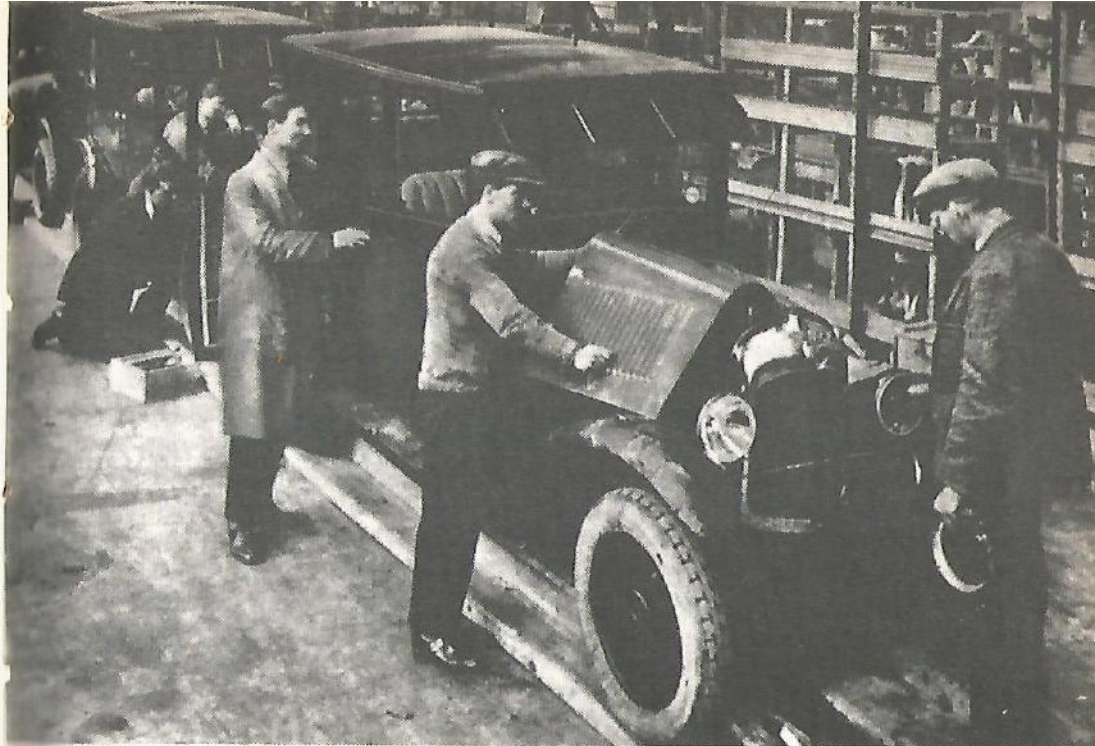
O governo de Blum promoveu várias reformas, favoráveis aos trabalhadores cujos efeitos políticos foram contraditórios: por um lado diminuiu a pressão dos trabalhadores; por outro, aumentou a pressão dos capitalistas prejudicados que, não querendo colaborar com o governo, passaram a remeter seu capital para o exterior. Em 1937, os níveis de produção da indústria francesa tinham caído a índices inferiores à época da grande crise de 1929. O governo de Blum não resistiu à crise.

Apesar da restauração, os problemas fundamentais da França continuavam: os efeitos morais e materiais da guerra não tinham desaparecido e as lutas de classe se agravaram: a burguesia não aceitava reformas sociais e econômicas capazes de solucionar a situação crítica do país.

A arrancada dos Estados Unidos

A guerra enriqueceu os Estados Unidos, que foram os principais fornecedores dos aliados que combatiam na Europa, suprindo esses países de produtos alimentícios, manufaturas e matérias-primas. Substituíram ainda os europeus, ocupando mercados na América Latina e Ásia. Entre 1914 e 1918, o crescimento da produção industrial norte-americana foi de apenas 15%. Mas, em certos setores ligados à produção de guerra, o crescimento percentual foi bem maior: a extração de carvão passou de 513 000 a 685 000 toneladas, o ferro de 45 000 a 80 000 e o aço de 20 000 a 30 000 toneladas.

A guerra estimulou a sua indústria naval, que passou a ser a segunda do mundo. A agricultura desenvolveu-se na mesma proporção.

Seu comércio exterior passou de 435 milhões de dólares em 1914 para 3,56 bilhões de dólares em 1917. Este enriquecimento com o comércio de guerra permitiu-lhes pagar as dívidas contraídas na Europa. Passaram de devedores para credores: emprestaram 10 bilhões de dólares aos beligerantes. Em 1918 detinham a metade do estoque mundial de ouro. Essa situação econômica favorável permitiu ao governo norte-americano emitir sem desvalorizar a moeda.

A linha de montagem *é um dos requintes da produção em série, que fizeram aumentar extraordinariamente a produção de automóveis nos Estados Unidos.*

Apesar dessa situação, havia problemas internos: os capitalistas estavam descontentes com os impostos sobre a indústria de guerra; a elevação do custo de vida descontentava a média e baixa população; o Presidente Wilson era alvo das críticas.

Nas eleições de novembro de 1918, os republicanos conseguiram colocar a maioria dos deputados e senadores no Congresso. Começou o conflito entre o Presidente e o Congresso. O problema era a participação dos Estados Unidos na Liga das Nações, criada por iniciativa do Presidente. O Senado não ratificou a participação do país na Liga.

Entre 1920 e 1921 ocorreu uma grave crise econômica, resultante da retração das exportações, o que paralisou a indústria. Esta retração, por sua vez, foi conseqüência da recuperação da indústria européia e da diminuição dos empréstimos norte-americanos para a Europa, o que diminuiu seu poder de compra.

As eleições presidenciais de 1920 apresentavam duas tendências: os republicanos pregavam o **retorno à normalidade**, o que equivalia dizer o isolamento norte-americano da política européia; os democratas, representados por Wilson, percebiam que o desligamento da política européia era impossível pelos interesses econômicos do seu país na Europa.

Warren Harding, candidato republicano, foi eleito com uma maioria de 7 milhões de votos. Seu governo estava ligado aos interesses dos grandes empresários. Por isso, abstinha-se de toda e qualquer intervenção no setor econômico.

Foram impostas restrições à imigração européia, para não concorrer com a mão-de-obra do país e evitar a entrada dos ideais comunistas. As greves foram contidas. Os sindicatos das empresas se organizaram contra os sindicatos dos trabalhadores, criando uma polícia particular e corpos organizados de furadores de greve.

Os republicanos mantiveram-se no poder: Warren Harding, morto em 1923, foi substituído por Calvin Coolidge, reeleito em 1924; em 1928 o secretário de Estado Herbert Hoover foi eleito presidente. Era um período de franca prosperidade.

O "american way of life"

O crescimento econômico dos Estados Unidos foi prodigioso: no conjunto cresceu 64% de 1923 a 1929.

A política de altos salários, adotada por Henry Ford, foi seguida por outros industriais. O objetivo dessa política salarial era o de aumentar o consumo de produtos industriais dentro do próprio país. A venda a crédito elevou o poder de compra imediata. Calcula-se que 40% das vendas imobiliárias e 60% das vendas de automóveis eram feitas a prazo.

Os supermercados representavam a concentração econômica no setor da distribuição a varejo. O dinamismo da economia dava aos norte-americanos a idéia de que a prosperidade seria permanente.

Havia, entretanto, alguns pontos falhos: o desemprego normal aumentava devido ao desenvolvimento tecnológico. A média constante de desempregados era de 2 milhões.

A agricultura tinha problemas sérios: a redução dos preços dos produtos agrícolas arruinou os proprietários, que perderam suas terras hipotecadas. Mais de 2 milhões de agricultores deixaram suas terras, em direção aos centros industriais, agravando o problema do excesso de mão-de-obra.

O progresso econômico naturalmente valorizava o patrimônio das grandes empresas. As ações da General Motors subiram de 105 a 220 entre 1925 e 1929. Essa valorização excepcional não era real. Resultava, principalmente, da especulação dos cambistas que compravam e vendiam ações na Bolsa.

Esse dinamismo econômico ocultava a realidade difícil da economia norte-americana, sustentada em bases frágeis e dependente do consumo europeu.

A forma de vida típica dos norte-americanos passou a ser considerada como exemplo da moderna civilização ocidental: a construção dos altíssimos edifícios, a multiplicação das residências, dos carros, dos aparelhos domésticos. Esse estilo de vida atenuava as diferenças sociais: o crédito permitia a todos adquirir um carro ou uma casa. O rádio, o cinema e a televisão, bem como as diversões públicas, tiveram grande desenvolvimento.

Conscientes da excelência de sua civilização, os norte-americanos procuraram defendê-la. Surgiram assim as ligas moralistas, que acabaram por resultar na proibição das bebidas alcoólicas em 1919, gerando os contrabandistas de álcool e os "gangsters" de Chicago, bem representados por Al Capone.

As relações entre os Estados Unidos e o resto do mundo foram bastante modificadas com a guerra. A dívida dos países europeus para com os Estados Unidos elevava-se a 15 bilhões de dólares. A sua ligação econômica com a Europa tornara-se indissolúvel, pois que das suas importações dependia a continuidade do progresso norte-americano.

A ameaça japonesa no Extremo Oriente levou os Estados Unidos a convocar a Conferência de Washington em 1922, na qual foi dado um golpe nas ambições japonesas. O poderio do país caminhava em direção ao Pacífico.

Na América Latina, os americanos substituíram a **política do dólar** (empréstimos aos governos leais pelos americanos) pela **política de intervenção**, caracterizada no corolário Roosevelt de 1904, segundo a qual os americanos arrogavam-se o direito de intervir onde quer que os interesses americanos fossem ameaçados.

Em relação à Europa, os Estados Unidos seguiam a política republicana de isolamento, que atendia à opinião pública americana: apenas enviavam observadores às conferências européias. No plano econômico, residia o problema principal dessa relação; depois de 1921, o governo americano não concedeu mais empréstimos à Europa; mas o capital privado continuou a afluir aos países europeus, com o estímulo do governo. O Departamento de Estado desaconselhou o empréstimo aos países que não houvessem pago suas dívidas anteriores. Em 1923, a crise monetária da Alemanha colocava em perigo os investimentos norte-americanos no país e, por isso, o Departamento de Estado sugeriu aos investidores privados que ajudassem a Comissão de Reparação Alemã.

Por esse motivo, foram organizados os Planos Dawes (1924) e Young (1929). Ambos marcam a reentrada dos Estados Unidos nas questões européias, mas somente no âmbito econômico.

Documento básico

A reconstrução da França.

"A reconstrução das regiões devastadas pela guerra foi o principal problema das nações européias. A região dos Vosges ao Yser sofreu perdas extraordinárias durante quatro anos de batalhas.

O termo **reconstrução,** muito usado na época, adquiriu todo seu significado na França, onde, em 1926, a reconstrução das regiões devastadas tinha praticamente terminado. Foi uma obra muitó grande, inesquecível, que realizou nosso país. Uma obra que necessitou de muita energia e na qual se vê uma prova da vitalidade francesa.

Algumas cifras darão uma idéia dos resultados obtidos em 1925. A população da região devastada era, em 1914, de 4,69 milhões; caiu a 2,07 milhões no fim de 1918, estando em 1925 com 4,27 milhões. Foram destruídos 2,40 mil quilômetros de vias férreas, 1 566 quilômetros de canais. Em 1925, 2 361 quilômetros de vias férreas e 1 505 quilômetros de canais tinham sido recuperados. Do 1,92 milhões de hectares de terras cultivadas destruídas, cerca de 900 mil estavam ainda incultos em 1921; somente 125 restavam em 1925."

Citado por L. Gothier e A. Troux, **Recueils de Textes d'Histoire,** vol. V, pág. 286.

Datas e fatos essenciais

Grã-Bretanha

1924:	Primeiro Gabinete Trabalhista: Ramsay MacDonald.
1924:	Volta dos conservadores: Stanley Baldwin.
1929:	Volta ao poder com os trabalhistas.
1931:	Novamente os conservadores no poder.
1932:	A Comunidade Britânica realiza a Conferência de Ottawa.

França

1921:	**Deficit** orçamentário de 294 bilhões de francos.
1923:	Ocupação do Vale do Ruhr.
1934:	Golpe frustrado dos fascistas.
1936:	Frente Popular elege Léon Blum.

Estados Unidos

1918:	Os Estados Unidos detêm metade do estoque mundial de ouro.
1921:	Crise econômica de superprodução.
1923:	Empréstimos particulares à Europa.
1924:	Plano Dawes.
1929:	Plano Young.

Resumo

Introdução: No decorrer dos vinte anos que separaram as duas guerras mundiais (a de 1914 e a de 1939), os Estados Unidos substituíram os países europeus na hegemonia mundial.

a) Os Estados Unidos, depois de criada a Sociedade das Nações (iniciativa do Presidente Wilson), adotaram uma política isolacionista com relação aos países da Europa.

b) As grandes democracias liberais da Europa Ocidental, apesar de vitoriosas na Grande Guerra, enfrentavam graves problemas políticos, sociais e econômicos.

1. A Grã-Bretanha perdeu cerca de 744 mil homens na guerra (6% da população masculina), e o Império Britânico todo, 950 mil; a riqueza da nação foi reduzida em 32%.

   a) A crise na indústria provocou grande desemprego; as greves se sucediam, exigindo a intervenção do governo na economia para debelar a crise.

   b) Em 1924 formou-se o primeiro gabinete trabalhista, chefiado por Ramsay MacDonald; dependendo dos liberais para vencer a oposição conservadora, pouco conseguiu: reconheceu oficialmente o novo governo da União Soviética, iniciou a política de cooperação econômica com a França e a Alemanha, mas nenhuma reforma de importância foi feita.

   c) Nesse mesmo período de 1924-1929, os conservadores voltaram ao poder, chefiados por Stanley Baldwin; foi restaurado o padrão-ouro do papel-moeda em circulação, mas a situação da indústria tendia a agravar-se (aumentava a concorrência dos novos países industriais), o desemprego se man-

tinha elevado, o Império se desmembrava — antigos Estados-membros tornavam-se independentes.

d) Em 1929, através do mesmo MacDonald, os trabalhistas retornaram à chefia do governo. Veio a crise mundial de 1929 e a situação da Inglaterra piorou mais ainda: o número de desempregados ultrapassou a casa dos 3 milhões, as exportações caíram verticalmente, os produtos industriais baixaram de preço, o comércio foi taxado com pesadas tarifas alfandegárias.

e) Os conservadores subiram novamente em 1931, dessa vez através de uma coligação de partidos; essa coligação era apenas um artifício: na verdade, de 1931 a 1945, os conservadores monopolizaram o poder na Inglaterra.

f) Para superar a crise agravada em 1929, foi realizada a Conferência de Ottawa, em 1932, reunindo toda a Comunidade Britânica; a conferência adotou tarifas protecionistas para o comércio dentro da Comunidade, e os resultados foram positivos.

g) Apesar do surgimento de movimentos com tendências comunistas e fascistas, e sem terem feito mudanças radicais nem na economia, nem na administração e nem na forma de governo, a democracia liberal inglesa conseguiu se firmar.

2. A França foi o país que mais sofreu com a Grande Guerra, porque a luta se desenrolou no interior do país: 10% do seu território foi devastado; 30% da sua riqueza foi destruída; 14% da sua população masculina morreu.

a) Confiando em que os alemães pagariam as dívidas de guerra conforme o que estipulava o Tratado de Versalhes, a França investiu maciçamente na reconstrução.

b) A crise econômica resultante foi sanada pelo plano de reconstrução, executado por Poincaré.

c) Em 1934, os fascistas tentaram um golpe contra o governo, mas falharam.

d) Em conseqüência formou-se a Frente Popular, de partidos da esquerda, que ganharam a eleição e levaram ao poder o socialista Léon Blum.

e) Esse governo promoveu várias reformas favoráveis aos trabalhadores, o que desgostou os capitalistas que boicotaram os planos governamentais de desenvolvimento, inclusive remetendo seu dinheiro para o exterior.

f) Em 1937 caiu o governo de Blum. Apesar da restauração francesa, os problemas fundamentais do país continuaram.

3. Os Estados Unidos foram o país que mais se beneficiou com a Grande Guerra, tornando-se o mais rico e poderoso de todo o mundo.

a) Além de terem suprido as necessidades dos aliados que combatiam na Europa, os Estados Unidos substituíram os europeus nos mercados da América Latina e Ásia, que tiveram de abandoná-los em virtude da guerra.

b) De devedores, os Estados Unidos passaram a credores da Europa depois da guerra. Seu comércio exterior passou de 435 milhões de dólares em 1914 para 3,56 bilhões de dólares em 1917. Em 1918 tinham em seu poder metade do estoque mundial de ouro.

c) Apesar dessa situação favorável, havia problemas e descontentamentos internos. Nas eleições de 1918, os republicanos conseguiram maioria no Congresso, e começou um conflito entre o presidente, que era democrata, e o Congresso.

d) Nas eleições presidenciais de 1920 disputavam duas tendências: a dos republicanos, defendendo uma política isolacionista com relação à Europa, e a dos democratas, que não queriam o desligamento da política européia. Venceram os republicanos, com Warren Harding, ligado aos interesses dos grandes empresários.

e) Foram impostas severas restrições à imigração européia, com o pretexto de não trazer concorrência à mão-de-obra norte-americana e impedir a entrada de ideais comunistas. Foram organizados sindicatos de empresa para concorrer com os sindicatos de trabalhadores. Os sindicatos de empresa tinham polícia particular e contratavam furadores de greve para sabotar os movimentos grevistas.

f) Os republicanos mantiveram-se no poder e o país entrou num período de grande prosperidade.

4. O crescimento econômico dos Estados Unidos de 1923 a 1929 foi de 64%, façanha jamais igualada. Adotando uma política salarial de altos ordenados, favoreceu o consumo no mercado interno, que era favorecido ainda pela venda a crédito — calcula-se que 40% das vendas imobiliárias e 60% das de automóveis nessa época foi a prazo.

a) Havia problemas como o desemprego, aumentado com o êxodo rural determinado pela crise nos preços dos produtos agrícolas, que arruinou muitos fazendeiros. As valorizações na Bolsa de Valores muitas vezes eram artificiais, provocadas por manobras de especuladores.

b) Na América Latina foi adotada a política de intervenção quando os interesses norte-americanos fossem ameaçados. Na Europa, continuava a política isolacionista, excetuando-se os empréstimos privados.

Vocabulário

American way of life: expressão usada para caracterizar o modo de vida nos Estados Unidos.
Gabinete: Ministério.
Investir: empregar capitais.

O Período Entre-guerras / A Crise Econômica de 1929

Introdução

Uma das conseqüências da Primeira Guerra Mundial, no campo econômico, foi a grande crise de 1929. Depois dessa guerra, os Estados Unidos assumiram a hegemonia mundial, passando de potência devedora a potência credora no mercado internacional. Sua agricultura e sua indústria tinham-se desenvolvido enormemente. As reservas de ouro acumuladas nos bancos norte-americanos superavam as de todos os outros países do mundo. Nenhum outro país alcançara antes tamanha supremacia financeira.

Os Estados Unidos passaram então a fazer vultosos empréstimos a outros países, tanto aos vencidos quanto aos vencedores da Grande Guerra. Dessa forma ajudaram a reconstrução da Europa arruinada pela guerra, conseguindo ao mesmo tempo manter elevado seu nível de exportações para esses países. Foi graças a essa política, que o desenvolvimento industrial norte-americano atingiu níveis nunca vistos, ao mesmo tempo em que dava vazão ao excedente da produção e do capital ocioso.

O crescimento econômico dos Estados Unidos veio acompanhado por um estado de extrema euforia social, o que dificultava uma visão crítica dos perigos que esse crescimento desordenado poderia causar.

Causas da crise

A crise de 1929 foi causada, sobretudo, pela insistência norte-americana em manter depois da guerra o mesmo ritmo de produção alcançado durante ela, quando abastecia os países envolvidos no conflito, fornecendo desde produtos alimentícios até manufaturas e combustível.

Terminada a guerra, os países europeus recomeçaram a produção de bens que durante o conflito importavam dos Estados Unidos. Com isso caíram as exportações do país e o mercado interno norte-americano viu-se abarrotado de produtos que não conseguia absorver. A solução seria reduzir a produção em determinados setores, o que provocaria séria crise econômica e social: a curto prazo a indústria, a agricultura e a mineração, teriam que diminuir o movimento de seus negócios, o que representaria baixa nos seus lucros e maior número de desempregados. A política do governo, essencialmente liberal, não poderia cogitar em intervir na produção; os empresários, por sua vez, só viam seus interesses imediatos; logo, não concordavam com essa solução. Ninguém pressentia o real perigo da situação. Confiava-se que o progresso e a estabilidade do país fossem suficientemente fortes para absorver qualquer excedente de produção.

Para enfrentar essa situação, foi usado o seguinte esquema: os capitais excedentes no mercado americano foram emprestados a países carentes de reservas financeiras, para que estes pudessem comprar dos Estados Unidos. Esses países adquiriram, principalmente, máquinas e acessórios, com

A Bolsa de Nova York.

A quinta-feira negra.

os quais reequiparam suas indústrias. Outra parte dos capitais norte-americanos excedentes foi investida diretamente nos Estados Unidos, sob a forma de créditos de consumo, para estimular as compras no mercado interno. A produção agrícola não consumida foi armazenada, para evitar que um excesso de oferta baixasse demasiadamente os preços dos produtos. Assim, os fazendeiros tiveram que arcar com as despesas de armazenagem que, em geral, foram tão altas que os obrigaram a hipotecar suas propriedades para poder pagá-las. Os estoques de cereais foram-se acumulando. Se fossem lançados ao mercado de uma só vez, provocariam uma queda muito brusca dos preços, o que levaria muitos fazendeiros à falência e os impediria de pagar os juros sobre os empréstimos que haviam contraído para financiar o armazenamento dos excedentes.

Como se deu a crise

Na segunda metade do ano de 1929, vários fatores contribuíram para agravar a situação econômica norte-americana. Os capitais investidos por empresários americanos no exterior, com garantia do próprio governo, foram bruscamente retirados (o governo decidira suspender as garantias, devido, sobretudo, ao conturbado estado de coisas nos países europeus, principalmente na Alemanha); a conseqüência imediata dèssa atitude foi a diminuição das exportações americanas.

Desempregados aguardam a sopa dos pobres.

Ainda no plano externo, deve-se considerar a volta da Inglaterra e da França ao comércio internacional, o que também contribuiu para a queda das exportações norte-americanas.

No plano interno, os grandes estoques acumulados de cereais começavam a afetar os preços dos produtos agrícolas pelo simples fato de se saber de sua existência: os preços foram baixando, tornando difícil a situação dos fazendeiros, que começaram a falir por não poderem pagar suas dívidas. As fazendas passavam a ser propriedades dos bancos. A produção industrial chegou a exceder consideravelmente o consumo; as indústrias começaram então a diminuir o ritmo de produção, deixando grandes massas de operários sem emprego. Estes numerosos desempregados não tinham capacidade para comprar nada, o que fazia com que o consumo diminuísse ainda mais. Estava formado um círculo vicioso: quanto mais produtos sobravam, maior era a paralisação da produção; quanto menos as fábricas trabalhavam, maior era o número dos desempregados, menor o consumo e pior a situação geral.

A crise refletia-se na Bolsa de Valores de Nova York, onde eram negociadas as ações das grandes companhias americanas. A maior parte dessas companhias era de capital aberto, ou seja, as ações que compunham seus capitais estavam nas mãos de muitas pessoas. A situação crítica dessas companhias fez baixar tanto o valor real como o valor especulativo, pelo qual eram compradas e vendidas essas ações na Bolsa. Muitos acionistas, alarmados, procuraram vender suas ações, pois achavam que era mais seguro ficar com dinheiro na mão. Mas os que queriam vender eram bem mais numerosos do que os que queriam comprar, de maneira que as ações eram oferecidas a preços cada vez mais baixos.

Para evitar a crise total, e pretendendo aproveitar-se da baixa geral, um grupo de banqueiros de Nova York comprou uma imensa quantidade de ações, das mais diversas companhias, a preços muito baixos. Assim, lançaram grande quantidade de dinheiro na Bolsa. Isto se deu em fins de 1929. Em inícios de 1930, esses banqueiros pretenderam vender suas ações a preços altos, mas não o conseguiram. Quando lançaram as ações no mercado, elas não valiam nada. Ninguém queria comprá-las. As empresas estavam falidas e os bancos também. Os agricultores perderam as terras hipotecadas e o cultivo parou. O desemprego espalhou-se pelo país inteiro. E a crise refletiu-se no mundo todo.

Documento básico

Mecanismos da crise econômica de Nova York em 1929.

"Em 1923, a produção agrícola da Europa era 15% inferior à de 1903. Mas os países novos continuaram a aumentar sua produção. Os norte-americanos estavam empolgados pela mística da prosperidade.

A partir de 1927, a Europa já ultrapassara a sua produção de antes da guerra. Portanto, o perigo voltava.

Na Bolsa de Nova York as ações subiam como flechas.

No início de 1927 a outubro de 1929, elas foram de cerca de 130 para 218 pontos. Com seus rendimentos fixos, os proprietários desses títulos melhoravam o seu nível de vida. Eles compravam tudo o que fosse lançado no mercado...

Assim, de 1927 a 1929, a produção de automóveis nos Estados Unidos dobrou. Em 1929, a produção mundial ultrapassava em 50% à de 1914. Mas desde o ano anterior o custo das matérias-primas e dos produtos agrícolas tendia a cair. Eram nuvens negras que se acumulavam no horizonte. A tormenta ia estourar.

Em 1929, a indústria automobilística começou a ser atingida, logo seguida pelas outras. A crise mundial foi construída nos mercados mundiais, quando o custo das matérias-primas desmoronou. Em todo o mundo, os países agrícolas arruinados não podiam adquirir produtos dos países industrializados, que também estavam arruinados. O trabalhador agrícola e o industrial encontravam-se face a face, de braços cruzados, com seus estoques invendáveis a seus pés. Nos Estados Unidos a produção declinou. De 1929 a 1933, a produção do aço baixou de 56 para 13 milhões de toneladas. O número de desempregados chegou a 12 milhões."

P. Reynaud, **La France a sauvé l'Europe**, tomo I, págs. 57-59.

Datas e fatos essenciais

2.º semestre de 1929:	Agravamento da crise.
Fins de 1929:	Grupo de banqueiros investe na Bolsa de Nova York.
Início de 1930:	Tentativa desses banqueiros de vender as ações compradas.

Resumo

Introdução: A conseqüência mais grave que a Grande Guerra trouxe aos Estados Unidos foi a crise de 29, que se refletiu na maioria dos países do mundo.

a) Para manter o nível de suas exportações e dar vazão ao excedente da produção e do capital ocioso, os Estados Unidos financiaram a reconstrução dos países arruinados pela guerra.

b) O crescimento econômico do país provocou um estado de euforia geral, o que impedia uma avaliação crítica dos perigos a que se expunha a nação com esse crescimento desordenado.

1. A principal causa da crise de 29 foi a insistência dos empresários em manter o mesmo ritmo de produção depois de terminada a guerra, apesar da retração dos mercados importadores.

   a) A solução, que seria reduzir a produção em determinados setores, não era praticável por dois motivos: incompreensão dos empresários que não queriam ter seus lucros diminuídos, impossibilidade de o governo intervir na produção, dada sua política liberal.

   b) Para enfrentar a situação, foi adotado o seguinte esquema: os países carentes de reservas financeiras receberam empréstimos dos capitais excedentes dos Estados Unidos para comprarem produtos norte-americanos; outra parte desse capital excedente foi aplicada no mercado interno, sob a forma de créditos para o consumo.

   c) Os países que receberam esses empréstimos compraram principalmente equipamentos para suas indústrias, o que representava, a médio prazo, concorrência para os produtos norte-americanos.

   d) O excesso da produção agrícola foi estocado para manter os preços, mas as despesas de armazenagem corriam por conta dos fazendeiros. Os estoques foram crescendo, e se fossem lançados ao mercado provocariam queda nos preços. Os fazendeiros chegaram ao ponto de insolvência com as despesas de armazenamento.

2. No segundo semestre de 1929 fatores externos e internos agravaram ainda mais a situação econômica norte-americana.

   a) A política européia voltou a viver um clima de insegurança, o que fez com que os capitais norte-americanos lá investidos retornassem aos Estados Unidos; em conseqüência, as importações da Europa caíram automaticamente.

   b) Inglaterra e França voltaram ao comércio internacional, concorrendo com os produtos norte-americanos.

   c) A política de estocagem dos produtos agrícolas excedentes provocou contínua baixa nos seus preços. Os fazendeiros começaram a falir.

   d) As indústrias, para contornar a superprodução, passaram a despedir seus trabalhadores, criando enorme massa de desempregados.

   e) Formava-se o círculo vicioso: excesso de produção, paralisação da produção, mais desempregados, menor consumo.

   f) Os pequenos acionistas correram à Bolsa para vender suas ações, acreditando que o dinheiro na mão era mais seguro Não havia compradores. As cotações caíam cada vez mais.

   g) Procurando evitar a crise total e também porque deveria ser bom negócio comprar na baixa, um grupo de banqueiros de Nova York adquiriu enorme quantidade de ações, das mais diversas companhias. No começo de 1930 tentaram vender essas ações, mas não conseguiram — seu valor era nulo.

   h) As empresas estavam falidas, bem como os bancos; os fazendeiros perderam suas terras hipotecadas e a produção agrícola caiu a níveis baixíssimos; o desemprego espalhou-se por todo o país; a crise refletiu-se em todo o mundo.

Vocabulário

Ação: título ou documento que representa uma unidade das cotas-partes de uma empresa cujo capital é formado por ações (as sociedades anônimas, p. ex.).

Crédito de consumo: crédito que tem por objetivo forçar o consumo.

Insolvência: situação de quem não pode pagar suas dívidas.

Valor especulativo (de uma ação): quando a cotação de uma ação é superior ao seu valor real.

Valor nominal (de uma ação): valor declarado no título ou documento.

Valor real (de uma ação): valor proporcional aos dividendos distribuídos pela empresa emitente da ação, bem como ao patrimônio dessa empresa.

Wilson

Coolidge

Hoover

Presidente Roosevelt

O Período Entre-guerras / A Luta dos Estados Unidos contra a Crise

Introdução

As repercussões da crise econômica de 1929, dentro dos Estados Unidos, foram de tal ordem que exigiram uma profunda modificação na política econômica do país. O capitalismo liberal teve de ceder lugar ao capitalismo monopolista. O governo assumiu um papel mais atuante na organização da vida econômica norte-americana, com o fim de evitar os abusos da classe empresarial.

O Partido Democrata substituiu o Partido Republicano no poder, com a eleição de Roosevelt para a presidência. Roosevelt interveio na economia do país, conseguindo restaurá-la com o **New Deal**, expressão como ficou sendo conhecida a sua nova política.

A II Guerra Mundial veio encontrar os Estados Unidos já restaurados, prontos para gozar novo surto econômico, dessa vez controlado pelo governo.

Outros aspectos da crise nos Estados Unidos

Depois da crise financeira de 1929-1930 — particularmente após suas repercussões na indústria e na agricultura — tornava-se necessário e urgente adotar medidas que sanassem seus efeitos. Tais medidas só poderiam partir do governo, que se via obrigado, pelas circunstâncias, a intervir na vida econômica do país.

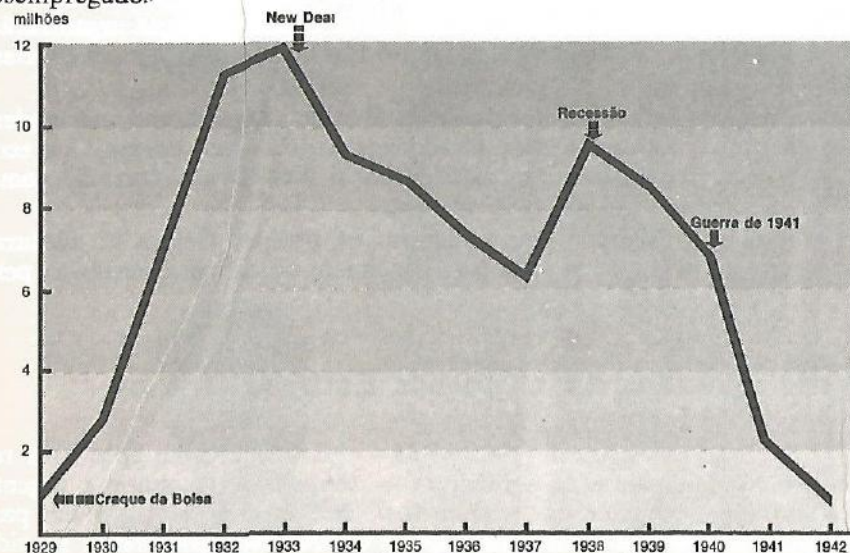
Até então o governo norte-americano só interviera de maneira muito geral — a fixação da produção, dos salários e dos preços fora sempre feita pelos próprios empresários, dada a política liberal que o governo sempre adotara.

Evidentemente, os empresários só adotavam medidas de acordo com seus próprios interesses: pagavam salários baixos, mantinham os preços elevados, aumentavam a produção. Quando o mercado não podia absorver toda a produção, encontravam soluções através do financiamento da estocagem. Esse sistema de organização da economia era o **capitalismo liberal**: os empresários gozavam de total liberdade e a intervenção do governo era praticamente nula.

Mas o desenvolvimento da crise mostrara claramente os perigos de tal sistema. O governo percebeu que era necessária uma intervenção mais enérgica na economia do país, regulando a produção e fixando, dentro de certos limites, preços e salários. Era o fim dos "anos loucos".

A economia norte-americana depois da crise

Depois do desastre de outubro de 1929, as ações vendidas na Bolsa de Nova York desceram em cerca de 80% do seu valor em apenas um mês. Os investidores, amedrontados, deixaram de operar. Essa situação perdurou, praticamente, até 1932.

Entre 1929 e 1932, 85 mil empresas americanas faliram. O valor total da produção nacional desceu à metade dos níveis anteriores à crise. A renda dos operários caiu em 40%. Havia pelo menos 12 milhões de desempregados

Curva do desemprego nos EUA após a crise de 1929.

Não faltava quem pensasse que a crise tinha sido o resultado de um longo período de progresso e que, depois de terminada, outro período de progresso viria... naturalmente. Mas os anos passaram e a crise perdurou. Viu-se então, claramente, que os empresários, que até então tinham dirigido a economia americana, não seriam capazes de solucionar a crise.

A massa dos desempregados, os agricultores falidos, os industriais arruinados e os investidores desorientados passaram a exigir reformas econômicas que dinamizassem a economia americana. Abandonava-se o capitalismo liberal e começava a era do **capitalismo monopolista**, ou intervencionista, no qual o Estado passou a ter um papel importante na política econômica do país.

As repercussões políticas nos Estados Unidos

Após o fim da I Guerra Mundial, todos os presidentes dos Estados Unidos foram eleitos pelo Partido Republicano, e todos tinham adotado uma política geral isolacionista, em especial com respeito à Europa. Na época da crise, a presidência do país era exercida por Herbert Hoover, republicano, que, com sua política liberal (de não-intervenção), praticamente nada fizera para enfrentar a crise.

Em 1932, o Partido Democrata viu surgir no descontentamento geral sua grande oportunidade: indicou, como candidato à presidência, Franklin Delano Roosevelt, hábil político, considerado mesmo por muitos de seus adversários como a "última chance" dos Estados Unidos. Os republicanos apresentaram a candidatura de Herbert Hoover à reeleição. Roosevelt foi eleito, com 23 milhões de votos, contra 16 milhões de seu adversário.

A plataforma eleitoral de Roosevelt baseava-se nas medidas que tomaria para contornar a crise: recuperação da economia pela concessão de empréstimos aos fazendeiros arruinados, solução do problema do desemprego, orçamento nacional equilibrado e intervenção do governo nas atividades econômicas para evitar a atuação de empresários irresponsáveis.

Medidas tomadas para restaurar a economia

Roosevelt formou uma equipe de assessores entre as pessoas mais capacitadas do país. Essa equipe planejou uma política de orientação bem diferente da que até então havia dirigido a economia norte-americana, que recebeu o nome de **New Deal.**

Em primeiro lugar, tratou-se de manter o nível dos preços dos produtos. Para tanto foi preciso impedir, na medida do possível, o aumento descontrolado da produção em certos setores onde tinha havido grandes excedentes — a agricultura, o petróleo, o carvão — cujos preços foram fixados pelo governo.

Ao mesmo tempo o governo iniciou uma política de empréstimos aos fazendeiros endividados, cujas terras tinham sido hipotecadas e se achavam abandonadas. Também foram auxiliados financeiramente os que haviam hipotecado suas residências.

Foi criado um órgão governamental cuja função era a de controlar o sistema de crédito no país. Esse órgão controlava os empréstimos federais e instituições públicas ou particulares, expandindo ou diminuindo o crédito no país, segundo as necessidades.

Os salários dos operários foram aumentados, elevando seu poder aquisitivo, melhorando com isso a situação do mercado interno. Foram fixados salários-mínimos e determinados os horários máximos de trabalho diário. Aboliu-se totalmente o trabalho das crianças; legalizaram-se, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, as organizações sindicais, que ficaram incumbidas de negociar os contratos coletivos de trabalho. Ampliou-se o sistema de previdência social, passando a ser responsabilidade do governo o bem-estar dos trabalhadores em caso de invalidez, de velhice e mesmo de desemprego.

O problema do desemprego foi atenuado pela intensificação das obras públicas, assim como pela criação de grandes instituições governamentais, que absorveram grande parte da mão-de-obra ociosa. Muitas novas residências foram construídas com a ajuda do governo.

O governo deu garantias aos investidores, criou um fundo para garantir os depósitos populares nos bancos, que ficariam a salvo de possíveis falências.

Foi fundado um banco especialmente para financiar as exportações, com a faculdade de conceder créditos a países estrangeiros.

A indústria de energia elétrica passou a ser mais controlada pelo Estado; muitas das empresas particulares que agiam nesse setor, prestando serviços caros e precários, deixaram de funcionar. Foram ampliadas as fontes de energia hidrelétrica, com a construção de numerosas represas.

A política econômica adotada pelo governo de Roosevelt trouxe, ao cabo de alguns anos, a recuperação da economia norte-americana. A produção industrial voltou a crescer. O número dos desempregados continuou bastante elevado, mas houve também um aumento do número de pessoas empregadas, de maneira que, percentualmente, o desemprego diminuiu.

No fim da década de 30, a situação geral havia melhorado bastante; apesar disso, alguns efeitos da grande crise de 1929 ainda se faziam sentir. Em 1939 estourou a II Guerra Mundial, que proporcionaria um novo surto econômico aos Estados Unidos — comparável ao havido durante a primeira, mas controlado pelo governo. A crise de 1929 era ainda muito recente para que pudessem ser esquecidos os efeitos funestos de um progresso desenfreado.

Documento básico

As razões para a intervenção estatal na economia americana.

"1. A administração de Recuperação Nacional e a Administração de Ajustamento Agrícola foram criadas em resposta a uma insistente exigência da parte de alguns setores no sentido de que a política industrial (incluindo-se a agricultura como indústria) não deveria continuar relegada aos mercados e mecanismos do preço, mas sim colocada nas mãos de órgãos administrativos — autoridades, comissões de controle de safras etc...

2. A inclinação do desenvolvimento social, tanto neste país como no exterior, tem sido para reconhecer o fracasso de uma política de complexo 'laissez-faire'.

18. O homem de negócio deve fazer uma política de negócio de modo que aumente ao máximo os lucros da própria empresa. Quando ele tem o poder de escolher entre reduzir o preço ou a produção, a boa política de negócios freqüentemente impele-o, diante duma queda de procura, a manter o preço e diminuir a produção, mesmo que isso signifique braços parados e máquinas paradas... Seus interesses só o levam a reduzir o preço quando pode diminuir o custo, especialmente das despesas com trabalhadores...

19. O efeito líquido do controle dos negócios sobre a política industrial é, portanto, agravar quaisquer flutuações na atividade econômica e impossibilitar qualquer reajustamento necessário. Uma queda inicial na procura resultaria, não num reajustamento do preço, mas na manutenção dos preços e na diminuição da produção, desempregando assim trabalhadores e máquinas, reduzindo a renda em dinheiro e o poder de gastar, conseqüentemente diminuindo a procura. Os preços flexíveis administrados em conseqüência da transição do mercado para a administração agem assim como um fator negativo na economia e podem fazer com que uma pequena queda da procura venha a ser um desastre nacional."

Texto do economista Gardner C. Means, pertencente à administração do **New Deal**, 1935. Citado por L. M. Hacker, **Capitalismo Americano**, págs. 213-217, Fundo de Cultura Econômica, Rio de Janeiro, 1964.

Datas e fatos essenciais

1929-1930: Auge da crise.

1932: Eleição de Roosevelt.

1939: II Guerra Mundial.

Resumo

Introdução: A crise de 1929 trouxe grandes modificações políticas aos Estados Unidos. O capitalismo liberal — que se mostrara incapaz de ordenar a economia norte-americana — foi substituído pelo capitalismo monopolista; o Partido Democrata assumiu o poder, derrotando o Partido Republicano; Roosevelt, o presidente democrata, conseguiu, com o **New Deal**, recuperar a economia da nação.

1. Para sanear as finanças e a produção nos Estados Unidos depois da crise de 29, somente uma intervenção estatal seria eficiente. Essa solução contrariava a tradicional política liberal do país.
   a) O comportamento dos empresários e do Presidente Hoover, que praticamente nada fizeram para enfrentar a crise, abalou a confiança no capitalismo liberal.
   b) Em conseqüência, o governo passou a regular a produção, fixando preços e salários.
2. Entre 1929 e 1932, a situação econômica e social dos Estados Unidos era caótica:
   a) em um mês as ações da Bolsa de Nova York baixaram cerca de 80% das suas cotações;
   b) 85 mil empresas abriram falência;
   c) havia pelo menos 12 milhões de desempregados;
   d) a produção nacional caiu a níveis anteriores à crise, a renda dos operários baixou em cerca de 40%;
   e) a multidão dos desempregados, os fazendeiros falidos, os industriais, banqueiros e demais capitalistas arruinados passaram a exigir reformas econômicas que fizessem o país sair da crise.
3. O descontentamento geral trouxe a oportunidade para o Partido Democrata assumir o poder. Desde o final da Grande Guerra todos os presidentes norte-americanos tinham sido republicanos.
   a) Em 1932, o democrata Roosevelt, disputando contra o republicano Hoover, ganhou as eleições presidenciais.

   b) Durante a campanha eleitoral Roosevelt divulgou sua plataforma política, baseada nas medidas que tomaria para contornar a crise.
4. No governo, Roosevelt cercou-se de especialistas e formulou a sua política do **New Deal**, responsável pela recuperação do país. As principais medidas que adotou foram:
   a) limitou a produção de carvão, petróleo e produtos agrícolas, para manter os preços, fixados pelo governo;
   b) concedeu empréstimos aos fazendeiros que tiveram suas terras hipotecadas;
   c) criou um órgão para regular o crédito;
   d) estimulou o aumento dos salários, visando elevar o poder aquisitivo dos assalariados e, ao mesmo tempo, aumentar o mercado interno;
   e) reduziu o desemprego, ocupando a mão-de-obra ociosa na construção de obras públicas;
   f) deu garantias aos investidores;
   g) passou a controlar as empresas de energia elétrica, aumentando a produção;
   h) em poucos anos a economia dos Estados Unidos estava recuperada. Quando eclodiu a II Guerra Mundial, em 1939, o país já estava em condições de aproveitar o novo surto econômico que, mais uma vez, o beneficiou, mas agora com a economia dirigida pelo governo.

Vocabulário

New Deal: nova porção ou nova fatia, no sentido de uma redistribuição dos benefícios da sociedade capitalista.
Obras públicas: construções feitas pelo governo.
Poder aquisitivo: capacidade de compra.
Sanear: tornar são, curar.

O crescimento industrial do Brasil teve início com a indústria têxtil.

O Período Entre-guerras / As Repercussões Mundiais da Crise: o Brasil

Introdução

A característica mais importante da crise econômica de 1929 foi o seu caráter mundial. Iniciada nos Estados Unidos, em pouco tempo atingiu, praticamente, todo o mundo.

A razão principal dessa ampliação foi a relação de dependência econômica existente entre os Estados Unidos e grande número de países que com ele mantinham transações comerciais; essa dependência era mais acentuada nos países que recebiam empréstimos norte-americanos.

Como os Estados Unidos comerciavam com quase todo o mundo, a cessação ou redução das importações e exportações norte-americanas teriam de afetar esses países. Os que mais sofreram foram os que tinham recebido capitais norte-americanos sob a forma de empréstimos ou investimentos, já que de uma hora para outra eles foram retirados.

A crise na Europa

Quando os americanos repatriaram os capitais investidos na Europa, vários bancos europeus faliram. As empresas que dependiam financeiramente desses bancos também faliram e seus funcionários e operários foram postos na rua. Era a crise européia, agravada ainda pela restrição

das importações feitas pelos Estados Unidos (entre 1929 e 1932, o comércio internacional reduziu-se a um terço do seu volume normal).

Os índices de desemprego foram crescendo, trazendo conseqüências sociais muito graves. As manifestações contra os governos sucediam-se em toda parte. Pedia-se às autoridades que fizessem alguma coisa para acabar com a crise, mas os governos eram impotentes. Os movimentos políticos que pregavam soluções radicais encontraram numerosas adesões por parte dos descontentes.

Os partidos que pregavam a propriedade coletiva dos bens de produção — os partidos socialistas — aumentaram suas fileiras. Contra os partidos socialistas levantaram-se os partidos fascistas, antiliberais e antidemocráticos, que queriam um governo forte para reprimir a agitação das massas de desempregados.

Na Alemanha, uma variante do fascismo, o nazismo, chegou ao poder com Adolf Hitler. Na Itália, Mussolini, líder fascista já assumira o governo em 1922.

Nos países democráticos da Europa (Inglaterra, França), os governos tomaram severas medidas para contornar a crise.

As repercussões econômicas no Brasil

Na década de 1920 a 1930, o café representava cerca de 70% da totalidade das exportações brasileiras, e os Estados Unidos eram os maiores compradores e consumidores do produto. A redução das importações por parte dos Estados Unidos, devido à crise de 1929, significou uma queda quase total de exportação do café brasileiro. É fácil avaliar a repercussão desse fato no Brasil, considerando que nosso país dependia principalmente das vendas de café no exterior para equilibrar a balança comercial.

Um fator interno veio agravar a crise no Brasil: durante muitos anos, os estoques de café vinham aumentando nos armazéns; já no ano de 1906, quando houve superprodução, adotou-se a política de armazenar os excedentes para vendê-los nos anos em que a colheita não fosse tão favorável. Queria-se evitar, a todo custo, o rebaixamento do preço. O armazenamento foi feito com financiamentos de bancos estrangeiros, com garantia do governo brasileiro. Os fazendeiros recebiam pagamento mesmo pelo café que não era exportado e que ficava armazenado. As vendas dos estoques armazenados foram mínimas; as reservas foram-se acumulando e chegaram a representar o dobro da quantidade de café que era exportada num ano.

Antes da crise de 1929, o consumo mundial chegou a ser de 16 milhões de sacas de café e a produção brasileira de 8 milhões de sacas, somada às sacas armazenadas, colocava o Brasil em posição de poder abastecer sozinho o mercado mundial.

A crise de 1929 trouxe, além da diminuição do consumo, o abandono da política de estocagem, pois os bancos estrangeiros não mais estavam

em condições de financiá-la. Como não fosse mais possível manter altos os preços do café, retirando do mercado parte da produção, toda a produção foi oferecida, e os preços começaram a baixar. O valor do café exportado pelo Brasil passou a ser de somente 53% do total das nossas exportações.

Mas a crise de 1929 não afetou somente o café: os preços de todos os produtos primários (matérias-primas) foram afetados da mesma forma, reduzindo a receita das rendas da exportação e aprofundando a crise. Outros setores industriais e agrários, ligados à produção de bens de exportação, foram igualmente afetados pela crise, como as grandes fábricas de sacos de aniagem e as fazendas produtoras de alimentos de primeira necessidade.

Mas a indústria, em geral, foi favorecida pela crise. Muitos dos capitais investidos na produção de café passaram a ser aplicados em empresas industriais. A crise econômica provocou a desvalorização da moeda brasileira, reduzindo sensivelmente seu poder de compra e tornando mais caros os produtos importados do estrangeiro. Isso estimulava a fabricação de produtos similares no país.

As repercussões políticas

No Brasil, os setores mais afetados foram os que estavam ligados à exportação. Mesmo assim, muitos fazendeiros sofreram grandes perdas. Passaram a exigir do governo medidas para solucionar a crise, mas o governo mostrava-se incapaz de resolver o problema, perdendo com isso o apoio dos setores descontentes.

Getúlio Dornelles Vargas *(1883-1954), Presidente do Brasil (1930-1945, 1951--1954). Político capaz e contraditório que dominou a vida política brasileira durante quase 20 anos. Pressões políticas o conduziram ao suicídio em 1954.*

Até essa época o principal apoio dos governos tinha sido a classe dos grandes fazendeiros e proprietários. A brusca mudança de posição dessa classe abria o caminho para soluções radicais ou violentas. Alguns dos grupos opostos ao governo se uniram para derrubá-lo. Washington Luís, Presidente da República, em 1930, foi afastado e, no seu lugar, assumiu o poder, com o apoio das Forças Armadas, Getúlio Vargas.

O motivo imediato da deposição de Washington Luís, na chamada Revolução de 1930, foi sua incapacidade de resolver os problemas criados pela crise de 1929. O governo de Getúlio Vargas resolveu a crise obtendo créditos para comprar uma vez mais os excedentes. Mas, dessa vez, esses excedentes não foram armazenados. Uma pequena parte foi trocada por trigo americano, o resto foi queimado para manter o preço no mercado.

Documento básico

A política de valorização e estocagem do café muito contribuiu para a crise de 1930 no Brasil.

"Artigo 1.º — Durante o prazo que for conveniente, os Estados contratantes obrigam-se a manter nos mercados nacionais o preço mínimo de cinqüenta e cinco a sessenta e cinco francos-ouro ou em moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café, tipo 7 americano, no primeiro ano; esse preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de setenta francos, conforme a conveniência do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

....

Artigo 8.º — Para a execução desse convênio fica o Estado de São Paulo, desde já, autorizado a promover, dentro ou fora do país, com a garantia da sobretaxa de três francos, de que trata o artigo 6.º, e com a responsabilidade solidária dos três Estados, as operações de crédito necessárias até o capital de 15 milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado como lastro para a caixa de emissão, ouro e conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor da moeda.

§ 1.º — O produto da emissão sobre esse lastro será aplicado, nos termos deste convênio, na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuízos, para a caixa de conversão de outras dotações para fins criados por lei."

Ata do Convênio de Taubaté, 25 de fevereiro de 1906.

Datas e fatos essenciais

1920-1930: Café representa 70% das exportações.

1930-1932: Repercussões mundiais da crise.

1930: Revolução de 1930 — Getúlio assume o poder no Brasil.

Resumo

Introdução: A principal característica da crise de 1929 foi ela ter sido mundial.

a) Foi mundial porque os Estados Unidos, onde ela começou, mantinham relações comerciais com quase todos os países do mundo.

b) Uma crise que afetasse os Estados Unidos teria que se refletir em todos esses países, porque eles dependiam economicamente das importações e exportações norte-americanas.

1. A crise começou na Europa quando os norte-americanos retiraram seus capitais ali investidos. Os grandes bancos europeus faliram, arrastando consigo as empresas que deles dependiam.

   a) O desemprego, as manifestações antigovernamentais, as greves e a impotência dos governos criaram as condições para aumentar o número dos seguidores das idéias socialistas, e, conseqüentemente, a reação dos capitalistas.

   b) Daí o incremento dos movimentos fascistas, sobretudo do nazismo alemão.

2. De 1920 a 1930 o café representava 70% das exportações brasileiras, e os Estados Unidos eram nossos maiores compradores. A redução quase total das importações norte-americanas trouxe uma séria crise na nossa balança comercial.

   a) A política do governo brasileiro de financiar os estoques para manter o preço do café no mercado internacional foi afetada negativamente pela crise.

   b) O preço de outros produtos primários também caiu, aprofundando a crise.

   c) A indústria foi de certa forma beneficiada, pois capitais anteriormente investidos no café passaram a ser aplicados na indústria.

   d) Com a desvalorização da moeda brasileira e a conseqüente elevação dos preços dos produtos estrangeiros, houve um estímulo para a fabricação de produtos similares no Brasil.

3. Os fazendeiros, que sofreram grandes perdas, tiraram seu apoio ao governo que não solucionava seus problemas.

   a) Essa atitude criou condições para uma ação radical e violenta contra o governo.
   b) Washington Luís, que era o Presidente da República em 1930, foi derrubado, e em seu lugar subiu Getúlio Vargas, apoiado pelos militares.
   c) Getúlio superou a crise do café, obtendo créditos para comprar mais uma vez os excedentes da produção, trocando uma parte por trigo norte-americano e queimando o resto.

Vocabulário

Excedente: que excede, que sobra.
Repatriar: fazer voltar à pátria.

O Período Entre-guerras / Totalitarismos: Itália, Alemanha e Espanha

Introdução

O Estado totalitário é um Estado forte. Nele o poder central é praticamente absoluto. Esse tipo de Estado generalizou-se pela Europa no período entre-guerras. Apesar de a Grande Guerra ter sido vencida pelas democracias (França, Reino Unido, Itália, Estados Unidos) e a forma de governo desses países ter sido difundida pela Europa, a sua existência era precária.

Os governos democráticos da Europa foram criticados e combatidos pelos partidos comunistas e pelos partidos nacionalistas anticomunistas, geralmente denominados fascistas.

Mussolini tomou o poder na Itália, apoiado no Partido Fascista, em 1922. Depois de 1929, o fascismo se revelou uma forma de governo contra-revolucionário, isto é, contra os progressos do movimento comunista que pretendia destruir as democracias liberais em favor do sistema socialista.

O exemplo italiano foi seguido por vários países do mundo, principalmente na Europa central, caracterizada pela ausência de tradição democrática e perturbada pela crise econômica.

O exemplo mais representativo de totalitarismo de direita foi o da Alemanha, onde, em 1933, Adolf Hitler implantou o governo do Partido Nacional-Socialista.

O fascismo italiano

Benito Mussolini.

O nacionalismo italiano ficou exaltado após a I Guerra Mundial, porque a Itália não tinha conseguido obter nos tratados de pós-guerra algumas possessões territoriais que ambicionava, como a Dalmácia, que permaneceu ligada à Iugoslávia.

Suas perdas na guerra, ao lado dos aliados, foram enormes (cerca de 650 mil vítimas), e a região de Veneza foi devastada; como a compensação territorial desses danos não veio, a desilusão aumentou ainda mais o desejo de novas conquistas.

A situação econômica geral, depois da Grande Guerra, piorou muito: os problemas normais da Itália, tais como superpovoamento e atraso econômico, foram agravados; os esforços militares e industriais foram financiados pela emissão e por empréstimos de outros países — A dívida para com esses países era enorme e a lira (moeda italiana) ficou bastante desvalorizada com a inflação.

Mesmo as indústrias mais fortes foram abaladas pela crise: o desemprego, agravado pela diminuição da emigração, que havia sido controlada durante a guerra, atingiu níveis perigosos.

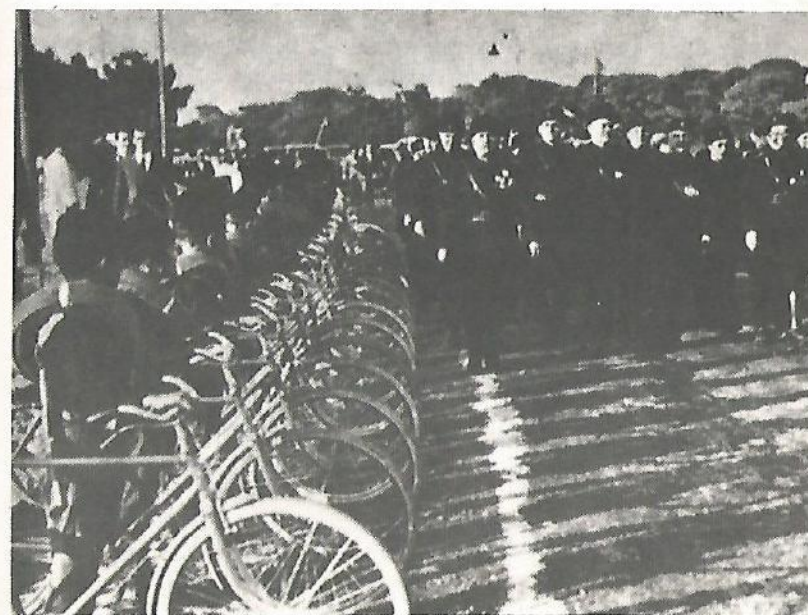
A crise social adquiria um aspecto revolucionário. Depois de 1919 o número de greves crescia assustadoramente — ocorreram várias desordens, com pilhagens das lojas pela massa esfomeada. Por volta de 1920, mais de 600 mil metalúrgicos do norte da Itália ocuparam várias fábricas e tentaram dirigi-las, falhando por falta de crédito bancário. No campo, as rebeliões dos camponeses se alastravam, na Sicília e na planície do Pó invadiram terras desocupadas, como autorizava uma lei de 1919, mas reivindicavam também a divisão dos latifúndios.

O poder político era incapaz de controlar a crise. A burguesia liberal e conservadora sentia-se ameaçada pela revolta social. Por isso decidiu apoiar-se num grupo político reduzido, mas bem organizado e disposto a acabar, pela força, com a ameaça revolucionária: os fascistas.

Mussolini e o Partido Fascista

Benito Mussolini nasceu na Romagna em 1883, descendente de uma família pobre. Ingressou no Partido Socialista, refugiando-se em seguida na Suíça, para fugir ao serviço militar. Voltou à Itália como redator do jornal **Avanti**, de tendências pacifistas. Em 1914, mudou bruscamente de opinião e fundou o jornal **Popolo d'Italia**, que pedia a intervenção da Itália em favor dos aliados da **Entente** na guerra. Mussolini participou dos combates e foi gravemente ferido. Voltou a dirigir seu jornal em 1917. Exigia uma ocupação para os antigos combatentes que não tinham onde trabalhar. Reclamava reformas sociais e, contra a deterioração manifesta do Estado, pregava um regime forte.

Em Milão foi organizado o primeiro grupo do futuro Partido Fascista Italiano. Seus membros eram de tendências políticas as mais variadas, incluindo antigos combatentes mal adaptados à vida civil. Concorreram às eleições de 1919 e foram fragorosamente derrotados.

O fracasso mostrou a Mussolini as deficiências do partido. Pôs-se então a reorganizá-lo em moldes militares, criando as milícias ou grupos de civis armados. Seus membros usavam camisas negras, símbolo do luto da Itália. O poder executivo cabia a um comitê central, criado em 1921, junto com o Partido Fascista Italiano.

Benito Mussolini e seus camisas-negras marcham sobre Roma.

A tomada do poder

Os fascistas aproveitaram-se da anarquia reinante na Itália para se impor: em 1920 organizaram expedições punitivas contra as instalações das organizações de esquerda e até sedes sindicais — destruíam tudo, matavam os líderes ou lhes ministravam violentas doses de óleo de rícino. A violência começou na Planície do Pó e estendeu-se por toda a Itália.

Como a crise da Itália se agravasse com a reação dos partidos de esquerda, proprietários rurais, grandes comerciantes e industriais apoiavam cada vez mais o Partido Fascista. O partido cresceu rapidamente — passou de 200 mil filiados em 1919 para 300 mil em 1921.

Em julho de 1922, a violência fascista não conseguiu evitar uma greve geral. Prepararam então um golpe, que deveria ser apoiado militarmente pelos fascistas e seus simpatizantes. Depois de realizarem a famosa marcha sobre Roma, em 26 de outubro, os fascistas dirigiram-se ao Rei Vítor Emanuel III, exigindo o poder. Mussolini foi encarregado de preparar um Ministério. No dia seguinte, os camisas-negras de Mussolini desfilaram pelas ruas de Roma sem encontrar nenhuma resistência.

O governo manteve as aparências de uma monarquia parlamentarista, mas Mussolini detinha plenos poderes. Nas eleições de 1924, os fascistas obtiveram três quartos dos votos da nação e a maioria das cadeiras no Parlamento. Os métodos usados para chegar a esse resultado foram os mais violentos. Mesmo assim não conseguiram evitar que os principais chefes da oposição fossem eleitos.

Na abertura da primeira sessão parlamentar, o líder socialista Matteotti pronunciou um discurso contra os métodos fascistas e as fraudes eleitorais nas eleições de 1924. Em seguida, foi assassinado, bem como todos aqueles que ousaram opor-se ao regime de força fascista.

A 3 de janeiro de 1925, Mussolini anunciou o estabelecimento de um regime totalitário de governo. A oposição foi eliminada. A constituição foi reformada. O primeiro-ministro era o único responsável perante o rei.

Mussolini, chefe do partido, o **Duce**, tornou-se o ditador absoluto da Itália.

O governo fascista procurou recuperar economicamente a Itália. Iniciou um vasto programa de obras públicas que tinha por finalidade diminuir o desemprego. O militarismo foi estimulado, tendo em vista os propósitos expansionistas do Estado. Foi assinado com a Igreja o Tratado de Latrão, que criava o Estado do Vaticano.

Hitler e a doutrina nazista

Com a derrota na I Guerra Mundial e a abdicação do Imperador Guilherme II, a Alemanha mergulhou numa enorme confusão política.

Desempregados e ex-militares engrossaram as fileiras do Partido Nazista.

Em 1919, foi votada a nova Constituição do Estado, que criava a República de Weimar. Seu primeiro presidente foi Ebert. As dificuldades econômicas, sociais e políticas eram enormes. Havia fome, greves e golpes políticos. A crise mundial de 1929 agravou a situação. Dela se aproveitou Hitler para subir ao poder.

Adolf Hitler nasceu na Áustria, numa pequena cidade próxima à fronteira alemã. Vivia de expedientes diversos, tentando viver dos cartões postais que pintava. Perambulava pelos bares, lendo jornais e livros que lhe caíam às mãos, pernoitando nos asilos. Em 1913 deixou Viena, dirigindo-se para Munique, onde levava o mesmo tipo de vida.

Na I Guerra Mundial incorporou-se a um regimento alemão. Participou com bravura nos combates, foi ferido duas vezes e condecorado com a cruz de ferro. A derrota abalou-o profundamente. Considerava-a resultado não da eficiência dos inimigos, mas da traição política dentro da própria Alemanha.

O seu livro **Minha Luta**, publicado em 1925, contém sua doutrina e a filosofia política do futuro Estado nazista.

Seu nacionalismo era extremado. Opunha-se aos judeus num anti-semitismo cujas origens são difíceis de explicar. Via os judeus como fator de corrupção do povo alemão.

Daí surgiu sua doutrina racista, para a qual os homens eram desiguais por natureza. A raça superior era a dos arianos (germânicos), que na Alemanha existiam em estado puro. Um povo superior não poderia viver sob a humilhação do Tratado de Versalhes. Os alemães deveriam agrupar-se em um único Estado — A Grande Alemanha.

A tentativa frustrada de tomada do poder

A organização do Partido Nazista foi a base para a tomada do poder. Depois da guerra, Hitler estabeleceu-se em Munique e organizou um pequeno partido, chamado Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, do qual faziam parte indivíduos de tendências nacionalistas. Hitler fez o partido crescer, percorrendo a Alemanha e conquistando novos adeptos.

As reuniões do partido eram preparadas como se fossem um espetáculo. Vestindo uniformes, os nazistas faziam numerosas paradas e atacavam violentamente os comunistas.

Fundaram um jornal para o partido, e novos militantes foram recrutados entre os desempregados.

A crise de 1923 pareceu ser uma oportunidade ideal para um golpe militar na Baviera, Sul da Alemanha, onde os nazistas estavam bem estabelecidos. O partido organizou uma manifestação militar para tomar o poder ("putsch"), mas o golpe falhou.

O Partido Nazista definhou. Em 1924 havia eleito 32 representantes. Em 1928 só conseguiu eleger 14. Em 1929 não tinha mais do que 120 mil membros.

A crise econômica e a tomada do poder

Depois das dificuldades econômicas dos primeiros anos pós-guerra até 1924, a economia alemã havia recuperado seu equilíbrio, graças aos investimentos norte-americanos. De 1930 em diante, os capitalistas estrangeiros começaram a retirar seus empréstimos. A inflação recomeçou e com ela a crise econômica. Aumentou o número de desempregados: mais de 1,3 milhões de trabalhadores em 1929; em 1933 já eram 6 milhões.

A miséria da população facilitou o progresso político do Partido Nazista, bem como do Comunista. Nas eleições de 1930, essas tendências eram manifestas: os nazistas elegeram 107 deputados e os comunistas 77, em detrimento dos partidos liberais.

Em 1932 terminava o período presidencial de Hindenburg, que se candidatou novamente, tendo Hitler como adversário. Foram necessárias duas eleições para decidir o pleito. Hitler perdeu, mas tinha obtido considerável número de votos.

O Ministério da República foi confiado ao nobre Von Papen. Sua maior dificuldade eram os nazistas, que aumentaram o número de deputados no Parlamento nas eleições seguintes.

O Reichstag (Câmara de Deputados) acabou sendo dissolvido e novas eleições foram realizadas. Os nazistas perderam várias cadeiras, mas o problema permanecia: era difícil governar sem os nazistas ou com eles. O próprio Von Papen convenceu o presidente a convidar Hitler para o governo, esperando assim poder controlá-lo melhor. A 30 de janeiro de 1933, Hitler assumiu o cargo de chanceler (chefe do governo), tendo Von Papen como vice-chanceler.

Da chegada ao poder até o estabelecimento da ditadura foi um passo rápido: acusando os comunistas de incendiarem o Reichstag (incendiado pelos próprios nazistas), Hitler colocou o Partido Comunista fora da lei e pôs-se a persegui-lo violentamente. As liberdades constitucionais foram suspensas, de acordo com a Constituição de Weimar. Milhares de prisões foram feitas pela polícia secreta do Estado (Gestapo).

Hitler *à frente das milícias nacionalistas.*

O nacionalismo *nazista destruindo obras consideradas nocivas.*

As eleições de 5 de março do mesmo ano deram 44% dos votos aos nazistas, que adotaram todos os meios lícitos e ilícitos para forçar essa maioria.

O novo Reichstag reunido deu a Hitler plenos poderes. As cores da República foram substituídas por uma bandeira vermelha com a cruz gamada em negro e branco, símbolo do Partido Nazista.

Todos os partidos, com exceção do Nazista, foram dissolvidos e proibidos de se reorganizarem. A centralização da Alemanha foi concluída. Os comissários (representantes) enviados pelo poder central instalaram-se nos Estados germânicos com poderes absolutos. A maior parte dos ministros não-nazistas foi excluída. Hitler tornou-se o condutor, o guia, o chefe, o **Führer**.

O próprio Partido Nazista foi depurado: vários dos antigos membros do partido foram expulsos e os que resistiram foram presos e condenados à morte por traição.

Hindenburg morreu em 1934, mas não foi eleito outro presidente: Hitler acumulou as funções de chanceler e chefe de Estado. Um plebiscito confirmou essa decisão, com cerca de 90% dos votos a favor.

Estava legalizado o totalitarismo na Alemanha. Como Mussolini na Itália, Hitler detinha o poder absoluto na Alemanha. Hitler colocou nos principais postos do governo homens da sua inteira confiança. No comando da polícia política, administrativa e criminal, a Gestapo, foi colocado Himmler. A SS, polícia executiva de Hitler, substituía a antiga SA, tropas de assalto. Joseph Goebbels foi colocado no Ministério da Propaganda. Ribbentrop tornou-se o Ministro dos Assuntos Estrangeiros. Goering era o comandante da força aérea alemã. A máquina político-administrativa nazista estava montada para a Alemanha provocar a II Guerra Mundial.

Na Espanha, a Frente Popular, composta por partidos de esquerda das mais variadas tendências, ganhou as eleições de fevereiro de 1936, elegendo Manuel Azaña para a Presidência da República. O governo, de tendências reformistas, iniciou um programa de reforma agrária e ataques à Igreja. Francisco Franco, representando a reação, liderou um movimento militar de oposição ao governo da República. A sublevação começou a 18 de julho de 1936, no Marrocos espanhol, e aos poucos espalhou-se por toda Espanha.

A guerra civil espanhola foi uma das mais violentas do século XX, com o saldo final de 1 milhão de mortos. Brigadas internacionais participaram da guerra civil: Hitler e Mussolini deram apoio maciço a Franco — divisões aéreas alemãs faziam bombardeios totais contra alvos não-militares, dizimando a população civil. De certa forma esses ataques representavam um ensaio para a guerra mundial que viria a seguir. A guerra civil espanhola terminou em 1939, com a vitória de Franco que implantou o Estado fascista na Espanha.

Documento básico

O fascismo tal como o concebia Mussolini.

"O Estado deve tornar-se um gigante. É ele que pode resolver as contradições dramáticas do capitalismo. Isto que chamamos de crise só pode ser sanado pelo Estado e no Estado. Onde estão as sombras de J. Simon, que à aurora do liberalismo proclamava que 'o Estado não deve intervir, tornar-se inútil e preparar sua demissão...'?

Se o liberalismo significa indivíduo, fascismo significa Estado. Mas o Estado fascista é único e é uma criação original. Ele não é reacionário, mas revolucionário e é nesse sentido que ele precede a solução de certos problemas universais, mencionados acima. No domínio político pelo fracionamento dos partidos, pelo abuso do poder do parlamentarismo, pela irresponsabilidade das assembléias; no domínio econômico, pelas funções sindicais sempre mais poderosas e mais numerosas, tanto do lado do trabalhador quanto do lado do patrão, cada vez com novos conflitos e acordos; no domínio da moral, pela necessidade de ordem, de disciplina, de obediência às regras morais da pátria.

O fascismo vela para que o Estado seja forte, organizado e repouse ao mesmo tempo numa grande base popular."

Citado por F. Braudel, **Le Monde Actuel**, pág. 89, P.U.F., 1963.

Datas e fatos essenciais

Na Itália:

1914:	Fundação do jornal **Popolo d'Italia.**
1919:	Ocupação de terras na Sicília.
1920:	Ocupação de fábricas no Norte da Itália.
1920:	Expedições punitivas contra os comunistas.
1922:	Marcha sobre Roma.
1924:	Assassinato do líder socialista Matteotti.

Na Alemanha

1919:	República de Weimar.
1923:	Crise econômica na Alemanha.
1923:	Tentativa de tomada do poder.
1925:	Publicação de **Minha Luta.**
1930:	Nazistas elegem 107 deputados.
1932:	Hitler é candidato à Presidência.
1933:	Hitler torna-se chanceler.

Na Espanha

1936:	Esquerda, com Azaña, assume o poder.
1936:	Início da guerra civil espanhola.
1939:	Vitória de Franco — implantação do Estado fascista.

Resumo

Introdução: O Estado totalitário generalizou-se na Europa no período que separou as duas guerras mundiais.

a) O Estado totalitário é um Estado forte, onde o poder central é praticamente absoluto.

b) O primeiro Estado europeu a adotar esse tipo de governo foi a Itália, com Mussolini, que implantou o fascismo no país.

c) Em seguida, Hitler instalou o nazismo na Alemanha, cujo regime pode ser apontado como exemplo mais representativo do totalitarismo de direita.

1. A Itália, pretendia, depois da Primeira Guerra Mundial, a anexação de alguns territórios como compensação de suas perdas durante a guerra. Não o conseguindo, e estimulado pelos políticos, seu povo foi tomado de perigosa exaltação nacionalista.

   a) Os problemas sociais e econômicos da Itália foram agravados depois da guerra. A crise gerou grande número de desempregados (a regulamentação restritiva para os emigrantes agravou esse problema), a inflação desvalorizou a lira para níveis baixíssimos, a nação estava endividada pela guerra.

   b) Os protestos populares adquiriam características revolucionárias: operários tomando fábricas e camponeses ocupando terras.

   c) A burguesia, vendo-se ameaçada pela revolta social, apelou para um pequeno mas bem organizado grupo político, estruturado militarmente, e disposto a usar a força para acabar com as ameaças revolucionárias.

2. Benito Mussolini nasceu na Romagna, em 1883, filho de família pobre. Foi militante socialista; antes da guerra trabalhava num jornal pacifista, mas em 1914 pediu que a Itália participasse da guerra, fazendo campanha no jornal **Popolo d'Italia,** que fundara. Participou de combates, tendo sofrido graves ferimentos. Voltou a dirigir seu jornal em 1917, exigindo atenção do governo para os ex-combatentes.

   a) O primeiro grupo do futuro Partido Fascista Italiano foi fundado em Milão. Concorrendo às eleições de 1919, os fascistas foram fragorosamente derrotados.

   b) Depois dessa derrota, Mussolini reorganizou o partido em bases militares, criando grupos armados; seus partidários usavam camisas negras, símbolo do **luto da Itália.**

3. Em 1920, os fascistas, aproveitando-se do caos reinante na Itália, iniciaram a prática de seus métodos violentos: invadiram as sedes dos partidos de esquerda e dos sindicatos, destruindo tudo, matando os líderes mais destacados e obrigando os líderes menores a tomar doses excessivas de óleo de rícino.

   a) Graças ao apoio crescente dos grandes proprietários rurais, comerciantes e industriais, o Partido Fascista foi crescendo cada vez mais, em 1921 já tinha 300 mil filiados.

   b) A 26 de outubro de 1922, pretextando a greve geral que os operários italianos tinham decretado, os fascistas organizaram a famosa **marcha sobre Roma.**

   c) Pressionando o Rei Vítor Emanuel III, os fascistas conseguiram que Mussolini fosse encarregado de preparar um novo Ministério. O governo continuou com a aparência de uma monarquia parlamentarista, mas era Mussolini quem detinha o poder.

   d) Nas eleições de 1924, os fascistas alcançaram a maioria das cadeiras do Parlamento, graças à violência que empregaram durante a campanha.

   e) Matteotti, líder dos socialistas, denunciou na abertura da primeira sessão parlamentar da nova legislatura os métodos utilizados pelos fascistas e as fraudes eleitorais ocorridas. Logo em seguida Matteotti foi assassinado, bem como todos os que manifestaram oposição ao regime.

   f) A 3 de janeiro de 1925, o ditador anunciou o estabelecimento de um regime totalitário de governo. A oposição foi eliminada, a Constituição reformada. O primeiro-ministro era o único respon-

sável perante o rei. Mussolini tornava-se o ditador absoluto da Itália.

4. Finda a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha viu-se mergulhada numa enorme confusão política, em grandes dificuldades econômicas e grave agitação social: havia fome, as greves e os golpes políticos se sucediam. Foi nesse quadro que apareceu Hitler e seu nacional-socialismo, o nazismo.
   a) Hitler nasceu na Áustria, perto da fronteira alemã. Sem ocupação fixa, vivia de expedientes. Em 1913 deixou Viena, transferindo-se para Munique, onde continuou com o mesmo tipo de vida. Alistou-se num regimento alemão e combateu na Grande Guerra — foi ferido e condecorado com a cruz de ferro. Negava-se a admitir a derrota do exército, atribuindo-a aos políticos alemães.
   b) Em 1925, Hitler publicou o livro **Minha Luta,** base de sua doutrina e filosofia política do futuro Estado nazista.
   c) Pregava a superioridade do povo alemão (ariano), um nacionalismo extremado, e de uma forma bastante confusa atribuía os males da Alemanha aos judeus. Um povo superior como o alemão não poderia submeter-se ao Tratado de Versalhes, mas sim agrupar-se em torno de um único Estado, a Grande Alemanha.

5. Depois da Grande Guerra, Hitler fundou o Partido Nacional-socialista, congregando um pequeno número de indivíduos de tendências nacionalistas. Percorrendo a Alemanha, foi, aos poucos, conquistando novos adeptos.
   a) Em 1923, aproveitando o acirramento da crise em que vivia a Alemanha, tentou um golpe militar na Baviera, onde os nazistas estavam mais fortes, mas fracassou.
   b) A partir daí, o Partido Nazista enfraqueceu-se: em 1924, os nazistas tinham 32 representantes eleitos; em 1928, só conseguiram eleger 14.

6. A crise da Alemanha se aprofundou a partir de 1930 (conseqüência da crise de 29), criando as condições para o crescimento dos Partidos Nazista e Comunista. Nas eleições de 1930, os nazistas elegeram 107 deputados, enquanto os comunistas elegeram 77. Os partidos liberais perderam na sua representação.
   a) Em 1932, Hitler concorreu com Hindenburg às eleições presidenciais e perdeu.
   b) Pressionado pela alta burguesia, o Presidente Hindenburg convidou Hitler para a chefia do governo. Logo depois de ter assumido, a 30 de janeiro de 1933, mandou incendiar o Parlamento alemão e pôs a culpa nos comunistas; iniciou assim a repressão, começando por colocar o Partido Comunista fora da lei.
   c) Suspendendo as liberdades constitucionais, prendendo milhares de adversários políticos, usando de todos os meios lícitos e ilícitos, os nazistas conseguiram, nas eleições de 5 de março de 1933, 44% dos votos. O novo Reichstag deu a Hitler plenos poderes.
   d) Hindenburg morreu em 1934, mas Hitler não convocou novas eleições: acumulou as funções de chanceler e chefe de Estado. Um plebiscito confirmou essa decisão, legalizando o totalitarismo na Alemanha.

7. Em 1936, na Espanha, a esquerda subiu ao poder através de eleições: Manuel Azaña elegeu-se Presidente da República, com o apoio da Frente Popular. Azaña iniciou um programa de reformas, atraindo as iras da reação.
   a) Francisco Franco iniciou, no Marrocos espanhol, um movimento armado que logo se estendeu por toda a Espanha.
   b) A guerra civil espanhola foi das mais violentas — cerca de 1 milhão de combatentes morreram. A força aérea alemã participou da guerra, bombardeando indiscriminadamente o território espanhol.
   A Alemanha fez um ensaio para a Segunda Guerra Mundial, que viria logo a seguir. Também Mussolini apoiou Franco.
   c) Em 1939, a guerra chegou ao fim, com a vitória de Franco, que implantou o Estado fascista na Espanha.

Vocabulário

Latifúndio: grande propriedade rural.
Legislatura: reunião de parlamentos em assembléia.
Militante: aquele que participa ativamente.

O aguçamento da tensão internacional encorajou as iniciativas pacifistas.

II Guerra Mundial / O Conflito Mundial e as Novas Condições Internacionais

Introdução

Para os povos da Europa, a guerra de 1914-1918 fora feita para acabar com todas as guerras do mundo. No entanto, ela não fez mais que preparar um novo conflito, bem mais amplo, que foi a II Guerra Mundial.

O comportamento das nações vencedoras após a I Guerra foi revanchista: procuraram arrasar seus antigos adversários, especialmente a Alemanha. Esses países, desgastados pela guerra e sobrecarregados com seus compromissos e dívidas com os vencedores, viram crescer os problemas econômicos e os descontentamentos sociais. Na Itália e na Alemanha tais descontentamentos foram usados pelos partidos fascistas e terminaram com a implantação de um Estado totalitário, militarista e expansionista. O apelo ao sentimento nacional era a tônica nesses Estados.

A Liga das Nações, criada com o objetivo de resolver pacificamente os conflitos internacionais, não conseguiu atingir o seu objetivo — faltava-lhe força efetiva, militar; ficou nas sanções econômicas, que de nada adiantavam. O fato de os Estados Unidos e outras potências, como a Alemanha e a União Soviética (pouco interessadas nos problemas do mundo ocidental), não participarem dessa Liga, enfraqueceu o organismo que tentava a paz mundial.

O período entre-guerras, de 1918 a 1939, nada mais foi do que um período preparatório para o novo conflito, que envolveria todas as nações européias e a maior parte das nações do mundo, de 1939 a 1945.

As relações internacionais de 1930 a 1939

A partir de 1930, a situação internacional entrou em nova fase de tensão, acabando com o sentimento otimista das nações européias, que desde 1925 começaram a se recuperar. A crise econômica iniciada em 1929 acentuou os nacionalismos, fazendo reaparecer uma atmosfera de inquietação. Os países europeus se dividiam em grupos mais ou menos afins: de um lado, isolada, a União Soviética; do outro, as democracias liberais, Inglaterra e França, junto com os Estados Unidos; por fim, os Estados fascistas Itália e Alemanha. A aproximação desses grupos entre si dependia dos interesses de momento dos países envolvidos.

A situação internacional começou a piorar com o expansionismo territorial de alguns Estados. No Extremo Oriente, o Japão iniciou a conquista da Mandchúria (região oriental da China) em setembro de 1931, colocando um imperador títere, controlado pelos japoneses. Em seguida começou a penetração na China, governada por Chang Kai-chek. A Liga das Nações protestou, mas o Japão retirou-se da Liga, que nada pôde fazer para evitar a agressão.

Ao mesmo tempo, a Alemanha, desrespeitando o Tratado de Versalhes, reiniciava sua produção de armamentos, reorganizava seu exército e ocupava novamente a Renânia (região desmilitarizada entre a França e a Alemanha).

Como o Japão, a Alemanha retirou-se da Liga das Nações.

A Itália, por sua vez, invadiu a Etiópia, na África.

Na Espanha começou a guerra civil, envolvendo, de um lado, os partidários da República, que era o regime em vigor, e do outro, os seguidores do General Franco, que se rebelara contra o governo, acusado de comunista e anticlerical. A Itália e a Alemanha entraram ao lado de Franco, dando-lhe apoio maciço em homens e material. As potências democráticas, França e Inglaterra, declararam-se neutras, colaborando indiretamente para a vitória de Franco, que em 1939 implantou um regime de governo semelhante ao italiano. Durante a guerra civil espanhola, os alemães testaram a eficiência dos seus aviões e tanques, que seriam utilizados na futura guerra mundial.

A Alemanha, novamente militarizada, buscava agora sua expansão territorial, orientada por Hitler, que em 1936 anunciou oficialmente sua aliança com a Itália de Mussolini. Estava formado o eixo Roma-Berlim. Os pequenos Estados da Europa central estavam seriamente ameaçados. Os objetivos expansionistas da Alemanha não eram escondidos por Hitler. Pelo contrário, proclamava a necessidade de união de todos os povos a que se atribuía a "raça germânica" (por sua semelhança física com os alemães).

A Inglaterra, partidária do relacionamento pacífico entre os Estados, procurava contornar todas as questões internacionais, favorecendo a política alemã. A França, país mais fraco e que precisava garantir-se contra

Mussolini *recebe* Hitler *no altar da Pátria, em Roma (1938).*

a Alemanha, apegava-se à Inglaterra como último recurso e dava-lhe apoio. A União Soviética estava isolada e os Estados Unidos proclamavam seu neutralismo. Hitler podia agir à vontade.

Seu plano de expansão organizava-se segundo etapas bem calculadas. Em 1938 anexou a Áustria à Alemanha baseando-se na justificativa de que eram povos germânicos. Essa anexação em língua germânica foi chamada de **Anschluss.** Passou, em seguida, a reivindicar a integração das minorias germânicas habitantes dos Sudetos (região montanhosa da Tchecoslováquia). A guerra parecia estar próxima, pois a Tchecoslováquia não cedia e começava a convocar suas forças para enfrentar a ameaça.

Mussolini reuniu então as potências do Ocidente (França e Inglaterra) para, juntamente com a Itália e Alemanha, resolverem pacificamente a questão. Realizou-se a **Conferência de Munique** (29-30 de setembro de 1938), na qual, ingleses e franceses, seguindo a política de pacificação, cederam à vontade de Hitler, permitindo a anexação dos Sudetos. Os representantes da França e Inglaterra na Conferência — Daladier e Chamberlain — acreditavam ter evitado a guerra e garantido a paz, mas, na verdade, estavam estimulando Hitler para novas exigências. Elas não tardaram a vir: em março de 1939, Hitler ocupou o restante da Tchecoslováquia e, no mês seguinte, Mussolini conquistou a Albânia.

A política de apaziguamento adotada pelas potências ocidentais mostrava suas deficiências. Hitler voltava-se agora contra a Polônia: exigia a anexação à Alemanha da cidade livre de Dantzig e do "corredor polonês",

faixa de território que dava à Polônia saída para o mar, de acordo com o Tratado de Versalhes. Ainda mais, exigia a construção de uma estrada de ferro alemã que passaria por território polonês, sob controle da Alemanha.

A Alemanha, que tinha firmado com a Itália e o Japão um acordo para evitar a expansão do comunismo, voltado diretamente contra a Rússia, fez com esta um acordo secreto em 1939, pelo qual dividiriam a Polônia depois de conquistá-la, ficando a União Soviética livre para expandir-se no mar Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia).

Em 1.º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, que mal pôde resistir.

A Inglaterra, que era aliada da Polônia, declarou guerra à Alemanha, iniciando sua mobilização para defender seu aliado. A França, aliada da Inglaterra, fez o mesmo.

A Itália declarou-se potência não-beligerante, e assim ficaria até o ano seguinte (1940). A Rússia dominou a Polônia Oriental e invadiu a Finlândia.

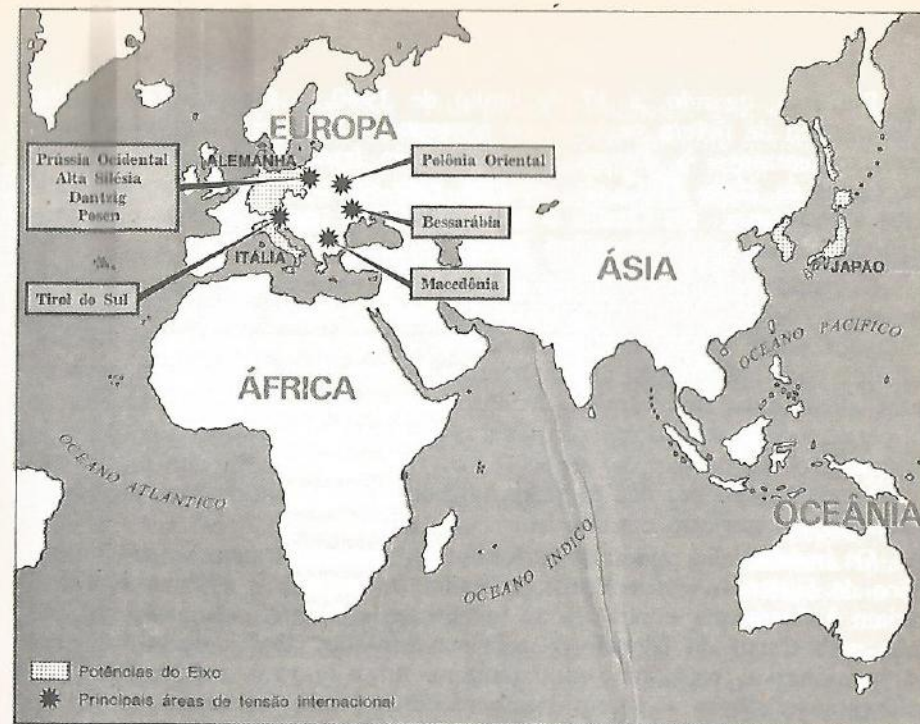
A fase européia da guerra (1939-1941)

Hitler iniciou sua política de conquistas militares na Polônia. Com forças muito superiores em número e qualidade, os alemães conquistaram esse país em praticamente três semanas. As divisões blindadas alemãs (**Panzerdivisionen**), apoiadas pela força aérea (**Luftwaffe**), realizaram uma ofensiva-relâmpago (**Blitzkrieg**), a partir de 1.º de setembro de 1939.

A maior parte do território polonês passou para o controle alemão, que criou um governo-geral da Polônia, dando início à perseguição aos judeus. A porção restante da Polônia foi entregue à União Soviética, de acordo com o Pacto Germano-Russo, assinado em 1939, que garantia para os alemães a neutralidade russa.

A concentração de forças alemãs no Leste, contra a Polônia, imobilizou a frente germânica na fronteira francesa, até maio de 1940. Enquanto isso, Hitler tentava dissuadir os ingleses e franceses de continuarem na luta.

A Inglaterra e a França tramavam minar os mares próximos da Noruega, para impedir o abastecimento de aço sueco aos alemães, que saía pelo porto norueguês de Narvik. Sob o pretexto de garantir esse abastecimento fundamental, os alemães invadiram a Dinamarca, a 9 de abril, e a seguir a Noruega, onde estabeleceram um governo fantoche. O rei da Noruega refugiou-se em Londres.

A partir de 10 de maio de 1940, Hitler começou a ofensiva contra a França, revivendo o Plano Schlieffen, aplicado na I Guerra Mundial, o que tornou impossível para os franceses a utilização da linha defensiva **Maginot,** onde os aliados esperavam conter os alemães por dois ou três anos; nesse prazo contavam desenvolver sua indústria bélica e com a possível entrada dos norte-americanos no conflito.

Focos de atrito internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Os alemães invadiram então a Bélgica e a Holanda, com o objetivo de envolver os aliados, plano já executado na Primeira Guerra Mundial. O exército aliado, que combatia no Norte, foi obrigado a retirar-se para o porto de Dunquerque. A queda da resistência belga tornou crítica a situação: 270 mil ingleses e 100 mil franceses aguardavam a retirada em barcos ingleses protegidos pela frota aliada constantemente bombardeados pela aviação alemã; todo material bélico desse exército caiu nas mãos do inimigo e cerca de 40 000 franceses foram aprisionados pelos alemães. Esse episódio ficou conhecido como a **Retirada de Dunquerque.**

No sul, os exércitos alemães venceram a resistência francesa, obrigando o governo a fugir, primeiro para Tours, depois para Bordeaux.

Nessa época, Mussolini decidiu entrar na guerra ao lado da Alemanha, e declarou guerra contra os ingleses e os franceses.

A situação da França agravava-se terrivelmente; restava a alternativa de um acordo com os alemães. Paul Reynaud, presidente do Conselho de Ministros, pretendia uma retirada para a Argélia, onde a esquadra intacta e outras divisões coloniais poderiam resistir com o apoio inglês e norte-americano. O Marechal Pétain, herói da Primeira Guerra Mundial, argumentava que não se devia abandonar o exército que permanecia na França; afirmava que seria melhor um governo na própria França, ocupada, a fim de proteger os cidadãos. Para os ingleses essa seria uma péssima solução, porque ficariam sozinhos na guerra — chegaram a propor inclusive uma união perpétua entre a França e a Inglaterra.

Por isso, quando, a 17 de junho de 1940, o General De Gaulle, subsecretário da defesa nacional no governo de Reynaud, chegou à Inglaterra, representava o governo da resistência francesa no exílio; através das ondas da rádio BBC, de Londres, esse governo estimulava os franceses a resistirem. De Gaulle e seus partidários eram acusados pela propaganda alemã e pelo Marechal Pétain de traidores.

Reynaud acabou desistindo e Pétain foi encarregado de negociar o armistício, assinado primeiro com os alemães, depois com a Itália. As condições eram duras para os franceses: o exército seria desmobilizado, reduzido para apenas 100 mil homens; a França teria uma região ocupada pelos alemães; a frota deveria voltar desarmada aos portos franceses; o Sul permaneceria sob controle francês, com a capital em Vichy. A título de manutenção das tropas de ocupação, os franceses tinham que pagar 400 milhões de francos por dia. O Marechal Pétain conseguiu poderes ditatoriais e formou um governo autoritário.

Os ingleses não poderiam permitir que os navios franceses caíssem nas mãos de Hitler — esses navios, somados às esquadras italiana e alemã, dariam à Alemanha condições de invadir a Inglaterra, até então resguardada pelo Canal da Mancha e pela sua armada. Daí a decisão inglesa de aprisionar a frota francesa e tentar conduzi-la para a Inglaterra. Os franceses resistiram e foram bombardeados, sendo inutilizada parte da sua esquadra. Esse fato determinou a ruptura entre a Inglaterra e a França de Pétain.

A resistência inglesa dependia do abastecimento por mar de víveres, matérias-primas e equipamentos de guerra, vindos principalmente dos Estados Unidos. Os alemães passaram a atacar os comboios ingleses com seus navios couraçados, submarinos e aviões. Apesar do radar, do sonar e da ajuda norte-americana, as perdas foram enormes: 4 549 mil toneladas em 1940, 4 696 mil em 1941.

A partir de 15 de setembro de 1940, intensificou-se a **Batalha da Inglaterra**, e durante oito semanas, Londres foi violentamente bombardeada — os bombardeiros alemães despejaram 20 000 toneladas de bombas nos portos e aeródromos.

Em outubro,os alemães passaram a atacar à noite, por causa das perdas elevadas de seus aviões: a **Real Força Aérea**, a aviação militar inglesa, auxiliada pelo radar, ainda imperfeito, conseguira evitar a destruição do seu país.

No Mediterrâneo a situação também estava difícil para os aliados: os ingleses conseguiram algumas vitórias sobre os italianos, mas a aviação alemã obrigava-os a darem a volta pela rota do Cabo para abastecerem suas forças no Egito e na Líbia. Ao mesmo tempo, no Norte da África, italianos e alemães, comandados pelo General Rommel, ameaçavam o domínio inglês no Egito.

Enquanto isso, na frente oriental, os russos haviam conquistado os países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia. Antes tinham invadido a Finlândia, conseguindo concessões territoriais. Em seguida tomaram da Romênia a região da Bessarábia. Nos países bálticos os simpatizantes comunistas conseguiram ganhar as eleições, e o novo governo constituído pediu sua anexação à União Soviética, o que foi feito em 1940. Até este momento a União Soviética tinha anexado 23 milhões de habitantes, dos quais 13 milhões na Polônia.

Depois da resistência inglesa e do armistício com a França, Hitler voltou-se para a Europa Oriental: fez desmembramentos territoriais na Romênia em favor da Bulgária e da Hungria; mandou tropas à Finlândia, o que desagradou aos russos.

Em setembro de 1940 foi assinado o pacto Berlim-Roma-Tóquio, pelo qual cada país signatário se comprometia a ajudar o outro no caso de serem atacados por uma potência até então não envolvida no conflito. Esse pacto dirigia-se contra os Estados Unidos. Hitler forçou outros países a fazerem parte do pacto: a Hungria e a Romênia entraram em 1940, a Bulgária, contra a vontade dos soviéticos, em 1941. A Iugoslávia se negou, e por isso foi invadida. Hitler aproveitou-se da derrota dos italianos quando tentaram invadir a Grécia, e atacou ao mesmo tempo a Iugoslávia e a Grécia, que foram ocupadas pelo Eixo.

O plano alemão de vencer a Inglaterra pela tomada do Canal de Suez, passando pela Espanha e Norte da África, falhou porque Franco não quis permitir a passagem de tropas germânicas pela Espanha. Hitler resolveu virar-se contra os russos; antes propôs a partilha do mundo em zonas de influência: os russos receberiam o Irã e o Golfo Pérsico, podendo fazer parte do Eixo. Eles aceitaram, mas queriam também a Bulgária e o controle dos estreitos que dão entrada ao Mar Negro. Hitler recusou e decidiu invadir a União Soviética. O exército alemão invadiu a Rússia a 22 de junho de 1941.

O conflito torna-se mundial (1941-1945)

Pouco a pouco o presidente norte-americano, Roosevelt, convencia a opinião pública do seu país que a América não poderia manter-se neutra por muito tempo. Entre setembro e novembro de 1941 decidiu dirigir a economia para a produção de guerra: a mobilização atingiu 8 800 000 homens; planejou-se a produção de aviões, navios e carros de combate. Forneceram aos ingleses os mais diversos equipamentos de guerra e ao mesmo tempo definiram um sistema de empréstimos para pagamento depois da guerra.

Em outubro de 1941, Roosevelt encontrou-se com Churchill a bordo do navio Augusta, combinando que, se os norte-americanos entrassem na guerra, concentrariam seus esforços também contra os alemães. A **Carta do Atlântico**, que contém os princípios de autodeterminação, foi redigida nessa ocasião.

A entrada dos Estados Unidos na guerra foi apressada pela agressão japonesa a Pearl Harbor, no dia 7 de dezembro de 1941. As relações entre o Japão e os Estados Unidos estavam tensas há muito tempo — o Japão havia ocupado posições no sudeste asiático, antes pertencentes à Fran-

Churchill e Roosevelt *preparam a Carta do Atlântico a bordo do Augusta.*

ça, com o que pretendia apoiar a ocupação da China iniciada em 1931, os norte-americanos responderam com um bloqueio econômico, cortando o fornecimento de produtos estratégicos ao Japão, e depois congelando os saldos japoneses nos Estados Unidos.

O General Tojo, partidário da guerra contra os Estados Unidos, tomou a iniciativa, imaginando com um golpe profundo aniquilar as forças norte-americanas no Pacífico. A 11 de dezembro, a Alemanha e a Itália, de acordo com o pacto do Eixo, declararam guerra aos Estados Unidos. O Japão, entretanto, não declarou guerra à União Soviética, mantendo-se fiel ao pacto de não-agressão que firmara com os russos.

Por essa época, em todos os países ocupados pelos nazi-fascistas organizava-se a resistência: associações clandestinas, de caráter nacionalista que através da sabotagem e dos ataques de surpresa procuravam paralisar o inimigo. Esses movimentos de resistência tiveram grande importância na França, Iugoslávia, Polônia e Grécia.

Foi fulminante a ofensiva germânica sobre a União Soviética: no final de 1941 o exército soviético tinha perdido 1/3 dos seus efetivos. Isso não impediu que no inverno de 1942 os russos organizassem sua contra-ofensiva; acostumados ao frio rigoroso no inverno, os russos combatiam melhor. Suas indústrias pesadas, voltadas para a produção bélica, foram transferidas para o interior do país, além dos Montes Urais; ao mesmo tempo, equipamentos bélicos norte-americanos chegavam, em grande quantidade, através do Irã.

A ofensiva alemã foi detida em Stalingrado no ano de 1942. A feroz resistência russa obrigou um exército alemão a render-se. A vitória russa, na **Batalha de Stalingrado**, pôs fim ao mito da invencibilidade alemã. O contra-ataque soviético continuou até 1944, conquistando diversos países-satélites da Alemanha: Romênia, Hungria, Bulgária, Finlândia, um a um foi pedindo a paz.

No Atlântico, os aliados começaram a ganhar a guerra pela redução das tonelagens perdidas com os ataques dos submarinos alemães. No ar os aliados também ganhavam a guerra, graças ao aumento da produção norte-americana. A Alemanha passou a ser bombardeada intensamente: em 1943 120 mil toneladas de bombas, 650 mil em 1944 e 500 mil em 1945 (em 1940 os alemães jogaram 37 mil toneladas de bombas sobre a Inglaterra). Os recursos industriais alemães começaram a ser prejudicados.

No Norte da África, o **Afrika Korps**, comandado por Rommel, tinha empurrado os ingleses até o Egito. Em 1942 o general inglês Montgomery, partindo de El Alamein, iniciou a ofensiva contra os alemães; ao mesmo tempo começava o desembarque dos aliados no Norte da África. As colônias francesas da África foram obrigadas a entrar na guerra, contra a vontade do governo colaboracionista de Vichy. Até maio de 1943 os aliados tinham varrido os alemães e italianos da Tunísia.

Os aliados iniciaram então a invasão da Itália, desembarcando na Sicília. A resistência foi pequena. O **Grande Conselho Fascista** afastou Mussolini e entregou o poder a Badoglio; em seguida Mussolini foi preso. Os italianos assinaram um armistício, apesar das ameaças dos alemães que continuavam no Norte da Itália. Assinado o armistício, os alemães invadiram Roma; o rei da Itália e o General Badoglio tiveram que fugir. Mussolini, dominado pelos alemães, proclamou a República Social Italiana. Em abril de 1945, Mussolini foi capturado pelas tropas da resistência e executado pelos próprios italianos. A ofensiva aliada, iniciada no Sul pelos ingleses, reconquistou Roma e avançou até o Norte, onde os alemães ainda conservavam o Vale do Rio Pó.

Depois de uma metódica preparação, os aliados decidiram abrir uma nova frente contra os alemães, na França, desembarcando na Normandia e na Provença, pelo Mediterrâneo. A maior concentração já vista de navios de guerra transportou tropas e equipamentos dos portos ingleses, através do canal da Mancha, desembarcando em Caen. Os alemães esperavam um desembarque em Pas-de-Calais, para onde haviam deslocado suas forças principais.

No dia 6 de junho de 1944 começou o desembarque. Antes a aviação aliada bombardeou pontos estratégicos alemães e a resistência francesa fez o trabalho de sabotagem para impedir a reação dos alemães. Os aliados avançaram até a libertação completa da França. Era o dia **D**.

No Pacífico a guerra se desenrolava com extrema violência: de 1941 a abril de 1942 a ofensiva coube aos japoneses, que dominaram vasta área; até 1943 os norte-americanos conseguiram equilibrar a situação; de 1943 em diante os americanos obtiveram numerosas vitórias, começando a ofensiva que terminaria com a derrota do Japão.

Na Europa, a Alemanha era pressionada pelos aliados a Oeste e a Leste: a Oeste tropas norte-americanas e inglesas, principalmente, cruzaram o Reno e avançaram rumo a Berlim; do Leste vinham os russos poderosamente armados, abatendo as divisões alemãs até cercarem Berlim, onde chegaram à frente das demais tropas aliadas.

A 25 de abril de 1945, foi completado o cerco de Berlim; a 1.º de maio, Hitler suicidou-se; no dia 2, Berlim capitulou; no dia 8 de maio, na frente dos norte-americanos, e no dia 9 na frente dos russos, os alemães capitularam sem condições.

O Japão, cercado pelos norte-americanos, continuava a guerra, apesar de sua marinha e sua aviação destruídas; apenas os pilotos suicidas, os **kamikazes**, que se atiravam contra os navios norte-americanos, ainda causavam perdas aos aliados. Entretanto, a guerra poderia prolongar-se ainda por dois ou três anos, pois as reservas humanas do Japão eram enormes. Por isso, os Estados Unidos resolveram lançar duas bombas atômicas sobre o Japão: uma sobre Hiroshima e, logo em seguida, outra sobre Nagasaki; os japoneses, já derrotados militarmente, capitularam.

A 2 de setembro de 1945, os delegados japoneses assinaram sua rendição, a bordo do couraçado Missouri.

Dois dias após o bombardeio de Hiroshima a União Soviética declarara guerra ao Japão e invadira a Mandchúria.

O extermínio dos judeus

As maiores vítimas do nazismo na Europa foram os judeus. Frustrados pela derrota na Primeira Guerra Mundial, humilhados pelo Tratado de Versalhes, vivendo no caos político, econômico e social, os nazistas precisavam encontrar um bode expiatório, um responsável por todo o mal que afligia a Alemanha. Hitler escolheu os judeus.

Campo de concentração *alemão para o extermínio de judeus.*

Alfred Rosenberg foi o teórico do anti-semitismo do Partido Nazista, enquanto Joseph Goebbels, chefe de propaganda do partido, seu maior divulgador.

Há menos de um mês no poder, Hitler já começou a perseguição, decretando o boicote compulsório das lojas judaicas. Em seguida, não havendo reação, passou a decretar leis anti-semíticas cada vez mais drásticas: os judeus foram excluídos do funcionalismo civil e das profissões liberais, e, em 1935, expulsos da comunidade alemã.

Numa progressão paranóica, culminou com a determinação de extermínio puro e simples, feito de forma sistemática e científica. Não se pode garantir com exatidão o número dos judeus mortos nos campos de concentração; cálculos oficiais garantem que de 5 a 6 milhões foram eliminados, sem incluir nessa cifra os que morreram de fome e doença nos guetos. Mais de 2/3 dos judeus da Europa foram mortos. Segundo dados oficiais, somente em Auschwitz 22 mil judeus foram eliminados e cremados em apenas três dias.

Dachau, Treblinka, Buchenwald são nomes de outros campos de extermínio, que hoje relembram o horror do regime nazista.

Os ônus da guerra

A mais terrível guerra que a humanidade já conhecera produziu terrível destruição material e humana.

A característica mais marcante dessa guerra foi a extraordinária movimentação das ofensivas: avançadas arrasadoras dos alemães e japoneses no início da guerra; avançadas violentas dos aliados no fim da guerra.

Outra característica: foi uma guerra de máquinas-tanques, aviões, navios, canhões, submarinos, colunas motorizadas. A produção industrial tornou-se vital para o êxito da guerra. O fato de a Alemanha ter iniciado antes a fabricação de armamentos deu-lhe a vantagem inicial. A França e a Inglaterra haviam retardado sua produção bélica, começando com relativo atraso. Somente em 1941, a produção da Inglaterra atingiu o nível necessário. Nesse mesmo ano a União Soviética igualou-se à Alemanha na produção bélica.

Os Estados Unidos, no auge da produção, entre 1943-44, estavam produzindo um navio por dia e um avião em cada cinco minutos; em apenas seis anos de guerra, fabricaram 87 mil tanques, 296 mil aviões, 2 434 000 caminhões e 53 milhões de tonelagem naval.

As perdas humanas chegaram a 30 milhões entre civis e militares. A guerra mecanizada, de movimentos rápidos, provocou maior número de prisioneiros que de mortos. Mas, em compensação, as perdas civis foram superiores às militares, por causa dos bombardeios aéreos.

As novas condições internacionais

Com os alemães derrotados na Europa, todos os países dominados defrontaram-se com problemas internos, na busca de uma nova ordem política e social, ou na reconstrução da antiga ordem existente.

O exército russo dominara grande parte das regiões ocupadas pelos alemães no leste da Europa. Sob sua influência, Romênia, Bulgária e Hungria mudaram seu regime de governo, passando para o sistema socialista e conseqüentemente para a área de influência soviética.

A utilização da bomba atômica pelos norte-americanos, no Japão, mostrou o seu extraordinário poder destrutivo. Para os inimigos potenciais dos americanos, como a União Soviética, ela era uma ameaça aterradora. Ao mesmo tempo, para os Estados Unidos, a bomba atômica se constituía num eficiente instrumento de persuasão nas disputas de sua política externa.

Antes do lançamento da bomba, na **Conferência de Yalta**, em fevereiro de 1945, Roosevelt e Churchill haviam feito algumas concessões a Stalin (controle da Mandchúria, aceitação do regime comunista na Polônia e nos Balcãs, menos a Itália e a Grécia, boa parte das indenizações a serem exigidas da Alemanha), para que a União Soviética entrasse na guerra contra o Japão. Com o fim rápido da guerra com o Japão, o preço pago aos russos parecia exagerado.

A influência soviética na Europa Oriental era um fato. A Alemanha estava derrotada e não poderia ser um empecilho à expansão da União Soviética, pois, pelo **Acordo de Potsdam** (julho de 1945), ela foi dividida em zonas de influência, dadas a russos, ingleses, americanos e franceses. Berlim, a capital, que ficava no setor russo, foi igualmente dividida em quatro partes, uma para cada aliado.

Outros tratados foram feitos com as nações vencidas e aliadas da Alemanha, mas os principais problemas que restavam eram a forma de governo que teria o Japão e os meios a serem usados no controle do uso da energia atômica.

Na realidade, dois blocos antagônicos tinham-se formado: a União Soviética e seus países-satélites de um lado, e as democracias capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, do outro. A tentativa de conciliar os problemas internacionais seria feita pela recriação de um organismo de controle internacional, a ONU. Essa entidade, entretanto, não conseguiu evitar a guerra fria entre os dois blocos citados, motivada por problemas cruciais, como o caso da Alemanha e o controle da bomba atômica. A Europa, arrasada, perdeu o seu prestígio, e procurou uma integração econômica que a pudesse revitalizar — o **Mercado Comum Europeu** (MCE).

Documento básico

A declaração de guerra contra o Japão, em 8 de dezembro de 1941.

"Ontem, 7 de dezembro de 1941, uma data que viverá marcada pela infâmia, os Estados Unidos foram repentina e deliberadamente atacados pelas forças navais e aéreas do Império do Japão.

Os Estados Unidos estavam em paz com aquela nação; por solicitação do Japão, entabulava conversações com o seu governo e seu Imperador visando à manutenção da paz no Pacífico. Em verdade, uma hora após terem os esquadrões aéreos japoneses começado a bombardear Oahu, o embaixador nipônico nos Estados Unidos e seu colega entregavam ao Secretário de Estado uma resposta formal a uma recente mensagem norte-americana. Embora esta réplica anunciasse que pareceria ser inútil o prosseguimento das atuais negociações diplomáticas, ela não continha nenhuma ameaça ou sinal de guerra ou ataque armado.

Recorde-se que a distância que vai do Havaí ao Japão é por si uma prova de que o ataque fora planejado deliberadamente há muitos dias ou mesmo há poucas semanas atrás. Durante esse meio tempo o governo japonês procurou de forma calculada iludir os Estados Unidos, com falsas declarações e votos de esperança por uma paz permanente.

O ataque de ontem contra as ilhas do Havaí causou severas perdas às forças navais e militares norte-americanas.

Em realidade muitas vidas de norte-americanos foram sacrificadas. Além disso, navios nossos, segundo relato apresentado, foram torpedeados em alto-mar entre São Francisco e Honolulu. Ainda ontem o governo nipônico desfechava um ataque contra Hong-Kong. Na última noite forças japonesas atacaram Guam. Nesta mesma noite contingentes nipônicos atacaram as Ilhas Filipinas. Ainda à noite passada eles atacaram a Ilha de Wake. Esta manhã os japoneses bombardearam a Ilha Midway..."

The New York Times, 9 de dezembro de 1941, citado por Richard B. Morris, **Documentos Básicos da História dos Estados Unidos**, págs. 217-218.

Datas e fatos essenciais

1931: Intervenção japonesa na Mandchúria.

1933: Hitler abandona a Liga das Nações.

1936: Formação do Eixo Roma-Berlim.

1936: Remilitarização da Renânia.

1938: Conferência de Munique sobre os Sudetos.

1939: Pacto Germano-Russo de não-agressão.

1939: Invasão da Polônia.

1940: O governo francês se instala em Vichy.

1940: Inglaterra luta sozinha contra a Alemanha.

1941: Invasão da União Soviética pelo exército alemão.

1941: Ataque japonês aos Estados Unidos.

1942: Resistência russa em Stalingrado.

1943: Recuperação da África e invasão da Itália.

1944: Desembarque na Normandia.

1945: Rendição Alemã.

Resumo

Introdução: As esperanças dos países europeus de uma paz duradoura com o fim da Primeira Guerra Mundial foi mera ilusão:

a) o comportamento revanchista dos vencedores da Primeira Guerra Mundial;

b) a crise de 1929 e suas graves conseqüências políticas e sociais em quase todos os países da Europa;

c) o surgimento dos governos nazi-fascistas — totalitários, militaristas e expansionistas;

d) e o fracasso da Liga das Nações, todos esses fatores reunidos criaram as condições para que novo conflito eclodisse, envolvendo todas as nações européias e a maior parte dos países do mundo, no período de 1939 a 1945.

1. A partir de 1930 a situação política internacional estava novamente sob tensão: na Europa, de um lado ficou a União Soviética, isolada, enquanto que de outro, aliadas aos Estados Unidos, permaneceram França e Inglaterra; os Estados nazi-fascistas — Alemanha e Itália — formavam outro bloco.

   a) Em 1931 o Japão conquistou a Mandchúria e invadiu a China, desligando-se da Liga das Nações quando esta protestou.

   b) O mesmo fez a Alemanha, depois que, desobedecendo ao Tratado de Versalhes, reaparelhou e reorganizou seu exército, invadindo em seguida a Renânia.

   c) Na Espanha deflagrou-se a guerra civil, com a Alemanha e Itália apoiando o fascista Franco, que acabou implantando o Estado fascista na Espanha. Nessa guerra a Alemanha testou seu armamento que usaria na II Guerra Mundial.

   d) Em 1936, Hitler anunciou a formação do **Eixo** (Roma-Berlim) e proclamou abertamente sua política expansionista. A neutralidade dos Estados Unidos e isolamento da União Soviética deixava Hitler à vontade para levar avante seus planos.

   e) Em 1938, Hitler anexou a Áustria à Alemanha e passou a reclamar a integração dos Sudetos.

   f) Mussolini promoveu a reunião da França e Inglaterra, para discutirem a situação com a Itália e a Alemanha. Os representantes da França e da Inglaterra cederam às exigências alemãs, estimulando Hitler na sua política expansionista.

   g) A Alemanha passou a exigir Dantzig e o "corredor polonês". Como os poloneses resistiram, os alemães invadiram o seu território. Iniciou-se então a II Guerra Mundial. Era 1.º de setembro de 1939.

   h) A Inglaterra, aliada da Polônia, declarou guerra à Alemanha; a França, aliada da Inglaterra, fez o mesmo. A Itália declarou-se não-beligerante e ficou afastada da guerra até 1940.

2. A ofensiva alemã contra a Polônia foi fulminante: iniciada no dia 1.º de setembro de 1939, durou apenas três semanas.

   a) Depois da Polônia, rapidamente os alemães foram dominando a Europa: França, Bélgica, Holanda e Noruega, uma a uma foram sendo ocupadas pelos exércitos de Hitler.

   b) A França, derrotada militarmente, tornou-se colaboracionista através do governo de Vichy, liderado por Pétain.

c) A Inglaterra resistia sozinha aos bombardeios alemães, que não conseguiram vencer a **Batalha da Inglaterra.**

d) A resistência inglesa levou Hitler a atacar a União Soviética, abrindo nova frente no Oriente da Europa.

3. O Presidente Roosevelt, que já transformara a indústria norte-americana para a guerra, entrou no conflito depois do ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941.

a) A produção industrial norte-americana fez a balança da guerra pender contra a Alemanha.

b) Começou a derrocada alemã: a vitória soviética na Batalha de Stalingrado acabou com o mito da invencibilidade alemã.

c) Ingleses e norte-americanos varreram os alemães comandados por Rommel da África, enquanto a Itália era invadida pelos aliados.

d) Em 1944, os aliados desembarcaram na França e marcharam em direção de Berlim. Ao mesmo tempo pelo Leste, prosseguiam os russos na mesma direção.

e) Em 1945, depois do suicídio de Hitler, a Alemanha rendeu-se incondicionalmente.

f) O Japão continuou por mais algum tempo na guerra, mas também capitulou sem condições depois que os Estados Unidos lançaram sobre Hiroshima e Nagasaki suas bombas atômicas.

4. Os judeus foram as maiores vítimas do nazismo na Europa. Logo que tomou o poder Hitler iniciou a perseguição, pretextando que os judeus eram os responsáveis pela situação da Alemanha.

a) Cerca de 6 milhões de judeus foram executados nos campos de concentração, o que correspondia a mais de 2/3 da população judaica da Europa.

b) Essa exterminação era feita de forma sistemática e científica: em apenas três dias, no campo de Auschwitz, 22 mil judeus foram eliminados e cremados.

5. A mais terrível guerra que a humanidade já vira apresentou algumas características próprias:

a) foi uma guerra de grande movimentação ofensiva, com fulminantes avançadas;

b) a guerra foi de máquinas: tanques, aviões, submarinos, colunas motorizadas;

c) daí a importância da entrada dos Estados Unidos na guerra — sua capacidade industrial decidiu a guerra a favor dos aliados;

d) a população civil foi a que mais sofreu com a guerra, inclusive em número de mortes. Os bombardeios indiscriminados explicam esse fato.

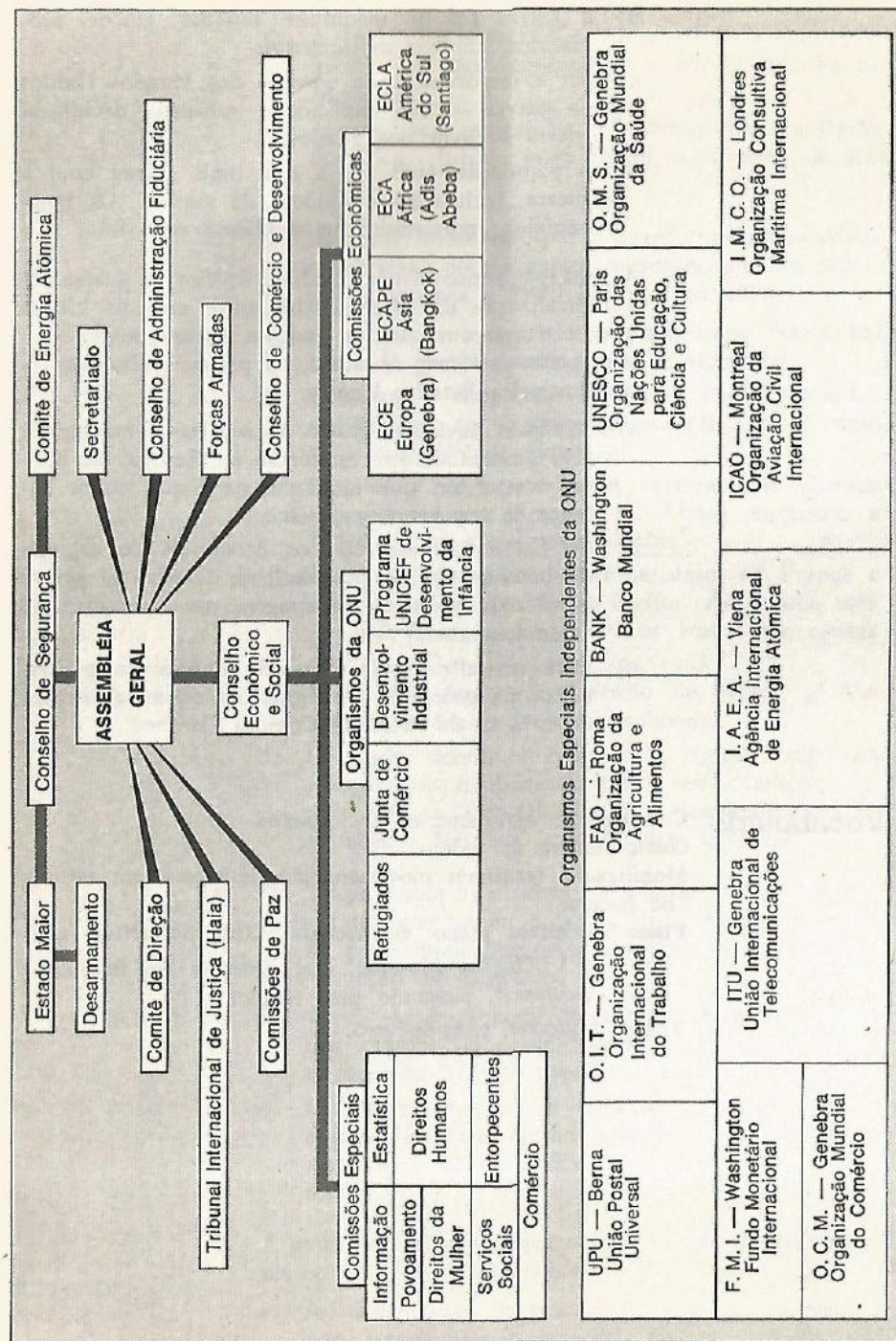
6. A principal conseqüência imediata do fim da guerra foi a radicalização das divergências entre os dois blocos que se formaram: de um lado a União Soviética e seus países-satélites; de outro, os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos.

a) A União Soviética, graças ao seu papel na guerra, teve aumentada sua influência na Europa, ao mesmo tempo em que interferia para que novos Estados se tornassem socialistas.

b) Os Estados Unidos, únicos detentores do segredo da bomba atômica, puderam, no começo da **guerra fria**, fazer valer essa vantagem nas suas disputas internacionais.

c) Para revitalizar sua economia depois da guerra, a Europa procurou a integração econômica, através da criação do Mercado Comum Europeu.

Vocabulário

Contingente: agrupamento de soldados.
Gueto: bairro de judeus.
Mobilização (militar): movimentação de tropas em virtude de guerra.
Plano Schlieffen: plano do General Graf Schlieffen aplicado na I Guerra Mundial, que consistia em liquidar a frente Ocidental, passando pela Bélgica.
Títere: fantoche, testa-de-ferro.

II Guerra Mundial / Reconstrução da Europa - ONU - Guerra Fria

Introdução

A II Guerra Mundial, muito mais do que a I, alterou profundamente a correlação de forças no mundo. Após seis anos de guerra, alguns países ficaram empobrecidos, politicamente desorganizados e com graves problemas sociais, enquanto os vencedores tiveram aumentados o seu poder e a sua ambição. Tanto a I como a II Guerra Mundial contribuíram para diminuir a importância econômica, social e política da Europa e para fortalecer os Estados Unidos e a União Soviética. Essas duas superpotências emergiram das guerras como as forças mundiais em torno das quais, numa relação bipolar, giraria toda a política internacional.

O surgimento de novos países na África e Ásia fez aparecer uma terceira força: o **Terceiro Mundo**, formado pelos países subdesenvolvidos, que não se enquadram nem no conjunto das democracias desenvolvidas do Ocidente, nem no conjunto dos países do Oriente, seguidores da União Soviética ou da China. O choque entre o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e a União Soviética e seus aliados, manifestou-se principalmente nestas novas áreas, onde os dois blocos tinham interesses políticos e econômicos antagônicos.

Em meio a esse choque de interesses, foi fundada, logo depois da guerra, a ONU (Organização das Nações Unidas) numa nova tentativa de resolver os problemas internacionais. Era necessário evitar, a todo custo, um terceiro conflito mundial, que com a utilização das armas atômicas, seria catastrófico.

Origem das Nações Unidas

A Liga das Nações foi a primeira tentativa de evitar os conflitos internacionais através da mediação de todos os países do mundo. Embora a sua existência não tivesse conseguido impedir a II Guerra Mundial, continuou viva a esperança de que um organismo internacional semelhante, mas com força militar suficiente, conseguisse esse objetivo. Ainda durante a guerra, várias reuniões foram feitas nesse sentido; numa delas, realizada em Washington, no ano de 1942, compareceram representantes de 26 **nações unidas** — daí o nome Organização das Nações Unidas ou ONU. Foi também nos Estados Unidos — cujo Presidente, Roosevelt, foi um dos principais incentivadores da idéia — que diplomatas norte-americanos, ingleses, russos e chineses elaboraram o primeiro projeto da ONU. Esse estudo foi completado durante a reunião de Yalta, na União Soviética, e submetido a novas discussões, quando representantes dos primeiros 50 Estados se reuniram em 1945, para esse fim, em São Francisco (Estados Unidos).

A primeira sessão da ONU, realizada em Londres, em janeiro e fevereiro de 1946, criou as principais divisões dessa organização e elegeu seu primeiro secretário-geral (Trygve Lie, Ministro das Relações Exteriores da Noruega). Depois disso, a sede oficial da ONU passou a ser em Nova York.

Organização e funcionamento da ONU

A Organização das Nações Unidas compreende seis órgãos principais:

— o **Conselho de Segurança,** composto por quinze membros, dos quais cinco são permanentes (China, França, Estados Unidos, Rússia e Inglaterra) e dez, indicados pela Assembléia Geral para um período de dois anos. Nas votações do Conselho, os cinco membros permanentes têm direito a veto. O Conselho de Segurança é o órgão mais importante da ONU, pois é a ele que cabe executar o principal objetivo da organização: a preservação da paz mundial. Para consegui-la, o Conselho pode agir de modo pacífico, fazendo recomendações, ou então decidir-se pela intervenção armada (que é feita pelos Estados-membros);

— a **Assembléia Geral,** composta por representantes de todas as nações-membros, debate problemas e faz recomendações; seu presidente é eleito anualmente;

— o **Conselho Econômico e Social** tem vários departamentos: a Comissão de Direitos Humanos (que redigiu, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual todos os homens têm os mesmos direitos, seja qual for a sua raça, cor ou religião); a Comissão dos Estatutos da Mulher (que busca a igualdade de direitos entre homens e mulheres); a Comissão Social (que previne crimes, dá assistência a menores e educa marginais); a Comissão de Entorpecentes (que procura controlar o comércio de drogas perigosas, como o ópio, a heroína e a cocaína); um Fundo Mundial de Assistência à Infância etc.;

— o **Conselho de Tutela** protege os povos que, em conseqüência de alguma guerra, não têm governo próprio. A maior parte dos territórios tutelados vem-se tornando independente como, por exemplo, Israel, Jordânia, Líbia e, mais recentemente (1960), a Somália Italiana;

— a **Corte Internacional de Justiça** procura estabelecer um direito que seja aceito e válido em todas as nações do mundo, não permitindo nem aceitando tratados secretos;

— o **Secretariado** organiza as sessões, cuida dos funcionários indispensáveis, publica as decisões etc. Seu chefe é o secretário-geral, eleito (por cinco anos e com direito a ser reeleito) pelo Conselho de Segurança e aprovado pela Assembléia Geral.

Fazem parte, ainda, das Nações Unidas, várias **agências especializadas,** como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação,

O edifício das Nações Unidas *em Nova York.*

Ciência e Cultura), a FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação), a OMS (Organização Mundial da Saúde), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outras.

De modo geral, podemos dizer que a ONU tem dois objetivos principais: a preservação da paz mundial e a continuidade do progresso econômico e social. Sua maior dificuldade é a conservação da paz. Desde sua fundação, a ONU conseguiu evitar a guerra várias vezes, apesar de ter sido atrapalhada pelos vetos do Conselho de Segurança (basta um membro permanente votar contra uma decisão para que ela não seja aprovada); conseguiu, também, constituir-se em uma espécie de defensora dos novos Estados que surgiram na África e na Ásia, reconhecendo a sua independência, admitindo-os como membros da ONU e protegendo-os contra a violência das grandes potências.

A reconstrução européia

A reconstrução da Europa, devastada pela guerra, foi rápida, graças à ajuda dos norte-americanos. Em 1948, os Estados Unidos iniciaram a aplicação do **Plano Marshall**, que permitia aos países europeus importarem produtos norte-americanos a preços irrisórios, e, ao mesmo tempo, abria créditos para compra de equipamentos pesados e para empréstimos destinados à reconstrução.

Com essa política os Estados Unidos visavam a: no plano interno, garantir a exportação de seus excedentes, e, no plano externo, concretizar sua hegemonia econômica.

A Alemanha foi o país europeu que mais se desenvolveu, em menor prazo, apesar de ter perdido 1/4 de seu território, que se tornou comunista. A aplicação do **Plano Marshall** coincidiu com a suspensão da desmontagem de suas fábricas para pagamento de indenizações de guerra.

A França, mesmo enfrentando graves problemas coloniais, conseguiu também recuperar-se rapidamente. Além da ajuda concedida pelo **Plano Marshall** (em quatro anos o país recebeu 2,5 milhões de dólares em produtos norte-americanos), os franceses elaboraram o seu próprio plano de reconstrução — o **Plano Monnet**, visando disciplinar os investimentos e sanear sua moeda. Foi nessa época que surgiu a idéia francesa de livre circulação de mercadorias e mão-de-obra no setor do carvão e do aço entre seis países da Europa Ocidental, e que viria a transformar-se, mais tarde, no Mercado Comum Europeu.

A Inglaterra, à custa de muitos sacrifícios e de férrea disciplina (o fim da II Guerra Mundial marcou também o fim de seu império), conseguiu restaurar-se, mas perdendo a importância política e econômica que possuía antes da guerra. Em pouco tempo, sua frota mercante tornou-se novamente uma das mais ativas do mundo.

A Itália foi outro país europeu beneficiado generosamente pelo plano norte-americano. O atraso tradicional do Sul e a falta de energia foram atacados prioritariamente, e em pouco tempo ela conseguiu superar a devastação da guerra.

A guerra fria

Depois da II Guerra Mundial, a política de equilíbrio europeu foi substituída pela política de blocos em torno das duas grandes potências, União Soviética e Estados Unidos.

Durante a II Guerra Mundial, a Inglaterra e os Estados Unidos lutaram para evitar que o Japão se tornasse também uma grande potência, dominando a Ásia. Conseguiram vencê-lo, mas não atingiram seus objetivos: havia naquela região outra potência muito mais poderosa que o Japão e desejosa de expandir seu território e sua forma de governo: a União Soviética.

Mesmo antes de terminar a guerra, os aliados preocupavam-se com a expansão soviética e o modo de criar-lhe uma barreira. Pensaram em rearmar a Alemanha para impedir a expansão militar comunista na Europa Oriental, mas ante a impossibilidade de realizar esse plano — a Alemanha tinha sido dividida e ocupada depois da guerra —, os aliados procuraram conquistar posições estratégicas na Europa Central e Balcânica, e, ao mesmo tempo, atrair os países da área de influência soviética para o lado ocidental, através de uma política de financiamento.

A União Soviética sentia-se ameaçada pelos seus aliados ocidentais na guerra — ainda mais que um deles, os Estados Unidos, possuía a bomba atômica. Era inevitável que os russos se preocupassem com a sua segurança. Essa segurança impunha a intervenção nos negócios internos de determinados países, cuja posição geográfica era militarmente estratégica. Daí surgiu um estranho método de intervenção, misto de ação militar e diplomática, que ficou conhecido pela expressão **guerra fria**.

Os Estados Unidos adotaram a guerra fria para conter a expansão russa: negociar com a Rússia era impossível; entrar em guerra não era vantagem, e tornou-se um grave perigo depois de 1949, quando os russos explodiram as suas primeiras bombas atômicas. De certo modo, a guerra fria era uma demonstração da confiança americana em seu poderio militar: o país não entrava em guerra e também não negociava; procurava ganhar posições estratégicas nas nações que circundavam a Rússia, como a Turquia e a Grécia. A guerra fria representava também uma satisfação do governo norte-americano à opinião pública: a Rússia estava sendo contida; portanto, essa política trazia resultados positivos. O antagonismo declarado entre russos e norte-americanos começou com a Guerra da Coréia (1950--1953): os Estados Unidos apoiavam a Coréia do Sul e a União Soviética, a do Norte. Em 1956, os Estados Unidos reconheceram as áreas de influência da União Soviética, o que praticamente encerrou a guerra fria.

A situação internacional voltou a complicar-se com o surgimento de outra potência comunista no Extremo Oriente: a China. Esse país começou a adquirir forças e a tentar interferir nas regiões vizinhas, para nelas implantar o comunismo. Sentindo-se ameaçados, os norte-americanos procuraram consolidar sua posição na Ásia, ocupando o território de Formosa (onde hoje é a China Nacionalista) e isso criou uma permanente situação de guerra entre os Estados Unidos e a China.

O Vietnã foi outro ponto escolhido pelos americanos para garantir mais uma frente contra a China, cujo progresso na fabricação da bomba atômica os inquietava.

Documento básico

A Carta do Atlântico, que serviu de base à Organização das Nações Unidas.

"1. Os Estados Unidos e o Reino Unido não procuram qualquer engrandecimento territorial.

2. Não desejam qualquer modificação territorial que não seja conforme os interesses dos povos, expressos com toda a liberdade.

3. Respeitam o direito dos povos de escolher a forma de governo que desejam, e se comprometem a restabelecer o poder soberano das nações que foram arrasadas pela força.
4. Contando com as obrigações já descritas, Estados Unidos e Reino Unido se esforçarão para permitir a todos os Estados, grandes ou pequenos, vencidos ou vencedores, o acesso às matérias-primas indispensáveis à sua prosperidade econômica.

5. Saberão fazer entre todas as nações uma completa liga econômica, a fim de garantir a todos a melhoria das condições de trabalho, o progresso econômico e a segurança social.

6. Após a destruição definitiva da tirania nazista, esperam estabelecer uma paz que forneça a todas as nações os meios de viver em segurança nas suas próprias fronteiras e que dê segurança a todos os homens, em todos os países (...).

7. Uma tal paz deverá permitir a todos os homens cruzar, sem entraves, os mares e os oceanos.

8. Crêem que, por razões práticas e espirituais, todas as nações do mundo devem renunciar ao emprego da força, certas de que nenhuma paz futura poderá ser mantida se os armamentos terrestres, navais e aéreos continuarem a ser utilizados pelas nações que ameaçam ou podem ameaçar as suas fronteiras. Crêem que, para conseguir um sistema de segurança geral mais amplo e permanente, o desarmamento dessas nações é essencial. Favorecem e encorajam igualmente todas as outras medidas práticas, que evitarão, para os povos pacíficos, o fardo pesado do armamento."

F. Braudel, **Le Monde Actuel**, pág. 127, P.U.F., 1963.

Datas e fatos essenciais

1941: Carta do Atlântico.

1942: Reunião de 26 nações em Washington.

1945: Primeira reunião das Nações Unidas, em São Francisco, E.U.A.

1947: Proposição do **Plano Marshall.**

1950-1953: Guerra da Coréia.

1951: Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

1956: Questão de Suez.

Resumo

Introdução: A II Guerra Mundial alterou profundamente a correlação de forças no mundo: a Europa perdeu sua importância política, social e econômica, enquanto os Estados Unidos e a União Soviética saíram fortalecidos e centros da política internacional.

a) O surgimento dos novos países da África e da Ásia, alguns desligados do Ocidente e do Oriente, fez com que as grandes potências estendessem até eles suas disputas.

b) Dentro desse entrechoque de interesses nasceu a ONU, para resolver os problemas e disputas internacionais, principalmente para evitar a guerra atômica, que seria catastrófica para a humanidade.

1. Apesar do fracasso da Liga das Nações, depois da I Guerra Mundial, continuou viva a esperança de que um organismo internacional, inclusive com força militar, seria capaz de garantir a paz.

   a) Já em 1942, em plena guerra, trabalhava-se no sentido de criar tal organismo — nesse ano reuniram-se em Washington **26 nações unidas** (daí o nome Organização das Nações Unidas), lideradas

por Roosevelt, um dos principais incentivadores dessa organização.

b) Na **Conferência de Yalta** os estudos existentes foram discutidos com os representantes da União Soviética, ficando acertada sua criação.

c) A primeira sessão da ONU foi realizada em janeiro e fevereiro de 1946, em Londres. Depois ela passou a funcionar em Nova York.

2. A Organização das Nações Unidas é formada por seis órgãos principais, além de várias agências especializadas.

   a) Os órgãos mais importantes são: o **Conselho de Segurança**, composto de cinco membros permanentes com direito a veto e mais dez, indicados pela Assembléia Geral por um período de dois anos; e a própria **Assembléia Geral**, composta por todos os representantes das nações-membros.

   b) Entre as várias **agências especializadas** que fazem parte da ONU destacam-se: UNESCO, FAO, OMS, CEPAL e OIT.

3. O mais grave problema enfrentado pelos países europeus depois da guerra foi a reconstrução das áreas devastadas.

   a) O auxílio norte-americano, através do **Plano Marshall**, acelerou a recuperação dos países beneficiados.

   b) Ao mesmo tempo garantia a colocação dos excedentes da produção norte-americana, e abria caminho para concretizar a hegemonia dos Estados Unidos na Europa e no resto do mundo.

4. A **guerra fria**, luta diplomática (que raras vezes se transformou em ação militar) travada nos bastidores entre a União Soviética e os Estados Unidos, foi conseqüência da política de blocos e das disputas entre as potências líderes desses blocos.

   a) A Guerra da Coréia e a crise de Suez foram os momentos críticos da guerra fria.

   b) Em 1956, os Estados Unidos reconheceram as áreas de influência da União Soviética, encerrando-se praticamente a chamada guerra fria.

Vocabulário

Correlação: relação mútua entre dois termos.
Veto (direito a): direito de recusar.

II Guerra Mundial / A Hegemonia Americana

Introdução

Um dos resultados da I Guerra Mundial foi a preponderância dos Estados Unidos da América do Norte em quase todo o mundo. A II Guerra Mundial acentuou essa preponderância ao ponto de hoje ser possível falar na hegemonia norte-americana em extensas partes do globo.

Essa hegemonia manifestou-se, principalmente, no campo econômico. Os Estados Unidos chegaram a ocupar o primeiro lugar na produção mundial em muitos setores: agrícolas, minerais e industriais. Seu comércio estendeu-se, praticamente, a todos os países do mundo; sua marinha mercante, que foi a maior do mundo durante a II Guerra Mundial, hoje é a segunda, depois da russa. Os capitais norte-americanos afluíram para grande número de países, onde foram investidos nas mais diferentes atividades lucrativas: na exploração de minérios e petróleo, nas indústrias de base e de transformação, nas atividades comerciais.

Os empréstimos feitos pelos Estados Unidos tiveram influência decisiva na formulação e evolução da política econômica de muitos países.

Os reflexos da guerra

Os Estados Unidos chegaram a mobilizar 15 milhões de homens nas várias frentes de combate da II Guerra Mundial, na Europa, Ásia e África,

depois de terem sido atacados pelos japoneses em Pearl Harbor (Ilha do Arquipélago do Havaí, no Oceano Pacífico), em dezembro de 1941.

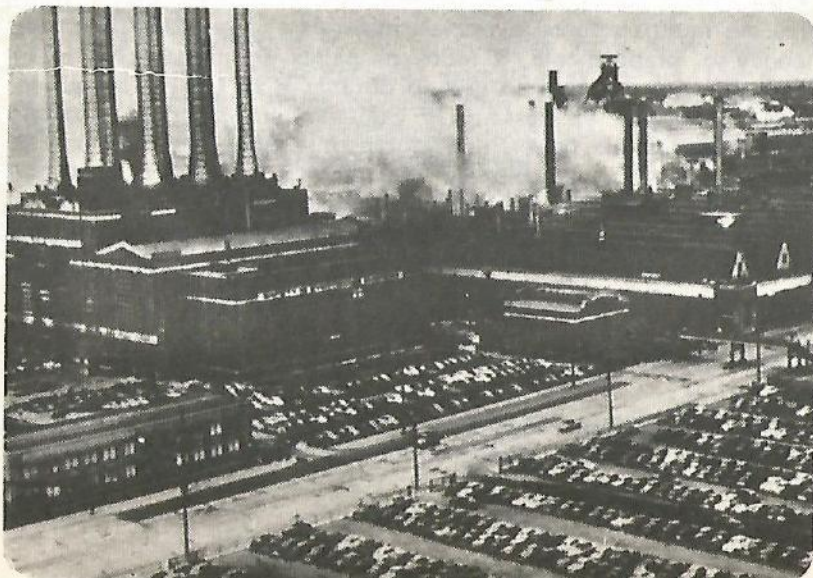
A indústria norte-americana foi igualmente mobilizada para a guerra. Em 1942, cerca de 50% da produção nacional destinava-se a materiais bélicos. O governo dos Estados Unidos criou um conselho para a produção de guerra, que determinava quais produtos deviam ser produzidos com prioridade. A produção de bens de consumo foi reduzida em favor da fabricação de bens de produção.

Os soldados aliados convocados para a guerra precisavam de material para treinamento e combate.

Os Estados Unidos forneceram aos aliados 37 bilhões de dólares em equipamentos bélicos, dos quais 25 bilhões em navios e munições. A produção nacional norte-americana cresceu em 25%, graças ao aumento das horas de trabalho e a melhorias nos sistemas de produção. As técnicas de produção em série foram aplicadas na fabricação de aviões e navios.

No setor agrícola, a produção foi aumentada pelo emprego de melhores sementes, fertilizantes e mecanização das operações.

A volta à normalidade

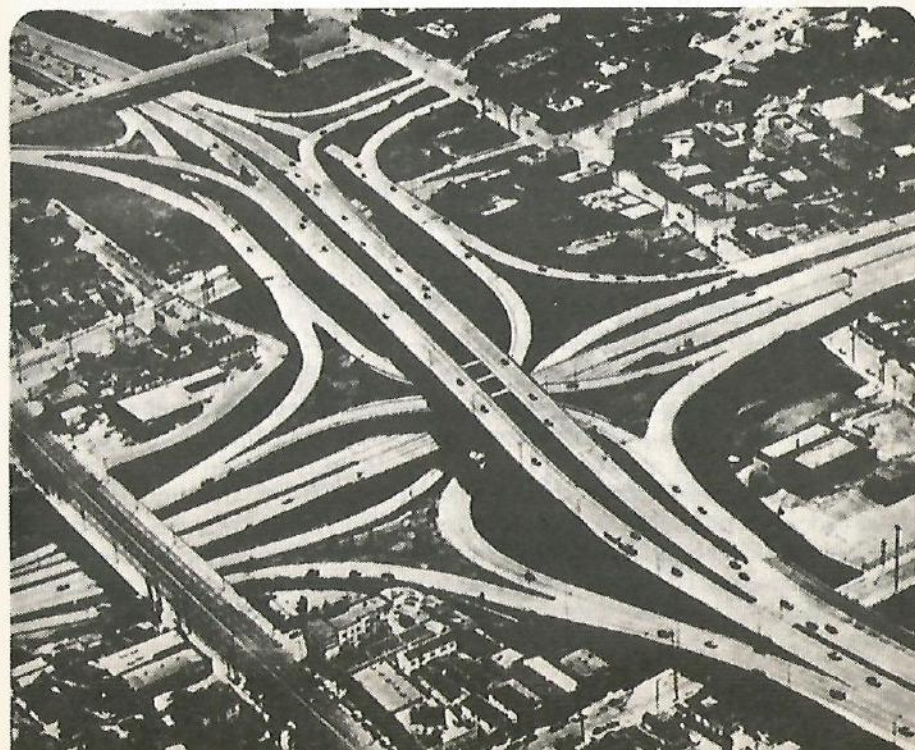
A experiência dos efeitos catastróficos da falta de previsão do governo, durante e após a I Guerra Mundial, não foi esquecida pelos economistas norte-americanos. Quando, em 1945, já se vislumbrava o fim da II Guerra Mundial, o governo de Washington preparou-se para enfrentar seus problemas internos: numerosos combatentes voltariam das frentes de batalha e precisariam de emprego para reintegrar-se à vida normal; as indústrias ocupadas em produzir implementos bélicos teriam que encontrar outras atividades; calculava-se que chegaria a 8 milhões o número de desempregados pois, logo que a guerra acabasse, onde iriam trabalhar?

O fim da II Guerra Mundial não trouxe a crise que parecia inevitável. Os preços dos produtos continuaram elevados. Houve grande procura de bens de consumo, principalmente de automóveis, pois os consumidores haviam economizado dinheiro durante a guerra, quando não havia o que comprar. Com a volta à normalidade, podiam gastar suas economias e assim o fizeram.

Ao aumento da procura interna veio somar-se o crescimento do consumo externo: os países que haviam sido arrasados pela guerra compraram grandes quantidades de produtos e equipamentos de fabricação norte-americana, graças ao Plano Marshall. Não chegou a haver crise de superprodução, como acontecera após a I Guerra Mundial. A prosperidade dos Estados Unidos, nessa época, não tinha precedentes na História.

A prosperidade americana

Depois do fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos fizeram vultosas doações e empréstimos a diversos países do mundo. Com esses fundos, os países beneficiados compravam produtos norte-americanos, estimulando assim as indústrias dos Estados Unidos. A produtividade dos operários

Ao lado: Complexo da indústria automobilística americana em Detroit.

Abaixo: Complexo viário norte-americano.

norte-americanos cresceu graças aos progressos da técnica. Os investimentos internos avolumaram-se, diversificando ainda mais a produção. O governo manteve uma política contrária aos excessos, que tão desastrosos tinham sido antes de 1929: a produção foi controlada mediante a fiscalização da circulação monetária, dos impostos e do crédito. Para estimular a produção de um determinado setor, os impostos que o gravavam eram diminuídos e aumentadas as facilidades de crédito. Para evitar a superprodução danosa em outros setores, foi aplicada uma política inversa.

Enquanto isso, os empresários norte-americanos investiram sempre mais capitais no exterior. Os lucros que retornavam aos Estados Unidos foram consideráveis.

O papel assumido pelo governo, desde o tempo de Roosevelt, foi muito diferente do que representara na vida dos Estados Unidos até 1932. Antes, os norte-americanos esperavam um mínimo de ingerência governamental nas suas vidas; com Roosevelt, aprenderam a ver no governo o fiador da segurança e do bem-estar de todos. O governo providenciava emprego para todos — ainda que não conseguisse atingir o ideal de pleno-emprego; desenvolveram-se as instituições de previdência social — inclusive o seguro para desempregados — e de saúde pública; cuidou-se dos problemas habitacionais e de educação. Sempre que se agravava o desemprego, o governo intervinha, iniciando grandes obras públicas: auto-estradas, demolição de bairros antigos inteiros, que foram substituídos por áreas de novas casas.

As repercussões sociais do progresso econômico

A economia norte-americana, mesmo nos seus momentos mais prósperos, continuou a apresentar grandes desequilíbrios. O crédito aos consumidores chegou a atingir proporções alarmantes, como acontecera no período entre as duas guerras mundiais, estimulando a produção além dos limites reais das possibilidades de compra do mercado interno. Os salários dos operários foram aumentados, mas os preços também. Constituiu-se assim mais um elemento de desequilíbrio entre a produção e o consumo, pois o poder aquisitivo dos salários diminuiu.

Mas a prosperidade foi sempre tão grande que conseguiu vencer essas dificuldades. O nível da renda média da população cresceu muito. As grandes fortunas continuaram aumentando, mas também o grupo das pessoas de renda média cresceu; a pobreza diminuiu, mas não chegou a desaparecer. As possibilidades de ascensão social, isto é, de mudar de uma classe social para outra, mais elevada, sempre foram grandes. Portanto, a satisfação dos norte-americanos com a sua forma de governo é ampla: a maioria absoluta continua confiando plenamente no sistema capitalista. Os partidários do socialismo quase não contam na população dos Estados Unidos.

Documento básico

O Plano Marshall foi um instrumento importante da projeção mundial dos Estados Unidos.

"O ponto real da questão é que para os próximos três ou quatro anos as necessidades da Europa de gêneros importados do estrangeiro e outros produtos essenciais — principalmente da América — são muito maiores do que a sua capacidade de resgatá-los na forma de pagamento. Assim, deve merecer ajuda adicional substancial, ou então defrontar-se com uma deterioração econômica, social e política de natureza bem grave (...).

Ao lado do efeito desmoralizante em larga extensão no mundo e as possibilidades de distúrbios que surgem como resultado do desespero das populações envolvidas, devem ser visíveis de todo as conseqüências disso para a economia estadunidense. É lógico que os Estados Unidos devem fazer o que lhes for possível para ajudar a promover o retorno do poder econômico normal no mundo, sem o que não pode haver estabilidade política nem garantia de paz (...).

Qualquer governo que esteja pronto a auxiliar na tarefa de recuperação, encontrará da parte do governo dos Estados Unidos, estou certo, cooperação cabal. Qualquer governo que manobre para bloquear a recuperação de outros países, não pode aguardar nossa ajuda. Além disso, governos, partidos políticos ou grupos que procurem perpetuar a miséria de seres humanos a fim de tirar daí proveito político, enfrentarão, por outro lado, oposição dos Estados Unidos."(...)

O Plano Marshall, proposto a 5 de junho de 1947. Harvard, George C. Marshall. Citado por Richard B. Morris, **Documentos Básicos da História dos Estados Unidos,** págs. 232-233.

Datas e fatos essenciais

1940-1945:	Aumento da produção norte-americana em 25%.
1942:	50% da produção norte-americana é destinada à guerra.
1945:	Cálculo de desempregados de após-guerra: 8 milhões.

Resumo

Introdução: A II Guerra Mundial veio acentuar a hegemonia dos Estados Unidos, conquistada depois da I Guerra Mundial, estendendo-a por quase todo o globo terrestre.

a) Essa hegemonia refletiu-se, principalmente, no campo econômico.

b) Através de investimentos e empréstimos, os Estados Unidos passaram a influir decisivamente em muitos países.

1. Praticamente, toda a nação norte-americana foi engajada na guerra. Para as frentes de combate foram mobilizados 15 milhões de homens, enquanto que na frente interna toda a produção estava voltada para a guerra.
   a) Os Estados Unidos forneceram aos aliados cerca de 37 bilhões de dólares, dos quais 25 bilhões em navios e munição.
   b) A produção nacional cresceu em 25%, graças ao aumento de horas de trabalho e às novas técnicas de produção em série.
   c) Também no setor agrícola aumentou a produção, em virtude do emprego de sementes selecionadas, fertilizantes e mecanização.

2. O governo norte-americano soube aproveitar a experiência de após-guerra da I Guerra Mundial, evitando uma crise que parecia inevitável.
   a) Grande número de soldados voltariam da guerra e precisariam de emprego; as indústrias, adaptadas a uma economia de guerra, teriam que descobrir novas atividades.

3. Adotando uma política intervencionista, o governo norte-americano conseguiu conduzir o país à normalidade e à prosperidade.
   a) Doando e emprestando vultosas somas ao exterior, conseguiu abrir o mercado internacional a seus produtos, ajudando assim a evitar a superprodução.
   b) Uma nova política social — previdência, saúde, educação, obras públicas (visando absorver a mão-de-obra ociosa), construção de casas — trouxe o bem-estar à nação.

4. Apesar da prosperidade, a economia norte-americana continuava a apresentar desequilíbrios.
   a) Mesmo assim cresceu a renda média da população, aumentaram as grandes fortunas, a pobreza diminuiu.

Vocabulário

Engajar: aliciar, atrair para uma causa.
Gravar (impostos): fixar, taxar.
Implemento: equipamento, petrecho.
Ingerência: intervenção, intromissão.

II Guerra Mundial / O Socialismo na União Soviética

Introdução

A partir da segunda década do século XX, a União Soviética passou a adquirir uma importância cada vez maior nas relações entre as nações.

Durante muitos séculos, até o início do século XX, seu sistema de governo fora imperial. O poder do imperador era absoluto e a organização econômica do país basicamente agrária — a Rússia vivia de suas exportações de trigo para o Ocidente. A maior parte da população vivia nos campos, como camponeses independentes ou como rendeiros de terras pertencentes à nobreza ou à burguesia.

A Rússia sempre se interessou por uma expansão territorial em direção ao Ocidente — mais precisamente, em direção aos estreitos do Mar Negro. Durante o século XIX, isso a levou a se opor à Áustria e à Inglaterra, que também tinham interesses nessa região. Como a oposição à Áustria fosse mais forte, a Rússia ligou-se depois à Inglaterra e à França contra a Alemanha e a Áustria, durante a guerra de 1914-18.

Essa guerra, dispendiosa demais para a Rússia, empobreceu-a a tal ponto que ela se tornou incapaz de sustentar seus exércitos nos campos de batalha. A guerra demonstrou a ineficácia do governo e da organização social e econômica russa, gerando um descontentamento tão forte, que em 1917 culminou numa revolução. Esse movimento foi liderado por socialistas que, seguindo as idéias de Karl Marx, pretendiam estabelecer um regime

de igualdade econômica, social e política, no qual o poder seria exercido pelos trabalhadores, camponeses e soldados, organizados em conselhos (**sovietes**). Após a vitória dessa revolução, os socialistas fizeram um acordo com os alemães e tiraram a Rússia da guerra.

Aspectos gerais do socialismo na Rússia

O poder foi tomado por um pequeno grupo de socialistas apoiados por trabalhadores e soldados. De 1917 a 1921, os líderes russos tentaram implantar o comunismo integral (igualdade absoluta entre os indivíduos), mas não o conseguiram. De 1922 a 1928, foi introduzida na União Soviética a **Nova Política Econômica** (NEP), que implicou a volta a certas práticas capitalistas. Pensou-se, então, no Ocidente, que o regime havia falhado e começava a retroceder para o capitalismo liberal. De 1928 em diante, com a recuperação econômica, o sistema socialista foi posto em prática. Sob a liderança de Stalin, o segundo líder da Rússia soviética (o primeiro foi Lênin, que fez a Revolução de 1917), foi alcançado grande progresso econômico.

Depois de 1945, o sistema socialista foi introduzido nos países próximos à União Soviética e por ela ocupados durante a ofensiva final contra a Alemanha na II Guerra Mundial (nessa época a Rússia era aliada da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, porque os alemães a haviam invadido). Em pouco tempo, mais de 100 milhões de homens de vários países passaram a ter governos socialistas. Em 1949, na China, e em 1959, em Cuba, o capitalismo também foi substituído pelo socialismo.

O estabelecimento do socialismo nesses países todos mostrou que o capitalismo liberal não era a única forma possível de organização de um Estado.

A organização da propriedade no sistema socialista russo

No capitalismo liberal, a propriedade privada é considerada intocável: todo indivíduo tem o direito de possuir bens, quer conseguidos por ele mesmo, quer herdados dos seus antepassados. Na União Soviética, os únicos bens que se podem possuir privativamente são os bens de consumo, isto é, móveis, roupas, utensílios domésticos, ferramentas simples, uma ou outra cabeça de gado. Os bens de produção (máquinas, terras, riquezas do subsolo, águas e florestas, fábricas, estradas de ferro e meios de transporte, bancos, telecomunicações) são do Estado. Nenhum cidadão pode comprar uma máquina e contratar trabalhadores — só o Estado pode fazê-lo.

Espécie de supermercado *na Rússia, controlado pelo Estado.*

A organização da produção

Nos sistemas econômicos capitalistas, os empresários organizam a produção com seus próprios capitais e com vistas à obtenção de lucros. Nos regimes socialistas, a produção é submetida ao controle direto do Estado, que a organiza segundo planos amplos. Por isso, chama-se esse sistema de economia planificada.

Na U.R.S.S.(União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, nome adotado após a Revolução de 1917), as entidades governamentais superiores (o Conselho de Ministros e o Conselho Econômico) têm sob suas ordens um órgão especializado (chamado Gosplan), que elabora os planos econômicos do país para períodos de cinco anos: são os chamados **planos qüinqüenais**. Estes planos indicam, entre outras coisas, quais os produtos cuja fabricação deve ser incentivada e quais regiões do país devem merecer preferência para a aplicação dos dinheiros públicos.

A produção agrícola é organizada da seguinte maneira: existem as chamadas granjas coletivas (**sovkhozes**), que pertencem diretamente ao Estado, e existem as fazendas coletivas (**kolkhozes**). Nos **sovkhozes**, a exploração é feita pelo Estado; funcionam sob a direção de agrônomos especializados, restringindo-se em geral à produção de uns poucos alimentos em grande escala. São estabelecimentos modelares, onde se aplicam as técnicas mais evoluídas, amiúde em caráter experimental. Os **kolkhozes** são fazendas onde a terra é coletivamente trabalhada por todos os camponeses que as habitam; a administração é feita por um conselho, que dirige a produção, a qual se destina ao mercado, controlado pelo Estado. Contudo, há nos **kolkhozes** pequenas faixas de terra nas quais cada um dos camponeses pode plantar alguns produtos e cuidar de um certo número de animais. Estes produtos podem ser vendidos livremente no mercado.

No setor industrial, existem as fábricas de propriedade do Estado, as empresas cooperativas (que podem ser comparadas aos **kolkhozes**) e as pequenas empresas, com menos de dez operários assalariados, cuja gestão é livre, mas cuja importância para a economia do país é insignificante. As fábricas do Estado estão sob a direção geral do Ministério da Indústria. Formam os monopólios do Estado, que se reserva o direito de ser o único produtor em certos setores.

A maior parte do comércio é também controlada pelo Estado. O comércio varejista é feito em grandes lojas estatais, semelhantes aos supermercados. Há também um pequeno setor de comércio livre.

A moeda e o crédito estão sob controle total do Estado, que assim domina todos os setores econômicos e financeiros. Existe um banco central que dispõe dos capitais que circulam no setor industrial, no comercial e no agrícola: o Gosbank. Este banco encarrega-se também da emissão de papel-moeda.

Documento básico

A industrialização da U.R.S.S. exigiu muito sacrifício do povo russo.

"Para atingir o primeiro objetivo proposto pela revolução bolchevista, Stalin e seus colaboradores enfrentaram a tarefa com uma tenacidade heróica, heróica até à barbárie. Para criar a indústria pesada proporcional ao país, eles sacrificaram, momentaneamente, a indústria de consumo e a agricultura, a ponto de submeter a população a tais privações que ficamos nos perguntando como eles puderam suportar (...).

Geograficamente, a indústria nova está dividida em função das jazidas minerais e das fontes de combustível ou de energia elétrica. Mas, desde 1928, vemos desenhar-se preocupação estratégica de colocar as usinas ao abrigo de uma agressão eventual. Muitas delas foram construídas nas regiões mais afastadas da Rússia.

Assim sendo, apesar de grandioso, o plano inicial não foi suficiente para Stalin. As grandes cidades industriais continuavam surgindo como cogumelos: Stalingrado sobre o Volga, Magnitogorsk e Tcheliabinsk nos Urais, Stalinsk na Sibéria. Uma segunda e pujante linha de produção industrial e defesa militar foi assim criada."

Coulondre, R., **De Staline à Hitler**, págs. 94 e 96, Hachette, Paris, 1950.

Datas e fatos essenciais

1917: Revolução Socialista na Rússia.

1922-1928: União Soviética adotou a **Nova Política Econômica** (NEP).

1945: Expansão do socialismo aos países próximos da União Soviética.

1949: Revolução Socialista na China.

1959: Revolução Socialista em Cuba.

Resumo

Introdução: Depois que fez sua revolução socialista, a União Soviética, aos poucos, passou a ter grande importância entre as demais nações.

a) Antes da revolução o sistema de governo da Rússia era imperial (o imperador tinha poderes absolutos), sua economia era basicamente agrária e a maior parte da população vivia nos campos.

b) Em 1917, culminando uma situação de caos econômico e descontentamento popular, os socialistas tomaram o poder.

1. Depois da tomada do poder, passada a difícil fase de consolidação, constatada a dificuldade da implantação do comunismo integral, o governo soviético adotou a **Nova Política Econômica** (NEP), semelhante em muitos aspectos ao sistema capitalista.

   a) Em 1928, com a recuperação econômica, voltou-se ao sistema socialista, e sob a liderança de Stalin, a União Soviética alcançou grande progresso econômico.

   b) O socialismo mostrou na prática uma alternativa ao sistema capitalista de produção. Depois de 1945, vários países próximos da União Soviética adota-

taram o socialismo; a China, em 1949, e Cuba, em 1959, através de revoluções vitoriosas, também se tornaram socialistas.

2. O socialismo se caracteriza pela coletivização dos meios de produção, ao contrário do capitalismo, que pela instituição da propriedade privada, permite a qualquer um possuir máquinas ou terras e explorar o trabalho dos que nada possuem.
   a) Assim, nos países socialistas nenhum cidadão pode comprar máquinas e contratar trabalhadores. Só o Estado.
   b) Nos países socialistas os únicos bens que podem ser de propriedade privada são os bens de consumo (móveis, roupas, utensílios domésticos, ferramentas simples etc.).

3. Nos regimes socialistas, a economia é planificada, isto é, o Estado organiza e controla a produção.
   a) Na União Soviética a produção é planejada pelo Gosplan, órgão submetido ao Conselho de Ministros e ao Conselho Econômico. O Gosplan elabora planos qüinqüenais (planos de cinco anos).
   b) A produção agrícola é feita através dos **sovkhozes,** fazendas do Estado, e dos **kolkhozes,** fazendas coletivas.
   c) A produção industrial é semelhante: há as fábricas de propriedade do Estado e empresas cooperativas.
   d) A maior parte do comércio é também controlada pelo Estado, e o comércio varejista é feito em grandes lojas, semelhantes aos nossos supermercados.
   e) A moeda e o crédito são de absoluto controle do Estado.

II Guerra Mundial / O Progresso Econômico do Brasil

Introdução

A indústria brasileira começou a dar seus primeiros passos nos fins do século XIX. Até então tinha uma importância secundária, pois eram numerosos os empecilhos para seu desenvolvimento. Sabemos, por exemplo, que durante os séculos XVI, XVII e XVIII o Brasil, como colônia de Portugal, fora proibido de produzir tudo que concorresse com similar da metrópole. Nossa independência política não alterou a situação: o monopólio português foi praticamente substituído pelo inglês, cujos produtos invadiram nosso mercado, impedindo qualquer tentativa de desenvolvimento da nossa indústria — era impossível concorrer com os ingleses em termos de quantidade ou qualidade. Além disso, tanto o governo como as classes sociais mais importantes e ricas não estavam interessados na indústria e sim no comércio de produtos tropicais de exportação — café, açúcar, cacau etc.

As poucas indústrias que existiam tinham-se originado da disponibilidade de matéria-prima (como o algodão) e de mão-de-obra barata (liberada pela agricultura ou pela imigração). Outro fator que ajudava essas indústrias era a constante desvalorização de nossa moeda, que tornava mais difícil a compra de produtos importados. Essas desvalorizações da moeda resultavam do **deficit** de nossa balança comercial (exportações inferiores às importações): como era muito procurada para pagar a dívida externa, a moeda estrangeira aumentava o seu valor, desvalorizando, em

conseqüência, a moeda nacional. Às vezes era o próprio governo que desvalorizava a moeda, atendendo aos interesses dos fazendeiros de café: com o pagamento de suas exportações em moeda estrangeira, eles receberiam mais ao convertê-la em moeda nacional e aumentariam seus lucros.

Contribuiu ainda para o progresso de nossa indústria a política de altas tarifas alfandegárias sobre a importação de produtos a fim de aumentar a receita nacional. Encarecendo os produtos estrangeiros, estimulavam, indiretamente, a indústria nacional.

De modo geral, no entanto, até o início do século XX, a situação do Brasil não era favorável à indústria; faltavam-lhe o apoio do governo, das classes produtoras e estabelecimentos e mão-de-obra especializada.

Outra dificuldade na história da industrialização do Brasil foi a falta de combustível; além de representar um sério entrave à industrialização, é uma deficiência que gera outra: limita a siderurgia — pois embora tenhamos jazidas de ferro, falta-nos o carvão para reduzir o minério. A debilidade do mercado interno, por sua vez, constituiu outro poderoso obstáculo.

A nossa industrialização

As primeiras indústrias brasileiras de algum significado econômico apareceram no decênio 1880-1890. Em 1880 havia duzentos estabelecimentos

Parque da indústria automobilística *em São Paulo.*

industriais no país; em 1890, passavam de seiscentos. A distribuição dessas indústrias por setores de atividades segundo os investimentos era a seguinte: 60% no setor têxtil, 15% no alimentício, 10% no químico, 4% no madeireiro, 3% no vestuário, 3% no metalúrgico. Em 1907, quando foi feito o primeiro censo industrial, havia 3 258 estabelecimentos e 150 841 operários no Brasil. Nessa época, a indústria se concentrava no Rio de Janeiro (33%) e estava assim distribuída no resto do país: 7% no Estado do Rio, 16% em São Paulo e 15% no Rio Grande do Sul.

Pouco tempo depois, a indústria paulista foi ganhando terreno, até representar 40% do total do país. Esse desenvolvimento liga-se ao progresso do café, que aumentara e enriquecera a população do Estado. Os imigrantes — procedentes de centros urbanos europeus mais avançados —, de nível técnico mais elevado que os brasileiros, fixando-se em São Paulo, constituíram uma excelente mão-de-obra. Além disso, havia, nessa cidade, energia elétrica, indispensável à instalação de indústrias. A primeira usina hidrelétrica paulista começou a funcionar em 1901.

A I Guerra Mundial foi benéfica para o Brasil: os países europeus, cortando o fornecimento de produtos industrializados, obrigaram-nos a substituí-los por similares de nossa fabricação. Esse processo de substituição das importações fez crescer o número de estabelecimentos industriais e conseqüentemente o de operários.

Em 1917, os impostos cobrados sobre a indústria superaram os que provinham de mercadorias importadas, demonstrando a importância da implantação da indústria no país. No Rio Grande do Sul — onde havia matéria-prima e mão-de-obra baratas — foram fundados grandes frigoríficos, que abasteciam os países em luta na Europa.

O período 1924-1928 não foi muito favorável para a indústria brasileira porque o reinício das exportações de café para a Europa e a elevação dos preços desse produto valorizaram a moeda nacional, permitindo que de novo se fizessem importações. Mas a crise de 1929, que abalou a economia cafeeira e os preços do café no mercado internacional, desvalorizou novamente a moeda brasileira.

A II Grande Guerra trouxe um grande avanço no processo da industrialização brasileira, pois estimulou as exportações para os países em luta. Foi nessa época que se instalou em nossa terra a primeira grande usina siderúrgica, Volta Redonda.

Terminada a guerra, em 1945, o Brasil tinha saldos credores no exterior. Como os países devedores nos pagaram em produtos, em vez de em dinheiro, nossa indústria passou por novos reveses. Mesmo assim, o setor mais dinâmico da economia brasileira já era, de longe, o industrial. O setor agrícola continuava, apesar disso, a ter maior influência política.

Em 1947, os recursos brasileiros no exterior tinham terminado. As importações feitas por aqueles que se enriqueceram com a guerra foram principalmente de bens de consumo, e quase nada de bens de produção. O governo criou então o controle seletivo das importações, taxando pesadamente os bens de consumo e facilitando a aquisição dos de produção.

A moderna indústria brasileira

Até 1950, a indústria brasileira tinha vivido da substituição das importações. A partir dessa época, porém, caminhou-se para a produção de bens mais complexos e de maior preço que exigiam o desenvolvimento do mercado consumidor interno.

De 1950 em diante, a indústria continuou a desenvolver-se, mas enfrentando a falta de capitais: tendo que ser importados do exterior, criavam o problema da remessa de lucros — em pouco tempo essa remessa acabava ultrapassando o valor do capital importado.

Documento básico

"Nas construções a serem feitas em Volta Redonda, serão despendidos cerca de 300 000 contos de réis. A maquinaria da Usina será adquirida nos Estados Unidos com os recursos do Export-Import Bank, que para esse fim concedeu-nos o crédito de 20 milhões de dólares (...).

Os projetos definitivos da Usina serão elaborados nos Estados Unidos sob a orientação de técnicos brasileiros pela firma Arthur G. McKee Co., engenheiros consultores de Cleveland, para tratar dos planos da nova Usina, escolha do material e demais detalhes (...).

Essa localização favorece, também, o abastecimento da Usina, tanto de minérios provenientes de Minas Gerais, como em carvão descarregado no porto do Rio de Janeiro. O minério de ferro, calcário e dolomita serão transportados pela linha da própria Central do Brasil, em cuja margem se encontram grandes jazidas (...).

O carvão virá de Santa Catarina, devendo, de início, o coque metalúrgico ser obtido mediante mistura de carvão importado. A percentagem do produto estrangeiro irá sendo diminuída à medida que o carvão nacional, graças a um beneficiamento adequado, for elevando sua qualidade."

Jornal do Brasil, 1.º de fevereiro de 1941, citado por Therezinha de Castro, **História Documental do Brasil,** págs. 328-329.

Datas e fatos essenciais

1907: Primeiro censo industrial no Brasil.

1917: O valor dos impostos cobrados sobre a indústria supera o dos recolhidos sobre a importação de mercadorias.

1950: Aceleramento da nossa industrialização.

Resumo

Introdução: O processo de nossa industrialização começa, praticamente, nos fins do século XIX. Durante o período colonial a metrópole proibia a produção de tudo o que concorresse com os produtos fabricados por Portugal; depois da independência, o monopólio português foi substituído pelo inglês.

a) Tanto o governo como as classes produtoras não tinham interesse na nossa industrialização; preferiam o comércio de produtos tropicais de exportação: café, açúcar, cacau.

b) A falta de combustível e a fraqueza do mercado interno foram outros fatores que dificultaram a nossa industrialização.

1. Em 1907, quando foi feito o nosso primeiro censo industrial, tínhamos 3 258 estabelecimentos industriais e 150 841 operários; 33% dessas indústrias se concentravam no Rio de Janeiro, e apenas 16% em São Paulo.

   a) Graças aos lucros obtidos com o café, à concentração de imigrantes em São Paulo e à disponibilidade de energia elétrica, São Paulo foi, aos poucos, tomando a dianteira.

   b) As duas guerras mundiais trouxeram grande impulso à nossa industrialização, obrigando-nos a substituir as importações.

   c) A Usina Siderúrgica de Volta Redonda foi construída como conseqüência direta da II Guerra Mundial.

2. Até 1950 nossa indústria era apenas de substituição de importações. A partir dessa data começou a diversificação de nossa indústria.

   Apesar da falta de capitais, nossa indústria continuou a desenvolver-se, embora enfrentasse o problema da remessa de lucros para o exterior.

Vocabulário

Indústria de substituição de importação: aquela destinada a fabricar produtos que antes eram importados.

O Mundo Contemporâneo / A Descolonização: África e Ásia

Primitivismo *do modo de vida das tribos indígenas africanas.*

Introdução

Depois da II Guerra Mundial — já em 1949 — era evidente o choque entre os aliados vencedores. A aliança fora passageira, causada unicamente pelo perigo comum diante do expansionismo alemão. Passado o perigo, os choques de interesses nacionais reapareceram. As esperanças de um mundo sem guerras repousavam na Organização das Nações Unidas, onde todos os países poderiam expressar suas opiniões e discutir os novos e graves problemas internacionais que vinham surgindo: as tensões entre Ocidente e Oriente, que aumentavam com a guerra fria e ameaçavam transformá-la em uma guerra atômica; o despertar e a necessidade de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, como os da África e da Ásia, que começaram a tomar consciência da sua situação e a buscar sua independência e desenvolvimento.

Apesar da ONU, é evidente hoje em dia a separação entre o mundo socialista e o capitalista. Algumas poucas nações se tornaram muito ricas, mas a maioria dos países do mundo continuou ainda miserável — cerca de dois terços da população do mundo atual vive na miséria.

A descolonização

A descolonização foi um dos fatos mais marcantes da segunda metade do século XX: em somente quinze anos (1947 a 1962), numerosos povos afri-

canos e asiáticos tornaram-se independentes, escolhendo um dos dois caminhos que o mundo atual oferece: o socialismo ou o capitalismo. Ao lado do surgimento desses novos países, foi vertiginoso nestes últimos anos o declínio da sua antiga colonizadora, a Europa: em 1914 a Europa dominava quase toda a África e a Ásia; hoje em dia, praticamente não existem colônias nessas regiões.

A Carta de São Francisco, que criou oficialmente a ONU, consagrou esse anseio de independência ao proclamar o direito que tinham os povos de se governarem a si mesmos.

Os caminhos para conseguir a independência variaram bastante, mas resumiram-se em dois: independência total e ruptura completa, pela força, com o país colonizador, ou autonomia dentro de um conjunto político de que a antiga metrópole passava a ser apenas um componente. Alguns países, como a Inglaterra, procuraram eles mesmos descolonizar pouco a pouco as antigas colônias, dando-lhes o direito de tomar decisões internas, depois externas e, finalmente, integrando-as no seu círculo de relações econômicas (isto aconteceu com a Índia e o Ceilão). Outros, não querendo reconhecer a impossibilidade de reter por tempo indefinido suas antigas colônias, procuraram neutralizar os movimentos de libertação, promovendo reformas econômicas e sociais; quando a agitação se tornava excessiva, recorriam à força, alegando que buscavam a **pacificação**. Mas a onda violenta da rebelião não recuou e essas metrópoles foram obrigadas a conceder a liberdade política às colônias.

Em alguns casos (Insulíndia, Indochina, Congo Belga, África do Norte) a independência resultou da luta armada, o que fez nascer uma oposição rancorosa entre colonizados e colonizadores. Essa oposição foi às vezes tão violenta que explica, de certa forma, a escolha de regime feita pela antiga colônia: o Vietnã do Norte, separado da França depois de intensa luta, passou inteiramente para o socialismo; no Congo, que pertencera à Bélgica, o Partido Comunista também tornou-se uma força política importante.

As novas nações

A expansão japonesa na Ásia durante a II Guerra Mundial fez cair a dominação de numerosos países do Ocidente sobre as suas colônias naquela região.

Depois da guerra, os antigos Impérios desapareceram, cedendo lugar a Estados que conquistaram oficialmente sua independência por volta de 1950: Birmânia, Paquistão, Camboja, Laos, Vietnã, Ceilão, Índia, Indonésia e Filipinas. No Oriente Próximo, surgiram Israel e Jordânia. Em toda a África colonizada pelos ingleses, foram grandes os progressos de libertação. A França, em 1958, deu às suas colônias a liberdade de escolherem entre ficar na Comunidade Francesa ou tornar-se independentes.

A Conferência de Brazzaville *marcou o início da era da descolonização.*

No continente africano, o nacionalismo, que estimulava a luta pela independência, inclinava-se mais para o socialismo do que para o capitalismo. Nos casos em que a União Soviética ou a China proclamaram o seu apoio aos movimentos de libertação (Argélia e Congo, por exemplo), a causa da independência foi envolvida pelo conflito Ocidente-Oriente e passou a ser mais um foco da guerra fria. A distinção entre assuntos domésticos e internacionais tornou-se cada vez mais difícil.

Na África, a República Sul-Africana e as colônias de Portugal são exceção à tendência geral: a primeira, pelo fato de a segregação racial ser nela oficializada (**apartheid**) — como também na Rodésia, — onde a minoria branca de origem européia domina a maioria negra africana; as segundas, pela decisão do governo português de enfrentar os movimentos de libertação.

O grande número de países novos transformou as relações políticas internacionais. Quando foi fundada a ONU, em 1945, existiam 51 Estados-membros; em 1962, havia 110, dois terços dos quais não estavam ligados nem ao bloco socialista nem ao norte-americano. Esses novos membros da ONU eram, na sua maioria, Estados africanos ou asiáticos recém-

-independentes. Os seus interesses semelhantes na política internacional acentuavam a sua tendência a formar um bloco. Em 1955 reuniram-se em Bandung (na Indonésia) representantes da Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia, Indonésia, China, Japão e de outros países não-europeus, entre os quais o Brasil: era o **Terceiro Mundo**, que surgia como uma força política no cenário mundial.

As novas tendências

A II Guerra Mundial quebrou o sistema de equilíbrio de poder entre as nações, fazendo surgir duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, ao lado das quais se alinhavam numerosos países. Os dois **grandes** possuem força militar e condições técnicas para produzir não só bombas atômicas e de hidrogênio, de extraordinário poder destruidor, e os aparelhos capazes de lançá-las (aviões ultra-rápidos ou foguetes intercontinentais), como também novos equipamentos e aparelhos de destruição.

As potências secundárias são aquelas que têm conhecimentos técnicos suficientes para construir esses engenhos, mas não estão em condições econômicas de reproduzir um arsenal atômico considerável.

A produção de armamentos pelas grandes e médias potências ultrapassou de muito o limite de segurança: uma guerra total, em que todas as potências usassem ao máximo o seu poder destruidor, provocaria o extermínio de toda a humanidade. Por isso, os recursos atômicos deixaram de ser utilizados em **guerras convencionais**, como a do Vietnã.

A corrida armamentista deixou como única solução para as relações internacionais a coexistência pacífica, que procura evitar a guerra. As pequenas e as médias potências, não tendo recursos para se defender de uma grande, são obrigadas a aliarem-se a uma delas para garantir sua segurança — daí a política de blocos.

Entre 1943 e 1948, a Rússia assinou numerosos tratados com os países comunistas da Europa Oriental e Balcânica, firmando o **Pacto de Varsóvia** (de autodefesa); fez também tratados defensivos com a China, a Coréia do Norte, a Mongólia e o Vietnã do Norte. Esses países formam o bloco socialista, separado do resto do mundo pela chamada **cortina de ferro**. Os Estados Unidos, por sua vez, fizeram numerosos acordos: aliaram-se às nações latino-americanas, a numerosos países da Europa, à Austrália, à Nova Zelândia, às Filipinas, à Tailândia, ao Paquistão, à Coréia do Sul, à China Nacionalista e ao Japão.

A passagem da China Continental para o socialismo, em 1949 (quando Mao Tsé-tung venceu Chang Kai-chek, que se refugiou na Ilha de Formosa, onde, apoiado pelos Estados Unidos, criou a China Nacionalista), fez surgir uma nova força na Ásia. Seu progresso foi rápido e em breve a China poderia tornar-se a terceira grande potência atômica, mudando o cenário político mundial.

Documento básico

As decisões da Conferência de Bandung.

"A Conferência afro-asiática salientou que a existência do colonialismo em várias partes da Ásia e da África, sob qualquer forma em que ele se apresente, não somente impede a cooperação cultural mas também o desenvolvimento da cultura nacional (...).

Este é particularmente o caso da Tunísia, Argélia e Marrocos, onde o direito fundamental do povo de estudar sua própria língua e sua cultura foram suprimidos. Semelhantes discriminações foram praticadas contra os africanos e os povos de cor em outras partes do continente africano.

A Conferência condena esse atentado a um direito fundamental do homem, como uma forma de opressão cultural."

Citado por Henri Grimal, **La Décolonisation 1919-1963**, pág. 378, A. Colin, 1965.

Resumo

Introdução: No entrechoque, surgido entre as potências vencedoras da II Guerra Mundial, as esperanças de soluções pacíficas para as divergências estavam na ONU, onde todos os países poderiam discutir os problemas internacionais.

a) Os pontos críticos de tensão eram a **guerra fria**, envolvendo as potências capitalistas e socialistas, e o despertar da consciência dos países colonizados contra seus colonizadores.

b) A ONU não conseguiu resolver os problemas básicos que afligem o mundo: permanece irredutível a separação dos blocos socialista e capitalista; o mundo continua desigualmente dividido entre nações ricas e nações pobres, sendo que mais de 2/3 da população do globo vive hoje na miséria.

1. A partir da segunda metade do século XX acelerou-se o processo de descolonização na Ásia e na África, com o apoio da ONU, que proclamou o direito dos povos de se autogovernarem.

   a) Esses novos países podiam escolher entre o socialismo e o capitalismo como caminhos para seu desenvolvimento; por isso, a disputa entre os blocos estendeu-se também aí.

   b) Basicamente a independência desses países deu-se de duas formas: ruptura total e pela força com

os países colonizadores, e autonomia dentro de um conjunto político do qual a metrópole continuou a fazer parte.

2. A onda de independência que varreu a Ásia e a África alterou profundamente as relações políticas internacionais. A ONU, em 1945, era formada de 51 Estados-membros; em 1962, esse número tinha se elevado para 110, sendo que 2/3 desses países não estavam ligados a nenhum dos dois blocos.
   a) Esses novos Estados-membros apresentavam interesses semelhantes na política internacional, acentuando a tendência de formar um bloco.
   b) Em 1955, eles se reuniram em Bandung, na Ásia, formando o bloco que ficou conhecido como **Terceiro Mundo.**

3. A maior preocupação dos **dois grandes** (Estados Unidos e União Soviética) era manter o equilíbrio político e militar no mundo, resguardando cada um as posições do seu bloco.
   a) União Soviética e Estados Unidos fizeram diversos pactos, ofensivos e defensivos, com as pequenas e médias potências que, não tendo recursos para se defenderem, foram obrigadas a aceitar essa política de blocos.
   b) A passagem da China para o regime socialista alterou o equilíbrio estabelecido, por representar uma nova força na Ásia.

Vocabulário **Apartheid:** política de segregação e discriminação social e econômica contra os nativos na República Sul-Africana; racismo.

O Mundo Contemporâneo/ Tendências do Mundo Atual

Introdução

O mundo atual é fruto da II Guerra Mundial. As mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas depois desse conflito foram tais que há quem fale em uma nova época da História, depois de 1945.

O mundo atual pode ser estudado sob vários pontos de vista, conforme o critério adotado: a organização social, econômica e política dos povos; seu grau de desenvolvimento econômico; sua posição nos blocos políticos internacionais etc.

Aspectos econômicos

Hoje em dia, os países do mundo dividem-se entre duas formas básicas de organização econômica: a **capitalista** e a **socialista.**

No sistema capitalista a propriedade é privada, isto é, o proprietário pode dispor à vontade dos bens que possui; o trabalho é assalariado, e a produção obtida nas fábricas, nas lavouras e em todas as atividades econômicas, pertence aos donos dos meios de produção (terra, máquinas, instalações, dinheiro). São os donos dos meios de produção que pagam um salário àqueles que trabalham em suas empresas (unidades de produção). Esta forma de produção — a capitalista — é a que existe nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, no Brasil e em muitos outros países.

A forma de produção socialista foi posta em execução pela primeira vez na União Soviética. Numerosos países da Ásia e da Europa Oriental adotaram essa forma de organização econômica, na qual os meios de produção pertencem à coletividade — representada pelo Estado (bens estatais) — e os indivíduos só podem adquirir bens de consumo (roupas, utensílios domésticos etc.). A forma de remuneração do trabalho varia bastante: em alguns casos, o trabalhador reparte com os companheiros de trabalho os lucros da produção; em outros, recebe um salário proporcional à produtividade da empresa em que trabalha: pode ainda receber, em vez de dinheiro, um vale proporcional às suas horas de trabalho, com o qual desconta uma determinada quantia de mercadorias em armazéns que pertencem ao Estado. Os lucros da produção industrial, comercial e agrícola ficam para o Estado, que os emprega em obras de interesse coletivo (estradas, usinas etc.), na defesa do país, e no pagamento dos trabalhadores da administração civil.

O desenvolvimento técnico nos últimos anos foi extraordinário, tanto nos países de regime capitalista como nos de regime socialista. O sistema de produção em massa, que exige grande especialização, passou a ser adotado nas grandes indústrias. Entretanto, o aspecto mais importante dessa revolução tecnológica foi a aplicação da ciência e da pesquisa à indústria — a matéria plástica é exemplo típico dessa revolução.

Em termos de economia, além da divisão do mundo em países socialistas e capitalistas, existe outra, relacionada com seu grau de desenvolvimento. A maioria das nações ainda não alcançou o grau de desenvolvimento atingido, por exemplo, pelos americanos ou pelos ingleses — há países que não têm perspectivas de atingir esse progresso nem dentro de um século. Como daqui a um século os países que hoje já são desenvolvidos provavelmente estarão num grau de progresso ainda maior, a distância entre esses países e os subdesenvolvidos tende a continuar sempre muito grande — a não ser que algum fato novo venha interromper essa tendência nos próximos anos. Entre os países subdesenvolvidos, cujo nível de vida é baixíssimo, e os desenvolvidos, existe um pequeno grupo intermediário, com condições de acelerar seu desenvolvimento e passar para a categoria de países desenvolvidos. O Brasil encontra-se nesse grupo.

Aspectos sociais

As formas de organização social do mundo de hoje são basicamente duas, ligadas aos sistemas de organização econômica que acabamos de ver.

Na sociedade capitalista, as pessoas se distribuem em ordem hierárquica, de acordo com suas posses, é, pois, uma divisão em classes. O elemento que promove a ascensão ou a queda na hierarquia social é o econômico — por isso, diz-se que há **mobilidade social** na sociedade capitalista: as pessoas podem se enriquecer e subir de classe.

Um dos graves problemas sociais do mundo atual é o grande crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, que agrava ainda mais as suas dificuldades em alimentar e oferecer emprego a todos.

Se considerarmos que no ritmo de crescimento atual, dentro de algumas décadas a produção de alimentos em todo o mundo já não atenderá à demanda, perceberemos a gravidade dessa questão, que vem preocupando os líderes políticos e religiosos de nossos dias. Os cientistas têm-se interessado pelo problema, procurando descobrir novas fontes de alimentos, inclusive as que se encontram nos mares.

Aspectos políticos

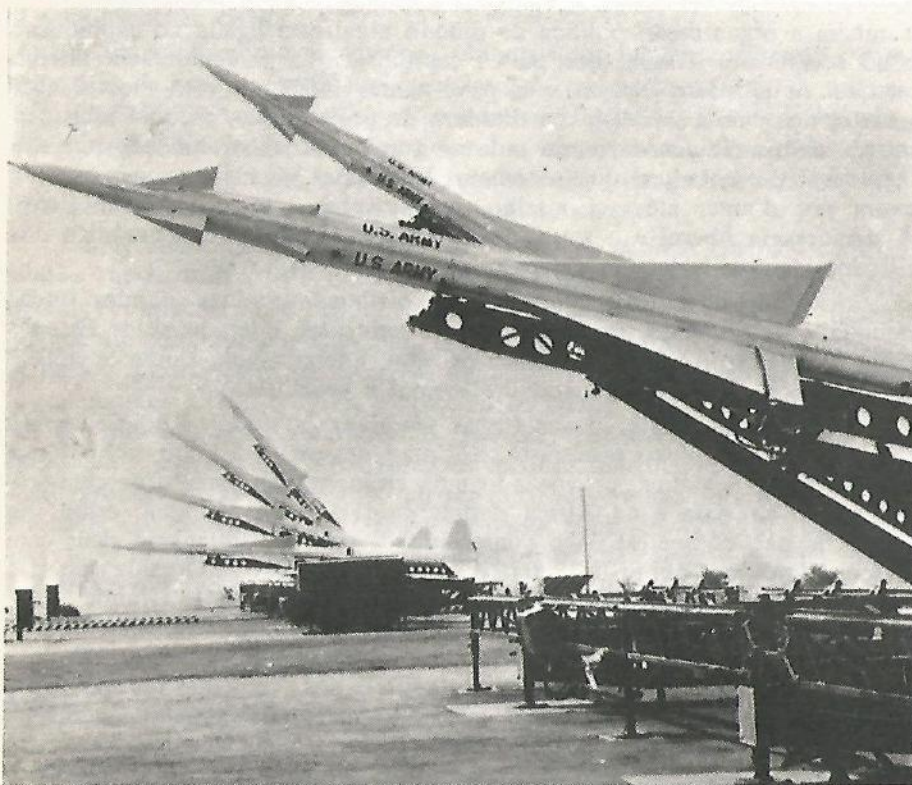
Também a organização política do mundo atual está ligada ao capitalismo e ao socialismo. Assim, nos países capitalistas há a **democracia liberal**, na qual os cidadãos elegem seus governantes mediante voto individual e secreto, nos países socialistas, a **ditadura do proletariado**, na qual os governantes são escolhidos de modo indireto (um grupo de trabalhadores escolhe seus representantes, que escolhem dentre eles outros representantes, e assim por diante, até o Conselho de Ministros e o primeiro-ministro). A **democracia liberal** é a forma de organização política característica dos Estados Unidos; a **democracia popular**, a da União Soviética.

No plano da política internacional, distinguimos duas grandes forças mundiais: de um lado, o chamado **bloco ocidental**, liderado pelos Estados Unidos; de outro, o chamado **bloco oriental**, liderado pela União Soviética. O bloco ocidental é capitalista; o oriental é socialista.

Mais recentemente, novas forças surgiram no cenário político mundial. Dentro do bloco comunista, a China passou a disputar a liderança com a União Soviética, provocando uma cisão. O surgimento de numerosos países na Ásia e na África depois da II Guerra Mundial, criou um grupo de nações neutras, sem compromissos com o capitalismo nem com o socialismo; seu ponto de apoio e de ação é a ONU (Organização das Nações Unidas), organismo internacional criado depois da II Grande Guerra para garantir a paz, mas que se transformou em um cenário onde os países discutem, mais do que resolvem, os problemas internacionais. Dada a impossibilidade de intervenção efetiva da ONU nos problemas de ordem política internacional, o seu papel tem sido mais bem desempenhado no campo da assistência mundial à educação, à alimentação, ao bem-estar social etc.

Ao lado da ONU, o grande organismo internacional das nações, várias outras entidades internacionais locais foram criadas, tais como: o MCE (Mercado Comum Europeu, que integra economicamente vários países da Europa Ocidental); o COMECON (Conselho de Assistência Mútua), organismo semelhante, dos países socialistas da Europa Oriental; e ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), tentativa dos países latino-americanos de uma integração nesse mesmo sentido.

Para onde caminha o mundo?

A conquista do espaço, iniciada em 1957 quando os russos colocaram em órbita o primeiro satélite artificial da Terra (o Sputnik), contribuiu, ainda que indiretamente, para a paz mundial. Os sucessos soviéticos e norte-americanos na corrida espacial criaram temores de ambos os lados — a capacidade de lançar foguetes a tamanha distância e com tanta precisão indicava que também seria possível lançar foguetes intercontinentais carregados de bombas atômicas.

Os mísseis balísticos intercontinentais *asseguram e ameaçam a paz mundial.*

O arsenal de foguetes, bombas atômicas e de hidrogênio (ainda mais potentes) representa um tal poder de destruição que tanto o bloco ocidental como o oriental têm consciência de que uma guerra entre ambos os destruiria. Assim, a ameaça de destruição mútua e total é que tem evitado um terceiro conflito mundial.

Documento básico

Para onde rola o mundo?

"Rola para um futuro no qual as diferenças ideológicas das duas metades do mundo perdem cada vez mais agudeza. Já hoje, essas diferenças, confrontadas com o que verdadeiramente ainda há a realizar na Terra, são de pouca monta. A evolução aponta no sentido de **um mundo só** no qual todos os países, todos os povos apenas se sintam como províncias da **terra única**, na qual todos os problemas políticos se tornarão problemas da política interna.

Nenhum povo deste mundo quer a guerra. Todos os homens pedem a paz e uma paz duradoura. Dependerá da sabedoria dos estadistas que esse **mundo único** vá aos poucos e cuidadosamente tomando vulto, ou que o curto-circuito da guerra se abata sobre a humanidade.

A guerra certamente tornaria realidade a existência do **mundo único** mas só como **único deserto**."

Johann A., E., **Para Onde Rola o Mundo**, pág. 297. Editora Boa Leitura S.A., São Paulo, 1961.

Resumo

Introdução: O mundo de hoje, fruto da II Guerra Mundial, é completamente diferente daquele de 1939. Mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais alteraram profundamente a feição do globo, a ponto de muitos historiadores falarem de uma nova época da História depois de 1945.

1. Sob o ponto de vista econômico, o mundo de hoje pode ser dividido entre países capitalistas e socialistas, e entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
   a) Com algumas variações, os capitalistas seguem o modelo norte-americano, enquanto os socialistas acompanham o da União Soviética.
   b) Os dois sistemas conseguiram desenvolver a técnica de produção a um nível jamais alcançado pelo homem.
   c) Entre os extremos dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, existe um pequeno grupo intermediário, com condições de acelerar seu desenvolvimento. São chamados países em desenvolvimento.
2. A organização social dos países de hoje subordina-se aos sistemas de organização econômica.

a) Nas sociedades capitalistas, os cidadãos se distribuem hierarquicamente, segundo suas posses, nas classes alta, média e baixa. Como o que determina a ascensão social é o fator econômico, há mobilidade social, isto é, cada um pode ascender (ou decair) de classe, na medida em que consiga acumular maior riqueza (ou perdê-la).

b) Um problema que vem preocupando os responsáveis é o enorme crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos.

3. A organização política também depende hoje do sistema econômico.

a) Nos países capitalistas o regime político é a democracia liberal, enquanto que nos países socialistas é a ditadura do proletariado, denominada democracia popular.

b) Os países que se aliaram aos Estados Unidos formaram o chamado bloco ocidental, enquanto os que se aliaram ao lado da União Soviética constituíram o bloco oriental.

c) A China, ultimamente, constituiu um bloco separado, enquanto que o Terceiro Mundo, formado pelos novos países da África e da Ásia, mantém neutralidade.

4. A conquista espacial, iniciada em 1957, contribuiu indiretamente para a paz mundial, em virtude do desenvolvimento dos foguetes espaciais — uma paz baseada no temor recíproco: o poder de destruição, que os dois blocos principais hoje detêm, representa a destruição recíproca em caso de uma guerra entre eles.

Vocabulário

Forma de produção: maneira de organizar a produção.
Meios de produção: fatores indispensáveis à produção: terra, capital, trabalho.
Unidades de produção: empresas, fábricas, locais de trabalho.

O Mundo Contemporâneo / Nacionalismo e Descolonização: América Latina

Introdução

A maioria dos países da América Latina surgiu na passagem do século XVIII para o século XIX, com a crise do antigo sistema colonial. A partir de então, os problemas que têm afetado os países latino-americanos são, com raras exceções, de natureza semelhante.

A economia dos países latino-americanos apoiava-se na exportação de produtos primários para os mercados europeus e, mais recentemente, para o norte-americano: cereais, carne, café, minérios, petróleo, sem passarem por processos industriais. Grande parte dos bens de consumo para o mercado interno dos países latino-americanos tem vindo do exterior. A situação geral, portanto, tem sido a seguinte: os países latino-americanos exportam matérias-primas e importam produtos manufaturados. Esta situação está mudando lentamente, à medida que se desenvolve a indústria local.

Na maioria dos casos, a organização social apresenta grandes desníveis: minorias muito ricas e maiorias muito pobres. Com exceção do Brasil, Chile e, sobretudo, da Argentina, a camada média é muito pequena nos países latino-americanos. Os regimes de governo são republicanos e, em geral, o presidente conta com uma grande soma de poderes. São freqüentes as intervenções das forças armadas na vida política desses países.

A evolução da organização econômica, social e política dos países latino-americanos foi lenta durante os séculos XVIII e XIX. As duas guer-

ras mundiais influíram de maneira semelhante nesses países: estimularam a exportação de novos produtos e criaram condições para o início (em poucos casos, para uma aceleração) da industrialização.

A riqueza potencial do continente latino-americano tem atraído as atenções das grandes potências. Em 1959 houve em Cuba uma revolução que levou esse país a adotar uma forma socialista de governo, estando, portanto, integrado na órbita soviética. Os Estados Unidos vêm auxiliando os países latino-americanos na sua luta contra a miséria e as desigualdades sociais, preocupados em eliminar as situações propícias à disseminação das idéias socialistas e comunistas. A tentativa mais recente e maciça dos Estados Unidos de ajudar a América Latina foi a Aliança para o Progresso, mediante a qual o governo de Washington se propunha a investir grandes somas de dinheiro na América Latina, para promover o desenvolvimento de setores básicos da economia e melhorar os sistemas de ensino, saúde pública, alimentação etc.

A América Latina na II Guerra Mundial

As ligações históricas e econômicas da América Latina com os Estados Unidos da América do Norte levaram numerosos países do continente a entrar na II Guerra Mundial ao lado dos aliados. Em 1942, nove países latino-americanos haviam declarado guerra ao Eixo (Alemanha, Itália, Japão) e outros nove países tinham rompido as relações diplomáticas com tais nações. A contribuição para o esforço de guerra foi na forma de abastecimento dos países aliados em luta, tanto de matéria-prima quanto de alimentos. O Brasil enviou uma força expedicionária (FEB) que combateu na Itália, e o México, um esquadrão de sua Força Aérea, que lutou no Pacífico.

A produção dos países latino-americanos cresceu muito, em todos os setores, durante a guerra. Findo o conflito, o comércio externo latino-americano apresentava saldos extraordinariamente favoráveis.

O progresso industrial depois da guerra

O fim da II Guerra Mundial coincidiu com o início da industrialização dos países latino-americanos. Até o princípio da II Guerra Mundial, a indústria havia sido reduzida, em geral, à produção de bens de consumo imediato. Durante o conflito, muitos dos produtos anteriormente importados passaram a ser fabricados nos próprios países; os fornecedores tradicionais, com sua economia voltada para a guerra, não podiam fornecer-lhes aqueles produtos. Depois da guerra, quando foram instaladas algumas indústrias de base, a preocupação geral dos países latino-americanos passou a ser a indústria pesada. Amplos setores políticos e econômicos fizeram da industrialização uma questão de honra nacional.

Em grande parte, o sentimento nacionalista latino-americano nasceu e foi estimulado pela concorrência econômica entre grupos nacionais e estrangeiros. O nacionalismo tem, na América Latina, uma característica diferente da que assumiu na África ou na Ásia. Um exemplo bem próximo desse sentimento foi a campanha pela nacionalização da exploração petrolífera no nosso país. A frase **o petróleo é nosso** ficou famosa.

Para permitir um desenvolvimento industrial acelerado, tornou-se necessária a intervenção do Estado na economia. Os capitais privados eram mínimos para os grandes investimentos necessários nas fábricas de bens de produção; o capital estrangeiro, por sua vez, mantinha-se vacilante: os capitalistas estavam amedrontados pela possibilidade de nacionalização de suas empresas, após reviravoltas políticas. Os governos latino-americanos recorreram a diferentes expedientes para levantar os capitais necessários: elevação de impostos, empréstimos no exterior etc.

Em muitos casos, o Estado participou em empresas de grandes dimensões. A Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), por exemplo, é a maior usina do gênero na América Latina. Ainda no Brasil, é grande a intervenção governamental no setor da energia elétrica (Eletrobrás), e a exploração do petróleo é monopólio da Petrobrás, empresa estatal. Na Argentina, o governo controla as estradas de ferro e a exploração petrolífera. No México, o governo controla o petróleo, as comunicações e as ferrovias. No Chile, o mesmo acontece com as indústrias de beneficiamento de nitratos, ferro, cobre e aço. No Uruguai, o Estado exerce amplo controle sobre os meios de comunicação, energia elétrica, estradas de ferro, portos, empresas de seguro, frigoríficos, carvão, álcool e cimento. Em quase todos os casos, a política de intervenção estatal na economia contou com o apoio e a garantia das forças armadas, que participam ativamente das empresas governamentais criadas em prol do desenvolvimento.

A política de estímulo à industrialização permitiu a diversificação da produção na maioria dos países latino-americanos, onde a indústria nacional já cobre as necessidades locais nos setores têxteis, farmacêuticos, alimentícios, de construção e, em alguns casos, químicos.

O comércio

Grande parte da riqueza dos países latino-americanos provém das exportações, que chegam a representar um terço da produção nacional. Como a economia desses países depende, quase sempre, da exportação de um ou dois produtos, freqüentemente esses países sofrem graves crises econômicas, provocadas pela flutuação dos preços de seus produtos no mercado internacional, controlado pelas grandes potências. Esse é o caso do Brasil, da Colômbia e do Haiti, que dependem principalmente do café; do Chile, que depende do cobre; do Equador e Panamá (bananas); Peru (algodão); Uruguai (lã); Venezuela (petróleo).

O maior comprador dos produtos latino-americanos são os Estados Unidos, que ao mesmo tempo são os maiores exportadores dos produtos estrangeiros consumidos na América Latina.

O capital estrangeiro

A crise de 1929 fez voltar aos países de origem grande parte dos capitais estrangeiros investidos em países latino-americanos. Posteriormente, a tendência nacionalista dos governos da década de 30 atemorizou os investidores estrangeiros dada a possibilidade de serem encampadas suas empresas. Mesmo assim, os investimentos estrangeiros afluíram para a América Latina. Até 1950, o setor mais beneficiado foi o do petróleo; daí em diante, a preferência dos investidores recaiu sobre o setor de minérios e de indústrias de transformação. Os governos passaram a dar garantias aos investidores estrangeiros para seus capitais.

Entretanto, certos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento foram reservados às empresas nacionais ou até ao próprio governo. Os financiamentos necessários para esses empreendimentos foram captados através de agências internacionais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi criado com a participação dos Estados Unidos, para conceder empréstimos aos países latino-americanos. A Aliança para o Progresso, criada pelo Presidente John Kennedy, previa investimentos de 20 bilhões de dólares, no prazo de vinte anos, nos diferentes países da América Latina. Em virtude de mudanças políticas internas nos Estados Unidos, a Aliança para o Progresso mudou seu espírito, sendo praticamente esvaziada pela administração Nixon.

Documento básico

Os problemas latino-americanos para atingir o desenvolvimento.

"Os males que afligem a economia latino-americana não correspondem a fatores circunstanciais ou transitórios. São expressões da crise da ordem de coisas existentes e da escassa aptidão do sistema econômico por falhas estruturais que não soubemos ou não pudemos corrigir para lograr e manter um ritmo de desenvolvimento que corresponda ao crescimento da população e às suas exigências de rápido melhoramento."

Prebisch, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano,** Trad. Port., Ed. Fundo de Cultura, 1968, pág. 11.

Resumo

Introdução: A economia dos países latino-americanos sempre se caracterizou pela exportação de produtos primários (antes para a Europa, depois para os Estados Unidos) e importação de produtos manufaturados; essa situação vem mudando lentamente, conforme esses países se desenvolvem industrialmente.

a) Quase sempre os países latino-americanos apresentam grandes desníveis sociais — as minorias muito ricas e a grande maioria muito pobre: os regimes de governo são republicanos — com o presidente exercendo grande soma de poderes; em quase todos eles é freqüente a intervenção dos militares na vida política.

b) A riqueza potencial da América Latina tem atraído a cobiça das grandes potências.

c) Em 1959, Cuba fez a sua revolução socialista, passando para a órbita soviética. Logo em seguida, os Estados Unidos instituíram a Aliança para o Progresso, com o objetivo inicial de desenvolver os países da América Latina.

1. As ligações histórica e econômica com os Estados Unidos levaram a maioria dos países latino-americanos a se engajarem na II Guerra Mundial, ao lado dos aliados.

   a) A contribuição para o esforço de guerra deu-se na forma de abastecimento dos países aliados. Apenas o Brasil e o México combateram diretamente o inimigo.

   b) A produção dos países latino-americanos aumentou bastante durante a guerra, e seu crédito no comércio externo apresentava saldos bastante favoráveis.

2. A partir do fim da II Guerra Mundial começou (ou acelerou-se em alguns), o processo de industrialização dos países latino-americanos. Depois de instaladas algumas indústrias de base, a aspiração passou a ser a indústria pesada.

   a) O nacionalismo latino-americano foi conseqüência da concorrência econômica entre os grupos nacionais e estrangeiros.

   b) O desenvolvimento industrial nesses países só foi possível com a intervenção do Estado na economia — os capitais privados nacionais eram insuficientes

para os investimentos necessários à industrialização; o capital estrangeiro, temendo as nacionalizações, retraiu-se.

c) Por essa razão é grande o número de empresas estatais na América Latina, principalmente na área da siderurgia, do petróleo, da energia elétrica, transportes etc.

3. Uma das maiores fontes de riqueza dos países da América Latina é o comércio de exportação.

a) Como esse comércio é dominado pelas grandes potências, que manipulam os preços segundo seus interesses, freqüentemente esses países sofrem crises econômicas determinadas pela flutuação dos preços de seus produtos.

b) Os Estados Unidos são, ao mesmo tempo, os maiores compradores dos produtos exportados pela América Latina, e os principais fornecedores dos produtos que ela importa.

4. Apesar do repatriamento dos capitais norte-americanos investidos na América Latina em conseqüência da crise de 1929, e apesar também do temor das desapropriações, o capital norte-americano continuou a afluir aos países latino-americanos.

a) Até 1950, o setor preferido pelos capitalistas dos Estados Unidos foi o do petróleo; daí em diante ele foi aplicado no setor de minérios e das indústrias de transformação.

b) Setores considerados estratégicos para o desenvolvimento foram reservados às empresas nacionais e até mesmo para o governo.

Vocabulário

Desníveis: oscilações, flutuações.
Disseminação: difusão.
Bens de consumo: bens que se destinam ao consumo imediato e não à reprodução.
Diversificação da produção: multiplicação das atividades econômicas.

O Mundo Contemporâneo / O Brasil Moderno

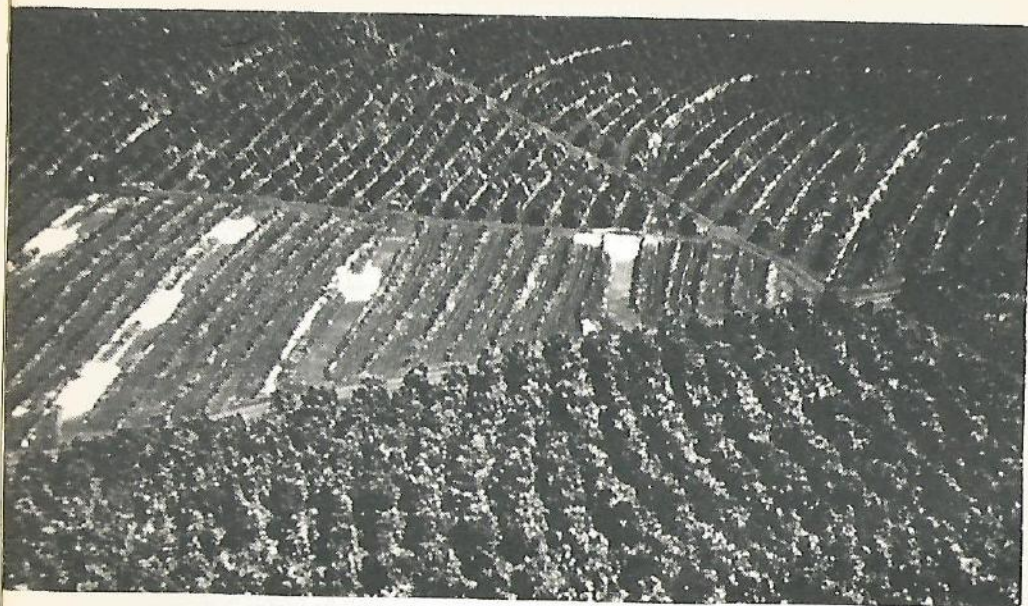
Introdução

O Brasil é um país que está numa fase de rápido crescimento econômico. Vários fatores contribuem para isso: há abundantes recursos minerais e vegetais; a população, bastante numerosa, cresce em ritmo acelerado, ampliando o mercado consumidor e produtor.

Todavia, uma série de obstáculos dificultam este crescimento; o principal deles é a falta de capitais para grandes empreendimentos: exploração de petróleo, de minérios, usinas siderúrgicas, energia elétrica etc. A mão-de-obra é numerosa, mas não apresenta nível técnico elevado. O mercado de consumo interno não atingiu ainda o grau de maturidade e de poder aquisitivo que permita manter, em ritmo contínuo, uma grande produção industrial.

Basicamente, a riqueza do país continua sendo a agricultura e, em especial, o café.

Aspectos econômicos

O Brasil faz parte do chamado mundo ocidental e sua economia é de tipo capitalista. Isso significa que existe entre nós o regime de respeito à propriedade privada, de relações assalariadas na produção e de distribuição

Produção agrícola com técnica avançada: a curva de nível.

da produção de maneira proporcional à posse de bens de cada indivíduo. O nível de desenvolvimento é ainda rudimentar no setor agrário (mecanização agrícola incipiente), mas tem evoluído bastante no setor industrial.

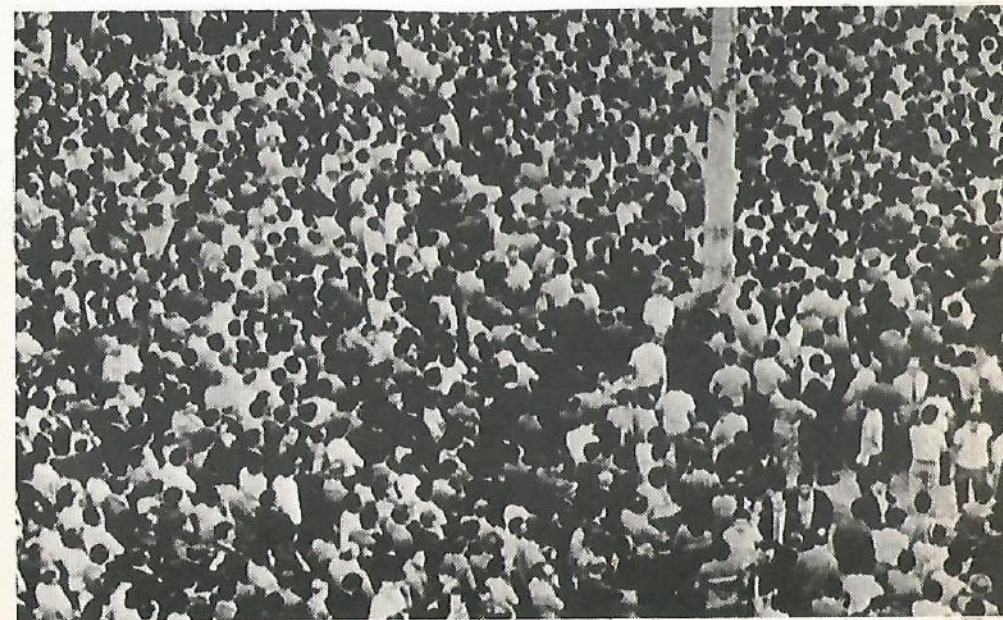
Atualmente, o sistema de produção é dirigido, isto é, o governo intervém na economia, organizando planos de desenvolvimento econômico, que tendem a conjugar o desenvolvimento em todos os setores, segundo as necessidades. O capitalismo dirigido, intervencionista, implantou-se no Brasil, assim como na grande maioria dos países capitalistas, após a experiência sofrida com a crise de 1929, quando os Estados Unidos adotaram tal sistema econômico, deixando de lado o capitalismo liberal.

Em todos os setores onde faltam recursos privados para a continuidade do desenvolvimento, principalmente nos empreendimentos de grande vulto e nos setores estratégicos, o governo brasileiro vem intervindo: petróleo, siderurgia, energia, transportes, comunicações. Ao mesmo tempo em que o governo obtém empréstimos e financiamentos de entidades internacionais para financiar os empreendimentos de vulto, também estimula a entrada de capitais estrangeiros privados, mediante oferecimento de garantias.

A maior parte do comércio exterior brasileiro é feita com os Estados Unidos, tanto importação, quanto exportação. O nosso principal produto de exportação ainda é o café, seguido de outros produtos agrícolas: açúcar, algodão, cacau. O café fornece quase a metade da receita que o Brasil obtém do seu comércio externo; é ele que traz os dólares necessários para a importação de produtos indispensáveis para a nossa economia, tais como: petróleo, máquinas, equipamentos especiais etc.

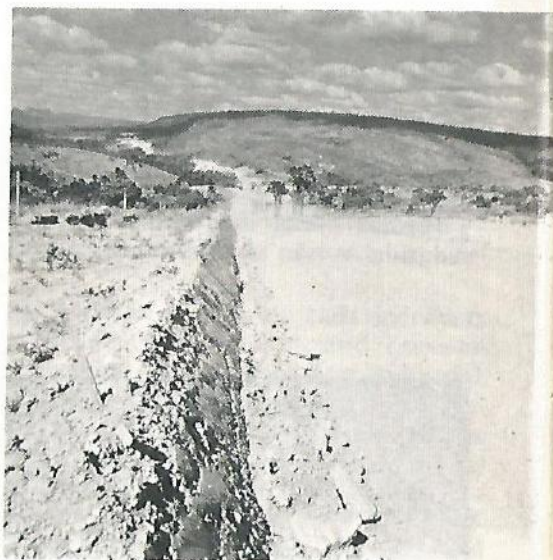
A dependência da nossa economia do mercado externo torna-a bastante vulnerável. Crises internacionais repercutem imediatamente em nosso país, como se deu em 1929. Para superar essa condição de dependência, o caminho apontado é o do desenvolvimento industrial. Passado já pela fase da industrialização de bens que substituem as importações, a indústria brasileira está atingindo agora a fase de produção de bens duráveis. O maior obstáculo ao nosso desenvolvimento industrial tem sido a fraqueza do mercado interno, de baixo poder aquisitivo. Não há grandes possibilidades de exportar nossos produtos industriais para a Europa, pois os próprios países europeus estão à procura de mercados para a sua produção. As exportações para os países da América Latina vêm sendo incrementadas.

Aspectos sociais

A sociedade brasileira divide-se, segundo critérios econômicos, em três camadas: a **alta**, composta pelos indivíduos que detêm os bens de produção (terras, fábricas, capitais); a **média**, de aparição relativamente recente no panorama social brasileiro, composta de pessoas de renda relativamente reduzida — são os assalariados mais bem pagos, e suas posses se reduzem

Concentração popular *em São Paulo, Praça da Sé.*

em geral a bens de consumo duráveis ou à sua própria habitação. Finalmente, a camada **baixa**, composta, em sua maior parte, pelos trabalhadores rurais e urbanos assalariados.

O crescimento da população brasileira é em geral, bastante acelerado mas distribuído irregularmente. Nas áreas de menor progresso econômico, o que, aliás, acontece em todo o mundo, o crescimento demográfico é maior. Mas também é maior o índice de mortalidade, devido à falta de recursos.

O Sul é a região mais próspera do país, e o Norte e o Nordeste as menos desenvolvidas.

Contraste entre modernas rodovias *e* estradas de terra batida.

Atualmente, vários planos de desenvolvimento regional estão sendo executados de acordo com orientação governamental. Foram criados, entre outros de menor expressão, dois importantes órgãos para orientar esse desenvolvimento: a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

Embora vantajosa do ponto de vista de consumo, a existência de uma população muito numerosa tem também suas desvantagens: torna-se difícil dar assistência social, médica e hospitalar a todas as regiões do país. A Amazônia, por exemplo, só recentemente vem recebendo tal assistência. O problema da falta de empregos para uma população crescente vem sendo enfrentado pela oferta também crescente, graças ao progresso da industrialização.

Documento básico

A Transamazônica representa um passo gigantesco na incorporação efetiva do território brasileiro.

"A implantação de um 'sistema de transportes' numa região como a amazônica não pode prescindir do aproveitamento dos rios. Já na fase atual, os rios têm sido muito úteis no transporte de tratores, caminhões e equipamentos. Quando a Transamazônica estiver concluída, eles serão mais úteis ainda. Inclusive a estrada foi traçada no sentido do aproveitamento dos trechos navegáveis dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. Assim o governo já projeta a criação de uma infra-estrutura hidroviária para a região (...).

A Rodovia Transamazônica.

Brasília é um exemplo típico de que se deve abrir estradas em regiões desertas, mesmo quando é inexistente ou precária a infra-estrutura econômica. Em dez anos mudou muito o panorama do planalto goiano e da floresta amazônica ao longo dos 2 123 km da Belém-Brasília. Um exemplo: em 1960 a população da região, excluídas as cidades de Brasília, Anápolis e Belém, era de 100 000 habitantes; em 1970, já tinha atingido 2 milhões de pessoas. Eram dez as cidades e os povoados; hoje são 120. O rebanho bovino, antes inexistente, atingiu no ano passado um número expressivo: 5 milhões de reses. As chamadas estradas vicinais (pequenas ligações que fazem conexão com as rodovias principais), que há dez anos não existiam, hoje atingem 2 300 km de extensão. Estamos seguros de que, com a construção da Transamazônica, e dos outros grandes projetos rodoviários previstos para a região, acontecerá o mesmo."

Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, **Realidade,** Editora Abril, n.º 67, pág. 12.

Resumo

Introdução: O Brasil hoje é um país em desenvolvimento, com condições para converter-se num país desenvolvido: há abundantes recursos minerais e vegetais e uma grande população que cresce em ritmo acelerado, ampliando o mercado consumidor interno e o produtor.

a) São obstáculos a esse desenvolvimento: falta de capital para os grandes empreendimentos e mão-de-obra de nível técnico.

b) A riqueza do país continua ainda sendo, basicamente, a agricultura, principalmente o café.

1. O Brasil faz parte do bloco ocidental, sendo, portanto, capitalista. No setor agrário o desenvolvimento ainda é rudimentar, mas no industrial já está bem evoluído.

a) A produção no Brasil hoje é dirigida pelo governo, que intervém na economia planejando o desenvolvimento.

b) O governo brasileiro vem investindo onde os recursos privados são insuficientes, principalmente nos setores considerados estratégicos (petróleo, siderurgia, energia, transportes, comunicações).

c) A política governamental é de obter empréstimos e financiamentos de entidades internacionais para investir nos grandes empreendimentos e, ao mesmo tempo, estimular a entrada de capitais privados estrangeiros, mediante garantias que oferece.

d) Nosso comércio exterior é feito principalmente com os Estados Unidos. O café é o nosso principal produto de exportação, seguido do açúcar, algodão e cacau.

e) O maior obstáculo ao nosso desenvolvimento industrial é o baixo poder aquisitivo do mercado interno, enquanto é extremamente difícil conquistar novos mercados de exportação para nossas manufaturas.

f) Nossas exportações para os países do continente vêm sendo incrementadas.

2. A sociedade brasileira divide-se em três camadas: **alta** (constituída pelos indivíduos que detêm os meios de produção), **média** (de aparecimento recente e em expansão, formada pelos assalariados bem pagos) e a camada **baixa** (composta pelos trabalhadores rurais e urbanos assalariados, a maior classe).

a) O Norte e o Nordeste são as regiões de maior atraso econômico e social, enquanto o Sul é a região mais próspera.

b) O governo vem executando diversos planos de desenvolvimento para as regiões mais atrasadas, como por exemplo o da SUDENE e o da SUDAM.

Vocabulário

Infra-estrutura: estrutura de base.

O mundo atual: países desenvolvidos e não-desenvolvidos.

O Mundo Contemporâneo / A Década dos Anos 60

Introdução

A história desse período é a história do homem em busca de três metas principais: desarmamento, descolonização e desenvolvimento.

As limitações impostas aos armamentos atômicos, contudo, não impediram que os arsenais representassem mais do que a renda conjunta de todos os países do Terceiro Mundo. As superpotências continuaram a manter o mundo sob o controle da força.

Desapareceu o risco de uma guerra calculada, mas continuam a existir duas possibilidades de uma guerra global: a guerra por acidente e as guerras **catalíticas**, isto é, provocadas por outras guerras menores, como é o caso do Oriente Médio e do Vietnã.

No setor da descolonização, os primeiros resultados aparentemente são positivos: numerosos países conseguiram a liberdade política na Ásia e na África. Mas ao mesmo tempo que acabava o colonialismo montado no século XIX pelas grandes potências industrializadas, iniciava-se uma nova forma de colonização: o neocolonialismo, baseado no domínio econômico, político e ideológico das antigas colônias, pelas grandes potências.

A distribuição da riqueza em escala mundial continuou a ser desproporcional: 60% da população recebe 10% da renda total e 16% recebe 70%.

Conhecemos nesta década uma verdadeira revolução tecnológica, destacando-se a conquista da Lua. Os progressos da Medicina e da Biologia permitiram os transplantes e vulgarizaram o uso de drogas que aumentaram a longevidade humana.

A difusão das notícias através dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, tornaram o mundo cada vez menor, e os homens cada vez mais parecidos nos seus usos e costumes. Surgiu uma nova cultura de massa, que resulta do desenvolvimento da sociedade de consumo, onde os homens se preocupam mais com o lazer e o conforto.

Os problemas políticos

Europa

O muro de Berlim, separando o lado comunista do lado ocidental "esquentou" a guerra fria, que Kruschev tentou esfriar através duma política de aproximação com os EUA. Kruschev retirou a base de foguetes que os russos haviam montado em Cuba, depois de pressionado por Kennedy, dos Estados Unidos. Foi substituído por Kossíguin, Brezhnev e Podgorny, que retomaram a política de endurecimento em relação ao Ocidente. A invasão da Tchecoslováquia, em 1968, pelas tropas do Pacto de Varsóvia (comunista), liderada pela U.R.S.S., pôs fim a uma tentativa de liberalização do regime comunista tcheco iniciada por Dubcek.

França

O Presidente De Gaulle procurou reconquistar o prestígio mundial que a França perdeu depois das guerras mundiais. No seu governo a França entrou para a era atômica e houve a guerra de independência da Argélia. Rompeu com o sistema ocidental de alianças e procurou a aproximação diplomática com a Europa Comunista. Impediu que a Inglaterra entrasse no Mercado Comum Europeu, o que foi permitido por seu sucessor.

Terceiro Mundo

De uma forma geral a tônica dos países do Terceiro Mundo foi a busca do desenvolvimento. Na África, durante a década dos anos 60, 35 países conseguiram sua independência política. Era a descolonização em marcha no plano político, porque a dependência econômica continuaria a existir. Líderes africanos tornaram-se conhecidos pelo mundo todo: Patrice Lumumba, herói da libertação do Congo; Ahmed Ben Bella, líder árabe da guerra da Argélia; Kwame Nkrumah, anticolonialista de Gana. A África tornou-se

também palco de disputas ideológicas, conforme demonstra a **Guerra da Biafra**: Biafra era uma rica província da Nigéria, que tentou tornar-se independente; o líder separatista Odumeg Wu Ojukwu, com 300 000 voluntários, foi derrotado por Yakubu Gowon. Foi uma guerra moderna porque teve a participação dos interesses dos países industrializados que forneceram armamentos sofisticados para ambos os contendores.

Asia e Oriente Médio

Na China, os comunistas tentaram uma nova arrancada rumo ao comunismo total: a **Revolução Cultural** foi uma segunda revolução chinesa; visava afastar os usos e práticas sociais que poderiam desvirtuar a revolução comunista na China.

A Índia procurou equilibrar-se entre russos e norte-americanos, tirando partido desta situação.

O grande conflito militar da década foi a Guerra do Vietnã, que envolveu o Vietnã do Sul, capitalista, e seus aliados norte-americanos, contra o Vietnã do Norte, comunista, os vietcongs (guerrilheiros comunistas do Sul), com apoio da China e U.R.S.S.

No Oriente Médio, a tensão entre árabes e judeus degenerou em rápido conflito, a **Guerra dos 6 Dias** (1967), finda com a anexação de novos territórios pelos israelenses. Tal fato abria possibilidades para a continuação do conflito, numa guerra de desgaste, movida pelos árabes e liderada pelo Egito, por isso a vitória militar de Israel sobre os árabes não significou o fim da guerra.

A década na tecnologia e nas artes

A tecnologia passou a fazer parte das coisas cotidianas do homem. Em abril de 1961 fazia-se o primeiro vôo orbital tripulado, pelo soviético Yuri Gagarin. A 20 de julho de 1969 chegavam à Lua os três cosmonautas norte-americanos, tripulantes da nave Apolo 11: Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins. Os computadores adquiriram maior rendimento e diminuíram por isso seu custo operacional, vulgarizando-se. A popularização dos aparelhos de rádio e televisão, principais meios de comunicação de massa, permitiu uma cultura industrializada, difundida por esses meios de comunicação.

Foi também a era dos transplantes, principalmente os transplantes cardíacos. Christian Barnard fez a 3 de dezembro de 1967 o primeiro transplante cardíaco; no Brasil o Dr. Euríclides Zerbini também teve êxito, nessa mesma operação.

A meta é a liberdade total da criação artística, com a arte procurando se adaptar às exigências da cultura de massa. Na arquitetura, uma das primeiras obras é a construção de Brasília, obra de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. No cinema, o filme **Doce Vida**, de Fellini, abala os padrões éticos

e estéticos da arte cinematográfica em geral. Hollywood entra em decadência e a Europa comanda a cinematografia. Na França, surge a **nouvelle vague**, com Jean-Luc Godard e Alain Resnais.

Surge uma nova tendência no teatro, o teatro do absurdo, cujos principais representantes mundiais são Ionesco e Beckett. Neste tipo de teatro a contundência sádica das falas e das situações salienta o horror da condição humana. As falas são gratuitas, não havendo mensagem para os espectadores.

Nessa década deu-se o descobrimento da literatura latino-americana. A realidade social da América Latina foi revelada para o mundo por Julio Cortázar, Jorge Luís Borges (argentinos), Miguel Angel Asturias (guatemalteco), Gabriel García Márques (colombiano) e o brasileiro Guimarães Rosa.

A Igreja

A Igreja viveu, nos anos 60, momentos críticos de sua história. Seus dogmas e sua estrutura foram constantemente colocados em dúvida. O próprio papado entrou na era da contestação aos problemas sociais: João XXIII publicou as encíclicas **Mater et Magistra** (1961), onde enfatiza os problemas dos trabalhadores e **Pacem in Terris** (1963), sobre a paz. Reuniu o Concílio Vaticano II (1962), que procurou atualizar a Igreja. Em 1963 morreu João XXIII e subiu Paulo VI, o papa andarilho, que foi à Palestina em 1964 visitar a Terra Santa, ao Congresso Eucarístico de Bombaim, aos Estados Unidos, ao Santuário de Fátima em Portugal, a Istambul e finalmente assistiu ao XXXIX Congresso Eucarístico em Bogotá. Continuando a tradição de João XXIII, atacou os problemas sociais e da fé em duas encíclicas: a **Populorum Progressio** (1967), sobre o desenvolvimento dos povos, e a **Humanae Vitae** (1968), sobre o princípio da paternidade responsável.

De uma maneira geral, a Igreja Católica procurou aproximar-se das outras igrejas, destacando-se o clero holandês como o mais avançado nesse sentido.

O Brasil

O Brasil iniciou a década dos anos 60, vivendo um período de inflação galopante, em grande parte resultado da construção de Brasília. Em 1964, nosso país sofreu uma mudança política radical.

O candidato populista à Presidência da República, nas eleições de 1960, Jânio Quadros, representava a moralização econômica e administrativa. Seus primeiros atos nada tinham a ver com essas teses: encaminhou-se no sentido de uma revisão da nossa política exterior, procurando fugir do alinhamento tradicional com o Bloco Ocidental — adotou a política independente, advogando o ingresso da China Comunista na ONU, recusou-se a apoiar a política de isolamento de Cuba, e finalmente condecorou o Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto Che Guevara. Com isso, Jânio atraiu as desconfianças das forças armadas e acabou renunciando a 25 de agosto de 1961, justificando não poder suportar a pressão das "forças ocultas".

Criou-se então uma crise política porque o Vice-Presidente João Goulart estava em visita à China Comunista, sendo igualmente suspeito. Formou-se um Governo Provisório com uma junta militar, enquanto o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumia a presidência interinamente. No Sul do país o III Exército solidarizou-se com João Goulart, e a solução da crise foi um compromisso: criava-se o regime parlamentarista de governo, isto é, o presidente perdia praticamente o poder de governar, que passaria ao primeiro-ministro. Assim Goulart assumiu o poder, no dia 7 de setembro de 1961.

De 1961 até 1964 Goulart aproximou-se dos grupos de esquerda liderados por Leonel Brizola, seu cunhado. Uma fase de depressão abalava a economia. Os empresários, amedrontados, remetiam capitais para bancos no exterior. A 13 de março de 1964, João Goulart reuniu na praça em frente à Central do Brasil, na Guanabara, quase 200 mil pessoas e solenemente assinou o decreto da reforma agrária e da nacionalização de refinarias de petróleo particulares. Bastou uma crise dos marinheiros para decidir sua deposição. Goulart foi deposto por um movimento iniciado pelo General Mourão Filho, em Juiz de Fora, que mobilizou suas tropas e avançou em direção ao Rio. Goulart refugiou-se no Rio Grande do Sul e depois pediu asilo no Uruguai.

O movimento de março de 1964 mudou a feição política do país. Formou-se o Comando Supremo da Revolução, com oficiais das três armas, e em seguida foi eleito para a presidência o Marechal Castelo Branco, que iniciou um processo de expurgo político dos homens ligados ao antigo governo. Vários atos institucionais se seguiram, dando ao governo direito de cassar, suspender direitos políticos e dissolver o Congresso.

Sucedeu ao Marechal Castelo Branco na Presidência da República o Marechal Costa e Silva, eleito indiretamente pelo Congresso. O ano de 1968 foi agitado por protestos dos estudantes, intelectuais, padres progressistas contra o governo. Movimentos guerrilheiros ocorrem em pontos isolados do país. O terrorismo passou a agir principalmente na zona urbana, através de assaltos armados e seqüestros políticos como o do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

Costa e Silva faleceu a 17 de dezembro de 1969.

O terceiro presidente da Revolução, General Emílio Garrastazu Médici, iniciou seu governo com a preocupação de solidificar as bases populares e um programa de desenvolvimento aliado ao combate à inflação.

O Mundo Contemporâneo / Os Primeiros Anos 70

1970

1. O Chile torna-se o primeiro país sul-americano a ter um presidente marxista, elevado ao poder por vias legais e através do voto popular.
2. Com o nome de República Popular do Congo, o ex-Congo Francês se transforma no primeiro país comunista da África.
3. Tropas norte-americanas e sul-vietnamitas invadem o Camboja onde é proclamada a República do Camboja, com a deposição do Príncipe Norodom Sihanouk.

1971

1. Na Argentina, um golpe militar depõe o Presidente Juan Carlos Onganía e ascende ao poder o General Alejandro Lanusse, novo presidente daquele país.
2. O envio de uma equipe de pingue-pongue norte-americana à China Continental prepara a viagem de Henry Kissinger a Pequim, onde conferenciaria com o Primeiro-ministro Chu En-lai, recebendo de Mao Tsé-tung o convite para que Nixon visitasse aquele país. Esta política de reaproximação traria resultados em outubro: a China comunista toma na ONU o lugar da China Nacionalista de Chang Kai-chek.

3. Em maio, o Brasil vive um período de euforia econômica. É o surto altista da Bolsa que gera fortunas da noite para o dia. Este fenômeno é resultado da vitalidade econômica brasileira, bem como da especulação desenfreada que provocaria a crise meses depois.
4. O decreto que estende o mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas, provoca vivas reações nos Estados Unidos e até mesmo represálias econômicas, como o retardamento da prorrogação do Acordo Internacional do Café.
5. Na Bolívia, outro golpe. Desta vez o general J. J. Torres Gonzales é deposto pelo General Hugo Banzer, apoiado pelos maiores partidos do país, tradicionalmente adversários.
6. Na Irlanda, instaura-se o caos, reflexo das rivalidades e preconceitos que, mobilizados pelas conveniências políticas, levam os católicos e os protestantes a violentos choques nas ruas de Belfast.
7. Encerra-se o ano com a visita do Presidente Médici aos Estados Unidos e com o nascimento de um novo país: Bangladesh. No Paquistão, uma guerra civil no início do ano deixara como saldo 1 milhão de mortos, além de uma epidemia de cólera entre os refugiados na Índia. Esta declarou guerra ao Paquistão, promovendo após a sua vitória o nascimento do novo país, cujo líder é Mujibur Rhaman. A Índia ganha a guerra apoiada pela União Soviética; o Paquistão é derrotado, mesmo com o apoio dos Estados Unidos.

1972

1. O ano tem início com a visita do Presidente Nixon à China Comunista, o que muito contribuiu para reduzir a distância estabelecida por preconceitos políticos, que nenhum dos dois países pretende continuar alimentando.
2. Continuando sua política de apaziguamento internacional, o Presidente Nixon visita Moscou, sendo o primeiro chefe de Estado americano a visitar aquela capital; longas conversações são mantidas, visando à efetivação de uma trégua de cúpula para o Oriente Médio e o Vietnã.
3. Em setembro, começam em Munique as Olimpíadas, tristemente famosas pelo seqüestro e assassinato de atletas judeus por terroristas palestinos, que maculam assim a paz dos jogos.
4. A duras penas, Henry Kissinger consegue estabelecer um programa de nove pontos para o início da discussão sobre a paz no Vietnã.
5. Richard Nixon é reeleito presidente dos Estados Unidos, com uma votação raramente alcançada: conseguiu 61% dos votos populares.
6. Perón regressa à Argentina após 17 anos de exílio.
7. A viagem da nave espacial Apolo 17 encerra o programa lunar. Em Paris, fracassam as conversações de paz sobre o Vietnã.

1973

1. Nos Estados Unidos tem início o julgamento dos sete acusados de espionagem na sede do Partido Democrata instalada no Edifício Watergate, em junho de 1972. O juiz-presidente é John J. Sirica.
2. É assinado em Paris o acordo de cessar-fogo, pondo fim ao conflito do Vietnã; o ajuste implica a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã do Sul e a libertação dos prisioneiros norte-americanos no Vietcong. É formada uma comissão de quatro países para supervisionar o armistício.
3. O secretário-geral do Partido Comunista da U.R.S.S., Leonid Brezhnev, chega a Washington para conversações com o Presidente Nixon, assinando um acordo destinado a evitar uma guerra nuclear entre as duas superpotências, ou entre uma delas e outro país.
4. Três séculos de domínio colonial britânico chegam ao fim, com as Bahamas tornando-se nação independente e 33.º membro da Commonwealth.
5. As forças armadas chilenas e a polícia nacional derrubam o governo de frente popular do Presidente Salvador Allende; noticia-se o suicídio do presidente deposto. Uma junta militar liderada pelo General Augusto Pinochet presta juramento e dá início ao novo governo.
6. Após a renúncia premeditada do presidente argentino Hector Cámpora, são eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Argentina, Juan Domingo Perón e sua esposa Maria Estela Martínez de Perón.
7. Explode nova guerra no Oriente Médio, quando tropas egípcias cruzam o Canal de Suez e entram em combate com as tropas israelenses; simultaneamente, a Síria lança-se ao ataque nas colinas de Golan. O cessar-fogo somente ocorreria 36 dias após.
8. O vice-presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, renuncia, acusado de sonegar o imposto de renda e de receber propinas.
9. Como medida de represália contra os países aliados de Israel, os países árabes produtores de petróleo decidem estabelecer um boicote, suspendendo o fornecimento de combustível aos Estados Unidos e outros países.
10. O FMI (Fundo Monetário Internacional) anuncia que o Brasil ocupa o sexto lugar mundial em reservas monetárias internacionais (ouro, divisas e direitos especiais de saque), com 6 642 000 000 de dólares, situando-se à frente de países industrializados como os Países Baixos, a Itália, a Suécia, a Bélgica e o Canadá.
11. Reúnem-se em Genebra os principais países consumidores de petróleo, liderados pelos Estados Unidos, com a finalidade de discutir o embargo promovido pelos árabes que provocava uma revolução nos preços mundiais.
12. É assassinado na Espanha o Presidente Luis Carrero Blanco, que governava em nome de Franco.

1974

1. Os países árabes, fornecedores de petróleo, suspendem o embargo, mas passam a adotar uma política de preços altos, provocando uma crise mundial que passa a atingir também o Brasil.
2. No Brasil, tomam posse o Presidente Ernesto Geisel e o Vice-Presidente General Adalberto Pereira dos Santos, eleitos pelo Congresso Nacional.
3. Queda do salazarismo em Portugal. Uma revolução depõe o Primeiro-ministro Marcelo Caetano; ascende ao poder uma junta liderada pelo General Antônio de Spínola, que dá início a um programa de redemocratização do País, e procura equacionar o problema das colônias africanas.
4. Morre o presidente francês Georges Pompidou. Após uma renhida disputa eleitoral, o socialista François Mitterand é derrotado pelo candidato centrista Valéry Giscard D'Estaing.
5. Com a morte de Perón na Argentina, assume o poder a Vice-presidente Maria Estela Martínez de Perón. Acirra-se o movimento político com a cisão do peronismo entre as alas de esquerda e de direita.
6. A Índia faz explodir a sua primeira bomba atômica. Isto não determina seu ingresso no fechado Clube Atômico, pois não possui arsenal atômico.
7. O escândalo de Watergate envolve de tal maneira a pessoa do Presidente Nixon que, ameaçado de **impeachement**, é obrigado a renunciar. Gerald Ford assume então a presidência, indicando Nelson Rockefeller para a vice-presidência.
8. Golpe político em Chipre com a conivência do governo militar grego. O Arcebispo Makarios é deposto e uma junta toma o poder, mas a Turquia invade a Ilha de Chipre dividindo-a em duas partes. Como conseqüência, o governo militar ateniense é substituído por um governo civil.
   O incidente abala a estabilidade da OTAN (Organização do tratado do Atlântico Norte), da qual tanto a Turquia como a Grécia são membros.
9. Uma missão chinesa comunista visita o Brasil com a finalidade de estreitar os laços comerciais e diplomáticos entre os dois países.
10. Depois de conceder a independência à Guiné-Bissau, Portugal reconhece também a soberania de Moçambique, onde se instala um governo provisório da Frelimo (Frente para a Libertação de Moçambique).

Índice analítico

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

V

W

Y

Z

Bibliografia

Obras válidas para todos os capítulos

CROUZET, M. — *História geral das civilizações.* Trad. Port., 2.ª ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. 17v.
Esta é uma coleção em 17 volumes editada na França e traduzida para o português. Cada período é redigido por um autor especializado dentre os melhores existentes na França. O enfoque varia de acordo com o autor. Às vezes é mais econômico e social, outras vezes mais político ou cultural. Recomendável para uma introdução em qualquer tema de História Geral.

MONNIER, J. — *Histoire.* Paris, Fernand Nathan, 1965. 6v.

Trata-se de um manual francês usado no curso secundário. É excelente para um contato inicial com a matéria. Tem mapas, ilustrações, resumos e documentos que auxiliam a compreensão da matéria. Muito indicado para a preparação de aulas para os cursos de 1.° e 2.° graus.

1. A transição do feudalismo ao capitalismo

DOBB, M. — *A evolução do capitalismo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965.

É um dos melhores estudos sobre a evolução do capitalismo a partir do materialismo histórico. O fundamental no trabalho é a tentativa de apreensão do processo histórico no contexto da luta de classes. O autor leva a efeito sua análise com notável acuidade. É um livro que se recomenda para leitores mais acostumados às interpretações clássicas da bibliografia tradicional.

HUBERMANN, L. — *História da riqueza do homem.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964.

Enfoque semelhante ao anterior da história do capitalismo desde os fins da Idade Média até hoje. É, entretanto, uma análise didática, na qual os problemas teóricos são simplificados e exemplificados com fenômenos próximos do homem comum. Trata-se, portanto, de uma vulgarização que, não raro, redunda em deturpações.

PIRENNE, H. — *As cidades da Idade Média.* Trad. Port., Lisboa, 1964. (Coleção Saber Atual.)

O renascimento do comércio fez com que os comerciantes buscassem locais para se estabelecerem. Antigos castelos fortificados, sedes de bispados, cidades romanas transformaram-se em centros de comerciantes, de burgueses. O livro trata também da vida na cidade, a promiscuidade, falta de higiene, lutas políticas etc.

——————— — *História econômica e social da Idade Média.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1963.

É uma obra indispensável para o conhecimento da Idade Média sob o prisma econômico e social. É também uma obra polêmica, editada no início do século. O autor procura explicar a Idade Média e o feudalismo a partir do fechamento do Mediterrâneo pelos muçulmanos, que teria isolado a Europa e condicionado a vida agrária. Com a abertura do Mediterrâneo pelas Cruzadas, o comércio renasce e o feudalismo se desintegra. Trabalho indispensável, ainda não superado.

SWEEZY, P. — *Do feudalismo ao capitalismo.* Trad. Port., Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1971.

Este livro se refere exatamente ao tema tratado nesta unidade do nosso trabalho. Aqui vários autores se reuniram para discutir as teses de M. Dobb sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, colocando seu ponto de vista pessoal sobre o assunto.

2. A expansão comercial e marítima européia

CHAUNU, Pierre — *L'expansion européenne du XIII^e^ au XV^e^ siècle.* Paris, P.U.F., 1969. (Coleção Nouvelle Clio.)

É um trabalho marcante, dos mais mod[illegible], pois analisa o problema da expansão européia em função das conjunturas favoráveis (fase A) e desfavoráveis (fase B), além de integrar a análise de conjuntura com o estudo das estruturas. Faz parte de uma coleção chamada Nouvelle Clio, caracterizada pela divisão dos livros em três partes. Na primeira há uma bibliografia exaustiva sobre o tema. Na segunda parte um apanhado geral do assunto da maneira que o problema se coloca no momento. Finalmente, na terceira parte, o autor coloca os principais problemas ainda não resolvidos, as teses oponentes e a direção na qual a pesquisa se orienta.

GODINHO, V. M. — *A expansão quatrocentista portuguesa.* Lisboa, Ed. Gleba, 1944.

É uma obra polêmica de um escritor português que viveu durante muito tempo na França. Procurou no seu livro desmistificar muitas crendices tradicionalmente citadas pelos historiadores portugueses, como por exemplo: o ideal das Cruzadas nos descobrimentos, o mito da Escola de Sagres, a importância de D. Henrique, o navegador, o papel da burguesia na expansão, a importância da tomada de Constantinopla para explicar os descobrimentos etc. É um livro essencial na renovação dos estudos da História de Portugal.

MAURO, F. — *Europa en el siglo XVI. Aspectos económicos.* Trad. Esp., Barcelona, Ed. Labor, 1969. (Coleção Nouvelle Clio.)

É uma obra fundamental para o entendimento da expansão marítima européia.

O século dos descobrimentos. São Paulo, Ed. Anhambi, 1961.

É um livro escrito por vários autores especialistas na história dos descobrimentos. Editado pelo Estado de São Paulo em comemoração do V centenário da morte de D. Henrique. Dá uma visão global do problema a partir da análise de temas detalhados.

STEVENS, W. — *História do poderio marítimo.* Trad. Port., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958.

É uma obra americana traduzida para o português. O surgimento dos primeiros navios e as primeiras forças navais da História são mostrados, desde a antigüidade até a época contemporânea.

VILAR, Pierre — *Oro y moneda en la Historia.* Barcelona, Ed. Ariel, 1969.

Sem dúvida alguma um dos melhores trabalhos do gênero que se conhece. É o estudo da importância do ouro e da moeda desde 1450 até 1920. Na época da expansão européia nos séculos XV e XVI, a falta de metal na Europa e a conseqüente escassez de moedas valorizavam a tal ponto o produto que isto se constituiu num fator essencial para iniciar-se a expansão marítima em busca de metais.

3. A formação das monarquias nacionais

GRAMSCI, A. — *Maquiavel: A política do Estado Moderno.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

O estudo das concepções de Maquiavel e os mecanismos políticos do Estado Moderno, transcendem as preocupações do autor com os problemas da sua época.

LOPES, R. — *O nascimento da Europa.* Trad. Port., Lisboa, Ed. Cosmos, 1965.

É uma obra de História Medieval. Mostra o nascimento dos Estados Modernos europeus a partir da fusão dos bárbaros germânicos dentro do antigo Império Romano do Ocidente. A parte final do livro contém análises da formação das monarquias nacionais. Esta obra faz parte de uma coleção em 13 volumes dirigida por Fernand Braudel.

LUBASZ, H. — *The development of the modern state.* Nova York, The MacMillan Company, 1964.

É uma coletânea de artigos de vários especialistas focalizando problemas fundamentais da época moderna à luz das mais recentes interpretações.

SABINE, G. — *História das teorias políticas.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964. 2v.

É uma história dos sistemas políticos desde a Grécia Antiga até a democracia moderna. São dois volumes traduzidos do original americano onde qualquer problema relativo às estruturas políticas históricas pode ser encontrado numa análise substancial.

ZELLER, G. — *Les institutions de la France au XVI^e^ siècle.* Paris, P.U.F., 1948.

É uma obra especializada na história das instituições francesas no século XVI. O autor procura mostrar como o processo de centralização do poder é acompanhado por um aprimoramento nas instituições administrativas do reino.

4. O Renascimento

BURCKHARDT, J. — *Civilisation de la Renaissance en Italie.* Paris, Librairie Plon, 1958, 3v.

Obra clássica sobre o Renascimento, escrita ainda no século XIX. Assim mesmo é um texto fundamental para quem quiser penetrar na essência do Renascimento italiano. Burckhardt se preocupa em mostrar o racionalismo permeando toda a civilização do Renascimento e manifestando-se como obra de arte, na organização do Estado, nas guerras dos *Condottieri*, nas festas e até mesmo nos enterros.

BURKE, P. — *The Renaissance.* Londres, Longmans Green and Co., 1964.

Este livro faz parte de uma coleção editada na Inglaterra que tem por finalidade apresentar grandes temas da História. Todos os problemas do Renascimento são analisados, mostrando-se as teses conflitantes que aparecem em resumos selecionados pelo autor, tem mais ou menos a mesma linha geral da Coleção Nouvelle Clio.

LINS, I. — *Erasmo, o Renascimento e o Humanismo.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1957.

Autor brasileiro que faz um apanhado do humanista Erasmo de Roterdam e das relações entre o Renascimento e o Humanismo na Itália.

MARTIN, von A. — *Sociologia del Renascimiento.* Trad. Esp., Londres, Routledge, 1944.

É uma interpretação econômica e social do Renascimento. Parte do pressuposto que sem o desenvolvimento do capitalismo e das cidades, o Renascimento não teria surgido. Seria impossível na economia medieval e no quadro da sociedade feudal. Uma nova forma de vida econômica exigia uma nova cultura expressa no Renascimento italiano.

SICHEL, E. — *O Renascimento.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1963.

Obra traduzida para o português que aborda o Renascimento de forma tradicional. Enfatiza principalmente os aspectos culturais do problema.

5. A Reforma Religiosa

BRETANO, F. — *Martin Lutero.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Vecchi, s.d.

Tradução portuguesa deste autor alemão que procura mostrar o personagem Lutero como grande teólogo que era. Durante muito tempo a historiografia católica procurou mostrar que Lutero era um pervertido e por isso se separara da Igreja. Reconhece-se hoje que Lutero foi um dos maiores teólogos que a Igreja teve.

DELUMEAU, J. — *Naissance et affirmation de la Reforme.* Paris, P.U.F., 1965. (Coleção Nouvelle Clio.)

Este livro apresenta o estado atual da questão numa das partes e depois discute o andamento das pesquisas. É uma abordagem moderna do problema da Reforma, onde os problemas espirituais têm maior importância do que os abusos do clero. É obra fundamental para bem compreender-se o fenômeno religioso do século XVI.

FEBVRE, Lucien — *Martin Lutero.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

Uma das mais primorosas biografias de Martinho Lutero, visto pelo autor que talvez mais profundamente o compreendeu. Procura compreender as ações de Lutero em função do momento histórico e da sua psicologia individual. Antes, porém, coloca as posições antagônicas dos historiadores católicos e protestantes, demonstrando que o seu radicalismo os impede de compreender o problema.

———— — *O problema da descrença no século XVI.* Trad. Port., Lisboa, Editorial Início, 1971.

Obra fundamental para a compreensão dos fenômenos religiosos do século XVI. O problema da espiritualidade e da necessidade da religião para o homem do século XVI é discutido com propriedade.

6. As relações internacionais no século XVI

BRAUDEL, F. — *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Filipe II.* México, Fondo de Cultura Económica, 1965. 2v.

O autor é um dos expoentes da História Moderna e Contemporânea na França. Este livro é a sua obra máxima. Mostra as estruturas, as conjunturas e os fatos da história do Mediterrâneo na época de Filipe II. Para Braudel a História se desenvolve em três tempos: a longa duração, a média duração e a curta duração; são as estruturas, as conjunturas e os acontecimentos.

HAUSER, H. — *La prépondérance espagnole (1559-1660).* Paris, P.U.F., 1945. (Coleção Peuples et Civilisations.)

Obra clássica que mostra o século XVI como sendo o século espanhol nas relações internacionais européias.

LAPEYRE, Henri — *Las monarquias europeas del siglo XVI — Las relaciones internacionales.* Trad. Esp., Barcelona, Ed. Labor, 1969. (Coleção Nouvelle Clio.)

Este livro pertence à Coleção Nouvelle Clio, constituindo-se num estudo sobre as relações internacionais no século XVI. O autor não se limita ao estudo da política interior dos Estados europeus, vai além disso, quando procura inter-relacionar os problemas internos com os problemas externos nas suas mútuas implicações.

POTIENKINE, V. — *Histoire de la diplomatie.* Paris, Librairie de Médicis, 1947. 3v.

História das relações internacionais e da diplomacia desde os inícios até a atualidade. O autor é russo e busca dentro de uma visão oficial estudar a evolução das relações internacionais, sempre com o propósito de condenar o viés tradicional das explicações veiculadas pela historiografia clássica e propor novas interpretações.

RENOUVIN, P. — *Introdução à história das relações internacionais.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

O autor é um especialista em história das relações internacionais. Juntamente com seu companheiro J. Duroselle fez esta obra que tem duas partes. Na primeira aparece a análise das forças profundas que influenciam as relações internacionais, geográficas, demográficas, econômicas etc. Na segunda parte aparece o homem atuando na História.

7. O absolutismo monárquico

CLARK, G. — *La Europa moderna (1450-1720).* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1970.

É um livro sintético que produz ao mesmo tempo um panorama geral da época moderna. Aborda os problemas políticos da formação do Estado Nacional, o Renascimento e a Reforma, como sendo o tripé básico da História Moderna. Leitura acessível e recomendável.

DIETZ, F. — *A political and social history of England.* Nova York, The MacMillan Company, 1937.

Esta obra é sugestiva para o estudo da História da Inglaterra na sua perspectiva social e política.

DUROSELLE, J. — *L'idée d'Europe.* Paris, Edition Denoel, 1965.

Abordagem de tipo cultural que procura mostrar os traços mais gerais da civilização européia a partir da consciência européia.

ELTON, G. — *The Tudor revolution in government.* Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

G. Elton é um especialista da História inglesa no período da formação do Estado absoluto. Diferencia o Estado feudal inglês do Estado

Moderno centralizado pelos Tudors a partir do aprimoramento do aparelho administrativo, considerado instrumento fundamental do poder.

HAUSER, H. — *La modernité du XVIe siècle.* A. Colin, 1967.

Obra de caráter específico sobre o conteúdo do século XVI. Mostra a diferença entre as tendências gerais deste período e do período final da Idade Média. Procura salientar os traços distintivos da época moderna.

MANDROU, Robert — *La France aux XVIIe et XVIIIe siècles.* Paris, P.U.F., 1967.

Excelente estudo sobre a França no século da época do Antigo Regime. Recomenda-se o capítulo sobre o Antigo Regime Sócio-econômico. Não menos expressivo é o estudo sobre os aspectos culturais do Antigo Regime. Este livro também pertence à Coleção Nouvelle Clio.

TREVELYAN, J. M. — *História da Inglaterra.* Trad. Port., Lisboa, Ed. Cosmos, 1946.

Obra clássica sobre a História da Inglaterra. Abordagem política e institucional. Muito boa para um panorama geral.

8. O mercantilismo

DOBB, M. — *A evolução do capitalismo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965. (V. comentário no item 1.)

HAMILTON, E. — *El florecimiento del capitalismo.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1950.

Muitos autores se preocuparam com o estudo das origens do capitalismo. Hamilton estudou principalmente os efeitos do ouro americano sobre a economia européia, e ainda mais especificamente sobre a Espanha, onde vê uma estreita relação entre a dependência do ouro americano e a fragilidade da economia espanhola muito susceptível a crises e falências.

HECKSCHER, E. — *La época mercantilista.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

É a obra mais importante sobre o mercantilismo, apesar da sua antigüidade. O autor desenvolve a tese de que o mercantilismo foi acima de tudo a política econômica desenvolvida pelo Estado Moderno com vistas ao seu fortalecimento. Ainda mais, que o mercantilismo além de um sistema de poder era também um sistema unificador, monetário e social.

HUBERMANN, L. — *História da riqueza do homem.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964. (V. comentário no item 1.)

LIPSON, E. — *The economic History of England: the age of mercantilism.* London, Black, 1956. v.3.

É sem dúvida uma obra para especialistas que queiram aprofundar bastante os temas econômicos. Apresenta uma visão pessoal mas de certa forma consistente do mercantilismo, mais aplicado ao caso inglês. Repudia algumas noções tradicionais, como por exemplo o sentido monetarista do mercantilismo, a existência de uma doutrina mercantilista.

ROLL, E. — *História das doutrinas econômicas.* Trad. Port., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1962.

O que o homem escreveu e pensou sobre a economia acabou por se constituir na doutrina econômica. O estudo destas idéias ajudam a compreensão dos fenômenos econômicos na História. Este é o estudo feito por E. Roll: o pensamento econômico desde a Grécia Antiga até o presente. Não se esquece de colocar um pano de fundo histórico na introdução de cada capítulo. Obra imprescindível.

9. Tipos de mercantilismo e o sistema colonial

Bibliografia citada no item 8.

10. A colonização européia no mundo

BOXER, Charles R. — *The dutch seaborne empire (1600-1800).* Nova York, Alfred Knopf, 1970.

É um estudo recente e de excelente nível sobre a formação e evolução do Império Colonial Holandês. Estudou os vários estágios desse processo colonizador, seus momentos de apogeu e declínio.

BOWLE, J. — *Pequena enciclopédia da história do mundo.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Cultrix, 1964. 4v.

Na verdade não é uma enciclopédia. É um manual de História Geral em quatro volumes. Cada parte foi desenvolvida por um autor especialista, a começar pela antigüidade. O capítulo citado é específico sobre os descobrimentos e a formação dos impérios coloniais no Novo Mundo.

CHAUNU, Pierre — *Conquête et exploitation des nouveaux mondes.* Paris, P.U.F., 1969.

É um estudo pormenorizado da formação dos impérios coloniais. Ênfase especial é dada à formação do Império Espanhol na América. Parte dos fatos relativos à conquista, passa à análise das estruturas e chega à análise de conjuntura.

HACKER, L. M. — *Capitalismo americano: suas promessas e realizações.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1958.

É um manual sem mais intenções sobre a história do capitalismo americano. Abordagem muito simples e até mesmo superficial. O

autor tem uma visão progressista do capitalismo americano. Como vantagem o livro apresenta a concisão e vários documentos colocados num apêndice final que ilustram cada capítulo da obra.

MADARIAGA, S. — *Hernán Cortés.* Trad. Port., São Paulo, Ibrasa, 1961.

Este especialista na história do Império Espanhol na América, trata neste livro dos conquistadores que iniciaram a ocupação da América. Através da análise, Cortês procura iluminar todo mecanismo da expansão marítima de Castela e a colonização iniciante no século XVI.

MAURO, F. — *L'expansion européenne (1600-1870).* Paris, P.U.F., 1964.

F. Mauro é especialista em história econômica dos descobrimentos marítimos. Esta obra demonstra todo mecanismo da colonização. Problemas de rotas, portos, comércio marítimo, triângulos comerciais, política comercial etc. É um tratamento moderno da História a partir da análise das quantidades, dos preços e das conjunturas econômicas. Representa um dos passos mais importantes da moderna historiografia francesa na compreensão da História.

PARRY, J. H. — *The spanish seaborne empire.* Nova York, Alfred Knopf, 1971.

Este livro apresenta um panorama geral das conquistas de Pizarro e Cortês. Estuda a vida dos colonos espanhóis e dos ameríndios. É um estudo recente e dos mais modernos sobre o assunto.

ROBERTSON, R. — *História da economia americana.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Record, 1967.

Trata-se de uma História Econômica dos Estados Unidos desde a colonização até a atualidade. Apesar do caráter econômico da análise, não dispensa as necessárias incursões pelo domínio social e político, procurando mostrar as inter-relações entre estes níveis.

11. A colonização portuguesa no Brasil

ANTONIL, A. — *Cultura e opulência do Brasil.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

Esta obra editada no século XVIII é uma descrição do funcionamento de um engenho de açúcar no Brasil. O autor é um padre jesuíta que escreve sob o pseudônimo de Antonil. Esta edição contém uma longa introdução da professora Alice Canabrava, na qual há uma excelente análise da estrutura da produção agrário-açucareira no Brasil colonial. Texto indispensável.

BOXER, Charles R. — *The portuguese seaborne empire.* Nova York, Alfred Knopf, 1965.

O autor analisa as dificuldades portuguesas na formação do Império Colonial. Acima de tudo analisa a forma pela qual os portugueses

transportaram suas instituições para as regiões tropicais, e como estas instituições foram modificadas nas áreas coloniais. O livro finaliza com a emancipação do Brasil, que virtualmente põe fim ao Império Colonial Português na Época Moderna.

CARDOSO, F. — *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

Trata-se de um sociólogo analisando as relações sociais entre escravos e donos de escravos no Sul do Brasil. Procura mostrar o negro na estrutura econômica e social e as decorrências políticas deste contexto. Sua preocupação maior é mostrar a desagregação da ordem escravocrata.

FURTADO, Celso — *Formação econômica do Brasil.* 5.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963.

Celso Furtado é um autor preocupado com a atualidade econômica brasileira, com o problema do desenvolvimento econômico de uma economia subdesenvolvida. Isto explica o livro sobre a economia brasileira, onde a explicação para o subdesenvolvimento é buscada no caráter externo do fluxo de renda da economia nacional. É uma obra excepcional com uma linguagem difícil de economista feita para um público especializado: professores e alunos universitários.

HOLLANDA, Sérgio B. de — *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965-1973. 6v.

É uma obra de caráter geral, em seis volumes até o momento, dirigida pelo professor Sérgio Buarque de Hollanda, que também escreveu vários capítulos. Trata-se, entretanto, de uma obra de conjunto: um especialista para cada tema, isto explica uma certa falta de unidade no conjunto. É, não obstante, uma obra fundamental para o estudo da História do Brasil.

NOVAIS, F. — *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial.* In: *Brasil em Perspectiva.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Trabalho especializado sobre o enquadramento do Brasil no sistema mercantilista. Publicado ao lado de outros artigos de autores especializados no livro *Brasil em Perspectiva.* É uma interpretação moderna, brilhante, indispensável para a compreensão da História do Brasil nas suas vinculações mais íntimas e essenciais com a História Geral.

PRADO JR., Caio — *História econômica do Brasil.* 6.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.

Caio Prado Júnior representa um movimento de renovação na interpretação da História do Brasil. Faz uma análise materialista do processo econômico e social brasileiro. Tem várias interpretações originais que provocaram polêmicas e tiveram o condão de despertar o interesse em outros historiadores para o estudo destas mesmas questões.

SIMONSEN, R. — *História econômica do Brasil (1500-1820).* 6.ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969.

É o estudo de um economista. Está preocupado com as estatísticas, os índices quantitativos, os dados numéricos relativos à economia brasileira. É um instrumento indispensável para a compreensão econômica do Brasil no período colonial.

SODRÉ, N. — *Formação histórica do Brasil.* 3.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964.

Apresenta uma visão totalmente nova da História do Brasil. É uma explicação economicista da História, onde todos os acontecimentos sociais, políticos, religiosos e mesmo culturais têm na sua essência uma explicação material, econômica. Isto explica algumas radicalizações excessivas que deturpam alguns aspectos abordados.

VIANNA, H. — *História do Brasil.* 4.ª ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1966.

Obra de caráter geral, em três volumes. A visão é política, administrativa, institucional e jurídica. O tratamento dos problemas econômicos e sociais é secundário. É mais uma visão de superestrutura.

12. As revoluções inglesas do século XVII

HILL, H. J. — *The century of revolution (1603-1714).* Nova York, The Norton Library, 1966.

Este livro representa uma ampliação do livro citado abaixo. Pode-se considerar aquele um resumo e este uma extensão. O maior número de páginas permite um aprofundamento das análises. Este livro detalha mais a parte relativa aos primeiros Stuarts e à implantação do absolutismo na época Tudor.

———— — *The english revolution — 1640.* London, Lawrence & Wishart Ltd., 1955.

Este livro representa uma interpretação moderna das revoluções inglesas do século XVII. Normalmente os historiadores ingleses como Trevelyan, por exemplo, apegavam-se a explicações político-constitucionais das revoluções, colocando os problemas em termos do absolutismo real contestado pelo Parlamento. H. J. Hill baseia sua interpretação no progresso da burguesia e do capitalismo comercial que leva o Parlamento a disputar com o rei o poder político, tratando-se, pois, de uma luta pelo controle do Estado. A monarquia absoluta fora superada pelos acontecimentos.

TREVELYAN, J. M. — *História da Inglaterra.* Trad. Port., Lisboa, Ed. Cosmos, 1946. (V. comentário no item 7.)

13. As relações internacionais durante os séculos XVII e XVIII

DROZ, J. — *Histoire diplomatique de 1648 à 1919.* Paris, Librairie Dalloz, 1952.

J. Droz é um excelente historiador especializado nas revoluções européias do século XIX. Neste trabalho de caráter geral faz uma consistente análise das relações internacionais.

GREEN, V. H. — *Renaissance and reformation: a survey of european history between 1450 and 1660.* Londres, Arnold, 1952.

Obra que analisa o Renascimento e a Reforma de uma maneira detalhada. Cobre também a história política da Europa até a metade do século XVII. Recomendável para um aprofundamento.

PIRENNE, J. — *As grandes correntes da História universal.* Trad. Port., São Paulo, Ed. da USP, 1973.

J. Pirenne é filho do famoso historiador H. Pirenne. Esta obra tem um caráter geral. Editada em oito volumes. Abordagem tradicional. Indicação para consulta. Há um resumo de apenas 1 volume editado pela Ed. da USP.

14. A mecanização da indústria: antecedentes e características

ASHTON, T. — *La Revolución Industrial.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1950.

É um dos melhores livros clássicos sobre a Revolução Industrial na Inglaterra apesar da sua concisão. Os fatores, os capitais e as invenções são tratados de modo sintético e preciso. É um livro que aborda o assunto de uma maneira geral.

BIRNIE, A. — *História econômica da Europa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964.

É também um livro de História Econômica Geral. Começa com a Revolução Industrial e se estende até a atualidade. O tratamento é bastante simples, o que facilita o primeiro contato com o assunto através desta obra.

DEANE, P. — *A Revolução Industrial.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969.

É um livro moderno sobre a Revolução Industrial na Inglaterra. Apóia-se em pesquisas recentes para resolver de vez certos temas que estavam em suspenso e apresenta interpretações novas. É uma abordagem onde os dados quantitativos e as séries estatísticas têm muita importância.

MANTOUX, P. — *La Revolución Industrial en el siglo XVIII.* Trad. Esp., Madrid, Aguillar, 1962.

Apesar da sua antigüidade, foi editada no início do século, esta ainda

é a obra fundamental sobre a Revolução Industrial. Ainda não foi superada na análise dos aspectos sociais. Indicada para um aprofundamento de qualquer tema relativo à Revolução Industrial.

NEF, J. — *Fundamentos culturales de la civilización industrial.* Trad. Esp., Buenos Aires, Ed. Paidós, 1964.

Como os historiadores elegeram a data de 1760 para marco inicial da Revolução Industrial, o professor Nef discute o problema para mostrar que na realidade houve uma primeira Revolução Industrial no século XVI. Assim sendo seria necessário considerar a continuidade histórica e datar a Revolução Industrial dos fins da Idade Média, quando o processo se iniciou.

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

É um manual de História Econômica que começa com a Revolução Industrial na Inglaterra, percorre todos os países que passaram por revolução industrial no século XIX e continua com os problemas do capitalismo industrial até a atualidade. É uma obra moderna de um economista que tem razoável conhecimento de História.

15. Projeções e difusão da Revolução Industrial

ASHTON, T. — *La Revolución Industrial.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1950. (V. comentário no item 14.)

BIRNIE, A. — *História econômica da Europa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964. (V. comentário no item 14.)

CIPOLLA, C. — *Historia económica de la población mundial.* Trad. Esp., Buenos Aires, EUDBA, 1969.

É um livro muito útil porque faz um retrospecto da evolução da população no mundo, desde as origens do homem até a atualidade. Procura relacionar os problemas demográficos com os problemas sociais. No caso particular, é importante mostrar a relação entre a Revolução Industrial e a Revolução Urbana nos fins do século XVII e século XVIII.

CLOUGH, S. — *Historia económica de Europa.* Trad. Esp., Buenos Aires, Ed. Paidós, 1968.

Trata-se de uma história econômica da Europa a partir dos fins da Idade Média, da emergência do capitalismo comercial até a atualidade. Cada capítulo tem uma síntese muito rápida dos principais problemas, que são apenas indicados. Em seguida, uma seqüência de textos selecionados completa a análise do problema.

DEANE, P. — *A Revolução Industrial.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969. (V. comentário no item 14.)

DOBB, M. — *A evolução do capitalismo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965. (V. comentário no item 1.)

FORBES, R. — *Historia de la técnica.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1958.

O estudo da Revolução Industrial envolve necessariamente o estudo das invenções e, portanto, do desenvolvimento da técnica. Este manual de história das técnicas começa na Pré-história, quando o homem aprendeu a usar uma alavanca ou a roda.

LESOURD, J. & GÉRARD, C. — *História econômica — séculos XIX e XX.* Trad. Port., Lisboa, Clássica Ed., s.d. 2v.

É um manual de História Econômica Geral. Tem uma parte introdutória mais conceitual, onde de uma maneira simplista são definidos conceitos básicos: sistema, estrutura, conjuntura, regime, ciclos, moeda. Em seguida, vem uma análise da História dos séculos XIX e XX. O nível é bastante simples e se presta perfeitamente para um primeiro contato com a matéria. Foi editado na França com a finalidade de atingir um público não acostumado com História Econômica.

MANTOUX, P. — *La Revolución Industrial en el siglo XVIII.* Trad. Esp., Madrid, Aguillar, 1962. (V. comentário no item 14.)

NEF, J. — *Fundamentos culturales de la civilización industrial.* Trad. Esp., Buenos Aires, Ed. Paidós, 1964. (V. comentário no item 14.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

ROLL, E. — *História das doutrinas econômicas.* Trad. Port., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1962. (V. comentário no item 8.)

16. O Iluminismo

BECKER, C. — *La ciudad de Dios del siglo XVIII.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

Também um trabalho especializado sobre o Iluminismo e seus representantes principais.

BRÉHIER, E. — *Histoire de la philosophie: le dix-huitième siècle.* Paris, P.U.F., 1950. t. 2, fac. 2 e 3.

É uma obra especializada sobre a História da Filosofia, que trata evidentemente do Iluminismo no século XVIII. A perspectiva é mais filosófica do que histórica.

CASSIRER, E. — *Filosofía de la ilustración.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

Monografia especializada no assunto. Fundamental para um aprofundamento do problema.

DAVAL, R. — *História das idéias na França.* Trad. Port., São Paulo, 1964. (Coleção Saber Atual, n.° 95.)

Apesar de ser uma história das idéias na França, presta-se perfeitamente para o estudo do Iluminismo, na medida em que os principais pensadores das luzes eram franceses.

DROZ, J. — *Histoire des doctrines politiques en France.* Paris, P.U.F., 1950. (Coleção *Que sais-je?*, n.° 304.)

Os filósofos iluministas colocaram em questão a monarquia absoluta e abriram caminho para o despotismo esclarecido, de um lado, e para as teses da soberania popular, do outro. Estes problemas aparecem nesta obra de J. Droz.

DUCASSÉ, P. — *Les grandes philosophies.* Paris, P.U.F., 1940. (Coleção *Que sais-je?*, n.° 47.)

Outra obra de caráter mais filosófico do que histórico. Recomendável mais como especialização e aprofundamento do tema em questão.

GERSHOY, L. — *L'Europe des princes éclairés.* Trad. Franc., Paris, Fayard, 1966.

É um livro básico sobre a história política da Europa dos fins do século XVII até os fins do século XVIII, quando se coloca o problema do Iluminismo e do despotismo esclarecido. O livro é recomendável principalmente por causa deste último tema: o despotismo esclarecido.

HAZARD, P. — *La pensée européenne au XVIII^e siècle.* Paris, Boivin, 1946.

Paul Hazard é um historiador da cultura que focaliza exatamente o tema considerado. Abordagem complexa e profunda.

MORNET, D. — *La pensée française au XVIII^e siècle.* Paris, A. Colin, 1929.

Igualmente uma obra de caráter específico sobre o assunto. Deve ser utilizada para aprofundamento do tema.

SABINE, G. — *História das teorias políticas.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964. (V. comentário no item 3.)

WEBER, A. — *Historia de la cultura.* México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

Esta obra já tem um caráter mais geral. A. Weber é um historiador da cultura. Começa na cultura antiga. A parte referente ao Iluminismo inserido na cultura do século XVIII é recomendável para um primeiro contato.

17. A Independência das Treze Colônias Americanas

HACKER, L. M. — *Capitalismo americano: suas promessas e realizações.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1958. (V. comentário no item 10.)

MORRIS, R. — *Documentos básicos da História dos Estados Unidos.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964.

Este trabalho vale pelos documentos que contém. O autor procurou reunir os textos mais expressivos, capazes de dar uma visão geral da História americana.

MORISON-COMMAGER — *História dos Estados Unidos da América.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1958. 3v.

É, no momento, em língua portuguesa, um dos melhores estudos sobre a evolução histórica dos Estados Unidos.

ROBERTSON, R. — *História da economia americana.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Record, 1967. (V. comentário no item 10.)

WILLER, W. — *A new history of the United States.* Nova York, Delta, 1962.

Abordagem superficial. Visão política e institucional da História americana. Negligencia alguns problemas fundamentais.

18. A Revolução Francesa

BRAUDEL, Fernand & LABROUSSE, Ernest — *Histoire économique et sociale de la France (1660-1789).* Paris, P.U.F., 1970. v. 2.

Esta é a mais recente história econômica e social da França. Obra em quatro volumes, dos quais este é o primeiro, que cobre o período de 1660-1789. Trata-se de uma abordagem moderna, seguindo a orientação dos Annalles. Indispensável para um apanhado da economia francesa às vésperas da revolução.

GODECHOT, J. — *Les révolutions.* Paris, P.U.F., 1966.

Igualmente indispensável. Representa uma nova interpretação da revolução. Procura mostrar que a Revolução Francesa se insere num quadro mais amplo de revoluções, que domina todo o Ocidente a partir da revolução da independência americana.

LEFEBVRE, G. — *A Revolução Francesa.* Trad. Port., São Paulo, Ibrasa, 1966.

Excelente monografia sobre a Revolução Francesa. Leitura indispensável para o bom entendimento do problema. O autor enfatiza a importância da revolta camponesa no encaminhamento da revolução.

MANFRED, A. & SMIRNOV, N. — *La Revolución Francesa y el Imperio de Napoleón.* Trad. Esp., México, Ed. Grijalbo, 1969.

É um livro recente. Uma tentativa de análise materialista da revolução e do império.

SOBOUL, A. — *Las clases sociales en la Revolución Francesa.* Trad. Esp., Madrid, Ed. Fundamentos, 1971. 2v.

Este autor enfatiza a participação do povo parisiense no desenrolar da revolução. A comuna de Paris é o próprio motor da revolução. Este livro analisa o complexo social sobre o qual se assenta a revolução.

——— — *A Revolução Francesa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1963.

Este é também um livro essencial. A. Soboul parte da análise da sociedade francesa no Antigo Regime para explicar a revolução. A participação dos camponeses e dos *sans-culottes* tem um realce todo especial, principalmente no período do Terror, quando os jacobinos dominaram a revolução.

19. Napoleão e o Império

GODECHOT, Jacques — *Europa y América en la época napoleónica.* Trad. Esp., Barcelona, Ed. Labor, 1969. (Coleção Nouvelle Clio.)

Este livro não se limita a uma biografia de Napoleão, nem mesmo à História da França no período considerado. Procura salientar o papel da Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e outros países, no período do Império Napoleônico. Do mesmo modo traça a evolução do mundo colonial. É um verdadeiro balanço da época napoleônica. Para o autor, a época imperial assistiu ao avanço e à implantação da ideologia e das instituições da Revolução Francesa.

LEFEBVRE, G. — *Napoléon.* Paris, P.U.F., 1953. (Coleção Peuples et Civilisations)

G. Lefebvre é um especialista nos estudos sobre a Revolução Francesa e o Império, por isso esta monografia continua sendo indicada.

MARKHAM, R. — *Napoleão e o despertar da Europa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1963.

Esta obra faz parte de uma coleção de biografias de personagens históricos importantes. Ao mesmo tempo que Napoleão é mostrado, também o é a História da Europa no seu tempo, da França e dos países dominados por Napoleão. Leitura fácil e recomendável.

MANFRED, A. & SMIRNOV, N. — *La Revolución Francesa y el Imperio de Napoleón.* Trad. Esp., México, Ed. Grijalbo, 1969. (V. comentário no item 18.)

TARLÉ, E. — *Napoléon.* Moscou, Éditions en langues étrangères, s.d.

A principal tese deste livro é mostrar que o herói não existe, não

fosse pelas condições históricas que geram o herói. Assim sendo Napoleão jamais teria condições de aparecer, não fosse pela Revolução Francesa que o tornou necessário. Resultado do processo histórico, e em condições de orientar o processo em determinados momentos, eis o Napoleão mostrado por Tarlé.

VILLAT, L. — *La Révolution et l'Empire.* Paris, P.U.F., 1947. (Coleção Nouvelle Clio.)

Este livro da antiga Coleção Clio continua tendo grande valor pelas suas indicações bibliográficas que o tornam ótima fonte de consulta.

20. A Santa Aliança e a Independência da América Latina

CHAUNU, P. — *A América e as Américas.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, 1969.

Especialista em História da Espanha e do Atlântico, neste livro de caráter geral, o autor faz um apanhado da História da América Anglo-saxônica e Latina. Há uma preocupação com os aspectos culturais e com as ilustrações.

DONGHI, Tulio H. — *Hispanoamérica después de la independencia.* Buenos Aires, Ed. Paidós, 1972.

Este pequeno e conciso livro analisa as conseqüências sociais e econômicas da emancipação americana. Procura conectar as relações entre a evolução ulterior da História hispano-americana com o processo da independência e suas vicissitudes.

DOZER, M. — *América Latina.* Trad. Port., Porto Alegre, Ed. Globo, 1966.

Manual de História da América Latina dos primórdios até a atualidade. Obra para um contato inicial.

LEVENE, R. — *História das Américas.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Gráfica Brasileira, 1954.

Obra em 16 volumes. Tendência factual e pouco interpretativa. Oferece entretanto detalhamento factual que às vezes tem muita utilidade.

MADARIAGA, S. de — *The fall of the Spanish American Empire.* Nova York, The MacMillan Company, 1948.

É uma obra indispensável porque mostra o ponto de vista do colonizado sobre o desmoronamento do Império Espanhol na América. O capítulo que mostra a influência da filosofia da ilustração na emancipação americana é muito importante.

PADRON, M. — *Manual de História americana.* Buenos Aires, Espasa Calpe, 1962.

Trata-se de um manual que cobre o período correspondente ao nosso tema, e que faz parte de uma coleção de História Geral da América, obra de caráter coletivo.

SANCHEZ, L. — *Historia general de América.* Santiago, Ercilia, 1949. v. 2.

Uma vasta coleção de História da América. Abordagem tradicional vazada nos problemas políticos e institucionais, mais do que nos problemas sócio-econômicos. Referência apenas para consulta.

TREND, B. — *Bolivar and the Independence of Spanish America.* Nova York, The MacMillan Company, 1959.

Bolívar foi um dos heróis da Independência Latino-americana. Este livro mostra a atuação de Bolívar no processo da emancipação.

VIVES, J. — *Historia social y económica de España y América.* Barcelona, Teide, 1959. 5v.

É uma das melhores interpretações da História espanhola e americana. Visão interpretativa mais econômica e social do que política. Obra indispensável.

21. A Independência do Brasil

COSTA, E. V. da — *Introdução ao estudo da emancipação política.* In: *Brasil em perspectiva.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Trata-se do capítulo sobre a emancipação política do Brasil inserido no livro *Brasil em perspectiva.* A excelente historiadora critica as várias visões do processo da emancipação, procurando assim uma nova interpretação, à luz dos estudos mais recentes de História do Brasil. Artigo indispensável para a compreensão da independência.

HOLLANDA, Sérgio B. de — *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965-1973. v. 3. (V. comentário no item 11.)

LIMA, M. O. — *O movimento da independência (1821-1822).* São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1922.

Trata-se de uma visão clássica da Independência do Brasil. Assim mesmo o trabalho é considerado indispensável.

MANCHESTER, Alan K. — *A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.* In: *Conflito e continuidade na sociedade brasileira.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1970.

Este trabalho faz parte de uma obra de caráter coletivo cujo título é *Conflito e continuidade na sociedade brasileira.* O autor, um especialista sobre as relações Portugal-Brasil e Inglaterra no período considerado, analisa o papel da Inglaterra e de seus interesses econômicos na promoção da vinda da família real para o Brasil. Ênfase especial é dada à conjuntura internacional da época ligada ao problema napoleônico.

MONTEIRO, T. R. — *História do Império: a elaboração da independência.* Rio de Janeiro, 1927.

É uma história política e factual da independência, sem maior conteúdo interpretativo.

MOTA, C. G. — *1822 dimensões.* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.

Esta coletânea de vários autores, comemorativa dos 150 anos da Independência, mescla trabalhos de excelente nível com trabalhos medíocres. Destaque para a participação de autores mundialmente conhecidos como F. Mauro, J. Godechot e Joel Serrão, ao lado de autores brasileiros do mesmo escol, tais como Fernando Novais, Carlos G. Mota, Maria Odila Silva Dias, Emília Viotti da Costa, Francisco Falcon e Arthur Cezar Ferreira Reis. Trabalho recomendável pela modernidade, e por trazer artigos que mostram a vinculação da independência com a conjuntura mundial e análises mais localizadas que estudam os processos regionais da independência.

PRADO JR., Caio — *Evolução política do Brasil.* 3.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.

Este livro de Caio Prado Júnior representa uma nova interpretação da História do Brasil, através de uma explicação dialética, onde a ênfase é dada aos problemas econômicos e sociais, base para compreensão dos fenômenos políticos.

SODRÉ, Nelson Werneck — *As razões da independência.* 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969.

Um dos melhores livros deste autor de numerosa obra. A análise começa no Tratado de Methuen, quando efetivamente se teria iniciado a subordinação econômica de Portugal à Inglaterra, até a Regência, que o autor caracteriza como fase de acabamento do processo político que termina na Maioridade. A Independência do Brasil é vista como o processo de passagem do Brasil-colônia da órbita de influência portuguesa para a órbita de influência inglesa.

SOUZA, O. T. — *Introdução à história dos fundadores do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, MEC, 1957.

Visão pessoal do processo da independência. Vale a pena tomar contato por causa da análise biográfica dos promotores da independência.

VIANNA, H. — *História do Brasil.* 4.ª ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1966. v. 3. (V. comentário no item 11.)

22. As revoluções de 1830-1848 e o socialismo

DAUMARD, Adeline — *Les bourgeois de Paris au XIXe siècle.* Paris, Flammarion, 1970.

Neste livro, resumo de uma tese mais ampla, a autora analisa a evolução da burguesia na França, especialmente em Paris, procurando

decompor os seus vários níveis, suas principais camadas. Demonstra que o elemento unificador desta burguesia é representado menos por sua condição material do que por uma filosofia de vida à base do individualismo, do espírito crítico e do trabalho, face aos problemas do século XIX.

DROZ, J. — *La época contemporánea: restauraciones y revoluciones (1815-1871).* Trad. Esp., Buenos Aires, EUDEBA, 1966.

Este manual cobre o período inicial do século XIX até 1871. Analisa as revoluções da Europa e também o período precedente da restauração.

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Nouvelle Clio.)

Trata a História da Europa mais sob o ponto de vista político e principalmente das relações internacionais, que é a especialidade do autor. Não negligencia, entretanto, os problemas do imperialismo, do colonialismo e outros.

HOBSBAWN, E. — *Las revoluciones burguesas (1789-1848).* Trad. Esp., Madrid, Guadarrama, 1964.

Hobsbawn é um ótimo especialista em história das revoluções. O livro começa com as duas revoluções, que segundo o autor, marcaram o mundo: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

LHOMME, Jean — *La grande bourgeoisie au pouvoir (1830-1880).* Paris, P.U.F., 1960.

Este trabalho estuda o processo de ascensão e declínio da supremacia burguesa na França nos meados do século XIX. Define as várias camadas burguesas, suas aspirações e ação política no contexto revolucionário de 1830 e 1848.

MORAZÉ, C. — *Os burgueses à conquista do mundo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, 1965. (Coleção Rumos do Mundo.)

Esta obra faz parte da Coleção Rumos do Mundo, dirigida por F. Braudel. Mostra a internacionalização do capitalismo através da Revolução Industrial e o controle do mundo pelas classes burguesas. Trata dos movimentos sociais do século XIX e do colonialismo.

PONTEIL, F. — *1848.* Paris, A. Colin, 1937.

Pela concisão do título já se vê que é uma obra bem especializada. Análise detalhada da Revolução de 1848 na França e em toda Europa. Livro básico para compreensão profunda destes problemas.

23. A unificação italiana e alemã

BENAETS, P. — *L'unité allemande (1806-1939).* Paris, A. Colin, 1939.

Não são numerosos os trabalhos monográficos sobre a unificação alemã. Esta é uma das obras recomendáveis.

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Nouvelle Clio). (V. comentário no item 22.).

SFORZA, C. — *A Itália Contemporânea.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1945.

À falta de uma obra específica sobre a unificação italiana, recomendamos esta História da Itália Contemporânea, traduzida para o português.

VALENTIN, V. — *Historia de Alemania.* Trad. Esp., Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1947.

É uma das melhores histórias sobre a Alemanha já editadas até hoje. Modelo clássico de interpretação factual e política. Começa com a fundação do Reino Germânico no século X e termina com a queda do III Reich. Obra recomendável pela precisão com que o autor trata os problemas.

24. A Guerra de Secessão

ANDREANO, R. — *The economic impact of the american civil war.* Massachusetts, Cambridge, 1962.

A guerra civil americana trouxe conseqüências econômicas fundamentais. Marcou a vitória do industrialismo do Norte sobre o agrarismo do Sul. Estas são as idéias desenvolvidas neste livro.

FOHLEN, C. — *La América anglosajona de 1815 hasta nuestros días.* Trad. Esp., Barcelona, Editorial Labor, 1967. (Coleção Nouvelle Clio.)

Na mesma linha da Nouvelle Clio, à qual pertence, este livro de C. Fohlen é uma inteligente contribuição para o estudo das tendências mais gerais da História dos Estados Unidos e Canadá.

KIRKLAND, Edward C. — *Historia económica de Estados Unidos.* Trad. Esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

Trata-se de uma história econômico-clássica dos Estados Unidos. Recomendam-se os capítulos sobre a economia americana no século XIX, para um bom entendimento das relações entre a economia e a evolução política dos Estados Unidos que conduziriam à Guerra de Secessão.

NÉRE, J. — *La Guerre de Sécession.* Paris, P.U.F., 1961. (Coleção *Que sais-je?*)

O tratamento dado ao tema é bastante resumido, perfeitamente de acordo com os objetivos da coleção, destinada ao grande público, representando para o especialista apenas um ponto de partida.

RÉMOND, R. — *História dos Estados Unidos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. (Coleção Saber Atual.)

Livro resumido, com poucas páginas contando a História dos Estados Unidos da colonização ao mundo atual. Interpretações pouco profundas. História mais política. Pertence à Coleção Saber Atual, que tem por objetivo livros de divulgação que atinjam um grande público. Para contato imediato com o problema.

25. A economia brasileira no século XIX

AMARAL, L. — *História geral da agricultura brasileira.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940. 2v.

Livro sobre a história da agricultura no Brasil, dos primórdios à atualidade. Tratamento genérico sem maiores aprofundamentos.

BETHELL, Leslie — *The abolition of brazilian slave trade.* Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

Estudo recentíssimo sobre as relações Brasil-Inglaterra sob o ponto de vista do problema do tráfico de escravos. Explica por que a Inglaterra pressionou o Brasil para abolir o tráfico de escravos, como o Brasil conseguiu resistir à pressão por mais de 20 anos e como finalmente se deu a extinção do comércio negreiro.

GRAHAM, Richard — *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.

Estudo recente e moderno deste autor americano que dá seqüência aos estudos sobre a influência inglesa no Brasil iniciados por Alan Manchester. Concentra-se no estudo do papel exercido pela Grã-Bretanha na promoção dos primeiros passos do Brasil em direção a uma sociedade moderna. Não concorda que o desenvolvimento industrial iniciou-se na época da Primeira Guerra Mundial. Recua o início do processo de desenvolvimento industrial para meados do século XIX. Ao mesmo tempo que estuda a contribuição inglesa no fornecimento de capitais, *know-how* etc., analisa também o papel sugador que o capitalismo inglês exerceu sobre a economia brasileira.

HOLLANDA, Sérgio B. de — *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. v. 5. (V. comentário no item 11.)

LUZ, N. V. — *A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Quais os fatores que entravaram a industrialização do Brasil no século XIX? Quais as relações entre a política fiscal e os primórdios da industrialização? Qual o papel do Governo Republicano na industrialização nas três décadas iniciais do século XX? Estas são algumas perguntas respondidas nesse livro de História Econômica do Brasil durante o século XIX.

PINTO, V. — *Balanço das transformações econômicas do século XIX.* In: *Brasil em perspectiva.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Resumo dos principais problemas econômicos apresentados pelo Império Brasileiro. Perspectiva moderna, apoiada em índices estatísticos e séries quantitativas.

PRADO JR., Caio — *História econômica do Brasil.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961. (V. comentário no item 11.)

SIMONSEN, R. — *História econômica do Brasil (1500-1820).* 6.ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969. (V. comentário no item 11.)

STEIN, J. — *Grandeza e decadência do café.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.

Esta obra é um verdadeiro modelo de história do café. Mostra a decadência do café no Vale do Paraíba na região de Vassouras. Estudo indispensável para a história do café no Brasil.

TAUNAY, A. — *Pequena história do café.* Rio de Janeiro, 1945.

O autor tem uma monumental história do café em vários volumes. Este livro é uma condensação substancial do referido trabalho.

26. A Era Vitoriana

CLARK, G. Kitson — *The making of vitorian England.* Londres, Methuen, 1965.

Estudo particularizado sobre a Inglaterra vitoriana. Este livro é o resultado de uma série de cursos dados em Oxford, em 1960. O autor não se atém apenas aos fatos políticos. Analisa também os processos econômicos e sociais, conseguindo dar um quadro geral satisfatório da época vitoriana.

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Nouvelle Clio). (V. comentário no item 22.)

MORAZÉ, C. — *Os burgueses à conquista do mundo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, 1965. (Coleção Rumos do Mundo.) (V. comentário no item 22.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

TREVELYAN, J. M. — *História da Inglaterra.* Trad. Port., Lisboa, Ed. Cosmos, 1946. (V. comentário no item 7.)

WOODWARD, E. — *Uma história da Inglaterra.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964.

Resumo da História da Inglaterra em poucas páginas desde a era romana até a Primeira Guerra Mundial. Visão panorâmica e superficial. Conteúdo mais factual e político. Obra indicada para iniciantes.

27. A partilha afro-asiática

BAUMONT, M. — *L'essor industriel et l'impérialisme colonial.* 3.ª ed., Paris, P.U.F., 1965.

Esta é uma obra clássica e fundamental sobre o progresso da industrialização no século XIX e a corrida colonial. Trabalho exaustivo sobre o assunto, indicado para aprofundamento do tema.

BRUNSCHWIG, Henri — *Mythes et réalités de l'impérialisme colonial français.* Paris, A. Colin, 1960.

Apesar do título deste pequeno e excelente livro, Brunschwig não estuda apenas o caso francês. São idéias genéricas e válidas para explicar todo mecanismo da colonização. O valor do livro está na preocupação em reformular explicações tidas como corretas até aqui, como por exemplo a ligação entre industrialização e colonialismo. O autor procura demonstrar que a política de prestígio, em muitos casos, foi mais importante do que os móveis econômicos para explicar a colonização.

——————— — *Le partage de l'Afrique noire.* Paris, Flammarion, 1971.

O problema da partilha da África negra é tratado com profundidade neste livro. O autor demonstra que esta partilha não começou após o Congresso de Berlim, em 1885, pois já se iniciara nos primórdios do século XIX com a rivalidade franco-britânica e a conseqüente intervenção de Leopoldo II e da Alemanha nos assuntos africanos. Foi quando apareceu a noção de área de influência, que facilitou a partilha. A cultura africana sofreu um rude golpe com esta ação imperialista, da qual não mais se recuperou.

CHESNEAUX, J. — *Asia Oriental en los siglos XIX e XX.* Trad. Esp., Barcelona, Editorial Labor, 1969. (Coleção Nouvelle Clio.)

Obra que se refere ao impacto da civilização ocidental sobre a cultura asiática. A ênfase está nas mudanças sofridas no modo de produção asiático após o contato com a cultura européia. Depois de uma apreciação geral do problema, discute as principais tendências historiográficas.

GOLLWITZER, Heinz — *O imperialismo europeu (1880-1914).* Trad. Port., Lisboa, Ed. Verbo, 1969.

Este volume pertence à série História Ilustrada da Europa. Nessa medida, o seu conteúdo marca pelas numerosas ilustrações e mapas, além das caricaturas, que em muitos casos são mais expressivas do que o próprio texto.

HINSLEY, F. — *Material progress and world-wide problems.* Cambridge, Cambridge University Press, 1962. (Coleção The New Cambridge Modern History.)

Este livro pertence a uma coleção conceituada onde cada unidade tem um organizador geral e artigos escritos por especialistas não só da Inglaterra, mas de vários países.

MAURO, F. — *L'expansion européenne (1600-1870).* Paris, P.U.F., 1964. (V. comentário no item 10.)

MEMMI, A. — *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967.

É uma visão da colonização sob o ponto de vista ideológico. Apóia-se nos fatos observados pelo autor na colonização francesa na Argélia, mas suas conclusões têm uma validade geral. A preocupação dominante é caracterizar o comportamento, as reações, o modo de ver a colonização por parte do colonizador e como a sente o colonizado. Obra indispensável para a penetração no sentido mais íntimo da colonização.

PANIKKAR, K. — *A dominação ocidental na Ásia.* Trad. Port., 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969.

O autor é um indiano que estudou na Inglaterra. Seu livro sobre a dominação na Ásia é um libelo contra o colonialismo. Procura mostrar o caráter violento e espoliativo da colonização na Ásia. É a visão do colonizado que sofreu a colonização. Apresenta, portanto, uma visão diferente dos autores metropolitanos.

RENOUVIN, Pierre — *Les politiques d'expansion impérialiste.* Paris, P.U.F., 1949.

O centro de estudos coloniais publicou este livro dirigido por P. Renouvin, que faz a introdução, com a participação de vários autores. Cada um apresenta a política de expansão colonial, através da análise de um personagem histórico representativo do colonialismo em cada país. Exemplo de Jules Ferry para a França e Leopoldo II na Bélgica. Leitura indispensável para se compreender o colonialismo no século XIX.

28. As crises internacionais e a Paz Armada

DROZ, J. — *Histoire diplomatique de 1648 à 1919.* Paris, Librairie Dalloz, 1952. (V. comentário no item 13.)

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Nouvelle Clio.) (V. comentário no item 22.)

L'HUILLIER, F. — *De la Saint-Alliance au Pacte Atlantique.* Paris, Ed. de la Baconnière, 1954.

Este livro se concentra no período mais congestionado da história das relações internacionais de Europa, o século XIX, caracterizado pela política das alianças e da paz armada.

RENOUVIN, P. — *Introdução à história das relações internacionais.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. (V. comentário no item 6.)

29. O conflito europeu e mundial

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Nouvelle Clio.) (V. comentário no item 22.)

RENOUVIN, Pierre — *La Première Guerre Mondiale.* Paris, P.U.F., 1967.

O autor é um especialista da história das relações internacionais, tendo dirigido uma coleção em numerosos volumes que conta com a participação de especialistas. Neste trabalho, o autor faz um resumo da Primeira Guerra Mundial, mais ao nível dos problemas políticos e

das relações internacionais.

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

Este livro se constitui num dos melhores resumos da História Contemporânea desde os inícios do século XX, até a década dos anos 50. É um livro para iniciantes no assunto.

30. Os tratados do após-guerra

Bibliografia citada no item anterior.

31. As repercussões da Grande Guerra no Brasil

FURTADO, Celso — *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963. (V. comentário no item 11.)

LUZ, N. V. — *A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. (V. comentário no item 25.)

PRADO JR., Caio — *Evolução política do Brasil.* 3.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961. (V. comentário no item 21.)

———— — *História econômica do Brasil.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961. (V. comentário no item 11.)

SOUZA, M. C. C. — *O processo político-partidário na Primeira República.* In: *Brasil em Perspectiva.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Neste artigo a autora está preocupada em analisar não apenas o processo político-partidário da Primeira República, mas também em caracterizar os agentes sociais nele envolvidos.

VIANNA, H. — *História do Brasil.* 4.ª ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1966. v. 3 (V. comentário no item 11.)

32. A Revolução Russa de 1917

CARBONELL, C. — *El gran octubre ruso.* Trad. Esp., Madrid, Ediciones Guadarrama, 1968.

Livro sobre a Revolução Socialista de Outubro. Há um capítulo inicial onde o autor mostra as principais teses explicativas da Revolução Russa. Interpretação moderna e atualizada do problema à luz de ampla bibliografia.

CARMICHAEL, J. — *História resumida da Revolução Russa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

Visão eqüidistante da Revolução Russa. Seqüência mais factual do que interpretativa. Recomendável para o entendimento dos problemas políticos gerados pela revolução.

CHARQUES, R. — *Pequena história da Rússia.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Pioneira, 1964.

Obra indicada para um primeiro contato. Seqüência factual e cronológica. Ênfase nos aspectos políticos. Cobre todo período que vai da formação da Moscóvia na Idade Média até a participação na Segunda Guerra Mundial.

DEUTSCHER, I. — *A revolução inacabada: Rússia (1917-1967).* Trad. Port., São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

Este autor conheceu bem de perto os problemas gerados pela Revolução Russa. Defende as teses de Trotsky e por conseguinte critica profundamente o comportamento de Stalin na condução da revolução. A sua visão do processo é, pois, bastante crítica.

HILL, C. — *La Revolución Rusa.* Trad. Esp., Barcelona, Ediciones Ariel, 1971.

As relações entre a estrutura agrária e a Revolução Russa. O papel preponderante de Lênin. São alguns temas básicos deste livro fundamental sobre a Revolução Russa.

KOCHAN, L. — *Origens da Revolução Russa (1890-1918).* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1968.

Este livro aborda apenas o processo inicial da revolução. Não cobre o período da sua implantação. A principal preocupação do autor é explicar por que a Rússia se transformou num estado proletário.

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967. (V. comentário no item 29.)

33. As democracias liberais

Bibliografia citada no item 29.

34. A crise econômica de 1929

ARDANT, H. — *Les crises économiques.* Paris, Flammarion, 1948.

O capitalismo industrial trouxe consigo o problema da superprodução. As crises se sucederam em intervalos mais ou menos regulares, permitindo o desenvolvimento de uma teoria de crises endêmicas do capitalismo.

DOBB, M. — *A evolução do capitalismo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965. (V. comentário no item 1.)

GALBRAITH, J. — *The great crash.* London, Hamish Hamilton, 1955.

A crise de 1929 mostrou o perigo de uma economia dirigida pelos interesses imediatos dos empresários. A avidez de lucro leva-os a diminuir a produção para evitar queda dos preços, provocando assim desemprego e redução maior do consumo. A necessidade de intervenção do Estado para regularizar a vida econômica, em última instância, a substituição do capitalismo liberal pelo capitalismo intervencionista.

HACKER, L. M. — *Capitalismo americano: suas promessas e realizações.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1958. (V. comentário no item 10.)

LESOURD, J. & GÉRARD, C. — *História econômica — séculos XIX e XX.* Trad. Port., Lisboa, Clássica Ed., s.d. 2v. (V. comentário no item 15.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

ROBBINS, L. — *La grande dépression (1929-1934).* Paris, Payot, 1935.

A partir de 1873 o capitalismo sofreu uma crise de retração de preços que durou até 1896. Foi a primeira crise importante que despertou o interesse dos economistas para o assunto. A grande depressão, entretanto, começou em 1929. É deste assunto que trata o livro.

ROBERTSON, R. — *História da economia americana.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Record, 1967. (V. comentário no item 10.)

ROTHBARD, M. — *America's great depression.* Nova York, Van Nostrand, 1963.

Obra recente sobre a crise de 1929. Interpretação moderna que aprofunda o assunto. Busca as origens da crise e suas repercussões sobre a economia americana e mundial.

SCHUMPETER, J. — *Business cycles.* Nova York, MacGraw-Hill, 1939. 2v.

Uma das obras mais completas sobre as flutuações do capitalismo. Desenvolve a teoria das crises do capitalismo, o problema da superprodução, do desemprego. Tem um caráter normativo porque busca orientar quais as possíveis soluções para as crises.

35. A luta contra a crise nos E.U.A.

EINAUDI, A. — *Roosevelt et la révolution du New Deal.* Paris, A. Colin, 1961.

Este livro trata da reformulação da política econômica americana após a crise de 1929, concretizada no New Deal.

HACKER, L. M. — *Capitalismo americano: suas promessas e realizações.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1965. (V. comentário no item 10.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

ROBERTSON, R. — *História da economia americana.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Record, 1967. (V. comentário no item 10.)

WOODS, J. — *Roosevelt e a América moderna.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1963.

A crise de 1929 desacreditou o Partido Republicano que se mostrou incapaz de reorganizar o país. A vitória de Roosevelt representou a intervenção mais direta do Estado na vida econômica americana. Seu plano de recuperação econômica, o New Deal, foi executado durante três mandatos presidenciais.

36. As repercussões da crise no Brasil

BADIA, C. — *Histoire de L'Allemagne Contemporaine.* Paris, Ed. Sociales, 1962. 2v.

A crise do fim da Primeira Guerra Mundial, a República de Weimar e os problemas da recuperação e indenização de guerra, os efeitos da crise de 1929 e a ascensão do nazismo até a Alemanha dividida pela Segunda Guerra Mundial. Eis um resumo do conteúdo deste livro.

BETTELHEIM, C. — *Bilan de l'économie française.* Paris, P.U.F., 1946.

Fundamental para o estudo da economia francesa e seus problemas no período contemporâneo. Estudo do problema da reconstrução, do equilíbrio orçamentário e da recuperação econômica do pós-guerra.

BIRNIE, A. — *História econômica da Europa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964. (V. comentário no item 14.)

CARONE, E. — *Revoluções do Brasil contemporâneo.* São Paulo, São Paulo Ed., 1965.

Um pequeno livro que cobre o período chamado República Velha até 1937. A abordagem é mais factual e cronológica do que interpretativa. Estudo básico para um primeiro contato com o assunto.

FAUSTO, B. — *A Revolução de 1930.* In: *Brasil em Perspectiva.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

É um dos capítulos do já citado *Brasil em perspectiva.* Discussão das várias teses explicativas da Revolução de 1930. A participação dos grupos sociais, a atuação das classes médias. Enfim uma análise típica da moderna historiografia brasileira.

FURTADO, Celso — *Formação econômica do Brasil.* 5.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963. (V. comentário no item 11.)

IANNI, O. — *Estado e capitalismo.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

Estudo da participação do Estado no processo de desenvolvimento do Brasil nas três últimas décadas. Analisa como o Estado passa de sustentáculo dos setores agrários para transformador das estruturas básicas do país. Mostra o contexto das relações entre a economia nacional e o capitalismo internacional.

PRADO JR., Caio — *História econômica do Brasil.* 6.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961. (V. comentário no item 11.)

SIEGFRIED, A. — *La crise britannique au XXe siècle.* Paris, A. Colin, 1932.

A Segunda Guerra Mundial foi um marco divisor de águas na História da Inglaterra. A crise da Inglaterra que se evidenciou na Primeira Guerra Mundial completou-se na Segunda Guerra Mundial. A Inglaterra passou da hegemonia do século XIX para a crise do século XX.

37. Totalitarismos: Itália, Alemanha e Espanha

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Nouvelle Clio). (V. comentário no item 22.)

FIORANI, M. — *Breve história do fascismo.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

Análise substancial do fascismo. O autor viveu os últimos anos do fascismo na Itália. Bem documentado e interpretativo. Busca de explicações sócio-econômicas para a emergência do fascismo.

NENNI, P. — *La Guerra de España.* México, Ediciones Era, 1964.

O livro cobre exatamente três anos, de 1936 a 1939, período correspondente à guerra civil. Seqüência cronológica e factual detalhada.

ORWELL, George — *Lutando na Espanha.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

George Orwell, autor de *1984*, participou da guerra civil espanhola como voluntário. Os fatos narrados no livro têm por isso um caráter histórico real. Só tecnicamente deve ser considerado um romance. É um livro que mostra a guerra por dentro, as misérias e os sofrimentos humanos.

SHIRER, W. — *Ascensão e queda do III Reich.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

Jornalista que viveu o nazismo até 1941. Conheceu muitos personagens analisados. Compulsou documentos secretos capturados pelo exército americano em Berlim. São quatro volumes detalhados da ascensão do nazismo e de seu personagem central: Adolf Hitler. Obra fundamental.

THOMAS, H. — *A guerra civil espanhola.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964. 2v.

Historiador inglês que buscou com objetividade compreender este problema contemporâneo. Começa por analisar as condições sócio-econômicas que precipitaram o conflito. Analisa o caráter sangrento da guerra, as técnicas de destruição em massa que caracterizariam a Segunda Guerra Mundial. O autor consegue ser equilibrado num assunto ainda momentoso e presente.

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967. (V. comentário no item 29.)

VALENTIN, V. — *Historia de Alemania.* Trad. Esp., Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1947. (V. comentário no item 23.)

38. O conflito mundial e as novas condições internacionais

BRUHAT, J. — *História da U.R.S.S.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. (Coleção Saber Atual.)

Livro resumido da Coleção Saber Atual. Trata da História da Rússia na época contemporânea. Resumo conciso, mas bem feito e útil. Não procura julgar a U.R.S.S., procura entendê-la. Mostra o comunismo de guerra, na NEP, a consolidação do regime, os planos qüinqüenais, a Segunda Guerra Mundial até o XX Congresso do PC na U.R.S.S.

FIORANI, M. — *Breve história do fascismo.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963. (V. comentário no item 37.)

MAURO, Fréderic — *História econômica mundial (1790-1970).* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.

O prof. Mauro, especialista em história quantitativa, desenvolve um excelente trabalho neste livro que analisa a história econômica mundial de 1790 a 1970. A perspectiva é ultramoderna, procura as relações entre as estruturas e as conjunturas, tentando perceber até que ponto as mudanças conjunturais podem afetar as estruturas.

RÉMOND, R. — *História dos Estados Unidos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. (Coleção Saber Atual.) (V. comentário no item 24.)

SHIRER, W. — *Ascensão e queda do III Reich.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967. (V. comentário no item 37.)

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967. (V. comentário no item 29.)

WOODWARD, E. — *Uma história da Inglaterra.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964. (V. comentário no item 26.)

39. Reconstrução da Europa — ONU — Guerra Fria

BIRNIE, A. — *História econômica da Europa.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1964. (V. comentário no item 14.)

COYLE, D. — *The United Nations and how it works.* Nova York, The New American Library, 1958.

A ONU surgiu nos fins da Segunda Guerra Mundial para substituir a falida Sociedade das Nações igualmente surgida nos fins da Primeira Guerra Mundial. A história do surgimento da ONU, desde os primeiros contatos entre Roosevelt e Churchill a bordo do *Augusta*

quando foi redigida a Carta do Atlântico até a oficialização da instituição na Carta de São Francisco. O funcionamento legal e burocrático da instituição, seus problemas e realizações.

DUROSELLE, J. — *L'Europe de 1815 à nos jours.* Paris, P.U.F., 1970. (Coleção Noúvelle Clio.) (V. comentário no item 22.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967. (V. comentário no item 29.)

40. A hegemonia americana

FOHLEN, C. — *La América anglosajona de 1815 hasta nuestros días.* Trad. Esp., Barcelona, Editorial Labor, 1967. (Coleção Nouvelle Clio.) (V. comentário no item 24.)

HACKER, L. M. — *Capitalismo americano: suas promessas e realizações.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1958. (V. comentário no item 10.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

ROBERTSON, R. — *História da economia americana.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Record, 1967. (V. comentário no item 10.)

SAMUELSON, P. — *Stability and growth in the american economy.* Nova York, Wicksell Lectures, 1962.

Para o período recente da economia americana, posterior à Segunda Guerra Mundial quando a sociedade americana entrou decisivamente na "sociedade de consumo", este livro do economista P. Samuelson é fundamental.

SLICHTER, Summer H. — *Crescimento econômico nos Estados Unidos.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961.

Apesar da crise de 1929, segundo o autor, a economia americana continuou a progredir aceleradamente, e poucos indícios denotam a possibilidade de mudança nas instituições econômicas americanas, que o autor considera uma mistura desordenada, mas eficiente, de milhões de empresas e centenas de grupos de interesses, agindo numa estrutura de política e de regras impostas pelos diversos governos do país e também por cerca de duzentos sindicatos independentes.

41. O socialismo na Rússia

BRUHAT, J. — *História da U.R.S.S.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961. (Coleção Saber Atual.) (V. comentário no item 38.)

CHARQUES, R. — *Pequena história da Rússia.* Trad. Port., São Paulo, Ed. Pioneira, 1964. (V. comentário no item 32.)

NIVEAU, M. — *História dos fatos econômicos contemporâneos.* Trad. Port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. (V. comentário no item 14.)

SWEEZY, P. — *Socialismo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

Neste trabalho recente o autor mostra em primeiro lugar uma definição de socialismo e comunismo, discute o socialismo no mundo depois da Segunda Guerra Mundial, esboça uma história do comunismo analisando os princípios marxistas e finalmente procura refutar as principais críticas comumente feitas ao comunismo.

42. O progresso econômico do Brasil

BAER, Werner — *Industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1961.

Este estudo do desenvolvimento industrial do Brasil demonstra o crescente interesse pela nossa História, por parte dos historiadores americanos. É um estudo que se utiliza de técnicas estatísticas e que procura desvendar as vicissitudes do desenvolvimento econômico brasileiro.

CARDOSO, F. — *Empresário industrial e desenvolvimento econômico.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

As teorias explicativas do desenvolvimento econômico são inseridas pelo autor, no processo histórico-social. Contudo, a preocupação central do livro é o papel do empresário no processo de desenvolvimento econômico. Aliás, o problema do desenvolvimento é uma constante nos trabalhos publicados por este sociólogo.

COHN, G. — *Problemas da industrialização no século XX.* In: *Brasil em Perspectiva.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Este capítulo do livro *Brasil em Perspectiva* trata do processo de industrialização. Parte do conceito de industrialização, o ponto de partida do processo brasileiro, os problemas industriais e agrícolas, a política desenvolvimentista do Governo nos anos mais recentes desde Vargas até o fim do populismo.

DEAN, Warren — *A industrialização de São Paulo.* Trad. Port., São Paulo, Ed. da USP, 1971.

Segundo o autor o comércio de café foi o responsável pela procura de produtos industriais, e custeou as despesas gerais necessárias à implantação da manufatura nacional. Também as estradas de ferro e o porto de Santos foram criações da economia cafeeira.

FURTADO, Celso — *Formação econômica do Brasil.* 5.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963. (V. comentário no item 11.)

IANNI, O. — *Estado e capitalismo.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. (V. comentário no item 36.)

LOPES, J. — *Sociedade industrial no Brasil.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

O livro corresponde a uma série de ensaios. Uma das partes trata do estudo de duas indústrias, onde o problema da formação da classe operária, a organização da empresa, as comunicações internas e as motivações para o trabalho.

PEREIRA, L. — *Trabalho e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

Obra importante no estudo da industrialização do Brasil. Mostra a maneira pela qual se dá a qualificação da mão-de-obra, a atração urbana, conseqüências da divisão do trabalho, diferenças na classe operária, as relações entre urbanização e industrialização como processo histórico-cultural.

PEREIRA, W. — *Evolução industrial do Estado de São Paulo.* São Paulo, IPFMCEAO, 1969.

Obra menos teórica do que as anteriores. O autor é um economista que estuda o desenvolvimento industrial em São Paulo apoiado em método quantitativo e estatístico, em função do qual procura detectar as oscilações do crescimento econômico.

PRADO JR., Caio — *História econômica do Brasil.* 6.ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961. (V. comentário no item 11.)

43. A descolonização: África e Ásia

BARTRA, Roger — *El modo de producción asiático.* México, Ediciones Era, 1969.

Este livro é uma coletânea de textos sobre problemas da História dos países coloniais. A antologia abrange textos que apresentam variadas posturas metodológicas.

CHESNEAUX, J. — *Asia Oriental en los siglos XIX e XX.* Trad. Esp., Barcelona, Editorial Labor, 1969. (Coleção Nouvelle Clio). (V. comentário no item 27.)

GRIMAL, H. — *La décolonisation (1919-1963).* Paris, A. Colin, 1965.

Obra fundamental para o estudo do surgimento dos novos países na África e na Ásia no período posterior à Primeira Guerra Mundial, quando o processo teve início. Inclusive, é um dos primeiros autores a usar o termo descolonização para designar a emancipação política das antigas colônias européias da Ásia e África.

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar ed., 1967. (V. comentário no item 29.)

YACONO, Xavier — *Les étapes de la décolonisation française.* Paris, P.U.F., 1971.

Grande parte da colonização francesa se fez sentir sobre a África e Ásia. Este pequeno livro da Coleção *Que sais-je?* estuda os principais momentos da descolonização, mostrando o salto descolonizador ocorrido após a Primeira Guerra Mundial.

44. Tendências do mundo atual

JOHANN, A. — *Para onde rola o mundo.* Trad. Port., São Paulo, Círculo de Boa Leitura, 1961.

É a obra de um jornalista alemão preocupado com as tendências belicistas atuais. Viajou por todo o mundo, ouviu pessoas, fez entrevistas, tentando sentir o que pensa o dirigente e o homem comum. Conclui pelo desejo de paz dos homens da Terra e pela dependência do corpo político para que ela se efetive.

THOMSON, D. — *Pequena história do mundo contemporâneo.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1967. (V. comentário no item 29.)

45. América Latina

DOZER, M. — *América Latina.* Trad. Port., Porto Alegre, Ed. Globo, 1966. (V. comentário no item 20.)

FURTADO, C. — *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.* Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1966.

Este conhecido economista brasileiro, preocupado com o subdesenvolvimento, analisa os problemas latinos no campo econômico e social. Conclui pela necessidade de planificação da economia como forma indispensável para a superação do subdesenvolvimento.

POWELSON, J. — *Latin America: today's economic and social revolution.* Nova York, MacGraw-Hill, 1964.

Este autor, ligado ao Governo americano com a função de conselheiro econômico, foi professor na Universidade de San Andres na Bolívia. Foi no contato com seus alunos bolivianos que hauriu grande parte das informações que transcreve no livro. Sua explicação para a crise latino-americana é conjuntural, isto é, não há necessidade de transformar-se a estrutura agrária da sociedade, basta um reajustamento nos preços dos produtos agrícolas e um saneamento orçamentário-administrativo equilibrado.

PREBISCH, R. — *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.* Trad. Port., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1968.

O autor sustenta a tese estruturalista para explicar o subdesenvolvimento latino-americano, isto é, apóia-se na idéia de que as exportações de produtos primários — base da economia latino-americana —

não permitem uma acumulação interna de capitais que pudesse propiciar o desenvolvimento industrial. A razão está no fato de que os preços dos produtos agrícolas têm declinado sensivelmente frente aos preços industriais, que os países latinos têm que desembolsar para pagar suas importações.

46. O Brasil Atual

Bibliografia citada no item 42.

47. A década dos anos 60

A CONQUISTA DA LUA. São Paulo, Edições Veja, Ed. Abril, s.d.

Um relato retrospectivo das conquistas científicas e espaciais. Todas as contribuições científicas desde Galileu até a chegada do homem à Lua.

OS ANOS 60 — A década que mudou tudo. São Paulo, Edições Veja, Ed. Abril, 1971.

Trabalho de conjunto. Interpretações gerais e detalhamento factual cronológico das tendências principais da década dos anos 60.

1971, O LIVRO DO ANO. São Paulo, Edições Veja, Ed. Abril, 1972.

Relato mensal dos principais acontecimentos políticos, sociais, econômicos, culturais, religiosos e científicos que marcaram o ano de 1971.

SÉCULO XX. São Paulo, Edições Veja, Ed. Abril, 1971.

Os fatos e os homens que marcaram as grandes tendências de nossa época. Estilo jornalístico embora bem apoiado em pesquisa histórica.

Impressão
Acabamento

Rua Cadete, 209 - São Paulo
Tels.: 67-7905 — 67-3585

HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

José Jobson de A. Arruda

UMA ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DA HISTÓRIA

Os aspectos políticos, culturais e religiosos analisados no contexto da vida econômica e social. Uma visão globalizante do processo histórico.

Exposição integrada das partes, facilitando o entendimento e a fixação dos fatos.

Obra indicada para estudantes, mas de inegável utilidade para o público em geral.